

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Escola de Arquitetura  
NPGAU – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Régis Eduardo Martins

**A CASA CORRENTE LUSO-BRASILEIRA EM MINAS GERAIS:  
Releitura sobre a casa urbana das regiões de Vila Rica e do Rio das Mortes  
(Séculos XVIII E XIX)**

Belo Horizonte  
2021

Régis Eduardo Martins

**A CASA CORRENTE LUSO-BRASILEIRA EM MINAS GERAIS:  
Releitura sobre a casa urbana das regiões de Vila Rica e do Rio das Mortes  
(Séculos XVIII E XIX)**

**Versão Final**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. André G. D. Dangelo

Belo Horizonte  
2021

## FICHA CATALOGRÁFICA

M379c

Martins, Régis Eduardo.

A casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais [manuscrito] : releitura sobre a casa urbana das regiões de Vila Rica e do Rio das Mortes (séculos XVIII e XIX) / Régis Eduardo Martins. - 2021.

482f. : il.

Orientador: André Guilherme Dornelles Dangelo.

Tese (doutorado)– Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Arquitetura - História - Teses. 2. Arquitetura - Século XVIII - Teses. 3. Arquitetura - Século XIX - Teses. 4. Habitações - Teses. 5. Arquitetura portuguesa - Teses. 6. Minas Gerais - Teses. I. Dangelo, André Guilherme Dornelles. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 728.098151



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

**A Casa Corrente Luso-Brasileira em Minas Gerais: Releitura sobre a casa urbana das regiões de Vila Rica e do rio Das Mortes (séculos XVIII e XIX)**

**RÉGIS EDUARDO MARTINS**

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 20 de dezembro de 2021, pela Comissão constituída pelos membros:

Prof. Dr. André Guilherme Dornelles Dangelo – Orientador  
EA-UFMG

Profa. Dra. Celina Borges Lemos  
EA-UFMG

Profa. Dra. Vanessa Borges Brasileiro  
EA-UFMG

Prof. Dr. Marcos Fognon  
UNICAMP

Prof. Dr. Rodrigo Espinha Baeta  
UFBA

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2021.

Este trabalho é dedicado as pessoas mais importantes em minha vida – minha mãe, meus irmãos e minha esposa – , que sempre estiveram ao meu lado e foram o essencial incentivo para eu seguir em frente.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, primeiramente, por ter nos permitido desenvolver dons capazes de servir à interpretação do mundo a nossa volta.

Agradeço à minha família, em especial a minha mãe, Elinor, aos meus irmãos, Fernando e Paula, e ao meu pai, Vicente, por terem contribuído inúmeras vezes para que eu conseguisse ir adiante com o meu sonho de estudar. Isso parecia algo distante na realidade que viemos, mas com a ajuda e compreensão de vocês tudo aconteceu. Amo vocês desde sempre!

Agradeço carinhosamente à minha esposa, Lívia, por todo amor, companheirismo e ajuda nesse processo de estudo tão extenuante. Obrigado por estar ao meu lado, me acompanhando nas viagens de estudo. Obrigado por estar a me esperar com carinho todas semanas que precisei viajar à BH para participar das disciplinas. Obrigado por me apoiar nos momentos mais difíceis da escrita e do tempo de isolamento durante à pandemia. Te amo, meu bem.

Agradeço ao meu orientador, o Prof. Dr. André Dangelo, por contribuir decisivamente para que essa tese ganhasse forma e por contribuir tão gentilmente com tantos ensinamentos ao longo desses mais de 4 anos de investigação. Foram longas e excelentes orientações, que cada vez mais me faziam descobrir direções interessantes ao tratamento do problema de pesquisa. Saímos de uma análise da arquitetura regional mineira, no Vale do Jequitinhonha, para uma abordagem que pode contribuir para a releitura da casa urbana luso-brasileira de toda a Minas Gerais. Obrigado por me auxiliar nesse processo.

Extensivamente, agradeço às professoras Dra. Vanessa B. Brasileiro e Dra. Celina Lemos e aos professores Dr. Marcos Tognon e Dr. Rodrigo Baeta pelas contribuições para as melhorias necessárias ao trabalho.

Por fim, agradeço ao Prof. Dr. Helder Carita que recebeu com gentileza a mim e minha esposa em Lisboa para uma conversa (orientação informal), que tanto auxiliou na interpretação do tema por outro prisma e ao redirecionamento necessário.

## RESUMO

Este trabalho propõe uma investigação da casa corrente luso-brasileira, dos séculos XVIII e XIX, em Minas Gerais, mais especificamente nas regiões da antiga Vila Rica e do Rio das Mortes. Forma de classificação ainda pouco explorada no Brasil, a casa corrente pode ser considerada um dos tipos das casas urbanas, que abarcou, no nosso caso, a produção de uma arquitetura de programa, replicada a partir de soluções inauguradas nas reformas urbanísticas realizadas por D. Manuel I, na Ribeira das Naus em Lisboa. De um modo geral, na historiografia brasileira, este tema foi discutido associado à dimensão da preservação do patrimônio cultural, sem que se fosse, por exemplo, tratado a partir de uma confrontação do objeto de pesquisa com a arquitetura de mesma natureza em Portugal. Objetivamos, deste modo, propor uma releitura sobre a casa dos períodos colonial e imperial, na intenção de reposicionar a análise desta à luz das pesquisas geradas em território português, destinadas ao tratamento da casa corrente das idades Média e Moderna. Para tanto, partimos de um processo de interpretação da literatura vinculada à temática no Brasil a partir do conceito de representação, desenvolvido na História Cultural. Na intenção de compreender a reprodução da casa corrente local, utilizamos da lógica estabelecida pela noção de paradigma indiciário, a fim de permitir traçar um paralelo da manifestação do objeto em diferentes contextos no Império Português, para, assim, posicionar as tipologias identificadas em Minas Gerais em uma escala de eventos interligadas e não de maneira independente, como muitos estudos anteriores objetivaram. Com isso, identificamos um cenário de reprodução do objeto, na Era Moderna, estabelecido em função dos anseios imperialistas lançados no reinado manuelino, no qual a arquitetura teve um papel estratégico de dominação e controle dos súditos. A dimensão simbólica, emanada por esse dispositivo de imposição da ordem, deu origem a uma composição de fachadas padronizadas, baseadas em princípios arquitetônicos como: repetição, ritmo, simetria, ordem, harmonia etc. Fato não natural na reprodução da arquitetura vernácula desenvolvida em Portugal, a difusão da dimensão estética introduzida nas intervenções manuelinas, do início do séc. XVI, exigiu intensos esforços de regulação urbana e de implementação da uniformidade arquitetônica pelas Casas de Câmara e Cadeia nas povoações de origem portuguesa, em todo o mundo. Deste modo, a casa corrente luso-brasileira difundida em Minas Gerais, no recorte temporal escolhido, correspondeu a um esforço contínuo realizado por Coroa portuguesa, destinado ao embelezamento das vilas e cidades e sustentado pela imposição de uma arquitetura de programa, que reverberou até os últimos anos dos oitocentos, já incorporando às fachadas alguns elementos provenientes do ecletismo arquitetônico vigente à época.

Palavras-chave: Casa corrente, Casa urbana; Arquitetura civil; História Cultural; História da Arquitetura.

## ABSTRACT

This work proposes an investigation of Portuguese-Brazilian "common house", from the 18th and 19th centuries, in Minas Gerais, more specifically in the regions of former Vila Rica and Rio das Mortes. The "common house", an almost unexplored classification in Brazil, can be considered one of the types of urban houses, which has covered, in our case, the production of a program architecture, replicated from solutions inaugurated in the urban reforms carried out by D. Manuel I, in Ribeira das Naus in Lisbon. In general, in Brazilian historiography, this theme was discussed in association of the preservation of cultural heritage, without being treated from a confrontation of the research object with the architecture of the same nature in Portugal. Thus, the objective is to propose a reinterpretation of colonial and imperial periods' house, to reposition its analysis in the light of the research generated in Portuguese territory, intended for the treatment of the common house of the Middle and Modern ages. For that, it starts with a process of literature interpretation related to the theme in Brazil from the concept of representation, developed in cultural history. To understand the common house reproduction, the logic established by the notion of indicator paradigm is used to enable a parallel of the object manifestation in Portuguese Empire's different contexts, thus, positioning the typologies identified in Minas Gerais on a scale of interconnected events and not independently, as many previous studies have objectified. With this, a scenario of reproduction of the object was identified, in the Modern Era, established according to the imperialist yearnings launched in Manueline reign, which the architecture played a strategic role of domination and control of its subjects. The symbolic dimension, emanating from this order imposition device, gave rise to a composition of standardized façades, based on architectural principles such as: repetition, rhythm, symmetry, order, harmony, etc. A non-natural fact in the reproduction of the vernacular architecture developed in Portugal, the diffusion of the aesthetic dimension introduced into Manueline interventions, from the beginning of the 16th century, demanded intense urban regulation and implementation efforts of architectural uniformity by the *Casas de Câmara e Cadeia* in the villages of Portuguese origin, all over the world. Therefore, the Portuguese-Brazilian "common house" widespread in Minas Gerais, in the chosen time frame, corresponded to a continuous effort made by Portuguese Crown, aimed to villages and cities beautification, and supported by the imposition of a program architecture, which reverberated to the last years of eight hundred, already incorporating to the façades some elements from architectural eclecticism in force at the time.

Keywords: Common house; Urban House; Civil architecture; Cultural history; Architecture history.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Figuras:

- Fig. 01 – Ilustrações contidas no texto da Conferência de 1914. Fonte: Severo, 1916 – adaptado. .... 52
- Fig. 02 – Ilustrações contidas em *Documentação Necessária* – Evolução da arquitetura brasileira. Fonte: Costa, 1937 – adaptado. .... 104
- Fig. 03 – Ilustrações sobre os processos evolutivos da arquitetura setecentista para a modernista. Fonte: Vasconcellos, (1960, p. 78 – adaptado). .... 122
- Fig. 04 – Processos evolutivos das casas urbanas de Vila Rica. Fonte: Vasconcellos (1977, p. 176 / 198 – adaptado). .... 126
- Fig. 05 – Sobrados medievais com poucas aberturas externas – Rua dos Cegos, Lisboa. Fonte: Acervo próprio, 2020. .... 170
- Fig. 06 – Sobrados com balcões ainda existentes em Guimarães (PT). Fonte: Acervo próprio, 2020. .... 172
- Fig. 07 – Casas urbanas com balcões ou andares salientes projetados às ruas – Chaves e Porto. Fonte: Acervo próprio, 2020. .... 173
- Fig. 08 – Sobrados com pé-direito baixo – Chaves e Évora (PT). Fonte: Acervo próprio, 2020. .... 176
- Fig. 09 – Técnica com o uso da madeira na casa corrente medieval – Norte de Portugal. Fonte: Acervo próprio, 2020. .... 178
- Fig. 10 – Exemplos de construções mistas – Norte de Portugal. Fonte: Acervo próprio, 2020. .... 180
- Fig. 11 – Emprego da taipa de fasquio em paredes externas dos sobrados – Chaves (PT). Fonte: Acervo próprio, 2020. .... 184
- Fig. 12 – Coberturas de 2 águas e beirais salientes – Guimarães (PT). Fonte: Acervo próprio, 2020. .... 186
- Fig. 13 – Casas com andar em ressalto após a regularização das fachadas – Viseu (PT). Fonte: Google Street View, 2021 - Adaptado. .... 197

Fig. 14 – Alinhamento irregular das fachadas – Rua Direita, Viseu – Portugal. Fonte: Google Street View, 2021 – Adaptado. ....	204
Fig. 15 – Estrutura de quarteirão medieval na Cidade de São Paulo de Loanda – Angola (África). Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, Portugal / Loanda: Empresa de publicidade "Angola" Lda., 1926 – Adaptado. Disponível em: <a href="https://purl.pt/3484">https://purl.pt/3484</a> . Acesso em: 14 set. 2021. ....	225
Fig. 16 – Estrutura de quarteirão medieval na Cidade de São Thomé – São Tomé e Príncipe (África). Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal / Bernardo Heitor Pereira Garcêz ; Sociedade de Geographia de Lisboa, 1889 – Adaptado. Disponível em: <a href="https://purl.pt/3573">https://purl.pt/3573</a> . Acesso em: 14 set. 2021. ....	226
Fig. 17 – Estrutura de quarteirão setecentista na Cidade de São Paulo de Loanda – Angola (África). Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, Portugal / Loanda: Empresa de publicidade "Angola" Lda., 1926 – Adaptado. Disponível em: <a href="https://purl.pt/3484">https://purl.pt/3484</a> . Acesso em: 14 set. 2021. ....	226
Fig. 18 – Aspecto geral de sobrados lisboetas antes das reformas manuelinas. Fonte: Autoria anônima – 1570/1590 / Publicado em Trindade (2016, p. 7 – Adaptado). ....	231
Fig. 19 – Ruas de Lisboa em condições diferentes de implantação da regularidade e da uniformidade. Fonte: Trindade (2016, p. 7-16 – Adaptado). ....	232
Fig. 20 – Arruamento nas proximidades da antiga Mesquita – Plano de Córdoba de 1811. Fonte: Red Municipal de Bibliotecas / Ayuntamiento de Cordoba, 2011 – Adaptado. ....	237
Fig. 21 – Aspectos gerais da <i>arquitetura de programa</i> implementada na Ribeira das Naus – Lisboa. Fonte: Pier Maria Baldi (1668-1669) / RIVEIRO, Angel; RIVEIRO, Angela (1933, s/p. – Adaptado). ....	259
Fig. 22 – Análise da reprodução dos padrões do <i>modelo arquitetônico manuelino</i> em uma edificação do período moderno existente em Borba (PT). Fonte: Carita (1999, p. 64 – Adaptado) / Acervo pessoal, 2020. ....	263
Fig. 23 – Implantação de padrões de <i>uniformidade arquitetônica</i> na Braga setecentista. Fonte: Mapa das Ruas de Braga, 1750 (online) / Arquivo Distrital de Braga, 1989 – Adaptado. Disponível em: <a href="https://bragavirtual.com/wp/mappa-das-ruas-de-braga/">https://bragavirtual.com/wp/mappa-das-ruas-de-braga/</a> . Acesso em: 11 abr. 2020. ....	264
Fig. 24 – Sobrado com balcão na Rua Santa Tereza, em São João del Rei. Fonte: Dangelo, A.; Brasileiro; Dangelo, J. (2014, p. 52 – Adaptado). ....	333

Fig. 25 – Casas com arranjos formais híbridos, entre as soluções *tardo-medievais* e os *modelos arquitetônicos* do período moderno – (A) Colônia do Sacramento, Uruguai / (B) São João del Rei-BR / (C) Funchal, Ilha da Madeira / (D) Ouro Preto-BR. Fonte: Acervo pessoal, 2020 – Imagens: “A” e “D”; Queiroz (2010a, p. 20) – Imagem: “B”; Fernandes (1992, s/p. – Adaptado) – Imagem: “C”. .....362

Fig. 26 – Uso de muxarabis entre a casa corrente de origem portuguesa – (A) Faial, Açores-PT / (B) Braga-PT / (C) São Paulo-BR / (D) Diamantina-BR. Fonte: Fernandes (1992, s/p.); Mapa das Ruas de Braga, Arquivo Distrital de Braga, 1989; José Wash Rodrigues (1920); Acervo pessoal, 2021. ....363

Fig. 27 – Aspectos da circulação da *cultura arquitetônica* oitocentista entre a região cafeeira do Vale do Paraíba – Vassouras (RJ) [A/C/E] – e São João del Rei (MG) [B/D/F]. Fonte: (A / C / E) Telles (1968, p. 104-122); (B) Queiroz (2010a, p. 32); (D / F) Dangelo, A.; Brasileiro; Dangelo, J. (2014, p. 67-77) – Adaptado. ....367

Fig. 28 – Casas térreas de estrutura formal tardo-medieval em Ouro Preto e São João del Rei. Fonte: Acervo Luiz Fontana – IFAC/UFOP, s/d.; Acervo pessoal de André G. D. Dangelo, s/d. | As fotografias utilizadas na montagem da figura foram produzidas entre o início do séc. XX e a década de 1940. ....385

Fig. 29 – Casas térreas e sobrados de *estrutura formal moderno-manuelina* em Tiradentes e Mariana. Fonte: Acervo pessoal, 2015-2021. ....387

Fig. 30 – Casas térreas e sobrados de *estrutura formal moderno-pombalino* em Ouro Preto (A / B), Mariana (C) e São João del Rei (D). Fonte: Acervo pessoal, 2015-2021. ....388

Fig. 31 – Casas térreas e sobrados de *estrutura formal oitocentista* em Ouro Preto. Fonte: Acervo pessoal, 2019-2021. ....392

Fig. 32 – Adaptações de casas térreas em São João del Rei para os padrões de pés-direitos contidos na *estrutura formal oitocentista* (B/C) em comparação com as de *estrutura formal tardo-medieval* (A). Fonte: Queiroz (2010a – Adaptado). | Casa com rótulas, *estrutura formal tardo-medieval* (A) / Pés-direitos alteados nos séculos XIX ou XX – Antiga Rua do Cotovelo (B) e Casario na Pça das Mercês (C). ....392

Fig. 33 – *Casas de porta e janela* em Ouro Preto (1), Mariana (2), São João del Rei (3) e Tiradentes (4). Fonte: Acervo pessoal, 2011-2021. ....398

Fig. 34 – <i>Casas de meia morada</i> em Ouro Preto (1), Mariana (2), Tiradentes (3) e São João del Rei (4). Fonte: (1-3) Acervo pessoal – Régis Martins, 2011-2020; (4) Acervo pessoal – André Dangelo, 2021. ....	401
Fig. 35 – <i>Casas de 3 ¼ de morada</i> em Ouro Preto (1-2) e Tiradentes (3-4). Fonte: Acervo pessoal, 2011-2021. ....	403
Fig. 36 – <i>Casas de morada inteira</i> em Ouro Preto (1), Tiradentes (2) e Mariana (3-4). Fonte: Acervo pessoal, 2011-2021. ....	405
Fig. 37 – <i>Casa térrea com camarinha</i> em São João del Rei – Imagens do início do séc. XX. Fonte: Dangelo, A.; Brasileiro; Dangelo, J. (2014, p. 68-78 – Adaptado). ....	406
Fig. 38 – <i>Sobrados de frente estreita</i> em Ouro Preto (1-3) e Mariana (4-6). Fonte: Acervo pessoal, 2020-2021. ....	415
Fig. 39 – <i>Sobrados de frente estreita</i> com aberturas comunicantes – Portugal: Porto (1-2), Chaves (3) e Guimarães (4) / Minas Gerais: Mariana – Rua Direita (5) e Ouro Preto – Rua São José (6). Fonte: Acervo pessoal, 2020-2021. ....	415
Fig. 40 – <i>Sobrados de frente larga</i> em Ouro Preto (1-2), Mariana (3) e Tiradentes (4). Fonte: Acervo pessoal, 2020-2021. ....	417
Fig. 41 – <i>Sobrados três ou mais pavimentos</i> em Ouro Preto – Ruas Conde de Bobadela (1-2) e Brigadeiro Musqueira (3). Fonte: Acervo pessoal, 2020-2021. ....	419
Fig. 42 – <i>Sobrados com camarinha</i> em Ouro Preto (1-3) e em Mariana (4). Fonte: Acervo pessoal, 2020-2021. ....	420
Fig. 43 – <i>Sobrados com características senhoriais</i> – São João del Rei (1), Mariana (2) e Ouro Preto (3-4). Fonte: Acervo pessoal, 2015-2021. ....	422
Fig. 44 – <i>Sobrados oitocentistas</i> nas cidades de São João del Rei (1-3) e Tiradentes (4). Fonte: Figuras 1-3: Queiroz (2010a, p. 35-40 – Adaptado); Figura 4: Queiroz (2010b, p. 19 – Adaptado). ....	424
Fig. 45 – <i>Sobrados com balcão</i> localizados à Rua Antônio de Albuquerque em Ouro Preto. Fonte: Acervo pessoal, 2021. ....	425
Fig. 46 – <i>Casas com andar sobrado no subsolo</i> em Ouro Preto. Fonte: Acervo pessoal, 2020-2021. ....	427

**Pranchas:**

Prancha 1 – <i>Noua Bracarae avgvste descriptio</i>   Braga (Pt), 1594. Destaque para o interior dos quarteirões. Fonte: Coleção digital - Biblioteca Geral Digital   Universidade de Coimbra, (2021 – Adaptado). Arquivo: <i>Noua Bracarae avgvste descriptio</i>   Classificação: CDU: 912 (469.112) "15" / CDU: 908 (469.112) "15"   Disponível em: <a href="https://am.uc.pt/bib-geral/item/45122">https://am.uc.pt/bib-geral/item/45122</a> . Acesso em: 24 ago. 2021. ....	160
Prancha 2 – Lotes medievais – Rua Egas Moniz, Guimarães - Portugal. Fonte: Município de Guimarães, (2022 – Adaptado). Disponível em: <a href="https://www.cm-guimaraes.pt/municipio/camara-municipal/servicos/urbanismo/websig-mapas-online">https://www.cm-guimaraes.pt/municipio/camara-municipal/servicos/urbanismo/websig-mapas-online</a> . Acesso em: 22 fev. 2022. ....	162
Prancha 3 – Esboços – algumas tipologias da casa corrente medieval. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	167
Prancha 4 – Planta da Cidade de Viseu – Portugal (1864)   Destaque para o recorte de análise na área central. Fonte: Castilho (2012, p. 276 – Adaptado). ....	194
Prancha 5 – Tipos de lotes – Análise da área central sobre a planta da Cidade de Viseu – Portugal (1864). Fonte: Castilho (2012, p. 276 – Adaptado). ....	195
Prancha 06 – Povoações portuguesas constituídas com <i>ordenação linear</i> – Destaque em cor preta para o núcleo de formação medieval. Fonte: Trindade (2012 – Adaptado). ....	221
Prancha 07 – Povoações portuguesas constituídas com <i>ordenação cruzada</i> – Destaque em cor preta para o núcleo de formação medieval. Fonte: Trindade (2013 – Adaptado). ....	222
Prancha 08 – Planta da Cidade de Moçambique (1835) – <i>ordenação linear</i> . Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal / Faustino, J., 1835 – Adaptado. Disponível em: <a href="https://purl.pt/1433/2/">https://purl.pt/1433/2/</a> . Acesso em: 14 set. 2021. ....	223
Prancha 09 – Planta da Cidade de São Paulo de Luanda – Angola (1926) – <i>ordenação cruzada</i> . Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal / Empresa de publicidade "Angola" Lda, 1926 – Adaptado. Disponível em: <a href="https://purl.pt/3484">https://purl.pt/3484</a> . Acesso em: 14 set. 2021. ....	224
Prancha 10 – Reconstituição da planta de uma casa-pátio mediterrânea / muçulmana – Mértola – Portugal. Fonte: Macias (1998, p. 112-115 – Adaptado). ....	240
Prancha 11 – Padrões estabelecidos pelo regimento do projeto da Ribeira das Naus, determinantes para arquitetura de programa implementada em Lisboa. Fonte: Carita (1999, p. 64-65 – Adaptado). ....	258

Prancha 12 – Prospectos de casas térreas em Barcelos (AM) e Vila de S. Antônio do Algarve (Portugal) – (A) Brasil / (B/C) Portugal. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, 2021; Câmara (2010, p. 133) – Adaptado. Fontes: (A) Biblioteca Nacional de Portugal: “Elevação das cazas q se estão fazendo em hú dos lados da nova praça para os moradores Soldados Cazados nesta Villa de Barcellos”, Felipe Sturm, 1760. Disponível em: <https://purl.pt/903/2/>. Acesso em: 12 out. 2021. / (B) CÂMARA Municipal de Vila Real de Santo António. *Vila Real de Santo António e o Urbanismo Iluminista*. Vila Real de Santo António: VRSA; CEPHA; UAlg, 2010. / (C) Biblioteca Nacional de Portugal: “Propriedades q edeficou loão de Souza e Mello e seu filho loze de Souza e Mello... parte de Villa Real de S.tº An.tº do Algarve”, s/i., 1836-1849 Disponível em: <https://purl.pt/22577/2/>. Acesso em: 12 out. 2021. ....269

Prancha 13 – Pormenor da Planta de Vila Boa Capital da Capitania geral de Goyas – 1782. | Fonte: Rede Memória / Biblioteca Nacional, 2021 – Adaptado. ....270

Prancha 14 – Reprodução do modelo arquitetônico pombalino em Salvador (BA) e no Rio de Janeiro (RJ) | A – Sobrado urbano soteropolitano; B / C / D – Mappa Architectural da Cidade do Rio de Janeiro / E – Alçados elaborados pelo Arquiteto Manuel da Maia. Fonte: Acervo pessoal, 2019 / Mappa architectural da cidade do Rio de Janeiro, engenheiro bel. J. Rocha Fragoso, 1874 – Biblioteca Nacional do Chile. Disponível em: <http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/631/w3-article-353047.html>. Acesso em: 13 mar. 2021. / Figueiredo (2014, p. 175) – Adaptado. ....271

Prancha 15 – Representação da casa baiana normalizada pela postura de 1785 (feita por Jair Brandão em 1945), e alçados de casas manuelinas (estudos de Helder Carita) e pombalinas (Arq. Manuel da Maia). | Fonte: Smith (1945, p. 129); Carita (1999, p. 64) e Figueiredo (2014, p. 175) – Adaptado. ....277

Prancha 15 – Casas erguidas em Salvador conforme o *modelo arquitetônico soteropolitano* (A/B/C). Fonte: Smith (1945, p. 129); Acervo pessoal – Adaptado. ....278

Prancha 16 – Comparação entre os modelos arquitetônicos constituídos a partir da Postura Soteropolitana e do Código de Posturas do Rio de Janeiro. Fonte: Acervo pessoal, 2021. ....282

Prancha 17 – Mercado (Morgado) de Santa Bárbara, séc. XVIII – Salvador – Bahia. Fonte: Museu do Estado da Bahia, s/d – Adaptado. Reprodução de cópia digitalizada, disponível em: <http://www.cidade-salvador.com/patrimonios/santa-barbara/morgado-antigo.htm>. Acesso em 11 abr. 2020. ....288

Prancha 18 – Balcões (A/C/D), sacadas (B) e varandas (E/F) representadas em gravuras do período colonial. | Fonte: Zacharias-Wagener (1640); Post (1657); Earle (124); Bauch

(1852); Ender (1835) – Adaptado. | Figuras: A) Zacharias-Wagener – Vista da Cidade Maurícia, 1640 / B) Frans Post – Vista da Cidade Maurícia, 1657 / C) Augusto Earle – Portão e Mercado de escravos em Pernambuco, 1824 / D) Emil Bauch – Rua da Cruz, Recife, 1852 / E) Thomas Ender – Mercado Perto da Praia Atrás do Trapiche da Alfandega, Rio de Janeiro, 1817 / F) Johann M. Rugendas – Praia dos Mineiros, Rio de Janeiro (3ª div. pr. 11), 1835. ....289

Prancha 19 – Sobrados com balcões avançados sobre as ruas – Sergipe, Pernambuco, São Paulo e Bahia. | Fonte: iPatrimonio.org; IPHAN; IMS; FBN (Online), Vauthier (1943) e Smith (1969) – Adaptado. | Figuras: A) Sobrado da Rua da Matriz, São Cristóvão (SE) – Fonte: <http://www.ipatrimonio.org> / B) Sobrado com balcão em Olinda (PE) – Estevão Pinto (1943, p. 326) / C) Casas Velhas de Santos (1826) – José Wash Rodrigues, 1922 / D) Região da Gamboa, Salvador (BA) – Guilherme Gaensly, 1870-1880 / E) Sobrado com varandas em Recife – Louis L. Vauthier (1943, p. 133) / F) Elevação da casa de João Domingues em Santo Amaro (BA) – Robert C. Smith (1969, p. 126). ....290

Prancha 20 – Análise do traçado urbano de Mariana – Comparativo entre o estudo de morfologia realizado por Cláudia D. Fonseca e Plãta da Cidade de Mariana do séc. XVIII. Fonte: Fonseca (1999, p. 64-65 – Adaptado); Arquivo Histórico do Exército (RJ), s/d – Disponível em: <https://mdc.arq.br/2009/10/01/regularidade-e-ordem-nas-povoacoes-mineiras-no-seculo-xviii/> . Acesso em: 12 out. 2021. ....304

Prancha 21 – Análise morfológica do traçado urbano do entorno da atual Pça. Tiradentes. Fonte: Arquivo Público Mineiro (Notação: PP – 006), 1888. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes\\_formatos/brtacervo.php?cid=708&op=1](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=708&op=1) . Acesso em: 11 abr. 2020. ....309

Prancha 22 – Análise morfológica do traçado em S. João del Rei, representado em planta do séc. XIX. Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1881 – Adaptado. Denominação do mapa: *Topographical Sketch Plan of the S. João d'El Rei and Rio das Mortes*. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes\\_formatos\\_docs/photo.php?lid=216](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=216) . Acesso em: 12 out. 2021. ....311

Prancha 23 – Gravura da Praça da Vila (atual Pça. Tiradentes) em 1760 – Destaque para as varandas e andares salientes nos sobrados. Fonte: Boletim Informativo do Museu da Inconfidência, 2011 – Adaptado. MINC-IBRAM. Vila Rica do Ouro. *Isto é inconfidência* – Boletim Informativo do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, ano XIII, n. 30, 8p., 2011. ....331

Prancha 24 – Balcões e varandas preservados em edificações setecentistas de Ouro Preto – ruas Antônio de Albuquerque (A/B), Alvarenga (C) e Donato Quintiliano (D). Fonte: Acervo Luiz Fontana – IFAC/UFOP, década de 1940 / Queiroz (2008, p. 14) - Adaptado. | Fotógrafos: Luiz Fontana (A/B/C) e Eric Hess (D). ....332

Prancha 25 – Uniformidade fragmentada em trechos de ruas de Ouro Preto e Mariana. Fonte: Acervo pessoal, 2019-2020.   Locais registrados: Ouro Preto – Pça. Reinaldo de Alves Brito (1), Rua São José (2 e 3) e Rua Alvarenga (4) / Mariana: Rua Direita (5) e Pça. Gomes Freire (6). .....	339
Prancha 26 – Ocorrência das diferentes formas de uniformidade fragmentada entre o conjunto arquitetônico das quatro povoações estudadas, conforme os registros do início do séc. XX. Fonte: Queiroz; Machado (2008a; 2008b); Queiroz (2010a; 2010b) – Adaptado. ....	340
Prancha 27 – Análise morfológica dos parcelamentos dos terrenos em Ouro Preto. Fonte: Prefeitura Municipal de Ouro Preto, IPHAN, 2002 – Adaptado. ....	349
Prancha 28 – Distribuição dos parcelamentos em Ouro Preto – Estrutura de quarteirão medieval. Fonte: Arquivo Público Mineiro (Notação: PP – 006), 1888. Disponível em: <a href="http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brta_cervo.php?cid=708&amp;op=1">http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brta_cervo.php?cid=708&amp;op=1</a> . Acesso em: 11 abr. 2020. ....	350
Prancha 29 – Análise morfológica dos parcelamentos em Mariana. Fonte: IPHAN (2007, p. 91 – Adaptado). ....	352
Prancha 30 – Análise morfológica dos parcelamentos em São João del Rei. Fonte: Prefeitura Municipal de São João del Rei, s/d. – Adaptado. ....	355
Prancha 31 – Análise morfológica dos parcelamentos em Tiradentes. Fonte: IPHAN (2007, p. 101 – Adaptado). ....	356
Prancha 32 – Reprodução de recursos decorativos entre a casa corrente de origem portuguesa. Fonte: Imagens 1-14 / 16 / 18 – Acervo Pessoal, 2015-2021; 15 / 17 – Dangelo, A.; Brasileiro; Dangelo, J. (2014, p. 75-78) – Adaptado. ....	366
Prancha 33 – Exemplos da circulação da <i>cultura arquitetônica</i> de origem portuguesa entre a casa corrente luso-brasileira de Ouro Preto e Mariana e outras povoações no mundo português. Fonte: (A / C / E) Fernandes (1992, s/p. – Adaptado); (B / D / F / G / H) Acervo pessoal – Régis Martins, 2021. ....	368
Prancha 34 – Agenciamento interno em casas térreas e sobrados com <i>organização policelular sequencial</i> . Fonte: Fernandes (1992, s/p.); Ordem (2004, p. 182 – vol. 2); Oliveira; Galhano (1992, p. 269); Tomé (2017, p. 181) – Adaptado. ....	373
Prancha 35 – Agenciamento interno em sobrados com <i>organização policelular sequencial</i> – Açores (PT). Fonte: Fernandes (1992, s/p. – Adaptado). ....	374

Prancha 36 – Agenciamento interno em casas térreas e sobrados com <i>organização policelular sequencial</i> em Ouro Preto (MG). Fonte: Vasconcellos (1977, 134-143 – Adaptado). .....	375
Prancha 37 – Emprego das técnicas construtivas de origem portuguesa nas povoações investigadas. Fonte: (1-4/6-7) Acervo Pessoal – Régis Martins, 2021; (5) Acervo Pessoal – André G. D. Dangelo, s/d. ....	380
Prancha 38 – Variação das <i>estruturas formais</i> difundidas entre a casa corrente ouro-pretana. Fonte: Acervo Luiz Fontana – IFAC/UFOP, décadas de 1920 a 1940 – Adaptado. ....	395
Prancha 38 – Variação das <i>estruturas formais</i> difundidas entre a casa corrente são-joanense. Fonte: Dangelo, A.; Brasileiro; Dangelo, J. (2014 – Adaptado). ....	396
Prancha 39 – Casa térrea de porta e janela   Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	407
Prancha 40 – Casa meia morada   Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	408
Prancha 41 – Casa de $\frac{3}{4}$ de morada   Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	409
Prancha 42 – Casa de morada inteira   Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	410
Prancha 43 – Casa térrea com camarinha   Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	411
Prancha 44 – Sobrado de frente estreita   Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	428
Prancha 45 – Sobrado de frente larga   Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	429
Prancha 46 – Sobrados de três ou mais pavimentos   Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	430
Prancha 47 – Sobrados com camarinha   Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	431

Prancha 48 – Sobrados com características senhoriais   Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	432
Prancha 49 – Sobrados oitocentistas   Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	433
Prancha 50 – Sobrados com balcão   Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	434
Prancha 51 – Casas com andar sobrado no subsolo   Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	435
Prancha 52 – Casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais: Estruturas formais   Evolução das fachadas. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	440
Prancha 53 – Casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais: Estruturas formais   Evolução da volumetria. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	441
Prancha 54 – Casa corrente ouro-pretana   Casas térreas. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	445
Prancha 55 – Casa corrente ouro-pretana   Sobrados. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	446
Prancha 56 – Casa corrente marianense   Casas térreas e sobrados. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	447
Prancha 57 – Casa corrente são-joanense   Casas térreas. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	450
Prancha 58 – Casa corrente são-joanense   Sobrados. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	451
Prancha 59 – Casa corrente tiradentina   Casas térreas. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	452
Prancha 60 – Casa corrente tiradentina   Sobrados. Fonte: Elaboração própria, 2021. ....	453

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal.

INBI-SU – Inventário Nacional de Bens Imóveis e Sítios Urbanos – IPHAN/Monumenta-BID.

IFAC/UFOP – Instituto de Filosofia, Arte e Cultura / Universidade Federal de Ouro Preto.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

MINC-IBRAM – Ministério da Cultura – Instituto Brasileiro de Museus.

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>23</b>
---------------------------	-----------

## **PARTE 1 – A REPRESENTAÇÃO DA CASA URBANA LUSO-BRASILEIRA AO LONGO DO TEMPO**

<b>2. A CASA URBANA LUSO-BRASILEIRA NA HISTORIOGRAFIA DA ARQUITETURA BRASILEIRA .....</b>	<b>38</b>
---	-----------

<b>2.1. Os “Estudos Pioneiros” .....</b>	<b>41</b>
--	-----------

2.1.1. Aspectos gerais da contribuição de Ricardo Severo .....	42
--	----

2.1.2. Aspectos gerais da contribuição de José Marianno Filho .....	58
---	----

<b>2.2. Os “Estudos Fundadores” .....</b>	<b>70</b>
---	-----------

2.2.1. O SPHAN e a linha de pensamento adotada para a representação da história da arquitetura brasileira .....	73
---	----

2.2.2. A contribuição de Afonso Arinos .....	77
--	----

2.2.3. A contribuição de Gilberto Freyre .....	86
--	----

2.2.4. A contribuição de Lucio Costa .....	99
--	----

2.2.5. A representação da história da casa urbana luso-brasileira nas Revistas do Patrimônio .....	112
--	-----

2.2.6. A conformação dos <i>Estudos Fundadores</i> além das trincheiras do SPHAN .....	118
--	-----

<b>2.3. Os “Estudos Recentes” .....</b>	<b>129</b>
---	------------

2.3.1. Carlos A. C. Lemos, o historiador da casa brasileira .....	130
---	-----

2.3.2. Günter Weimer e a arquitetura popular brasileira .....	144
---	-----

## **PARTE 2 – COMPREENDENDO A CASA CORRENTE LUSO-BRASILEIRA**

<b>3. A CASA CORRENTE DE ORIGEM PORTUGUESA – ESTADO DA ARTE .....</b>	<b>152</b>
---	------------

<b>3.1. A casa corrente portuguesa do final do período medieval .....</b>	<b>156</b>
---	------------

<b>3.2. A casa corrente portuguesa na Idade Moderna em Viseu .....</b>	<b>191</b>
--	------------

<b>4. A CASA CORRENTE LUSO-BRASILEIRA COMO CONSEQUÊNCIA DA TRADIÇÃO URBANÍSTICA PORTUGUESA .....</b>	<b>208</b>
<b>4.1. O ato de <i>fazer cidade</i> nas povoações de origem portuguesa e as implicações gerais sobre a casa corrente luso-brasileira .....</b>	<b>211</b>
4.1.1. Aspectos importantes a considerar sobre a morfologia das povoações de origem portuguesa no Brasil .....	217
4.1.2. Aspectos da incorporação de novos elementos à <i>Tradição Urbanística Portuguesa</i> durante a Idade Moderna .....	227
4.1.3. A predominância de um tipo de urbanismo de origem europeia em Portugal frente às matrizes islâmicas e as implicações para a casa corrente .....	235
<b>4.2. Lógicas de implantação da <i>regularidade</i> e da <i>uniformidade arquitetônica</i> no <i>fazer e compor cidade</i> em povoações de origem portuguesa .....</b>	<b>241</b>
4.2.1. O papel das medidas urbanísticas para dotar as povoações de <i>regularidade</i> e as principais implicações entre a reprodução da casa corrente .....	242
4.2.2. O papel do <i>modelo arquitetônico manuelino</i> para a imposição de <i>uniformidade</i> sobre a casa corrente de origem portuguesa .....	255
4.2.3. Aspectos da difusão do <i>modelo arquitetônico pombalino</i> entre a casa corrente luso-brasileira .....	265
4.2.4. Indícios da criação de <i>modelos arquitetônicos</i> locais entre a casa corrente luso-brasileira .....	272
<b>4.3. Aspectos do processo de implementação de <i>regularidade</i> e <i>uniformidade arquitetônica</i> entre as povoações brasileiras do período colonial .....</b>	<b>283</b>

**PARTE 3 – UMA PROPOSTA DE REPRESENTAÇÃO PARA A CASA CORRENTE LUSO-BRASILEIRA EM MINAS GERAIS**

<b>5. A CASA CORRENTE LUSO-BRASILEIRA EM MINAS GERAIS .....</b>	<b>297</b>
<b>5.1. Aspectos incidentes sobre a casa corrente luso-brasileira erguida nas Minas Setecentistas .....</b>	<b>298</b>
5.1.1. A <i>regularidade</i> e a <i>regulação</i> urbana nas vilas setecentistas.....	299
5.1.1.1. Aspectos sobre as ações reguladoras realizadas no séc. XVIII .....	300

5.1.1.2. A manutenção da base de <i>regulação urbana</i> de origem portuguesa e a inclusão de novos parâmetros urbanísticos no séc. XIX .....	322
5.1.2. A <i>uniformidade arquitetônica</i> na casa corrente luso-brasileira das regiões de Vila Rica e do Rio das Mortes .....	326
5.1.2.1. A disseminação dos balcões, andares salientes e sacadas nos sobrados nas povoações mineiras .....	329
5.1.2.2. A imposição de <i>uniformidade arquitetônica</i> à casa corrente luso-brasileiras em Minas Gerais .....	334
5.1.3. O lote godo-medieval no <i>compor cidade</i> das povoações mineiras .....	342
5.1.3.1. Os padrões de dimensionamento de testadas do lote godo-medieval em Ouro Preto e São João del Rei .....	343
5.1.3.2. Características morfológicas do <i>compor cidade</i> das quatro vilas estudadas .....	347
5.1.4. A <i>cultura arquitetônica de origem portuguesa</i> nas vilas setecentistas mineiras .....	358
5.1.4.1. Aspectos complementares sobre a <i>dimensão plástica</i> da casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais .....	361
5.1.4.2. Aspectos sobre a <i>dimensão funcional</i> da casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais .....	369
5.1.4.3. Aspectos sobre a <i>dimensão construtiva</i> da casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais .....	376
5.1.4.4. À guisa de uma interpretação sobre as <i>dimensões</i> presentes na casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais .....	379
<b>5.2. Proposta de classificação para a Casa Corrente Luso-Brasileira em Minas Gerais</b>	<b>381</b>
5.2.1. As relações entre a casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais e os <i>modelos arquitetônicos</i> .....	384
5.2.2. Casas Térreas .....	397
5.2.2.1. Casas de porta e janela .....	397
5.2.2.2. Casas de meia morada .....	399
5.2.2.3. Casas de $\frac{3}{4}$ de morada .....	402
5.2.2.4. Casas de morada inteira .....	403
5.2.2.5. Casas térreas com camarinha .....	406
5.2.2. Sobrados .....	412
5.2.3.1. Sobrados de frente estreita .....	412

5.2.3.2. Sobrados de frente larga .....	416
5.2.3.3. Sobrados de três ou mais pavimentos .....	418
5.2.3.4. Sobrados com camarinha .....	419
5.2.3.5. Sobrados com características senhoriais .....	421
5.2.3.6. Sobrados oitocentistas .....	423
5.2.3.7. Sobrados com balcão .....	424
5.2.3.8. Casas com andar sobrado no subsolo .....	426
<b>5.3. À guisa de uma conclusão sobre a casa corrente luso-brasileiro nas quatro Vilas Mineiras investigadas .....</b>	<b>436</b>
5.3.1. Aspectos importantes para a compreensão da evolução dos partidos arquitetônicos da casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais .....	436
5.3.2. Quadro geral da casa corrente luso-brasileira das regiões de Vila Rica e do Rio das Mortes .....	442
5.3.2.1. Características da casa corrente luso-brasileira na região de Vila Rica .....	442
5.3.2.2. Características da casa corrente luso-brasileira na região do Rio das Mortes .....	448
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>454</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>459</b>
<b>APÊNDICE A – DADOS DOS LEVANTAMENTOS CADASTRAIS CONSULTADOS NO INBI-SU (OURO PRETO-MG).....</b>	<b>480</b>



## 1. INTRODUÇÃO

[...] os edifícios – mesmos as habitações aparentemente humildes – são mais do que objetos materiais ou estruturas. São instituições, fenômenos culturais básicos. (RAPOPORT, 1984, p. 26)

Este trabalho propõe uma releitura sobre a “casa urbana” constituída entre os séculos XVIII e XIX em Minas Gerais, mais especificamente nas regiões de Vila Rica e do Rio das Mortes, nas quais estão compreendidas as atuais cidades de Ouro Preto, Mariana, São João del Rei e Tiradentes. Originadas como vilas, criadas pelos administradores reinóis entre os anos 1711 e 1719 para o controle da atividade mineradoras, estas povoações<sup>1</sup> possuem acervos arquitetônicos dotados se significativa integridade e oferecem um importante repertório de investigação presente em fontes bibliográficas, documentais e cadastrais, o que favorece algumas perspectivas de estudo sustentadas pela relativa preservação dos objetos a serem analisados, as próprias edificações, e pela presença de indícios suficientes para as análises a se empreenderem.

A proposta de releitura, ou seja, de “representação” buscada – utilizando-se as noções do termo adotadas por Roger Chartier e Pierre Bourdieu<sup>2</sup> – constituiu-se à luz

---

<sup>1</sup> O termo “povoação” será adotado no sentido de “lugar habitado” (Dicionário Michaelis Online). Consultamos o compêndio elaborado por Souza Viterbo, *Elucidario das palavras, termos e frases antiquadas da Língua Portuguesa*, e consta o significado para a palavra “povramento” (povoamento), sinônimo atual para o termo que utilizamos, no qual o autor designa como “Acção de povoar. ‘Des o povramento’, desde o tempo que se povoou. He do século xv.”. (VITERBO, 1865, p. 157)

<sup>2</sup> Para Roger Chartier, as representações do mundo social “[...] embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”, por consequência, “daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 2002. p.17). Do ponto de vista de Pierre Bourdieu, “[...] a representação que os indivíduos e grupos exibem inevitavelmente através de suas práticas e propriedades faz parte integrante de sua realidade social” (BOURDIER, 2011, p. 447). Nesta perspectiva, operar uma análise sobre a representação da casa urbana luso-brasileira, por consequência, nos exigiu dialogar com as formas de manifestação e reprodução de uma realidade social existente quando se elaboraram os estudos a que recorreremos. As historiografias da arquitetura brasileira e portuguesa possuem contornos bem distintos, uma vez que os contextos de investigação sobre o objeto em cada país se conformaram por meio de objetivos e classificações diferentes. Há de se considerar tais afastamentos na representação oferecida pelas fontes, para não tendermos à falsa percepção de uma leitura anacrônica de tais realidades e, por consequência, desconsiderarmos as diferentes formas de categorização, de estabelecimento dos recortes e de orientação dos estudos, conforme seus propositores.

do tipo arquitetônico “casa corrente”, que envolve, *grosso modo*, uma série de manifestações anônimas, erguidas sem a condução da construção por arquitetos ou mestres de risco e amplamente difundidas nos tecidos urbanos das povoações de origem portuguesa. Como objeto de pesquisa, a *casa corrente* se insere em um campo de investigação presente na historiografia portuguesa desde a década de 1960, surgido a partir dos estudos medievalistas, mas ainda de pequena representatividade no Brasil. Apesar disto, optamos por adotar tal perspectiva de interpretação por identificarmos na história da arquitetura brasileira uma falta de coesão entre as diversas linhas de trabalho criadas ao longo do tempo, cada qual orientada por questões centrais que admitiram recortes, conceitos e metodologias diferentes, sem formar um percurso contínuo de produção de conhecimento em mesmo direcionamento. Entra em jogo, neste sentido, a ausência de uma classificação coerente e explorada a longo prazo para as pesquisas sobre a *casa*, o que, conseqüentemente, deu origem a um grande mosaico de observações, marcado por suas fragmentações e condições analíticas específicas.

Para lidar com essa condição paradoxal, utilizamos uma categorização preliminar para operacionalizar a inserção no estado da arte, sustentada no recorte temático denominado “casa urbana”, que, em linhas gerais, foi capaz de conectar à nossa pesquisa grande parte do repertório oferecido pelo mosaico de observações existente. Nesse percurso, o tipo *casa corrente* incorporou-se à forma de classificação adotada e tornou-se o operador essencial para a análise do objeto, permitindo-nos de início isolar no tratamento das fontes o que havia de conhecimento sobre as habitações comuns e o correspondente às chamadas “casas senhoriais”<sup>3</sup>.

Igualmente, a transposição dessa estratégia metodológica ao contexto de abordagem das quatro vilas mineiras possibilitou dialogar com o conhecimento

---

<sup>3</sup> O tipo “casa senhorial” compreende todo um conjunto de residências dotadas de maior qualidade construtiva e, geralmente, associada a pessoas ligadas à nobreza instalada nas cidades, vilas ou aldeias e nas áreas rurais do Reino Português. No cenário brasileiro colonial, as *casas senhoriais* estiveram limitadas a poucos exemplares, tornando-se mais abundantes no período imperial, quando a produção de uma arquitetura mais refinada e ostentadora de maior qualidade estética se tornou mais frequente.

estabelecido acerca da *casa urbana* local – como o proporcionado pelo célebre estudo de Sylvio de Vasconcellos elaborado para as residências setecentistas de Ouro Preto – e buscar paralelamente dados (indícios) que revelassem outras facetas relacionadas ao objeto – presentes em trabalhos destinados a discutir a formação das povoações mineiras nos séculos XVIII e XIX, como as investigações de Roberta M. Delson, Maria A. M. Borrego, Cláudia D. Fonseca e Rodrigo Bastos. O tratamento conferido à *casa corrente luso-brasileira* das regiões de Vila Rica e do Rio das Mortes surgiu então como uma tentativa de aproximação entre a historiografia da arquitetura produzida no Brasil e em Portugal, buscando em ambas as bases para a releitura desejada e necessária, haja vista as importantes questões ainda em aberto no estudo da *casa* brasileira das centúrias anteriores.

Ao retornar à investigação desse tema na historiografia da arquitetura brasileira, tivemos de dialogar com a realidade representada por um conhecimento gerado desde os anos 1910, percebendo-o entre as relações de luz e sombra lançadas sobre o objeto, o que nos revelou, sobretudo, um grande conjunto de trabalhos dirigido a problemas fixados em torno da *casa urbana* no campo do patrimônio material, no qual a história da arquitetura foi ferramenta essencial, mas de caráter assessorio ao debate. De um modo geral, ficaram de fora a análise das diversas manifestações regionais presentes no cenário da Colônia e do Império Brasileiro, explorada em obras episódicas, como: a monografia, depois artigo para as Revistas do SPHAN, de Augusto C. da Silva Telles acerca das casas de Vassouras (RJ); o citado trabalho de Sylvio de Vasconcellos sobre Ouro Preto; os estudos de Carlos Lemos para a casa paulista ou de Olavo Pereira da Silva Filho destinados às habitações maranhense e piauiense.

Nosso estudo se concentrou então nestas lacunas, dada a ausência de investigações produzidas para os demais contextos das povoações mineiras surgidas no séc. XVIII. Motivada por esta ausência, a compreensão acerca da história das *casas urbanas* erguidas em Minas Gerais nos séculos passados tem se desenrolado a partir do modelo proposto por Vasconcellos, ideal e de qualidade indiscutível para a representação em torno da arquitetura da antiga Vila Rica, mas sem a abrangência

territorial necessária para assegurar a interpretação das regionalidades existentes nas demais localidades. A utilização da tipologia formada pela *casa corrente* como chave de leitura do objeto, conseqüentemente, nos permitiu tratar parte destes pontos em aberto para as quatro povoações compreendidas no recorte proposto, mesmo que para o caso de Ouro Preto já houvesse um lastro considerável de conhecimento proposto pelo célebre professor.

Conforme o método de investigação escolhido, a opção pela designação *casa* em nosso trabalho partiu da sustentação oferecida pelo próprio significado atribuído ao termo, que, no cenário português, adquiriu a partir da Idade Média uma conotação ampla, servindo para tratar diferentes aspectos do meio edificado e vivenciado por famílias, oficiais, comerciantes e demais moradores das zonas urbanas ou rurais. De acordo com Helder Carita, “o termo ‘casa’ corresponde [...] à palavra mais abrangente para a habitação doméstica”, recebendo, ao longo do tempo, variações semânticas estendidas ao sentido de “edifício comum, a habitação, edifício de armazenamento, estabelecimento comercial, compartimento de uma casa, família, linhagem, património familiar, conjunto de membros de uma casa, família real ou nobre”. (CARITA, 2017, p. 244-245)

Observando principalmente os aspectos mais específicos da ideia permitida pelo termo *casa* e sua aplicabilidade em nosso contexto de investigação, optamos então pela adoção da terminologia *casa corrente*, que, segundo Liliana A. M. Castilho, corresponderia ao “edifício comum” citado por Carita (2017), que “[...] como o próprio nome indica, era a norma”, ou seja, “a sua força expressiva na definição da malha urbana prende-se precisamente, não com a singularidade morfológica dos seus alçados, mas com o seu carácter repetitivo” (CASTILHO, 2005, p. 61). A autora ainda complementou que:

A designação ‘casa corrente’ pretende agrupar sob uma mesma denominação realidades habitacionais sem dúvida diversas, mas que escapam, em última análise, ao universo, mais frequentemente estudado, da casa nobre. Confluem aqui todas as residências que, não sendo pertença de nobres, ou de tal maneira grandiosas que façam adivinhar a nobilitação, se perdem no vasto campo do anonimato – as casas dos outros. (CASTILHO, 2015, p. 61)

No trecho, Castilho (2015) apresentou-nos a designação, *casa corrente*, como uma ferramenta conceitual para o agrupamento de “realidades habitacionais diversas”, que seria sustentado pelos caracteres de reprodutividade das dimensões construtiva, funcional e plástica, pautada na ausência – ou quase ausência – de uma expressão formal individualizável, como no caso da “casa senhorial”. Tal quadro de interpretação coincide com o contexto observável na arquitetura mineira dos séculos XVIII e XIX, grandemente marcado pela disseminação de edificações, ora de fisionomia bastante similar às suas congêneres portuguesas, ora conduzidas pelas conveniências ditadas pelo local de manifestação ou pelos valores introduzidos à época pelas inovações estilísticas.

A configuração de um modo de expressão formal “corrente” para a *casa* determinou características predominantes para serem verificadas neste tipo específico de *casa urbana*, conformado pela reprodução de uma “cultura arquitetônica” ora de natureza popular, transmitida de modo empírico e sem atributos distintivos de caráter erudito, ora influenciada pelas imposições urbanísticas emanadas das Casas de Câmara e instituições de finalidade similar. Diante destes pressupostos, entendemos como pertinente – respeitando-se as devidas proporções, entre os modos de ocorrência do objeto de pesquisa nos dois países e os lapsos temporais envolvidos – , a adoção da proposta de investigação baseada no tipo *casa corrente* em nosso recorte de investigação. A análise tipológica das *casas* originadas nas povoações setecentistas de Minas Gerais, conseqüentemente, nos ofereceu condições para gerar classificações por “variações formais” dos partidos arquitetônicos, que, conseqüentemente, estariam submetidas a “estruturas formais” derivadas dos modelos arquitetônicos em circulação na Idade Moderna.

A adoção de classificação por meio do tipo *casa corrente*, apesar de pouco usual na bibliografia brasileira, também contribuiu para um tratamento mais conveniente ao objeto a partir dos aspectos relacionados à forma (dimensão plástica – *venustas*), que, conseqüentemente, interferiram na funcionalidade (dimensão funcional – *utilitas*-

*comoditas*) e no modo de erguer a edificação (dimensão construtiva – *firmitas*), tentando-se, nesse intuito, uma análise que envolvesse as três dimensões envolvidas – ainda que o foco tenha se dirigido à questão formal em linhas mais largas. Partimos para essa opção, principalmente, por percebemos na historiografia da arquitetura desenvolvida no Brasil o uso de diferentes atribuições destinadas à *casa*, nas quais foi comum a associação do objeto às classificações “arquitetura colonial”, “tradicional”, “civil”, “popular”, “vernacular” ou, mesmo, “casas de residência” ou “casas de morada”. Esse mosaico de denominações, por consequência, formatou representações que não dialogaram entre si no aspecto metodológico ou não utilizaram da análise da tipologia como chave de interpretação, à exceção, é claro, dos estudos de Sylvio de Vasconcellos e Carlos A. C. Lemos, os quais mais avançaram nesta perspectiva de análise por tipos.

Consideramos como hipótese central à investigação, o fato de a *casa corrente luso-brasileira* poder ser entendida como o resultado de uma arquitetura de programa<sup>4</sup>, baseada em modelos arquitetônicos criados ao longo da Idade Moderna, que serviram para difundir as “regras da arte” vinculada aos mecanismos de reprodução da “tradição urbanística portuguesa”. Este processo, sobretudo, se sustentou na necessidade de implantação do poder Real em todos os territórios do Império Ultramarino. Serviram para dar forma a essa interpretação as investigações de Helder Carita (2011), Manuel C Teixeira (2012) e Luiza Trindade (2013), as quais demonstraram os recorrentes esforços implementados a partir do séc. XVI para se atingir uma condição de “regularidade” e “uniformidade arquitetônica” nas povoações de origem lusa.

As medidas para a imposição de *regularidade urbana*, que viriam a impactar o contexto colonial brasileiro, foram instituídas por D. Manuel I em Lisboa, a partir de

---

<sup>4</sup> Segundo Jean-Louis Harouel, a *arquitetura de programa* se conformaria como uma das ações empreendidas para a estética urbana, que seria determinada pela “regularidade das fachadas”. Segundo o autor: “O urbanismo clássico utiliza largamente o recurso ao sistema do *programa arquitetural* que se impõe para uma rua, uma praça e mesmo uma cidade inteira, como se tenta fazer em Rennes após o incêndio de 1720. É um urbanismo de decoração externa, guiado certamente por uma preocupação de qualidade de vida, mas antes de tudo da vida pública, social e mesmo mundana. Ele se preocupa pouco com a decoração interna. A cidade é como uma decoração de teatro. O essencial é a aparência, a fachada”. (HAROUEL, 2004, p. 68 – Grifo nosso)

princípios de cunho renascentista orientadores da reorganização espacial da Ribeira, área da cidade junto ao Rio Tejo (CARITA, 1999), como a padronização das métricas das construções, a repetição de formas nas fachadas, a manutenção dos alinhamentos das testadas e a eliminação dos elementos projetados à rua nos pavimentos superiores. As experiências lisboetas acabaram transmitidas, ainda no reinado manuelino, para as intervenções urbanísticas destinadas à ampliação das antigas povoações medievais, formadas a partir de outras lógicas de configuração urbana, e na fundação de novas vilas ou cidades (CARITA, 1999; TRINDADE, 2013). Com o passar do tempo, os conceitos originais transformaram-se em convenções registradas nos regimentos dos projetos e se estenderam aos sítios criados na África, Ásia e, conseqüentemente, no Brasil.

O estado da arte demonstrou, ainda, a existência de uma significativa atuação das Casas de Câmara no controle urbanístico das povoações, tanto no Reino quanto na Colônia. Robert Smith (1945), Sylvio de Vasconcellos (1979), Roberta M. Delson (1979), Helder Carita (2012), Cláudia D. Fonseca (2011) e Rodrigo Bastos (2015), por exemplo, contemplaram em seus trabalhos diversos trechos de posturas públicas destinadas a essa finalidade, promulgadas em locais como Lisboa, Salvador, Vila Rica, Mariana e outros sítios fundados nos séculos XVII e XVIII no Brasil. Estes autores relataram fatores importantes para a configuração da *casa corrente luso-brasileira*, como: a exigência de as fachadas seguirem o alinhamento das vias, a constante luta contra os balcões e sacadas que avançavam sobre as ruas ou a necessidade de se realizarem correções e reformas nas casas, para atender adequadamente aos princípios da *res publica*. No início do Oitocentos, se acrescentaria a essas normativas a obrigação de remoção dos fechamentos treliçados – gelosias, rótulas e muxarabis – amplamente utilizados na ausência de vidros para cobrir as janelas de peito ou de sacada voltadas para as vias públicas.

Esse cuidado, com a forma das edificações nos sítios urbanos, indicou um papel de fundamental importância exercido pelas Casas de Câmara, como braços operativos na implementação da *tradição urbanística portuguesa* da Idade Moderna, tanto nas

povoações já existentes quanto nas que se formavam nas áreas de maior dinâmica econômica ou de expansão das áreas de posse na América.

Esta hipótese central gerou ao nosso estudo duas hipóteses subsidiárias. A primeira destas se organizou no entendimento da existência de um processo de transformação nos partidos arquitetônicos das casas urbanas, ocorrido a partir da segunda metade dos setecentos, como reflexo de uma mudança de orientação da atuação da Coroa Portuguesa em relação à gestão das povoações na Colônia. Isso teria dado origem a um contexto de progressiva transição entre uma arquitetura de matriz popular, gestada no Portugal medieval cristão, para uma solução programática baseada em modelos arquitetônicos criados em concordância com os ideais presentes na Idade Moderna, como a “beleza das povoações” definida pela repetição das formas.

Robert Smith (1945; 2012a) e Roberta Marx Delson (1979) destacaram aspectos importantes desse movimento de reorganização física e estética dos núcleos urbanos brasileiros durante o Setecentos, indicando um esforço contínuo da administração local para a obtenção de uma condição de *regularidade* no tecido urbano – visando uma melhor organização das povoações em relação ao alinhamento das ruas e da implementação de traçados mais geometrizados – e de *uniformidade* das fachadas – evitando-se a construção de balcões ou sacadas sobre as vias e buscando uma continuidade formal para o conjunto. Estes fatos nos apontaram para o fato de a reprodução da *casa urbana* nas povoações brasileiras, após a segunda metade do séc. XVIII, não ter sido resultado de uma transmissão espontânea, mas constituída por meio de ações externas instituídas com finalidades específicas no cenário do Império Mercantilista Português.

Na segunda hipótese subsidiária, consideramos que a reprodução *da casa corrente luso-brasileira* adentrou o séc. XIX – quando o Neoclassicismo e o Ecletismo já se tornavam figuras na arquitetura local – sem, no entanto, alterar de maneira significativa sua expressão formal. André G. D. Dangelo *et al* (2014) e Carlos A. C. Lemos (2015), em estudos sobre São João del Rei e São Paulo, respectivamente, indicaram esta condição de continuidade na utilização da arquitetura de origem lusa como base

para as formas utilizadas nas habitações comuns, mas realizadas com um rigor de maior apuro estético e, alguns casos, até mesmo incorporando ornamentos e soluções construtivas dos novos estilos. Este fato já havia sido anunciado por Ricardo Severo nas Conferências proferidas em 1914 e 1915, antecipando uma percepção que somente seria retomada um século mais tarde.

Para a classificação necessária à análise da *casa corrente luso-brasileira*, utilizamos da noção de “tipo” cunhada por Giulio C. Argan, para o qual:

[...] o ‘tipo’ se constitui pela redução de um complexo de variantes formais à forma básica comum. Se o ‘tipo’ se origina desse processo de regressão, não se pode tomar a forma original como análoga a uma coisa tão neutra quanto uma grade estrutural. A forma básica deve ser entendida como a estrutura interior de uma forma ou como um princípio que contém a possibilidade de infinitas variações formais e modificações estruturais do ‘tipo’ em si. (ARGAN, 2006, p. 270)

A *casa corrente* seria então uma destas “formas básicas comuns” obtida por meio do processo de decomposição (redução/regressão) sugerido por Argan, que abrigou, no contexto da arquitetura portuguesa e luso-brasileira, manifestações intrinsecamente ligadas à questão urbanística macerada na Idade Moderna. Por representarem o resultado de um objeto arquitetônico de segunda ordem de hierarquia, os aspectos distintivos da *casa corrente* estariam associados à manutenção conveniente dos alinhamentos horizontais e verticais (*regularidade*) ou à maneira repetitiva dos alçados (*uniformidade*) e não ao caráter exclusivo do arranjo formal ou dos ornatos. A interpretação da *casa corrente* como *tipo* enquadra-se também na aceitação da lógica de “decoro urbano” empregada nos séculos anteriores, na qual o enquadramento conveniente de uma edificação ao seu meio se configurava de acordo com integração ao todo e ao modo coerente de inserção frente ao papel representado pelo objeto no cenário da povoação.

Como “princípio” para a formação de um *tipo*, a “forma básica” da *casa corrente* assimilou “variações formais” de natureza diversa, conformadas a partir dos partidos arquitetônicos básicos aos quais estava sujeita. Estas *variações* manifestaram-se, sobretudo, na acomodação adequada das aberturas nas paredes frontais conforme a

testada de lote disponível. Por consequência, o modo de determinar o arranjo dos acessos à edificação estabelecia a lógica de circulação interna – se central ou lateral, se independente, com a adoção do corredor, ou se realizada como passagem entre os cômodos – e influenciava diretamente o agenciamento dos espaços da habitação.

A *forma básica da casa corrente* ainda incorporou modificações em sua “estrutura formal” tanto pela maneira como as edificações assimilaram os padrões construtivos vigentes a cada época – ora gerados na transmissão empírica do saber-fazer popular associado à construção ora configurados na utilização de modelos –, quanto pela reprodução ou não do “lote godo-medieval”<sup>5</sup>. Estes aspectos correspondem sobretudo à existência de uma dupla polaridade para a *casa corrente*, em primeiro lugar determinada enquanto objeto arquitetônico – portanto, o resultado da junção equilibrada entre as dimensões plástica, funcional e construtiva – e, consecutivamente, enquanto objeto urbano – ou seja, como a unidade parcelar que ao ser unida a outras *casas* estabelecia a massa edificada e configurava a forma da povoação.

Como o resultado material de uma prática arquitetônica contínua da Idade Média até o séc. XIX, a *casa corrente* também pode entendida como um *tipo*. Segundo Giulio C. Argan:

A criação de um ‘tipo’ depende da existência de uma série de construções que tenham entre si uma evidente analogia formal e funcional. Em outras palavras, quando um ‘tipo’ é definido pela prática ou pela teoria da arquitetura, ele já existia na realidade como resposta a um complexo de demandas ideológicas, religiosas ou práticas ligadas a uma determinada situação histórica em qualquer cultura. (ARGAN, 2006, p. 269)

Neste sentido “como resposta a um complexo de demandas”, a reprodução da *casa corrente* ao longo do tempo incorporou manifestações diversificadas do ponto de

---

<sup>5</sup> Luisa Trindade (2013) utilizou esta denominação para se referir ao tipo predominante de lote no urbanismo de origem portuguesa, marcado pelas características morfológicas das parcelas, que eram definidas por testadas estreitas e grande profundidade. A contração “godo-medieval” corresponde à origem do tipo, introduzida no Norte de Portugal pela migração goda e estendida a todo Reino na Alta Idade Média durante a Reconquista Cristã.

vista formal, mas análogas na constituição dos seus elementos em função dos princípios fundamentais que abarcava, como adequação ao *lote godo-medieval* e o caráter da dimensão plástica aplicada às fachadas (*uniformidade*). Esta condição representa a consolidação de “uma série de construções que tenham entre si uma evidente analogia formal e funcional”, como destacou Argan (2006), definida na expressão das suas soluções de partido arquitetônico em que a *casa corrente* acabou representada: a casa térrea e o sobrado.

Para a classificação das expressões formais do objeto por meio de “partidos arquitetônicos”, utilizamos a noção proposta por Carlos A. C. Lemos para a denominação, na qual o “partido seria uma consequência formal derivada de uma série de condicionantes ou de determinantes; seria o resultado físico da intervenção sugerida” (LEMOS, 2007, p.41). Como principais “determinantes” ou “condicionantes”, o autor elegeram:

- a. A técnica construtiva, segundo os recursos locais, tanto humanos, como materiais, que inclui aquela intenção plástica, às vezes, subordinada aos estilos arquitetônicos.
- b. O clima.
- c. As condições físicas e topográficas do sítio onde se intervém.
- d. O programa das necessidades, segundo os usos, costumes populares ou conveniências do empreendedor.
- e. As condições financeiras do empreendedor dentro do quadro econômico da sociedade.
- f. A legislação regulamentadora e/ou as normas sociais e/ou as regras da funcionalidade. (LEMOS, 2007, p.41)

À exceção do clima, que teria exigido uma alteração estrutural do agenciamento dos cômodos a partir do reposicionamento da cozinha e dos fogões – este um fenômeno ocorrente à nível do território colonial brasileiro – os “determinantes” ou “condicionantes” apontados por Lemos (2007) influenciaram de modo decisivo o estabelecimento de “analogia formal e funcional” para a *casa corrente luso-brasileira* de Minas Gerais, dando origem a ramificações tipológicas específicas para cada uma das povoações investigadas. Por conseguinte, os *partidos arquitetônicos* serviram para a indicação de um “tronco” para as derivações do *tipo* e permitiram uma classificação

enquadrada na maneira como as *estruturas* e as *variações formais* se ajustaram a casa de um ou mais pavimentos. Nesse sentido, a *casa térrea* e o *sobrado* não podem ser interpretados somente à luz do acréscimo de andares à edificação. A transposição do programa de necessidades destinado à habitação para o pavimento superior incluiu novas hierarquias para o agrupamento de funções, exigiu o aprimoramento construtivo e a reordenação das volumetrias interna e externa. Acrescenta-se a isso, o fato de a representatividade da dinâmica econômica do núcleo urbano também poder ser medida por meio da quantidade de *sobrados*.

Quanto às lógicas de representação da *uniformidade arquitetônica*, ou seja, a expressão formal das fachadas por meio da repetição dos elementos, muito particularmente, o cenário mineiro revelado pelas antigas vilas investigadas apontou-nos a um procedimento inconcluso de implantação da *arquitetura de programa* proposta pelos *modelos*. O optamos por denominar o resultado destes procedimentos como “uniformidade fragmentada”, que corresponderia à repetição de padrões construtivos – volumetria, emolduramento da fachada, ritmo e repetição das aberturas, entre outros aspectos formais – limitadas a dois ou três edifícios dispostos em continuidade.

Por último, a utilização do termo “tradição” – muitas vezes representada na perspectiva de uma *tradição urbanística portuguesa* – se baseou na lógica de permanência de valores empíricos que, apesar de registrados em documentos e ter fundamentos insinuados a partir da tratadística circulante em Portugal, correspondeu, sobretudo, ao campo da prática na criação de “povoações convenientes”, conforme o entendimento esboçado para essa expressão por Manuel C. Teixeira (2012) e Rodrigo Bastos (2015). A noção utilizada por *tradição* em nosso trabalho coincide com as observações apontadas por Edson C. Mahfuz, em que:

O entendimento comum do termo tradição se refere à um costume, ou prática, de há muito reconhecido como válido, que tem o efeito de uma lei não escrita ou, mais especificamente, qualquer costume de uma escola artística ou literária, transmitido de geração para geração, e geralmente observado. Em relação à arquitetura, tradição é um corpo de conhecimento objetivo que

abrange os seus aspectos formal, compositivo e construtivo. (MAHFUZ, 1995, p. 50)

Esta *tradição urbanística portuguesa*, ou seja, esse “corpo de conhecimento objetivo” direcionado para a constituição de povoações convenientes, foi baseado em quatro atos fundamentais (surgimento, fundação, aumento<sup>6</sup> e conservação<sup>7</sup>), que regeram cada um dos momentos em que se interviria no processo a partir da imposição de *regulação urbana*.

Para a adequada distribuição do conteúdo, a tese foi organizada em três partes. Na primeira, composta pelo capítulo 2, realizamos a análise do estado da arte sobre a *casa urbana* no prisma proposto pela historiografia da arquitetura brasileira. O fizemos à luz do conceito de *representação* proposto por Chartier (2002), para que pudéssemos estabelecer as conexões pertinentes entre nossa problemática, a *casa corrente luso-brasileira*, e os lugares de produção do conhecimento relacionados ao tema, em cada um dos ciclos de investigação existentes desde os primórdios do séc. XX. Chegamos neste percurso a uma classificação configurada por três linhas de *representação* associadas à história da *casa* realizada no Brasil, a que denominamos: “Estudos Pioneiros”, “Estudos Fundadores” e “Estudos Recentes”.

Os *Estudos Pioneiros* corresponderam a uma série de investigações ligada ao Movimento Tradicionalista, esfera ligada à história das artes que subsidiou conceitualmente a criação do chamado Estilo Neocolonial. Figuram nesta *linha de representação* alguns textos elaborados por Ricardo Severo e José Marianno Filho, escolhidos pela abordagem vinculada à questão da *casa*. Entre os *Estudos Fundadores* relacionamos a produção de conhecimento promovida pelo antigo Serviço do

---

<sup>6</sup> De acordo com Rodrigo Bastos, o “aumento da povoação” consistia no crescimento do núcleo urbano “(expansão física e “acrescentamento” de dignidade): abertura de novos arruamentos e logradouros; concessão de novos aforamentos para construção de novas casas; implantação de novos edifícios públicos, câmara e cadeia, pontes e chafarizes; ereção de capelas e igrejas, consolidação de largos e praças [...]”. (BASTOS, 2016, p. 100)

<sup>7</sup> Segundo o mesmo autor, a “conservação da povoação” contemplaria: “‘reformas’, ‘reparos’, ‘consertos’ e ‘correições’ urbanas parcelares (ou seja, nas diversas ‘partes’ da povoação) que visavam manter a integridade de sua estrutura física e a ‘correção’ de seu aspecto; a ‘comodidade’, a ‘decência’ aparente, a ‘limpeza’ e o ‘asseio’ da povoação”. (BASTOS, 2016, p. 100)

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que foi divulgada por meio de periódicos ou publicações específicas, e ao longo do séc. XX se tornou a referência fundamental para gerações de pesquisadores da arquitetura e da preservação. Também vinculamos aos fundadores os trabalhos de Afonso Arinos de Melo Franco, Gilberto Freyre, Lúcio Costa, Paulo F. Santos e a célebre investigação de Sylvio de Vasconcellos feita para as residências de Vila Rica. Nos *Estudos Recentes* exploramos a obra de dois historiadores da arquitetura de importante reconhecimento nas últimas décadas, Carlos A. C. Lemos e Günter Weimer, os quais se propuseram explorar a *casa* lançando mão de procedimentos metodológicos diferentes dos anteriores e contribuíram para a renovação das *linhas de representação* do tema no país.

Na segunda parte da tese, composta pelos capítulos 3 e 4, optamos em primeiro lugar por explorar o estado da arte acerca da *casa corrente* na historiografia da arquitetura portuguesa para que, na análise dessa respectiva *linha de representação*, pudéssemos identificar os principais procedimentos metodológicos utilizados no campo e traçássemos um quadro de interpretação para o objeto, haja vista a pouca difusão de trabalhos similares no contexto brasileiro até então. Consecutivamente, buscamos compreender como a *tradição urbanística portuguesa* impactou na reprodução da *casa corrente luso-brasileira*. Os indícios oferecidos pelas fontes consultadas apontaram-nos resultados demarcados pela circulação de uma *cultura arquitetônica* comum, que dialogava constantemente com as conveniências locais e ajustava-se às ações de controle urbano emanada pelos agentes representantes do Império Ultramarino.

Compreendida pelo capítulo 5, a última parte da tese se destinou à proposição de uma *linha de representação* para a *casa corrente luso-brasileira* nas regiões de Vila Rica e do Rio das Mortes. Esta forma de releitura do objeto, como exploramos no título, foi constituída em primeira instância pela discussão fomentada pelos aspectos discutidos na segunda parte, indicando-nos que a manifestação do objeto em Minas Gerais estava integrada ao *modus operandi* da *tradição urbanística portuguesa* e seguiu um percurso de formação baseado na *cultura arquitetônica* circulante na Colônia e em

todo o Império Ultramarino até o início do séc. XIX. Na sequência, apresentamos uma análise tipológica para o objeto de pesquisa estabelecida na classificação por *partidos arquitetônicos, estruturas e variações formais*. Deste modo, oferecemos mais uma forma de categorização para a manifestação da *casa corrente luso-brasileira* em Ouro Preto, seara já explorada por Sylvio de Vasconcellos, e estendemos o método analítico sugerido aos exemplares do mesmo tipo em Mariana, São João del Rei e Tiradentes. A classificação feita nesta fase serviu, preliminarmente, à sugestão de um modelo de base comparativa a ser incrementado entre a historiografia da arquitetura brasileira e que pudessem se somar às *linhas de representação* já existentes, oferecendo assim mais formas de tratamento à questão da *casa urbana* produzida nos séculos anteriores.

Os resultados obtidos na última parte permitiram identificar 5 *variações formais* para as casas térreas e 8 para os sobrados, que, por consequência, se ajustavam em função das *estruturas formais* a que se conectaram, das relações estabelecidas com a morfologia do *lote godo-medieval* e das componentes regionais, capazes de interferir na produção das *casas correntes* locais em suas dimensões plástica, funcional e construtiva.

## 2. A CASA URBANA LUSO-BRASILEIRA NA HISTORIOGRAFIA DA ARQUITETURA BRASILEIRA

O estudo da arquitetura que se fez em Minas Gerais no período colonial comporta vários ângulos de análise – influências, história, conseqüências etc. – que não fáceis, senão praticamente impossíveis, de se resolverem em curto prazo. (VASCONCELLOS, 1960, p.63)

Este capítulo foi organizado em três momentos interrelacionados e compostos em função da abordagem desejada ao entendimento da literatura acerca da casa urbana luso-brasileira, na historiografia da arquitetura produzida no Brasil. Para tanto, realizamos a classificação dos textos analisados em categorias de trabalhos, definidas pelos indicadores: temporalidade e modo de representar o objeto.

A primeira categoria a ser abordada foi intitulada “Estudos Pioneiros” e compreendeu os percursos inaugurais da investigação da casa urbana, como objeto de pesquisa na historiografia da arquitetura local. Nesse eixo pode-se incluir um conjunto de trabalhos associados ao conceito de tradição arquitetônica, formulados no início do séc. XX como parte de um lastro cultural, então necessário para a formação de discursos ligados à ideia de identidade nacional. Igualmente, o conhecimento produzido nessa fase serviu à seleção de modelos, para fomentar a elaboração de composições arquitetônicas de fachadas, conforme os propósitos do nascente estilo Neocolonial, à época direcionados pelos fundadores do movimento, o português, Ricardo Severo, e o pernambucano, José Marianno Filho.

Para compor a análise dos trabalhos enquadrados nos *Estudos Pioneiros*, selecionamos, inicialmente, a contribuição de Ricardo Severo para a nascente historiografia da casa urbana, oferecida por dois textos quase homônimos e fundamentais para a compreensão da obra do autor. O primeiro destes, intitulado “A Arte Tradicional no Brasil – a casa e o templo”, foi veiculado na coletânea “Conferências de 1914-1915”, elaborada pela Sociedade Cultura Artística, e o segundo, respectivamente, denominado “A Arte Tradicional no Brasil – da architectura”, teve a publicação na antiga Revista do Brasil. Para concluir a interpretação das contribuições

proporcionadas pelo autor, o conteúdo dos textos citados foram cotejadas com outros escritos de Severo – de menor representatividade, porém – , a fim de verificarmos aspectos complementares as suas ideias originais sobre a arquitetura luso-brasileira.

Na primeira categoria tratou-se, ainda, da também fundamental produção textual de José Marianno Filho, militante e personalidade de destaque na defesa da chamada “arquitetura tradicional”, depois denominada por ele mesmo de Neocolonial. Para compreender o pensamento de Marianno Filho e a sua respectiva participação nessa fase inicial da produção da história da arquitetura brasileira, analisamos alguns artigos de sua autoria, produzidos para jornais diários dos anos 1920 e 1930. A obra estudada do autor esteve compreendida entre o texto, “A Nossa Architectura”, contido no periódico “Ilustração Brasileira” de 1922, marco inicial de uma série de publicações que se encerraria com o livro “Influencias Muçulmanas na Architectura Tradicional Brasileira”, publicado em 1943 pela Editora A Noite.

A segunda categoria, denominada “Estudos Fundadores”, correspondeu à classificação da bibliografia compreendida entre o final dos anos 1930 e início da década de 1970, estabelecida a partir da noção de patrimônio histórico, difundida pelo gabinete liderado por Rodrigo Melo Franco de Andrade entre 1937 e 1967. Pela significativa aceitação da historiografia da arquitetura desenvolvida na gestão de Andrade, o conhecimento produzido sobre o passado colonial brasileiro e as releituras realizadas acerca de temas fundamentais aos propósitos de sua gestão – promovidas pelos pesquisadores associados ao “paradigma SPHAN” – proporcionaram contornos determinantes ao estado da arte sobre a casa urbana luso-brasileira.

No intuito de elucidar essa questão, coube-nos discutir a participação de Afonso Arinos de Melo Franco, Gilberto Freyre e Lucio Costa para a sustentação conceitual contidas no estado da arte selecionado. Fonte fundamental para a compreensão da representação da história da arquitetura brasileira do período, o trabalho desses autores determinou fronteiras bem delimitadas para o atendimento aos propósitos do antigo serviço de patrimônio, como detentor da autoridade para a preservação dos

monumentos e “cidades históricas” e produtor de um conhecimento alinhado com a própria atuação do SPHAN, como promotor da salvaguarda do passado colonial.

Além da abordagem aos subsídios conceituais da historiografia promovida pelo gabinete, realizamos uma abordagem dirigida aos estudos sobre a casa urbana luso-brasileira, que foram materializados, principalmente, nas publicações da Revista do Patrimônio, entre os números 1 e 18. Esse importante periódico serviu à consolidação do pensamento da geração SPHAN<sup>8</sup> e da visão centralizadora de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a frente do órgão. Nesse percurso, as revistas representaram um produto de significativo rigor científico, centrado na tentativa de expor a história de uma forma isenta, descritiva e desvinculada das paixões que acompanhavam a produção literária dos grupos concorrentes<sup>9</sup>. Nos *Estudos Fundadores*, incluímos, ainda, uma abordagem de outras obras produzidas no mesmo período; na qual discutiremos a do principal nome na historiografia da casa urbana luso-brasileira em Minas Gerais, o arquiteto e professor, Sylvio de Vasconcellos, por meio da obra “Vila Rica: Formação e desenvolvimento – Residências”.

Por último, a categoria, denominada “Estudos Recentes”, incluiu alguns trabalhos que apresentaram releituras sobre o tema da casa, realizadas por meio de propostas metodológicas diferentes das investigações anteriores. Para tal finalidade, consultamos as obras de Carlos Lemos e Günter Weimer, historiadores da arquitetura ainda em atividade na atualidade. Nesse recorte foram relacionados aspectos da produção de conhecimento destes autores, que se desenvolveu a partir da segunda metade dos anos 1970 até a o final da década de 2010.

Para a interpretação dos *Estudo Recentes*, optamos pelos nomes de Carlos Lemos e Günter Weimer por estes serem considerados, na atualidade, peças fundamentais da

---

<sup>8</sup> “Geração SPHAN” será uma designação a ser utilizada para denominar genericamente o grupo liderado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, dos primórdios da criação do serviço de patrimônio até 1975, ano que demarca o final da influência do primeiro presidente junto ao órgão. Nesse sentido, utilizaremos também a expressão “Academia SPHAN”, usada por Silvana Rubino em estudos sobre as origens do IPHAN.

<sup>9</sup> Concorriam, principalmente, com a Revista do Patrimônio as publicações do Museu Histórico Nacional, liderado por Gustavo Barroso, e mesmo José Marianno Filho, apoiado nos artigos dos jornais que lhe concedia espaço e em livros bancados à própria custa em editoras do Rio de Janeiro.

produção historiográfica da arquitetura nas últimas décadas. Outros pesquisadores, como o arquiteto Olavo Pereira da Silva Filho, por exemplo, poderiam ser incluídos neste recorte; contudo, pesou-nos os fatos do reconhecimento e da referenciação da obra dos autores citados em diversas pesquisas.

Carlos Lemos e Günter Weimer, ainda, contribuíram significativamente para a ampliação do conhecimento sobre a casa, uma vez que seus trabalhos abordaram o tema em perspectivas diferentes das utilizadas nas categorias anteriores. O estudo do objeto a partir do partido arquitetônico, feito por Lemos, oportunizou-nos, por exemplo, uma possibilidade de compreensão da casa à luz dos elementos de sua composição, caracterizada pelas dimensões plástica, funcional e construtiva. Por outro lado, a análise na lógica de uma interpretação culturalista de Weimer, revelou-nos uma estratégia de busca pelas raízes da arquitetura popular, da qual a casa urbana é herdeira indireta. Tais escolhas metodológicas demonstraram-nos um modo diferente de representar o objeto, em relação aos empregados nos *Estudos Pioneiros* e nos *Estudos Fundadores*, que concorreram para apresentar ao seu modo o papel da habitação urbana frente aos ideais presentes nos movimentos tradicionalista e moderno.

## **2.1. Os “Estudos Pioneiros”**

Esta categoria contemplou uma série de estudos de fundamental importância para a compreensão da gênese e do percurso inicial de produção da historiografia da arquitetura no Brasil. Contudo, haja vista alguns contextos de época, ocorridos na década de 1930 – em torno dos nomes de Ricardo Severo, José Marianno Filho e da geração SPHAN – , essas fontes, apesar de ricas em conteúdo, acabaram desconsideradas ou subutilizadas pela maior parte das gerações posteriores de pesquisadores. Para atribuir um posicionamento correto, à luz do percurso da compreensão da representação da casa urbana luso-brasileira, de início, precisamos considerar as vozes silenciadas na construção historiográfica, que se consolidou por

meio da atuação dos arquitetos modernistas locais, na interpretação da arquitetura do período colonial. Nesse sentido, precisamos analisar as posições de autores como Ricardo Severo (1869-1940), José Marianno Filho (1881-1946) e, mesmo, Gustavo Barroso<sup>10</sup> (1888-1959), com o intuito de perceber outras interpretações sobre a casa urbana, além da oficialmente aceita. De posse dessas fontes nos será permitido cotejar aspectos divergentes ou negligenciados, a partir do discurso instituído, e perceber as lacunas e silêncios presentes nestes trabalhos. Igualmente, cabe-nos avaliar alguns posicionamentos consensuais que se estabeleceram em relação aos estudos fundadores dessa categoria de pesquisa.

### **2.1.1. Aspectos gerais da contribuição de Ricardo Severo**

Para uma melhor interpretação das contribuições de Ricardo Severo, a observação de um ponto em específico da trajetória profissional é um ponto de especial importância, a ligação com os movimentos de investigação do passado português. Antes da mudança para o Brasil, o erudito engenheiro esteve ligado, entre os anos 1880 e 1900, à pesquisa arqueológica em Portugal e nesse campo associou-se a movimentos sociopolíticos de caráter nacionalista, que defendiam a tradição lusa como reflexo da raça local, processo que marcou o cenário científico do torrão natal de Camões na Península Ibérica<sup>11</sup> na virada do séc. XIX para o XX. Com o enfraquecimento do movimento nacionalista luso, Severo migrou para São Paulo definitivamente em 1908 e reorientou seu foco de atuação para a arquitetura, objeto

---

<sup>10</sup> De acordo com Lanari (2011, p. 14): "Gustavo Barroso, presidente da Inspetoria Nacional dos Monumentos, [era um] historiador ligado ao Museu Histórico Nacional, que se notabilizou pela sistematização de um conhecimento classificador, militar e voltado para relíquias de grandes vultos da história política brasileira".

<sup>11</sup> Conforme Silva (2012), o final do século XIX foi um momento de reafirmação das origens portuguesas, no qual as campanhas de investigação científica tiveram um papel fundamental para o resgate de valores da nação. Frente a um momento de estagnação econômica e instabilidade política desde à época da fuga da família real para o Brasil, Portugal carecia de construir bases para a identidade nacional, assim como, mais tarde, haveria esse processo na antiga colônia. As artes e a arquitetura se tornaram a expressão de uma tradição longínqua capaz de reposicionar o papel dos lusitanos na escala de acontecimentos da civilização.

até então distante de seu interesse. Tal fato, segundo Joana M. C. A. Silva (2019, p. 599), se deu “porque a matéria lhe proporcionava tratar da nacionalidade portuguesa, destacando a sua importância na constituição da nação brasileira”, além do fato que a pesquisa arqueológica inexistia no Brasil daquela época. Ainda, de acordo com Carlos Kessel (2008) e Joana M. C. A. Silva (2010; 2012; 2014; 2019), Ricardo Severo encontrou no Brasil um amplo cenário de destruição da herança arquitetônica portuguesa, além de um profundo sentimento antilusitano, constituído em função dos acontecimentos pós-Proclamação da República – fatos que viriam a ser combatidos de imediato pelo espírito nacionalista que lhe era comum.

Esse combate viria a fazer parte de um esforço contínuo de valorização da herança portuguesa em solo americano, realizado por Severo entre as palestras e a redação dos artigos para a divulgação de suas ideias sobre a arquitetura tradicional dos dois países. No artigo publicado na Revista do Brasil, de abril de 1917, por exemplo, o autor aponta alguns pensamentos sobre o quadro de desprezo ao colonizador observado à época. Tal fato pode ser verificado nas assertivas a seguir, contidas no referido texto: “foi de lamentável pequenez o povo creador, a raça decadente e inerte no seu conservantismo, a história um martyrologio de opressão e revoltas, a civilização tacanha e de arte nulla” ou ainda “a metropole, decadente [...] lançou sobre a America Portugueza o vírus dessa decomposição infectante [...]” (SEVERO, 1917, p. 396). Em função disso, boa parte do trabalho e da pena do erudito engenheiro se destinaria à defesa da tradição e à exaltação da raça lusa, como um elemento transmitido aos brasileiros e capaz de unir os dois povos.

Para Ricardo Severo, a tradição seria um elemento fundamental para aproximar a arte e a arquitetura das duas matrizes a um denominador comum, pois as soluções construtivas trazidas do além-mar, segundo ele, aqui foram adaptadas e redefinidas a um padrão diferente do original. No modelo de compreensão defendido, haveria uma cadeia de acontecimentos iniciada no medievo português, capaz de dar origem a um verdadeiro estilo nacional para aquele país e de resistir suficientemente aos efeitos da renascença italiana, para não se descaracterizar completamente. Por impossibilidade

temporal, o estilo derivado da arquitetura desse período, chamado de *manuelino*, não chegou a produzir efeitos sobre as edificações brasileiras. De acordo com o engenheiro, o processo inicial de ocupação da colônia lusa na América não permitiu à arquitetura frutificar o suficiente para render bons exemplares, já que se tratava de um momento de adaptação à terra e de lutas pela sobrevivência. Somente mais tarde, com o empreendimento jesuíta, ao longo do século XVII, a arte brasileira e portuguesa iria alcançar seu mais alto desenvolvimento por meio do barroco. Severo traça ainda, ao longo dos textos, longos louvores ao estilo, ressaltando o caráter de interpretação das composições originais em uma matriz lusa; que haviam rompido com a retórica italiana e introduzido modificações significativas, a ponto de se constituir como uma solução nova. No caso da colônia, haveria acontecido ainda uma reinterpretação do Barroco português, dando a origem a partidos inéditos, como as formas curvas das igrejas do Rosário e São Francisco de Assis de Ouro Preto. Essa original cadeia de desenvolvimento da arte e da arquitetura somente viria ser afetada, segundo ele, diante da Proclamação da República<sup>12</sup>, fato que desencadeou no sentimento de recusa ao referencial português encontrado ao desembarcar no Brasil. (KESSEL, 2008; SILVA, 2010; 2012; 2014; 2019).

Dado o seu estabelecimento definitivo no país após 1908, o engenheiro português inicia então uma série de ações que viria a ser chamada mais tarde por ele mesmo de “Campanha da Arte Tradicional”. Esse fato se dá diante da fixação em definitivo na cidade de São Paulo, pois, ao orientar sua atuação profissional para a arquitetura, Ricardo Severo transitou entre o movimento nacionalista local, existente nas primeiras décadas do século XX, assim como fizera em Portugal. Na defesa de seus argumentos, Severo passou a apregoar os valores da arte arquitetural portuguesa como uma verdadeira produção da raça e, por consequência, transmitida a nós em

---

<sup>12</sup> Severo considerava que a arquitetura no período monárquico não teria se distanciado tanto da matriz colonial, uma vez que o Neoclássico da Missão Francesa não teria se disseminado suficientemente no Brasil para provocar o abandono das soluções antigas. Seria o momento da Proclamação da República o grande vilão, pois haveria ali uma verdadeira ruptura com a tradição ancestral, baseada no desejo de se integrar à civilização ocidental e de desprezo frente a quaisquer elementos da herança portuguesa.

meio a colonização; sendo ainda assim, por conseguinte, brasileira por causa da assimilação da tradição. De acordo com essa percepção, Severo defendeu nas “Conferências de 1914-1915” que:

Na arte arquitetural, mais do que em outras, à vista experimentada dos que a professam, não se esconde – qualquer que seja o estilo e a época – a característica basilar de formação, indicando a sua mais longínqua proveniência. [Ainda] é graças a essa cadeia tradicional das manifestações humanas, em que perdura o caráter original que o homem imprimiu à sua primeira obra, que se reconstitui a história de toda a obra de um [...] povo ou nação [...]. (SEVERO, 1916, p. 42)

*A Campanha da Arte Tradicional* materializaria os anseios de Ricardo Severo em lutar contra o antilusitanismo reinante na esfera intelectual local, mas não se resumiu a produzir antídotos conceituais a esse ensejo. A defesa contra a rejeição da herança portuguesa e a exaltação da tradição de seu país natal, manifestada entre discursos e escritas, além de serem a pedra basilar de sua pauta de trabalho, permitiriam a possibilidade de criação, por meio da investigação do passado comum a Brasil e Portugal, de um modelo de arquitetura sem a contaminação do estrangeirismo reinante e apropriado representante da arte da raça. Como o próprio engenheiro defendia, isto se configuraria como uma espécie de “renascença” da arte e da arquitetura colonial em pleno século XX<sup>13</sup>.

Naturalmente, esse percurso conduziu a experimentações arquitetônicas diversas, que se desenvolveram sobre a casa urbana. Todavia, as composições criadas, a partir dos valores apregoados por Ricardo Severo, derivaram em soluções que em nada lembravam a simplicidade e austeridade dos partidos das velhas residências coloniais. No lugar das formas limpas das casas luso-brasileira dos séculos anteriores, foram escolhidas soluções inspiradas nas igrejas barrocas, nos treliçados luso-romanos, nas colunas toscanas e nos telhados de “rodo” com bicas empinadas de dita

---

<sup>13</sup> A proposta acabaria por se transformar no chamado “estilo Neocolonial”. Inicialmente, Severo não desejava inventar uma nova arquitetura, mas ansiava que o aprofundamento do conhecimento sobre o passado português e brasileiro permitisse a retomada natural das soluções artísticas e arquitetônicas do período colonial, semelhantemente ao renascimento para o cenário europeu do séc. XV e XVI. (SEVERO, 1917; KESSEL, 2010; SILVA, 2010; 2012)

ascendência oriental (SEVERO, 1916; 1917). Com a aceitação progressiva das campanhas entre os intelectuais e no meio político brasileiro, Ricardo Severo se torna o precursor de uma ação de cunho nacionalista que iria ecoar profundamente na obra de alguns dos mais notáveis defensores da arquitetura brasileira no início do século XX, José Marianno Filho, e do então estudante de arquitetura, Lucio Costa.

Frente à seara de nosso interesse, a conferência “A arte tradicional no Brasil – a casa e o templo”, proferida em 1914 na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo, é de destacada importância, pois marcou “o início de uma série de artigos, discursos, entrevistas e projetos que consolidaram o Movimento Tradicionalista em prol das artes nacionais” (SILVA; CASTRO, 2014, p. 29). Nela, Severo realizou a primeira abordagem sobre o estudo da casa urbana luso-brasileira. Apesar da imprecisão dos dados e de alguns anacronismos – intencionais ou ingênuos – o texto marca o início o tratamento do tema como objeto de pesquisa no Brasil e reflete uma proposta de investigação baseada em referências obtidas nos dois lados do Atlântico, algo desprezado ou tratado com superficialidade, na maioria das vezes, pelos trabalhos posteriores da “geração SPHAN”<sup>14</sup>. Na Conferência também foram defendidas as bases principais do pensamento do engenheiro português sobre as noções de tradição, de raça e de origem da arquitetura luso-brasileira. Nesse aspecto, Ricardo Severo defende o caráter popular da arte portuguesa e, conseqüentemente, aquela desenvolvida no Brasil é fruto de uma continuidade dessa evolução natural da tradição fundada pelo povo. Segundo o engenheiro:

Em busca desse caráter na arte da nacionalidade, devemos descer, guiados pelo fio da tradição, até as suas origens. Ora, a nação portuguesa foi obra de seu povo, dentro do limitado âmbito que as circunstâncias étnicas, geográficas e históricas lhe marcaram para berço. As origens da sua arte são, portanto, meramente populares. (SEVERO, 1916, p.52-53)

---

<sup>14</sup> Lucio Costa, nos textos “Documentação Necessária” e “Anotações ao correr da lembrança”, teceu vínculos entre os exemplares portugueses e brasileiros, contudo, sem explorar uma relação de origem mais elaborada. Entre outros autores, associados ao grupo de pesquisadores do SPHAN, foram comuns as atribuições de reprodução da arquitetura portuguesa nortenha entre os tipos de casa produzidos no Brasil ao longo do período colonial, que, além de genérica e imprecisa, foi baseada em dados demográficos da migração Portugal x Brasil ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Na concepção defendida por Ricardo Severo, a casa, contando com a sua essencial manifestação no meio popular, poderia ser considerada o elemento fundante da arquitetura local, por sua aproximação com o aspecto mais básico da fazer arquitetônico e ser o gérmen da empreitada de fixação na ocupação da colônia, até o processo “alcançar os templos, edificações de maior porte que marcaram a sociedade colonial e suas cidades” (SILVA, 2010, p. 7).

No texto resultante da palestra, Severo apresentou alguns estudos de caso baseados na arquitetura de São Paulo, sem se estender a dos outros Estados para além de apontamentos ou breves citações, embora utilizasse de um discurso generalizante. Apesar da falta de abrangência espacial frente ao vasto território brasileiro, a fala de engenheiro indicou a adoção de um procedimento para a organização dos exemplares citados, casas ou templos, conforme uma classificação de tipos arquitetônicos e da menção sobre as possíveis origens das soluções no território português. Conforme abordou a pesquisadora Joana M. C. Silva, o engenheiro classificou:

[...] as edificações por ‘tipos arquitetônicos’ ou ‘grupos arqueológicos’, considerados paradigmáticos da tradição luso-brasileira, tanto pela feição geral do edifício, quanto por seu arranjo espacial ou seus detalhes. A sua seleção era realizada a partir dos modelos portugueses, mas essencialmente por sua adaptação ao meio local e ao caráter lusitano. (SILVA, 2010, p. 7)

A adoção desta classificação demonstra a preocupação do engenheiro em vincular a herança construtiva, trazida ao Brasil, aos próprios processos formadores da cultura portuguesa. Nesse sentido, Ricardo Severo, apesar do esforço em apontar os objetos formadores da tradição local, afirmou estar “longe de pretender que a arquitetura brasileira tenha um tipo completamente original”, pois, “filia-a, porém, na arquitetura Ibérica em cujas formas mais antigas dominam as características romanas e árabes” (SEVERO, 1916, p.51).

A participação romana na composição da herança arquitetônica luso-brasileira, especificamente, viria a provocar uma dissonância entre a defesa de Ricardo Severo e dos futuros pesquisadores sobre a história das edificações locais, que não a reconheciam tão explicitamente quanto o engenheiro. Por exemplo, Severo indicava

que a gelosia ou rótula seria “o modelo que os romanos empregaram com a designação de *transenna*” (SEVERO, 1916, p. 61). Ao contrário, na maioria dos textos posteriores, outros autores brasileiros apontariam quase unanimemente a origem árabe desta solução de vedação de portas e janelas. O mesmo conflito de opiniões apareceria, mais tarde, com relação à origem da casa bandeirista, vista por algumas concepções como uma solução inédita, mas, para o engenheiro-arquiteto, o tipo se conformava como uma derivação das casas pompeianas da época do Império Romano, das quais também derivariam a tipologia chamada de mediterrânea.

Para Joana M. C. Silva, a interpretação de Ricardo Severo indica uma compreensão seletiva entre aquilo que seria atributo da raça e da adaptação do colonizador ao meio; aproveitando-se das experiências construtivas conhecidas para se determinar os elementos utilizados nas edificações. De acordo com a autora:

É a partir desses conceitos [da interação entre raça e meio natural] e do esforço em estabelecer correspondências entre os exemplos locais e portugueses que ele destacava os telhados de ‘quatro planos ou águas’ de ‘largos beirais’, as rótulas, gelosias, balcões, varandas e alpendres, próprios ao meio local; os telhados com ‘bicas levantadas à moda chinesa’, as ‘transennas romanas’, as ‘adafas árabes’, os ‘moucharabiehs do Cairo’ e os pátios centrais de fundo romano-árabe, que compunham a tradição lusitana [...]. (SILVA, 2010, p. 7)

Outro ponto importante, da obra de Ricardo Severo – enfatizado na referida Conferência e, também, em outros textos posteriores – foi a utilização de recursos construtivos para proteger as edificações dos efeitos da intensa insolação existente nos trópicos, na qual as soluções corresponderiam à adaptação das construções portuguesas ao meio natural. Segundo o engenheiro, os largos beirais seriam uma espécie de proteção para as paredes expostas ao sol, assim como as varandas, recurso este reinterpretado no Brasil para além de suas funções originais. Essa explicação sobre a projeção dos telhados, inclusive, assim como outras afirmações feitas pelo erudito português, viria a ser contestada posteriormente por Lucio Costa, no referido texto “Documentação Necessária”, contido na primeira edição das Revista do Patrimônio.

Neste, o arquiteto modernista fez uma crítica explícita à interpretação fundada por Ricardo Severo, ainda que não se tenha feita a menção ao autor da hipótese<sup>15</sup>.

Contudo, nem todas as hipóteses formuladas por Severo seriam rejeitadas. A função de proteção contra os rigores do clima, por exemplo, se tornaria uma das pautas mais destacadas em estudos posteriores, sobretudo, entre os arquitetos modernistas que se debruçaram ao estudo da casa luso-brasileira. Na conferência, Severo indicou os treliçados de madeira como recursos provenientes de “países quentes e luminosos” que “como vedo contra os raios do sol; a sua ação [seria] semelhante à da folhagem das árvores, por cuja enredada treliça se coa a luz, cuja intensidade se acalma, produzindo ao mesmo tempo uma sombra fresca e um arejamento natural e perfeito” (SEVERO, 1916, p. 62). Tal recurso viria a ser reinterpretado pelos modernistas posteriormente, lançando laudas de defesa da funcionalidade das antigas treliças. Nesse caso, o próprio Lucio Costa as defende relidas na forma dos cobogós, uma das marcas registradas do estilo defendido pela Escola Carioca. (BRUAND, 2003)

O engenheiro-arquiteto ainda proporia na Conferência uma breve categorização das soluções arquitetônicas empregadas nas edificações brasileiras; na qual, sempre que possível, foram feitas indicações de origem na arquitetura portuguesa ou filiação a tipologias desenvolvidas na Península Ibérica. Tal proposta representada, contudo, não se constituiu como fruto de um estudo aprofundado naquele tempo, apesar da intenção do autor, mas poderia ter sido mais bem trabalhada em investigações futuras, se não houvesse ocorrido a ruptura com os modernistas no campo da arquitetura. A referida classificação feita por Severo comportou uma estruturação definida pela dimensão plástica da composição, na qual organizou uma destacou: soluções contidas para os beirais, o emolduramento das aberturas, a

---

<sup>15</sup> Em “Documentação Necessária”, Lucio Costa afirmou: “Diz-se, por exemplo, que os beirais de nossas velhas casas tinham função de proteger do sol, quando na verdade é, no entanto, bem outra. Um simples corte, faz compreender como, na maioria dos casos, teria sido ineficiente tal proteção; e os bons mestres jamais pensaram nisso, mas na chuva, isto é, afastar das paredes as cortinas de água derramada do telhado”. (COSTA, 1937, p. 35)

modulação das esquadrias, a organização dos vestíbulos dos sobrados, entre outros operadores de caráter estético. Esse repertório inicial foi de fundamental importância para o contexto de embasamento das soluções a serem adotadas pelo embrionário estilo Neocolonial.

Esse é um dos pontos importantes para compreendermos a representação da história da casa realizada por Ricardo Severo, pois existem aí indicadores que distanciam o modo de interpretação do objeto, feita por ele, em relação ao consolidado na literatura local. Para o português, as matrizes arquitetônicas lusas eram precedentes e intrinsecamente ligadas ao resultado da manifestação material da casa, urbana ou rural, erguida no Brasil. Percebemos esse fato, muitas vezes, negligenciado no conhecimento posteriormente produzido sobre o tema, conforme o “paradigma SPHAN” ia se afirmando. O discurso de independência da arte e da arquitetura local, defendido para justificar o referido ineditismo das obras de caráter religioso, acabou, de certo modo, também reproduzido, em menor escala, no estudo das antigas habitações brasileiras.

Na intenção de traçar o percurso de interpretação da arquitetura luso-brasileira, o engenheiro lançaria mão de alguns estudos próprios sobre as plantas de casas urbanas e de arrabalde, baseadas em ilustrações de Debret<sup>16</sup> sobre o Rio de Janeiro oitocentista. A descrição feita pelo pintor francês, do interior de um sobrado pequeno geminado – que seria um tipo vulgar na cidade do Rio de Janeiro no século XVIII –, indicaria para Severo uma interpretação, relativa ao uso da edificação, diferente da comumente divulgada pela literatura brasileira. Ricardo Severo destacou a sobreposição das funções domésticas e de recolhimento noturno nos espaços destinados à habitação da família em si, distribuída tanto no rés do chão quanto no andar superior. De acordo com o autor, o térreo seria composto por: vestíbulo, sala de recepção, quartos e alcovas, sala de jantar, copa, cozinha, quarto dos escravos, jardim

---

<sup>16</sup> Debret foi umas das principais referências dos estudos de Severo sobre a arquitetura brasileira. Da obra do pintor francês, ele tomou de empréstimo algumas ilustrações que serviram para a sustentação de parte de suas principais hipóteses sobre a casa urbana luso-brasileira.

e cavaliariça. Já o outro nível, consecutivamente, conteria: quarto, corredor servindo de alcova, gabinete ou dormitório.

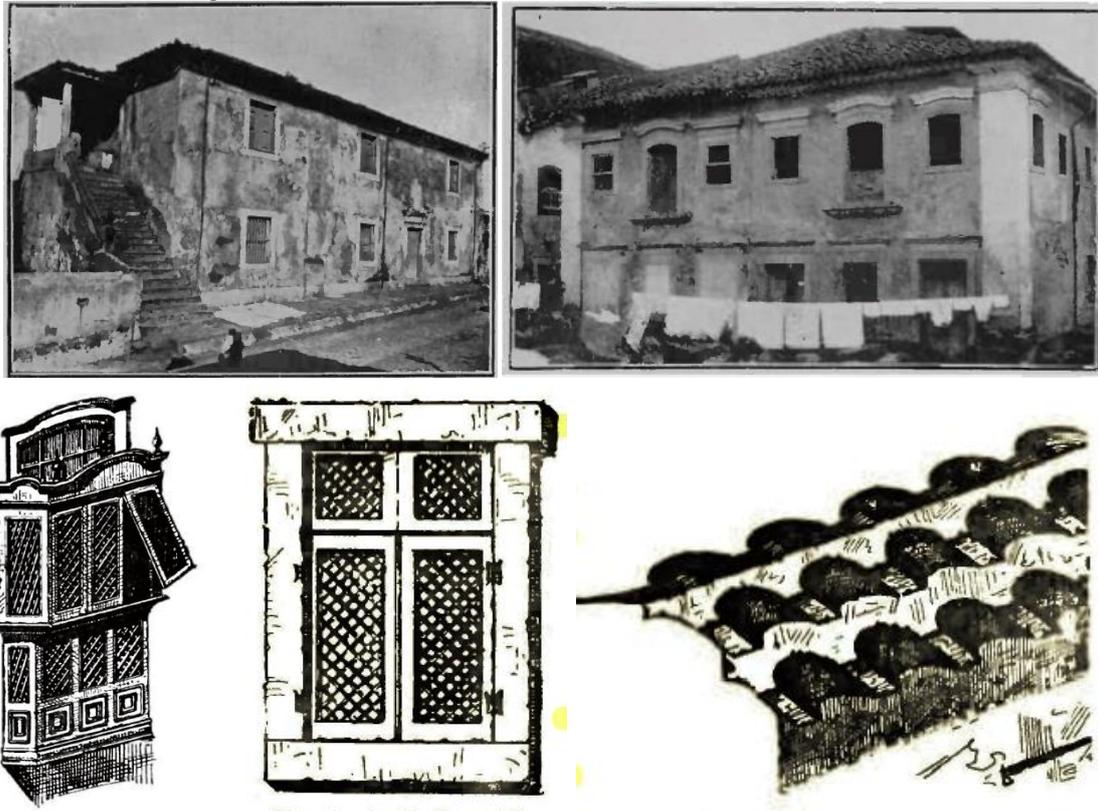
Apesar de interessante, essa proposição realizada por Severo tem de ser relativizada e interpretada à luz de alguma possível recordação pessoal de algum modelo do país natal, que o fez tomar como geral uma manifestação pontual relata por Debret. Igualmente, é possível que, ao desconhecer a tradição criada no período colonial brasileiro, Severo tenha generalizado o resultado da descrição de uma casa produzida/utilizada no Oitocentos como idêntico ao dos séculos anteriores.

O texto, publicado a partir das palestras proferidas na Conferência de 1914, contém estampas de interessantes casas urbanas na cidade de Santos, algumas já desaparecidas na atualidade, em função da ampla empreitada de destruição ocorrida nas cidades paulistas, ao longo do século XX. Ainda que os exemplares tenham sido expostos sem um critério explícito de classificação; pela forma de apresentação dos partidos ou soluções construtivas e as notas contidas no material, percebe-se a intenção de uma proposta de um estudo tipológico, contemplando um sentido lógico de exploração do acervo investigado pelo engenheiro.

As diversas ilustrações, em desenhos ou fotografias, particularmente, chamam a atenção em função das singularidades de algumas soluções empregadas nas composições arquitetônicas ou em elementos decorativos. Nesse sentido, a inclusão, dessas imagens ilustrativas, apresenta uma importante contribuição à compreensão da forma de representação proposta pelo autor, uma vez que nos oferecem a possibilidade de identificar uma intenção clara de levar ao conhecimento do público a arquitetura tradicional. A própria redação empregada, buscando um interlocutor próximo, explora a possibilidade de informar a existência de aspectos a serem valorizados nas edificações antigas. Sobretudo, em função do apreço nacionalista que lhe era comum, Severo expõe seu conhecimento sobre o assunto na intenção de distinguir quais modelos contém maior predominância da matriz portuguesa, ressaltando-os, e aqueles que se afastaram dos padrões originais, conformando-se

como produtos da adaptação e reprodução da arquitetura do período colonial no Brasil.

Fig. 01 – Ilustrações contidas no texto da Conferência de 1914.



Fonte: Severo, 1916 – adaptado.

A “Conferência de 1914-1915” e o artigo publicado na “Revista do Brasil”, de 1917, correspondem a um material de significativa importância para a compreensão da representação da casa urbana luso-brasileira, nos primórdios da historiografia da arquitetura local. Ricardo Severo não economizou em descrições nos textos e complementou o conteúdo com ilustrações elucidativas, algo fundamental na intenção proposta de ressignificar a arquitetura tradicional naquele momento de profundo menosprezo. Todavia, próprio engenheiro introduziu por meio destes trabalhos um conceito que viria a ecoar profundamente nas pesquisas posteriores, o da “simplicidade”, na qual a falta de atributos grandiosos seria suprida pela força da tradição. Na abertura do texto redigido para a Conferência, Severo alerta o ouvinte sobre a *simplicidade* das obras: “já vos preveni de que nada vereis de opulento e, pelo

contrário, formas tão singelas, tão próximas das origens destas cidades e dos próprios inícios da arte, que para esta circunstância reclamei a vossa atenção e a vossa bondade” (SEVERO, 1916, p. 56). Ou ainda:

[...] não guardeis para a humilde aparência desses elementos de arte um sentimento de piedosa comiseração, mas sim o sincero amor que sentis pelas mais insignificantes recordações dos vossos antepassados e pelas infantis revelações dos vossos filhos. Com esse verdadeiro amor, que é a Tradição, se criam não só artes, mas nações. (SEVERO, 1916, p. 82)

Contextualizando esse pensamento, a interpretação de tal caráter para as casas do período colonial teria sido concebida à luz do ecletismo acadêmico dominante, fundamentado no uso exaustivo de ornamentos ou composições complexas. O despojamento e as “soluções simples” das edificações antigas, derivadas da aludida simplicidade, viriam a repercutir fortemente na posterior produção do conhecimento sobre a casa urbana luso-brasileira. A *simplicidade* serviria para alimentar a proposição conceitual de “saúde plástica perfeita” presente tanto nas proposições de José Marianno Filho quanto na de Lucio Costa; embora utilizada em contextos antagônicos por estes pesquisadores.

Igualmente, o teor da Conferência proferida pelo engenheiro português revelou um ponto de vista deixado em segundo plano na construção do “paradigma SPHAN”, a origem lusa da casa urbana brasileira. Ricardo Severo, por ter construído sua formação em Portugal, conseguiu estabelecer importantes relações com os modelos existentes no Além-mar, algo também que estaria presente em artigos do pesquisador americano, Robert Smith<sup>17</sup>, produzidos décadas mais tarde. Severo tratou, ainda, a lógica do conjunto de obras por tipos arquitetônicos, sem, contudo, separá-las por temporalidade ou outras delimitações mais específicas, como discutido anteriormente. Apesar da fragilidade do método utilizado por Ricardo Severo, alguns aspectos, podem nos oferecer possibilidades de análise ao objeto de pesquisa, pois as linhas divisórias

---

<sup>17</sup> Apesar das investigações de Robert Smith sobre o Brasil não terem atingido a profundidade da sua obra acerca da arte e arquitetura portuguesa, ao longo dos textos produzidos, ele fez apontamentos e tentou vincular os objetos identificados com os congêneres europeus. (SMITH, 1940; 1955; 1969; 2010; REIS FILHO, 2012a)

entre as ocorrências dos estilos arquitetônicos, cronológicas ou geográficas, são muito mais fluidas do que categorização atualmente aceita na historiografia da arquitetura brasileira. Em seus textos, Ricardo Severo organizou a divisão temporal da história do país em três períodos, conforme o caráter administrativo: “Brasil-Colônia, Brasil-Monarquia e Brasil-República”.

Os dois primeiros momentos, segundo o autor, foram marcados pela presença da arquitetura tradicional luso-brasileira, ainda que durante o Império tivesse ocorrido a “degenerescência da architectura colonial”. Sobre esse aspecto, nas Conferências de 1914-1915, por exemplo, o engenheiro alegou:

Não deveis chamar de barbara a essa arte, porque tem uma expressão de extrema modéstia; mas deveis guardar a impressão do character dominante que ella denuncia, pela continuidade lógica de suas formas, e pela sua permanencia em todo o paiz, resistindo a todas as influencias cosmopolitas de importação até os meados do seculo XIX. (SEVERO, 1916, p. 78)

Com relação à contaminação da arquitetura tradicional, mais tarde, Ricardo Severo retomou o assunto no artigo veiculado no nº. 16 da Revista do Brasil, de 1917, criticando a atuação da Missão Artística Francesa no cenário nacional, que, segundo o autor:

[...] não constituiu aqui uma escola; ensinou porem e propagou a grammatica da arte, a technica perfeita do desenho, e creou uma academia de artistas que foi o laço entre o meio colonial e a orientação da renascença artistica do seculo XIX. Nenhum dos discipulos, porém, reproduziu rigorosamente os modelos desse atticismo grego-romano; o meio tradicional emmuldorou-os na sua influencia absorvente, e foram persistindo os typos coloniaes do barôco até á independencia da nação brasileira. (SEVERO, 1917, p. 143)

Já no período republicano (*Brasil-República*), quando começou a prevalecer o Eclétismo, Severo chamou o estilo de “desorientação artística” (SEVERO, 1917 p. 394), por serem as composições destituídas dos atributos tradicionais.

Ao considerar a extensão da manifestação da arquitetura tradicional até as últimas décadas do séc. XIX, Ricardo Severo estabeleceu marcos cronológicos diferentes dos que seriam aceitos pela historiografia constituída sob a égide do

SPHAN, que estabeleceu o limite na passagem da colônia para o império, ou seja, a independência do Brasil em 1822. Contudo, tomando de empréstimo obras feitas no país, durante o Oitocentos, Ricardo Severo identificou a manutenção da referência luso-brasileira na composição das edificações, apesar da introdução de elementos do Neoclássico ou do Ecletismo, como: o maior rigor com a elaboração das fachadas, a inclusão dos princípios de ordem, além de ornamentos e outros recursos estranhos às construções locais (platibandas, frontões, pórticos etc.).

No ano seguinte à publicação dos textos da Conferência pela Sociedade de Cultura Artística, em 1917, outro texto de Ricardo Severo foi veiculado na antiga "Revista do Brasil", com o título "A Arte Tradicional no Brasil – Da Architectura". Neste, foi destinada pouca atenção à questão da casa, fato que viria ser cada vez mais recorrente na campanha promovida pelo engenheiro. Quase todo o conteúdo do artigo foi direcionado à descrição dos templos religiosos, na qual, todavia, Severo manteve o método de análise do trabalho anterior, categorizando-os por tipos arquitetônicas e filiação com as matrizes portuguesas. Houve, nesse sentido, uma preocupação em estabelecerem-se vínculos com os estilos apontados pela história da arte e ressaltar os aspectos de aproximação ou distanciamento frente aos modelos originais. O Barroco, também chamado pelo engenheiro de "jesuítico", foi o estilo elegido como o representante-mor da arquitetura tradicional luso-brasileira<sup>18</sup>, com o status de ter sido um movimento artístico com desdobramentos inéditos nos dois lados do Atlântico. Tal interpretação acabaria por ser compartilhada pela "geração SPHAN" e levada à frente como o principal mote das ações de preservação do patrimônio histórico local. (RUBINO, 1996; CHUVA, 2008).

Em outro artigo, veiculado em 07 de setembro 1922 no Jornal "O Estado de São Paulo", com o título de "Da Architectura Colonial no Brasil – Archeologia e Arte",

---

<sup>18</sup> Para Ricardo Severo, "o barroco era a expressão da raça lusitana que no século XVII, após um período de dominação do classicismo, teria marcado o cenário artístico português e de todos os países latinos. Tal como ocorria com o manuelino, o estilo era relacionado com um momento de opulência econômica e política, nesse caso marcado pelo reinado de D. João V, pela libertação do jugo espanhol e pela descoberta das minas na colônia americana". (SILVA, 2010, p. 6)

Ricardo Severo utilizou da classificação apresentada em 1914 para as casas luso-brasileiras, concentrando-as em dois grupos somente. O primeiro abarcaria um tipo urbano, que seria conformado a partir das soluções adotadas nas habitações existentes na antiga sede setecentista do Vice-Reino, o Rio de Janeiro, segundo o autor, vulgarmente encontrado nas cidades do litoral brasileiro. O outro grupo correspondeu a um tipo de casa rural existente em Cotia e povoações próximas, no Estado de São Paulo, também conhecida como bandeirista – no qual Severo afirmava a existência de uma aproximação com as casas-pátio erguidas pelos romanos na região mediterrânea.

A nova classificação, mais enxuta e generalizante, levou a Ricardo Severo considerar anacronicamente – baseando-se nas interpretações de Debret sobre as casas cariocas – um exemplar oitocentista como uma solução original do Brasil, a Casa da Praia de Santos, que contava com a varanda fechada por caixilharia de vidro. Segundo Ricardo Severo:

Este tipo foi assinalado como característico por J. B. Debret, na sua bela obra, *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*, que constitui um precioso repositório de arqueologia e etnografia da última fase colonial. Aí terão um tipo original e local de arquitetura com um caráter próprio. (SEVERO, 1917, p. 406)

O mesmo caráter de excepcionalidade, o engenheiro atribuiu à Casa de Cotia, “um caso típico que, na sua apropriação ao quadro local e no seu aspecto de característica originalidade, deve entrar na nossa série tradicional” (SEVERO, 1917, p. 406).

A despeito do caráter anacrônico de algumas informações, a tentativa de distinguir soluções, demonstra a preocupação do autor em valorizar o transcurso da arquitetura lusa na colônia, interpretando a existência de ramificações novas em meio às manifestações tipológicas originais. Tudo isso teria sido permeado pelo desenrolar da tradição junto aos habitantes da América Portuguesa, ainda que Severo não

reconhecesse contribuições de outras origens na arte brasileira, além das provindas da Península Ibérica<sup>19</sup>.

O pensamento do autor manifestado pelos textos ainda nos apresentou uma importante consideração para a representação da casa na historiografia desenvolvida no período, quando Severo destacou-a como peça principal do caráter nacional, que seria o elemento fundador da tradição arquitetônica na colônia. De acordo com o engenheiro português:

Na architectura é este caracter [nacional] o que deve predominar, porque é por excellencia uma arte social. E o seu conservantismo pronuncia-se ainda mais na simples habitação do que no edificio publico, porque aquella é que está mais intimamente ligada aos elementos tradicionaes do organismo familiar, que é a unidade constituinte da nação. (SEVERO, 1917, p. 417)

Por fim, a redução da classificação e a consequente generalização, presente no artigo de 1922, indicam para um certo abandono ao propósito anterior, de classificar com maior rigor as edificações locais. Nos demais textos, produzidos ao longo da segunda década do séc. XX, Severo explorou o assunto da casa urbana de modo mais pontual, sem contemplar a mesma riqueza de informações contida na Conferência de 1914 ou no artigo veiculado na Revista do Brasil. Com relação à representação do objeto, percebe-se uma orientação mais distante daquela existente no ímpeto inicial de suas publicações, quando destinou esforços no sentido de organizar as manifestações em tipologias tradicionais. A maior parte de seu trabalho, a partir dos anos 1920, seria destinada à militância para a afirmação do estilo Neocolonial, entendido pelo engenheiro-arquiteto como uma oportunidade de renascimento para a arquitetura tradicional luso-brasileira e não como mais uma estilização de natureza eclética. No referido período, muito do esforço para popularização de suas ideias foi feito em artigos de jornais, em especial "O Estado de São Paulo", onde Severo teve cadeira cativa entre os colaboradores.

---

<sup>19</sup> De acordo com Silva (2010, p. 5), "em seu discurso racial, a ascendência lusitana era supervalorizada em detrimento da contribuição de índios, negros e outros povos imigrantes na construção do mundo colonial e de sua arquitetura."

Em virtude do contexto de produção, a redação passou a ser mais carregada no sentido de exaltar o sucesso do processo civilizatório ocidental iniciado pelos portugueses na América e de destacar o papel da arquitetura na formação da nação. Sobretudo, o aspecto marcante, da produção restante de Ricardo Severo, seria o afastamento em relação às proposições contidas na gênese da “Campanha de Arte Tradicional” e a aproximação com as demais causas que, porventura, constituíram a fase final de sua trajetória profissional, a defesa da nacionalidade lusa no país e a produção arquitetônica associada ao escritório Ramos de Azevedo. Cabe ressaltar a grande contribuição de Severo, que serviu de referência para futuros historiadores da arquitetura brasileira, como Mário de Andrade, Paulo Santo e, inclusive, Lucio Costa.

### **2.1.2. Aspectos gerais da contribuição de José Marianno Filho**

Na outra ponta da trincheira de defesa da arquitetura tradicional estava o pernambucano José Marianno Filho – médico, escritor, crítico e historiador de arte e arquitetura – , nascido de uma proeminente família nordestina. Polêmico e de uma pena afiada, Marianno Filho tanto se tornou um personagem respeitado pelo seu notório saber quanto odiado pelas batalhas homéricas travadas em artigos dos jornais cariocas das décadas de 1930 e 1940 – motivo o qual, inclusive, que, em parte, se deve o seu silenciamento como representante da produção historiográfica da arquitetura no Brasil. Entre os inúmeros desafetos conquistados estava Lucio Costa, seu braço direito e contra quem mais tarde veio a desenvolver uma lastimosa mágoa, após o episódio da chegada do arquiteto ao comando da Escola Nacional de Belas Artes<sup>20</sup>. Em sua polêmica atuação de mecenas, José Marianno Filho se tornou o principal entusiasta e defensor do estilo Neocolonial e, para esse fim, acabou realizando um amplo espectro

---

<sup>20</sup> No princípio da carreira como arquiteto, Lucio Costa foi considerado por Marianno Filho o principal pupilo e aquele que iria elevar o estilo Neocolonial aos mais altos dos panteões. Mais tarde, ver-se-ia que Costa negaria essa vertente e assumiria as rédeas do movimento modernista na arquitetura brasileira, o que causou um profundo descontentamento no antigo tutor. (SEGAWA, 2002; BRUAND, 2003; PINHEIRO, 2006)

de incentivos em sua atuação, financiou obras e concursos. Caberia ainda ao historiador de arte elaborar estudos que, ao lado do trabalho Ricardo Severo, ajudariam a subsidiar teoricamente o movimento de redescoberta da arte e da arquitetura do período colonial brasileiro.

O movimento de resgate da tradição luso-brasileira, do qual o Neocolonial fez parte, foi de suma importância para o despertar do sentimento de nacionalidade no campo das artes e da arquitetura entre o meio intelectual local, no início do século XX. Apesar de, posteriormente, reconhecido por causa da cópia dos elementos decorativos<sup>21</sup>, o movimento permitiu a redescoberta de um universo de obras que estavam por ser esquecidas nos rincões mais distantes no país<sup>22</sup>. As incursões pelo interior patrocinadas por Marianno Filho – fruto posterior da “Campanha de Arte Tradicional” iniciada por Severo – permitiram o contato de Lúcio Costa, José Wasth Rodrigues e outros pesquisadores, com obras de singular valor que estavam dispersas nas povoações, derivadas das antigas vilas e arraiais, do interior mineiro na década de 1920. Estes fatos, em conjunto com os estudos de Ricardo Severo, corresponderam aos primeiros passos para a constituição de um sólido campo de pesquisa na história da arquitetura brasileira, antes produzida por meio de monografias de pesquisadores independentes, filiados aos institutos históricos e geográficos.

Apesar de servir à produção arquitetônica em geral, em sua fase inicial, os estudos, constituídos no seio do movimento Neocolonial, dedicaram uma atenção especial às casas urbanas do período colonial, tendo-se realizado o registro de

---

<sup>21</sup> A busca de repertório estilístico para alimentar o Neocolonial se fundamentou na releitura de elementos decorativos, presentes, principalmente, nos monumentos religiosos do período colonial. As soluções originais serviram de inspiração para a produção de novas edificações e, por consequência, delinear a forma de composição dos exteriores das edificações. Nesse sentido, o estilo acabou sendo tratado na literatura, produzida à luz do “paradigma SPHAN”, como uma tendência entre as correntes ecléticas e não como um autêntico movimento de redescoberta da arte nacional. Os louros dessa empreitada acabariam, no campo, sendo atribuídos à “academia SPHAN”, que assumiu para si a obrigação de “corrigir” o curso da representação da história da arquitetura brasileira. (SEGAWA, 2002; BRUAND, 2003; PINHEIRO, 2006; KESSEL, 2008)

<sup>22</sup> De acordo com Bispo (2011, p. 45), “Os [arquitetos] neocoloniais, numa visão saudosista, defendiam uma continuidade do passado e uma reprodução dessa arquitetura no presente, de maneira estilizada e misturadas às conquistas recentes no campo arquitetônico.”

inúmeros detalhes construtivos destas nas investigações de campo – que podem ser observados nas inúmeras ilustrações produzidas por Felisberto Ranzini e José Wash Rodrigues. Contudo, com o tempo, o foco principal foi direcionado aos monumentos religiosos, portadores de uma expressão artística mais refinada, e relegou à casa status menor expressão nas investigações. Nesse percurso, houve também o reconhecimento de algumas casas senhoriais, como a Casa dos Contos ou a Casa da Torre de Garcia D'Avila, por apresentarem maior qualidade compositiva.

A produção escrita de José Marianno Filho teve três momentos distintos. O primeiro, correspondente à primeira metade da década de 1920, foi, também, o mais destacado de sua atuação como historiador da arte, quando promoveu textos para a defesa da história da arquitetura e das bases conceituais que serviriam a difusão do estilo Neocolonial. Nessa fase da produção do autor, destacam-se os artigos “A Nossa Architectura”, de 1922, e “Os Dez Mandamentos do Estylo Neo-Colonial – aos jovens arquitetos”, de 1923; redações estas de teor educativo e ameno. Esse caráter viria a ser um diferenciador dos artigos produzidos entre os anos 1926 e 1940, segundo momento da obra de Marianno Filho, no qual sua pena delineou ácidas discussões públicas com seus desafetos em jornais cariocas do período. A última fase, após os anos 1940, revela um combatente abatido pela derrota e amargurado com o desfecho das batalhas empreendidas ao longo de sua vida. (KESSEL, 2008)

Com o predomínio modernista na arquitetura brasileira após o início da década de 1940, sem outro recurso, Marianno Filho realizou um trabalho literário mais direcionado, reunindo suas principais concepções em livros ou textos de maior extensão, publicados em editoras vinculadas ao seu campo de influência<sup>23</sup>. Mesmo mais substancial do que os anteriores, o produto derivado desse contexto gerou pouco impacto na historiografia, seja por causa da condição de descrédito condicionada ao autor, seja pelo protagonismo da geração SPHAN, já reconhecida como a principal

---

<sup>23</sup> O periódico “A Noite” e a editora homônima foram as principais vias de divulgação do trabalho de Marianno Filho. O jornal, quando não publicava artigos de Marianno Filho, apresentava entrevistas ou consultas ao historiador sobre temas ligados à arte e à arquitetura.

personagem na representação da história da arquitetura no Brasil. Apesar da predominância do estilo de escrita combativo, na segunda e terceira fase da obra de Marianno Filho, pontualmente, alguns trabalhos adotaram uma linha similar a do primeiro momento, servindo à divulgação do conhecimento da história da arte e arquitetura, como os artigos: "Architectura brasileira pré-jesuítica", publicado em 1928; "A Formação da Cidades Brasileiras", veiculado em 1935; e "Acerca do estylo architectonico nacional do Brasil", de 1936.

Em parte, o discurso de Marianno Filho se distanciava do realizado por Ricardo Severo, considerando-se algumas interpretações sobre aspectos da arquitetura tradicional e da formação da nação brasileira. Se, por um lado, para o historiador pernambucano, a tradição local seria inevitavelmente fruto da adaptação dos colonizadores lusos ao meio local, assim como propagava Severo; por outro, ele afirmava a existência de um percurso identitário próprio, capaz de afastar Brasil e Portugal como civilizações. No nosso caso, a cultura local incorporou algo caro à interpretação do engenheiro português, as contribuições dos demais povos formadores da colônia, os indígenas e os africanos. Nesse sentido, estava aberto um conflito conceitual na interpretação de Marianno Filho sobre o tema, que, ao mesmo tempo, ressaltava a origem Ibérica, portanto, europeia, de tal tradição; porém, capaz de incorporar os frutos da miscigenação, os mulatos, sendo que "estes mestiços, civilizados em contato com a superior cultura portuguesa, teriam se elevado em relação à origem inferior e enriquecido a arte colonial" (KESSEL, 2008, p. 202). Ricardo Severo, todavia, era taxativo nesse aspecto, apontando a origem exclusivamente Ibérica da arte e arquitetura brasileira – embora reconhecesse o gênio mineiro, Aleijadinho, e o polivalente Mestre Valentim, ambos filhos do encontro entre lusitanos e mulheres provindas da África.

Outro aspecto dissonante, no discurso dos patronos do Neocolonial, foi o caráter da herança árabe na arquitetura luso-brasileira, muito maior na interpretação de José Marianno Filho do que apontada por Ricardo Severo. Sobre o tema, o historiador da arte pernambucano viria a fazer diversas menções em seus textos ao

assunto, exemplificando, sempre quando possível, com a menção a alguma obra ou situação correlata. Marianno Filho dedicou ao assunto destaque especial com a formulação de hipóteses que repercutiram na produção da história da casa urbana luso-brasileira, como o regime de clausura das mulheres e o aspecto mudéjar das janelas e balcões cobertos de treliçados. Para defender a tese, o historiador, inclusive, produziu textos para descrever os chamados “copiães nordestinos”, que foram descritos como uma mescla das soluções sarracenas originais e técnicas construtivas indígenas. A herança islâmica foi tratada, em isolado, em um artigo publicado nos Anais do Museu Histórico Nacional, depois transformado em livro, com o título “Influências Muçulmanas na Arquitetura Tradicional Brasileira”, ambos de 1943. Em grande parte, pela dedicação de Marianno Filho à divulgação do tema e da aceitação da hipótese por Gilberto Freyre, o entendimento do papel de proteção das treliças – seja nas rótulas e gelosias ou nos muxarabi – se generalizou como instrumento de isolamento feminino, presente desde a gênese das habitações no país.

Com relação à obra de José Marianno Filho, o artigo, “A Nossa Architectura”, de 1922, ofereceu contribuições importantes à representação da casa urbana luso-brasileira, por conter um tratamento mais direcionado a esse objeto. No texto, estiveram contidas, talvez pela primeira vez, as expressões “arquitetura colonial” ou “estilo colonial” – designações que, conseqüentemente, se fixariam na representação do objeto feita por leigos ou entre as camadas populares dos moradores das ditas cidades históricas. Marianno Filho usou tais designações em frases como: “é o espírito do passado; é a esse espírito que eu chamo o ‘caráter’ na arquitetura colonial” ou “para chegarmos à perfeita compreensão do que significa ‘o caráter’ no estilo colonial brasileiro, mister se faz passar em rápida revista os diversos elementos decorativos e construtivos de que ele se utilizou” (MARIANNO FILHO, 1922, s/p.). Tais expressões não estiveram presentes entre os trabalhos de Ricardo Severo, que preferia se dirigir ao objeto com a atribuição “tradicional”, possivelmente, por causa de sua interpretação se fundar na unicidade da produção artística luso-brasileira e, também, para evitar o sentido pejorativo do termo “colonial” à época. Não podemos precisar se foi o

historiador pernambucano o criador das expressões ou se apropriou-se dela a partir de um senso comum entre os intelectuais da época, mas, diante da aceitação de seu trabalho no meio, certamente, o emprego contribuiu para a popularização.

Em relação ao chamado “estilo colonial”, José Marianno Filho afirmava ser dotado de um “perfeito espírito de unidade”, capaz de promover uma identidade às construções contidas no período, indiferentemente da natureza da obra, seja civil ou militar. Isto estaria na essência de outro conceito fundamental lançado por Marianno Filho, mais tarde defendido na obra de Lucio Costa com a denominação “saúde plástica perfeita”. Nesse sentido, de acordo com o historiador da arte, esse “perfeito espírito de unidade” poderia ser percebido entre as casas, onde um típico casarão colonial:

[...] a despeito da miséria da sua roupagem ornamental, tem uma *fisionomia acolhedora e franca*. [...] A simplicidade desse casarão provém daquele *discurso equilibrado de massas* de que os grandes mestres possuem *a justa medida*. Tudo nele é *verdade*. Tudo tem a sua *razão de ser, a sua lógica, o seu sentido*. (MARIANNO FILHO, 1922, s/p. – Grifo nosso).

Podemos perceber, no conteúdo do trecho, a construção de uma lógica de representação para as casas urbanas luso-brasileira, baseada na utilização de soluções estéticas e compositivas fundamentais para o reconhecimento dos valores dessas edificações – que seria reconhecida como a “simplicidade” reinante entre as antigas habitações. A ausência de atributos supérfluos seria um operador para a interpretação das chamadas “fisionomia franca e acolhedora” e da “justa medida”, a *concinnitas* albertiana, uma vez que o resultado dos partidos arquitetônicos seria determinado por soluções originais e destituídas dos excessos do Ecletismo vigente, por exemplo. Disso, também, teria se derivado o “discurso equilibrado das massas”, conjugando-se nos elementos, responsáveis pela volumetria da casa, escolhas assertivas para a unidade da composição, sem a criação de composições exageradas ou extravagantes. Marianno Filho ao utilizar os termos ou as expressões, “verdade”, “razão de ser”, “lógica” e “sentido”, buscou qualificar o resultado da arquitetura tradicional, de modo a reforçar a percepção de que a forma resultante da construção seria destituída de condicionantes sem aplicação prática necessária – algo caro aos rebuscados exteriores

das edificações ecléticas, que se baseavam na apropriação do repertório dos vários modelos arquitetônicos nas novas criações.

No texto de 1922, José Marianno Filho ainda propôs uma descrição genérica para a “casa típica do Brasil dos fins do século XVII”, na qual a descreve como “um casarão quadrangular, possuindo a indefectível arcada, o alpendre, o pátio central. O telhado baixo, em quatro águas, com ângulos do beiral aiosamente lançados à guisa de pagode coreano, é coberto de telhas de canal” (MARIANNO FILHO, 1922, s/p.). Ao apresentar essa representação para o objeto, o historiador, construiu um modelo idealizado de edificação, possivelmente baseado na observação de casas rurais existentes em Pernambuco. Sobre esse aspecto, Carlos Kessel – arquiteto e pesquisador do Neocolonial – defendeu que a interpretação de Marianno Filho da história nacional absorveu, em alguns contextos, memórias de sua própria infância. Em outro momento, na palestra, “Arquitetura mesológica”, proferida pelo historiador da arte em 1931, a descrição da “casa brasileira” igualmente demonstrou o caráter memorialista, já expressado no início dos anos 1920:

A casa brasileira não poderá ser senão a nossa velha casa patriarcal, com o largo beiral de telhões de faiança, os alpendres floridos, os velhos oratórios onde as nossas mães fizeram as suas súplicas, os grandes sofás de alvenaria sob a ramada das grandes mangueiras... (MARIANNO FILHO, 1931 apud KESSEL, 2008, p. 201)

O teor memorialista adotado por José Marianno Filho nas descrições das casas, inclusive, seria observado na obra de outro importante pesquisador brasileiro, o também Pernambucano, Gilberto Freyre. Os textos de Marianno Filho, em diversas publicações, constaram entre as referências escolhidas pelo sociólogo e por seus seguidores. *Modus operandi* comum à época, esse tipo de representação, recortado por traços da memória, experimentou, de certo modo, de uma inserção do pesquisador como observador participante, recurso que se popularizaria na antropologia ao longo das primeiras décadas do séc. XX.

A despeito do método adotado na descrição, a representação, feita por José Marianno Filho da “casa típica do Brasil dos fins do século XVII”, em parte, tomou de

empréstimo a hipótese da herança romana das “casas de arrabalde” brasileiras, levantada por Ricardo Severo. Algumas soluções, na visão do autor, como as telhas, a cornija pobre, as colunas toscanas, seriam de origem italiana e introduzidas na Península Ibérica em tempos remotos antes de migrar para a colônia. Marianno Filho ainda acrescenta a descrição os elementos: óculo ou olho de boi – “origem gótica, depois peninsular e italiana”; mirador, gelosia ou balcão em rótula (muxarabi) – “árabe e depois peninsular”; e os azulejos – “árabes e depois peninsular” (MARIANNO FILHO, 1922, s/p.).

No artigo, o autor também critica o caráter das “composições grotescas” do *Mission Style* e afirma: “Nós outros temos outro propósito. Nós queremos realizar um movimento arquitetônico inspirado no estilo colonial, com os mesmos motivos originais trabalhados com a mesma intenção da época” (MARIANNO FILHO, 1922, s/p.). Interessantemente, em certas situações, o desenrolar do estilo colonial, entre arquitetos desvinculados do movimento original, não só contrariou os propósitos de seus idealizadores em “adotar os mesmos motivos originais”, como acabou por incorporar o criticado *Mission Style*, em vias de ampliar as possibilidades de composição ornamental.

Outros artigos de Marianno Filho, publicados em 1923 e 1926, respectivamente, oferecem contribuições pontuais ao nosso estudo. O primeiro, intitulado “Os Dez Mandamentos do Estylo Neo-Colonial”, apesar de não ser dirigido à história da arquitetura em si, contém elementos-chave para nossa interpretação sobre o pensamento do historiador da arte pernambucano no período. Nesse texto, Marianno Filho elencou dez atributos (*verdade, força, espírito clássico, cor, sobriedade, categoria, nobreza, conforto, caráter e nacionalidade*) baseados na tradição para a produção de novas edificações, a serem desenvolvidas pelos arquitetos ligados ao Neocolonial. Naquele momento, o pensamento de José Marianno Filho ainda se aproximava ao de Ricardo Severo, na compreensão de que o movimento poderia propor um verdadeiro renascimento da arquitetura tradicional.

Desse modo, a proposição feita pelo autor indica uma busca, na história e teoria da arquitetura, por elementos que qualificariam as obras do Estilo criado sob seu mecenato, conforme a necessidade de se aproximar com os valores praticados no passado e da representação de um universo artístico e arquitetônico respaldado na herança local – diferentemente do que se observava no ecletismo acadêmico das escolas de belas artes, no qual o referencial europeu predominava. Dos atributos listados pelo historiador da arte pernambucano, ao nosso estudo interessam, em especial, citar: “a verdade<sup>24</sup>”, “a força<sup>25</sup>”, “a sobriedade<sup>26</sup>”, “a nobreza<sup>27</sup>”; além, “do caráter<sup>28</sup>”. Essa esquematização, enquanto mandamentos, implementa marcos teóricos para a adoção desses conceitos nas novas composições, para que estas sejam concebidas de acordo com a “justeza das proporções” e “discurso equilibrado das massas”, comum às obras do período colonial. Ainda, os cinco mandamentos listados conectam-se com o texto de 1922, como o desdobramento de um pensamento que viria a ser fundamental para a defesa do estilo Neocolonial, um produto original e não mera cópia descontextualizada de igrejas, conventos ou casas senhoriais.

No segundo artigo mencionado, elaborado como uma entrevista a José Marianno Filho, “O debate aberto em torno do nosso padrão architectural”, veiculado no periódico “A Noite”, em 10 de maio de 1926, revelou um cenário de dissonância

---

<sup>24</sup> Entendida como “todo elemento [...] representado sem embuste, porque a mentira é incompatível com o espírito universal da arquitetura” –, essa uma característica vinculada à utilidade e funcionalidade na edificação”. (MARIANNO FILHO, 1923, p. 161)

<sup>25</sup> Uma vez que “o cenário ciclópico de nossa natureza tropical exuberante e violento, exige as formas serenas e fortes de nossos antepassados, que recortam a paisagem em massa, calmamente, sem contorções ou contrastes inesperados” (MARIANNO FILHO, 1923, p. 161), componente da inteiração entre forma e sistemas construtivos.

<sup>26</sup> Considerada o uso de “discrição no emprego de elementos chamados decorativos, a fim de evitar um partido excessivo que seria deplorável”. (MARIANNO FILHO, 1923, p. 161)

<sup>27</sup> Na qual “a riqueza ostensiva dos elementos é sempre um indício de falta de cultura ou de exibicionismo vulgar”, igualmente, “não há nobreza sem discrição, nem discrição sem recato” pois “uma casa anuncia a uma cidade inteira o nome do cidadão que a possui” (MARIANNO FILHO, 1923, p. 161), proposição que se aproxima da lógica do decoro arquitetônico e urbano, defendida por Rodrigo Bastos.

<sup>28</sup> Porque “o caráter reside na força estática da massa arquitetônica; na compreensão, no sentido dos elementos que lhes são essenciais; no uso das praxes tradicionais, no partido que os elementos oferecem entre si ao artista” (MARIANNO FILHO, 1923, p. 161), atributo, então, associado a dimensão estética da edificação.

sobre a definição da arquitetura tradicional proposta pelo grupo paulista<sup>29</sup>, guiado por Severo, e o carioca, encabeçado por Marianno Filho. O desacordo à época estava centrado na interpretação das bases que contornavam a tradição arquitetônica local<sup>30</sup>, uma vez que os patronos divergiam com relação aos aspectos da hegemonia portuguesa ou da geração de uma arquitetura original no Brasil. Na entrevista, o próprio historiador da arte pernambucano menciona que: “O caso a considerar é que esses ‘elementos’ apenas transplantados da península para a nossa terra, sem o processo lógico de adaptação social e mesológico, não podem ser considerados tradicionais – para nós brasileiros” (A NOITE, 1926, p. 1). O ponto principal desse embate seria quais soluções deveriam ser empregadas no estilo Neocolonial que melhor representassem o caráter de nacionalidade local. Nesse sentido, Marianno Filho acrescentou: “A maior preocupação dos arquitetos que desejam praticar a arquitetura brasileira é, nesse momento, distinguir os elementos brasileiros, dos seus irmãos mais velhos do além-mar”. (A NOITE, 1926, p. 1)

Em meio à contenda relatada no jornal “A Noite”, contudo, nos foi possível identificar alguns itens de interesse, no tocante às representações sobre a casa e a história da arquitetura no Brasil. Marianno Filho defendia a vivacidade do processo de formação de uma tradição arquitetônica na América, acontecida como “uma emancipação da metrópole<sup>31</sup>” e dotada de original engenho, ao mesmo tempo capaz de promover tipos próprios. Segundo o historiador da arte:

A rebeldia da raça, sequiosa de liberdade, como que se assinala na própria arte. Aleijadinho, mineiro é integralmente brasileiro. Mestre Valentim, mestiço, não o é menos. Os santeiros da Bahia põem máscaras caboclas nos seus

---

<sup>29</sup> O teor da crítica, apesar de não ser direcionada pelo interlocutor principal, possivelmente foi dirigida a Ricardo Severo e outros membros do grupo, José Wash Rodrigues, Alexandre de Albuquerque, entre outros. O redator do jornal menciona: “O debate que se verifica no momento, e ferido pela imprensa de São Paulo, resulta da divergência entre os próprios tradicionalistas, que não afinam no modo de entender o ‘tradicionalismo’”. (A NOITE, 1926, p. 1)

<sup>30</sup> Ricardo Severo compreendia a raça e a nação brasileira como frutos de uma continuidade natural da herança portuguesa, enquanto, Marianno Filho, apesar de reconhecê-la, atribuía ambas à formação de uma arquitetura local, com maior distanciamento da matriz original. Nesse sentido, as características da arquitetura tradicional iriam variar, mais ou menos, na direção do Brasil ou de Portugal, conforme o grupo defensor.

apóstolos cristãos. É a nacionalidade que surge... Pois é essa nacionalidade que buscamos. (A NOITE, 1926, p. 1)

Do mesmo modo, José Marianno Filho entendeu a habitação como dotada de particularidades determinadas pelo “meio e as necessidades de povo” e não como mera reprodução dos modelos lusos da Península Ibérica, ainda que baseada nesses. Em tal apontamento, o historiador afirmou:

[...] se o partido da habitação interior (planta baixa) ainda apresenta visíveis conexões com as formas peninsulares, o meio e as necessidades do povo criaram praxes novas, impuseram soluções regionais, deram, por fim, à arquitetura brasileira uma individualidade à parte. (A NOITE, 1926, p. 1)

O surgimento de “soluções regionais”, aceita à época por José Marianno Filho, indica para um ponto em desacordo com a linha seguida pelo movimento Neocolonial e o adotado mais tarde pela “geração SPHAN”, que repetidamente destacaria a falta de diversidade das casas urbanas luso-brasileiras. Todavia, em outros aspectos, Marianno Filho defendeu no texto a tese do “mulatismo” como consequência do afastamento da arte e da arquitetura produzida no Brasil, da feita em Portugal. Na participação dos mulatos na construção e decoração dos monumentos nacionais teria se constituído um caráter de originalidade, reproduzido entre as obras de Aleijadinho ou do Mestre Valentim. Interessantemente, esse pensamento, defendido pelo autor, não seria recusado na constituição do “paradigma SPHAN”, ao contrário, se tornou um dos motes principais de defesa da historiografia concebida nessa linha.

Os demais textos de José Marianno Filho não acrescentaram fatos novos ao conteúdo produzido por ele até 1926 e, quase sempre, retornariam aos assuntos raça, nacionalidade, tradição, independência em relação à arte e arquitetura portuguesa ou influência árabe sobre as edificações locais. Certamente, a mudança de foco no trabalho do mecenas do Neocolonial – no papel de responsável pelo embasamento conceitual para o de propagandista do Movimento – esteve ligada à perda de terreno do Estilo frente ao Modernismo, que com o apoio governamental ganhava espaço no cenário arquitetônico brasileiro. Em função disso, as críticas de Marianno, a partir de 1930,

viriam a ser direcionadas a qualquer militante favorável ao “estilo judeu/comunista” - modo como Marianno Filho desclassificava o Movimento Moderno na arquitetura - , incluindo, Lucio Costa – seu maior desafeto e desilusão – e, até mesmo, Le Corbusier, dada a sua vinda ao Brasil, no início daquela década<sup>32</sup>.

Gilberto Freyre, um dos principais mentores da geração SPHAN e seu conterrâneo, apesar de ter Marianno Filho como uma referência para a compreensão da arquitetura, também se tornaria parte do descontentamento público do historiador da arte, em função das divergências entre as opiniões de cada um, acerca da arquitetura tradicional. Nessa monta, o posicionamento do antropólogo pernambucano foi questionado por atribuir à herança portuguesa maior peso do que Marianno acreditava ter ocorrido. No artigo “Acerca do estylo architectonico nacional do Brasil”, publicado no periódico “Diário de Notícias”, de 04 de abril de 1936, Marianno Filho escreveu:

Se aquela arquitetura fosse exclusivamente de influência lusa, ela se teria expressado à moda manuelina. Ora a despeito da opinião desvairada de um eminente escritor patricio, [...] não ocorreu durante o ciclo colonial um único episódio arquitetônico, no qual transparecesse a mais remota influência de grande arte, pessoal, e inconfundível, a de que com tanto de ufana o velho Portugal. A arquitetura colonial brasileira, na sua expressão artística mais alta e expressiva, em que pese à opinião não fundamentada de Gilberto Freyre, é essencialmente brasileira. (MARIANNO FILHO, 1936, s/p.)

Por fim, com o tempo, Ricardo Severo e José Marianno Filho tiveram o protagonismo reduzido à medida que os intelectuais modernistas, incutidos nas esferas administrativas do Governo Vargas, ganharam espaço e panfletaram suas ideias para a identidade brasileira e o patrimônio histórico (RUBINO, 1996; CHUVA, 2008). Gradativamente, os dois acabaram silenciados pela “geração SPHAN”, sendo taxados de retrógrados e militantes de uma arquitetura falsa, em nada representante dos ideais de progresso, associados ao Movimento Moderno local. Somou-se a isso, o fato do falecimento desses dois expoentes, em 1940 e 1946, respectivamente. Por

---

<sup>32</sup> As críticas a Le Corbusier foram realizadas em alguns textos, entre estes “Conflicto entre a technica e a inteligencia”, veiculado jornal Diário de Notícias, na década de 1930.

consequência, a ausência dos patronos contribuiu ao esquecimento do legado deixado e à sobreposição da visão pejorativa, vinda a ser associada aos seus trabalhos.

## **2.2. Os “Estudos Fundadores”**

Como discutimos anteriormente, as décadas de 1920 e 1930 foram de fundamental importância para a consolidação do campo da história da arquitetura brasileira como disciplina. A militância de Ricardo Severo e José Marianno Filho abriu as portas para o debate do tema e se interpretar as origens do patrimônio arquitetônico herdado pelo passado colonial brasileiro; como, também, expunha, ainda mais, as feridas deixadas nas cidades a partir das campanhas progressistas, de viés republicano, que alteraram a paisagem do Rio de Janeiro, São Paulo e tantas outras pelo Brasil. Aos dois pioneiros viriam se alinhar intelectuais expoentes, motivados pelo discurso de modernidade e busca da identidade nacional originários da Semana de Arte Moderna de 1922, como Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, entre outros, que, de início, combatiam nas mesmas trincheiras, a preservação da memória nacional. Porém, com o abismo aberto entre os defensores do estilo Neocolonial e modernistas no alvorecer dos anos 1940, Melo Franco e Andrade, sob a batuta do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, seriam incorporados ao Governo Vargas para a criação do antigo SPHAN. Junto de Lucio Costa, os dois intelectuais assumiriam uma posição de defensores principais do passado e da cultura brasileira. Para redesenhar a noção de tradição, à luz do pensamento modernista, o recém-criado “serviço do patrimônio” incorporaria as contribuições de Gilberto Freyre e Afonso Arinos de Melo Franco, responsáveis diretos pelo suporte teórico para os conceitos ordenadores do “paradigma SPHAN”, da representação da história da arte e da arquitetura e, conseqüentemente, da preservação do patrimônio realizada pelo “gabinete de Rodrigo”.

Ainda sob os auspícios do movimento Neocolonial, o cenário registrado nas viagens de redescoberta da arte tradicional, dos anos 1920<sup>33</sup>, deixou claro a existência de um universo de obras bem preservadas e de singular valor artístico no “desconhecido” interior do país, frente a um conjunto arquitetônico cada vez mais combalido pelos ciclos de crescimento econômico ocorrido nas duas principais cidades do país, Rio de Janeiro e São Paulo, e outras *urbes* que se desenvolviam à época. O furor pela definição da verdadeira identidade nacional culminou em um movimento de viva atividade, para a valorização desse patrimônio esquecido nos sertões, e aportou entre os intelectuais ligados às esferas mais altas da administração federal. Como desdobramento do esforço em revisitar o passado da nação, a ereção de Ouro Preto a Monumento Nacional, por meio do Decreto Nº 22.928, de 12 de julho de 1933, foi a primeira ação de vulto para a preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil, que abarcou no ano seguinte a criação da Inspetoria Nacional de Monumentos (INM), liderada por Gustavo Barroso.

A titulação oferecida à antiga capital mineira contemplou tanto os principais monumentos religiosos e oficiais quanto o casario que formava o conjunto urbano<sup>34</sup>. Contudo, a sustentação da congratulação se estabelecia na preservação da imagem setecentista do núcleo urbano, composto ideal para a narrativa que se construía à época de um cenário heroico de acontecimentos ligados à soberania, dignidade, honra e liberdade. A exaltação dos fatos memoráveis ofereceu o subsídio necessário para que, naquele momento, se consolidasse, por meio de uma ação prática marcante, a noção de patrimônio que se fundava por meio da proteção dos monumentos

---

<sup>33</sup> As campanhas de redescoberta da arte tradicional, patrocinadas por Severo e Marianno Filho, estiveram diretamente associadas à gênese da questão patrimonial no país e à, então, recente busca das raízes da verdadeira identidade brasileira. Destas fizeram parte Wasth Rodrigues e Costa, como relacionado anteriormente, mas, também, envolveram Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mário de Andrade, em várias viagens pelo interior. (PINHEIRO, 2006)

<sup>34</sup> Na justificativa para a proteção de Ouro Preto, a redação do Decreto 22.928/1933, incluiu o trecho: “Considerando que a cidade de Ouro Preto, antiga capital do Estado de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d'arte, que merecem defesa e conservação”. (BRASIL, 1933, s/p.)

históricos, contribuindo para o fortalecimento da questão nos anos que se seguiram até a fundação do SPHAN.

Em meados dos anos 1930, a opção do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, por criar outro gabinete para a preservação do patrimônio, desvinculado ao Museu Histórico Nacional e à Inspetoria Nacional de Monumentos, foi determinante para a reorientação da representação da história da arte e da arquitetura brasileira, uma vez que os antigos referenciais, memorialistas ou tradicionalistas, viriam a ser recusados nos estudos realizados pelos técnicos do órgão. Ao preferir Barroso, até então a “estrela da companhia”, Capanema faz uma opção pela linha defendida pelos intelectuais modernistas, na busca de “uma pretensa autonomia e isenção política” intentando “a não identificação dos agentes do SPHAN com o regime autoritário que lhe deu origem e consolidação e consagração” (CHUVA, 2008, p. 113-114).

Desse modo, conformou-se uma trajetória de afastamento sem retorno em relação aos ideais defendidos pelo grupo do MHN – fundamentados na interpretação heroica da fundação da país e na exaltação dos heróis nacionais – e se definiu uma linha de atuação ajustada à vanguarda modernista, representada por Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Lucio Costa e, principalmente, Rodrigo Melo Franco de Andrade, escolhido como diretor do órgão recém-criado. Essa postura foi também determinante para se distanciar de vez de quaisquer resquícios dos pressupostos conceituais defendidos pelos militantes do estilo Neocolonial, dada a expressa recusa, ao movimento e seus representantes, entre os principais expoentes do SPHAN.

A fase inicial da atuação do SPHAN, segundo Maria Lúcia Bressan Pinheiro, foi marcada por um desconhecimento sobre os objetos que se desejava proteger, uma vez que não havia um saber constituído considerado por eles confiável, para subsidiar ações da nascente instituição (PINHEIRO, 2006). Para suprir essa carência, além de coordenar a realização dos necessários tombamentos, coube ao presidente do órgão, Rodrigo Melo Franco de Andrade, orquestrar um trabalho de investigação que sustentasse, por meio de repertório conceitual, o *modus operandi* do serviço do patrimônio sob sua tutela.

Fruto do processo realizado pelo SPHAN, a produção de textos técnicos compreendeu uma categorização em três eixos de sustentação, definidos conforme a natureza da manifestação arquitetônica: religiosa, oficial e civil. A representação, conseqüente da literatura desenvolvida pelo órgão, foi registrada em revistas e livros, cujo conteúdo foi editorado de modo meticuloso por Rodrigo Melo Franco de Andrade, até o final de sua gestão. Esse rico material, basicamente, constitui o que chamamos de *Estudos Fundadores* – um conjunto de trabalhos consolidados na historiografia da arquitetura brasileira, como referência fundamental às pesquisas acerca dos diversos temas ligados a esse campo.

### **2.2.1. O SPHAN e a linha de pensamento adotada para a representação da história da arquitetura brasileira**

O serviço do patrimônio, além da atuação na salvaguarda da herança artística e arquitetônica do país, se consolidou, ao longo das décadas de 1940 e 1960, como principal responsável pela representação da história da arquitetura brasileira. No órgão, essa ação foi tratada de forma cuidadosa, nos estudos sobre os bens a serem tombados e nos meios de divulgação utilizados pelo SPHAN – materializados, fundamentalmente, nas “Revistas (do Serviço) do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” e das “Publicações do SPHAN”<sup>35</sup>. Pela maior facilidade de difusão, as Revistas se tornaram um dos principais meios de divulgação oficial das ações do gabinete. Todavia, além de promover o conhecimento, o periódico tinha finalidade de popularizar o conhecimento sobre a preservação do patrimônio, de forma a oferecer,

---

<sup>35</sup> As *Publicações do SPHAN* se diferiam das revistas na editoração e destinação do conteúdo. Os conteúdos, na modalidade, foram publicados em forma de livro e continham autor único, diferentemente do periódico. Segundo Lanari (2011, p. 2), estas “eram monografias com grande número de páginas, estudos elaborados sobre um único monumento ou questões específicas vinculadas à cultura nacional, visando à afirmação das categorias estabelecidas pela prática adotada pelo SPHAN e o aprofundamento das pesquisas sobre temas centrais na narrativa elaborada pelo órgão, tais como o barroco mineiro e o ciclo jesuítico no Brasil”. Também, “eram, na maioria dos casos, precedidas por prefácios escritos por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que contribuíram para ressaltar a relevância alegada dos estudos publicados, o grau de distinção dos autores, vinculando-os às atividades do SPHAN”.

a leigos e especialistas, condições de serem “alfabetizados” sobre as obras de arte e os monumentos existentes no país, como defendeu Mário de Andrade sobre o papel a ser desempenhado pelo gabinete (PINHEIRO, 2006).

A despeito das dificuldades operacionais para materializar a proposta, as Revistas do Patrimônio foram concebidas de maneira esmerada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, buscando romper com a dita falta de rigor científico que predominava em muitos dos textos, produzidos nas primeiras décadas do séc. XX. Nesse sentido, o editor defendeu a “[...] necessidade de uma ação sistemática e continuada com o objetivo de dilatar e tornar mais seguro e apurado o conhecimento dos valores de arte e história de nosso país”, uma vez que “a tendência entre nós, quando se trata desses assuntos, é descambar para um gênero de literatura impróprio para o estudo objetivo das questões que há a esclarecer” (ANDRADE, 1937, p.3). Entre essa “literatura imprópria” certamente estaria enquadrado a representação da história feita pelos patronos do Neocolonial, que se valiam de artigos nos jornais comerciais para a divulgação de seus trabalhos.

Por outro lado, a historiografia, representada nas Revistas do Patrimônio, foi concebida em meio a concepções positivistas comuns à época, sustentando uma narrativa que buscava ser isenta de críticas e juízo de valor. De acordo com Robson Ribeiro:

A direção dos textos nesse sentido aproximou-se mais da metodologia praticada no final do século XIX do que das propostas da nova escola historiográfica europeia. Contudo, é preciso compreender que a formação teórica dos autores esteve muito mais próxima das práticas do positivismo do que dos novos conceitos historiográficos vinculados à *Escola dos Annales*, por exemplo. (RIBEIRO, 2013, p. 172)

Dentro dessa linha metodológica, a estratégia adotada pelos autores se sustentava na tentativa de “extrair dos documentos tudo o que nele contivesse”, de modo a manterem-se “o mais próximo possível da verdade dos acontecimentos” (RIBEIRO, 2013, p. 172). Isso foi determinante para a forma como os artigos foram redigidos para o periódico, sendo muitos deles similares da metodologia de inventário,

utilizada nos pareceres dos tombamentos. Rodrigo Melo Franco de Andrade tratou de organizar um repertório de trabalhos para agregar valor à revista, escolhendo autores que fossem reconhecidos pela “importância no meio profissional e intelectual da preservação dos monumentos” (LANARI, 2011, p. 8). Nesse sentido, três personagens adquiriam papel estratégico para dar respaldo à produção literária realizada pelo SPHAN: Afonso Arinos de Melo Franco, Gilberto Freyre e Lucio Costa. Cada um destes ofereceu o suporte teórico necessário para as ações práticas do gabinete na constituição de uma interpretação para a memória nacional. Para além disso, sobretudo, Franco, Freyre e Costa foram fundamentais para a validação da representação da história da arquitetura do SPHAN e o consequente silenciamento das vozes dos patronos do Neocolonial, ainda ecoantes no meio intelectual do início dos anos 1940.

Por conseguinte, a historiografia da arquitetura realizada pelo SPHAN alinhou-se a componentes conceituais baseados na independência da produção da arte e da arquitetura luso-brasileira. Nessa perspectiva, as construções locais – deixadas como registro do passado na forma de igrejas, habitações, fortificações e casas de câmara – apesar de portuguesas na origem, aqui teriam se distanciado de suas matrizes incorporando o gênio da terra, todavia sem deixar de manter vínculos com a civilização que a gerou. Esse paradoxo viria a incorporar-se às bases de sustentação do “paradigma SPHAN”, na interpretação da história e nas ações para a proteção do patrimônio materializada pela inscrição de centenas de bens nos Livros de Tombo.

Ainda que os tombamentos servissem à legitimação do trabalho do gabinete, coube às Revistas do Patrimônio, principal *lócus* da representação da historiografia produzida pelo SPHAN, a função de validar teoricamente todo o conjunto de ações realizadas pelo órgão. Para tanto, o periódico foi constituído tendo-se em vista à primazia dos protocolos de verdade, instituídos como forma de legitimar a historiografia promovida pela “academia SPHAN”. Entre os aspectos identificados para a legitimação das Revistas do Patrimônio, Luciano Teixeira identificou que:

[A] definição dos métodos pelos quais se pretendia provar a relevância histórica e artística desses objetos, ou seja, a pertinência dos valores artísticos e históricos desses para a formação da nação, assim como a necessidade de

se preservá-los. A questão dos procedimentos científicos envolvia a repetição de um certo número de protocolos de verdade considerados capazes de garantir a autenticidade e originalidade do recorte patrimonial e por meio dos quais seus pares se reconheciam enquanto uma comunidade de sentido. Nesse aspecto, destacamos o uso de procedimentos tradicionalmente atribuídos aos historiadores, tal como descrito acima. Temos, por exemplo, o amplo uso de fontes documentais: documentos inéditos, transcrição documental como argumento de autoridade etc.; a preocupação com a verdade histórica e artística: as lacunas do conhecimento preenchidas pelas fontes; o caráter narrativo e descritivo dos textos; o recurso aos instrumentos de erudição e seriedade acadêmica: bibliografia, notas, índices. (TEIXEIRA, 2009, p. 7-8)

Tal recurso de legitimação, além de ter tido a função para a necessária construção do conhecimento sobre a arquitetura brasileira, como observou Pinheiro (2006); deveria, por conseguinte, se contrapor ao modo de representar o passado utilizado pelos patronos do Neocolonial. Além das Revistas do Patrimônio, outros periódicos foram cedidos para validar os protocolos de verdade utilizados pelo gabinete de Rodrigo Melo Franco de Andrade na representação da história da arquitetura<sup>36</sup>. Nesse sentido, o presidente e editor valeu-se alguns apoiadores – Gilberto Freyre, Paulo Prado, Mário de Andrade, entre outros – para formar uma rede de influência e levar a “academia SPHAN” a ser reconhecida como autoridade nesse campo do conhecimento. Para garantir espaço em meio ao público-alvo, os intelectuais modernistas buscaram “o auxílio mútuo e os espaços editoriais fornecidos uns aos outros na busca pela preservação de uma visão sobre o patrimônio do país, intencionalmente esquecendo versões da memória nacional originadas em outros grupos de pensadores”. (BISPO, 2011, p.47)

Conseqüentemente, a representação da história da arquitetura pela “geração SPHAN” foi estabelecida em meio a esses condicionantes de validação, buscando, na atribuição de verdade científica aos trabalhos, a afirmação, junto ao público-alvo, dos

---

<sup>36</sup> Antes da produção bibliográfica ser impulsionada pelo meio acadêmico universitário, de acordo com Bispo (2011, p.147): “os meios de comunicação [jornais, revistas, cadernos temáticos etc.] eram um espaço por excelência para o trabalho de enquadramento da memória nacional pelos modernistas, onde buscavam compartilhar essa memória selecionada com diversos outros indivíduos, inclusive seus pares, bem como apagar e diminuir a influência de posicionamentos contrários aos deles”.

argumentos necessários para superar os demais grupos que concorriam na produção da historiografia da arquitetura, no início da década de 1930.

### **2.2.2. A contribuição de Afonso Arinos**

Afonso Arinos de Melo Franco foi pessoalmente escolhido por Rodrigo Melo Franco de Andrade para oferecer aparato conceitual ao trabalho de salvaguarda que seria realizado pelo gabinete. Para tanto, foi designado para pronunciar cinco palestras<sup>37</sup> aos técnicos do órgão em 1941, nas quais se trataria de temas centrais para a compreensão da história econômica do passado brasileiro. Segundo José M. Carvalho, Arinos observou que:

[...] a historiografia brasileira se tinha até então concentrado nos aspectos políticos e sociais da realidade. Podia ter acrescentado que se concentrara ainda nas dimensões culturais e ideológicas. Eram poucos os estudos de que chamou de 'ocorrências de ordem material', e que poderíamos traduzir, grosso modo, por história econômica". (CARVALHO, 2005, p. 9-10)

Rodrigo Melo Franco de Andrade desejava uma abordagem que, porventura, pudesse ser interpretada à luz da operacionalização necessária à salvaguarda do acervo, artístico e arquitetônico, espalhado pelo país. Diante desse anseio, defendeu que:

[...] por motivo da precedência conferida pelos historiadores aos fenômenos políticos e sociais, ficou, sem dúvida, prejudicado o esclarecimento das ocorrências de ordem material na formação e no desenvolvimento do Brasil. Daí a iniciativa do curso, atendendo-se a que as referidas ocorrências e o seu encadeamento constituem dados capitais para a elaboração da história da arte em nosso país". (ANDRADE, 2005, p. 19)

Para atender a essa premissa, Afonso Arinos de Melo Franco organizou um roteiro de tratamento ao tema sustentado por fatos históricos críveis e capazes de condizer com a ideia de fixar elementos simbólicos palpáveis, destinados à sustentação

---

<sup>37</sup> O conteúdo destas conferências foi transformado em livro, entre os títulos das Publicações do SPHAN, em 1944, com o título de "Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil".

da desejada construção de identidade nacional. Nesse sentido, no título atribuído aos encontros, segundo Carvalho (2005), Afonso Arinos utilizou intencionalmente da expressão “desenvolvimento da civilização material”, a fim de reforçar alguns pressupostos necessários para a finalidade citada, como a personificação da cultura por meio de edificações e povoações, por exemplo. Tal proposição, porventura, nos ajuda a compreender a forma de Arinos interpretar o Brasil.

A obra de Afonso Arinos de Melo Franco contribuiu para o *modus operandi* do trabalho realizado pelo SPHAN, nas duas frentes de atuação abertas, a prática – destinada à realização dos tombamentos pelos técnicos do gabinete – e a teórica – campo da produção editorial do órgão. Com relação à primeira destas, a proposição do autor contribuiu decisivamente, segundo Teixeira (2009), para a “especialização da história”<sup>38</sup> por meio dos monumentos, erguidos no período colonial, que viriam a ser tombados pelo órgão. Esse processo se consolidou, então, na aplicação da noção de civilização material para a seleção de objetos contributivos à constituição da memória e da identidade da nação, de forma a ser presentificada na sociedade, fossem os integrantes especialistas ou leigos.

Na frente teórica, a visão defendida por Arinos determinou alguns pressupostos fundamentais, como: a predominância da matriz lusa, materializada nas edificações e nas cidades coloniais; o gosto português pela ostentação nos edifícios públicos; a contradição entre os modelos urbanos difundidos na América, defendida por Sérgio Buarque de Holanda – em “Raízes do Brasil”, publicado em 1936; o modelo de sociedade patriarcal relatado no livro “Casa-Grande e Senzala”, por Gilberto Freyre em 1933; e, por fim, a prevalência do valor artístico presente nas igrejas frente às demais categorias arquitetônicas. Estes pressupostos, conjuntamente com o paradoxo em torno da ideia de mestiçagem e do gênio da terra, sustentaram o paradigma de

---

<sup>38</sup> Para Teixeira (2009, p. 4 – grifo do autor), “[...] a história concebida nesse primeiro momento do SPHAN implicou uma representação *especializada* do tempo. Especialização entendida aqui como materialização de um passado histórico comum: o passado nacional, presentificado nos inúmeros vestígios materiais – edifícios, sítios, cidades-monumento, fortes etc.”.

preservação que caracterizou a ação do gabinete de Rodrigo Melo Franco de Andrade até a década de 1970.

Nesse sentido, a herança edificada, deixada como registro da empreitada colonial lusa na América, forneceria os registros físicos que representariam a equação humana local, constituída por traços culturais europeu, africano e indígena, mas somente uma civilização, a portuguesa. Para o historiador:

O desenvolvimento da nossa civilização material é de base portuguesa, entendida no seu complexo luso-afro-asiático. A contribuição negra e índia, muito notável na elaboração do psiquismo nacional, é pouco importante na nossa civilização material, não somente por ter sido absorvida no choque com um meio muito mais evoluído mas também porque as condições de sujeição em que viviam as raças negra e vermelha não permitiam a expansão plena das suas respectivas formas de cultura. Por isto mesmo, os elementos negros e índios, presentes na nossa civilização material, salvo um ou outro mais notáveis, são de difícil identificação. (FRANCO, 2005, p. 37)

Mesmo as contribuições da cultura trazida pela gente do além-mar seria fruto de miscigenação, para a qual Afonso Arinos também se referiu à presença islâmica na Península Ibérica, que teria moldado o caráter e a rotina das casas portuguesas. Isso teria dado origem aos já mencionados recursos de reclusão feminina, à ampla difusão do uso dos azulejos no revestimento das paredes, no gosto pela caiação das casas na cor branca, entre outros efeitos observáveis. Essa linha de pensamento demonstra uma aproximação com Gilberto Freyre, mas, também, de outros intelectuais da época – entre os quais os conceitos de civilização brasileira se cristalizavam à luz da noção de mestiçagem, como desdobramento da própria origem “híbrida” do povo português. Segundo Arinos:

[...] temos de reconhecer duas verdades aparentemente antagônicas: a da homogeneidade desta influência [portuguesa na nossa civilização material] e, ao mesmo tempo, a da sua disparidade. [...] Disparidade porque estas formas de vida [nas diferentes zonas de Portugal] eram, em conjunto, enriquecidas por fortes e variadas contribuições não-portuguesas: a mourisca, a negra, a amarela e a judia. (FRANCO, 2005, p. 26)

Para além destes aspectos conceituais, Afonso Arinos preparou o conteúdo das palestras a partir de uma organização temporal sustentada nos grandes ciclos

econômicos, conforme os três séculos de presença portuguesa no Brasil e o primeiro da independência. Metodologicamente, para essa definição, o autor se baseou na seleção dos principais registros materiais deixados nas fases de exploração da colônia e depois nação brasileira. Nos séculos XVI e XVII, a cana de açúcar foi considerada o motor da economia colonial, que deixou como herança as casas grandes nordestinas, reforçando assim o pensamento de Gilberto Freyre. Na centúria seguinte, o foco dirigiu-se para os grandes feitos proporcionados pela mineração, que teve como resultante as cidades mineiras setecentistas e as igrejas classificadas como barrocas. Por último, no Oitocentos, o fausto promovido pelas lavouras de café, materializado nas fazendas do Vale do Paraíba.

A subdivisão, utilizada por Afonso Arinos de Melo Franco, estruturou uma forma conveniente aos interesses do órgão na constituição de uma nova representação da história, de modo a explorar uma perspectiva diferente da apresentada por Ricardo Severo. Todavia, apesar das percepções diferentes, entre os pontos principais para a periodização do passado, tanto Arinos – e, por consequência, os arquitetos modernistas ligados ao patrimônio – quanto os defensores do Neocolonial:

[...] concordavam em um ponto: eram a favor da arquitetura colonial do século 17 e 18 como o grande patrimônio brasileiro a ser preservado, verdadeiros emblemas de nossa memória nacional. No entanto, guardavam entre si diferenças profundas quanto aos argumentos utilizados para a valorização e apropriação dessa memória nacional presente na arquitetura do período colonial." (BISPO, 2011, p. 44-45)

O conteúdo das palestras proferidas por Afonso Arinos ao SPHAN, veiculado em livro no ano de 1944, foi organizado em cinco capítulos temáticos – sendo o primeiro destinado à discussão sobre os grupos formadores da civilização brasileira, enquanto os demais foram intitulados por século, do XVI ao XIX. Apesar das conseqüentes edições no texto, Arinos manteve a abordagem direcionada às questões gerais que contribuíram para o desenvolvimento da arquitetura e do urbanismo, como registro material da história, no passado brasileiro. Não era o intuito da abordagem descrever edificações e cidades, mas sim associá-las aos fatos históricos formadores da

identidade nacional e direcionar o caminho a trilhar, pelos técnicos do serviço do patrimônio, na escolha dos tombamentos a serem realizados. Nesse sentido, o resultado prático da concepção historiográfica de Afonso Arinos serve à compreensão do que foi efetivado como proteção durante a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Ao analisar-se as consequências do papel de Afonso Arinos de Melo Franco, o roteiro traçado nas palestras corresponde com certa fidelidade aos dados demonstrados por Silvana Rubino, no artigo “O Mapa do Brasil Passado”, veiculado na 24ª edição da Revista do Patrimônio, em 1996. Na análise das informações, referentes aos bens tombados durante a “fase heroica” do IPHAN, pode ser verificada a operacionalização da representação da história feita por Arinos, na qual a salvaguarda do Estado amparou com a medida de acautelamento 689 bens culturais – destes, 492 (71,4% do total) localizados em Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro; locais em que os ciclos econômicos frutificaram com mais vigor. Em outra perspectiva, na escala da temporalidade, considerando a época de origem dos bens tombados, a distribuição dos bens tombados coincide com o teor da obra de Afonso Arinos, na supervalorização do Setecentos, que corresponde a primazia nos números com 377 (54,7%) da totalidade protegida, conforme a exaltação do progresso conferido pela mineração.

A abordagem original contida nas palestras – que, conseqüentemente, se transformou em programa de trabalho para a atuação do SPHAN – também foi efetivada, enquanto marco teórico, até 18ª edição das Revistas do Patrimônio, com grande parte dos artigos sendo direcionados ao tratamento de bens acautelados pelo instrumento de proteção ou destinados a tratar de bens erguidos no Setecentos<sup>39</sup>. De acordo com Luciano Teixeira:

---

<sup>39</sup> Pela análise da produção das revistas, feita por Ribeiro (2013), os artigos, que tiveram exclusivamente o século XVIII como marco temporal, correspondem a 61 (36%) títulos entre 169 publicados. Se somados os que combinaram as centúrias, anterior ou posterior, com o Setecentos, o número segue a 85 textos, ou seja, mais de 50% do total.

A originalidade do [conteúdo das palestras] de Afonso Arinos [...] estava em sua concepção: um *programa de trabalho*, uma proposta de revisão da história do Brasil [...]. Programa cujo desdobramento deveria ser realizado pela *Revista*, concretizando pesquisas e estudos já rascunhados na obra de Afonso Arinos. Este, definindo-se como um *intérprete do Brasil*, e não propriamente como um historiador, forneceu os elementos mais substanciais para o delineamento de uma visão de história a partir da perspectiva do SPHAN. (TEIXEIRA, 2009, p. 7 – grifo do autor)

Sem dúvidas, a estruturação do trabalho do SPHAN, em torno do período colonial e, em especial ao século XVIII, correspondeu em muitos aspectos à “interpretação” de Afonso Arinos para a história do Brasil. A própria organização dos três primeiros capítulos do livro denota a adoção de critérios específicos a se seguir, uma vez que é perceptível um certo desinteresse pelo acervo constituído antes da descoberta dos metais preciosos, representado nos comentários destinados a destacar a ausência de fatos relevantes ou a simplicidade das edificações erguidas nos primórdios da colonização. O autor buscou demonstrar os principais motivos para a ausência de registros materiais na época, como a dinâmica econômica reduzida nos centros urbanos e a independência dos engenhos em relação ao restante das áreas ocupadas. Com relação à situação das casas, especificamente, Arinos alertou o interlocutor que “[...] a arquitetura [civil], tanto a pobre quanto a rica foi, como lembra Lucio Costa, de influência decisivamente popular, e não erudita nem requintada”. Ainda, “[...] segundo o mesmo escritor, as suas apreciáveis qualidades de simplicidade, pureza e robustez” (FRANCO, 2005, p. 60-61).

Afonso Arinos, como os demais pesquisadores da época, buscaram identificar os registros nos principais monumentos e pouco espaço reservaram para a discussão sobre o caráter urbano das povoações. Isso se deu, possivelmente, por influência da aceitação da tese de formação das cidades defendida por Sérgio Buarque de Holanda, em “Raízes do Brasil”. Consideradas de segunda ordem frente à ideia da planificação urbana geométrica das povoações espanholas, seria natural o pouco interesse pelas povoações luso-brasileiras, desconhecendo-se o fato de que a forma do traçado das ruas e a adaptação ao meio natural, igualmente, seriam a materialização de traços da

cultura portuguesa, no plano do que hoje é chamado de urbanismo. Nesse percurso, o autor comparou as povoações locais com as do além-mar, da seguinte forma:

[...] os habitantes amontoados em ruas sinuosas e estreitas, garimpando dos dorsos dos montes à procura da alcáçova com a sua torre. Pouco afastada, a igreja matriz, geralmente no mesmo largo dominado pelos paços do conselho, e entre os dois edifícios o pelourinho, onde a justiça por vezes tão cruelmente fazia pública a sua autoridade. Retirado ao quadro o elemento decorativo da torre feudal, nada teríamos a alterar nesta descrição, se a desejássemos aplicar a uma típica cidade colonial brasileira. (FRANCO, 2005, p. 28)

O historiador mineiro também direcionou o foco da discussão para a questão da autonomia da casa-grande, no qual se reforçou o ponto de vista de Gilberto Freyre sobre a importância dos engenhos, como unidades produtivas complexas, para a consolidação do domínio português na colônia. Fora desse contexto, Afonso Arinos destacou participação dos jesuítas na fixação de povoações no litoral. Todavia, para dar destaque à empreitada bandeirante, ora ou outra, o teor da redação foi direcionado à fundação de São Paulo, como feito de significativo destaque, como ato de interiorização da ocupação realizado pelos religiosos da companhia.

Seria no quarto capítulo, destinado ao Setecentos, a apoteose da construção da representação da história feita por Afonso Arinos, pois, no teor deste, o paradigma de preservação do patrimônio, adotado pelo SPHAN, encontraria terreno fértil. Nesse sentido, a aventura mineradora correspondeu a boa parte do conteúdo explorado e compreendeu, no ponto de vista do autor, os principais fatos responsáveis pelo desenvolvimento da civilização material no Brasil. A narrativa – sustentada na saga de exploração dos sertões bravios, pelos bandeirantes, e na conseqüente descoberta do ouro – deu contornos à interpretação corrente da empreitada colonial portuguesa, modorrenta em primeira escala, quando se valia de atividades agropastoris ou extrativistas, mas frutuosa após a advento da mineração. Nesse modo de proceder, percebe-se um direcionamento correspondente às escolhas dos bens tombados, realizados ao longo da “fase heroica” do IPHAN. Os locais identificados pelo historiador no texto, em linhas gerais, correspondem aos que o acatamento alcançou maior vigor e coincidem com as cidades denominadas como históricas. No aspecto

respectivo às casas urbanas, como um mantra, o assunto, quando tratado, destacava a pouca qualidade das edificações, exprimindo-se comentários com expressões destinadas a desqualificar tal recorte frente à arquitetura religiosa ou aos solares luso-brasileiros conhecidos pelos historiadores. Na observação feita por Arinos:

[Nas igrejas] se concentrou, durante os três primeiros séculos, o que havia de melhor em matéria de desvelo arquitetônico, quanto à sua construção, e de riqueza artística quanto às esculturas, pinturas, pratarias e talhas das fachadas e interiores. Raros são os solares privados que se sobressaíam pela grandeza ou formosura, tais como o castelo de Garcia d'Ávila, no século XVI, a casa-grande de Magaípe, no século XVII, ou a Casa dos Contos, no século XVIII. (FRANCO, 2005, p. 36)

É importante destacar como a abordagem – produzida nas palestras e, conseqüentemente, no livro publicado em 1944 – formou uma amálgama para todo o período colonial, mas deixou-se claro – no tocante ao desenvolvimento da civilização material brasileira – o papel do séc. XVIII como o grande ato da empreitada colonizadora lusa. O teor da obra de Afonso Arinos reforçou, sempre que possível, que a exploração do Brasil efetivamente se configurou com a descoberta do ouro. Na abordagem o autor destacou que desejava:

[...] acentuar a importância histórica do século XVIII. Fixou a população no interior, estabeleceu ligações internas entre as mais distantes capitânias, deu ao Brasil, afinal, a sua configuração física. Durante ele, o país começa a se apresentar na sua diversidade material, mas também mostra os fatores que determinariam, mais tarde, a sua unidade política. (FRANCO, 2005, p. 119)

Em outros aspectos, o conteúdo explorado por Afonso Arinos nos três primeiros capítulos constituiu uma representação da história descolada do contexto do Reino português – deixando em aberto diversas lacunas ao tratar da colonização do Brasil – e induziu o interlocutor a uma falsa sensação de que a realidade brasileira seguiu, na maioria das vezes, um percurso independente da metrópole. Tal compreensão é compreensível diante do repertório de conhecimento disponível, pois à época, mesmo em Portugal, pouco havia se investigado acerca do passado. Por outro lado, a negação aos pressupostos levantados pelos defensores do Neocolonial haveria de ser

confirmada, quando se optou por destacar as questões do gênio da terra e independência artística local, no que diz respeito ao Barroco, por exemplo.

No último capítulo de “Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil”, Afonso Arinos dedicou-se à narrativa da transição entre o período colonial e a independência, na qual destacou os contextos históricos da chegada da corte lisboeta na Capital do Vice-Reino e da “civilização do café”, imperial ou republicana, que se formou em torno do Vale do Paraíba. O encerramento da representação elaborada no livro comportou uma espécie de brevíário da situação dos principais Estados brasileiros, de modo a situar o leitor da condição cultural e material observada nestes locais em meados do séc. XIX. Tal enredo serviu, de certa forma, para encerrar a perspectiva aberta na interpretação do Setecentos, como a fase fundamental à definição da unidade nacional, e reorientar o foco para o desenvolvimento econômico das localidades citadas. Arinos pouco direcionou atenção à questão da arquitetura nessa parte do livro, exceto aos exemplos associados às fazendas cafeeiras fluminenses. Por outro lado, explorou, em diversos momentos do capítulo, a difusão de melhorias nas cidades vinculadas à infraestrutura urbana, introduzidas ao longo do séc. XIX nas medidas sanitárias. A questão da casa urbana luso-brasileira não foi tratada nessa parte do livro.

Consequentemente, o pensamento de Afonso Arinos, em conjunto com o dos intelectuais modernistas, viria a se consolidar na formulação do “paradigma SPHAN”, tanto na atuação do órgão na proteção do patrimônio material quanto no conteúdo da revista. Os pressupostos utilizados na representação do passado, pelo grupo capitaneado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, buscavam validar pontos de vistas pessoais, associados aos recortes temporais e materiais da preservação desejada. Raphael Bispo, por exemplo, observou em relação a essa condição que:

[...] a ‘memória nacional brasileira’ construída pelos modernistas da repartição levou em consideração, basicamente, a perspectiva desses próprios intelectuais acerca do que realmente consistiria no patrimônio do país, apesar de que estes acreditavam estar representando todo o Brasil por meio de suas seleções. (BISPO, 2011, p. 39)

De tal modo, a periodização proposta por Arinos para a história da civilização material brasileira, com foco no período colonial, determinou a exaltação dos bens culturais edificados associados à mineração em Minas Gerais, no século XVIII, e tornou-se com o tempo a chave de leitura para a construção da memória e identidade da nação. Para Márcio Chuva:

Esse patrimônio mineiro foi de tal forma reproduzido em revistas, jornais, mapas, folhetos, etc. que, multiplicando-se infinitamente, tornou-se ícone máximo de 'brasilidade' na escala de valores que se impôs. O SPHAN esteve, sem dúvida, aderido ao projeto de nacionalização implementado pelo Estado Novo, ao unificar uma escala hierárquica de valores patrimoniais a partir de um padrão de arte e arquitetura determinado pela produção mineira colonial. (CHUVA, 2009 *apud* BISPO, 2011, p. 43)

A contribuição de Afonso Arinos de Melo Franco permitiu, como discutimos, o embasamento histórico necessário para a efetivação de um projeto de preservação do patrimônio, baseado no tombamento e na restauração dos principais monumentos históricos, que, por consequência, representariam materialmente o passado da nação.

### **2.2.3. A contribuição de Gilberto Freyre**

A obra de Gilberto Freyre<sup>40</sup> igualmente teve participação decisiva da sustentação conceitual para os trabalhos, prático e teórico, que viriam ser realizados pelo serviço de patrimônio e influenciaram de maneira significativa o delineamento do "paradigma SPHAN". Entre os escolhidos para constituição das ações iniciais do serviço do patrimônio, a presença de Freyre se deve à antiga relação de amizade com Rodrigo Melo Franco de Andrade, que datava desde muito cedo na vida dos dois. (LANARI, 2011). Em relação às Revistas do Patrimônio, por exemplo, Gilberto Freyre contribuiu para a produção da primeira edição, com a veiculação do artigo intitulado "Sugestões

---

<sup>40</sup> Até a criação dos SPHAN, Freyre havia publicado três obras: "Casa Grande & Senzala" (1933), "Guia Prático, Heroico e Sentimental da Cidade do Recife" (1934) e "Sobrados e Mucambos" (1936). O primeiro título e o último foram de imediato recebidos pela crítica como obras-primas, no campo da representação sociológica no Brasil.

para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e a das colônias”, e na indicação de nomes, que pudessem compor o acervo de lançamento do periódico<sup>41</sup>. Além disso, a aproximação com os demais membros do grupo dos modernistas permitiu melhor trânsito entre as esferas do SPHAN e o ministro Capanema, o elo pessoal destes com o Estado Novo. (RUBINO, 2003)

Rodrigo Melo Franco de Andrade encontrou na obra de Gilberto Freyre uma contribuição decisiva para embasar o trabalho de preservação a ser empreendido pelo SPHAN – tanto do ponto de vista sociológico quando histórico – e com argumentos robustos, à época, para a interpretação da arquitetura do passado colonial. *Casa-Grande & Senzala*, livro publicado em 1933, por exemplo, havia sido anteriormente saudado por parte dos intelectuais diretamente ligados à fundação do serviço do patrimônio<sup>42</sup> e continha reflexões importantes para a compreensão da habitação nos antigos engenhos canavieiros e suas dependências – apesar do conteúdo direcionado à explicação da tese sobre a sociedade patriarcal brasileira e a miscigenação da civilização local.

Ligado direta ou indiretamente ao trabalho realizado para o órgão, Gilberto Freyre sempre demonstrou seu interesse pela produção arquitetônica luso-brasileira em geral, mas a “casa”, rural e urbana, seria um objeto de especial tratamento em quase toda a sua publicação bibliográfica. Nas principais obras do sociólogo até aquele momento, esse tema foi “categoria sociocultural, agência de sentimentos e instituição econômica, que serve de ponto de partida analítico” – conforme destaca Roberto DaMatta, no prefácio da 1ª edição digital do clássico, *Sobrados e Mucambos*, de 2013. O trânsito constante nos estudos de Freyre, entre os aspectos respectivos à história

---

<sup>41</sup> Gilberto Freyre foi o intermediador para a publicação do artigo de Estêvão Pinto, “Alguns Aspéctos (sic) da cultura artística dos Pancarús de Tacaratú (índios dos sertões de Pernambuco)”, na segunda edição da revista, em 1937, e outro, veiculado no sétimo número, de 1943, denominado “Muxarabis e Balcões”, destinado a discutir à influência árabe na arquitetura brasileira – tema de ampla defesa pelo sociólogo. Além da indicação mencionada, Freyre recomendou o trabalho de Aníbal Fernandes, acerca da Igreja dos Montes de Guararapes, para edição inaugural.

<sup>42</sup> O trabalho de Freyre, em seu livro inaugural, foi saudado por Rodrigo Melo Franco de Andrade – no “Diário Carioca” de outubro de 1933 – e Afonso Arinos Melo Franco – em artigo para “O Jornal” em fevereiro de 1934. (AZEVEDO, 2013)

dos séculos anteriores e à história da arquitetura, foi fundamental à formação do paradigma de preservação desenvolvido no SPHAN, no qual “a casa-grande e a capela rural, a matriz e o sobrado urbano foram os objetos primordiais de preservação [...] (AZEVEDO, 2016, p. 2-3); o que de fato agiu para reforçar “a postura que [privilegiou] o patrimônio [erguido] principalmente até do século 18” (RUBINO, 2003, p. 272).

Para a representação da história da arquitetura brasileira produzida pelo SPHAN, a principal participação de Gilberto Freyre se deu pelos esforços pessoais empreendidos para popularizar os relatos realizados por Louis L. Vauthier sobre a sociedade e as cidades pernambucanas, na primeira metade do séc. XIX. O sociólogo, a partir do contato com os manuscritos redigidos pelo engenheiro francês<sup>43</sup>, não mediu esforços para popularizá-los, usando da credibilidade conferida pela grande aceitação de *Casa-Grande & Senzala* e do seu trânsito no gabinete de Rodrigo.

Como resultado disso, a transcrição do diário íntimo de Vauthier, em 1940, foi a segunda obra de Gilberto Freyre<sup>44</sup> entre as monografias veiculadas nas *Publicações do SPHAN*. Pouco depois, se divulgou em forma de artigo, com extensa introdução do sociólogo, o teor das quatro cartas, disponibilizadas ao público na sétima edição das *Revistas do Patrimônio* de 1943, com o título “Casas de Residências do Brasil”. Ao assumir essa posição, Freyre conferiu aos textos do engenheiro a atribuição de fontes fundamentais para a interpretação da arquitetura civil. O ponto de vista de Vauthier se tornou aceitável, possivelmente, por se adequar à necessidade de rechaçar a ideia de continuidade da arquitetura tradicional<sup>45</sup> e rechaçar as releituras historicistas realizadas

---

<sup>43</sup> Vauthier produziu dois manuscritos com relatos do que vivenciou em Pernambuco, no Oitocentos, “o primeiro deles é o Diário que escreveu durante sua estadia e o segundo uma série de quatro cartas sobre o Brasil. No diário anota impressões, sentimentos e faz observações sobre um país e uma sociedade que descobre no [dia a dia], ou em suas viagens através da província de Pernambuco. As anotações são erráticas, fragmentadas e eminentemente subjetivas. Já nas cartas, um outro Vauthier apresenta ao leitor de modo sistemático, científico e trabalhado suas impressões sobre as casas brasileiras e os que nelas habitam”. (PONCIONI, 2010, p. 122)

<sup>44</sup> A primeira publicação elaborada por Freyre foi “Mucambos do Nordeste”, em 1937, inaugurando a série de “Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”.

<sup>45</sup> Para Lucio Costa e os integrantes da escola modernista, as casas do período colonial expressavam aspectos coincidentes com os aspirados pelo movimento moderno na arquitetura. A simplicidade da relação construtiva das edificações coloniais, baseada nos enxaiméis de madeira e paredes de taipa, foi explorada como uma aproximação com as erguidas com concreto armado e paredes de vedação em

pelo grupo conduzido por Severo e Marianno Filho. Como consequência desse processo, a supervalorização das observações do engenheiro, que se limitavam ao contexto oitocentista de Pernambuco, conduziram a uma visão anacrônica para as casas urbanas luso-brasileiras, pela forma limitada como os relatos poderiam refletir a situação existente no restante do país.

Com a aceitação dos relatos de Vauthier no campo determinou-se um caminho de duas vias para o estudo da casa urbana na historiografia da arquitetura brasileira. A primeira se conformou a partir da consolidada leitura sociológica de Gilberto Freyre acerca do tema, proporcionada por *Casa-Grande & Senzala* e *Sobrados e Mucambos*. Por ser uma fonte histórica documental, manuscrita e original, os registros do engenheiro serviriam à comprovação posterior das conjecturas teóricas formuladas pelo sociólogo pernambucano<sup>46</sup>. Para tanto, os manuscritos corresponderiam a protocolos de verdade, assim como a própria obra do autor os conferiu ao trabalho do SPHAN. Desse modo, a classificação realizada por Freyre em pares de percepções do objeto, como os títulos das obras sugerem, estaria também referendada nos documentos históricos, já que Vauthier colocou frente a frente aspectos da sociedade patriarcal e da escravidão que em sua percepção coexistiram e se atenuaram, apesar do choque cultural e da violência percebida. As descrições das casas urbanas oitocentista, feitas pelo engenheiro, eram igualmente bastante similares às oferecidas pelo sociólogo nos livros citados, na opção por explorar contextos recortados entre impressões pessoais e apontamentos sobre as edificações em si. Os manuscritos de Louis L. Vauthier, por consequência, referendaram ainda mais a já reconhecida metodologia freyreana de representar o passado e explicar a sociedade brasileira.

---

alvenaria, no século XX. Em *Documentação Necessária*, Costa apresentou esquemas em desenhos para demonstrar tais relações, como forma de validar esse tipo de pensamento.

<sup>46</sup> A base das obras mais simbólicas de Gilberto Freyre tem como enredo a improvável relação entre a família patriarcal e a escravidão. Nesse sentido, os relatos de Vauthier tornaram-se uma fonte de grande valia, mesmo identificada posteriormente, pois o engenheiro tratou essa relação em interpretações "que lembram as que Gilberto Freyre escreveria muitas décadas depois, sobre o caráter singular das relações entres mestres e escravos no Brasil, que uma coabitação prolongada e o caráter mestiço da cultura portuguesa teriam suavizado, anunciando até as teorias que Gilberto Freyre desenvolveria muito mais tarde". (PONCIONI, 2010, p. 126)

Tal método ecoava no modo de se interpretar os conjuntos urbanos do período colonial, em função do papel de Gilberto Freyre junto ao SPHAN. A lógica proposta para o binômio “sobrado + mucambo”, como resultado da organização da sociedade patriarcal, assemelha-se, na dimensão da preservação do patrimônio, à composição “sobrado + casa térrea” – exprimindo, no entanto, uma dimensão social disposta na separação entre os abastados, moradores das casas dois ou mais pavimentos, e os pouco remediados, habitantes de moradias ao rés do chão. Além disso, a hipótese de Freyre sobre os mucambos, como representantes da cultura afro-brasileira e indígena entre as habitações de origem popular, resguardou “espiritualmente” o contexto de atuação do gabinete, quando da defesa pelo acautelamento da herança portuguesa. Assim como a arte do povo não comportou amparo nas políticas de preservação pelo não enquadramento entre as manifestações eruditas, a serem utilizadas na constituição da memória e identidade nacional, tal tipologia de habitação não haveria de agrupar qualidades para essa finalidade<sup>47</sup>.

Como segunda via da proposição, o teor das cartas, principalmente, viria a ser um dos antídotos, na historiografia da arquitetura promovida pelo SPHAN, contra a argumentação construída pelos patronos do Neocolonial sobre o valor excepcional da casa tradicional. Nesse sentido, a proposição de Louis L. Vauthier, em relação à falta de variedade entre as casas urbanas brasileiras, contradiz o discurso de Ricardo Severo, no qual haveria diversas famílias tipológicas a serem reconhecidas entre as habitações. A afirmação de Vauthier, “quem viu uma casa brasileira viu quase todas”, no contexto da metodologia freyreana, então, se tornaria uma espécie de cânone entre as ações promovidas pelo gabinete e, recorrentemente, foi usada em artigos das Revistas do Patrimônio ou por historiadores ligados ao gabinete de Rodrigo e incorporou-se ao “paradigma SPHAN” como premissa fundamental.

---

<sup>47</sup> Para Gilberto Freyre, “[...] o mucambo representava um problema de ecologia humana, tal como a Escola de Chicago definia o termo: ‘um problema de competição, de seleção e de mobilidade e, geralmente, de acesso’. Mas os movimentos dos mucambos, que poderiam desaparecer e surgir da noite para o dia, suscitavam mais do que interesse sociológico, sendo também relevantes para o estado da arte popular da região.” (RUBINO, 2013, p. 276)

Para o entendimento da repercussão dos relatos de Louis L. Vauthier, na historiografia da casa urbana luso-brasileira, alguns aspectos da elaboração desse registro do Brasil oitocentista devem ser observados. O primeiro destes, o manuscrito com o diário do engenheiro, foi descoberto pelo escritor Paulo Prado em um alfarrabista de Paris, no ano de 1937, e entregue a Gilberto Freyre logo depois (PONCIONI, 2010; BISPO, 2011). Para nós, esse material tem pouco a oferecer como contribuição à questão da casa urbana e concentra, na maior parte do texto, depoimentos feitos pelo autor da sociedade pernambucana oitocentista. De acordo com Cláudia Ponciani:

[...] o diário é um documento de Vauthier mas igualmente um documento sobre Vauthier. Nele, se a verdade do relato sobre o mundo exterior pode ser questionada, se a verdade sobre si mesmo também, estão patenteados os sentimentos, preconceitos, psicologia e ideologia do autor daquelas linhas, sem filtros, sem preocupações em relação ao leitor, que não deveria ser outro senão o próprio autor. Podemos assim dizer que o diário é um texto marcado por um certo tipo de sinceridade. Essa sinceridade fere muitos dos leitores brasileiros, a começar pelo primeiro deles, Gilberto Freyre, pois a imagem que Vauthier dá do Brasil e dos brasileiros não é, na maior parte das vezes, aquela que gostariam de encontrar. (PONCIANI, 2010, p. 123)

O segundo grupo de conteúdo, as quatro cartas publicadas, em 1853<sup>48</sup>, na *Revue Générale d'Architecture et des Travaux Publics*, ao contrário, contemplam uma linguagem mais diretiva e associada ao estudo da arquitetura e das cidades do período colonial, inclusive, por terem abarcado a controversa afirmação a qual nos referimos. De imediato, o conteúdo de tais cartas logo encontrou lugar entre os defensores do patrimônio, explorando-as como um dos principais documentos produzidos por estrangeiros, que estiveram no país nos séculos anteriores. Sobre esse aspecto, Cláudia Ponciani destacou que:

No Brasil, desde que foram publicadas tornaram-se, a exemplo do diário, uma fonte importante de informação, uma referência frequentemente citada por

---

<sup>48</sup> Diferentemente do diário, as cartas não foram escritas durante a temporada de Vauthier no Brasil. O engenheiro, eleito deputado em 1849, após o regresso de Pernambuco, foi preso em um protesto e conduzido à deportação, como punição. Isso fez com que tivesse cassado o mandato e o título de engenheiro de pontes e calçadas. O material foi redigido a pedido do diretor da revista, César Daly, e elaborada a partir de uma distância física e temporal do cenário que descreveria. (PONCIANI, 2010)

arquitetos ou especialistas ligados à preservação ou ao restauro do Patrimônio nacional. Posto que Vauthier não se limita a descrever as construções, ocupando-se igualmente dos costumes daqueles que nelas viviam, estas cartas despertaram também o interesse de urbanistas, sociólogos e historiadores. (PONCIANI, 2010, p. 125)

Esse reconhecimento imediato se deu, principalmente, pelas ricas informações associadas diretamente à arquitetura civil, em tese apropriadas ao entendimento deste durante à fase de dominação portuguesa.

O amparo institucional colocou em evidência a interpretação desenvolvida por Vauthier para o Brasil, principalmente, pelo caráter técnico e científico dos textos; bem como, pela abordagem realizada para alguns temas caros ao contexto de atuação do serviço de patrimônio. Como demonstrado por Ponciani (2010), as correspondências, na verdade, foram redigidas quase uma década depois da estadia do engenheiro no país, correspondendo, então, a descrições feitas ao sabor da memória e, conseqüentemente, menos fiáveis. Por ser um material de produção tardia, desvinculado do tempo de permanência de Vauthier em Pernambuco, seria natural a reprodução de situações readaptadas à luz de uma nova realidade, para serem mais adequadas ao receptor do texto em um periódico especializado, como a revista citada.

Tal fato, no entanto, não foi colocado como empecilho à época da divulgação na Revista do Patrimônio, talvez até por desconhecimento. Contudo, os relatos, porventura disso, não seriam necessariamente fontes primárias e isentas, como defendidas por Gilberto Freyre e outros intelectuais ligados a "geração SPHAN". Louis L. Vauthier descreveu um Brasil distante no tempo e no espaço, para um público que ansiava o pitoresco e o exótico<sup>49</sup>. Diante dessa condição, ainda que válidas como fonte

---

<sup>49</sup> Vauthier conduziu o enredo das cartas de modo intencional, buscando descrições dos locais observados que pudessem despertar a curiosidade e algumas sensações no leitor, de modo similar ao reproduzido no gênero literário das "viagens pitorescas". Na quarta carta, hipoteticamente remetia a César Daly, por exemplo, o autor redigiu: "Imagino um navegador subitamente transportado às costas do Brasil, sem saber em que paragens se encontra. Vejamos o que lhe poderão revelar as construções que se oferecem à sua vista ou, ao contrário, as que faltam à paisagem. Qualquer que seja o cuidado com que o nosso viajante observar o horizonte rendilhado pelos penachos verdes das palmeiras, qualquer que seja a distância alcançada pelo seu olhar, não verá jamais erguer-se, no perfil de uma montanha, os restos desmantelados, mas imponentes ainda, de um daqueles castelos cujas ruínas pitorescas cobrem nossas regiões europeias" (VAUTHIER, 1943, p. 129). Nesse sentido, com relação à

documental, as narrativas do engenheiro francês deveriam ter sido relativizadas e enquadradas como mais uma obra, em um acervo rico de relatos de viajantes e naturalistas oitocentistas. Nesse sentido, coube, sem dúvida, a fatores como a aproximação do teor dos textos com a representação da história desejada no “paradigma SPHAN”, na qual a arquitetura civil teria um papel específico a desempenhar, distante dos ideais de tradicionalistas ligados ao Neocolonial. Possivelmente, as cartas seriam uma fonte isenta para se destacar o equívoco das reproduções arquitetônicas estilizadas dos anos 1920 e 1930, incentivadas por Severo e Marianno Filho, e, também, como referência para o racionalismo funcionalista do Movimento Moderno local – defensores da simplicidade e originalidade das formas ou sistemas construtivos empregados no passado.

Em outra perspectiva, além da defesa do trabalho de Vauthier, a análise das contribuições de Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos*, oferece aspectos importantes para a compreensão da historiografia da casa urbana luso-brasileira, entre os estudos fundadores. Na obra, o sociólogo remontou a construção em binômios, adotada em *Casa-Grande & Senzala*, para explicar o espaço de manifestação de outra dualidade determinante do perfil da sociedade local, a relação patriarcalismo x escravidão. Nesse recorte, Freyre espacializou a interpretação dos fatos a partir da casa, seu modelo de representação sociológica adotado nas duas obras. Gilberto Freyre conduziu o conteúdo do livro em função de um contexto de observações desprendido de Portugal, intuindo o processo civilizatório brasileiro como resultado de uma formação autônoma, conduzida pela fusão das raças aportadas na América. Tal tese,

---

noção de “viagem pitoresca”, Aubin Louis Millin observa que: “Deve-se entender por essa expressão toda viagem que um artista realiza em qualquer região, para estudar a natureza local em todas as suas produções, para registrar os lugares, as vistas, as paisagens mais suscetíveis de belos efeitos; e, sobretudo, para o conhecimento dos costumes, dos usos, das vestimentas e dos monumentos, tanto antigos como modernos. O resultado de tal viagem deve servir [...] em segundo lugar, para transmitir a representação dos objetos mais curiosos nas descrições acompanhadas de pinturas ou de gravuras executadas a partir de desenhos escrupulosamente exatos” (MILLIN, 1806 *apud* GOMES JÚNIOR, 2012, p. 109). Apesar da viagem ao Brasil, realizada pelo engenheiro francês, não ser destinada ao registro dos cenários – humanos, naturais ou edificados – percebe-se, na construção da narrativa, a opção pelo uso de tal gênero literário como forma de expressão. Na publicação do artigo, nas Revistas do Patrimônio, o texto contém ilustrações detalhadas de edificações e lugares, agrupadas entre as páginas 130 e 133.

transferiu-se para a base conceitual do “paradigma SPHAN”, em condições de ser empregada na construção da noção de existência do “gênio da terra” – o mulato, que em percurso de evolução e aprimoramento do conhecimento foi capaz de produzir uma manifestação artística autêntica.

Em *Sobrados e Mucambos*, a redução aos pares de percepção se mostrou como face de um contexto de separação dos papéis de senhores e escravizados, manifestada na sociedade patriarcal descrita nos dois principais livros citados do autor. Apesar de válido para explicar a manifestação do patriarcalismo no passado do país, o modelo de representação de Gilberto Freyre, em parte, se demonstra reducionista e limitado enquanto hipótese aplicada à habitação, pois compreende a observação do cenário pernambucano como reinante em todo o Brasil, nos séculos anteriores. Entretanto, apesar do empenho na popularização do trabalho de Vauthier sobre o Brasil, nas reedições do livro, Freyre descreveu diversos tipos de habitação, contradizendo em parte a principal afirmação do engenheiro francês. De acordo com o antropólogo:

Entre esses extremos tem havido vários tipos intermediários de habitação caracteristicamente brasileiros: as pequenas casas térreas da roça e das cidades, com sua variedade de aparência e de plano. Mas acreditamos haver acenado, atribuindo àqueles tipos extremos de habitação [sobrados e mucambos], o máximo valor simbólico que lhes atribuímos, dentro dos traços predominantes na configuração social brasileira do século XVI aos fins do século XIX. [...] Quase negligenciados podem ser também, do ponto de vista sociológico, os tipos intermediários de casa na paisagem brasileira daqueles quatro séculos, sem que essa quase negligência [imponha] em desconhecê-lo o fato de terem existido: chegaram a repontar nos próprios anúncios de jornal dos começos do século passado sob a forma de ‘casas térreas para pequenas famílias’, de ‘casas de porta e janela’, de ‘sobrados pequenos’. Sinal de que não foram de todo insignificantes. [...] Num estudo etnográfico da casa no Brasil estaríamos obrigados a registrar todos os tipos de habitação brasileira. Num estudo sociológico ou psicossociológico, não estamos sob a mesma obrigação. Recordando tal distinção, pretendemos estar nos explicando de ‘deficiências’ de que nos acusaram alguns críticos nacionais e dois ou três estrangeiros, para os quais fomos excessivos na simplificação dos tipos brasileiros de habitação dos séculos XVI-XIX em *Casa-grande & senzala*, em *Sobrados e mucambos*.” (FREYRE, 2013, s/p. – grifo do autor)

A generalização da interpretação do Brasil feita por Gilberto Freyre, a partir de Pernambuco, foi criticada, como indica o trecho acima, pela falta de adoção de um

critério mais abrangente, sem tomar o todo por meio de observações realizadas sobre a sociedade local. Tais críticas foram rebatidas no livro. Segundo o sociólogo:

Daí não nos parecer justa a observação, a respeito da parte até hoje publicada do nosso trabalho, de eminente crítico francês, o professor F. Braudel, para quem nosso estudo seria válido apenas para uma região brasileira – região de sentido geográfico; e não para o Brasil. Pretendendo que o mesmo estudo seja válido não vagamente, para o Brasil, mas para a inteira sociedade patriarcal formada, nesta parte da América, pelos portugueses, temos em vista o fato de que a própria área do açúcar – primeiro conte do decisivo do sistema patriarcal-escravocrático entre nós – não se limitou ao norte ou ao nordeste do Brasil, ou ao que o professor Donald Pierson chama pitorescamente a ‘área Recife-Olinda’, mas teve no Rio de Janeiro uma de suas mais ricas e vigorosas expressões; e em vários pontos do sul e do centro do Brasil numerosas ilhas ou ilhotas, sociologicamente parentas do sistema que os observadores superficiais supõem ter se limitado ao ‘norte’ ou ao ‘nordeste’.” (FREYRE, 2013, s/p.)

No tocante à casa urbana, a metodologia freyreana demonstra distorções importantes quando comparadas à outras perspectivas de interpretação das povoações luso-brasileiras, ao reduzir o foco principal da análise a dois tipos de edificações somente. Como demonstram Robert Smith, José Wasth Rodrigues, Sylvio de Vasconcellos, Paulo Thedim Barreto, Augusto C. da Silva Teles, entre outros, a dinâmica socioeconômica dos núcleos urbanos compreendeu número relativo de exemplares arquitetônicos, que iriam desde as nobres casas senhoriais – capítulos episódicos no cenário brasileiro – até simples moradias de escravos, cativos ou alforriados.

Para Gilberto Freyre, as principais casas urbanas, os sobrados, seriam o resultado material de uma sociedade burguesa formada no Brasil, que teve um dos seus pilares na imigração judia para o Brasil. Nesta hipótese, os descendentes dos “filhos de Israel” teriam permanecido nas povoações litorâneas explorando as trocas econômicas mercantilistas, enquanto os portugueses abastados migraram para o interior para fundar os engenhos e, conseqüentemente, criaram a tipologia “casa-grande”. Os “cristãos novos”, nesse critério, foram os responsáveis pelos sobrados burgueses, ao desenvolver atividades comerciais nos andares térreos e estabelecer seus escritórios nos primeiros pavimentos das edificações, destinando os demais andares para a moradia das famílias. Ainda, na percepção do sociólogo, boa parte dos elementos

utilizados na arquitetura ou nas cidades, constituídas no período colonial, não teriam sido provenientes diretamente de Portugal, mas do contato dos portugueses com outros povos na formação do país ou na expansão mercantilista. De acordo com Gilberto Freyre:

[...] a própria arquitetura portuguesa de residência representa uma série de assimilações felizes de valores exóticos. Principalmente árabes, mouros e orientais. A varanda, assimilou-se o português da arquitetura indiana; a telha côncava, da arquitetura chinesa; o azulejo, da arquitetura dos árabes. (FREYRE, 1971, p. 119)

Em linhas gerais, para compreender tais proposições a partir do pensamento freyreano, podemos recorrer a algumas afirmações, contidas no livro. Na abertura do quinto capítulo, o autor anotou: “a casa, o tipo de habitação, sabe-se que é uma das influências sociais que mais atuam poderosamente sobre o homem. [...] Essa influência, exerceu-a de modo decisivo sobre a família patriarcal [...]” (FREYRE, 2013, s/p.). As condicionantes (influências) atuantes sobre a habitação, nesse sentido, estariam em sintonia com a tese do caráter híbrido da civilização brasileira, composta por raças que disputavam espaço na formação da nação.

Assim, os componentes humanos formariam uma amálgama regida pela imposição, no contexto de dominação, dos colonizadores lusos em relação aos demais, mas sem deixar de manifestar nos antagonismos decorrentes “uma intensidade nova; o equilíbrio entre brancos de sobrado e pretos, caboclos e pardos livres dos mucambos não seria o mesmo que entre os brancos das velhas casas-grandes e os negros das senzalas” (FREYRE, 2013, s/p.). Ao propor essa interpretação, Freyre construiu universos distintos para o ato de morar nas fazendas, reduzido à força de imposição entre o senhor e seus escravos, e nas áreas urbanas, amainada pela amplitude das relações sociais manifestadas em maior liberdade de contatos, ainda que sujeita ao patriarcalismo. Os agentes humanos, provindos de outras origens senão a lusa, determinariam, então, outra lógica de apropriação de referências culturais, a se expressarem nas construções e nos costumes do povo em geral.

Outros pontos de vista de Gilberto Freyre, explorados em *Sobrados e Mucambos*, repercutiram na representação da casa urbana luso-brasileira, entre os *Estudos Fundadores*, como a origem holandesa e a forma de organização interna dos sobrados recifenses ou as questões da higiene e conforto ambiental, associadas à edificação, por exemplo. Isso permitiu a composição de uma série de conjecturas feitas por Freyre, algumas delas expressaram significativo caráter anacrônico; no qual se tomou o resultado observável, do processo formador das tipologias arquitetônicas em questão, no século XIX, como uma condição replicável para os séculos anteriores.

O sociólogo – motivado por relatos de viajantes e pela hipótese de alguns historiadores<sup>50</sup> – defendeu uma provável influência flamenga na construção dos sobrados de quatro ou cinco pavimentos, existentes no Centro antigo de Recife. Tal influência teria sido determinada na análise da semelhança dos partidos arquitetônicos das edificações, existentes nas duas localidades, que foram condicionados a se elevar em altura por causa dos lotes de testada estreita, adotados pela cultura urbanística batava<sup>51</sup>. Essa hipótese foi compartilhada por alguns pesquisadores, contemporâneos ao autor, e transformada em ensaio, décadas mais tarde, por Aderbal Jurema, sob inspiração e incentivo de Gilberto Freyre. Contudo, um importante anacronismo deve ser considerado em relação a esta conjectura, no qual o aparecimento dos “sobrados esguios” em Recife ocorreu somente no Oitocentos, quase dois séculos após a

---

<sup>50</sup> Na defesa da origem holandesa dos “sobrados magros” recifenses Gilberto Freyre citou o historiador, Alfredo de Carvalho – para o qual: “A ele [o holandês ou o flamengo] devemos a disposição topográfica especial da nossa capital e a característica arquitetônica dos seus prédios alterosos...” (CARVALHO, 1906 *apud* FREYRE, 2013, s/p. – nota de fim 142) – e as observações do arquiteto espanhol, radicado no Brasil, Adolfo Morales de los Rios – que se referiu “às ‘empenas laterais’ dos sobrados mais antigos do Recife, como possíveis sobrevivência de influência holandesa na arquitetura regional” (DE LOS RIOS, 1922 *apud* FREYRE, 2013, s/p. – nota de fim 142). Em outros textos, Freyre cita viajantes estrangeiros que remetiam as características dos sobrados de Recife às da arquitetura portuária de Amsterdã. Essa hipótese foi explorada com maior vigor por Aderbal Jurema, em “O Sobrado na Paisagem Recifense”.

<sup>51</sup> Essa proposição, feita em *Sobrados e Mucambos*, viria a ser mais bem elaborado pelo sociólogo no complemento escrito para a 2ª edição do livro de Aderbal Jurema. Na visão de Freyre, o modo holandês de criar cidades, junto a ilhas marítimas ou fluviais, determinaria um padrão de arquitetura, baseado em edificações altas e estreitas em largura. Neste sentido, “o arranha-céu nova-iorquino é neto do sobrado esguio da Nova Amsterdã: mas de tal modo recreado que chega a parecer pura e audaciosa criação norte-americana. O mesmo aconteceu, – creio eu – de modo imensamente mais modesto, ao sobrado esguio do português que, em Lisboa e no Recife, tudo indica ser parte resultado de assimilação de valores ou sugestões norte-europeias”. (FREYRE, 1971, p. 119)

expulsão dos invasores holandeses. Com isso, a “origem batava” dessa tipologia de edificação, na hipótese dos autores, teria permanecido no subconsciente da cultura recifense, vindo a aflorar com a dinamização da vida burguesa na cidade.

Outra conjectura defendida pelo sociólogo, corresponde à organização interna da casa, tida como consequência da verticalização da casa na capital de Pernambuco. Condicionado pelos lotes de testada estreita em Recife, os programas de necessidade tiveram de ser distribuídos por pavimentos, haja vista a mudança dos costumes, o aumento da complexidade dos usos e a difusão de maior quantidade de mobiliário nos cômodos dos sobrados, introduzidos ao longo do Oitocentos após a abertura dos portos. Consequentemente, em um contexto favorecido pelo funcionamento da casa conduzido por escravos, as cozinhas foram trasladadas para o sótão nas casas recifenses – solução incomum no restante do país, na mesma época, na qual as áreas de preparo de alimentos localizavam-se na parte posterior da edificação ou em anexos.

Como as demais alterações na casa, as questões sobre a higiene e o conforto ambiental dos espaços habitáveis foram conduzidas por Gilberto Freyre com o mesmo caráter anacrônico, condicionando-se observações relativas ao Oitocentos como aplicáveis às centúrias anteriores. Freyre construiu esse modelo de interpretação de modo intencional, fundamentando-se na perspectiva de permanência dos mesmos valores da sociedade patriarcal, desde o estabelecimento das primeiras ações da empresa colonizadora portuguesa no país. Desse modo, a situação observável no século XIX, a partir do quadro remontado pelos registros históricos, não seriam mais do que uma consequência da evolução do cenário da difusão do patriarcalismo, de modo a absorver naturalmente as transformações inerentes dos novos tempos.

O contexto anacrônico, presente nas interpretações propostas por Gilberto Freyre em *Sobrados e Mucambos*, demonstra a concepção de uma leitura sociológica baseada na reprodução uniforme de um padrão que envolveria a sociedade, a família, os modos de morar, as tipologias das edificações ou as soluções construtivas. A representação, um tanto reducionista e generalizante, realizada pelo sociólogo revela um caminho que, por consequência da proximidade com Rodrigo Melo Franco de

Andrade, repercutiu na historiografia da arquitetura promovida pelo SPHAN, quando, nas Revistas do Patrimônio ou entre autores associados ao gabinete, algumas das conjecturas citadas incorporam-se ao material divulgado.

O papel, reservado ao reconhecimento das cartas de Louis L. Vauthier, indica a existência de um processo que optou por não aceder à possibilidade de existência de variações tipológicas regionais para as edificações, apontadas, inclusive, pelo próprio Gilberto Freyre. Contudo, como resultado, ocorreu a escolha por se resumir as investigações da produção arquitetônica da casa urbana, conforme a afirmação generalizante feita pelo engenheiro francês. Parte das consequências desse processo, o “paradigma SPHAN” incorporou o “paradigma do sobrado”, exposto por Freyre no livro em *Sobrados e Mucambos*, tendo nesse tipo de casa a manifestação de uma solução de melhor qualidade no universo explorado da arquitetura civil. Ao fim, sobre as casas térreas ou os sobrados menores muito pouco se reconheceu.

#### **2.2.4. A contribuição de Lucio Costa**

Durante a fase heroica do SPHAN, sem sombras de dúvidas, Lucio Costa foi, ao lado de Rodrigo Melo Franco de Andrade, o principal personagem na preservação do patrimônio cultural brasileiro<sup>52</sup>. Responsável direto por muitos dos primeiros tombamentos, o arquiteto modernista teve participação decisiva nas pioneiras ações implementadas para a proteção do vasto e desconhecido acervo de bens culturais edificados, uma vez que era um dos “poucos que já [havia tido] contato com este universo, ainda em sua fase de entusiasmo pelo Neocolonial, nos anos 1920” (PINHEIRO, 2006, p. 10). Esse foi um fato fundamental para que Costa assumisse a “preeminência [...] entre os técnicos do SPHAN” (DIAS, 2020, p. 4) e estivesse ligado a quase todos os fatos de destaque na gênese da repartição, da escolha dos bens a

---

<sup>52</sup> De acordo com Diego N. Dias, “Costa, que manter-se-ia à frente da Divisão de Estudos e Tombamento do Iphan do momento de sua criação até aposentar-se, em 1972, teve função decisiva na definição dos critérios de seleção dos monumentos a serem legalmente preservados, bem como em intervenções em obras de restauração”. (DIAS, 2020, p. 4)

serem acautelados à orientação a RMFA para a escolha de conteúdo para a Revista. O cuidado na escolha dos tombamentos, por meio de critérios técnicos, era defendido por Lucio Costa, que fazia questão de ressaltar a predominância do trabalho do arquiteto em relação aos demais. Para o arquiteto, “[...] o historiador não era dado à objetividade, considerada necessária no exercício diário de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, encontrando-se dentro do órgão, apropriadamente, nos espaços reservados à produção discursiva [...]” (CHUVA, 2009, p. 205)

Em conjunto com Gilberto Freyre e Mário de Andrade, Lucio Costa foi um dos mais próximos apoiadores de Rodrigo Melo Franco de Andrade na produção editorial realizada pelo gabinete, tendo influência decisiva na seleção do material veiculado. Como autor na Revista do Patrimônio, Lucio Costa publicou cinco artigos, no total<sup>53</sup>. Na perspectiva de análise adotada em nosso trabalho, um destes, o célebre texto, intitulado “Documentação Necessária”, veiculado na 1ª edição, foi de fundamental importância para a abordagem à questão da casa urbana. No conteúdo, Costa lançou bases para a investigação da arquitetura civil e indicou a direção a ser adotada na historiografia da brasileira realizada pelo órgão, afastando-a da representação realizada pelo Movimento Tradicionalista. Nesse sentido, a proposta apresentada pelo arquiteto denotou a intenção de alinhar a produção das futuras pesquisas com a linha de trabalho<sup>54</sup> a ser desempenhada pela “academia SPHAN”, centrada na defesa da herança arquitetônica provinda do período colonial. De acordo com a interpretação de Silvana Rubino, Lucio Costa operacionalizou a conceituação do:

---

<sup>53</sup> Três destes artigos foram relacionados à arquitetura religiosa – entre os quais se incluiu o clássico “Arquitetura Jesuítica no Brasil”, da 5ª edição da Revista, em 1941. Os outros dois, um foi publicado na 3ª edição e discutiu a evolução do mobiliário luso-brasileiro e, no primeiro e mais significativo aos nosso objeto de pesquisa, o célebre “Documentação Necessária”, de 1937.

<sup>54</sup> De acordo com a interpretação de Silvana Rubino, Lucio Costa operacionalizou a conceituação do “[...] patrimônio histórico e artístico nacional como obra de arte arquitetônica, cuja essência estaria na “qualidade construtiva”, encontrada especialmente na arquitetura produzida até o começo do século XIX, sem imitações ou “compromissos” com estilos estrangeiros. A obra de arte era, portanto, essencialmente descompromissada: sua qualidade estava no engenho de o construtor fazer o melhor e o mais belo possível, dentro das condições tecnológicas vigentes, o que a contextualizava em seu próprio tempo histórico, sem disfarces.” (CHUVA, 2009, p. 210)

[...] patrimônio histórico e artístico nacional como obra de arte arquitetônica, cuja essência estaria na 'qualidade construtiva', encontrada especialmente na arquitetura produzida até o começo do século XIX, sem imitações ou 'compromissos' com estilos estrangeiros. A obra de arte era, portanto, essencialmente descompromissada: sua qualidade estava no engenho de o construtor fazer o melhor e o mais belo possível, dentro das condições tecnológicas vigentes, o que a contextualizava em seu próprio tempo histórico, sem disfarces. (CHUVA, 2009, p. 210)

Em função disso, o artigo incluiu condicionantes fundamentais para a futura produção de conhecimento sobre a história da arquitetura nacional: a noção de "saúde plástica perfeita", a recusa aos estilos historicistas-decorativistas e a aproximação entre a arquitetura civil e a modernista.

A noção de *saúde plástica perfeita*, como discutimos anteriormente, teve as raízes no pensamento de Marianno Filho, ainda que defendida por Lucio Costa à luz do Modernismo local. Costa compreendia na expressão plástica dos partidos, baseados em uma severa simplicidade<sup>55</sup>, a condição para a afirmação positiva da arquitetura civil como objeto para a preservação do patrimônio histórico e artístico da nação. Nesse sentido, a roupagem externa das casas urbanas, livre de excessos ornamentais, era objeto de exaltação constante, por contemplar somente os elementos essenciais para configurar a composição dos partidos – estruturas, paredes, esquadrias e coberturas – , diferentemente do extenso vocabulário decorativo comum ao início do séc. XX. Pesava a favor da noção proposta pelo autor, o fato desse acervo ter sido constituído em um tempo livre das imposições dos modelos importados, como ressaltou na menção aos "antigos mestres e pedreiros 'incultos'<sup>56</sup>", praticantes de um tipo de construção "sem o ar afetado e por vezes pedantes de quando se apura por aí" (COSTA, 1937, p. 31). Observamos, nesse tipo de proposição, que o interesse pelas casas do

---

<sup>55</sup> A defesa de Lucio Costa se baseava em fundamentos que permitissem a aproximação da arquitetura do período colonial com a modernista. Nesse sentido, "o decoro, ou a ausência de ornamentos e a expressão da arquitetura através da exploração plástica do mínimo de meios materiais imprescindível para a integridade física da construção, assegurando aos edifícios, como disse Lucio Costa, uma "saúde plástica perfeita" (MACIEL, 2006, p. 5). Essa condição deveria estar presente nas manifestações arquitetônicas contemporâneas, aspiradas pelo grupo encabeçado pelo arquiteto.

<sup>56</sup> Lucio Costa, claramente, fez um trocadilho ao denominar como "incultos" os construtores de origem portuguesa, introduzindo aí uma crítica à arquitetura "eruditizada", praticada nos estilos decorativistas-historicistas das primeiras décadas do século XX.

período colonial representaria, antes de tudo, a busca por repertório de manifestações arquitetônicas tipicamente nacionais e distantes dos modelos importados introduzidos pelo neoclassicismo. O distanciamento, em relação ao estilo eclético e, principalmente, ao Neocolonial, tornou-se necessidade inerente da prática patrimonial sob a égide modernista e indicava uma chave de interpretação determinante para a proteção dos bens edificados, para a delimitação de objetos simbólicos capazes de representar a memória e a identidade do país como se desenhava.

*Documentação Necessária* deixou claro a expressa recusa em relação ao Neocolonial, demarcada em diversos trechos do conteúdo, como:

[...] para evitar a repetição de semelhantes leviandades ou equívocos" [...]. (COSTA, 1937, p. 32)

[...] de outro modo que não esse de lhe estarmos a reproduzir o aspecto já morto [...] não se limitando, apenas, à casa de aparência mais amável da primeira metade do século XIX. (COSTA, 1937, p. 33)

[...] uma significação respeitável e digna; enquanto que o 'pseudo-missões, normando ou colonial', não passam de um arremedo se compostura [...]. (COSTA, 1937, p. 34);

[...] fiéis à boa tradição portuguesa de não mentir [...]. (COSTA, 1937, p. 37)

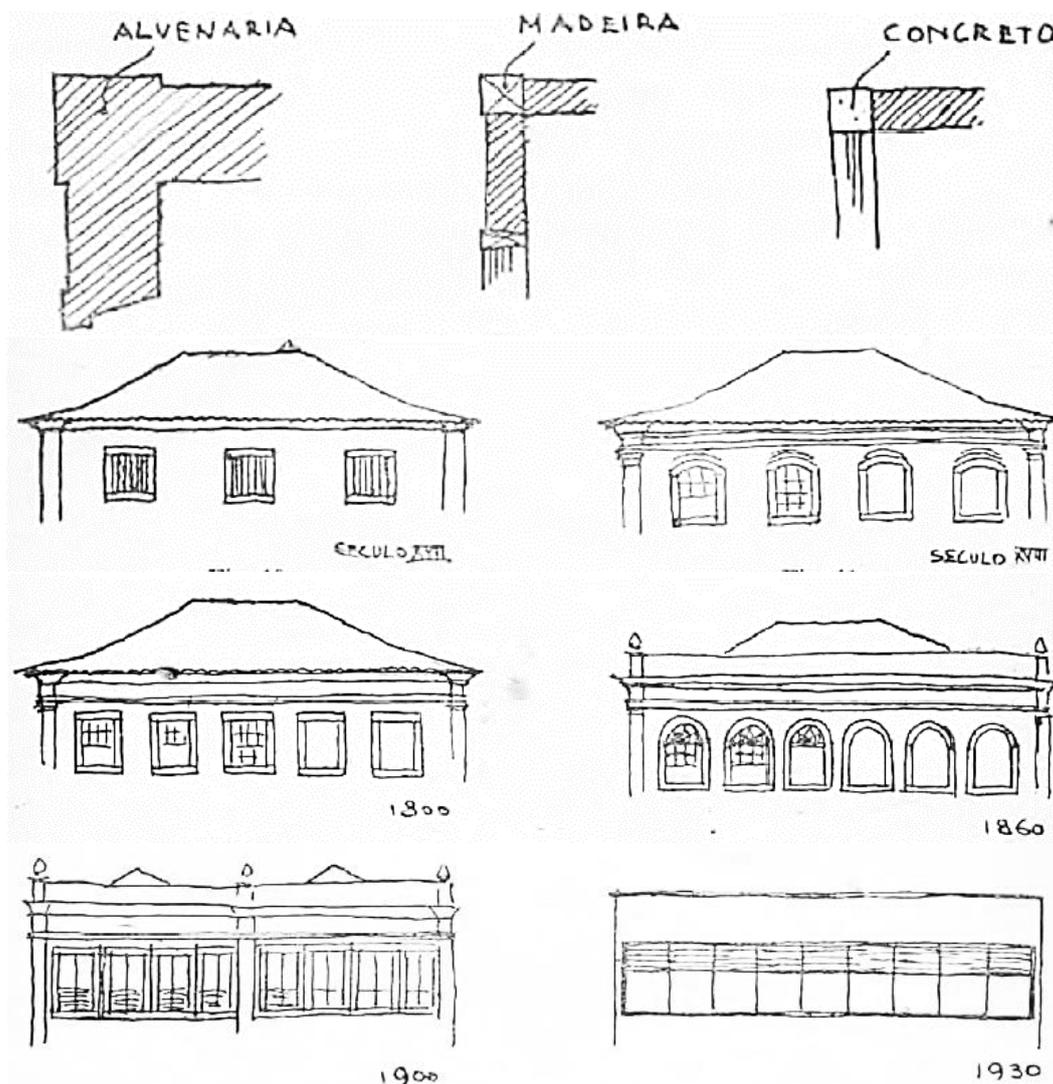
[...] conviria, pois, trazer o estudo até nossos dias, procurando-se determinar os motivos do abandono de tão boas normas e a origem dessa 'desarrumação' que há vinte e tantos anos se observa. (COSTA, 1937, p. 38)

A escrita contida no artigo demonstrava a existência de um caminho de duas vias naquele momento da vida de Lucio Costa, um profissional e outra institucional. Como profissional, o arquiteto esteve anteriormente ligado ao Movimento Tradicionalista e ainda precisava demarcar seu novo território junto ao Modernismo, apesar de seu engajamento na divulgação panfletária do movimento e dos projetos modernos em curso à época, como o Edifício Capanema, por exemplo. Na segunda via, como representante da instituição, Costa defendia o SPHAN frente a outros grupos concorrentes na defesa do patrimônio junto à esfera governamental, como os associados ao Museu Histórico Nacional, de Gustavo Barroso, e o movimento liderado por José Marianno Filho. Desse modo, além de ser um convite ao conhecimento da

arquitetura civil, o texto funcionou como um atestado de independência para Lucio Costa, no qual reconheceu abertamente o seu equívoco ao se associar ao Neocolonial, argumentando que “não percebíamos que a verdadeira tradição estava ali mesmo, a dois passos, com os mestres de obra nossos contemporâneos; fomos procurar, num artificioso processo de adaptação [...] os elementos já sem vida da época colonial [...]” (COSTA, 1937, p. 39). Ao fim do artigo, Costa, inclusive, chegou a desculpar-se ao público, afirmando que: “fingir por fingir, que ao menos se fingisse coisa nossa. E a farsa teria continuado – não fora o que sucedeu”. (COSTA, 1937, p. 39)

No artigo, Lucio Costa defendeu a produção arquitetônica do passado realizada pelo “velho portuga”, zeloso da “boa tradição” e, ao mesmo tempo, tentou demonstrar a existência de um possível processo evolutivo, ocorrido entre as casas dos séculos anteriores e as soluções modernas, reproduzidas a partir da década de 1930. Se por um lado a escrita de *Documentação Necessária* destacou a recusa ao Neocolonial, por outro Costa construiu uma narrativa de defesa do novo movimento, com base na inspiração que as antigas casas do período colonial poderiam oferecer aos arquitetos modernistas; sem, no entanto, partir da cópia de elementos decorativos como se estava em voga. Essa hipótese foi ilustrada no artigo, indicando as possibilidades de aproximação na adoção das novas técnicas construtivas ou das soluções plásticas de caráter família funcionalista, apesar do uso de materiais diferentes e a distância temporal das manifestações.

Interessantemente, Lucio Costa utilizou artifício semelhante ao defendido pelos Tradicionalistas para justificar a evolução da casa, demonstrando que haveria uma aproximação entre a produção feita no passado colonial com a arquitetura modernista. Fê-lo, inclusive, destoando dos propósitos do próprio Modernismo, no qual a recusa a qualquer referencial historicista era expressa pelos criadores do movimento. Costa lançou mão do aspecto plástico (simplicidade) das edificações e das soluções construtivas empregadas nos séculos XVII e XVIII para construir o elo entre as manifestações, de modo a explorar a funcionalidade e o racionalismo dos dois modelos como um ponto em comum.

Fig. 02 – Ilustrações contidas em *Documentação Necessária – Evolução da arquitetura brasileira*.

Fonte: Costa, 1937 – adaptado.

Nota-se na sequência de ilustrações uma tímida menção ao neoclassicismo e ao ecletismo, com a utilização na representação de modelos mais simples e com alguma intenção plástica similar à arquitetura luso-brasileira. Há de se perceber no lapso, entre os esboços de casas de 1900 e 1930, à recusa ao Neocolonial, excluído intencionalmente da hipótese evolutiva criada pelo autor.

As contaminações dos partidos após as décadas iniciais do séc. XIX, ocorrida com a incorporação dos ornamentos neoclássicos ou ecléticos à arquitetura brasileira, seria relativizada com a indicação, na sequência de desenhos e textos explicativos, da substituição dos planos de paredes pelas aberturas ou dos beirais de telhados aparentes pela platibanda, pois estes recursos serviriam à aproximação com o uso da

janela em fita e as coberturas planas. Lançando mão de outras premissas, o arquiteto reelaborou a hipótese proposta por Severo; todavia, prefigurou, no lugar do renascimento da arquitetura tradicional com a apropriação nas casas dos motivos ornamentais, a lógica de continuidade temporal da tradição, que evoluiria a outro patamar, mesmo hibernada entre os períodos de contaminação estilística.

Percebemos, em *Documentação Necessária*, um dos pontos-chave para a interpretação do modo como se configurou a representação da história da casa urbana luso-brasileira à luz do “paradigma SPHAN”. No texto, Lucio Costa recusou o Neocolonial e, por consequência, afirmou sua aproximação ao Modernismo, indicando a disposição para a construção de um conhecimento livre do véu tradicionalista. Em primeiro lugar, rompia-se com a interpretação do passado proposta por Ricardo Severo e José Marianno Filho, consideradas um equívoco por promover a ideia do renascimento da arquitetura tradicional e por terem sido constituídas em caráter de empirismo. Ao mesmo tempo, Costa assumiu-se enganado com o caminho escolhido ao longo de sua carreira profissional anterior ao Movimento Modernista. Consecutivamente, a linha defendida pelo autor indicava o afastamento em relação à noção de preservação iniciada no início da década de 1930, produzida pelos institutos históricos e geográficos ou o Museu Histórico Nacional, tentando-se afastar das narrativas memorialistas e saudosistas que era construída nestes órgãos.

Apesar do caráter panfletário, o texto demonstrou aspectos da futura produção editorial do gabinete, conduzida por Rodrigo Melo Franco de Andrade com a contribuição de Lucio Costa, que incorporou uma linguagem científica e muito similar aos inventários dos tombamentos. A aridez adotada nos artigos funcionaria de maneira similar a atestados de validação, remetendo aos relatórios desenvolvidos no processo de acatamento, para evitar quaisquer associações com o trabalho desenvolvido pelos demais grupos, que concorriam institucionalmente para a preservação do patrimônio (RIBEIRO, 2013; CHUVA 2008; 2009). Estas rupturas se incorporaram ao *modus operandi* de representar a história entre os “Estudos Fundadores” e, com o

tempo, sobrepujaram as demais representações, no expreso intuito rechaçar aquilo que não estivesse em sintonia com as intenções do serviço de patrimônio.

A produção escrita de Lucio Costa sobre a casa urbana luso-brasileira não foi extensa, considerando-se o longo tempo de atuação, à frente da Divisão de Estudos e Tombamento do IPHAN, e a credibilidade conferida ao seu trabalho como arquiteto. No conteúdo bibliográfico do autor, identificamos três obras que revelam importantes desdobramentos do tratamento do tema e, por consequência, frutos da discussão iniciada em *Documentação Necessária*. Em 1952, na série "Os Cadernos de Cultura", produzidos pelo Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, Lucio Costa publicou o livro "Arquitetura Brasileira", um material destinado a reforçar, por meio da história, a perspectiva traçada de recusa ao Movimento Tradicionalista e defesa do Modernismo. No decorrer do texto, o autor realizou uma releitura da arquitetura carioca desde a chegada da corte ao Brasil, de certa forma, com a intenção de cobrir um lapso temporal não compreendido no artigo da edição inaugural das Revistas do Patrimônio. Assunto dominante no conteúdo explorado, a crítica, aos estilos historicistas ou decorativistas (Neoclassicismo, Ecletismo e *Art Nouveau*), foi abordada entre descrições e comentários, usadas para demonstrar os equívocos dessas propostas como solução para o problema da produção arquitetônica oitocentista e do início do séc. XX. Ao Neocolonial, entretanto, Costa endureceu o teor da escrita e reservou duros apontamentos, destinados a demonstrar a ilegitimidade desse estilo e recusar expressamente a errônea apropriação do repertório estilístico do passado nacional. (COSTA, 1952, p. 22-25)

No geral, *Arquitetura Brasileira* ofereceu algumas contribuições ao nosso estudo, no sentido de compreender as estratégias de representação da história adotadas por Lucio Costa. O principal intuito do conteúdo foi retomar a defesa do Modernismo local e a sua apropriação correta da tradição, como foi difundida pelo grupo do qual era o principal mentor. A ampla crítica aos excessos dos estilos historicistas e/ou decorativistas, objeto fundamental do trabalho, retomou o ponto de vista sobre a ausência de legitimidade da arquitetura, realizada na maior parte do

Oitocentos e início do séc. XX, e a ausência de uma condição de “estado puro” na criação arquitetônica relacionada. *Documentação Necessária* anunciou esse problema sem, no entanto, demonstrar uma fundamentação contundente, situação que viria a ser contemplada pelo livro. Nesse caminho, Costa ressaltou como a lógica compositiva presente no Neoclassicismo e Ecletismo – destinada, principalmente, à fruição estética – conduziu a edificações destituídas da conjugação da forma à função, cânone da retórica moderna de Le Corbusier. Apesar de tais equívocos, estes estilos representariam um espírito de época e não seriam condenáveis pelo resultado obtido. Ao Neocolonial, todavia, não foi reservada tal amenidade, demonstrando ainda uma necessidade viva de lançar uma pá de cal no Movimento Tradicionalista, já desprovido de seus saudosos patronos na década de 1950. Com relação à casa, *Arquitetura Brasileira* revisitou aspectos do pensamento associado à noção da “saúde plástica perfeita” – como a simplicidade das formas e a ausência de elementos supérfluos na arquitetura do período colonial.

Algumas décadas mais tarde, em 1980, o livro “Arquitetura” foi veiculado na coleção intitulada “Biblioteca Educação É Cultura” e, diferentemente da obra de 1952, Lucio Costa explorou diversos aspectos da história da arquitetura e, por consequência, da casa urbana. O autor apresentou uma leitura mais abrangente do tema – iniciada no artigo, *Documentação Necessária*, e pouco trabalhada em *Arquitetura Brasileira* – de modo a retratar um quadro nacional, recortado de exemplos recolhidos nos Estados brasileiros e contemplados pelas medidas de acautelamento do IPHAN. Costa produziu uma representação similar à de Robert Smith, no artigo “Arquitetura Civil do Período Colonial” – veiculado na 17ª edição das Revistas do Patrimônio, em 1969 – , na qual classificou algumas manifestações regionais, elencadas a partir dos principais centros econômicos da colônia, conforme a subdivisão temporal proposta por Afonso Arinos.

No capítulo, “Anotações ao correr da lembrança”, o mais contributivo ao nosso estudo, Lucio Costa construiu uma breve análise da arquitetura dos seguintes Estados, na sequência: Maranhão (São Luís); Pernambuco (Recife e Olinda); Bahia (Salvador e Cachoeira) e Rio de Janeiro (Vale do Paraíba e Capital). A abordagem sobre Minas

Gerais não foi trabalhada como nas demais localidades, entre as quais o autor percorreu sobre as tipologias mais comuns, mas com citações recorrentes ao longo das explicações de certos partidos ou soluções construtivas. Isso denota uma possível interpretação de que a produção arquitetônica mineira corresponderia à categoria diferente e, por consequência, amalgamaria a reprodução daquilo tomado como particular no restante do país. Nessa interpretação podemos destacar os seguintes trechos:

Esse processo construtivo [o pau-a-pique] foi intensivamente empregado em grande parte do estado do Rio e em Minas Gerais, tanto com esmerado apuro em casas de fazenda e urbanas – Diamantina, por exemplo, é toda de pau-a-pique [...] (COSTA, 2010, p. 42)

Não havendo comércio, formava-se o saguão com patamar de convite [da escada] para o lanço de altos degraus resguardados por treliça ou recortes de madeira; senão de todo escondidos; nesse saguão ficava eventualmente a cadeirinha, tudo na forma usual, como em Minas, no Rio e alhures. (COSTA, 2010, p. 48)

O revestimento de azulejos nas fachadas das casas, característica do século XIX, ocorreu em toda a faixa litorânea – em Minas não há exemplo [...]” (COSTA, 2010, p. 55)

Essa disposição peculiar [sacadas com bacias de pedra e guarda-corpo] se repete nas sacadas com balaústres de madeira torneada, solução corrente em Ouro Preto, por exemplo. (COSTA, 2010, p. 57)

A categorização das tipologias de casas urbanas, por locais de manifestação, demonstrou algo pouco explícito anteriormente na historiografia da arquitetura elaborada pelo antigo SPHAN. Ainda que as Revistas do Patrimônio contemplaram artigos diversificados e exploraram a maior parte dos assuntos listados por Lucio Costa no livro, o discurso-padrão quase sempre foi baseado no entendimento da existência de um patrimônio “homogêneo, uniforme e simples” – como abordou, Robson Orzari Ribeiro (2013), na análise do periódico. Tais fatos indicam para a elaboração de uma releitura mais madura da história da casa urbana luso-brasileira, onde Costa revelou a presença de uma visão mais abrangente sobre o tema, ainda que não completamente distante das proposições iniciais do “paradigma SPHAN”.

Além das observações em torno das tipologias regionais, no capítulo “Tradição Local”, o livro contemplou outra questão importante ao nosso trabalho. Neste, apesar da breve extensão do texto, Lucio Costa tratou com mais propriedade a presença da matriz lusa na arquitetura brasileira, mesmo que não se tenha recusado inteiramente a tese de independência artística local<sup>57</sup>. De acordo com Lucio Costa:

A arquitetura regional tem as duas raízes na terra; [...] ao passo que aqui a arquitetura veio já pronta e, embora, beneficiada pela experiência anterior africana e oriental do colonizador, teve de ser adaptada como roupa feita, ou de meia-confecção, ao corpo da nova terra. À vista desta constatação fundamental, importa por conhecer, antes de mais nada, a arquitetura regional portuguesa no próprio berço, porque é na construção popular de aspecto viril e meio rude, mas acolhedor das suas aldeias que as qualidades da raça se mostram melhor, percebendo-se, desde logo, no acerto das proporções e ausência de artificios, uma saúde plástica perfeita, se é que se pode dizer assim. (COSTA, 2010, p. 33-34)

Esse reconhecimento, certamente, foi uma das consequências das duas viagens a Portugal, ocorridas entre 1948 e 1953, feitas pelo arquiteto com objetivo de estudar *in loco* a arquitetura portuguesa.

No conteúdo, o autor ainda utilizou a referência à formação geológica do território português na Península Ibérica para explicar o uso predominante de materiais nas regiões Norte e Sul daquele país. Essa hipótese formulada em Portugal durante o séc. XX, porventura, auxiliaria na descrição do emprego dos sistemas construtivos no Brasil, difundidos em função dos materiais existentes no sítio – a pedra, a madeira ou a terra crua<sup>58</sup>. Em torno desses fatos, a significativa imigração de gente nortenha, do

---

<sup>57</sup> Nesse sentido, o autor observou: “Há certa tendência a considerar ‘imitações’ de obras reinóis as obras e peças realizadas na colônia. Na verdade, porém, são obras tão legítimas quanto as de lá, porquanto, o colono, [por direito de conquista], *estava em casa*, e o que fazia de semelhante ou já diferenciado era o que lhe apetecia fazer [...]”. (COSTA, 2010, p. 40 – Grifo do autor)

<sup>58</sup> A hipótese da origem das técnicas construtivas portuguesas, distribuídas por região de ocorrência ou por contribuições culturais, foi bastante explorada na historiografia da arquitetura brasileira. Autores como Benedito Toledo de Lima, José Wasth Rodrigues, Lucio Costa, Hans Broos, Carlos Lemos, Sylvio de Vasconcellos, Günter Weimer, entre outros, discutiram em seus trabalhos a regionalização da distribuição de soluções para a construção das edificações, conforme a lógica de uso dos materiais ou das influências das culturas externas. Os sistemas construtivos com emprego predominante de terra crua (taipa de pilão e alvenaria de adobes) foram atribuídos aos berbere-árabes fixados em Portugal, durante a dominação islâmica na Península Ibérica. Desse modo, a imigração de pessoas providas do centro e sul do país europeu teria sido responsável pela disseminação dessas soluções no Brasil. Por

Minho e Trás-os-Montes, para Minas Gerais durante o séc. XVIII, foi utilizada como justificativa para a difusão local das alvenarias de pedra, de junta seca e argamassada com barro, ou da cantaria. No litoral brasileiro e em São Paulo teriam se disseminado as técnicas mais comuns no Centro e Sul de Portugal, baseadas no uso da terra crua: taipas, de pilão ou de mão, e da alvenaria de adobes.

Igualmente, o livro demonstrou uma leitura mais madura para a casa urbana luso-brasileira, na qual Lucio Costa incorporou aspectos novos e mais distante das linhas combativas de *Documentação Necessária e Arquitetura Brasileira*. Todavia, em alguns pontos do discurso, retomou discursos utilizados para o afastamento da representação da história feita pelos adeptos do Movimento Tradicionalista, como a defesa dos beirais largos destinados à proteção das edificações dos efeitos danosos das chuvas.

Outro trabalho relacionado ao arquiteto modernista, a publicação "A Arquitetura Portuguesa no Traço de Lucio Costa – Bloquinhos de Portugal", organizada por José Pessôa em 2012, contemplou a divulgação póstuma de notas e desenhos de viagem, elaborados pelo arquiteto durante as duas temporadas de estudo em solo português na década de 1950. Nos chamou a atenção, na introdução feita pelo organizador ao livro, a indicação da existência de uma tentativa de "classificação da arquitetura civil brasileira, objetivando futuros tombamentos" (PESSÔA, 2012, p. 10); algo, até o momento, pouco conhecido pelo público em geral, por causa da falta de divulgação de tal material. Isto nos demonstrou, a casa como um objeto de pesquisa ainda incompleto na obra de Lucio Costa. Nesse sentido, a veiculação do teor dos "bloquinhos" acrescentou partes inéditas à linha de pensamento explorada pelo autor nos capítulos citados de *Arquitetura Brasileira*, permitindo compreender melhor a discussão do autor sobre o elo existente entre a matriz portuguesa e as manifestações

---

outro lado, a pedra usada nas obras erguidas no nosso litoral, ao longo dos séculos XVII e XVIII, quase sempre, foi descrita como material importado, resultado da navegação de retorno da Europa para a América, no lastro das embarcações. Enquanto, no caso de Minas Gerais, na impossibilidade de transportar a lioz portuguesa para o interior, os canteiros e alvanéus nortenhos, de matriz cristã, haveria de ter trabalhado as rochas locais como supostamente fariam em sua terra natal.

locais. A existência de uma “classificação da arquitetura civil”, elaborada por Lucio Costa, remonta ao propósito exposto genericamente em *Documentação Necessária*, como um passo a mais dado na intenção de interpretar “um processo de transferência, modificação e retorno, entre Portugal e suas colônias”, no qual “a arquitetura produzida na metrópole seria um elemento fundamental para a compreensão das características plásticas da arquitetura brasileira” (PESSÔA, 2012, p. 10). A questão da “saúde plástica perfeita”, explorada em diversas fases do trabalho de Costa, seria novamente o fio condutor do método classificatório escolhido, tentando-se estabelecer um paralelo de aproximação com a referência lusa sem negar, contudo, a independência da produção arquitetônica local. Como destacamos, a proposição para a existência de tal paralelo pode ser observada na fase madura do trabalho do autor, como uma atualização do pensamento sobre a casa e a arquitetura brasileira em geral. De acordo com Lucio Costa:

Cabe pois concluir que a importância adquirida pelo desenvolvimento da arquitetura na colônia foi de tal ordem que as duas manifestações não podem ser consideradas apenas como decorrência de determinados regionalismos metropolitanos, mas como um complexo em cujo todo intervieram variadas filiações e caprichosas interferências retificadoras ou desintegradoras, e que nas várias províncias a arquitetura portuguesa desenvolveu-se algumas vezes idênticas aos padrões metropolitanos, outras vezes diferente, da mesma forma como se desenvolveu igual ou diferenciada nas províncias do próprio reino, cada qual portuguesa à sua moda; e as nossas modas de o ser – pois, que houve várias – , foram sempre brasileiras. (COSTA, 1995 *apud* PESSÔA, 2012, p. 11)

Ainda que Lucio Costa não tenha produzido um material completo ou de modo unificado para a discussão da casa urbana luso-brasileira e, por consequência, sua obra esteja dispersa entre diversas publicações, há de se considerar o caráter fundamental do trabalho do arquiteto para a representação da história da arquitetura brasileira relacionada ao tema. O pensamento de Costa foi a amálgama para a construção de um modelo de interpretação do passado da nação no serviço do patrimônio, conformado nas Revistas e Publicações do SPHAN ou nas centenas de tombamentos realizados sob sua tutela. Indiferentemente dos papéis conferidos a Afonso Arinos e Gilberto Freyre

na releitura e operacionalização da historiografia desenvolvida no gabinete de Rodrigo – que, nesse aspecto, estiveram em plano similar de hierarquia –, foi Lucio Costa quem indicou os passos para as gerações seguintes de arquitetos pesquisadores e conseguiu conciliar o apreço à tradição, herdada dos tempos do Neocolonial, com a proposta funcionalista-racionalista do Modernismo. Na linha dos *Estudos Fundadores*, a hipótese para a evolução dos partidos e a síntese sobre as características das casas erguidas no período colonial, apresentadas em *Documentação Necessária*, viriam a ser desdobradas mais tarde nos estudos de Sylvio de Vasconcellos, os mais relevantes e abrangentes para a compreensão da arquitetura civil em Minas Gerais.

### **2.2.5. A representação da história da casa urbana luso-brasileira nas Revistas do Patrimônio**

Neste subitem, o conjunto de trabalhos a serem analisados corresponde a dezoito edições da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, sendo as 16 primeiras produzidas por Rodrigo Melo Franco de Andrade, como editor, e as 2 últimas, realizadas após a aposentadoria deste, sob a coordenação de Renato Soeiro<sup>59</sup>. As edições selecionadas foram publicadas entre 1937 e 1978, compreendendo toda a fase heroica<sup>60</sup> do IPHAN e a maior parte da gestão de Soeiro, finalizada em 1979.

Nas 18 edições das *Revistas do Patrimônio*, durante os 41 anos que separam o primeiro e o último volume analisado, foram publicados artigos variados com os temas: arqueologia, arquitetura, história, artes plásticas, etnologia, mobiliário, coleções de museus e fontes<sup>61</sup>. De forma complementar, veicularam-se alguns trabalhos em vista de estabelecer um caráter didático, destinado a propor aos pesquisadores, na lógica

---

<sup>59</sup> Apesar de ter assumido o comando no lugar do icônico presidente do órgão, Soeiro manteve a forma de conceber o periódico, o que pouco distanciou do formato original e, portanto, integraram um mesmo produto na nossa interpretação.

<sup>60</sup> A expressão “fase heroica” foi cunhada por Maria Cecília Londres Fonseca, no livro “O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil”, publicado em 1ª edição no ano de 1997.

<sup>61</sup> A categoria intitulada “fontes” inclui: transcrição de documentos, fotografias, cartas, inventário de acervos e coleções de museus. (RIBEIRO, 2013)

implementada pelo SPHAN, uma adequada “metodologia de estudos”. No total, foram veiculados 170 textos completos, sendo a maior parte, 51 destes, direcionada ao tratamento da arquitetura em suas diferentes formas de manifestação. Frente à tamanha importância dedicada ao tema, isso correspondeu a 30% de todo o material produzido durante o formato de editoração explorado. Além da produção arquitetônica do período colonial, couberam à transcrição de fontes, às artes plásticas e à história, o papel de temas mais recorrentes, ainda que secundários, com 25% (43), 22% (37) e 12% (21) das publicações, respectivamente. (RIBEIRO, 2013)

O predomínio do tema arquitetura nas publicações revela traços das dinâmicas internas do órgão, na qual havia um esforço para validar os tombamentos como medida principal de acatamento para os monumentos, objetos entendidos como capazes de representar a noção de patrimônio que se instituía<sup>62</sup>. Esse fato se manifestou de forma clara no conteúdo da *Revista do Patrimônio*, conforme a distribuição dos assuntos investigados ao longo do tempo. Dos 51 textos publicados sobre essa temática, 37 foram veiculados até 9º volume do periódico, ou seja, quase 75% do total circulou até a edição de 1945, correspondendo aos oito primeiros anos de atuação do gabinete. Nessa linha de análise, mais especificamente, entre os que compuseram o repertório elaborado até a nona tiragem, 27 destes abordaram os assuntos arquitetura religiosa e oficial.

Após a edição de 1945, o conteúdo das Revistas do Patrimônio foi alterado, ainda que tenha se mantido a estrutura geral da composição do periódico. Os textos se tornaram mais extensos, assemelhando-se em alguns aspectos às monografias elaboradas para as *Publicações do SPHAN*, e os exemplares passaram a conter uma quantidade menor de trabalhos. Nesse contexto, do 10º ao 18º volume, houve uma redução significativa de artigos sobre arquitetura (13 no total) se comparado com a

---

<sup>62</sup> Essa discussão está presente em RUBINO, Silvana. O Mapa do Brasil Passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-107, 1996. Segundo essa autora, dos 689 tombamentos realizados até 1967, ano final da gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, 93,6% são correspondentes à arquitetura em alguma das suas formas de manifestação, ou seja, um total de 645 bens com essa configuração.

produção do período anterior. Coube à transcrição de fontes e às artes plásticas a maior predominância na revista a partir desse momento, sendo publicados 19 e 12 trabalhos sobre esses temas, respectivamente. Para compreender a dinâmica dessa alteração, precisa-se considerar que já se havia constituído um lastro de bens tombados e era necessário dar ênfase ao fortalecimento de importantes premissas vigentes para a proteção do patrimônio dentro do SPHAN, como: a defesa da arquitetura e da arte barroca setecentista, a prevalência do período colonial frente ao século XIX e, também, a superioridade do acervo do Sudeste em relação as outras regiões do país. (RIBEIRO, 2013)

Ao final de 41 anos em que o periódico manteve o formato original, 82 autores estiveram envolvidos na redação dos artigos. Destes, 35 destes abordaram algum assunto diretamente relacionado ao estudo da arquitetura (religiosa, oficial ou civil). Os mais frequentes, Noronha Santos e Paulo Thedim Barreto, colaboraram com 4 trabalhos cada um. Lucio Costa, Robert Smith, Luís Saia, Arthur Cesar Ferreira Reis, Carlos Ott, Joaquim de Souza-Leão Filho, Godofredo Filho e José de Souza Reis, respectivamente, contribuíram com 2 textos publicados, enquanto os 27 restantes participaram somente com 1 texto. Apesar do predomínio do estudo da produção arquitetônica nas Revistas do Patrimônio, a pauta ligada à investigação da casa urbana luso-brasileira foi tratada de modo inconstante, ao longo da fase editorial abordada em nosso estudo.

Para a análise do parco repertório disponível, recorreremos aos artigos vinculados ao tema "arquitetura civil"<sup>63</sup>, modo como o objeto foi categorizado pela "academia SPHAN". Ao todo, produziram-se 13 artigos nos 18 volumes analisados e, destes, 10 estiveram compreendidos entre as nove primeiras edições do periódico. Nesse sentido, os dados nos demonstraram que esta categoria não ocupou lugar de primazia nas investigações após 1945, se comparado aos demais temas contidos na segunda fase de produção das Revistas.

---

<sup>63</sup> A categorização intitulada "arquitetura civil" abrangeu as fazendas, engenhos, casa térreas e sobrados em áreas urbanas e rurais. (RIBEIRO, 2013)

Dos 13 textos publicados sobre a categoria, 7 contêm algum tipo de contribuição à nossa análise<sup>64</sup>. Podemos destacar, nesse recorte, os trabalhos de Paulo Thedim Barreto, Estêvão Pinto, José Wasth Rodrigues, Aluísio de Almeida, Augusto C. da Silva Telles<sup>65</sup> e Robert Smith. Estes autores apresentaram uma leitura interessante sobre a composição das edificações em suas dimensões plástica e funcional, servindo-nos de parâmetro para o entendimento da representação da casa urbana luso-brasileira pelo SPHAN. Barreto (1938), Almeida (1945) e Telles (1968) apresentaram textos com maior caráter descritivo e, sobretudo, com foco em fazer reconhecer as diferentes características das residências existentes nos locais estudados – Piauí, Sorocaba ou Vassouras. Em outra perspectiva de abordagem, Estêvão Pinto (1943) elaborou um estudo sobre os muxarabis e balcões existentes nas edificações coloniais. Apesar do texto conter maior caráter generalista e estar restrito a alguns elementos encontrados nas fachadas, há uma contribuição interessante para compreensão da função desses fechamentos treliçados na proteção do interior da casa; bem como, do desaparecimento dessa solução construtiva ao longo do século XIX e início do XX.

Wasth Rodrigues (1945) e Smith (1969) ofereceram um teor de informações mais rico nos artigos que escreveram, de forma a permitir uma compreensão da casa urbana a partir de um repertório mais abrangente, uma vez que o conteúdo abordou obras existentes em diversos estados e cidades brasileiras. Diferentemente dos demais,

---

<sup>64</sup> Percebemos a necessidade de refinar mais a busca, para isolar os textos que apresentassem alguma contribuição ao nosso estudo, pois a categoria “arquitetura civil” abrangeu todos os tipos de casas, urbanas ou rurais, e outros artigos, classificados de modo diferentes, contemplaram temáticas de nosso interesse, ainda que de forma complementar ao objeto estudo. Ao fim, chegamos a número de 7 artigos que contribuem diretamente e outros 11, selecionados como contribuição indireta a partir de outras categorias relacionadas.

<sup>65</sup> Na 16ª edição da Revista, datada de 1968, foi veiculado o estudo “Vassouras (Estudo da Construção Residencial Urbana)” de Augusto C. da Silva Telles. A produção desse material, que deu origem à referida publicação, correspondeu à tese de livre-docência para a cadeira “Arquitetura no Brasil” da Faculdade Nacional de Arquitetura, em 1961, em contexto similar à geração dos trabalhos de Vasconcellos e Santos. Telles elaborou a revisão do conteúdo apresentado à banca e o incluiu de forma integral no artigo. Percebemos, inclusive, a adoção, por parte do autor, de uma metodologia próxima na organização do texto, explorando os aspectos históricos e a formação urbana da localidade pesquisada, para na sequência analisar as soluções empregadas nas edificações. Contudo, tal estudo não teve o mesmo reconhecimento de *Vila Rica...* ou *Arquitetura religiosa em Ouro Preto*, possivelmente, por estar vinculado ao corpo do periódico, sem a constituição como livro, o que limitaria a difusão da obra.

Robert Smith tentou estabelecer uma análise comparativa entre as suas observações locais e as realizadas em Portugal. Ainda, o pesquisador americano citou diversos documentos existentes nas antigas casas de câmaras locais ou no Arquivo Ultramarino Português, o que pouco ou quase nada foi relacionado pelos demais pesquisadores em função do método descrito utilizado, para o tratamento destinado às edificações.

Para complementar a análise, elaboramos um quadro com a compilação de dados sobre artigos que abordaram casa urbana luso-brasileira. Recorremos, inclusive, a textos de outras categorias de análise, por disporem de informações sobre fontes documentais e elementos referentes à forma de representação da história da arquitetura realizada pelo SPHAN.

Quadro 1 – Artigos Publicados nas Revistas do Patrimônio | Contribuições à pesquisa.

<b>ARQUITETURA CIVIL</b>			
<b>Autor</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>Edição</b>	<b>Ano</b>
Lúcio Costa	Documentação Necessária	1	1937
Paulo Thedim Barreto	O Piauí e a sua Arquitetura	2	1938
Estêvão Pinto	Muxarabis e Balcões.	7	1943
José Wash Rodrigues	A Casa de moradia no Brasil antigo	9	1945
Aluísio de Almeida	Casas dos séculos 18 e 19 em Sorocaba	9	1945
Augusto C. da Silva Telles	Vassouras (Estudo da Construção residencial Urbana)	16	1968
Robert C. Smith	Arquitetura Civil do Período Colonial	17	1969
<b>DEMAIS CATEGORIAS</b>			
<b>Autor</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>Edição</b>	<b>Ano</b>
Robert C. Smith	Alguns desenhos de arquitetura existentes no arquivo Histórico Colonial Português (Fontes)	4	1940
Gilberto Freyre	Casas de Residência no Brasil – Introdução. (História)	7	1943
L. L. Vauthier	Casas de residência no Brasil (Fontes)	7	1943
Robert C. Smith	Documentos Baianos (Fontes)	9	1945
Paulo Thedim Barreto	Casas de Câmara e Cadeia (Arq. Oficial)	11	1947
Sylvio de Vasconcellos	Formação do Arraial do Tejuco (História)	14	1959
Paulo Thedim Barreto	Análise de Alguns Documentos relativos à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana (Arq. Oficial)	16	1968

Fonte: Revistas do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1978.

Além dos textos direcionados à casa, as publicações de Robert Smith e Paulo Thedim Barreto contemplaram os temas “fontes” e “arquitetura oficial”. No lugar do modo descritivo adotado na maior parte dos textos veiculados na revista, o teor desses trabalhos apontou para a existência de um complexo sistema de produção e circulação

de projetos arquitetônicos entre a colônia e a metrópole, baseado em uma significativa documentação local e registros de comunicação entre governantes de Portugal e Brasil. Nesse sentido, Smith (1940; 1945) destacou a existência de riscos preservados no Arquivo Histórico Ultramarino, que representariam uma contribuição relevante para o estudo da história da arquitetura brasileira. Esse autor destacou essa intenção em seu trabalho e indicou a necessidade de se realizar o mesmo nos arquivos brasileiros, a fim de se permitir o conhecimento do passado local por meio dos documentos oficiais e não somente estar embasado em conjecturas teóricas. Já nos estudos sobre as casas de câmara, Paulo Thedim Barreto apresentou informações importantes sobre a instalação e o funcionamento desses órgãos administrativos coloniais, permitindo-nos compreender aspectos sobre o controle realizado sobre os núcleos urbanos brasileiros e, conseqüentemente, a casa urbana.

Menção especial devemos fazer ao texto "Casas de residência no Brasil", publicado na 7ª edição da Revista do Patrimônio, de 1943, no qual se apresentou ao público em geral a transcrição das cartas de Louis L. Vauthier. Como destacamos anteriormente, a percepção chancelada por Gilberto Freyre de que esse tipo arquitetônico não apresentaria variações significativas em todo o país, cristalizou-se à luz da afirmação, "quem viu uma casa brasileira viu todas", feita pelo engenheiro, e ultrapassaria, inclusive, o campo de domínio da própria Revista. A menção ou a alusão a frase de Vauthier, por exemplo, foi identificada na leitura dos textos de José Wasth Rodrigues, Augusto C. da Silva Telles e Robert Smith (Revistas do Patrimônio nº 9, 16 e 17), nos trabalhos de Sylvio de Vasconcellos (livros: "Vila Rica: Formação e desenvolvimento – Residências" e "Arquitetura: Dois Estudos") e de Günter Weimer (livro: "A Arquitetura Popular Brasileira"). A aceitação dos relatos deu origem às qualidades "uniformidade" e da "simplicidade", que seriam predominantes nas casas urbanas do período colonial, revelando, de certo modo, a generalização de um consenso comum sobre a falta de variedade tipológica entre a casa urbana luso-brasileira.

Por último, o artigo de Sylvio de Vasconcellos (1959) reuniu uma interpretação sobre a formação da povoação que deu origem a cidade de Diamantina e ofereceu uma hipótese aceita para o desenvolvimento do traçado urbano local, que seria derivado da reunião de arraiais mineradores isolados. Percepção similar já havia sido explorada no clássico “Vila Rica: Formação e desenvolvimento - Residências”, publicado em 1956.

As Revistas do Patrimônio foram, no nosso entender, o corpo principal das publicações geradas entre os *Estudos Fundadores*, por terem sido concebidas como uma ação institucional, destinada a construir um campo do conhecimento ligado à história da arquitetura brasileira. Em meio à veiculação dos artigos, consolidou-se o que chamamos de “paradigma SPHAN”, no qual a representação historiográfica deveria atender ao propósito de ratificar as medidas de preservação, tomadas para o acautelamento dos bens por meio dos tombamentos, e silenciar as vozes dissonantes que concorriam pela autoridade nesse campo.

#### **2.2.6. A conformação dos *Estudos Fundadores* além das trincheiras do SPHAN**

Com a pavimentação do caminho garantida pela produção editorial do gabinete de Rodrigo Melo Franco de Andrade, abriu-se espaço para o surgimento de outras obras desenvolvidas além das trincheiras abertas pelo antigo IPHAN. Nesse sentido, o resultado das investigações realizadas por Sylvio de Vasconcellos e Paulo Ferreira Santos podem ser consideradas, na atualidade, ainda de fundamental importância para a compreensão das manifestações arquitetônicas na temporalidade do período colonial. Esses arquitetos urbanistas, em contexto diferente dos demais autores abordados, produziram os seus trabalhos fora da repartição, vinculados ao exercício docente nas universidades de Minas Gerais e do Rio de Janeiro<sup>66</sup>, respectivamente.

---

<sup>66</sup> Paulo Santos defendeu a tese “Arquitetura Religiosa em Ouro Preto”, no ano de 1949, na então chamada Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA) – atual FAU-UFRJ – e dois anos mais tarde, em 1951, este trabalho lhe permitiu a efetivação como professor-titular. Já Sylvio de Vasconcellos desenvolveu o trabalho intitulado “A arquitetura particular em Vila Rica”, escrito “em 1951 como tese para o concurso

Por consequência da metodologia empregada, os trabalhos de Sylvio de Vasconcellos e Paulo Santos abarcaram um aprofundamento muito mais abrangente do que os artigos veiculados nas Revistas do Patrimônio, mesmo após a reformulação editorial ocorrida a partir da 10ª edição, que, por exemplo, permitiu a publicação da tese de Augusto C. da Silva Telles em inteiro teor. Isso, de certa forma, conferiu aos estudos o reconhecimento quase imediato e determinaram o convite, feito por Rodrigo Melo Franco de Andrade, para o ingresso desses arquitetos urbanistas na repartição<sup>67</sup>. Ainda que constituídos fora do antigo IPHAN, as obras incorporaram, em parte, os pressupostos do “paradigma SPHAN” e destacaram o caráter *simples, homogêneo e uniforme* da arquitetura brasileira, como era comum na linha de pensamento instituída no órgão. Decorrente desse aspecto, a classificação das investigações dos dois autores entre os “Estudos Fundadores” se deve pela familiaridade destas ao *modus operandi* da historiografia empreendida nas Revistas do Patrimônio.

A análise da obra de Sylvio de Vasconcellos sobre a casa urbana luso-brasileira merece uma atenção especial, uma vez que esse tema foi correspondente à parte significativa de seu trabalho como pesquisador, estando distribuído em livros – “Vila Rica: Formação e desenvolvimento – Residências” (1956); “Arquitetura Brasileira: Sistemas Construtivos” (1958); “Arquitetura – Dois Estudos” (1960) – entre outros conteúdos – veiculados em artigos e coletâneas de textos. Nesse percurso, Vasconcellos desenvolveu uma abordagem muito peculiar em relação à casa e tornou-se, no nosso entender, a maior autoridade entre os historiadores da arquitetura que se dedicaram ao estudo da casa no período. De acordo com André G. D. Dangelo do pesquisador mineiro:

[...] de uma maneira geral, congrega todos os temas ligados à história de Minas como um todo, mas com especial atenção às questões ligadas à produção arquitetônica e à formação urbana das vilas setecentistas mineiras. [...] A produção de Sylvio Vasconcellos, frente aos outros autores do período,

---

à cátedra de Arquitetura Brasileira da Universidade de Minas Gerais e que foi posteriormente publicada com o título de “Vila Rica - Formação e desenvolvimento” (DANGELO, 2006, p. 109).

<sup>67</sup> Paulo Santos foi convidado por Rodrigo Melo Franco de Andrade para o Conselho Consultivo do SPHAN, enquanto Sylvio de Vasconcellos assumiu o posto de Chefe do Distrito de Minas Gerais, braço operacional do órgão diretamente ligado ao Gabinete do Diretor Geral.

tem o grande mérito de conseguir uma síntese conceitualmente bem amarrada entre cultura colonial, arquitetura e cidade, ainda não atingida plenamente por pesquisas anteriores à sua obra. (DANGELO, 2006, p. 107-109)

Outro aspecto da abordagem de Vasconcellos para a casa urbana corresponde à adoção de pontos de vista associados ao “paradigma SPHAN”, como a hipótese da existência de contextos de independência da arquitetura brasileira em relação a Portugal. Sobre esse aspecto o autor apontou que:

[...] paradoxalmente, foram estas mesmas dificuldades [a respeito das condições do meio] que, em grande parte, possibilitaram a caracterização das construções mineiras, a ponto de lhes conferirem uma fisionomia quase peculiar, razão da existência de uma verdadeira escola mineira, dentro do quadro geral da arquitetura luso-brasileira. (VASCONCELLOS, 1960, p. 66).

A existência de uma “escola mineira”, contudo, como alertou o próprio Sylvio de Vasconcellos, não seria suficiente para dar origem a uma “arquitetura mineira”; mas corresponderia, a práticas comuns na transposição dos modelos reinóis, a uma forma bem-sucedida de adaptação “ao novo meio ambiente, adaptação que, no máximo, lhe pode conferir o caráter de luso-brasileira”. (VASCONCELLOS, 1960, p. 64)

Apesar desta interpretação de Vasconcellos sobre a arquitetura religiosa mineira, em relação às casas urbanas luso-brasileiras locais predominaria a aceitação do ponto de vista oferecido pelos relatos de Louis L. Vauthier, que segundo o autor eram:

De princípio simples telheiros que acolhem o homem e seus trastes, seus animais, suas ferramentas; depois fechando-se, na periferia, com tramas ainda de paus roliços e varas, esqueleto que serviria para a sustentação do barro com que se acabam. Tem então início a arquitetura propriamente dita que se manifesta quase igual à de todo o resto da colônia, com ligeiras variantes. Casas tão semelhantes que levaria Vauthier a afirmar: ‘quem viu uma viu quase todas’, dada a similitude de suas soluções e comportamento. (VASCONCELLOS, 1960, p. 71-72)

A condição geral determinada pela interpretação corrente do caráter *simples, homogêneo e uniforme* da arquitetura civil, comum ao “paradigma SPHAN”, também estaria manifestado nas observações iniciais da apresentação do capítulo “Construções

Coloniais em Minas Gerais”, em *Arquitetura – Dois Estudos*. Neste, Sylvio de Vasconcellos afirmou:

Não tivemos, também, uma economia sólida, estável, contínua, capaz de proporcionar construções mais vultuosas ou requintadas, principalmente no setor residencial. [...] A consequência natural desta pobreza particular em meio à riqueza coletiva, seria uma arquitetura fraca, sem arroubos, sem ostentação que, medrosa, só poderia manifestar-se com mais desenvoltura nas construções de iniciativa conjugada, ou sejam, as de finalidade religiosa. (VASCONCELLOS, 1960, p. 64)

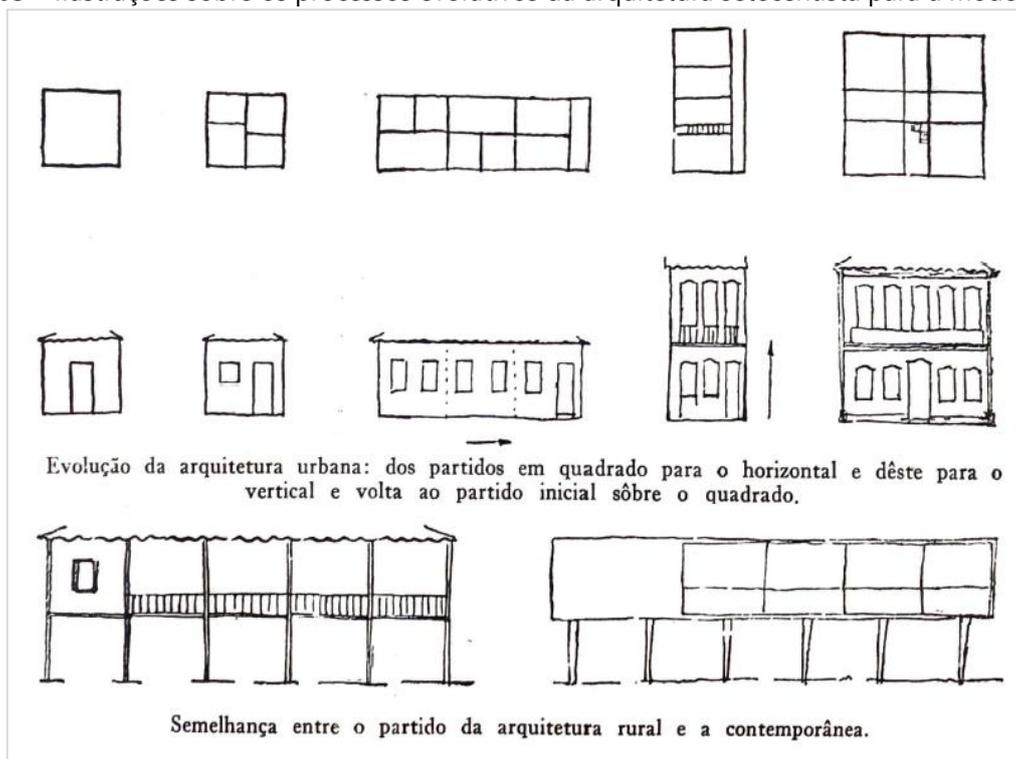
Ainda que não tenha utilizado os termos especificamente, podemos relacionar os trechos “arquitetura fraca, sem arroubos” ou “só poderia manifestar-se com mais desenvoltura nas construções de iniciativa conjugada” ao caráter *homogêneo e uniforme*. A afirmação “sem ostentação” estaria relacionada ao resultado *simples* presente na arquitetura civil.

A presença desses elementos na obra escrita do professor mineiro correspondeu a existência aos laços estreitos que o ligava tanto ao antigo serviço do patrimônio quanto ao Movimento Moderno no cenário arquitetônico local. Como representante do movimento, o arquiteto remontou a hipótese de Lucio Costa para a evolução dos partidos arquitetônicos e da lógica construtiva das antigas casas do período colonial, que teria se manifestado atualizado nas edificações modernistas. Repetindo o arquiteto modernista, Vasconcellos esboçou alguns diagramas para demonstrar o vínculo entre os dois tipos de manifestação, associando, principalmente, as casas sede de fazendas mineiras do fim do Setecentos com as edificações modernistas erguidas sobre pilotis. O autor ainda discutiu em seus textos a tendência de redução entre os vãos das janelas ao longo do tempo, que teriam diminuído o suficiente para manter vínculo estreito com as janelas em fita. Nessa linha de associação, ainda, combateu o Ecletismo e o Neocolonial, vistos por ele como manifestações sem sentido e que se apropriavam de forma descontextualizada do repertório ornamental dos estilos anteriores<sup>68</sup>.

---

<sup>68</sup> Vanessa Brasileiro discorreu sobre esses aspectos da vida profissional de Sylvio de Vasconcellos, na tese elaborada para a análise da obra do arquiteto. De acordo com o estudo feito pela autora,

Fig. 03 – Ilustrações sobre os processos evolutivos da arquitetura setecentista para a modernista.



Fonte: Vasconcellos, (1960, p. 78 – adaptado).

A principal obra escrita de Sylvio de Vasconcellos foi, sem dúvida, *Vila Rica: Formação e desenvolvimento - Residências*, publicado originalmente em 1956 e em segunda edição em 1977, que, inclusive, tornou-se uma das referências fundamentais para o estudo da casa urbana luso-brasileira em todo o país. Há de se ressaltar o caráter metodológico na organização do conteúdo, dividido em dois grupos de informações: as de natureza contextual (“Fundamentos”, “O Meio Social” e o “Meio Físico”) e aquelas direcionadas à análise da arquitetura civil da antiga Vila Rica em si (“Das Construções”, “Plantas”, “Interiores” e “Fachadas”). Nessa forma de abordagem, o autor realizou uma categorização distinta para os fatos históricos e, por consequência, agiu de modo a proporcionar ao leitor uma interpretação primária dos principais elementos determinantes para a formação da povoação.

---

Vasconcellos considerou a arquitetura eclética reinante na Capital mineira, até a década de 1950, como “uma avalanche de influências exóticas” ou uma “loucura desenfreada”. Em relação ao uso de motivos decorativos de monumentos, chafarizes e igrejas nas casas pelo movimento Neocolonial, Sylvio criticou firmemente tal recurso e considerou que o uso “elementos [...] retirados de lugares muito diferentes daqueles onde foram aplicados, nada pior se poderia conseguir e nada mais deprimente para a nossa arquitetura colonial de fato.” (VASCONCELLOS, 1946 *apud* BRASILEIRO, 2008, p. 63)

No livro, Vasconcellos reconheceu quatro tipos de casas entres as residências da vila: as “casas dos morros”, as “casas de arrabalde”, as “casas urbanas térreas” e os “sobrados”. Apesar de listada na obra do autor, não nos deteremos na apresentação das casas classificadas como “de arrabalde”, por estas serem um tipo de habitação rural e mais próximas, na descrição feita, das edificações bandeiristas paulistas.

As *casas dos morros*, o primeiro tipo relacionado pelo autor, correspondeu às habitações mais antigas erguidas nas proximidades das catas mineradoras, normalmente, com datação anterior à ereção da vila, em 1711. Do ponto de vista material, estas eram edificações construídas com alvenaria de pedra – matéria-prima derivada da abertura dos veios de ouro – de cômodo único, inicialmente, e cobertas com capim, depois telhas. As *casas dos morros* teriam sido uma espécie de evolução natural dos primeiros ranchos locais dos acampamentos bandeiristas, compostos por quatro esteios de madeira e cobertura improvisada. Após a fixação das povoações nos arraiais, as soluções improvisadas se desdobraram no referido tipo arquitetônico e, com o tempo, serviram de modelo para novos arranjos, como a subdivisão interna e os prolongamentos com varandas ou anexos. Esse fato seria consequência da melhoria das posses do morador, no qual:

[...] a área construída, que antes era constituída por cômodo único, então se divide para melhor atender às suas várias destinações. Nascem, assim, diferenciados, o dormitório e a sala geral, dispostos lado a lado, abertos ainda, externamente, apenas para a fachada principal. [Vez] por outra, uma porta na posterior facilita o acesso aos quintais ou insinua a existência de varandas traseiras. (VASCONCELLOS, 1977, p. 128)

Quanto ao programa, a descrição feita por Vasconcellos indicou a simplicidade das funções abrigadas no interior do imóvel, de modo que estas ajustarem-se às demandas mais básicas da moradia à época: alimentar-se, dormir e ter um espaço de receber. A dimensão plástica dessas casas primitivas era limitada em virtude da precariedade das ocupações em meio à Serra de Ouro Preto e manifestada na forma de uma volumetria baixa, com aberturas sem uniformidade ou rigor geométrico – nas

palavras do autor: “compondo assim unidades pesadas, robustas, agarradas, meio enterradas no solo” (VASCONCELLOS, 1977, p. 177).

As *casas urbanas térreas*, por outro lado, correspondem a um tipo arquitetônico de destacada importância para a compreensão da representação realizada por Sylvio de Vasconcellos, uma vez que esta constituiu-se em uma das manifestações mais recorrentes nos sítios urbanos mineiros e de todo país. De acordo com Vasconcellos, tais habitações diferem-se das *casas dos morros* pelo agenciamento da planta. Enquanto o tipo surgido na ocupação inicial da povoação se organizava “em função de um centro comum, a sala, alternando-se em sua volta as demais peças”, as *casas urbanas térreas* “distribuem-se em profundidade, em alas paralelas” e foi “[...] entre estas que aparece o corredor, peça que constitui a dinâmica das plantas que, em geral, nas povoações, ocupam toda a largura dos terrenos” (VASCONCELLOS, 1979, p. 133).

Em relação à organização interna das *casas urbanas térreas*, o autor explorou a posição dos citados corredores para as descrições dos tipos de arranjo, que poderiam variar da conformação destes como um espaço de passagem entre os ambientes ou, também, como um cômodo longitudinal à parte, disposto em uma das laterais da edificação. Segundo Vasconcellos, a dimensão plástica desse tipo de casa não ofereceria uma composição de maior destaque, mas constituiria a sua característica mais evidente na organização em conjunto – que definiria, nas ruas da Vila, “linhas horizontais” acentuadas pelo ritmo contínuo das vergas, quando as casas fossem erguidas em áreas mais planas, ou em disposição escalonada, “perturbando-se, assim, a horizontalidade dos conjuntos que se armam, então, em linha quebrada”. (VASCONCELLOS, 1977, p. 180)

Os *sobrados* seriam, na perspectiva do autor, as soluções mais evoluídas, “tendo-se em vista não só a melhor utilização dos lotes como também o caráter de maior importância de que se revestiam na época [...]” (VASCONCELLOS, 1977, p. 140). Ao propor essa interpretação, por outro lado, Vasconcellos contribuiu para reforçar a lógica da preservação patrimonial adotada no IPHAN, na qual este tipo de edificação

representaria um bem de maior valor construtivo frente às demais formas de manifestação da arquitetura civil<sup>69</sup>.

Sylvio de Vasconcellos desenvolveu a maior parte da descrição dos *sobrados* em torno do pavimento superior, destinado à moradia das famílias, e utilizou, novamente, a distribuição do corredor como elemento para a organização interna da planta. Em virtude da distribuição da casa em níveis diferentes, a posição das escadas foi contemplada na abordagem, de modo a se discutir a forma, as características e a possível associação ou não a um vestíbulo de melhor tratamento estético no acesso térreo. Quanto à distribuição interna da casa, Vasconcellos demonstrou para a repetição do agenciamento do programa de necessidades existente nas *casas urbanas térreas* em geral, com a sequência de usos tradicionalmente observada no país, durante o período colonial: receber (sala), dormir (alcovas), comer e trabalhar (cozinha). Interessantemente, o autor tratou os balcões e sacadas como uma “novidade que aparece nos sobrados são as sacadas e balcões que participam da fachada principal, protegendo suas janelas rasgadas por inteiro”. Na abordagem, o pesquisador mineiro considerou que o balcão “são as peças abertas em balanço que, quando diminutos, chama-se também de ‘sacadas’” (VASCONCELLOS, 1977, p. 148)

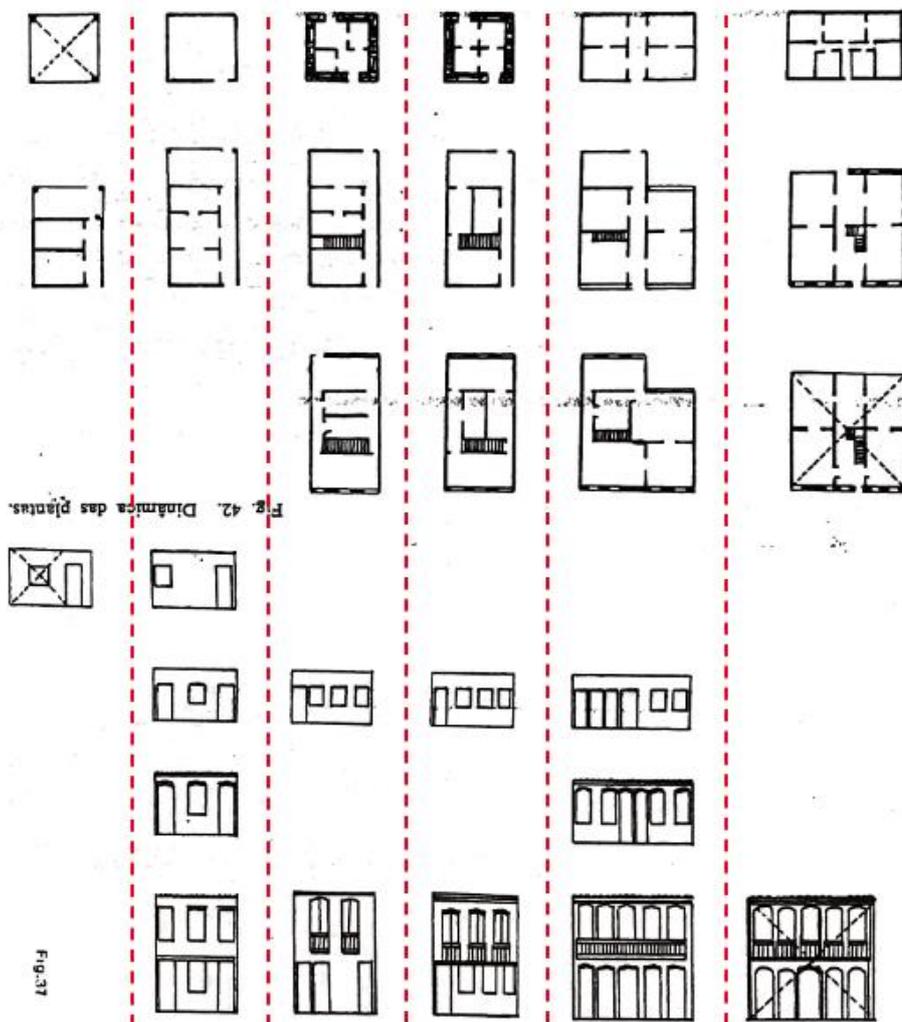
A dimensão plástica dos *sobrados* poderia variar conforme: a “época de construção”, que determinaria a adoção de pés-direitos mais baixos “com vergas, muito aproximadas dos frechais” (VASCONCELLOS, 1977, p. 184); a “execução sobre edificações existentes”, que seria percebida no “rés do chão pelo menor número de suas esquadrias”, enquanto “nos segundos pavimentos, predominam as verticais e um tratamento mais aligeirado de seus detalhes” (VASCONCELLOS, 1977, p. 185); “a composição com equivalência na disposição dos vãos”, na qual as aberturas de portas e janelas fariam corresponder “os superiores exatamente sobre os inferiores, ou distribuindo-se todos eles segundo eixos simétricos, cheios sobre vazios ou vice-e-

---

<sup>69</sup> Para reforçar a validade deste pensamento, Sylvio Vasconcellos citou Gilberto Freyre e Louis L. Vauthier. A influência do pensamento do sociólogo no trabalho, também manifestada em outros trechos do texto, quando os relatos do engenheiro francês foram mencionados.

versa” (VASCONCELLOS, 1977, p. 186); e, por fim, “a execução nos fins do século XVIII”, que conduziram ao uso de recursos mais bem arranjados, com “composições bem amarradas, sem linhas dominantes, simétricas, estáticas e as portas principais, maiores e mais apuradas, funcionam como ponto de convergência do conjunto” (VASCONCELLOS, 1977, p. 193).

Fig. 04 – Processos evolutivos das casas urbanas de Vila Rica.



Fonte: Vasconcellos (1977, p. 176 / 198 – adaptado).

Em *Vila Rica: Formação e desenvolvimento - Residências*, assim como em outros textos do autor, ainda foi possível observar a presença do pensamento de Lucio Costa – conforme a defesa instituída para a aproximação da tradição junto ao Modernismo local – , ditado pelo paradoxo da evolução do predomínio dos vãos nas fachadas sobre

os planos de parede. Sobre esse pensamento, Sylvio de Vasconcellos afirmou que: “no fim do século XVIII, passam os vãos a prevalecer fortemente sobre os panos cegos da fachada, que se reduzem, praticamente, a uma faixa superior, acima dos lintéis, completada por outra, inferior, abaixo dos peitoris das janelas”. (VASCONCELLOS, 1977, p. 191). Conduzido pelas premissas do “paradigma SPHAN”, a abordagem realizada para o século XIX traduziu-se em breves apontamentos gerais, de forma a se demonstrar a pouca contribuição da arquitetura desse período para a arquitetura civil ouro-pretana. Segundo o autor: “em Ouro Preto as características peculiares do século XIX, principalmente em sua segunda metade, não determinariam de fato maiores modificações na fisionomia da cidade.” (VASCONCELLOS, 1977, p. 195)

Sylvio Vasconcellos destinou o último parágrafo do livro para fazer críticas abertas ao Ecletismo – que “sobreveio em composições de clara imitação greco-romana, com suas pilastras, arquivadas, platibandas, etc.” – e, mais enfaticamente, ao Neocolonial – considerado como “tentativas pseudotradicionalistas, continentais ou nacionais, que só recentemente começam, afinal, a ser substituídas por uma autêntica arquitetura contemporânea” (VASCONCELLOS, 1977, p. 200).

Em outra perspectiva, Paulo Santos, diferentemente de Sylvio de Vasconcellos, não produziu um estudo exclusivo à questão da casa urbana luso-brasileira, mas a abordou de modo transversal em seus trabalhos, contextualizando-as conforme a fase de ocorrência ou o emprego dos sistemas construtivos, difundidos ao longo dos séculos de ocupação portuguesa. Apesar da vinculação ao SPHAN e a proximidade a Lucio Costa, na defesa conceitual para a teoria e a história da arquitetura<sup>70</sup>, o modo de representação elaborado por Santos (1966; 1981) não desconsiderou a abordagem aos estilos considerados bastardos pelos demais representantes do Movimento Moderno local. Isso pode ser, sem dúvida, considerado um ponto distintivo na obra de Paulo

---

<sup>70</sup> De acordo com Dangelo (2006, p. 98), “Paulo Santos, ao lado de Lucio Costa, foi certamente dentre os arquitetos da primeira geração modernista brasileira, o que mais trabalhou hipóteses conceituais ligadas à teoria e à história da arquitetura”. Ainda que o comentário feito pelo autor tenha sido proposto acerca da representação da arquitetura religiosa, em relação à história em geral, Santos utilizou de lógica similar para apresentar um encadeamento de fatos que levaram de um estilo a outro, nos ciclos de desenvolvimento da produção arquitetônica local.

Santos, por posicionar-se em uma fronteira independente aos demais produtores da historiografia associada ao gabinete de Rodrigo Melo Franco de Andrade e, principalmente, aqueles que conjugavam do mesmo ponto de vista de Lucio Costa sobre os estilos Eclético e Neocolonial.

No livro "Quatro Séculos de Arquitetura"<sup>71</sup>, de 1981, Paulo Santos dividiu a história da arquitetura da cidade do Rio de Janeiro em três períodos: colonial, imperial e republicano. Porventura da metodologia adotada pelo autor, tal subdivisão poderia também a ser aplicada para o caso brasileiro em geral. Cada um destes períodos teve um tratamento cuidadoso, no sentido de não se deixar de observar as manifestações arquitetônicas correspondentes. Inclusive, o Neocolonial e o Eclétismo, tão combatidos pelos modernistas em geral, receberam atenção cuidadosa no texto e o tratamento como representantes legítimos em seus tempos. O Movimento Tradicionalista de Ricardo Severo e José Marianno Filho, no entanto, foi considerado como uma versão nacional do que o arquiteto chamou de "uma espécie de *Doutrina Monroe* para a arquitetura" (SANTOS, 1981, p. 89); sendo, portanto, um produto sem originalidade ao contrário do defendido pelos seus patronos. Ainda assim, dedicou diversas páginas para descrevê-lo e chegou a indicar a um dos itens do capítulo o subtítulo "Saldo Positivo do Neocolonial", demonstrando um lugar de representatividade para as ações realizadas pelo movimento. Nas palavras de Paulo Santos:

Nem pelo que tinha de negativo o Neocolonial deixou de ter a sua significação – e não apenas como expressão da sensibilidade romântica de época, mas como fator positivo, já que teria paradoxalmente influenciado no próprio movimento Moderno e para a criação de condições propícias ao estudo de questões de raça, costumes, economia e vida social e artística do nosso povo. (SANTOS, 1981, p. 95)

Na concepção do arquiteto carioca, então, apesar da ilegitimidade e falta de originalidade do Neocolonial, mesmo com "[...] os aparentes antagonismos, o Movimento Neocolonial e o Moderno tiveram pontos de contato; a procura da

---

<sup>71</sup> Esta publicação teve origem a partir do conteúdo desenvolvido para o caderno especial, criado pelo Jornal do Brasil e publicado em 09 de dezembro de 1965, para a comemoração dos 400 anos de fundação da cidade do Rio de Janeiro que ocorreria no ano seguinte (VASCONCELOS, 1989).

substância brasileira, da cultura brasileira, da realidade brasileira.” (SANTOS, 1981, p. 95-96)

No que se refere à casa urbana luso-brasileira, o livro de Paulo Santos não acrescentou fatos novos à representação elaborada no interior do serviço de patrimônio. Como os demais autores relacionados aos *Estudos Fundadores*, Santos reproduziu os pressupostos defendidos no “paradigma SPHAN”, em torno dos contornos *simples, homogêneo e uniforme* das residências construídas no país, ao longo do período colonial. Paulo Santos elaborou um percurso descritivo para a arquitetura civil com a separação das ocorrências em dois momentos: uma relacionada aos séculos XVI e XVII e outro relativo ao Setecentos. Nesse ponto de vista, o autor distinguiu os momentos entre uma produção arquitetônica “de linguagem direta e simples, desprovida de qualquer sofisticação ou subjetividade na procura estética” (SANTOS, 1981, p. 31) e outra rebuscada, na qual se incorporaram elementos mais sofisticados e apurados na composição.

Ademais, Santos percorreu os caminhos já explorados no estudo da casa feito pelo gabinete de Rodrigo Melo Franco de Andrade: discutiu a tendência de redução dos cheios e predomínio dos vazios nas fachadas, conforme se aproximou do séc. XX; descreveu aspectos do uso dos fechamentos treliçados de madeira nas janelas e balcões; e explorou os detalhes construtivos associados às escadas, aos forros e aos pisos. Além disso, apresentou uma condição geral da organização dos programas de necessidades das habitações térreas e sobrados, sem destoar das considerações já escritas nos outros trabalhos sobre o tema. No entanto, as menções aos relatos de viajantes estrangeiros ou à adoção de medidas edilícias e urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro, porventura, podem ser utilizadas como fontes indiciárias.

### **2.3. Os “Estudos Recentes”**

Como último componente deste capítulo, os “Estudos Recentes” possuem um contorno de abordagem mais específico, em função da impossibilidade de

estendermos muito o leque de títulos a serem analisados e a dificuldade em abranger muitos estudos específicos, vinculados à produção contemporânea sobre a casa urbana luso-brasileira. Em função desta condição, fizemos a escolha de obras que tivessem reconhecimento destacado no campo de pesquisa, ainda que isso implicasse em deixar de privilegiar outros tantos trabalhos relacionados ao tema. Desse modo, nossa intenção será utilizar conteúdos que exemplifiquem o direcionamento dado à representação do objeto, a partir da metade da década de 1970, considerando-se conteúdos com maior difusão e reconhecimento a nível nacional. Frente a essa premissa, optamos por explorar a obra de dois autores que nos demonstraram uma leitura crítica e uma abordagem metodológica bem estruturada na investigação sobre a casa: Carlos A. C. Lemos (1925 - ~) e Günter Weimer (1939 - ~).

Por meio de abordagens de caráter diferente, estes autores desenvolveram estudos bastante ricos sobre as características da casa urbana luso-brasileira, demonstrando possibilidades interessantes de avanço ao campo do conhecimento, não empreendidas nas obras anteriores, realizadas no contexto do “paradigma SPHAN”. Nesse sentido, as investigações publicadas de Lemos e Weimer nos demonstraram representações diversificadas, construídas além do discurso-padrão de existência de uma linha de reprodução das antigas habitações na lógica do caráter *simples, homogêneo e uniforme* da arquitetura brasileira.

### **2.3.1. Carlos A. C. Lemos, o historiador da casa brasileira**

Vamos analisar, neste item, quatro trabalhos do arquiteto urbanista e historiador paulista, Carlos Alberto Cerqueira Lemos, a nosso ver, o principal pesquisador ligado ao estudo da casa urbana luso-brasileira na atualidade. A obra de Lemos começou a ser delineada no início da década de 1970, com a publicação do livro “São Paulo / Sua arquitetura: colônia e império”<sup>72</sup> (1974). Ainda que de forma incipiente, o material já

---

<sup>72</sup> Este livro fez parte de uma série de publicações organizada pela Editora da Universidade de São Paulo e a Companhia Editora Nacional. O material foi composto com textos de Carlos Lemos e ilustrações da

conteria alguma das principais questões relacionadas à casa, que viriam a ser novamente discutidas pelo arquiteto em outros trabalhos. Após esse conteúdo inaugural, o autor produziu os títulos “Arquitetura Brasileira” (1979), “História da Casa Brasileira” (1989) e “Casa Paulista” (1999), que são de nosso especial interesse pela forma da representação adotada e a abordagem direcionada ao nosso objeto de pesquisa.

Em *São Paulo / Sua arquitetura: colônia e império*, Carlos Lemos apresentou um conteúdo rico em exemplos de possíveis regionalismos existentes na arquitetura do Estado de São Paulo. Estas particularidades da arquitetura local teriam sido conformadas em função dos ciclos de vitalidade econômica da antiga capitania ou do anseio pela Coroa de fixar pessoas no território para defender a sua possessão em locais estratégicos da colônia, nos séculos XVII e XVIII. Lemos, nessa obra, não desenvolveu um conteúdo necessariamente analítico e deu ao texto um contorno ensaístico. Contudo, tocou em alguns operadores que estariam presentes em seus futuros trabalhos, como a importância dos partidos arquitetônicos na análise e compreensão da história da arquitetura. Em outra face, apesar da inexistência de conexões diretas da obra com os *Estudos Fundadores*, foi possível perceber a presença de aspectos do “paradigma SPHAN”, como: a atribuição de pouco valor estético e formal para a arquitetura paulista; a ideia de independência arquitetônica de Portugal para a casa bandeirista e o barroco brasileiro; e, também, a influência do pensamento de Gilberto Freyre e Afonso Arinos na interpretação da formação do Brasil.

A representação realizada no livro obedeceu ao caráter ensaístico proposto no texto, no qual as principais questões acerca da casa foram lançadas na perspectiva de um debate com o interlocutor, sem um rigor científico necessariamente dito. Apesar disso, a obra pode ser considerada uma contribuição importante para a época por oferecer uma leitura à parte, em relação ao conteúdo produzido pelo SPHAN, de modo a oferecer a demonstração de uma diversidade existente entre as casas urbanas e rurais

---

pintora e desenhista Renée Lefrèvre. Outro exemplar dessa série, que identificamos, foi elaborado pela artista em companhia de Sylvio de Vasconcellos, intitulado “Minas: cidades barrocas”.

de São Paulo. Conteúdo importante, sobretudo, para interpretar a produção de Carlos Lemos, *São Paulo / Sua arquitetura: colônia e império* é uma parte menos conhecida do trabalho do autor na atualidade, mas, sobretudo, revelou características importantes do desenvolvimento das ideias do autor sobre o tema, na fase inicial de seus trabalhos.

O livro *Arquitetura Brasileira*, segundo conteúdo explorado em meio a obra do autor, teve uma elaboração destinada ao tratamento da produção arquitetônica em geral, no contexto brasileiro dos séculos passados e, principalmente, no período colonial. No prefácio do livro, Carlos Lemos indicou os operadores que sustentaram a sua análise particular dos objetos arquitetônicos, definindo-os a partir da Teoria da Arquitetura, algo até então, incomum para a representação feita até a década de 1970<sup>73</sup>. De acordo com o autor:

[O] partido seria uma consequência formal derivada de uma série de condicionantes ou de determinantes; seria o resultado físico da intervenção sugerida. Os principais determinantes, ou condicionadores, do partido seriam: a. A técnica construtiva, segundo os recursos locais, tanto humanos como materiais que inclui aquela intenção plástica, às vezes, subordinadas aos estilos arquitetônicos. / b. O clima. / c. As condições físicas e topográficas do sítio onde se intervém. / d. O programa das necessidades, segundo os usos, costumes populares ou conveniências do empreendedor. / e. As condições financeiras do empreendedor dentro do quadro econômico da sociedade. / f. A legislação regulamentadora e/ou normas sociais e/ou as regras de funcionalidade. (LEMOS, 1979, p. 9)

Nesse contexto, a exploração de tal princípio de organização para o estudo nos revelou a preocupação com a elaboração de uma investigação embasada em critérios verificáveis, dentro do campo científico ligado à arquitetura, e não somente apresentar uma classificação baseada na dimensão plástica da obra, como a maioria das investigações realizadas entre os *Estudos Fundadores*. Carlos Lemos tentou se afastar dessa metodologia, para utilizar operadores que permitissem representar os objetos arquitetônicos conforme a perspectiva vitrúvio-albertiana, analisando-os em função da

---

<sup>73</sup> O processo analítico definido dessa forma esteve presente de modo recorrente na obra de Carlos Lemos de *Arquitetura Brasileira* em diante, apesar de ter sido sugerido antes disso, no livro *São Paulo / Sua arquitetura: colônia e império*, de 1974.

composição das fachadas (*venustas*), dos usos das edificações (*utilitas*) e dos sistemas construtivos (*firmitas*).

Mesmo elaborada em contexto de independência, *Arquitetura Brasileira* espelhou o repertório teórico vinculado ao SPHAN, o mais fiável entre os disponíveis naquele tempo, de acordo com os processos de afirmação que discutimos em *Estudos Fundadores*. No capítulo, "Panorama Geral", por exemplo, Lemos incorporou a influência teórica de Lucio Costa, Afonso Arinos e Gilberto Freyre, com citações diretas ou menções aos autores de forma frequente no texto. Pode-se notar, também, a presença da interpretação de Sérgio Buarque de Holanda para a urbanização brasileira do período colonial, baseada no paradigma do "semeador português", que implantou na colônia cidades de traçado orgânico e irregular. Outro ponto abordado, de acordo com a lógica da historiografia reproduzida pela "academia SPHAN", remete à discussão iniciada por Costa em torno da "intenção plástica" presentes nas edificações históricas. Lemos não remontou a perspectiva do mentor do Modernismo Brasileiro, mas entendeu, em seu ponto de vista, que o profissional mais indicado para responder à questão deveria ser o crítico de arte, que, como um especialista na análise da *venustas* do objeto, poderia explicar esse fenômeno entre as ocorrências dos diversos partidos arquitetônicos.

A independência em relação à produção arquitetônica desenvolvida em Portugal, novamente, foi tratada com certa ambiguidade, na explicação construída pelo autor para a origem das soluções locais, e tratada como uma "arquitetura apátrida" – portuguesa em sua gênese, mas que não chegou a ser completamente brasileira. Para o autor:

[...] essa arquitetura [erudita na composição, mas modificada ao ser transplantada para a região litorânea do Brasil] digamos apátrida, porque portuguesa na origem, mas amolecida num certo relaxamento que demonstra ora a incompetência do mestre, ora a carência de meios ou o descaso muito compreensível nos trópicos tão longe de tudo, onde, principalmente, não se precisava dar muitas satisfações. Apátrida porque também não chegava ser assim bem brasileiras. (LEMOS, 1979, p. 13)

Percebemos, no trecho, a clara influência de Gilberto Freyre na hipótese de “amolecimento” da tradição desembarcada na América; bem como, a presença de aspectos da obra de Sérgio Buarque, em relação ao pouco rigor destinado à produção das obras locais, analogamente, à questão dos núcleos urbanos de traçado irregular. O paradoxo da formação de uma arquitetura em parte vinculada a Portugal, no litoral, e independente no interior do país igualmente esteve presente na composição da ideia defendida, como propagado pela historiografia ligada ao SPHAN.

A relação do material com a casa urbana luso-brasileira pôde ser observada em diversos momentos do texto, elaborado de modo permeável nas descrições das formas e das tipologias arquitetônicas difundidas no Brasil-Colônia. Carlos Lemos não estabeleceu fronteiras demarcadas entre os tipos de arquitetura em sua abordagem para a história e fê-la de modo orgânico na condução dos parágrafos do texto. Em função disto, na estruturação utilizada, o tema casa foi tratado no contexto geral das manifestações ocorridas por região – litoral brasileiro, São Paulo e Minas Gerais. Do ponto de vista metodológico, o autor reproduziu uma leitura da casa similar à empregada por José Wasth Rodrigues – no artigo “A Casa de Moradia no Brasil Antigo”, de 1945 – e Robert C. Smith – em “Arquitetura Civil do Período Colonial”, de 1969 – nas Revistas do Patrimônio. No decorrer do texto, Lemos explorou uma apresentação progressiva das soluções identificadas no país, e, inclusive, destacou aos seus interlocutores a existência de grande uniformidade plástica em todo o país – situação gerada pela apropriação popular das fórmulas trazidas pelos oficiais e mestres de risco, “que, sempre, bem ou mal, acompanhou dentro das possibilidades os modismos da arquitetura erudita” (LEMOS, 1979, p. 14).

Podemos perceber na representação feita por Carlos Lemos, para o capítulo “Panorama Geral”, aspectos da influência do “paradigma SPHAN” na interpretação da casa urbana, como a aproximação teórica com o pensamento construído pela tríade Costa-Arinos-Freyre. Contudo, o autor incluiu uma leitura própria à sua abordagem, quando defendeu abertamente a existência de fases de assimilação dos partidos arquitetônicos ibéricos no Brasil – primeiramente, definidas pela transposição do modo

de morar “à europeia” dos primeiros assentamentos humanos para, com o tempo, evoluir para a seleção das soluções “do além-mar mais condizentes com o habitat” (LEMOS, 1979, p. 16). Com relação a esse caráter adaptativo da tradição construtiva portuguesa, Lemos elencou os seguintes partidos arquitetônicos: as casas quase sem paredes no Amazonas; as casas envolvidas por alpendres no sertão do Nordeste e nos canaviais da bacia do Paraíba do Sul; casas com varandas em Minas Gerais; a casa bandeirista, entre outras soluções pontuais, que foram apresentadas ao longo do texto.

*Arquitetura Brasileira*, como observamos, assimilou alguns pontos de vista elaborados pela historiografia da arquitetura consagrada pela “academia SPHAN”, quando explorou uma classificação das obras centrada no período colonial ou considerou a independência da arquitetura produzida no interior do país no séc. XVIII. Desse modo, o livro pode ser considerado uma abordagem ainda de transição entre os *Estudos Fundadores* e os denominados como *Estudos Recentes*, apesar das bases inéditas lançadas na investigação. Todavia, o conteúdo de *Arquitetura Brasileira* expressou, à época, uma importante predisposição à releitura do tema. Nesse sentido, pontos importantes para a oxigenação da historiografia da casa urbana, como a continuidade dos partidos ligados à arquitetura luso-brasileira ao longo do Oitocentos, mesmo com a infiltração dos estilos Neoclássico e Eclético no país ou as análises tipológicas das casas, por exemplo, receberiam mais atenção futuramente na obra do autor.

O livro *História da Casa Brasileira* foi, sem dúvida, entre a obra de Carlos Lemos, um dos principais marcos, junto com o trabalho de Sylvio de Vasconcellos, para a representação da historiografia da casa no país. Diferentemente do professor mineiro, que se concentrou no caso ouro-pretano, Lemos apresentou uma abordagem aplicada à questão da casa luso-brasileira de forma abrangente no território nacional e buscou estabelecer uma interpretação do objeto fundamentada no partido arquitetônico, como já havia ensaiado em textos anteriores sem tanto aprofundamento. No decorrer do texto, o autor explorou com maior precisão algumas questões fundamentais para a interpretação do objeto de pesquisa, como a vinculação da casa a uma matriz

portuguesa, a existência de regionalismos, a análise tipológica do objeto e, até mesmo, uma breve discussão sobre o que poderia ser considerado como arquitetura vernácula brasileira.

Como um apanhado geral do cenário brasileiro – composto, por consequência disto, a partir de generalizações necessárias e, de acordo com o autor, na intenção “de fazer uma breve história da casa brasileira” (LEMOS, 1996, p. 11) –, a proposta do livro foi a de apresentar ao interlocutor uma dimensão mais abrangente para as habitações erguidas nos séculos anteriores. Na perspectiva explorada por Carlos Lemos, tais habitações poderiam ser consideradas um fenômeno histórico de especial interesse, por contemplar a essencial “função abrigo e pelo “aspecto sociológico” envolvido em sua produção. Nesse quesito em específico, Lemos conduziu algumas discussões importantes para a interpretação de tal aspecto sociológico, como a vinculação de origem entre residências brasileiras do passado e as erguidas em Portugal, que estaria vinculada a todo o processo de transformação das formas de morar ocorrida nos séculos antecedentes. Nessa linha de pensamento, o autor considerou a casa portuguesa como a principal matriz arquitetônica reproduzida na colônia, da qual a adaptação ao clima e aos materiais acrescentaria modelos inéditos ao repertório construtivo luso, mas que, em essência, conservariam os elementos mais característicos do anteriores.

A questão do clima tropical atuaria como o operador fundamental para as modificações observadas nos partidos originais, exigindo, no ponto de vista adotado pelo autor, à opção pela apropriação de outras referências, além das existentes em solo lusitano. Por consequência, tal repertório teria sido tomado de empréstimo dos povos que mantiveram contato com o colonizador: os berberes-árabes, do tempo da ocupação islâmica na Península Ibérica; os orientais, habitantes das antigas possessões asiáticas; e, mesmo, os indígenas americanos, a partir dos primeiros contatos na colonização local. Essas bases culturais teriam contribuído decisivamente para a adaptação ao clima quente, comum à maior parte do território brasileiro, “nas tentativas de contornar o calor abrasador”. Por outro lado, seguindo uma percepção

corrente na historiografia da arquitetura brasileira produzida até então, Lemos apontou a inexistência das formas de construir da África Subsaariana no processo de transformação/reprodução dos partidos originais lusos. Para o autor: “só o negro escravo não contribuiu na definição da casa nacional, embora tenha sido figura indispensável ao seu funcionamento” (LEMOS, 1996, p. 11). Luzes novas somente seriam lançadas sobre esse tema no trabalho de Günter Weimer, algumas décadas mais tarde.

Carlos Lemos delimitou a sua investigação acerca da casa a partir de uma perspectiva independente do “paradigma SPHAN”, ultrapassando o paradoxo que fundamentava a análise do objeto em função da “técnica construtiva” utilizada ou da “intenção plástica”, comumente identificados nos trabalhos classificados entre os *Estudos Fundadores*. Na fundamentação adotada, o autor destacou que:

[...] o interesse de uma residência está muito mais no seu aspecto sociológico, do que nas suas qualidades arquitetônicas decorrentes da técnica construtiva e da intenção plástica. A casa deve ser entendida como um todo, como uma unidade, cuja função abrigo, a *função principal*, tem primazia e o resto dela decorre. (LEMOS, 1996, p. 11 – Grifo do autor)

Ao considerar a casa luso-brasileira como um fenômeno sociológico, manifestado no interior de uma cultura local diversificada e constituída de várias influências externas, percebemos a introdução de uma nova forma de representação para o objeto, na qual o autor considerou o Brasil como composto por várias ilhas culturais, onde teriam se formado os partidos arquitetônicos das casas brasileiras. Carlos Lemos apresentou um quadro de interpretação diferente dos pesquisadores ligados aos *Estudos Fundadores*, principalmente, no que diz respeito aos aspetos da representação da história da arquitetura brasileira, como: a operacionalização por meio de outros recortes temporais, não mais estruturados quase exclusivamente no período colonial; o reconhecimento assumido de derivação da matriz arquitetônica portuguesa para as soluções das habitações locais, algo implícito ou pouco explorado na maioria dos trabalhos anteriores; a aceitação dos estilos introduzidos ao longo do século XIX, como manifestação legítima, tendo, inclusive, influenciado a casa urbana luso-

brasileira em determinado momento; e, principalmente, o explícito reconhecimento da existência de regionalismos, que dariam expressão particular a determinados conjuntos de casas distribuídas pelo país. Nesse sentido, Lemos destacou a existência de modelos arquitetônicos singulares nas casas do Pará e do Maranhão, no Recife, na Bahia, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais. Com relação a afirmação sobre a uniformidade das casas difundida a partir dos relatos de Louis L. Vauthier, o autor reservou o seguinte comentário:

Um engenheiro francês, Vauthier, no século XIX, em Recife, chegou mesmo a escrever dizendo que 'quem viu uma casa brasileira já viu todas'. Em relação à aparência das construções, ele tinha razão, porém não chegou a perceber que elas *funcionavam* diferentemente. (LEMOS, 1996, p. 13 – Grifo do autor)

No nosso entender, a recusa à proposição de Vauthier exemplifica como a evolução do conhecimento sobre o objeto levou a formação de uma fronteira clara entre a obra de Carlos Lemos e o "paradigma SPHAN", lançando as bases definitivas para a representação da casa luso-brasileira na historiografia local entre os *Estudos Recentes*. Consideramos também, como outro ponto importante que se conformou em *História da Casa Brasileira*, a busca do autor em utilizar uma metodologia de análise das antigas habitações além do limitado conceito de *intenção plástica*, defendido por Lucio Costa para validar o afastamento da representação feita pelos modernistas frente a dos tradicionalistas. Para Carlos Lemos, a intenção plástica seria "[...] a vontade de construir no estilo ou à moda da terra de origem" (LEMOS, 1996, p. 15) e não um operador de classificação para as edificações, para as quais o partido arquitetônico ofereceria melhores respostas. A imitação dos modelos originais teria acompanhado o "saber fazer" construtivo provindo de Portugal e se manifestado, principalmente, em relação à casa rural, a mais suscetível, no ponto de vista do autor, de reproduzir os tipos arquitetônicos de origem reinol, ainda que em caráter estético mais simplificados. Em relação a esses aspectos, o conteúdo do livro teve papel inovador para a representação da casa, servindo – sobretudo, na adoção do estudo dos partidos – para reposicionar o fenômeno da casa no contexto da arquitetura brasileira, entendido até

então sob os limites impostos pelo caráter *simples, homogêneo e uniforme* que acompanhava as antigas habitações.

Outros aspectos importantes contidos no livro dizem respeito: à condição em que a uniformidade arquitetônica se manifestou entre as casas; ao afastamento da casa urbana luso-brasileira do que se intitula como arquitetura vernacular; e, também, aos operadores utilizados para o agenciamento do espaço interno das edificações.

Com relação ao primeiro aspecto, Carlos Lemos considerou a existência de uma aproximação entre a uniformidade arquitetônica presente entre as casas e a gestão modernizante na administração imperial do primeiro-ministro português, Marquês de Pombal, em meados do séc. XVIII, para a maior integração do Império luso. De acordo com o autor:

As Companhias Gerais do Comércio, no século XVIII, deram certo alento às cidades do nordeste e do norte amazônico: Belém, São Luiz e Alcântara cresceram à feição das cidades portuguesas [...]. Na aparência, essas cidades eram quase lusitanas, mas o calor e o grande índice pluviométrico sugeriram certas adaptações. As fachadas à moda pombalina mantinham a compostura inspirada pelos seus modelos reinóis [...]. (LEMOS, 1996, p. 33)

Na percepção de Carlos Lemos, a arquitetura pombalina implantada em Lisboa no pós-terremoto teria, então, sido a responsável para a adoção de um padrão estético uniforme às casas das regiões ocupadas no litoral brasileiro, depois estendido para o interior do país por meio de São Paulo e Minas Gerais. O autor, conseqüentemente, foi o primeiro a utilizar essa hipótese e buscar outra explicação para o fato, posicionando-se a partir de outra perspectiva além do paradoxo da *saúde plástica perfeita*. Na hipótese de associação entre a uniformidade arquitetônica e a política imperialista de Pombal, Carlos Lemos ofereceu um elo conceitual mais coerente para o problema da repetição das fachadas na representação da casa urbana na historiografia, marcando uma posição mais distante dos pressupostos reducionistas que contornaram a produção da história no "paradigma SPHAN". Na visão de Lemos, a repetição de "fachadas à moda pombalina" demonstra a existência os percursos de apropriação de modelos da arquitetura lusa de meados do séc. XVIII e não uma reprodução estética

vaga e despojada de elementos compositivos, como se interpretou entre os *Estudos Fundadores*.

Na parte inicial do livro, o autor faz uma breve discussão sobre a arquitetura vernacular e a impossibilidade de associá-la à casa urbana luso-brasileira, como manifestações correlatas. Conforme Carlos Lemos, nas fases iniciais da colonização se tentou transferir as soluções construtivas reinóis, à maneira do que ele apontou como a *intenção plástica* adotada na produção arquitetônica realizada pelo colonizador. Esse processo, apesar de lançar mão de um conhecimento ancestral e ter mantido as principais características quando aqui implantado, não configuraria um quadro de vernaculidade, uma vez que não poderia ser considerado algo "*daquele povo e daquele sítio*" (LEMOS, 1996 p. 15). Conforme o autor:

Arquitetura vernácula é aquela feita pelo povo, por uma sociedade qualquer, com seu limitado repertório de conhecimentos num meio ambiente definido, que fornece determinados materiais ou recursos em condições climáticas bem características. Com o seu próprio e exclusivo 'saber fazer' essa sociedade providencia suas construções, suas casas, satisfazendo as peculiares necessidades expressas em programas caracterizados por próprios e únicos usos e costumes. (LEMOS, 1996 p. 15)

Portanto, as construções erguidas pelo colonizador seriam incapazes dar continuidade aos atributos de permanência anterior entre sucessivas gerações, de funcionalidade ajustada ao contexto material de origem e de formação de um saber fazer relativo à apropriação do meio ambiente original. Nessa linha de pensamento, Carlos Lemos, ainda, demonstrou sua percepção para a impossibilidade de se transladar a arquitetura vernácula a "outras terras".

De certo modo, isso também repercutiria no aspecto do agenciamento do espaço interno das edificações. Para Carlos Lemos, a organização dos programas de necessidades entre as casas urbanas luso-brasileiras seguiu uma linha similar de reprodução, estruturada na distribuição em sequência dos espaços de receber, dormir e comer/trabalhar, no pavimento destinado à habitação<sup>74</sup>. A conformação de tal

---

<sup>74</sup> Segundo o autor, a distribuição das funções destinadas à moradia poderia acontecer no rés-do-chão, nas casas urbanas térreas, ou agrupada em um dos pavimentos superiores. Em poucos locais, durante o

agenciamento, então, teria sido decorrente de algumas predisposições urbanas e físicas existentes nas povoações, como: o tipo de lote disponível para erguer a edificação, a disponibilidade de matérias-primas para a construção, as condições socioculturais e a dinâmica econômica local. Equacionados estes condicionantes, as residências outrora existentes no país assumiriam mecanismos próprios de reprodução, embora mantivessem algumas características dos modelos reinóis que lhes serviram de inspiração.

Na sequência da análise da produção bibliográfica do autor acerca do nosso tema de pesquisa, consideramos “Casa Paulista<sup>75</sup>” como a obra-prima entre os quatro títulos estudados. O livro contemplou maior aprofundamento na análise das tipologias das antigas residências erguidas no Estado de São Paulo, de forma a explorar com mais propriedade operadores já utilizados por Lemos, em outros trabalhos, e incorporar elementos complementares à discussão, como a transcrição de trechos de documentos identificados em meio aos arquivos municipais. Esse recurso, entre outras coisas, permitiu a discussão de uma provável organização das plantas de casas urbanas paulistas do séc. XVII, algo de difícil execução frente à quase inexistência de exemplares preservados ou pouco modificados para a investigação.

No percurso de produção e transformação de sua obra autoral, do mesmo modo, Carlos Lemos apresentou em *Casa Paulista* um resultado que se distanciou mais da historiografia produzida nos *Estudos Fundadores*. O autor, inclusive, teceu críticas ao trabalho do SPHAN no campo da preservação do patrimônio e, inclusive, da produção historiográfica. Para essa questão, o autor citou Antônio Luís Dias de Andrade, que afirmou:

Foi como um problema de arquitetura que os arquitetos do SPHAN enfrentaram a restauração dos monumentos brasileiros, fazendo jus às

---

século XVIII, os espaços de receber, dormir e comer/trabalhar foram desmembrados entre segundos, terceiros ou mais andares. No Oitocentos, essa possibilidade se tornou mais comum em lugares como Recife, Salvador ou Rio de Janeiro, quando as casas passaram a ter programas um pouco mais complexos do que o tipo corrente.

<sup>75</sup> Na folha de rosto da publicação consta o título “Casa Paulista: História das Moradias Anteriores ao Ecletismo Trazido pelo Café”, embora na capa esteja incluído somente a sentença resumida. Ao longo do texto, utilizaremos o registro mais básico, para facilitar a menção ao livro.

influências recebidas da tradição francesa de Viollet le Duc e Le Corbusier. Esta ênfase é que nos permite compreender as eventuais incoerências constatadas no tempo e em situações similares, os excessos cometidos ao se procurar reviver a pureza dos projetos originários e o desprezo por certos períodos históricos e pela historicidade dos edifícios em que se intervinha. (ANDRADE, 1993 *apud* LEMOS, 2015, p. 50)

Percebemos na obra um processo de continuidade no afastamento da representação do autor em relação à historiografia constituída em meio ao “paradigma SPHAN” – já demonstrado em *História da Casa Brasileira*, embora, a utilização da obra de Gilberto Freyre tenha se mantido como uma constante entre as referências utilizadas. Contudo, diferentemente da adoção *ipsis litteris* do pensamento do sociólogo pernambucano, como poderia ser verificado nos primeiros textos, Lemos reportou-se às contribuições no campo da compreensão da sociedade brasileira e da formação da cultura do país, sem deixar que as conjecturas de Freyre sobre a casa influenciassem a leitura da arquitetura paulista.

*Casa Paulista* correspondeu ao ponto alto da contínua produção científica de Carlos Lemos, após mais de quatro décadas de estudos. A obra demonstrou a consolidação de um método eficaz de trabalho, baseado no uso dos partidos arquitetônicos como elementos-chave para a compreensão da história da arquitetura. No teor do livro, ainda, o autor manteve-se alinhado à representação da casa luso-brasileira iniciada em *São Paulo / Sua arquitetura: colônia e império*, inclusive, ao repetir o modo de seleção dos objetos de estudo, mas abordou com mais propriedade a caracterização das soluções arquitetônicas apresentadas na análise. No texto de 1974, Lemos havia apontado algumas tipologias básicas identificadas entre as habitações das regiões paulistas incluídas no estudo, que foram retomadas e ampliadas, para a publicação de 2015, utilizando-se de uma categorização definida segundo a temporalidade e a região de inserção.

Para tal finalidade, Carlos Lemos considerou as seguintes tipologias: “A Casa Bandeirista” (rural – com manifestação concentrada entre os séculos XVI e XVII no planalto paulista); “A Casa do Tempo do Açúcar” (rural e urbana – correspondente ao final do séc. XVIII em diante na região de Itu e Mogi das Cruzes); “A Casa do Início da

Era Cafeeira no Vale do Paraíba” (predominantemente rural – solução decorrente do 1º e 2º Impérios, no séc. XIX); “A Casa dos Primeiros Tempos do café na Bacia do Tietê” (idem ao descritivo anterior); “A Casa do Litoral Paulista” (predominantemente urbana – manifestada entre os séculos XVII e XIX); e, por último, “O Ecletismo” (casas urbanas – correspondeu à produção arquitetônica das últimas décadas do séc. XIX e início do XX em todo o Estado). Na organização desta proposta de subdivisão, observamos a organização de um sentido lógico para agrupar as variáveis no complexo cenário da produção arquitetônica paulista, na maioria das vezes, composto por dinâmicas econômicas e sociais de caráter fragmentado – ora por motivos associados ao percurso próprio de desenvolvimento local ora pelas consequências dos fluxos migratórios internos, formados ao longo do Oitocentos no deslocamento dos bandeirantes por grande parte do país.

Com relação à metodologia adotada pelo autor, a abordagem realizada se concentrou na análise do objeto em sua integralidade, com tênues fronteiras ao explorar no decorrer do texto os tipos de casas urbanas e rurais, quando estes ocorreram em conjunto em uma determinada da região. Quanto aos conteúdos contidos nos capítulos do livro, estes foram estruturados em torno de quatro variáveis, escolhidas para organizar o processo analítico dos partidos arquitetônicos: o programa de necessidades, a técnica construtiva, o clima e a intenção plástica. Apesar das sensíveis diferenças de concepção e dos níveis de aprofundamento dos estudos, cabe ressaltar que tal metodologia de análise não era inaugural e já estava construída, tanto em *Arquitetura Brasileira* e *História da Casa Brasileira*, embora a aplicação tenha se resumido a apontamentos mais breves e de exploração mais limitada.

Ao tratar uma delimitação geográfica, como o Estado de São Paulo, o autor indicou a existência de uma variedade de soluções, talvez, de início, pouco perceptíveis ao se reduzir a interpretação à dimensão da *intenção plástica*, como se realizou entre a maioria dos trabalhos relacionados aos *Estudos Fundadores*. Sobretudo, *Casa Paulista* correspondeu a um importante avanço na representação da história da arquitetura brasileira destinada às antigas habitações, por ressignificar a abordagem em contexto

regional, que poderia absorver dinâmicas internas capazes de oferecer a conformação de partidos arquitetônicos singulares. Por consequência, isto também acrescentaria ao universo de reprodução tipológica das casas urbanas luso-brasileiras no território paulista – grande parte das vezes, destituídas de significado frente ao paradigma imposto pela casa bandeirista, pela singularidade desta frente a outros tipos de habitações rurais.

### **2.3.2. Günter Weimer e a arquitetura popular brasileira**

Günter Weimer tem sido, ao lado de Carlos Lemos, um dos pesquisadores da casa luso-brasileira mais reconhecidos nas últimas duas décadas, em função do modo singular como tratou o tema em seus estudos sobre a “arquitetura popular brasileira”. O destacado trabalho do autor contou com ilustrações de diversos exemplares distribuídos pelo país, feitas a partir de esboço próprio, e foi sustentado por uma importante base de investigação, bibliográfica e de campo.

O livro de sua autoria, *Arquitetura Popular Brasileira*, contemplou uma abordagem de caráter voltada à cultura popular e à etnologia, com a busca pelas raízes das soluções, construtivas e plásticas, observadas nas casas distribuídas pelo país. Nesse sentido, a metodologia empregada por Weimer não seguiu os padrões encontrados nas representações anteriores, justamente por ser baseada nos aspectos culturais e etnológicos vinculados à habitação e não na estruturação por regionalidade ou recortes temporais fixos. A distribuição dos capítulos e subitens foi proposta em três blocos de informação, organizados em função: da diversidade sociocultural do povo brasileiro – incluindo a questão da etnicidade manifestada na sociedade local e na arquitetura – ; das contribuições ofertadas pelos povos que mantiveram contato com Portugal – durante a formação do país desde os tempos mais remotos – ; e, por último, do estudo da casa em si – com linha de análise voltada às formas de construir. Nesta proposição, o autor buscou abordar o fenômeno da casa por meio de uma relação baseada nas contribuições construtivas experimentadas pelos portugueses ao

longo dos séculos passados, tanto em sua terra natal quanto nas possessões, sem atrelar a ocorrência a algum determinado local de manifestação.

A representação utilizada por Günter Weimer já se revela na opção feita para o título do livro, indicando, inclusive, o distanciamento de sua abordagem em relação à literatura brasileira associada à casa. Na argumentação feita pelo autor, quando associado à arquitetura, o termo “popular” – do latim *populus* – revela aquilo que remete às camadas intermediárias da população – um domínio caracterizado pelo fazer homogêneo e pelas manifestações de caráter coletivo. Dessa forma, segundo Weimer (2005, p. XL-XLI), “[...] a forma mais correta de nos referirmos ao saber do povo é, efetivamente, a terminologia arquitetura popular: aquela que é própria do povo e por ele é realizada”. Entendemos que a designação escolhida, “arquitetura popular”, buscou uma intenção de deslocamento da questão central, antes posicionada nos reflexos do período colonial na arquitetura brasileira, para os percursos trilhados pela cultura construtiva, como outras expressões culturais, influenciada pelos contatos com diversos povos e situações.

A obra de Weimer foi também a primeira a chamar a atenção para a existência de contribuições africanas na arquitetura popular brasileira, tanto provindas do norte de África – algo já tradicionalmente aceito na nossa historiografia, em função da presença berbere-árabe em Portugal – quanto da África Subsaariana, das quais foram trazidos centenas de milhares de escravizados. Para tanto, o autor destacou no livro as principais influências africanas trazidas com os imigrantes negros, baseadas na cultura construtiva de origem banta e sudanesa. Entre os tipos identificados, Weimer observou a presença da tradição destes povos entre muitas das construções litorâneas existentes no Nordeste brasileiro, como: em algumas soluções de casas ou barracas de pescadores, nos mucambos e nas palafitas abundantes em cidades cortadas por grandes rios – Salvador, Recife, Belém, Manaus, entre outras. Ainda, a participação da cultura, proveniente dos povos africanos, estaria presente nos modos de construir utilizando materiais vegetais *in natura*, como a madeira e o capim, e nas variações locais do pau-a-pique, que poderia ou não ser recoberto com terra crua e revestido

com reboco e pintura. Para tratar destas observações, o autor desenvolveu o quarto capítulo, intitulado "As Contribuições Negras". (WEIMER, 2005, p. 115-151)

Com relação ao tema do livro, o autor ainda apontou algumas características gerais da arquitetura popular brasileira, que permitiriam a classificação deste tipo de manifestação arquitetônica: a "simplicidade", a "adaptabilidade", a "liberdade de realização frente à arquitetura erudita" e a "dependência dos materiais e técnicas empregados na construção".

Na linha de pensamento utilizada por Weimer, o caráter, indicado como *simplicidade*, decorreria da apropriação dos recursos disponíveis no meio ambiente e da limitação econômica da exploração local, que determinaria uma arquitetura vinculada à natureza e ausente de atributos plásticos presente nas composições mais complexas. A *adaptabilidade* seria o resultado dos ajustes das formas originais de construir aos novos climas e a outras culturas, condição possível a dotar as manifestações populares de grande versatilidade na reprodução em circunstâncias diferentes das que foram criadas. No terceiro item, a *liberdade de realização frente à arquitetura erudita*, Günter Weimer chamou a atenção para o fato da *arquitetura popular* não estar sujeita aos modismos e às tecnologias mais atuais de construção ou "a sujeição ao modo de vida das culturas que lhes deram origem" (WEIMER, 2005, p. XLII). Em relação à última característica, a *dependência dos materiais e técnicas empregados na construção*, o autor apontou para a intrínseca ligação da dimensão plástica expressa pelos partidos com as matérias-primas e soluções utilizadas para erguer as edificações – reforçando a percepção em torno da *simplicidade* reinante na arquitetura popular.

A última das características, a *dependência dos materiais e técnicas empregados na construção*, acabou por receber um tratamento mais extenso no decurso do livro, por contemplar "o resultado de uma evolução multissecular e de profundo respeito às tradições culturais do grupo" (WEIMER, 2005, p. XLII). Dessa proposição, sobretudo, na nossa percepção, teria se sustentado a investigação contida no livro e se constituiria na linha de trabalho que organizou a representação realizada por Weimer, destinada a

apresentar a casa como uma consequência de processos de assimilação e rejeição de saberes por parte do construtor, independentemente, se fosse o próprio colonizador ou algum indivíduo sob sua sujeição.

Nessa perspectiva, alguns gêneros de edificações encontradas no Nordeste brasileiro, como os mucambos, além da intrínseca relação com os materiais e técnicas, revelariam também a *liberdade de realização* frente aos modelos derivados da arquitetura portuguesa e coexistiram em áreas rurais ou periféricas às povoações como recurso à apropriação do meio natural – mesmo diante do controle mais rígidos no contexto das vilas e cidades luso-brasileiras. Günter Weimer reconheceu grande similaridade entre as soluções usadas nos mucambos nordestinos e alguns tipos de casas de aldeias existentes em Angola, Benim, Sudão e Moçambique. Tal proposição pode ser considerada um caso em particular na representação da história da arquitetura brasileira. Apesar da discussão sobre a origem dos mucambos não ser objeto novo, o professor gaúcho apresentou interpretação distinta para o fato, vinculando-o as matrizes arquitetônicas africanas e não europeia, como Gilberto Freyre e alguns de seus seguidores tentaram demonstrar em seus estudos. De acordo com Weimer:

[...] a par do indiscutível pioneirismo de Freyre e do mérito dos levantamentos realizados por Clarival Valadares, qualificado por Freyre como 'seu auxiliar', esse trabalho ["Mucambos do Nordeste, algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do nordeste brasileiro"] cometeu muitos equívocos, a começar pela origem que julga ser europeia. Diz textualmente que o *mucambo brasileiro tem avô europeu* [...], o que é realmente incompreensível, uma vez que nenhuma construção, nem mesmo remotamente parecida, pode ser encontrada naquele subcontinente. (WEIMER, 2005, p. 17-18 – Grifo do autor)

De um modo geral, na historiografia da arquitetura brasileira, a cultura construtiva proveniente da África Subsaariana quase sempre esteve associada à transladação das áreas de cozer, situada no centro das casas portuguesas, para espaços abertos ou semiabertos, aos fundos das edificações – onde haveria a presença da mulher negra, escravizada, como a responsável pelo serviço na cozinha. Essa defesa sobre a adaptação dos programas originais das habitações trazidas pelo colonizador,

para o funcionamento nos trópicos, partiu da questão levantada, nas décadas de 1930 e 1940, acerca das condições do clima brasileiro – tido como responsável por reposicionar as funções nos interiores e definir as diferenciações construtivas nas edificações locais. A essa hipótese se acrescentou a interpretação de que a reprodução da cultura africana, no interior das casas luso-brasileiras, restringiu-se a hábitos e costumes, sem interferir de modo mais incisivo no partido arquitetônico.

Para comprovar sua percepção, Weimer realizou parte de sua investigação *in loco*, no continente africano, principalmente, nas regiões onde ocorreram a maior parte da imigração de negros capturados para a escravidão no Brasil. Tal fato, permitiu-lhe tecer observações mais apuradas e, também, ao nosso ver, assertivas para a manifestação africana entre algumas tipologias de casas rurais encontradas no interior do país. A partir da investigação das casas aldeãs dos bantos e sudaneses, o autor deduziu que “as influências das diversas culturas africanas na arquitetura brasileira foram muito diversificadas, em virtude do seu alto grau de diferenciação”. Sobretudo, as “[...] que apresentavam uma arquitetura mais complexa deixaram raízes mais profundas.” (WEIMER, 2005, p. 150)

Outro ponto de vista importante, presente em *Arquitetura Popular Brasileira*, correspondeu à discussão das influências da África Islâmica, correspondente ao norte do continente, na cultura construtiva portuguesa. A ocupação da Península Ibérica pelos árabes e berberes, durante os séculos VIII e XIII, serviu como pano de fundo para a explicação de aspectos, relativos aos partidos ou a determinadas soluções compositivas, observados nas casas portuguesas e, conseqüentemente, trazidas ao Brasil via colonizador. Günter Weimer apresentou uma hipótese para a possível adaptação das casas berberes, da região do atual Marrocos, na arquitetura portuguesa, como uma solução para o agenciamento dos cômodos internos, quando dispostos em lotes estreitos e profundos – proposta urbanística tradicional às povoações da metrópole difundida em toda a colônia. Nessa interpretação, as casas de porta e janela, especificamente, teriam sido uma transformação do partido das casas marroquinas do

Rif (terras férteis distribuídas ao longo do mediterrâneo. Sobre esse pensamento, o autor defendeu que:

Quando o alinhamento dos compartimentos era perpendicular à rua, a sala ficava na frente, a cozinha atrás, com o dormitório no meio. [...] Esse tipo de casa foi adaptado em Portugal, onde recebe o nome de 'casa de pescadores', e no Brasil, de 'casa de porta e janela', onde pode ser encontrado, literalmente, de norte a sul do país [...]. [Também é] significativo o fato de que o quarto entre a sala e a cozinha seja chamado de *alcova*, que provém de *al-qubba*, a 'abóbada'. (WEIMER, 2015, p. 98 – Grifo do autor)

O caráter da localização central das alcovas, inclusive, recebeu, por parte de Weimer, uma discussão aplicada à possível origem da solução, a fim de se tentar estabelecer uma justificativa para a interposição destas entre as áreas de receber e trabalho doméstico nas antigas habitações. Tal hipótese, como uma herança berbere-árabe, também pode ser considerada uma formulação inédita na representação feita para a casa na historiografia brasileira.

Entres as explicações dos contextos de apropriação da arquitetura berbere-árabe, Günter Weimer defendeu a utilização dos treliçados nas fachadas principais como uma influência da cultura islâmica para a proteção feminina. A utilização destes elementos construtivos nas casas urbanas luso-brasileiras, como vimos, não foi um assunto exclusivo da obra de Weimer e, na abordagem realizada, o autor remontou as discussões empreendidas por José Marianno Filho, Luís Saia, Gilberto Freyre, entre outros, que aproveitaram dessa conjectura para dar sentido aos balcões, rótulas, gelsias, muxarabis e adufas, tão comuns às povoações locais no período colonial.

Weimer ainda teceu uma interessante explicação para o uso das estruturas de madeira na arquitetura luso-brasileira. De acordo com o autor, a introdução desses elementos estruturais teria se dado a partir das trocas culturais entre a população autóctone e os povos bárbaros de origem germânica, ocorridas durante a ocupação da Península Ibérica, entre os séculos V e VIII. A técnica construtiva, também denominada enxaimel, teria sido ajustada às condições físicas e naturais de Portugal, com a redução do uso de traves para o contraventamento dos esteios e a cobertura da maioria das peças com reboco. Igualmente, no caso luso, a sustentação da gaiola

estrutural sobre alicerce de pedras, presente nas soluções originais, seria modificada pelo prolongamento das peças de madeira abaixo do nível do terreno. A porção enterrada funcionaria como uma fundação pontual e para a proteção desta seria necessário preservar a espessura inicial da tora, o que evitaria o apodrecimento do material.

Além desses aspectos, a classificação adotada por Günter Weimer, para as variações das tipológicas das casas térreas, deve ser destacada, por relacionar as características dos lotes urbanos à composição dos partidos arquitetônicos. Metodologicamente, o autor classificou as seguintes soluções: “casas de porta e janela” – edificações erguidas em parcelas de testada mínima, com somente duas aberturas; “casas de meia morada” – soluções com três aberturas frontais, como duas janelas e uma porta; “casas de três quartos de morada” – fachadas com quatro aberturas, que poderiam variar pela distribuição da porta em uma das extremidades ou no intervalo entre as janelas; “casa de morada inteira” – proposta de maior rigor simétrico, na qual a porta de acesso estaria localizada no centro da parede principal; e as excepcionais “casas de morada e meia” – composição utilizada em lotes de largura avantajada, com a possibilidade de abrigar mais de uma porta de entrada e cinco ou mais janelas.

Essa lógica de tratamento para o objeto permitiu o desenvolvimento de uma inter-relação entre o tipo de planta e a distribuição dos vãos nas fachadas, a ser aplicada no reconhecimento dos exemplares existentes em todo o país. Apesar de não ser uma abordagem inédita, uma vez que Sylvio de Vasconcellos já o havia proposto método similar em *Vila Rica: Formação e desenvolvimento – Residências*, Weimer explorou mais possibilidades de classificação, como a adoção de partidos uniformes, em duas ou mais edificações, regidos pela disposição idêntica das formas. Nesse sentido, Günter Weimer relacionou dois tipos de composição simétrica para a composição das fachadas das casas, que poderia ser a simetria por “translação” ou “reflexão”. A primeira, *simetria por translação*, corresponderia às soluções em que a fachada de uma casa seria repetida da mesma forma na seguinte, nas quais seria “mais comum a alternativa com a porta à esquerda e a janela à direita” (WEIMER, 2015, p.

198). Com relação a segunda manifestação, a *simetria por reflexão*, as portas deveriam ser dispostas lado a lado, ao centro, com as janelas do lado oposto.

Apesar da abordagem utilizada para descrever a variedade de casas térreas, entretanto, o autor não propôs um método de classificação para os sobrados urbanos, ainda que tenha reconhecido versatilidade idêntica na adaptação dos partidos aos lotes nas casas de vários pavimentos. Por outro lado, Günter Weimer chamou a atenção para aspectos para uma possível tradição portuguesa do período medieval de se repetir a disposição das aberturas nas fachadas, com o intuito de se conseguir um efeito de continuidade no aspecto exterior das residências. Sem apontar uma possível origem para a afirmação, o autor destacou que: “Não havia por parte do colonizador nenhum pudor em colocar lado a lado sobrados das mais diversas larguras [...], contanto que fossem seguidas as normas vigentes desde a Idade Média, em Portugal [...]”, tais normas “[...] impunham as alturas dos peitoris, vergas, beirados, a continuidade dos telhados, enfim, de todos os elementos vistos desde as vias públicas” (WEIMER, 2015, p. 210). Certamente, Weimer se referiu aos processos de imposição de regularidade criados no reinado de D. Manuel I, relatados por Helder Carita, Luísa Trindade, Roberta M. Delson e Manuel Teixeira. Contudo, tal “tradição portuguesa” corresponderia à Época Moderna, tendo sido implantada aos poucos na cultura arquitetônica e urbanística portuguesa, por intermédio de ações da Coroa realizadas para a regulação urbana das povoações de origem lusa.

Por fim, sem dúvida, a representação da história da arquitetura luso-brasileira, exposta pelo trabalho de Günter Weimer, utilizou de recursos inéditos para a descrição das casas, urbanas e rurais, existentes em todo o país. As explicações do autor tentam nos demonstrar a existência de um universo comum de manifestações, pautado pela diversidade de influências culturais absorvidas pelo colonizador e, posteriormente, pelos brasileiros. A metodologia de análise de Weimer, do mesmo modo, nos indicou a possibilidade de compreender a casa como um resultado de assimilação de processos situados no atrito das relações socioculturais – onde a expressão dos partidos conjugaria contextos históricos complexos e de impossível simplificação.

### 3. A CASA CORRENTE DE ORIGEM PORTUGUESA – ESTADO DA ARTE

A casa corrente é assim reflexo da díspar realidade social do seu ocupante, local de residência, mas, muitas vezes, também de exercício de uma atividade comercial, apresenta tantas variáveis quantas as existências. Moldada, ao longo da época em análise, pelas subtis mudanças de paradigma social, sempre mais lentas e menos penetrantes nos estratos inferiores da sociedade, assistimos a um lento e gradual introduzir de novas estéticas e novas formas de habitabilidade. (CASTILHO, 2015, p. 62)

Diferentemente do quadro brasileiro, em Portugal, os estudos sobre a casa possuem um percurso de desenvolvimento bem delineado e com uma sistemática de classificação mais apurada, na qual se chegou diferentes formas de categorização para o objeto, pensadas em função do tratamento a ser dispensado.

Inicialmente, nos anos 1950, após uma série de estudos de cunho cultural nacionalista – ligados ao “Movimento da Casa Portuguesa” –, o Sindicato Nacional dos Arquitectos<sup>76</sup> organizou um trabalho intitulado “Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal”, no qual se buscou catalogar a produção arquitetônica dos séculos anteriores no território português continental e gerou uma publicação homônima em 2 volumes. Essa obra pioneira – veiculada com a denominação “Arquitectura Popular em Portugal” – correspondeu a uma primeira leva de trabalhos de consistência sobre a casa, sem a intenção de compor uma proposta de resgate de conhecimentos para serem aplicados à construção de novas edificações, como no movimento citado.

Em linha similar à da abordagem seguida pelo Inquérito, em 1979, Mário Moutinho publicou um estudo mais enxuto e com caráter de síntese, intitulado “A Arquitectura Popular Portuguesa”. Moutinho desenvolveu uma compilação das manifestações arquitetônicas no continente e organizou a classificação do objeto por tipos, conforme a reprodução da casa nas cinco principais regiões do país: do Norte (Norte Litoral e Norte Interior), do Centro Litoral, do Alentejo e do Algarve. Mais tarde, nos anos 1990, Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano produziram o livro “Arquitectura Tradicional Portuguesa”, reanimando o campo de pesquisas na área,

---

<sup>76</sup> Esse Sindicato corresponde à atual Ordem dos Arquitectos, instituição similar ao nosso CAU.

após vários anos de redução da atividade a investigações de menor monta. No entanto, Oliveira e Galhano utilizaram uma forma diferente de classificação, na qual optaram por relacionar a casa pelas soluções morfológicas mais recorrentes: a *casa-bloco, térrea e de andar*; a *Casa Térrea* e a *Casa Urbana*. Percebemos na lógica adotada pelos autores a intenção de isolar as manifestações rurais das reproduzidas no espaço urbano, aproximando-se em parte do tratamento destinado à casa corrente, sobretudo, pelo recorte orientado para as edificações comuns.

Mais recentemente, a partir da virada para o séc. XXI, uma nova leva de investigações, produzidas por pesquisadores portugueses no Continente e nas Ilhas, tem se direcionado a aprofundar o estudo sobre as manifestações regionais da casa, no intuito de se aprofundar o conhecimento geral promovido pelo *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*. Nesta linha, podem ser citados o trabalho de Victor Mestre, "Arquitectura Popular da Madeira" e a pesquisa coordenada por João Vieira Caldas, que deu origem à publicação "Arquitectura Popular dos Açores" – ambos adotando a configuração explorada no Inquérito. Em contexto mais específico, porém, com proposta similar de abordagem aos estudos sobre a *arquitectura popular portuguesa*, também podem ser citados os trabalhos de José Baganha e Miguel Reimão Costa, que investigaram as regiões do Alentejo<sup>77</sup> e das Estremas do Alentejo e do Algarve<sup>78</sup>, respectivamente. Além destes, explorando-se a historiografia recente da arquitetura portuguesa, seria possível citar diversas pesquisas relevantes, publicadas nesta categoria de pesquisa. Todavia, a abordagem realizada nestes trabalhos – apesar de contemplar algumas questões relevantes para o entendimento da casa urbana – não observou a metodologia explorada na classificação "casa corrente", na qual se sustenta a possibilidade de releitura proposta em nosso trabalho.

A classificação "casa corrente" permite o isolamento de um tipo arquitetônico específico, de manifestação popular e apropriação da cultura construtiva de origem

---

<sup>77</sup> Obra intitulada "A Arquitectura Popular dos Povoados do Alentejo", publicada em 2016.

<sup>78</sup> Obra intitulada "Casas e Montes da Serra entre as Estremas do Alentejo e do Algarve – Forma, processo e escala no estudo da arquitetura vernacular", publicada em 2014.

vernacular, que está relacionado intrinsecamente com uma arquitetura urbana, de função residencial e generalizada nas antigas povoações portuguesas, durante a Idade Média ou Moderna. Nos tecidos urbanos medievais ou modernos, tais edificações não foram concebidas com aspectos distintivos especiais, passíveis de enquadramento em função de um caráter excepcional de produção, por isso a reproduzibilidade em meio as camadas populares. Em outra face, a própria execução das construções por parte do povo levou a incorporação de um saber-fazer vernáculo associado à produção da habitação, aproveitando-se de materiais e técnicas disseminados ao longo do tempo. Diante disto, podemos designar como “casa corrente” as habitações mais recorrentes nas povoações, aquelas que definiram o perfil dos conjuntos urbanos, na lógica de uma “ausência de singularidade dos seus alçados, mas com o seu caráter repetitivo”. (CASTILHO, 2015, p. 61)

Para compreender aspectos do cenário ocupado pela casa corrente na historiografia portuguesa, recorreremos a alguns trabalhos publicados nas duas últimas décadas, elaborados por: Luisa Trindade, Iria Gonçalves, Maria da Conceição F. Ferreira, Manuel Sílvio Conde, Ângela C. A. da Silva e Liliana A. M. e Castilho. Estas investigações cobriram as manifestações das casas correntes do período medieval e do período moderno em Coimbra, Guimarães, Santarém, na Beira Interior e Viseu. Esse repertório nos proporcionou um panorama geral acerca do estado da arte relacionado à produção do conhecimento sobre o tema, de forma que pudéssemos compreender os métodos de investigação compartilhado pelos pesquisadores.

A origem do estudo sobre a casa corrente se deu a partir das obras de dois medievalistas, os pesquisadores A. H. de Oliveira Marques<sup>79</sup> e Vítor Manuel Pavão dos Santos<sup>80</sup>, veiculadas em 1964. Além destes pioneiros, fazem parte do grupo ligado ao

---

<sup>79</sup> Oliveira Marques publicou um capítulo exclusivo à casa corrente, no trabalho “A Sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana”. Na falta de estudos similares para embasar a investigação, o autor mencionou a contribuição de “Alberto Sampaio e Costa Lobo, que, de algum modo, se debruçaram sobre aquele assunto” (SILVA, 2011, p. 20).

<sup>80</sup> O autor apresentou, no ano citado, a monografia “A casa no Sul de Portugal na transição do século XV para o século XVI”, que segundo Ângela C. A. da Silva seria um “estudo que se transformaria numa verdadeira referência no contexto [da casa corrente]. (SILVA, 2011, p. 20)

tema: Paulo Drumond Braga, Maria Ângela Beirante, João José Alves Dias, além dos autores consultados em nosso trabalho. Segundo Iria Gonçalves, em Portugal, “[...] há uma pléiade de jovens investigadores que [...] tem trazido informações valiosíssimas sobre o assunto, quase sempre integradas em monografias de maior vulto, de âmbito local ou regional” (GONÇALVES, 2004, p. 103).

O recorte temporal definido na fase final da Idade Média correspondeu, *grosso modo*, a grande parte das pesquisas realizadas em Portugal a que tivemos acesso, cobrindo-se um importante panorama para o conhecimento da casa corrente no período. Quanto ao Período Moderno, a gama de estudos disponíveis pareceu-nos mais limitada, em função da sobreposição de outras formas de classificação que também abarcaram o tema, como identificamos nas obras de Miguel S. M. Bandeira (2000) e Manuela M. J. Tomé (2017) – que trataram da casa urbana, mas como um tópico entre a discussão da formação das cidades de Braga e Setúbal, respectivamente. De acordo com Luísa Trindade (2002), houve avanços fundamentais em investigações sobre a casa corrente na região de Lisboa e no Alentejo, bem como, houve resultados significativos também no Norte e no Sul do país, embora, em menor quantidade de localidades. Apesar da extensão do campo do conhecimento construído na literatura lusa, nos deparamos com a inexistência de trabalhos de mesma metodologia na historiografia brasileira. Desse modo – respeitadas as ressalvas determinadas pelas distâncias, temporal e física, na ocorrência do fenômeno da casa em Portugal e em Minas Gerais –, lançaremos mão da análise de alguns aspectos contidos nos estudos escolhidos para discutirmos as características da casa corrente de origem portuguesa e quais as possíveis aproximações em relação a que foi erguida em solo mineiro.

A mais importante destas aproximações, a nosso ver, pode ser percebida na intrínseca relação entre a casa corrente de origem portuguesa e o espaço de inserção das edificações no meio urbano das povoações, condicionada pela reprodução do lote godo/medieval. De acordo com Luísa Trindade:

No mesmo âmbito [da produção da pesquisa universitária portuguesa] impõe-se também uma chamada de atenção no que toca aos desenvolvimentos recentes sobre o estudo da casa urbana corrente enquanto elemento

fundamental na conformação do espaço urbano, não só pelos dados que permite carrear sobre o ininterrupto processo histórico do *fazer cidade*, mas também pelas informações matricialmente inscritas sobre o *compor cidade* (ritmos, métricas, proporções, etc.). (TRINDADE, 2013, p. 36 – Grifo da autora)

A partir da (re)conquista cristã, nas regiões Centro e Sul de Portugal, a casa corrente tornou-se a unidade modular de uma “tradição urbanística” a ser propagada às colônias ultramarinas nos séculos posteriores. Deste modo, mesmo nos séculos posteriores, a habitação manteve um papel central na organização das povoações, determinando as fronteiras entre os usos dos espaços públicos e os privados, bem como, no estabelecimento das escalas, métricas, ritmos e outras condições observáveis nas ruas e travessas. A este fato somou-se o surgimento de modelos arquitetônicos ao longo da Idade Moderna, que serviriam ao singular processo de urbanização levado a cabo no território brasileiro até o séc. XIX. Neste contexto, a casa corrente local herdou a reprodução não só de formas externas, mas, essencialmente, um agenciamento para os programas – caracterizado pela adoção de cômodos em células subsequentes – e a utilização dos sistemas construtivos – baseados no emprego de materiais mais vulgares, como a terra, madeira e pedra.

### **3.1. A casa corrente portuguesa do final do período medieval**

Para Luísa Trindade, a ligação entre a casa corrente e o meio urbano pode ser considerada como algo inerente ao que estamos chamando de “tradição urbanística portuguesa” – um processo de reprodução de um tipo de urbanismo gestado no período medieval, a partir das influências romana e goda no Norte de Portugal, posteriormente expandida para todo reino e, após os Descobrimentos, para as possessões ultramarinas. Como elemento fundamental do *compor cidade*, a habitação corrente do Medievo materializou aspectos importantes do pensamento destinado à hierarquização do espaço urbano e seu caráter de diferenciação tipológica – ainda que no caso da casa tivesse sido determinado pela sua ampla repetição, demarcando os locais a serem ocupados pelas construções comuns e as de finalidade pública.

Sem os aparatos distintivos que dotavam de requintes a arquitetura religiosa ou senhorial – capazes de lhes reservarem destaque no meio urbano – , a casa corrente portuguesa pode ser considerada o resultado de um processo de adaptação do homem ao contexto urbano das povoações locais do Medieval, tantas vezes, determinado pelos exíguos terrenos intramuros. A limitação das áreas disponíveis à acomodação da população em geral deu origem a um modo específico de parcelamento do solo, baseado, como afirmou Ângela C. A. da Silva, na “necessidade do contacto *directo* com a rua [...]”, e na “urgência de um melhor aproveitamento desse espaço”, o que “determinou a forma do lote medieval *rectangular*, estreito e comprido” (SILVA, 2011, p. 89). Deste contexto então surgiu um tipo de lote predominante em quase todo Portugal, da Idade Média até quase o fim do Período Moderno.

Reforçando essa percepção, Trindade (2002) indicou a conformação dos lotes medievais coimbrãos como “alinhados em filas compactas”, na qual a parte mais estreita, destinada a comportar a fachada, estava posicionada na parte frontal da parcela, junto à rua, uma “disposição não só determinada por um maior aproveitamento do espaço urbano como pelo custo do solo, mais elevado junto às vias de circulação” (TRINDADE, 2002, p. 26). Sobre esse aspecto, a autora ainda chama a atenção para o fato de que:

[...] em zonas de maior centralidade, onde o preço naturalmente tende a subir, as fachadas tornam-se estreitíssimas e as casas assumem a forma de corredor. Na periferia ou em artérias secundárias, inversamente, diminui a tendência para o lote profundo embora prevalecendo o formato *rectangular*. (TRINDADE, 2002, p. 26)

A forma de parcelamento do solo destacada pelos autores deu origem a habitações de frentes exíguas e área reduzida, com predisposição para poucas aberturas e com a necessidade de se ajustarem os cômodos internos em sequência, quando existentes – único recurso possível em função da estreiteza dos lotes, que dificilmente ultrapassavam 20 *palmas* nas áreas mais adensadas. Ainda, tal condição de adaptação da casa corrente ao lote godo-medieval teve de considerar as demandas de se abrigar animais domésticos e, também, e de garantir um lugar desimpedido entre

as construções para a manutenção de trechos de terra fértil. Como recurso, em parte grande parte de Portugal, prolongar os terrenos em profundidade, apesar das testadas por demais estreitas, tornou-se necessidade imprescindível no tecido das povoações – urbanas quanto a sua finalidade geral, mas ainda muito dependentes de atividades do meio rural. Os quintais obtidos nesse tipo de parcelamento, tornaram-se “espaços dedicados ao cultivo de produtos hortícolas, plantação de quantas árvores de fruto ou criação de animais, aí se situava o poço e se edificavam anexos vários”. Além disso, a manutenção de hortas, currais e chiqueiros nos fundos do terreno, “serviam [...] para pagar os foros em espécie de que ovos e aves são os exemplos mais frequentes” na documentação arrolada pela autora. (TRINDADE, 2002, p. 28)

Não havia uma regra específica para se determinar as dimensões dos lotes e das edificações (Prancha 1). Em muitos dos casos recolhidos por Ângela C. A. da Silva, para a vila vimaranense, em concordância com as observações de Luísa Trindade sobre Coimbra, as habitações dispunham de significativas áreas livres nas partes traseiras, “espaços não construídos, que podiam ser cultivados, e cujas dimensões excediam na maior parte das vezes a sua área residencial” (SILVA, 2011, p. 91). Ainda, a autora denominou esse padrão como “casa ou lote em corredor”, em função da citada forma que se observava na ocupação dos espaços urbanos destinados à casa. Compartilhou desta interpretação Maria da Conceição F. Ferreira, para a qual “a fisionomia destes blocos *rectangulares*, mais semelháveis a corredores estreitos e compridos, parece-nos uma realidade indiscutível” (FERREIRA, 2006, p. 290). Quando reunidas em um sem-número de repetições similares, paralelas pelas faces laterais, as parcelas do solo e as residências, delimitaram a existência de duas dimensões muito particulares, uma de caráter propriamente urbano e outra não muito distante do mundo rural.

Na dimensão urbana se desenvolveu um modo de vida intrinsecamente ligado à dinâmica da rua, na parte frontal da residência. De acordo com Luisa Trindade:

A rua era, na sociedade do Ocidente medieval, entendida e vivida como uma extensão natural da casa. Um espaço público que os particulares tendiam frequentemente a privatizar, prática tanto mais grave quanto mais estreita,

sinuosa e íngreme fosse a rua em questão o que, de resto, sucedia na esmagadora maioria dos casos. (TRINDADE, 2002, p. 96)

Já na segunda dimensão citada, ocorrida nas partes posteriores dos lotes, a união dos quintais no interior dos quarteirões aproximava o espaço destinado à vida doméstica do existente no meio rural – preservando-se, então, uma singular ligação entre esses dois mundos dentro das povoações.

Sobre a conformação destes espaços quase rurais no interior dos quarteirões em Guimarães, Maria da Conceição F. Ferreira observou que:

A julgar pela variedade de denominações que encontramos ao longo do inventário, pensamos que estes 'anexos', além de ampliarem naturalmente o espaço doméstico e assegurarem um segundo ponto de arejamento e iluminação, serviram sobretudo como fonte de produção alimentar aos seus residentes. Neste âmbito, para além da alusão a exidos, detectamos a referência a hortas, almuinhas, latas, bem como a menção a vinhas, lagares, adegas e aloques que atestam a presença de edificações associadas ao armazenamento e transformação de produtos. (FERREIRA, 2006, p. 92-93)

Iria Gonçalves também identificou a recorrência de situações similares ao analisar a casa corrente na região da Beira Interior, como se pode presumir pelas descrições contidas nos inventários locais. De acordo com a autora, existia:

[...] animais que se alojavam das portas a dentro [...], [onde] uma divisória separava, em termos físicos, as acomodações de homens e animais, mas todas elas formavam um corpo único e as funções misturavam-se, no compartimento do fundo. (GONÇALVES, 2004, p. 118)

A manutenção de laços com os fazeres do campo no interior das povoações se devia à grande dificuldade de abastecimento durante a Idade Média, que obrigava os habitantes das povoações a produzir parte de sua subsistência alimentar na parte não edificada dos lotes. Esse costume acabou trasladado para o Brasil, observados tanto em relatos de viajantes quanto na análise da própria forma do parcelamento do solo nas mais antigas povoações. A legislação de algumas cidades e vilas brasileiras também contemplou a menção a ocorrências afins, proibindo a criação de porcos nas ruas em função dos problemas que causavam à vizinhança e espaços públicos.

Prancha 1 – *Noua Bracarae avgvste descriptio* | Braga (Pt), 1594. Destaque para o interior dos quarteirões.



Fonte: Coleção digital - Biblioteca Geral Digital | Universidade de Coimbra, (2021 – Adaptado).

Nota: Vide o interior dos quarteirões, nos quais foram registrados a presença das hortas, pomares e outras subdivisões necessárias ao cultivo de plantas.

Do ponto de vista urbanístico, o formato do lote deu origem a soluções específicas para se garantir a acomodação do maior número de casas nos quarteirões, a ponto de o comprimento das parcelas chegar “triplicar ou quadruplicar a largura” (CONDE, 2011, p. 226). Essa foi uma tendência entre as habitações correntes de Guimarães (Prancha 2) e de tantas outras localidades no Norte e Centro de Portugal. Conforme as observações de Maria da Conceição F. Ferreira, na povoação vimaranense:

Diversos exemplos permitem verificar que a largura entre dois metros e meio e os dois metros e setenta e cinco era algo normal em ruas de conhecida importância, mas também em outras, onde o espaço não tinha motivações para grande disputa. Os comprimentos, salvo raras exceções, variavam entre os seis e os onze metros. (FERREIRA, 2006, p. 290)

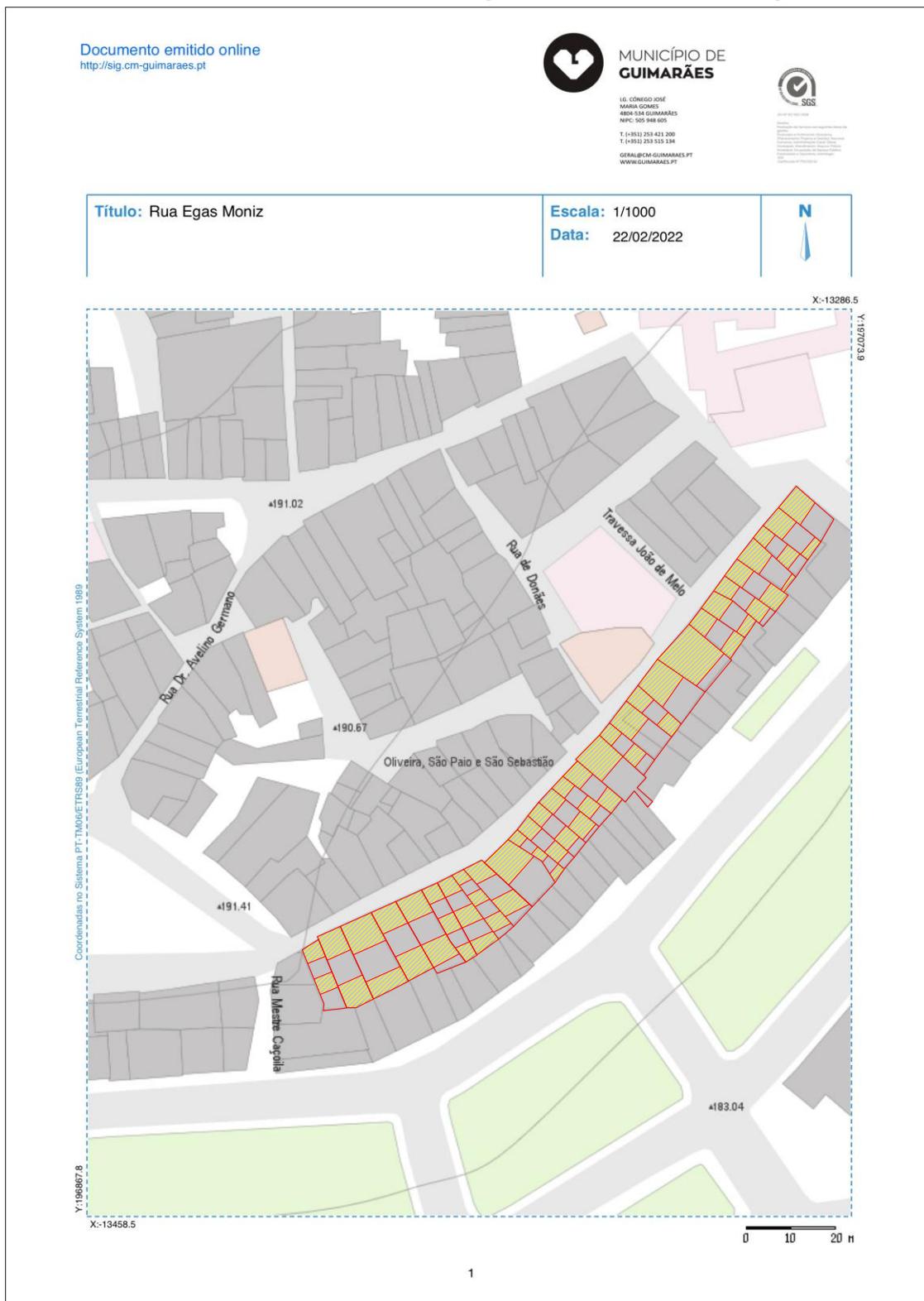
Manuel Sílvio Conde identificou para as cidades do Porto e Coimbra uma variação de 3 a 4 *varas*<sup>81</sup> de largura e, em média, 11 a 12 *varas* e 8 a 10 *varas*, para o comprimento da casa, respectivamente. O cruzamento destas informações indicou uma razão de 3,1, em proporção, para a quantidade de vezes que a frente corresponderia à lateral dos lotes. Luisa Trindade, em seu estudo acerca da povoação medieval coimbrã, percebeu uma razão diferente da apresentada por Conde (2011), com variação de 1/1,9 até 1/2,5, e valores médios de 7 *varas* de longo por 4 de largo, como constava nos documentos da época.

Por consequência do tipo de lote medieval em questão, a implantação da edificação, erguida nestas condições, contornava valores baixos, geralmente, com áreas de 40 a 50 m<sup>2</sup> em média. Para o caso de Guimarães, no Norte de Portugal, Trindade (2002) e Conde (2011) apontaram de 50 e 40 m<sup>2</sup>, enquanto para Coimbra, Centro do país, 50,43 e 45m<sup>2</sup>, respectivamente. Barcelos, também na região nortenha, os autores apontaram 40 e 49m<sup>2</sup>. Para a Beira Interior, Gonçalves destacou que a área útil das edificações, de forma predominante, contornava valores entre 20 e 40m<sup>2</sup> e 40 e 60m<sup>2</sup>, em quase 56% dos casos.

---

<sup>81</sup> A dimensão de uma *vara* era correspondente a 110cm (1,1m), ou seja, 5 *palmas* de comprimento.

## Prancha 2 – Lotes medievais – Rua Egas Moniz, Guimarães - Portugal.



Legenda:  Módulos | Relação entre a frente e a profundidade dos lotes godo-medievais  
 Fonte: Município de Guimarães, (2022 – Adaptado).

Nota: Cada módulo foi definido a partir da medida da testada e replicado conforme a profundidade dos respectivos lotes.

As dimensões transversais da construção, na grande maioria dos casos, eram determinadas pela largura da parcela disponível. Em função disto, a edificação haveria de se prolongar aos fundos do terreno, confinadas entre casas vizinhas, quando não se posicionava em uma das extremidades do quarteirão ou estivesse contígua a áreas ainda não edificadas.

Em relação à antiga vila vimaranense, Ângela C. A. da Silva identificou um comprimento médio das casas em torno de 9,8m (aproximadamente 9 *varas*), entre as quais houve um mínimo de 5,2m (4 *varas* e 4 *palmas*) e um máximo de 14,3m (13 *varas*) (SILVA, 2011, p. 95). Para Coimbra e Santarém, Luisa Trindade apontou valores comuns para as fachadas com valor entre 4,5m (4 *varas* e 2 *palmas*) e 2,8m (2 *varas* e 3 *palmas*), respectivamente. Os comprimentos destas casas, consecutivamente, viriam a ser de 8,55m (7 *varas* e 4 *palmas*) a 11,25m (cerca de 10 *varas* e 1 *palmo*), para a povoação coimbrã, e de 5,6m (cerca de 5 *varas* e 1 *palmo*), em média, para a escalabitana (TRINDADE, 2002, p. 32). Nesta última, inclusive, pelos dados demonstrados pela autora, podemos perceber a presença de unidades habitacionais com tamanho bastante reduzido, se comparadas às das demais regiões.

Manuel Sílvio Conde produziu um estudo com maior raio de alcance e lançou mão de informações com carácter generalizante, para comparar diferentes povoações medievais portuguesas em todas as regiões do país. Esse panorama apresentado pelo autor, permitiu-nos reunir os dados contidos no quadro a seguir.

Quadro 2 – Dimensionamento da casa corrente portuguesa do período medieval.

<b>Medidas prevalentes nas moradias urbanas (em varas* ou côvados**)</b>			
<b>Localidade</b>	<b>Largura</b>	<b>Comprimento</b>	<b>Razão</b>
Porto	3 e 4 <i>varas</i>	11 e 12 <i>varas</i>	>3,1
Coimbra	4 e 3 <i>varas</i>	8 e 10 <i>varas</i>	>3,1
Alcácer do Sal	4 e 3 <i>varas</i>	11 e 5 <i>varas</i>	2,1-3
Lisboa	4 e 3 <i>varas</i>	7 e 5 <i>varas</i>	1,1-1,5
Évora	3 e 4 <i>varas</i>	5 e 4 <i>varas</i>	1,1-1,5
Elvas	6 e 8 <i>côvados</i>	12 e 8 <i>côvados</i>	1,1-1,5
Castro Marim	6 e 8 <i>côvados</i>	12 e 11 <i>côvados</i>	1,1-1,5
Tomar	4 e 3 <i>varas</i>	4 e 5 <i>varas</i>	1,1-1,5
*1 <i>vara</i> = 5 <i>palmas</i> = 110cm / 1 <i>côvado</i> = 3 <i>palmas</i> = 66cm			
**(Algumas fontes, em Portugal, apontam o valor do côvado como 70cm)			

Fonte: Conde (2011, p. 226 – Adaptado).

A despeito da área interna diminuta, grande parte das vezes o espaço da habitação corrente medieval comportava, além das funções de abrigar a família, o local de trabalho externo, geralmente, uma tenda destinada ao ofício necessário ao sustento do lar – que nas casas térreas mais primitivas, de modo vulgar, se misturava às funções domésticas, devido à falta de compartimentação interna. Sobre esse fato, Manuel Sílvio Conde mencionou a existência de edificações do “*tipo elementar*: a moradia unicelular, de piso e divisão únicos. Era a *casa, casa térrea, casa terreira* ou *casa chã*” (CONDE, 2011, p. 212 – Grifo do autor).

Esta organização interna da residência determinava uma certa promiscuidade entre as funções domésticas e as atividades econômicas cotidianas, relacionadas com a rua. Somente com o tempo, mais ao fim da Idade Média, a habitação passou a ter um agenciamento mais complexo, com a subdivisão em mais cômodos, “resultando da duplicação horizontal do tipo elementar, a *moradia térrea bicelular*, de piso único e duas divisões (*casa dianteira / casa de dentro* ou *de trás, casa dianteira / câmara, casa / cozinha, casa / celeiro, ou cozinha / celeiro*)” (CONDE, 2011, p. 212 – Grifo do autor). As denominações apresentadas, destinadas às edificações bicelulares, informam-nos de um quadro no qual as atividades laborais dominam o espaço interno das habitações, sendo, nada a mais, a diferenciação dos cômodos uma ligeira separação entre os domínios do trabalho externo e da lida doméstica familiar – corriqueira e de difícil labor, no sentido das funções mais urgentes: cozinhar, cultivar e processar alimentos, manter os animais, fiar tecidos e mais um sem-número de outras demandas.

Em lugares de predomínio rural, como na região da Beira Interior, a casa bicelular, nem sempre, comportava, uma clara separação entre os domínios do homem e da mulher. Segundo Iria Gonçalves, a presença do local de acondicionamento para as sobras das colheitas, como uma das subdivisões internas, indicaria uma divisão funcional primária, na qual “a casa dianteira continuaria a comportar toda a *atividade* de relação familiar, como espaço de sociabilidade diurna”, enquanto, “a casa detrás – raramente designada por câmara – com dificuldade deixaria de ser utilizada como dormida, ainda mesmo quando a sua função primordial fosse a de celeiro”

(GONÇALVES, 2004, p. 116). Isso nos remete à descrição de Manuel Sílvio Conde para o *tipo elementar*, indicando-nos que, em muitos casos, o acréscimo de células à edificação não significaria a introdução de melhorias do ponto de vista do conforto familiar.

No caso de Coimbra, Luisa Trindade destacou que, em boa parte do período medieval, “uma câmara e uma cozinha [responderiam] ao grosso das exigências funcionais”, onde, até mesmo os mais nobres, viveriam em habitações similares aos dos mais humildes quanto ao agenciamento interno, ou seja, “em casas pequenas quando comparadas com as suas possibilidades” (TRINDADE, 2002, p. 36). Segundo a autora:

Em 1415, o bispo de Coimbra parece dispor de apenas três divisões para as funções estritamente residenciais: uma sala grande, uma antecâmara onde tomava as refeições e uma câmara onde, para além do leito, existiam pequenas mesas, arcas ‘em logo de bancas’, e algumas caixas. (TRINDADE, 2002, p. 36-37)

No contexto urbano medieval, os principais aspectos do cotidiano das pessoas haveriam de ocorrer nas ruas e o modo de vida presente nas casas, nada mais, eram do que extensões das relações vivenciadas nos espaços externos, nos diversos campos de realização do trabalho (TRINDADE, 2013). Isso explica em parte a falta de conforto e privacidade generalizada nas habitações daquela época, o que implicou nas reduzidas formas de divisão dos interiores.

Considerando os cenários vimaranense e coimbrão no final da Idade Média, Ferreira (2006) e Trindade (2002) descreveram para um tipo mais elaborado de agenciamento interno, baseado em casas com três células ordenadas em sequência, forma de organização similar ao encontrado em Viseu por Liliana A. M. Castilho. Em Guimarães, Maria da Conceição F. Ferreira apontou para a ocorrência de edificações térreas com “polifuncionalidade dos espaços”, em consonância a uma condição de arranjo funcional mais adequado ao caráter urbano do que grande parte das casas uni ou bicelulares, estas ainda muito vinculadas a atividades do meio rural. A autora relatou em seu estudo que “a média que nos foi dado observar, vai oscilando entre uma

câmara e uma cozinha, ou uma sala, câmara e cozinha”, determinando-se, “três divisões que carregam, [...], um privado 'mais público' – a cozinha, a sala; e um espaço mais de maior recato, o quarto ou câmara, voltado, se possível, para as traseiras”. (FERREIRA, 2006, p. 290)

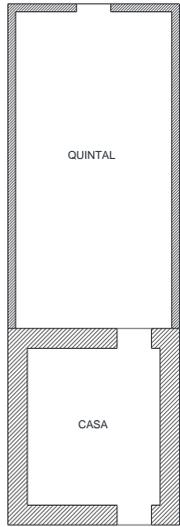
No caso coimbrão, Luisa Trindade identificou alguns cenários próximos ao vimaranense, contanto, para edificações com dois ou mais pavimentos e duas ou mais divisões por andar. A autora exemplificou, por exemplo, que era a “habitação de Rodrigo Afonso, pescador, composta por casa dianteira, câmara e cozinha” (TRINDADE, 2002, p. 73). Em outro estudo sobre Guimarães, Ferreira (2006) chama a atenção para o fato de que “o mínimo que uma casa poderia ter era um quarto, ou câmara, que servia para obviar toda a vida doméstica”, e “nestes casos, a cozinha estaria no quintal, como era vulgar nas habitações mais pobres” (FERREIRA, 2006, p. 291). Diferentemente das salas e cozinhas, espaços de maior uso no cotidiano das habitações, de acordo com Manuel Sílvio Conde, as referidas câmaras seriam “[...]espaços reservados e obscuros, sitos na parte interior do sobrado, ou no sobrado superior, quando existente” (CONDE, 2011, p. 230). A ocorrência destas soluções de distribuição dos cômodos – na tripartição das funções receber (salas) / dormir (câmaras ou alcovas) / trabalho doméstico (cozinhas) – no final do Medievo representam uma importante evolução no agenciamento da casa, que porventura estaria na base da organização dos exemplares do Período Moderno.

A casa corrente medieval pode ser caracterizada pela ausência de requintes e soluções de maior complexidade, ou seja, pela forma simples de sua manifestação. Para Luisa Trindade, “a simplicidade da casa transparece, acima de tudo, no reduzido número de divisões que a compõem”, onde “dois ou três compartimentos, contíguos ou sobrepostos”, servem para classificar se “a casa é térrea ou sobrada” (TRINDADE, 2002, p. 152). Neste aspecto, o surgimento do sobrado, entre a casa corrente que se vulgarizou pelas povoações portuguesas do Medievo, foi sem dúvida fruto do processo de subdivisão dos espaços, para o adequado agenciamento do programa da habitação e a distribuição das atividades laborais do homem e da mulher.

## Prancha 3 – Esboços – algumas tipologias da casa corrente medieval.

## CASAS TÉRREAS

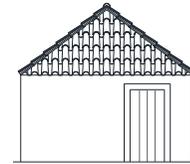
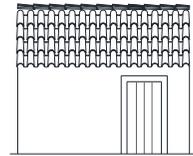
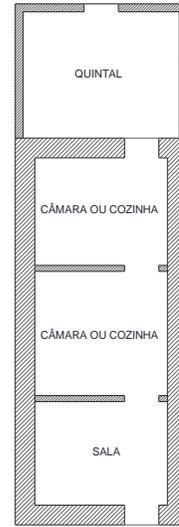
CASA UNICELULAR



CASA BICELULAR

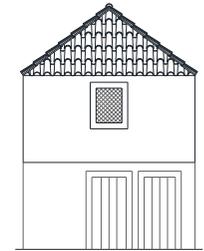
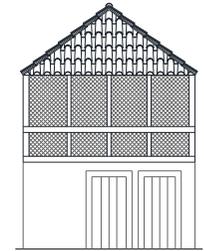
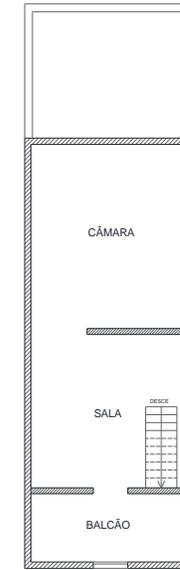
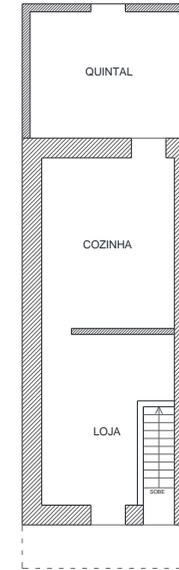


CASA TRICELULAR



## SOBRADOS

CASA POLIFUNCIONAL



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Nota: Os esboços foram elaborados a partir das descrições e representações imagéticas contidas nas fontes consultadas.

Sobre a origem do termo “sobrado”, Luisa Trindade destacou que:

O termo sobrado correspondia [...], nos séculos em análise, aos andares ou pavimentos superiores ao rés-do-chão. A explicação para o termo provém, segundo alguns autores, do material em que eram edificados, a madeira, estando, por isso, sobre na origem de sobrado. Outros, contudo, encontram na posição superior a etimologia da palavra fazendo-a derivar do latim *superatum* > *superare* > *super* > *sobre*. (TRINDADE, 2002, p. 41 – Grifo nosso)

Se a casa térrea foi uma solução natural para abrigar os moradores, devido sua simplicidade e facilidade de execução, o sobrado correspondeu como recurso à “área de implantação das casas urbanas [que] apresentava-se, quase sempre, muito exígua”. Como observou Manuel Sílvio Conde para o caso de Lisboa, “a restrita dimensão dos lotes ia sendo compensada, [...] nas áreas mais prestigiadas da cidade, pelo incremento de soluções verticalizantes, que permitiriam rentabilizar lotes de custo elevado, ampliando, por vezes [...], o espaço útil das moradias” (CONDE, 2011, p. 225). O autor, ainda, destacou que:

Em cenários urbanos, a compacidade e o custo elevado dos solos – sobretudo nas zonas centrais – sugeriam a ampliação da área útil das moradias através do crescimento em altura. A *casa sobradada* apresentava ainda vantagens, relativamente à térrea, em termos funcionais. (CONDE, 2011, p. 214 – Grifo do autor)

A elevação da casa, em dois ou mais pisos, em todo o Reino português, representou um recurso fundamental para as moradias, localizadas em partes de maior dinâmica econômica nas povoações medievais. Para Trindade (2002, p. 43), “esta parece ser, aliás, a tendência que mais se acentua ao longo do século XV e primeiras décadas do século XVI: nas maiores cidades do reino, a casa sobradada adquire uma incontestável hegemonia”.

A autora relacionou ainda a predominância desta condição em localidades como: Barcelos, Castelo de Vide, Coimbra, Elvas, Guarda, Guimarães, Ponte de Lima e Santarém. Em Abrantes, Alcácer do Sal, Braga, Leiria, Montemor-o-Novo, Óbidos e Setúbal, as edificações de um e dois andares equivaler-se-iam; enquanto, em Lisboa e Porto teriam sido comuns dois ou mais pisos (TRINDADE, 2002, p. 39-40). Para os casos

das duas cidades mais importantes do Reino e alguma freguesias de economia mais dinâmica, as edificações com mais de dois pisos teriam sido uma condição inerente da valorização e disputa pelo solo urbano, pois:

[...] é sempre nas zonas de maior concentração populacional, em torno dos principais edifícios civis e religiosos, ao longo das artérias de maior vocação comercial, das ribeiras e portos e dos mais importantes eixos estruturadores da malha urbana que a casa de vários pisos adquire verdadeira hegemonia. Inversamente, em zonas marginais ou secundárias, bem como nas pequenas cidades e vilas, onde o congestionamento é menor ou mesmo inexistente, a casa corrente retoma a sua feição característica de um, no máximo dois pisos. (TRINDADE, 2002, p. 48).

Manuel Sílvio Conde, do mesmo modo, observou dados similares para tais locais e Ângela C. A. da Silva, para a vila vimaranense, destacou que “não foram detectadas casas com uma altimetria igual ou superior a três sobrados, tal como se pode constatar para as habitações corrente da maior parte dos centros urbanos em Portugal”. (SILVA, 2011, p. 99-100)

A disposição de mais pavimentos na edificação, acima do rés-do-chão, exigiu a inclusão de escadas de acesso entre os níveis utilizáveis, para as qual aproveitou-se o costume de se posicionar a porta de entrada, única, no lado direito das estreitas fachadas. Maria da Conceição F. Ferreira descreveu esse fato como “uma questão [para] racionalizar o espaço e atender à colocação das escadas para os pisos superiores, se era o caso de serem sobradadas”; por outro lado, “se terreiras, o aproveitamento do espaço era também uma questão fundamental, entre o corredor de circulação e repartimento(s)” (FERREIRA, 2006, p. 287).

Na evolução das soluções construtivas para os sobrados, tornou-se comum a inclusão de mais uma porta fronteira, disposta, geralmente, ao lado da anterior, como forma de se individualizar o acesso para o local de trabalho e o de residência. As janelas – por consequência, das necessidades corriqueiras do trabalho externo e de proteção contra a exposição da vida doméstica nos espaços urbanos de circulação – quando existiam, ficaram reservadas aos andares superiores. Sobre essa condição, Manuel

Sílvio Conde explicou que “raras, por regra inexistentes no piso térreo, as janelas seriam mais comuns nos sobrados” (CONDE, 2011, p. 221). Para Luisa trindade:

A ausência de janelas em casas térreas, ou a janela única por piso, em casas sobradadas seria, por isso, prática corrente. [...] Se o reduzido número de janelas se justifica plenamente pela protecção do interior da casa, forçosamente mal isolada, não podemos deixar de referir alguns outros aspectos: por um lado, fachadas estreitas e casas encostadas ilharga com ilharga, não deixavam grande margem de manobra na abertura de vãos; por outro, numa sociedade que fazia da rua palco de inúmeras actividades quotidianas, de trabalho e lazer, a ausência de janelas no piso térreo não deixava de constituir uma forma de privacidade do espaço doméstico. (TRINDADE, 2002, p. 58)

Segundo Manuel Sílvio Conde “a porta de entrada, ou de acesso aos diversos compartimentos da moradia, era a principal abertura da casa”; enquanto, “as demais fenestraçãoes – janelas, postigos, frestas e portas interiores – tinham um papel acessório”. O papel secundário dessas escassas aberturas condicionou “o mínimo indispensável ao acesso, arejamento e iluminação diurna; mínimo que, com frequência, correspondia à porta única” (CONDE, 2011, 220-221).

Fig. 05 – Sobrados medievais com poucas aberturas externas – Rua dos Cegos, Lisboa.



Fonte: Acervo próprio, 2020.

As edificações com dois pisos ou mais seriam a base para o surgimento de novas variações no arranjo construtivo das habitações, como as casas com andares em

ressalto, solução de grande difusão nas áreas mais adensadas dos sítios urbanos portugueses. A projecção das habitações na direcção das vias públicas tornou-se uma situação recorrente, até quase a virada para o séc. XVI, baseada na *"lei permitia que os imóveis ocupassem até um terço da rua 'pera fazer balcom saydo E a beira do telhado"* (TRINDADE, 2002, p. 59 – Grifo Nosso)<sup>82</sup>. De tal modo, o aspecto exterior da casa corrente medieval determinava um resultado caótico para a fisionomia da povoação, dada a quantidade de avanços dos andares superiores e a falta de preocupação com a organização do sítio urbano.

Os balcões, andares em ressalto e outros recursos utilizados destinavam-se, de um modo geral, ao aumento da limitada área interna da edificação ou para proporcionar um pouco de conforto a mais aos cômodos fronteiros. De acordo com Ângela C. A. da Silva:

Amplamente documentados para a vila de Guimarães, as sacadas, os balcões e os passadiços, permitiram, conforme já aludido, o acrescentar de alguns metros à superfície construída. A eles se deveram uma das facetas mais típicas da cidade medieval nomeadamente a característica rua desalinhada, repleta de reentrâncias e saliências do casario que a moldava. (SILVA, 2011, p. 118)

Como se apropriavam da rua, pouco acima dos reduzidos pés-direitos utilizados nos pavimentos térreos, tais projecções interferiam grandemente no espaço público, causando transtornos diversos à circulação de animais de montaria ou veículos carregados, que adentravam às povoações – oferecendo o aspecto irregular do espaço aludido pelos autores. Luisa Trindade chamou a atenção para esta *"característica tipicamente medieval que ao longo da Idade Moderna as autoridades tenderão a corrigir: as casas eram irregularmente alinhadas e muitos eram os elementos que se projectavam sobre a rua"* (TRINDADE, 2002, p. 59). Sobre esse assunto, Manuel Sílvio Conde afirmou que *"a expansão dos edifícios transvazava, por vezes, o âmbito estrito do lote, ao nível dos sobrados"*; todavia, *"os edifícios ressaltados respeitavam formalmente o alinhamento da via pública, ao mesmo tempo que se serviam do "ar"*

---

<sup>82</sup> O trecho citado pela autora foi retirado do Livro das Posturas Antigas, da Câmara de Lisboa, veiculado em 1974, com leitura e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues.

da mesma, para ampliar o espaço útil da casa” (CONDE, 2011, p. 223). Concordando com Trindade (2002), o autor mencionou o fortalecimento destas soluções na fase final da Idade Média e primeira metade do séc. XVI, fato posteriormente combatido pela legislação após o reinado manuelino.

Fig. 06 – Sobrados com balcões ainda existentes em Guimarães (PT).



Fonte: Acervo próprio, 2020.

De acordo com Manuel Sílvio Conde “os ressaltos ora dispensavam apoios, ora se firmavam em escoras de madeira, ou de ferro”; enquanto, “algumas vezes, ao aumentar de balanço, os ressaltos apelavam para outras soluções de apoio, em pilares ou arcos” (CONDE, 2011, p. 223-224). Tais recursos mais sofisticados para a sustentação dos balanços, quando unidos pela repetição da solução em várias casas, criavam uma galeria de circulação abaixo dos sobrados e era de grande utilidade ao uso comercial do espaço. Por outro lado, os recursos mais corriqueiros indicaram avanços mais tímidos. Na documentação arrolada pelo autor, inclusive, mencionou-se um avanço de quatro *palmas* (88cm) no primeiro sobrado e mais um *palmo* (22cm) no segundo, em uma casa identificada na Lisboa medieval, fato que poderia ser considerado uma tendência, mais ou menos, generalizada à época, em função do que se pode observar nos exemplares preservados até a atualidade, apesar das poucas informações obtidas nos documentos pesquisados. Segundo o autor:

Refira-se, entre outras, a casa com dois andares ressaltados que existia em Lisboa, junto à Fonte dos Cavalos, em 1505: ‘açima desta sobrelogea vay huu

sobrado [...] com huua sacada de quatro palmos sobre ha Rua [...]. E açima deste sobrado vay outro com huua saca da sobre ha Rua mais larga huu palmo que há debaixo<sup>83</sup>. (CONDE, 2011, p. 223)

No início do séc. XVI, o Rei D. Manuel I tornou-se um combatente implacável contra a irregularidade reinante no sítio urbano lisboeta, acumulada por todo o período medieval desde a expulsão dos administradores muçulmanos, e, posteriormente, estendendo a luta para outras regiões do Reino. Segundo Luisa Trindade, o monarca, nesse sentido, se debateu contra um costume profundamente arraigado no *fazer cidade* português, tanto que, em relação aos esforços de seus antecessores, “a avaliar pela profusão de testemunhos o alcance [das tentativas implantar a regularização nas povoações] parece ter sido muito limitado” (TRINDADE, 2002, p. 61).

Fig. 07 – Casas urbanas com balcões ou andares salientes projetados às ruas – Chaves e Porto.



Fonte: Acervo próprio, 2020.

<sup>83</sup> Documento citado pelo autor conforme o código: ANTT, OC/CT, L.º 302, fl. 6.

As partes salientes da edificação nas fachadas poderiam ser a própria projeção do andar, mas, também, sacadas, balcões, passadiços, escadas, alpendres e beirados, como destacou Luisa Trindade, para Coimbra, e Ângela C. A. da Silva, no caso de Guimarães. A consequência natural desses “elementos de caracterização morfológica da casa corrente”, seria uma profusão de apêndices às construções, causadores de “frentes de ruas desalinhadas, ora reentrantes ora salientes, estrangulando a passagem e dificultando sobremaneira o trânsito de cavaleiros e carroças carregadas” (TRINDADE, 2002, p. 102). Tais elementos tinham a finalidade de ampliar a limitada área disponível à habitação, servindo igualmente para a melhoria do conforto quando dotados de aberturas – janelas minúsculas ou vãos tapados por treliçados de madeira. A recorrência destes recursos advinha da permissividade assegurada pelas casas de câmaras, na qual a proliferação de tantos avanços sobre as ruas tinha razão no recolhimento de tributos feito entre os proprietários ou locatários das casas. Conforme a investigação feita por Luís Carlos Amaral<sup>84</sup>:

[...] passadiços e alpendres eram objecto de aforamento por parte das autoridades. Em 1464, a câmara do Porto aforou a título perpétuo, a João de Biscaia *'ho ceu e ar que esta sobre a viella que he no dicto logo de Vila Nova que vem a teer a rua direita por 10 soldos de moeda antiga'*. Em 1479 a mesma câmara cobrava a Gonçalo Martins, ferrador, 20 reais brancos pelo alpendre que construía. Dez anos depois era João Pires, tanoeiro, quem pagava 1 maravedi por ano, à câmara, pelo alpendre das casas que tinha na rua dos Banhos. (AMARAL, 1987/88 apud TRINDADE, 2002, p. 101 – Grifo nosso)

Em algumas localidades, a permanência destes recursos mesmo após o fim do Medievo, possivelmente, se deveu aos recursos obtidos pelas autoridades no recolhimento das taxas municipais. Com isso, apesar das medidas reguladoras do início do séc. XVI, propostas por D. Manuel I, e as posteriormente realizadas por seus sucessores, as partes projetadas nas edificações se mantiveram com alguma recorrência por longo tempo. Neste sentido, Luísa Trindade destacou que em todo o Reino houveram “esforços no sentido de desimpedir a via pública”, ainda assim, “a

---

<sup>84</sup> Conteúdo veiculado na obra “Subsídios documentais para o estudo da propriedade...”, citado de modo direto pela autora.

proliferação anárquica e perigosa destes acrescentos ligeiros parece ter subsistido em número considerável” e pôde ser registrada “a sua permanência, muito para além da Idade Média, mesmo na capital”<sup>85</sup> (TRINDADE, 2001, p. 103-104).

A manutenção de uma fisionomia ainda medieval entre as povoações portuguesas da Época Moderna, como atestam as investigações dos autores, poderia ser observada por um longo tempo. De acordo com Maria da Conceição F. Ferreira:

Os traçados das ruas, balcões, passadiços, sacadas e beirais salientes, a profusão de tendas nas praças, os animais vagueando nas ruas foi algo que perdurou ao longo dos séculos, não obstante a legislação produzida, quer a nível local, quer a nível do reino. (FERREIRA, 2006, p. 283)

O aspecto externo da casa corrente medieval correspondeu a uma “construção de carácter estritamente funcional onde raras vezes tem lugar o supérfluo”, e diante da austeridade de formas, como afirmou Luisa Trindade, “esporadicamente surge um pequeno pormenor decorativo envolvendo as janelas ou o portal, indicador de precioso de uma época mas também de algum desafogo económico, de estatuto social” (TRINDADE, 2001, p. 51). Assim, as aberturas tendiam a ser acanhadas e despidas de detalhes ornamentais, assim como, os cunhais, beirais, colunas ou pilastras. Somente mais tarde, a difusão da arte manuelina acrescentou desenhos mais elaborados aos panos externos, com a aplicação de cantaria estilizada nas molduras. Fora esses recursos para a melhoria da aparência exterior da habitação, muito pouco há de se acrescentar ao resultado plástico da casa corrente do Medievo.

Os autores, de um modo geral, relataram a dificuldade de determinar os pés-direitos das edificações entre os documentos arrolados, pois as altimetrias não eram comumente informadas nas fontes pesquisadas. Por outro lado, Manuel Sílvio Conde identificou que “a análise arquitectural das construções mais antigas existentes tem encontrado uma variação do pé-direito entre os 2 e os 3 metros, correspondendo porventura a um padrão de duas varas craveiras (2,20 metros)” (CONDE, 2011, p. 227).

---

<sup>85</sup> A manutenção dos balcões, sacadas e andares em ressalto em Lisboa, segundo a autora, foi “atestada por Manuel da Maia, Engenheiro-Mor do Reino, quando, escassos meses após o terramoto de 1 de Novembro de 1755, insiste na eliminação de passagens cobertas e arcos [...]” (TRINDADE, 2001, p. 104)

Para a região da Beira Interior, Iria Gonçalves encontrou valores semelhantes, com “altura entre os 2m e os 2,50m, talvez os 2,20m, numa modulação correspondente a duas varas craveiras” (GONÇALVES, 2004, p. 113). De acordo com Luísa Trindade, na povoação coimbrã, “uma casa terreira não excedia, por norma, os 3 metros”. (TRINDADE, 2001, p. 50).

Fig. 08 – Sobrados com pé-direito baixo – Chaves e Évora (PT).



Fonte: Acervo próprio, 2020.

A utilização dos materiais, na Idade Média, nos apontou para a existência de uma cultura construtiva baseada no uso da pedra, madeira e terra crua; na qual, a definição das técnicas construtivas ocorreria de acordo com os insumos mais abundantes em cada localidade. Ainda que as diferentes regiões de Portugal pudessem oferecer maior disponibilidade para certas matérias-primas em detrimento de outras, os pesquisadores consultados não demonstraram grandes diferenças entre as soluções empregadas ou mesmo predominâncias suficientes para caracterizar uma distribuição territorial destas – como se discutiu em alguns trabalhos existentes na historiografia da arquitetura de Portugal e, até mesmo, do Brasil. Segundo Ângela C. A. da Silva, “o conceito de dividir o país num Norte de granito e num Sul de barro encontra-se actualmente ultrapassado e amplamente refutado por diversos autores, quando aplicado à construção comum nos séculos medievais” (SILVA, 2011, p. 102). Interpretação similar compartilhou Trindade (2002, p. 83), que afirmou, “a tendência tradicional para dividir o País num Norte de Granito e num Sul de barro não pode, na

nossa opinião, ser aplicada aos séculos medievais, concretamente à construção da casa corrente”.

A madeira foi, sem dúvida, o material com maior variedade de emprego, servindo desde a produção de elementos estruturais até a vedação de paredes. A presença de matéria-prima, ainda bastante farta na Idade Média<sup>86</sup>, permitiu a utilização desse recurso com grande versatilidade, de modo a atender demandas diversas do cotidiano e, também, oferecer dinamicidade para a construção das habitações e de um sem-número de edificações anexas, cercaduras e ferramentas. Ângela C. A. da Silva perfilhou o entendimento de ser a madeira, na antiga vila vimaranense, o material “com preponderância em vários elementos da construção urbana” e tal difusão se daria, pois, “a facilidade de construção em madeira permitiu [...], uma edificação consideravelmente rápida, sem recurso a uma mão-de-obra especializada, ficando assim frequentemente a cargo do respectivo proprietário ou foreiro a sua construção”. A autora complementou tais observações alegando que “a proximidade das matas dos centros urbanos, a facilidade do seu transporte e os preços baixos, proporcionaram o seu aproveitamento em todo o território nacional”. (SILVA, 2011, p. 103)

Na mesma linha de interpretação, para o cenário da Santarém medieval, Maria da Conceição F. Ferreira observou que:

Por dado adquirido tem-se que um edifício de madeira custava menos, incluindo a mão-de-obra que era, também, menos dispendiosa. Pelos campos adentro, muitos camponeses sabiam preparar as vigas e uni-las, e era um trabalho que podia ser gratuito para os senhores, enquanto a construção de pedra, pelo contrário, exigia a intervenção de mestres especializados. (FERREIRA, 2001, p. 462)

Devido a isto, o amplo uso da madeira pode ser verificado, conforme Manuel Sílvio Conde, “em elementos estruturantes, como o travejamento e a armação da cobertura, mas também em paredes e divisórias (‘repartimentos de taboado’), soluções, *grosso modo*, correspondentes às partes principais da edificação, e “nos

---

<sup>86</sup> De acordo com Jacques Le Goff, “a Idade Média foi o mundo da madeira”. (LE GOFF, s/d. *apud* TRINDADE, 2002, p. 84)

sobrados, nas escadas e respectivos peitoris, no revestimento dos tectos, nas fenestrações, nas cantareiras das cozinhas, em dispositivos de segurança” (CONDE, 2011, p. 217). A madeira também foi fundamental para a construção das casas com andares em ressalto. De acordo com o autor, o material compunha:

[...] o frontal, ou o tabique, empregues na fachada, sobre o ressalto do sobrado, e nas divisões internas da casa, onde se pretendiam paredes mais ligeiras e estreitas (encontram-se, em média, valores entre 0,15 a 0,22 metros para as primeiras e 0,10 a 0,15 metros para as segundas). (CONDE, 2011, p. 224)

Em consonância com a descrição de Manuel Sílvio Conde, Luisa Trindade afirmou que “utilizava-se [a madeira] para erguer paredes exteriores, o chamado ‘frontal de tavao’ e divisórias ou ‘repartimentos de taboado’”; e também “nos sobrados, na armação da cobertura, forrando compartimentos, ‘olivelado de’, como guarnição de portas e janelas, nas portadas, nas escadas, etc.” (TRINDADE, 2002, p. 86).

Fig. 09 – Técnica com o uso da madeira na casa corrente medieval – Norte de Portugal.



Fonte: Acervo próprio, 2020.

Seja com a função estrutural, de vedação ou servindo de matéria-prima para objetos do cotidiano, a madeira teve papel fundamental na arquitetura medieval portuguesa e, conseqüentemente, ofereceu à casa corrente um caráter peculiar de composição, condicionando, do mesmo modo, as métricas da construção, em proporções capazes de garantir a resistência necessária à sua aplicação.

Em função da menor durabilidade da madeira em locais com elevada umidade média, como em Guimarães, se desenvolveram técnicas de proteção complementares, a fim de evitar a rápida deterioração dos elementos da edificação<sup>87</sup>. Para tanto, foi necessário “[...] protegê-las, afastando-as do chão, fazendo salientes os beirados e, sempre que possível, pintando-as ou revestindo-as de argamassa” (TÁVORA; PIMENTEL; MENÉRES, 2004, p. 81). Tanto que, na povoação vimaranense, “os beirais dos telhados, assentes em armação de madeira, eram bastante salientes, tal como as sacadas, também de madeira (em média uma vara lançada para a rua, ou seja, um metro e dez)” (FERREIRA, 2006, p. 288).

Grande parte das vezes, a madeira esteve associada à pedra ou à terra, com o seu uso em técnicas construtivas que seriam empregadas de acordo com as conveniências do lugar ou do proprietário. Manuel Sílvio Conde destacou o fato de “no final da Idade Média, empregava-se amiúde a madeira no levantamento de paredes, conjugada com o barro, e em complemento dos muros pétreos” (CONDE, 2011, p. 217). Tal combinação de materiais ocorreu de forma corriqueira em quase todo Portugal. Luisa Trindade, por exemplo, narrou um caso identificado no ano de 1408, no qual, “D. João I, ordena a abertura da Porta da Rua de Carros, na cidade do Porto, permitindo aos moradores da Rua Chã, recentemente ardida, o transporte de pedra, madeira, barro e água para a reconstrução de suas casas” (TRINDADE, 2002, p. 84). Em razão da baixa durabilidade das técnicas derivadas da combinação destes materiais, a maior recorrência dos madeiros, tabuados e peças de sustentação para as vedações de

---

<sup>87</sup> De acordo com Ângela C. A. da Silva: “Situando-se a Vila de Guimarães numa região com uma humidade relativamente alta durante todo o ano – característica aplicável a todo o noroeste português – os materiais tornaram-se mais vulneráveis e, conseqüentemente, pouco duradouros. (SILVA, 2011, p. 104)

paredes, ocorreria onde a utilização era mais pertinente, nos andares superiores das casas. Nesse sentido, Ângela C. A. da Silva indicou que “[...] a solução ideal no edificado parece ter passado, naquele período, pela construção em pedra ao nível do solo até ao sobrado e a utilização de madeira para os pisos superiores, processo denominado por construção mista” (SILVA, 2011, p. 104). Nas casas térreas, pela maior proximidade com o solo e a umidade do terreno, geralmente, empregava-se a madeira na vedação das aberturas e nos telhados, quando muito, na divisão interna da residência. Segundo Luísa Trindade, “a forte componente de madeira tornava a casa frágil e de curta duração”; de modo que “resistindo mal a *acção* das águas e da humidade, tornava-se necessário revesti-la de argamassas, *projectar* os beirados e principalmente afastá-la do solo.” (TRINDADE, 2002, p. 88)

Fig. 10 – Exemplos de construções mistas – Norte de Portugal.



Fonte: Acervo próprio, 2020.

A pedra também foi um material abundante entre as casas correntes medievais; todavia, sem o grau assessorio de sofisticação conferido às edificações nobres. Desta forma, a disseminação de técnicas com esta matéria-prima teve, como principal finalidade, oferecer maior resistência às habitações e assegurar menores dispêndios financeiros com as manutenções. Luísa Trindade destacou que “a pedra a que documentação se refere, de Norte a Sul do país, era a alvenaria, de formato e dimensões irregulares, traçada com argamassa à base de terra e cal” (TRINDADE, 2002,

p. 88). Situação parecida foi narrada por Manuel Sílvio Conde, na qual destacou que “as pedras eram usadas isoladamente ou em associação com outros materiais (tijolo, argamassas) sobretudo em elementos estruturantes – alicerces, paredes mestras e cunhais” e, igualmente, “em aplicações específicas (escadas, com seus peitoris e mainéis, arcos, guarnições de portas e janelas e outras)” (CONDE, 2011, p. 215). O uso da pedra tornou-se um recurso francamente disseminado em Portugal – mesmo nas regiões meridionais do país, como o Alentejo e Algarve – , com funções específicas no sentido de tornar a habitação mais durável e, em boa parte dos casos, garantir segurança frente aos recorrentes incêndios, que atingiam as precárias estruturas em madeira. Diante disto:

Os envasamentos de pedra surgem frequentemente como obrigação imposta pelo proprietário que assim zelava pela longevidade do imóvel: até à altura de um homem, até à altura da cinta de um homem, *'até ho andar do sobrado'* são algumas das expressões que reflectem essa mesma prática. (TRINDADE, 2002, p. 89 – Grifo nosso)

A terra foi abundantemente usada na construção da casa corrente medieval portuguesa, como preenchimento de paredes, elementos estruturais, revestimentos de paredes e pisos ou como matéria-prima para a produção dos telheiros para as coberturas. Em Portugal, os bons solos argilosos permitiram a manutenção da tradição romana do fabrico de tijolos e telhas, peças fundamentais para a materialização do conhecimento técnico trazido durante a inclusão da Lusitânia e das terras do Norte do país ao Império. Do mesmo modo, os construtores portugueses aproveitaram-se do conhecimento da taipa de pilão, difundido pelos povos berberes-árabes. Segundo Manuel Sílvio Conde:

O uso da terra comprimida, processo simples e muito económico, vulgarizou-se sob o domínio muçulmano. Construídas em cofragem de madeira, as paredes de taipa eram incombustíveis e excelentes como isolante térmico e fónico, posto que sensíveis à acção da humidade e resistindo mal à pressão da cobertura. (CONDE, 2011, p. 216)

A terra seria também a principal matéria-prima para a fabricação dos adobes, introduzidos tanto por via dos romanos quanto dos berberes-árabes. De tal modo pode-se perceber a franca disseminação deste no território português, principalmente, onde tais povos deixaram marcas profundas na paisagem – ainda que as construções em alvenaria de adobes não tenham sido incomuns no restante do país. Manuel Sílvio Conde descreveu que:

Muito comum era também a terra moldada, o adobe. Fazia -se este de barro cru, amassado com palha e areia, dava-se-lhe forma de paralelepípedo e se cava ao sol e ao ar; suscitava problemas idênticos aos da taipa. Costumeiro no Centro e no Sul do País, até o Norte ergueu paredes neste material. (CONDE, 2011, p. 216)

A franca disseminação do uso da terra crua, na casa corrente do Medievo, revelou-nos uma forma de aproveitamento dos recursos bastante semelhante a que seria realizada no Brasil, durante à época da colonização. Luisa Trindade, por exemplo, citou o uso de alicerces de pedra combinados “com muros de tijolo, taipa, adobe ou lodo” em diversas localidades portuguesas e destacou a presença de casas de “*duellas de adobe*”, em Leiria, ou que com “taipa, mistura de barro e pedriça batida a malho em taipal, construía-se em Santarém, Tomar, Elvas, Montemor-o-Novo, Mértola, Avis e Alcácer do Sal” (TRINDADE, 2002, p. 88-89). É possível verificar, por intermédio do depoimento da autora, a utilização da terra com associação a outros materiais ou técnicas construtivas, certamente, para conferir maior resistência às intempéries e outros agentes danosos, tendo-se em vista a relativa fragilidade quando ocorrida a exposição do material à umidade ou a reduzida capacidade de resistir a certas cargas provenientes da edificação, se comparado à alvenaria de pedra, por exemplo.

Em alguns casos, a confecção de tijolos acabou usada para aumentar a resistência das construções; embora, o preparo da argila vitrificada, mesmo conhecido, tenha sido preterido por soluções de mais simples labor. Na perspectiva do uso desse material, Manuel Sílvio Conde relatou que, “o tijolo (maciço) era cozido ao ar livre, em camas, ou em fornos” e “era empregue em muros, na pavimentação de casas, e sobretudo nas guarnições de portas e janelas” (CONDE, 2011, p. 216). A forma descrita

apontou uma lógica parcimoniosa de uso dos tijolos, preferindo-o para a produção de elementos em que outros recursos poderiam ser de difícil obtenção ou pouco eficientes e no qual a mesclagem de materiais seria a melhor das soluções. As telhas, ao contrário, foram vulgarizadas na cobertura das casas; às vezes, até mesmo como imposição camarária, para dotar de maior decoro a povoação. Ainda, o autor observou que “a produção da telha [diferentemente dos tijolos] era de há muito actividade diferenciada, com fornos próprios e pessoal especializado, embora fosse também cozida em vulgares fornos de louça” (CONDE, 2011, p. 216). Complementarmente, esse quadro pode ser também demonstrado entre os relatos de Ângela C. A. da Silva, onde se destacou que “a utilização da telha, na centúria de quatrocentos, estava já amplamente generalizada para o espaço urbano vimaranense, assim como para as restantes vilas e cidades”. (SILVA, 2011, p. 106)

De acordo com os dados pesquisados, as técnicas construtivas mistas foram soluções bastante recorrentes e de grande recorrência na maioria do território português. De acordo com Manuel Sílvio Conde, “no final da Idade Média, empregava-se amiúde a madeira no levantamento de paredes, conjugada com o barro” (CONDE, 2011, p. 217). Para nossa análise, sobretudo, a identificação de uso em conjunto da madeira e da terra crua foi de grande interesse, pois seriam as que nos indicaram maior familiaridade com o contexto brasileiro. De um modo geral, os pesquisadores apontaram a existência de tabiques, de taipas – como as de rodízio, de fasquio e de sebe barrada – ou de paredes mistas de “ripa e barro e de varas e barro” (CONDE, 2011, p. 218). A taipa de fasquio, especificamente, seria correspondente a algumas formas de execução do tabique, na arquitetura brasileira do período colonial. Segundo Maria da Conceição F. Ferreira, na execução desta técnica:

As vigas horizontais, cravadas nas paredes laterais, serviam de suporte e de encaixe para as vigas de apoio ao soalho. Caso não houvesse apoios laterais, as vigas eram travadas na base de pedra do rés-do-chão. Para enchimento da parede, pregavam-se às vigas horizontais pequenas tábuas dispostas ao alto. (FERREIRA, 2006, p. 289)

Fig. 11 – Emprego da taipa de fasquio em paredes externas dos sobrados – Chaves (PT).



Fonte: Acervo próprio, 2020.

As descrições feitas para a taipa de rodízio, por outro lado, muito se assemelharam ao que apresenta como o pau-a-pique, na historiografia da arquitetura brasileira. Sobre a técnica construtiva portuguesa, Luisa Trindade relatou que, “a taipa utilizada no Norte era, como descreve [Ferreira,] feita com pedaços estreitos e compridos de madeira, as chamadas fasquias, unidas por barro amassado” (TRINDADE, 2002, p. 88). Na abordagem da casa corrente coimbrã, a autora ainda complementou que “[...] *as quaes casas sam partidas pelo meo de longo os dous terços delas de taipa de ripa e barro [...]*”<sup>88</sup> (TRINDADE, 2002, p. 88). Conforme as pesquisas de Ângela C. A. da Silva, a taipa de rodízio foi bastante recorrente em Guimarães, por ter caráter “mais resistente, e difundida quer nas construções intramuros quer nas construções nos arrabaldes” (SILVA, 2011, p. 105).

No tocante aos principais elementos constituintes da edificação – paredes, coberturas, revestimentos, pisos, esquadrias, balcões ou sacadas etc. – , os autores consultados, de um modo geral, apresentaram-nos informações importantes para compreendermos a reprodução da cultura construtiva portuguesa na casa corrente do período medieval. O processo de construção das habitações e seus complementos, conformado pela apropriação dos materiais mais convenientes ao local ou aos habitantes, determinou variáveis mais ou menos comuns ao cenário da arquitetura lusa

<sup>88</sup> O trecho citado pela autora provém da obra “A rua das Flores no século XVI, elementos para a história urbana do Porto quinhentista”, elaborada por José Ferrão Afonso, o qual o reproduzimos em parte aqui.

daquela época, no qual as soluções contemplaram, normalmente, a adaptação ao emprego *in natura* – ou com um processamento primário – da pedra, da madeira e da terra. Com isso, para se buscar recursos a maior durabilidade do imóvel, foi normal o dimensionamento das estruturas conforme a posição ocupada na construção, bem como, a recorrência a técnicas mistas, como observado anteriormente, de forma a garantir um equilíbrio no processo de deterioração da matéria-prima de maior fragilidade.

As paredes eram, normalmente, dimensionadas para receber as cargas das coberturas e dos pavimentos superiores – quando existentes – com espessuras variáveis, determinadas conforme a função a desempenhar na edificação. Manuel Sílvio Conde chamou a atenção ao fato que a “análise arquitetural de algumas construções sobreviventes permite apontar alguns valores: entre 0,50 e 0,70 metros as alvenarias ordinárias das paredes portantes, 0,15 a 0,22 o frontal, 0,10 a 0,15 as divisórias” (CONDE, 2011, p. 219). De modo complementar, os relatos de Luisa Trindade acrescentam que “sempre que possível, [...] o uso da pedra estendia-se à totalidade das paredes portantes, reservando-se, nestes casos, a madeira para os interiores, madeiramentos dos telhados e acrescentos ligeiros como alpendres e balcões” (TRINDADE, 2002, p. 90). As lógicas por trás das variações existentes nas espessuras seriam decorrentes do tipo de material empregado nas respectivas partes da construção. Desse modo, se tem o emprego da pedra onde se deveria contemplar maior resistência aos esforços e durabilidade frente à deterioração; as técnicas mistas nas separações dos cômodos da própria casa ou entre casas geminadas e, em algumas situações, nas paredes externas dos sobrados; também, a madeira quando se desejava elevar a edificação, dividir os interiores ou, mesmo, cobrir às fachadas frontais – conseqüentemente, pensando-se em uma execução, para o recobrimento de certos espaços, com menor dispêndio de recursos.

Conforme a prática disseminada, as coberturas das edificações foram constituídas por estruturas de madeira e revestimento superior com telhas. As soluções aplicadas a este elemento poderiam variar, segundo Manuel Sílvio Conde, desde os

casos mais simples – “os das coberturas planas e de uma água”, no qual “o madeiramento reduzia-se às vigas tirantes horizontais, ou a estas e aos caibros, sobre as quais assentavam as ripas portantes do material de cobertura” – até os de produção mais elaboradas, como os telhados de duas, três ou quatro águas que exigiam recurso mais complexos para a execução. O autor observou ainda, acerca dos madeiramentos estruturais, que “firmemente sustentados por vigas tirantes, eram executados em boas madeiras, como o castanho ou o carvalho”, sendo “os caibros assentavam sobre aquelas, subindo até à cumeeira, suportando as ripas, que firmavam a cobertura” (CONDE, 2011, p. 220).

Fig. 12 – Coberturas de 2 águas e beirais salientes – Guimarães (PT).



Fonte: Acervo próprio, 2020.

De acordo com Ângela C. A. da Silva, “os telhados de Guimarães, segundo prática ainda corrente, [possuíam] em média de duas águas, situando-se a cumeeira paralelamente à artéria” (SILVA, 2011, p. 106). Tal prática, como alertou a autora

tornou-se recorrente, com o posicionamento do cume da cobertura definindo o sentido das águas para a frente e o fundo, para evitar inclinações na direção das construções vizinhas. Do mesmo modo, o uso das telhas era algo bastante recorrente em Guimarães durante a Idade Média, “ainda que a imposição [local] de telhar as construções urbanas apenas fosse ordenada pela Câmara, nos inícios do século XVII” (SILVA, 2011, p. 106). A busca por materiais mais resistentes à combustão, certamente, contribuiu para tal fato. Relacionado a esse processo, Luísa Trindade observou que:

Materiais altamente combustíveis, a palha e o colmo são, por toda a Europa, progressivamente substituídos, muitas vezes por imposição concelhia. [...] Para Portugal, conhece-se o exemplo do Funchal onde, em 1472 e 1481, a edilidade determina que as ‘casas palhaças’ fossem reconstruídas de pedra e cobertas de telha, medida imposta por D. Manuel, ainda duque, por carta de 13 de Janeiro de 1493. Em Guimarães, só em 1605, a câmara obriga ao uso exclusivo de telhas. (TRINDADE, 2002, p. 94)

Em relação à casa corrente da Beira Interior, Iria Gonçalves identificou o fato de que “a telha – em numerosos casos se explicitar tratar-se de telha vã – era o material de cobertura mais generalizado, largamente nos aglomerados populacionais, presente em toda a parte nos espaços rurais”. Contudo, segundo a autora, muitas vezes, quando o proprietário possuía outras dependências no lote, destes, “[...] a casa de habitação, só esta era coberta de telha, reservando-se para os outros imóveis um telhado mais rústico” (GONÇALVES, 2004, p. 122). De uma forma geral, os pesquisadores também relataram a tendência de não se construir forros no interior das residências, tendo-se como solução mais recorrente a “telha vã”, conforme mencionado por Iria Gonçalves.

A utilização da cal, como argamassa de assentamento e reboco, foi citada por alguns dos pesquisadores consultados. Para Luísa Trindade, entre os processos de construção da casa corrente medieval, “a cal desempenhava um papel fundamental quer como aglomerante, quer enquanto revestimento protetor”, onde “‘*cafellar*’ e ‘*pinçellar*’ ou seja, rebocar e caiar, são expressões que ocorrem frequentemente na documentação relativa ao Centro e Sul do País onde o seu uso era generalizado” (TRINDADE, 2002, p. 92-93). No entanto, a autora ainda destacou que “casas caiadas, por fora e por dentro, surgem em inúmeras localidades como Óbidos, Granja do

Ulmeiro, Torres Vedras, Sintra, Alcácer do Sal, Elvas, Évora e Silves”; embora, no caso das povoações nortenhas, “a documentação é omissa embora o uso frequente da taipa de fasquio ou tabique implique um revestimento de argamassa à base de cal” (TRINDADE, 2002, p. 93). Manuel Sílvio Conde, do modo similar, identificou o emprego da cal “[...] no reboco (‘acafelar’, do ár. *qafr* ‘betão’) e na caiação (‘pincelar’) das paredes”, mas alertou não poder garantir “se o revestimento a cal era generalizado”. Entretanto, ressaltou que “[...] a *cal* era um elemento fundamental na consolidação das alvenarias [...], contrariando a acção da humidade” e explicou aspectos da utilização corrente do material em conjunto com a terra crua, “unindo-se à *água* e à *areia*, serviam à elaboração de *argamassas*, empregues no assentamento e revestimento das alvenarias” (CONDE, 2011, p. 216 – Grifo do autor).

Para a melhor conservação das casas, desenvolveu-se o hábito de embocar algumas fiadas de telhas com argamassa à base de cal, recurso urgente frente à protecção aos ventos forte e outros eventos climáticos mais severos. Luisa Trindade identificou que:

[...] muito frequentemente a face exterior do telhado seria coberta de cal: ‘... e era o vento tam grande, que as telhas dos telhados que eram cubertos com caal, assi as levava como se fossem pena...’. Protecção que os visitantes da Ordem de Cristo não descuravam ordenando sistematicamente que ‘... se madeire e cubra de telha muito bem cintado o telhado com suas çintas de cal...’.<sup>89</sup> (TRINDADE, 2002, p. 93 – Grifo da autora)

De um modo geral, os autores consultados indicaram a existência de certa parcimônia ao emprego generalizado da cal nas edificações à época, em função de sua difícil obtenção, se comparada a outras matérias-primas usadas para a construção. Manuel Sílvio Conde explicou que a cal era “obtida pela cozedura do calcário em fornos próprios, ou preparada em camas [...]” (CONDE, 2011, p. 216); o que indica a necessidade de um domínio de ofício mais elaborado e de maior complexidade de execução.

---

<sup>89</sup> As transcrições utilizadas por Trindade (2002) foram obtidas a partir de textos de Fernão Lopes e Pedro Dias.

Os demais elementos construtivos da casa corrente, pisos e esquadrias, foram descritos de forma mais breve pelos autores consultados, por se tratarem de informações menos comuns nos documentos consultados. Geralmente, os pisos do térreo eram de materiais menos duráveis ou como Conde (2011, p. 216) destacou: “eram habituais os pavimentos de terra batida”. Menos comumente, no rés-do-chão poderia haver o recobrimento de tijolos. Nos demais pavimentos, as pesquisas demonstraram concordância para a execução de assoalhos em tabuado de madeira como solução-padrão.

As menções às esquadrias, quando foram mencionadas nos documentos, normalmente, corresponderiam à descrição das portas, para as quais sabe-se que foram executadas com madeira serrada. Na região da Beira Interior, como em todo o território português, Iria Gonçalves (2004, p. 121) presumiu que, entre as fontes consultadas, “é certo que nos fala em portas de madeira [...]”. No caso das janelas, para além da pouca difusão de tais elementos, teriam sido produzidas com os materiais empregados nas portas, a madeira. Manuel Sílvio Conde identificou, em algumas descrições retiradas dos inventários, a presença de “gelosias” cobrindo estes vãos. Em um dos trechos tratados pelo autor, o interior de um sobrado seria da seguinte forma:

A sala ficava na frente da casa e era um espaço iluminado e confortável. Abria-se à luz do dia, já não por singelas frestas ou estreita janela, mas por um ou mais vãos relativamente amplos, ora dotados de guarnições lavradas, ora acompanhados de varandas ou gelosias. (CONDE, 2011, p. 230)

Para se garantir a privacidade interna, lançou-se mão recorrentemente de fechamentos com treliçados de madeira, como as mencionadas gelosias – para os vãos alinhados às paredes – ou outros recursos similares quando projetados além do térreo. Manuel Sílvio Conde, por exemplo, relatou que “algumas vezes, os vãos eram envolvidos por uma balaustrada de madeira: a varanda, ou o balcão”; enquanto para outros “[...] lançavam-se sobre a rua balcões de madeira em jeito de caixa: a adufa” (CONDE, 2011, p. 221).

As formas de manifestação da casa corrente portuguesa do Medievo não se encerraram com a chegada na Idade Moderna, mas, ao contrário, muitas das situações relatadas pelos autores foram perpetuadas ao longo dos séculos seguintes. Somente com o tempo, se perceberia a lenta incorporação de princípios arquitetônicos novos, propagados a partir da cultura arquitetônica de Lisboa, que viriam a ser acrescentados nas reformas, ampliações ou reconstruções das habitações. A fisionomia das povoações medievais manteve-se por certo tempo nas construções do pós-Medievo e misturou-se aos preceitos de ordem e regularidade propostos por D. Manuel I, no início do quinhentos. Neste sentido, Iria Gonçalves destacou que realizou “[...] apontamentos sobre a construção beirã, num final da Idade Média que rapidamente desliza para a Modernidade, mas de matrizes puramente medievais”, nas quais estas ainda “se prolongarão no tempo”. (GONÇALVES, 2004, p. 123)

A manutenção dos avanços sobre a rua foi uma prova cabal de que os velhos costumes construtivos medievais não se dissiparam de imediato. De acordo com Ângela C. A. da Silva, na povoação vimaranense e em todo Portugal urbano, “salvo raras exceções”, nas centúrias posteriores houve uma insignificativa aplicação das medidas manuelinas, criadas com caráter regulador para a uniformidade arquitetônica e destinadas a “[...] abolir os acrescentos ligeiros das habitações, de modo a ficar tudo *res com parede [...]*”. Ainda, de acordo com a autora, os dados identificados “para o século XVII comprovam-nos a subsistência destes recursos construtivos no tecido urbano”; sendo que “[...] só apenas nos finais do [século XVIII], as vereações [em Guimarães] demonstram alguma preocupação com a uniformização das fachadas do edificado” (SILVA, 2011, p. 119).

Contexto similar foi destacado por Luisa Trindade em Coimbra, igualmente, alertando para a permanência das soluções de origem medieval naquela localidade, o que, porventura, se repetiu em todo o território português. O ingresso na modernidade não viria alterar de imediato o quadro geral, como iremos observar na análise da casa corrente moderna em Viseu.

### **3.2. A casa corrente portuguesa na Idade Moderna em Viseu**

Discutiremos a questão da casa corrente portuguesa na Idade Moderna à luz dos estudos desenvolvidos por Liliana Andrade de Matos e Castilho para a cidade de Viseu, em Portugal. De modo análogo e invariavelmente pontual, nos será permitido contemplar alguns aspectos relevantes da reprodução da habitação comum no território luso, ainda que o recorte tenha sido estabelecido em única localidade. A análise, quase “microscópica”, que estamos a realizar não buscará assistir a totalidade da manifestação da casa corrente do período moderno, nem tampouco, anacronicamente considerar o caso isolado como geral. No entanto, o tratamento a ser dado oferecerá indícios importantes para a transição das formas utilizadas no Medievo para a produção arquitetônica lusa entre os séculos XVI e XVIII, já bastante demarcada pelas inovações impostas por D. Manuel I na Ribeira das Naus em Lisboa.

De acordo com os pesquisadores citados anteriormente, em Portugal, as investigações acerca da casa corrente têm acontecido em escala considerável nos programas locais de pós-graduação. Grande parte das investigações, sobretudo, construíram uma importante interpretação da manifestação do objeto no período medieval e ofereceram à historiografia da arquitetura portuguesa relevante contribuição neste sentido. A casa corrente da Idade Moderna, por outro lado, tem sido abordada em diversos contextos e por diversos investigadores, que, nem sempre, utilizaram a respectiva classificação e a metodologia correspondente para tratar o tema. Podemos destacar, por exemplo, os trabalhos relacionados à categoria “arquitetura popular portuguesa”, mencionados anteriormente, na qual se adotaram método de análise baseados em uma análise integral da reprodução da casa nos séculos anteriores, a englobar exemplares das cidades, vilas, aldeias e zonas rurais do país. Isto de certa forma ampliou a oferta de informação sobre o objeto, mas em contexto de abordagem diferente da criada pelos medievalistas pioneiros. Em função disto, neste momento, optamos por explorar somente os trabalhos de Liliana A. M. Castilho e, de forma aplicada, utilizarmos do conhecimento gerado pelas demais

categorias nos capítulos seguintes. Desejamos então, nesta estratégia, reconhecermos aspectos de permanência de uma cultura arquitetônica provinda do Medieval e, ao mesmo tempo, de transformação, considerando-se os elementos acrescentados às habitações erguidas após o início do século XVI.

Liliana A. M. Castilho utilizou de método análogo aos estudos sobre a casa corrente medieval, considerando, sobretudo, o caráter de permanência de elementos fundamentais da *tradição urbanística portuguesa*, como a relação estabelecida pela reprodução do lote godo-medieval e suas implicações sobre as edificações – objetos sujeitos a atualizações ao gosto de época ou às sucessivas reconstruções ao longo do tempo, mas menos propensas a alterações cadastrais. Do mesmo modo, a autora optou por realizar “o estudo da casa corrente pela análise do lote, ou parcela urbana que [o] integra, uma vez que a ‘habitação’ [...] é composta não só pela casa propriamente dita mas igualmente pelos quintais e estruturas anexas que compõem o lote” (CASTILHO, 2015, p. 63). Podemos, com isso, perceber a presença de características importantes para a compreensão das habitações na Idade Moderna, como o uso diversificado dos quintais – locais onde se buscava assegurar o provento para parte da alimentação consumida pelas famílias – que se manteve como uma prática recorrente no período. De acordo com Castilho (2015):

A criação de animais (porcos, aves) praticada no interior dos lotes urbanos revelava-se particularmente importante para a economia doméstica, não só satisfazendo as próprias necessidades de consumo, mas servindo igualmente de forma de pagamento como no caso dos foros no caso de propriedades emprazadas do Cabido. (CASTILHO, 2012, p. 251)

A manutenção de laços entre o mundo rural e a vida urbana no interior dos quarteirões, após o séc. XVI, revela que “estes quintais no miolo dos quarteirões conferiam à cidade uma imagem dupla, carácter compacto da construção ao nível da rua e espaço livre e ruralizado no interior dos lotes” (CASTILHO, 2012 p. 251). Herdados do Medieval, “estes espaços vazios na parte posterior do lote vão persistir ao longo de toda a época moderna chegando nalguns casos até aos nossos dias”. (CASTILHO, 2012 p. 251-252)

A manutenção das características medievais no parcelamento e no uso dos lotes em Viseu, nas áreas de formação mais antiga, se deve à reutilização de espaços há séculos consolidados e, portanto, menos suscetíveis a mudanças estruturais mais profundas. Em alguns locais, como nas ruas extramuros, as dinâmicas socioeconômicas nas centúrias seguintes foram fundamentais para a ressignificação da importância desses locais, ainda que se tenham mantido os modelos de ocupação tradicionais, em conjunto com as inovações introduzidas. Sobre esse aspecto a autora relatou que:

Consideradas ainda no século XVI como vias de acesso à cidade, não parte da mesma, várias ruas extramuros viram a sua posição alterar-se ao longo do século XVII, mas principalmente no século XVIII, passando a constituir eixos importantes para a urbe e, apetecíveis do ponto de vista urbanístico. (CASTILHO, 2012, p. 59)

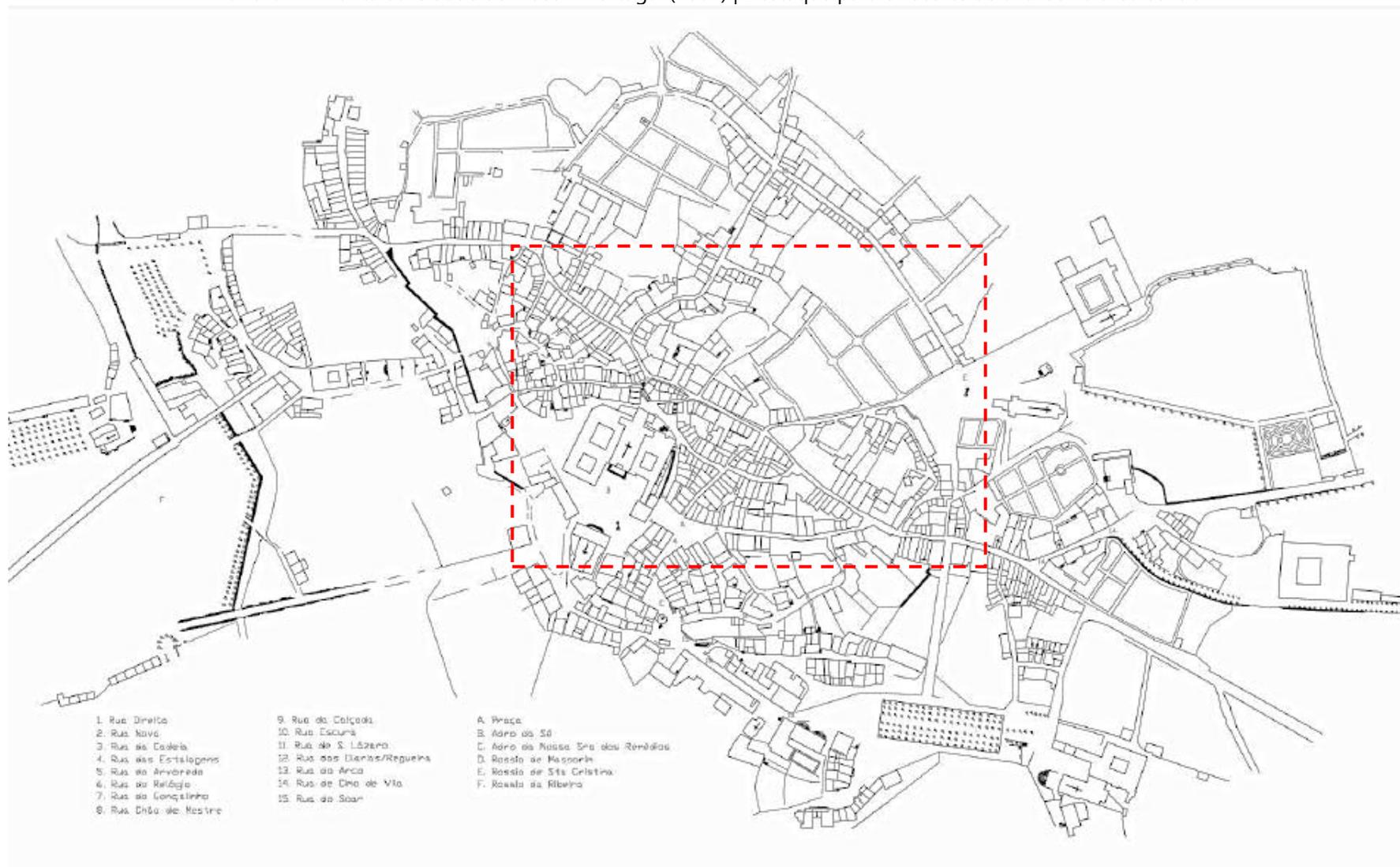
Apesar disto, de um modo geral, o parcelamento dos terrenos reproduziu, em quase todo o tecido da cidade, a configuração comum ao lote godo-medieval. Uma vez que, na observação realizada por Castilho (2015):

De forma geralmente alongada e, mais estreito do que profundo, o lote procura rentabilizar o espaço urbano, mais apetecível à face da via de circulação. Ao nível da largura (confrontação com a rua) o espaço do lote corresponde geralmente ao espaço da casa, o mesmo não acontecendo em relação ao comprimento, estando a parte posterior do mesmo, normalmente ocupada por quintais e estruturas anexas. Esta morfologia é comum entre as cidades portuguesas de origem medieval correspondendo a uma eficaz forma de aproveitamento do solo intramuros. (CASTILHO, 2015, p. 63)

Todavia, neste percurso de reprodução das soluções herdadas do Medievo, algumas tendências da época moderna foram incorporadas ao contexto. Na análise da povoação viseense, Líliliana A. M. Castilho destacou que:

O tamanho do lote e da sua extensão à face da rua são também claramente definidores das possibilidades económicas e do estatuto social dos seus ocupantes, correspondendo as áreas ocupadas por casas nobres a lotes de maiores dimensões e fachadas mais extensas, normalmente com apenas um sobrado, em oposição à casa corrente, que apresenta fachadas estreitas e a uma expansão em altura. (CASTILHO, 2015, p. 63)

Prancha 4 – Planta da Cidade de Viseu – Portugal (1864) | Destaque para o recorte de análise na área central.



Fonte: Castilho (2012, p. 276 – Adaptado).

Prancha 5 – Tipos de lotes – Análise da área central sobre a planta da Cidade de Viseu – Portugal (1864).



Legenda: Lote  Tipo godo-medieval  Tipo quadrangular  Padrões incomuns ao lote do tipo godo-medieval  
 Fonte: Castilho (2012, p. 276 – Adaptado).

Nota: Destaque para a predominância do lote godo-medieval em relação aos demais tipos. Em função das características morfológicas das parcelas com padrão incomum, é possível presumir que, em alguns casos, estas poderiam ser resultante da união de vários lotes godo-medievais, principalmente, quando a ocorrência se demonstra em ruas com maior regularidade de traçado.

A rua – apontada, por muitos pesquisadores, como uma extensão natural da casa no Medievo – vai reconhecer, na Idade Moderna, novos estatutos e incorporar de forma mais evidente um distanciamento entre as funções dos espaços públicos e privados. De acordo com a autora:

Elemento acima de tudo funcional era na rua que se desenrolava grande parte da existência da cidade, numa clara promiscuidade entre espaço privado e espaço público, que tende a diminuir na centúria de Setecentos verificando-se, a partir de então, uma maior especificação funcional do espaço. (CASTILHO, 2012, p. 45)

Um dos principais, entre estes novos estatutos, foi a maior preocupação com a circulação viária de pessoas, de animais de carga ou montaria e de veículos, fato registrado em posturas emanadas pelas câmaras, como destacado por Liliana A. M. Castilho a seguir:

Ao Concelho competia a gestão corrente destes espaços, eminentemente públicos, mas onde se imiscuía com frequência o privado. A totalidade das ruas intramuros encontravam-se na época em análise calcetada, embora aparentemente o mesmo não se verificasse para algumas vias extramuros. Aos moradores do termo da cidade competia trazer pedra para o calcetamento e a mão-de-obra ficaria igualmente a seu cargo mas, em algumas situações, podiam ser também convocados os habitantes da cidade: *'e que o almotase pudese obrigar os trabalhadores da cidade e termo a trabalharem nas ditas calçadas debaixo da regra que lhe puzer'*. Esta obrigação era aplicável quer no caso de novos calcetamentos quer no caso de serem necessários concertos como se extrai da postura de 27 de Dezembro de 1717 em *'que os moradores de Bodiosa e Lordosa erão notificados para trazerem cada hum seu carros de pedra para as calçadas desta cidade que estam arruinadas'*. (CASTILHO, 2012, p. 43 – Grifo nosso)

Outro estatuto importante correspondeu à preocupação em se eliminar os aspectos indesejados provocados por passadiços, balcões e sacadas projetados acima das ruas. Segundo Castilho (2015), em relação aos avanços da casa além do alinhamento no térreo:

As suas dimensões vão variar, mas a solução mais frequente era acompanharem a totalidade da largura da fachada e terem uma profundidade que variava entre a meia vara e a vara, no caso das sacadas, e entre a vara e meia no caso dos balcões. Não é possível comprovar, para a época em análise, a construção de raiz de estruturas deste género, correspondendo

provavelmente a permanências que interessava, aos proprietários, perpetuar. Estas sacadas e balcões eram frequentemente tapados equivalendo, assim, mais do que a um espaço exterior a modo de varanda, a parte integrante das divisões dos pisos superiores. (CASTILHO, 2015, p. 65)

Liliana A. M. Castilho destacou que, além de Viseu, esta “solução tipicamente medieval vai perdurar, um pouco por todo o país ao longo da época moderna, apesar das tentativas régias e camarárias de uniformizar as fachadas e libertar o espaço da rua” (CASTILHO, 2012, p. 240).

Fig. 13 – Casas com andar em ressalto após a regularização das fachadas – Viseu (PT).



Fonte: Google Street View, 2021 - Adaptado.

Apesar de já observável desde as décadas finais do séc. XV, a jornada destinada a eliminar os avanços nas fachadas levaria tempo para surtir efeitos práticos mais evidentes, tanto que “estas medidas terão tido no entanto um sucesso bastante relativo uma vez que os balcões e sacadas continuam a ser abundantes ao longo dos séculos XVII e XVIII e alguns chegaram, inclusive, até aos nossos dias” (CASTILHO, 2012, p. 241). Apesar da pouca eficiência de tais medidas, “ao longo da época moderna verifica-se, por parte das autoridades concelhias, um esforço para aumentar o alinhamento das ruas e a sua salubridade e uma separação mais consciente entre o público e o privado”. (CASTILHO, 2015, p. 65)

A casa corrente em Viseu seguiu a tendência de suas congêneres dos séculos anteriores, manifestando-se pequena em área e condicionada pela unidade parcelar a que estava sujeita. Liliana A. M. Castilho observou que:

Condicionada pelo lote em que se insere também a casa tende a ser alongada, projectando em profundidade a reduzida largura da fachada. Em todos os exemplares analisados o comprimento é sempre superior à largura quando a habitação tem apenas uma fachada à face da rua. (CASTILHO, 2012, p. 238)

A manutenção do padrão formal de construção, similar ao adotado na Idade Média portuguesa, deu continuidade, na maior parte dos casos, a fachadas estreitas e edificações geminadas, avançadas ao fundo dos lotes o quanto fosse conveniente. Em Viseu, por exemplo, “a largura média da fachada é, para a cidade de Viseu, de quatro metros e meio [...]” (CASTILHO, 2012, p. 238). Apesar da diferença de contexto, Liliana A. M. Castilho identificou um valor próximo de 4 *varas*, em concordância com os dados arrolados por Trindade (2002) e Conde (2011) para o contexto medieval português. Para a área ocupada pela casa, Castilho (2015) observou que “a casa abrange em média uma área de setenta e três metros quadrados, ao nível da ocupação do solo, tendendo essa superfície a diminuir nas áreas mais centrais e a aumentar nas periféricas” (CASTILHO, 2015, p. 64). Em comparação com a casa corrente do Medieval, a do período moderno, encontrada na povoação viseense, correspondeu a uma habitação

um pouco maior e mais cômoda aos habitantes. Todavia o relativo aumento do espaço disponível aos moradores:

Essa área, sem dúvida reduzida, era no entanto aumentada pelo recurso à sobreposição de pisos, uma vez que as casas terreiras à face da rua são praticamente inexistentes em Viseu, mesmo no século XVI, ao contrário do que se verifica noutras cidades portuguesas, resultando numa área habitacional efetiva duas, três, ou até quatro vezes superior. (CASTILHO, 2015, p. 64)

Observamos em Viseu, como no restante do país ao longo do Medievo, que a solução predominante foi a de erguer sobrados, para o aproveitamento mais efetivo dos lotes, e, dessa forma, garantir, também, a diferenciação dos usos da casa, conforme o andar. Sobre este aspecto, a autora relatou que:

Para além da expansão da área de implantação da habitação para o interior do lote, o aumento do número de pisos, foi a solução mais frequente para aumentar o espaço habitacional disponível ao longo da idade moderna. Verificamos assim, um aumento tendencialmente generalizado do número de sobrados, entre inícios do século XVI e finais do século XVIII e, conseqüentemente, do espaço para novas divisões no interior da casa. (CASTILHO, 2012, p. 239)

A maior área da edificação não implicou de início em um melhor agenciamento interno para a casa corrente viseense, indicando a ausência de alterações profundas no modelo herdado dos séculos anteriores. Liliana A. M. Castilho identificou que “interior das habitações vai manter uma forma de crescimento orgânica, de raiz medieval, em que os espaços vão surgindo, de forma não planeada”, isso teria se definido “como resposta às necessidades de abrigo, armazenamento ou actividade comercial e de acordo com as possibilidades económicas dos seus habitantes” (CASTILHO, 2012, p. 246). Tal cenário, de certa forma, também era um fenómeno observável no início do séc. XVI e consolidou-se nas centúrias que se sucederam. Contudo, com as melhores condições de vida, conforto e obtenção dos materiais de construção, os ambientes internos receberam uma especialização mais evidente para receber as funções a que se destinavam. De acordo com a autora:

Nos pisos superiores as divisões mais frequentes são as salas, cozinhas e câmaras que aparecem referidas em quase todos os prazos variando apenas o seu número. Esta divisão espacial básica é comum a toda a época moderna verificando-se no entanto, ao longo dos séculos XVII e XVIII, o aumento do número de divisões por habitação, aumento esse notório particularmente na multiplicação do número de câmaras e em divisões que respondiam claramente a novas noções de privacidade e habitabilidade, como os corredores ou as necessárias. A especialização dos vocábulos pelos quais as divisões são referidas acompanha, logicamente, o aumento da sua especialização havendo tendência ao desaparecimento das divisões indiscriminadamente referidas como 'casas', tão comuns na centúria de quinhentos. (CASTILHO, 2015, p. 64)

Mais tarde, as casas viseenses da Idade Moderna, além dos ambientes essenciais à época – sala, cozinha e câmara – , receberiam o acréscimo de divisões complementares, “quando as condições dos seus proprietários permitiam, ou exigiam, outras eram acrescentadas multiplicando o número de espaços e a sua função e aumentando claramente a privacidade no interior da habitação” (CASTILHO, 2015, p. 68). Isto foi fundamental para a inclusão de melhorias no agenciamento interno e demonstrou a incorporação de novos parâmetros de uso da habitação, que, com o tempo, viria abrigar novos comportamentos sociais e a inclusão de novos hábitos no cotidiano das famílias.

Os sobrados identificados pela autora em Viseu, de modo geral, possuíam uma distribuição de cômodos na qual as cozinhas estavam ao centro e as câmaras na posição posterior do segundo pavimento. Segundo Liliana A. M. Castilho:

Nos edifícios de dois pisos, um sobrado, sendo o inferior sempre ocupado por lojas, a cozinha é na maior parte dos casos a divisão do meio do piso superior, a sala a divisão que confronta com a rua e a(s) câmara(s) situam-se na parte mais reservada da casa, junto ao quintal. Nos imóveis de três ou mais pisos a cozinha situa-se normalmente no último quer para facilitar a saída dos fumos, numa época em que as chaminés não são ainda apanágio de todos, quer para reduzir os riscos de incêndio, no entanto a localização desta divisão no piso intermédio não é totalmente inexistente. (CASTILHO, 2012, p. 247)

Apesar da organização em células subsequentes herdada da casa corrente medieval, as habitações viseenses receberam melhorias significativas para a funcionalidade da edificação por meio da inclusão do corredor. Este importante

cômodo surgiu como um importante recurso de organização dos espaços internos, situação não prevista na casa dos séculos anteriores. Segundo a autora, a inclusão dos corredores “permitia a circulação no interior da casa sem a devassa das restantes divisões, apontado, por alguns estudos, como raro na habitação corrente portuguesa até ao último quartel de Setecentos, surge na cidade de Viseu com alguma frequência” (CASTILHO, 2015, p. 68). A investigação feita em Viseu revelou que os corredores poderiam ser considerados incomuns no séc. XVI, mas nas duas centúrias seguintes teriam se vulgarizado entre a casa corrente local. Na documentação arrolada no Arquivo de Distrital de Viseu (A.D.V. F.C. Lv. 440/17 fls. 28v a 32), Liliana A. M. Castilho identificou a menção a uma casa com três pisos, sita na Rua das Estalagens, em 1624, em que existia “hum coredor que vai para a cozinha e para outra camera que esta pera o quintal” (CASTILHO, 2012, p. 248). A presença do corredor no agenciamento do programa de necessidades pode ser considerado um elemento específico da Idade Moderna, pelo menos, na casa corrente viseense, ainda que não fosse inédito nas residências nobres locais.

Outro aspecto correspondente à casa corrente viseense da Idade Moderna foi o aumento da quantidade de aberturas nas fachadas principais. A porta de entrada, no final do período medieval, normalmente, consistiu na única forma de acesso à casa corrente, sem uma demarcação física para o ingresso nas áreas de trabalho externo (masculino) e o doméstico (feminino); uma vez que não havia uma separação pragmática para os domínios do homem e da mulher<sup>90</sup>, em função dos costumes e dos limitados recursos disponíveis à época. Liliana A. M. Castilho apontou para a inclusão de outras portas no nível térreo, a partir do século XVII, também voltadas para a rua e destinadas à separação das entradas para a moradia e as lojas ou tendas; o que, porventura, tornou-se uma solução dominante no Setecentos. De acordo com a autora:

No século XVI a porta é normalmente a única abertura do andar inferior, surgindo no entanto já, por vezes, a solução de existir mais do que uma porta,

---

<sup>90</sup> Como demonstrado nos estudos da casa corrente portuguesa, do período medieval, a separação entre as áreas domésticas e de trabalho externo no rés-do-chão, se existente, correspondia a divisórias de madeira ou taipa leve.

quando na loja dianteira é exercida uma actividade profissional. Essa solução vai-se multiplicar ao longo do século XVII para se tornar absoluta já no século XVIII. O aumento da noção de privacidade e a separação entre o espaço profissional, tendencialmente masculino, do espaço doméstico, feminino, vai obrigar a uma demarcação, clara e pragmática, entre os dois domínios. Exemplar disso é o emprazamento feito a 'Antónia da Conceição, viúva que ficou de António Reis, latoeiro' de umas casas na Rua do Relógio, datado de 1737: 'tem estas casas dois portais de cantaria para a banda da rua do Relógio hum que serve de entrada para as mesmas casas e outro que entra para huma butica que serve de lógia de seu officio de latueiro'. (CASTILHO, 2012, p. 243)<sup>91</sup>

Nos sobrados, além do acréscimo de portas, as janelas, quando presentes, "[...] no piso térreo eram normalmente designadas por janelas de botica, encontrando-se assim associadas, pelo menos na sua origem à exploração comercial do espaço" (CASTILHO, 2015, p. 66). Se as janelas, de acordo com a autora, "no século XVI [eram] reservadas para os pisos superiores e limitadas ao mínimo indispensável como forma de controlar a temperatura, mas também por questões de segurança [...]; mais adiante se observaria, "[...] o seu número aumentar ao longo do século XVII, como é ampliada igualmente a sua importância na descrição das casas emprazadas, revelando assim a importância que lhe era reconhecida na valorização do imóvel" (CASTILHO, 2015, p. 66). Com o aumento das aberturas frontais, os panos cegos das paredes reduziram-se à medida em que portas e janelas tornaram-se recorrentes – oferecendo-se, assim, recursos como o ritmo e a repetição para o delineamento da fisionomia das ruas.

Liliana A. M. Castilho ainda acrescentou que "as janelas passam, neste período, a ser consideradas não só elementos estruturais que permitem a iluminação e o arejamento das habitações, mas igualmente como espaços de lazer e fruição do exterior, a partir do interior da habitação [...]"; o que, de acordo com os registos nos documentos, "[...] o aumento do número de janelas de assentos e varandas comprova" (CASTILHO, 2015, p. 66-67). Às portas do Oitocentos, as esquadrias passariam a receber, com mais frequência, fechamentos com vidro, para substituir as bandeiras

---

<sup>91</sup> Trechos extraídos de fontes contidas no Arquivo de Distrital de Viseu, catalogadas pelos códigos: A.D.V. F.C. Lv.481/34 fl. 74v e A.D.V. F.C. Lv.481/34 fl. 75.

cegas de madeira nas janelas, o que, por consequência ofereceu contornos finais ao aspecto externo das edificações. Conforme a autora destacou que:

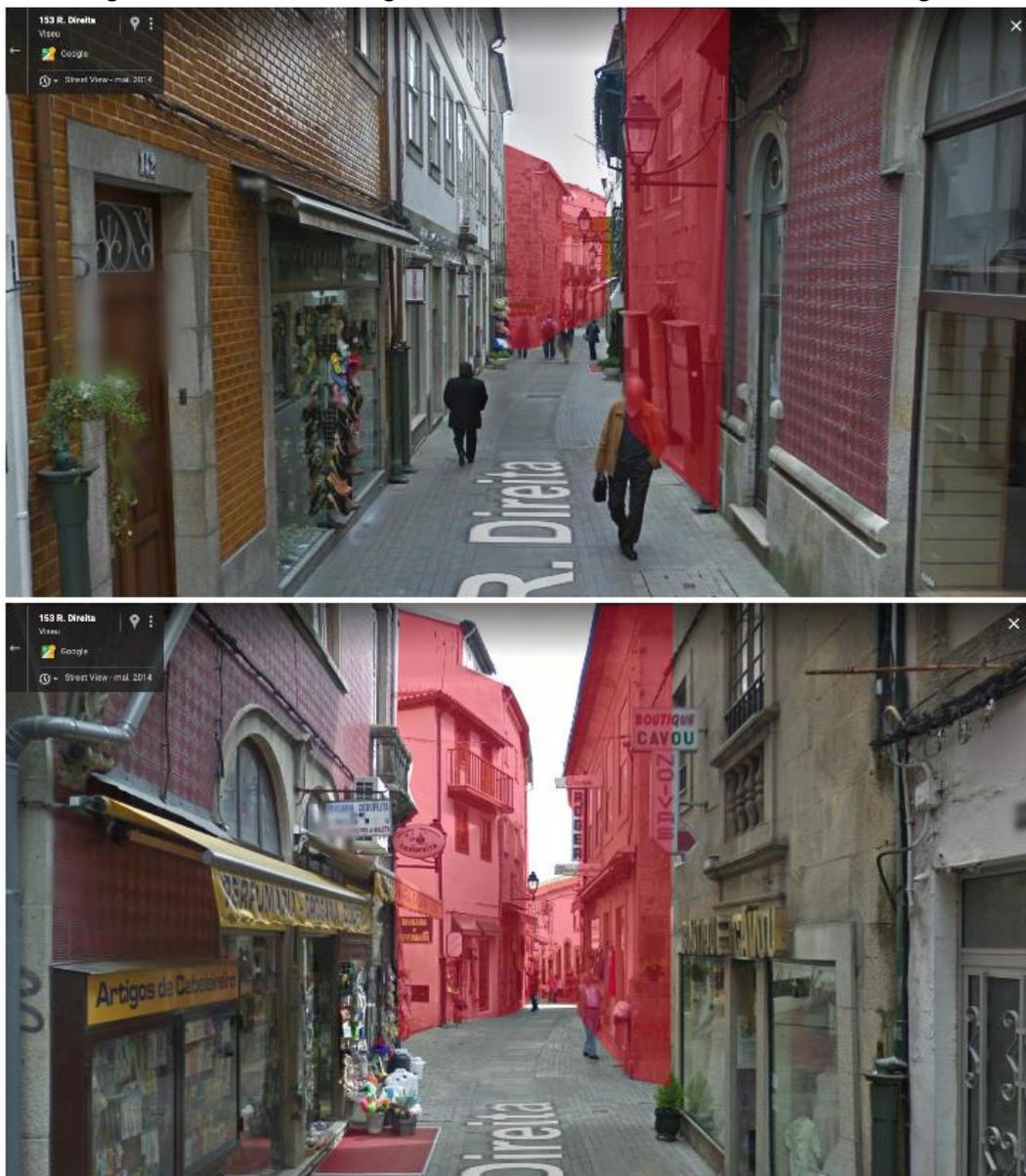
A utilização de vidros em Portugal no século XVI era um luxo reservado a muito poucos, sem dúvida por se tratar de um material dispendioso e de aplicação muito especializada. Na casa corrente os vãos eram normalmente tapados com recurso a portadas de madeira, ou nalguns casos a tecido, papel, pergaminho, oleados e encerados, ou simples cortinas. Nos séculos XVII e XVIII a utilização de vidraças vai aumentar (ainda que não deixassem de ser consideradas, naturalmente, um produto de luxo que não estaria ao alcance de todos), como se infere do aumento do número de vãos por piso e a sua abundância em divisões teoricamente mais resguardadas como as câmaras. (CASTILHO, 2015, p. 67).

Além destes aspectos, Liliana A. M. Castilho observou que “a casa corrente da época moderna surge-nos assim, ao nível do exterior, tendencialmente regularizada, face à rua, mas com alguns ressaltos e projeções sobre a mesma prolongando no tempo alçados de carácter medieval” (CASTILHO, 2012, p. 243). A condição de regularidade destacada pela autora, *grosso modo*, seria proveniente de uma contínua interferência de posturas públicas, definidas para a manutenção ou correção dos alinhamentos das vias e do maior regramento das fachadas, a fim de se evitarem elementos salientes e buscar um resultado de uniformidade arquitetônica. Neste sentido, a autora identificou que “quer as novas construções, quer as reedificações necessitavam de autorização camarária e, no caso de haver suspeitas de incumprimentos das normas estabelecidas, o Concelho era chamado a fazer vedoria” (CASTILHO, 2012, p. 243). Ao ilustrar esse fato, Liliana A. M. Castilho destacou:

Exemplar disso é a decisão camarária, datada de 1731 de ir fiscalizar as obras levadas a cabo por João de Nápoles do Amaral: ‘continuando a parede the baixo por onde vai hum caminho publico pera a Ribeira e Feira Franqua desta cidade de maneira que por a parede que vai continuando deixa o caminho muito estreiro por onde so pode pasar hum caro em forma que não faziam da Feira Franqua [...] fica a dita pasage muito deficultoza e com grande embaraso e prejuizo publico que pera ivita lo mandarão se fizese vedoria no dito sitiú’. No caso de se confirmar o prejuízo público o infrator era intimado a demolir a obra feita, a suas expensas, como sucedeu no caso de Rita Bernarda, moradora na Ribeira, acusada de colocar um pedestal à entrada de suas casas ocupando o espaço público. Após o exame, em que foram presentes ‘em acto e Corpo de Camara o sobredito Presidente vereadores e procurador’ chegaram à conclusão que ‘o pedrastal hera prejudicial a servidão

publica e determinarão se manda-se demulir e restituir ao publico a sua servidão pondo-a desembaraçada e livre a custa da dita Rita Bernarda senhoria da referida casa e testada onde se acha colocado”’. (CASTILHO, 2012, p. 242-243)<sup>92</sup>

Fig. 14 – Alinhamento irregular das fachadas – Rua Direita, Viseu – Portugal.



Fonte: Google Street View, 2021 - Adaptado.

Além das normas destinadas ao cuidado com as edificações, a regulação urbana, normalmente, viria agir em outros contextos de infrações ao interesse público, como

<sup>92</sup> Documentos mencionados no trecho: B.M.V. L.A.C. 1731-1735 fls. 95v e 96 / B.M.V. L.A.C. 1788-1798 fl.76.

os costumeiros empecilhos à circulação viária, o fato de haver muitos animais soltos às ruas – como porcos, galinhas e outros, destinados ao consumo de carne – e as questões voltadas à falta de higiene nos espaços comuns. De acordo com Castilho (2012):

A par da dimensão reduzida das ruas o prolongamento do espaço privado sobre o público, principalmente associado ao exercício de atividades comerciais, dificultava igualmente a circulação e as tentativas de regularização viária por parte da edilidade. A lei do reino reconhecia a prevalência do interesse público sobre o privado, mas no difícil diálogo diário entre os vários interesses em presença o conflito era certamente inevitável. Abundantes durante a época medieval e vendo o seu número reduzir ao longo da época moderna, as sacadas e balcões prolongando-se sobre rua e por vezes atravessando-a, chegaram inclusive até aos nossos dias, revelando a permanência de hábitos e formas de habitar. A presença de animais à solta e a utilização da rua para os despejos diários dificultava igualmente a circulação e a salubridade das vias de circulação no interior da cidade. (CASTILHO, 2012, p. 44-45)

Com relação ao uso dos materiais de construção, a casa corrente viseense da Idade Moderna não se diferenciaria por demais das erguidas no período medieval. Manteve-se a forma racional de emprego dos recursos disponíveis, com a aplicação conveniente de matérias-primas mais onerosas, nas partes mais sujeitas a deterioração, e maior utilização das que se mostrassem mais viáveis economicamente. A respeito desta perspectiva, Liliana A. M. Castilho destacou o fato de “nas habitações mais modestas, a solução ideal parece ter sido a construção em pedra ao nível do solo, normalmente até ao sobrado, e o recurso a materiais menos dispendiosos daí para cima” (CASTILHO, 2012, p. 254). Na sequência do trecho, a autora ainda explicou que:

A construção em pedra resultava mais dispendiosa e necessitava mão-de-obra especializada enquanto a taipa, o tijolo e a madeira implicavam materiais acessíveis e técnicas construtivas que o próprio proprietário podia aplicar. A construção mista, pedra junto ao solo e taipa, tijolo ou madeira nos pisos superiores permitia o isolamento da humidade junto ao solo e um crescimento em altura acessível. (CASTILHO, 2012, p. 254)

O uso da pedra, por consequência, correspondeu à alvenaria e à cantaria, recurso empregado em cunhais aparentes ou nas molduras de portas e janelas, que poderiam, inclusive, esporadicamente incorporar algum efeito estético derivado do

gosto de época. Segundo Liliana A. M. Castilho, em Viseu, “a decoração dos vãos através do recurso a elementos escultóricos não estava no entanto reservada apenas aos escalões superiores da sociedade, mas surge com frequência em casas relativamente modestas (CASTILHO, 2012, p. 255).

Apesar da difusão ampla do uso da pedra na cidade viseense, a madeira, como na Idade Média, foi “[...] o material mais utilizado na edificação da época moderna, não só como material de construção em si, mas igualmente entrando na composição de outros, como a taipa, ou ainda sendo empregue no estaleiro” (CASTILHO, 2012, p. 256). Este material teve utilização diversa na construção, na qual serviu para estruturas, telhados, confecção de paredes de vedação, esquadrias, escadas e outro sem-número de aplicações. Em decorrência destas variadas formas de uso, Liliana A. M. Castilho também mencionou o emprego dos fechamentos treliçados, na forma “gelosias, grelha de fasquias de madeira que cobria as janelas ocultando o interior da habitação da rua, presentes na documentação, e hoje em dia totalmente inexistentes na cidade”; bem como, “as rótulas e as grades de pau surgiam como soluções aplicadas às portas e janelas” (CASTILHO, 2012, p. 258-289). Tal fato aponta à reprodução de um recurso necessário à proteção dos vãos externos, mantido diante da dificuldade de se lançar mão dos caros vidros ou da possibilidade de se evitarem materiais de natureza frágil, por consequência, menos duráveis e seguros.

A terra teve participação igualmente importante como material de construção, servindo a produção das taipas, na forma crua, e de tijolos ou telhas, a partir do cozimento nos fornos. A respeito do emprego das taipas, a autora apontou a técnica como sendo “constituída por uma mistura de barro, palha, madeira e por vezes cal [...]”, o que, porventura, resultaria em uma “[...] estrutura leve, fácil de construir e derrubar, e que proporciona um isolamento térmico e sonoro considerável” (CASTILHO, 2015, p. 69). Liliana A. M. Castilho ainda destacou o emprego desta técnica como recorrente nas divisões internas até meados do séc. XIX, mas, apesar de vulgarizada, estaria sempre exposta a maior deterioração do que as alvenarias de pedra ou tijolo, por exemplo. Como observado em Guimarães e outras povoações nortenhas, no Medievo,

em Viseu, também, “o recurso à taipa nas paredes exteriores dos pisos superiores era no entanto abundante, na habitação corrente, na época em análise [...]”, o que, conseqüentemente, a fez estar “[...] associada à construção de beirais salientes como medida de minimização dos danos provocados pelas intempéries”. (CASTILHO, 2012, p. 256).

Como observado por outros autores, Líliliana A. M. Castilho observou que entre os materiais cerâmicos, as telhas foram um recurso amplamente utilizado nas coberturas durante toda a época moderna, haja vista a popularização desde a Idade Média e as recorrentes exigências camarárias para se eliminarem os recobrimentos vegetais, por demais suscetíveis aos incêndios. Os tijolos, por outro lado, se generalizariam nas construções após o séc. XVII, muitas vezes, no preenchimento das taipas ou em alternância com as pedras, formando um tipo de alvenaria mista. A cal, igualmente foi bastante empregada, quase sempre destinada ao preparo de argamassas ou à pintura, como foi de praxe nas edificações em todo o Portugal no período. Cabe destacar que outros recursos fizeram parte da casa corrente viseense, às vezes, de aplicação mais pontual, outras, até mesmo popularizadas, todavia, de modo menos importante para nossa abordagem ao tema.

#### 4. A CASA CORRENTE LUSO-BRASILEIRA COMO CONSEQUÊNCIA DA TRADIÇÃO URBANÍSTICA PORTUGUESA

Aquela tão aventada 'regularidade geométrica' das povoações estava condicionada (pode-se dizer subordinada) a uma regularidade primordial de adequação, acomodação e conveniência. As 'novas povoações' mineiras resultaram, pois, dentre vários outros aspectos aqui não contemplados, de regularidades que caracterizam e evidenciam a orientação de preceitos regulares que primavam pela adequação e conveniência às várias circunstâncias éticas e retóricas envolvidas na implantação, aumento e conservação das povoações. (BASTOS, 2015, p. 30-31)

Semelhante em quase tudo às suas congêneres no além-mar, a casa corrente luso-brasileira – em todo Brasil e, por consequência, em Minas Gerais – pode ser considerada um produto resultante da *tradição urbanística portuguesa*, que foi transplantada para o território sul-americano. Como demonstrou Trindade (2002; 2013), a casa deve ser considerada como componente elementar do tipo de urbanismo implantado nas povoações portuguesas. A casa corrente foi então o operador material do pensamento urbanístico luso, ou seja, o elemento construído que ofereceu unidade às povoações portuguesas seja no continente, seja nas ilhas ou nas possessões ultramarinas. Sua maior ou menor disseminação e suas qualidades construtivas, ainda, poderiam tanto dotar o lugar de "nobreza", "ordem" ou "decoro" quanto denotar a "fealdade", o "aspecto mau" de determinado conjunto urbano. O trecho a seguir retirado dos comentários feitos por José Vieira Couto, acerca do aspecto da vila de Pitangui no ano de 1800, ilustra bem esse tipo de interpretação à época:

A vila fica sobre a lomba de uma montanha de suave pendor, é grande e merece o título de vila; porém, seu arranjo é mau. *As casas, muitas delas boas e nobres, quase todas foram edificadas segundo os caprichos dos seus donos, sem arruamento e ordem; e ao longe avistam-se como espalhadas aqui e ali pela montanha abaixo.* (COUTO, 1800 apud FONSECA, 2011, p. 407 – Grifo nosso)

Percebemos que, apesar de as casas serem "boas e nobres", a falta de "ordem" na organização destas no sítio urbano comprometeu a condição de decoro da povoação, conforme a observação de Vieira Couto para a vila, a ponto de Pitangui,

mesmo merecendo tal título pela grandeza do conjunto, possuir, em seu entendimento, um mau “arrançamento”.

Na historiografia brasileira da arquitetura e do urbanismo, em linhas gerais, formou-se um *modus operandi* estruturado em análises da habitação e do espaço urbano em separado, com o intento de se buscar, na dissociação das investigações, construir interpretações para os dois fenômenos. A separação destas categorias, todavia, condicionou o entendimento de existência de percursos independentes para estes objetos; onde a casa foi, de certo modo, mero elemento participante, indistinto para além da dimensão física da povoação.

Os estudos associados ao paradigma SPHAN, em geral, organizaram a discussão sobre as povoações implantadas luso-brasileiras em duas linhas de entendimento: o caráter espontâneo de formação dos núcleos urbanos – adotando-se a perspectiva de Sérgio Buarque de Holanda, em “Raízes do Brasil” – e a ênfase ao papel das edificações religiosas como elementos determinantes para a organização dos espaços urbanos. Estes fatores passaram, então, a ser considerados aspectos fundamentais, para a compreensão dos arruamentos não-ortogonais e para o estabelecimento das hierarquias entre as edificações, a partir das funções desempenhadas. A reinterpretção destes fenômenos tem sido aos poucos realizada entre os novos estudos urbanos, desenvolvidos nos programas de pesquisa das universidades, e está a contribuir para o reposicionamento desses temas na historiografia brasileira.

Como demonstrou Luisa Trindade, em “Urbanismo na composição de Portugal”, torna-se urgente considerar outros operadores igualmente importantes na definição do espaço urbano das povoações de origem portuguesa, quando os administradores da Coroa se fizeram presentes no local – como a indicação dos locais das praças, a posição da Casa de Câmara e do pelourinho, ou a aglutinação das funções urbanas de modo racional no terreno. Nesse sentido, a presença de controle em torno do ato de edificar/reedificar as habitações – como demonstrou Vasconcellos (1956); Delson (1979), Borrego (2004) e Bastos (2015), entre outros – aponta para a presença de uma busca constante pela regularidade urbana e uniformidade arquitetônica, disciplinando-

se a construção da casa corrente. Em função destes fatores, entendemos que a casa dividiu “de ombros” o centro do processo de formação das povoações e não esteve à margem das decisões, ao sabor do acaso, como, em alguns casos, a produção historiográfica brasileira permitiu entender.

Partimos então da premissa de que a casa corrente luso-brasileira deve estar no centro da discussão acerca da produção das povoações na América portuguesa, ou seja, sendo considerada a componente responsável pela organização geral do sítio e pela definição das hierarquias urbanas. Ainda que manifestada com qualidade construtiva inferior à das edificações mais notáveis, as habitações estabeleceram as escalas, o aspecto ou a diferenciação entre o meio edificado e o natural; bem como, também foram responsáveis por definições de caráter apreciativo, como a intuição de nobreza, lealdade ou beleza do lugar, quando correspondiam aos anseios da empreitada colonizadora lusa.

Nessa linha de interpretação, lançaremos mão, neste capítulo, de uma linha de interpretação composta por dois operadores fundamentais, entendidos como fundantes para a casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais. O primeiro compete ao entendimento de a habitação comum local ser consequência da transmissão da *tradição urbanística portuguesa* ao Brasil – condição fundamental para se enquadrar o cenário brasileiro e, por consequência, o mineiro ao contexto do império luso. Compreender a formação das povoações de origem portuguesa, de um modo mais amplo, nos permite observar a reprodução dos principais elementos estruturantes, que moldaram a produção da casa ao longo do tempo. O outro operador a ser relacionado considera a existência de um processo lento de implementação “conveniente” dos princípios de uniformidade arquitetônica, como constava à regra do decoro urbanístico em Portugal. Este processo de regulação urbana foi ganhando corpo a partir da maior imposição das normas criadas no reinado de D. Manuel I, implementada efetivamente na colônia após a Restauração do Reino português. Fundamental aos intentos do Império Luso, principalmente, na gestão do Marquês de Pombal, o maior controle da formação espaço urbano, conseguido a partir da segunda metade do Setecentos em

toda a colônia, acabou por repercutir no aspecto compositivo da casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais à época e inclusive durante boa parte do séc. XIX, nas *urbes* locais.

#### **4.1. O ato de *fazer cidade* nas povoações de origem portuguesa e as implicações gerais sobre a casa corrente luso-brasileira**

De início, é importante destacar que compreendemos o processo de formação das povoações luso-brasileiras e, conseqüentemente, das vilas setecentistas mineiras como um evento singularmente ajustado à *tradição urbanística portuguesa*, instituída em primeiro lugar em Portugal continental e, posteriormente, alargada para as ilhas atlânticas e colônias. Não temos evidências de que o contexto local tenha dado margens para uma produção urbanística autônoma ou mesmo com aspectos inéditos em relação ao percurso anteriormente realizado em terras lusas. Isto implica, inclusive, na aceitação de sempre houve um caráter controlador por parte dos agentes colonizadores, capaz de estabelecer ordem e decoro ao resultado materializado na forma de ruas, travessas, praças, largos etc. Tal controle interferiu decisivamente sobre o ato de *fazer cidade* ao se constituir a casa corrente luso-brasileira como elemento essencial do *compor cidade*, a unidade elementar proporcionadora das métricas, ritmos e a escala geral dos espaços urbanos concebidos na América Portuguesa.

Ao compreendermos que esse processo foi também regulado para se obter resultados convenientes ao desejo dos agentes colonizadores, do ponto de vista do decoro urbano, o alegado caráter espontâneo e irregular dos sítios urbanos brasileiros – destacado em alguns estudos baseados nas hipóteses contidas em *Raízes do Brasil*<sup>93</sup> – não poderia ser tomado como um norte ao nosso trabalho, pois excluiria do *fazer*

---

<sup>93</sup> No ensaio “O semeador e o ladrilhador”, contido no livro citado, Sérgio Buarque de Holanda ofereceu a gerações de historiadores do urbanismo uma interpretação para o percurso de criação de povoações pelos portugueses, baseando-se na hipótese de que a ausência de arruamentos ortogonais fosse, por consequência, o resultado de um possível descaso dos colonizadores em relação às formas do traçado urbano. Como vimos, a geração SPHAN assumiu esta perspectiva de interpretação, que, inclusive, repercutiu na representação historiográfica de Paulo Santos e Sylvio de Vasconcellos, duas importantes

*cidade* na Colônia o operador de intencionalidade, necessário à imposição de ordem aos espaços escolhidos para receber as povoações. Os autores que consultamos, entre a literatura portuguesa e brasileira, nos demonstraram a existência de um *modus operandi* consistente para a escolha dos sítios e dos ajustes a serem desempenhados sobre as condições preexistentes, fazendo-se sempre a escolha mais conveniente ao contexto explorado e seus usuários. Inclusive, encontramos, nas fontes consultadas, descrições de um aparato metodológico amplo, sustentado tanto pela tratadística desenvolvida na Itália e França, quanto por sólidos conteúdos teóricos desenvolvidos pela engenharia militar lusa, como apontou Helder Carita, Manuel C. Teixeira, Luisa Trindade, Roberta M. Delson e Beatriz P. S. Bueno.

Para a adequada discussão sobre esta questão, é preciso atentar-se, como Luisa Trindade destacou, para a possibilidade de ocorrer a fundação de núcleos urbanos de maneira espontânea – como se pode identificar no cenário da primeira fase de ocupação de Minas Gerais, no alvorecer do séc. XVIII, e em outros locais do país desde os primórdios da colonização – o que não implicaria na ausência de regularidade aos conjuntos criados. Nestes casos, as ações para a fundação da povoação não contemplaram a participação direta da Coroa, mas somente dos povoadores do lugar. Mesmo nestas condições, haveria a manutenção dos operadores fundamentais para a transformação do lugar, no qual se conservariam os principais elementos constituintes da *tradição urbanística portuguesa*. Isto estaria presente, conseqüentemente, na constituição de um urbanismo empírico no qual os entes da cidade conservariam seus papéis hierárquicos no traçado da povoação, conforme a lógica compartilhada em todo o Império português. De acordo com a autora:

*Espontâneo* é um termo que caracteriza o momento da fixação, não a expressão morfológica. Esta poderá ser diversa consoante o desenvolvimento do processo: se num determinado momento, não muito distante da origem, houver uma intenção de ordenamento, a forma urbana será regular (que não

---

autoridades do assunto nos anos 1950 e 1960, para os contextos brasileiro e mineiro, respectivamente. Vasconcellos considerou a composição urbana das vilas mineiras como "orgânica" e "espontânea", em concordância com a visão de Holanda, ainda que entendesse o fato, possivelmente, em associação à noção de barroco proposta pelo antigo serviço do patrimônio.

é sinónimo de geométrico, note-se, mas de regulado). (TRINDADE, 2013, p. 105 – Grifo da autora)

Ao longo da Idade Média, a imposição de regularidade recaiu de diferentes modos entre as povoações existentes (*ex novo*), que passaram a ser geridas com maior rigor, tendo sido norteadas as expansões da malha pelos mais recentes princípios ordenadores, impostos sobretudo para a adequação do espaço urbano acrescentado ao existente e para evitar a desordem recorrente nos intramuros. Em outra perspectiva, na expansão do território de Portugal ao sul, a fundação de novas povoações<sup>94</sup> (*ex nihilo*) incorporou as experiências regulares anteriores e permitiu às cidades ou vilas de fundação traçados mais racionais; portanto, mais evidentes à luz de uma discussão de análise dos resultados materializados no sítio urbano. Em ambos os casos, o *fazer cidade* abarcou operadores similares, verificáveis em meio a uma mesma cultura de produção de povoações regulares que permeou a *tradição urbanística portuguesa*. Isto pode ser percebido:

Quando se elege como objeto de estudo a forma e o significado do quadro material — a malha, o programa, o método, a intenção subjacente — é natural que a abordagem incida sobre processos urbanísticos de fundação onde, no espaço e no tempo, se concentram os elementos considerados imprescindíveis ao 'fazer cidade'. A propriedade unitária do solo e o comando das operações, por outro lado, permitem visualizar com uma outra clareza as características dos vários elementos que compõem a cidade: a forma das parcelas, a composição e a hierarquia do sistema viário, os equipamentos coletivos. Os mesmos, de resto, que surgem na cidade dita espontânea — basta pensar na morfologia do lote estreito e profundo, na utilização comum das paredes portantes, na procura da fachada virada à rua, elementos que, em conjunto, determinam a orientação do casario em bandas cerradas, mas também na presença dos quintais de fundo de lote, na existência de cercas defensivas ou no aparecimento tardio da praça. Não se trata por isso de elementos ou formas distintas, consoante a cidade é de fundação ou espontânea/aditiva. Como se de outra cultura se tratasse. Significa, tão só, que à forma explícita da primeira corresponde, por norma, uma maior complexidade de leitura na segunda. (TRINDADE, 2013, p. 99)

---

<sup>94</sup> A fundação de novas povoações poderia tanto ser designada pelo Rei – com o oferecimento de todo aparato técnico para a criação dos traçados e demarcação do território – ou, também, em ocasiões convenientes, ocorrer sem um efetivo controle inicial da administração Real, de forma espontânea, conforme a descrição feita por Luisa Trindade.

Tal contexto poderia ser observado na colônia portuguesa na América, mesmo quando a criação de determinada povoação no Brasil ocorreu de forma espontânea. De acordo com Manuel C. Teixeira:

As primeiras fases desses núcleos urbanos [brasileiros] eram habitualmente de responsabilidade dos próprios colonos, a maior parte das vezes sem apoio de arquitetos, de engenheiros ou de quaisquer especialistas. Inevitavelmente, eram inspirados nos modelos urbanos da metrópole que os colonos conheciam por sua própria experiência de vida e que reproduziam nos novos territórios. Em geral, essas referências eram as estruturas de povoamento frequentemente designadas por vernaculares, que se desenvolviam em uma articulação íntima com a topografia e que ali eram retomadas. Em outras situações [fundação de novos núcleos designada pela Coroa], ou em fases posteriores e mais estabilizadas da implantação humana, agrimensores, capitães dos navios ou alguém mais hábil ou mais qualificado no conhecimento da geometria colaboravam no arruamento. Nesses casos, o espírito geométrico já permeava o modo como se definiam os traçados urbanos, que tendiam a adotar uma estrutura de base regular. A crescente participação de arquitetos e de engenheiros, a partir do século XVI, reforçou a regularidade dos traçados, correspondendo à base da matemática da formação teórica desses técnicos, bem como aos ideais de racionalidade da cultura renascentista. A adoção desse tipo de traçado, baseados na geometria, correspondia também à crescente intervenção estatal no processo colonial, expressando, por meio da regularidade, a ordem imposta pelo poder real sobre o território. (TEIXEIRA, 2012, p. 8-9)

A maior ou menor sujeição dos arruamentos aos padrões ortogonais foi sem dúvida um importante operador para a interpretação do sítio – e, por consequência, da casa corrente luso-brasileira –, uma vez que as formas dos quarteirões poderiam ser determinadas tanto pelo agrupamento das casas em extensos conjuntos contínuos ou em faces mais curtas organizadas em malha. Neste sentido, podemos reconhecer os impactos das condições de surgimento das povoações, se de *fundação* ou *espontânea/aditiva*, que essencialmente expressou resultados diferentes em cada um destes contextos. Para tanto, deve-se considerar, sobretudo, que:

As especificidades da cidade de origem portuguesa têm a ver com muitos aspectos: suas heranças culturais no contexto europeu e extraeuropeu, as lógicas de localização e de escolha dos sítios para a implantação dos núcleos urbanos, os elementos geradores dos traçados, sua relação com as características físicas do território e com as estruturas geométricas subjacentes ao plano, as hierarquias e os elementos de referência do traçado, as praças e seu papel na organização urbana, as estruturas de quarteirão e de loteamento

e os processos de planejamento e de construção da cidade. (TEIXEIRA, 2012, p. 9)

A fase madura do ato *fazer cidade*, ocorrida no Setecentos em Portugal e por conseguinte no Brasil, amalhou conhecimentos macerados por vários séculos, constituídos fundamentalmente na avaliação dos condicionantes naturais para a ocupação dos sítios, porventura, mais propícios ao menor dispêndio de recursos. Em relação a este aspecto, Manuel C. Teixeira (2012) e Luisa Trindade (2013) destacaram que o *fazer cidade* adotado pelos portugueses adotou uma série de premissas orientadoras, como: a necessidade de se observar uma orientação solar propícia para as habitações – a fim de assegurar insolação por igual aos dois lados da rua – ou melhor maneira de acomodar os traçados em terrenos acidentados, por exemplo. Mais tarde, a estes foram incorporados saberes de maior disciplina teórica, com fundamentos baseados nos avanços tecnológicos da engenharia militar e na tratadística da época moderna. Além dos autores mencionados, Roberta M. Delson e Rodrigo Bastos observaram que, ao longo da Idade Moderna, foi cada vez mais recorrente a predisposição para se posicionar os edifícios notáveis em lugares altos, reforçando-se a posição hierárquica destes, ou mesmo a busca por recursos capazes de assegurar melhor fruição estética do sítio urbano – medidas baseadas nos princípios de regularidade urbana, decoro e de uniformidade arquitetônica, entre. Na perspectiva representada por Bastos (2015):

A consideração do decoro – ou da ‘conveniência’ – foi decisiva, dentre outros aspectos, para a efetivação de uma política de *povoamento, aumento e conservação* das conquistas com a qual se procurou conciliar prudentemente as *conveniências metropolitanas e as conveniências coloniais*, políticas, humanas e edificadas; em um território cuja permanência dos povos e das povoações desde o final do século XVII foi problemática e, justamente a partir do século XVIII, se tornou imprescindível. Constituindo um preceito fundamental tanto aos regimes ético-políticos quanto aos regimes artístico-construtivos, o decoro proporcionou uma chave bastante interessante à compreensão de vários aspectos relativos à formação dessas novas povoações. (BASTOS, 2016, p. 98 – Grifo do autor)

O atendimento às “conveniências metropolitanas e coloniais”, por um lado, impactou no modo de produzir as povoações, sinalizando para a existência de objeto em constante transformação e atualização, embora a implementação de mudanças tenha ocorrido lentamente, como todo processo de reprodução cultural. Por outro lado, os operadores urbanísticos fundamentais se mantiveram, de modo que, mesmo ao fim do período colonial, as povoações brasileiras expressaram significativo “ar de família” em relação às do Além-Mar.

Luisa Trindade, inclusive, chamou de “tradicionalismo visível”, a conjugação das características morfológicas dos núcleos urbanos da Idade Média com a regularidade dos traçados, condizente com os princípios desenvolvidos nas centúrias seguintes. Na análise produzida em “Urbanismos na composição de Portugal”, a autora destacou aspectos da pesquisa realizada por José Manuel Fernandes<sup>95</sup> sobre o processo de urbanização das ilhas atlânticas, Madeira e Açores, no séc. XVI, no qual observou um fenômeno:

[...] marcado por ‘um forte tradicionalismo de conceção’ resultante da importação de modelos medievais e metropolitanos, então reelaborados em contexto insular. Tradicionalismo visível num conjunto de características morfológicas relacionadas com a regularidade que o autor – sublinhando uma evolução sem ruturas – designava por ‘Medievo-renascentista’. (TRINDADE, 2013, p. 25)

A autora ainda destacou que ocorreram “processos de estruturação urbana constantes no tempo longo”, entre os quais teriam se manifestado as principais características da *tradição urbanística portuguesa*. Segundo a interpretação demonstrada, tais processos foram:

[...] resultantes da conjugação de elementos vários como a estruturação cadastral modulada, a hierarquização rua/travessa ou as regras de proporcionalidade e coordenação dimensional com que se articulavam o traçado, o espaço público e a arquitetura, elementos invariantes que, em síntese, davam corpo a uma matriz metodológica e cultural constante. (TRINDADE, 2013, p. 27)

---

<sup>95</sup> A pesquisa foi publicada com o título de “Cidades e Casas da Macaronésia”, em 1996.

Isto, sobretudo caracterizaria a existência de “*uma maneira de fazer cidade, um conjunto de normas e procedimentos, mais do que um modelo*” (TRINDADE, 2013, p. 28 – Grifo da autora), que estaria igualmente na base de toda a compreensão do tecido das povoações criadas no Brasil.

Esta maneira da *fazer cidade* implicou em procedimentos capazes de influenciar a reprodução da casa corrente luso-brasileira. Como discutimos no capítulo anterior, a forma do lote godo-medieval seria fundamental para além da necessidade de se agrupar grandes contingentes de pessoas em zonas intramuros das povoações medievais, mas, sobretudo, estava condicionada em função do uso racional da madeira. De acordo com Trindade (2013, p. 148): “a dimensão da frente da parcela é, assim, frequentemente ditada pelo uso racional das vigas de madeira, uma vez que dimensões superiores a seis metros são, não só difíceis de encontrar como, sobretudo, demasiado onerosas”<sup>96</sup>. Com isso, a métrica necessária para se produzir estruturas eficientes para as habitações comuns foi, também, a base dimensional para o ato de *compor cidade*. Isto, conseqüentemente, impactou em outros elementos do *fazer cidade*, presentes na lógica de composição dos traçados das ruas e travessas ou mesmo na organização formal dos quarteirões, tantas vezes mais longos que profundos. Nestes casos, o resultado não dependeria somente da disposição das casas em continuidade, mas de alguns fatores, como a topografia existente nos locais de surgimento das povoações e a presença ou não de agentes da Coroa na organização do processo.

#### **4.1.1. Aspectos importantes a considerar sobre a morfologia das povoações de origem portuguesa no Brasil**

Uma importante discussão presente na historiografia da cidade no Brasil, ao longo do tempo, esteve relacionada aos modos de composição das povoações do

---

<sup>96</sup> Helder Carita (1999), igualmente, destacou a racionalidade do uso da madeira, no qual para as peças maiores eram indicados comprimentos máximos de cerca 30 palmos, ou seja, 6,6m.

ponto de vista morfológico, de forma a considerar a compreensão das principais soluções urbanísticas adotadas durante a fase de colonização portuguesa. Inicialmente, como tratamos brevemente, assumiu-se a hipótese de Buarque de Holanda acerca do caráter espontâneo e “desleixado” das povoações luso-brasileira. Esta interpretação percorreu os estudos de Paulo Santos e Sylvio de Vasconcellos, pesquisadores associados à arquitetura mineira, além de ser conjugada pelas investigações capitaneadas pelo antigo serviço do patrimônio. O reposicionamento dos fatos viria em parte a ocorrer algumas décadas mais tarde com o inaugural trabalho de Nestor Goulart Reis Filho “Evolução Urbana no Brasil”, publicado em 1968, que demonstrou a existência de uma preocupação com as soluções urbanísticas empreendidas pela metrópole na ocupação da Colônia. Ao analisar os dois primeiros séculos de povoamento, o autor identificou vestígios de uma intenção, ainda que incipiente, de imposição de ordem às vilas e cidades brasileiras, mas que seria intensificada a partir de 1720, sendo que “até então, a existência de uma política urbanizadora, com maior ou menor conteúdo teórico somente em casos muito especiais significou regularidade nos traçados”. (REIS FILHO, 1968, p. 131)

Estes aspectos ligados à reprodução de uma “política urbanizadora” podem ser observados a partir de alguns cenários presentes na replicação da *tradição urbanística portuguesa*, representados sobretudo na morfologia apresentada pela povoação. Luisa Trindade identificou que os traçados urbanos, em geral, poderiam assumir duas disposições em especial, a ordenação linear<sup>97</sup> ou cruzada<sup>98</sup>. Porventura, cada um destes métodos de organização do espaço urbano apresentaria maior propensão a estar associado a algum dos condicionantes existentes, assim relacionados:

---

<sup>97</sup> *Ordenação Linear* – “Na sua versão mais simples constitui uma rua única, bordejada de ambos os lados por ‘casarias’. As fachadas dos edifícios sucedem-se ao longo de um troço do caminho original, assim transformado em rua”. (TRINDADE, 2013, p. 142)

<sup>98</sup> *Ordenação Cruzada* – “Ao contrário da série linear, nesta, o caminho original é sobretudo uma via de passagem, sendo o casario edificado ao longo de um conjunto de vias de distribuição perpendiculares àquele e equivalentes entre si. É um sistema mais complexo que a ordenação linear por originar dois níveis diferentes de vias: as de circulação e as de acesso ao grosso da mancha residencial. Em termos estritamente formais, o resultado final pode gerar manchas mais ou menos quadrangulares, retangulares ou ovaladas, sem que tal produza qualquer alteração de natureza tipológica”. (TRINDADE, 2013, p. 142-143)

[...] relação estreita entre o ato de 'arruar' e a topografia que prevalece sobre qualquer geometria prévia; / ortogonalidade da rede viária e do parcelário; / parcelário regular ao longo de uma via (frequentemente preexistente) segundo lotes estreitos e compridos; divisão por paredes mestras de meação; / modulação com base no quadrado e na sua evolução algébrico-geométrica para o retângulo; / interrupção das fiadas por travessas, permitindo o atravessamento perpendicular; / sucedâneos da unidade base do parcelário – o lote – os quarteirões são rectangulares, estreitos e compridos; / mono-direcionamento da malha; / Quarteirões constituídos por fileira de um único lote ou duas fileiras de lotes dispostos costas com costas; / Hierarquização viária segundo o sistema de ruas e travessas ou ruas de fachada e ruas de traseiras; [...]". (TRINDADE, 2013, p. 160)

Observamos que, entre os núcleos urbanos de origem portuguesa, de um modo geral, a *ordenação linear* foi mais comum quando a adoção dos traçados reticulados não seria a de aplicação mais conveniente, seja em função de condições determinadas pelo meio físico de implantação ou no caso de outras soluções exigirem grande dispêndio de recursos. Ou seja, normalmente, isto ocorreu em função da topografia e das características naturais do lugar se apresentarem como um limitador, ao pleno exercício dos arruamentos em quadra. Do mesmo modo, tal organização também se conformaria em função das vias internas originadas nas portas das muralhas protetoras dos sítios urbanos, ordenadas em função dos caminhos que ligavam as povoações existentes. Séculos mais tarde, também, viria a ocorrer em lugares fundados nas faixas litorâneas, da África, Ásia e do Brasil. Por conseguinte, os quarteirões resultantes deste modelo seriam de forma alongada, com longas frentes dominadas por casas e fundos com comprimento indeterminado.

A *ordenação cruzada*, por outro lado, ocorreu de modo mais evidente em lugares de boa topografia e, conseqüentemente, foi onde ocorreu maior incidência do controle regulador do espaço urbano. Povoações *ex nihilo*, criadas pela administração real, foram mais propensas a este tipo de organização dos traçados, gerando um desenho mais próximos da disposição ortogonal, com a sobreposição de vias paralelas e perpendiculares. Este fato também poderia ser verificado após a instalação de Casas de Câmaras em núcleos urbanos *ex novo* – dada a promoção do lugar ao título de vila ou cidade – ou no aumento das povoações fora dos limites das muralhas. As malhas

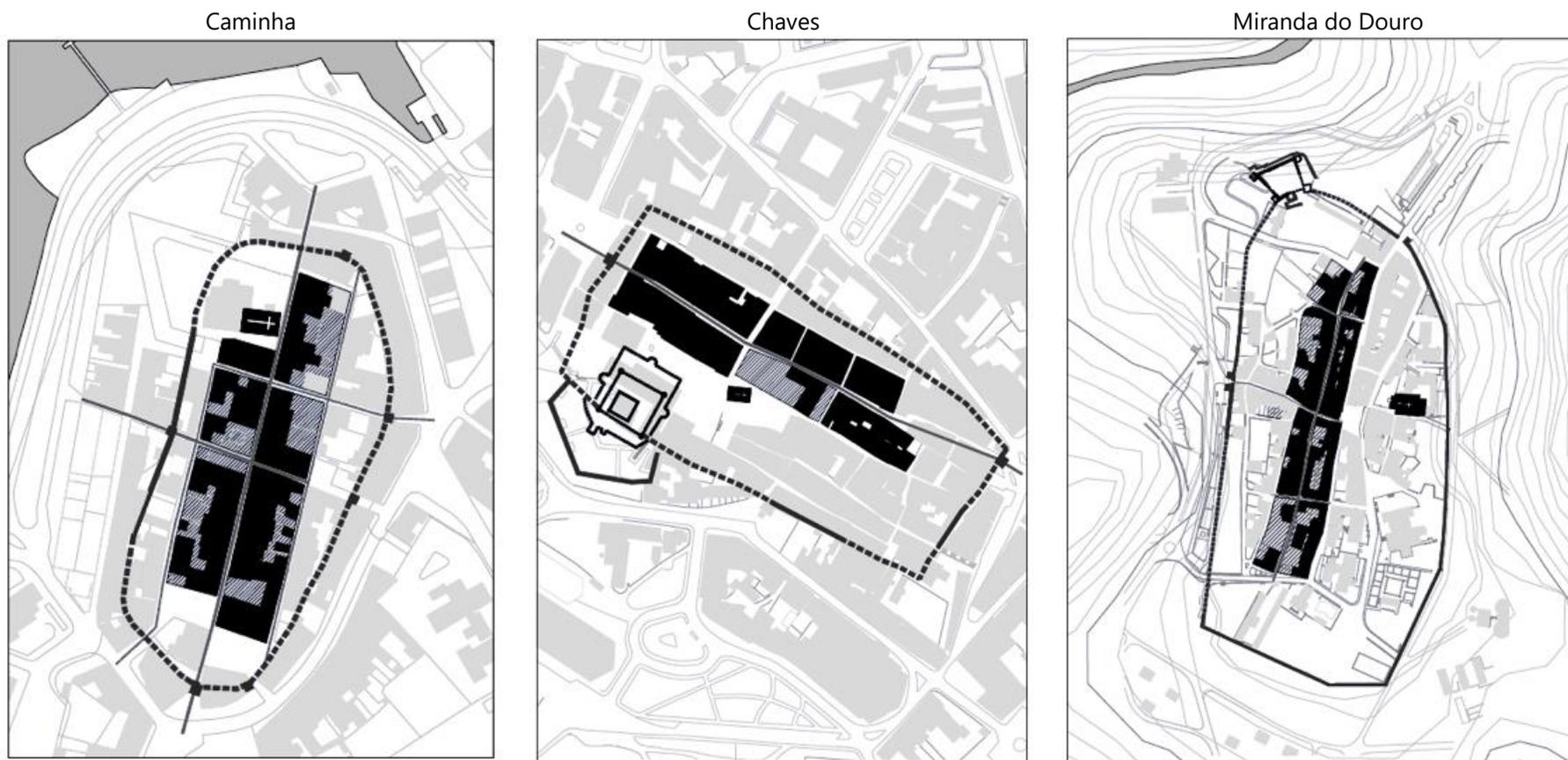
em quadrícula tornaram-se recurso habitual em Portugal desde a Idade Média e se replicariam nos séculos seguintes. Nesse contexto, Luisa Trindade chamou a atenção para o fato de a *ordenação cruzada* refletir uma intenção clara de planejamento urbano regular, em todo o Reino e nas possessões portuguesas da Idade Moderna. Manuel C. Teixeira, igualmente, percebeu a presença de tal regularidade desde o Medievo, como resultado do pensamento humanista na sociedade do período. Segundo o autor:

O desenho regular das cidades novas medievais era também o resultado de especulações teóricas sobre a boa forma urbana desenvolvidas ao longo dos séculos XIII e XIV, em que a estrutura regular de uma cidade tendia a ser vista como uma expressão de uma sociedade perfeita e ordenada. (TEIXEIRA, 2012, p. 30)

Os tipos urbanísticos de *ordenação linear* e *ordenação cruzada* foram fundamentais para dotar os núcleos urbanos de certa regularidade, durante à Idade Média, e ambos estiveram sujeitos à adaptação conveniente ao sítio natural. Mesmo em povoações *ex nihilo*, os traçados criados em Portugal nem sempre seguiram uma composição em malha rígida, baseada em regras geométricas estruturantes ou invariáveis. Nestas condições, muitas das vezes, percebeu-se uma tendência em se definir arruamentos adaptativos, ajustados aos terrenos, para se vencer de forma mais favorável os obstáculos existentes. Segundo Helder Carita (2011), no caso da *tradição urbanística portuguesa*, tal caráter "orgânico" dos traçados, revelou, sobretudo, um princípio de racionalidade para a ocupação do espaço, que dispensou soluções dispendiosas e artificiais. Nesse sentido, a disposição dos traçados, conforme as condições mais propícias do lugar, manteve-se como um operador preponderante, a ser seguido na fundação de novas povoações ou para o aumento das já existentes.

No Brasil e nas demais possessões ultramarinas, esse significativo repertório de conhecimento urbanístico, desenvolvido ao longo do Medievo, foi de fundamental importância, para se assegurar a formação de núcleos nas áreas conquistadas pelos portugueses e, majoritariamente, serviu como base para quase toda produção urbana do período colonial.

Prancha 06 – Povoações portuguesas constituídas com *ordenação linear* – Destaque em cor preta para o núcleo de formação medieval.



Fonte: Trindade (2013 – Adaptado).

Nota: No caso de Caminha, em especial, é possível perceber a conformação de “ruas de fundo”, que serviam de início ao acesso às traseiras dos lotes e a facilitação do uso dos quintais – manejo de animais, acesso de mercadorias etc.

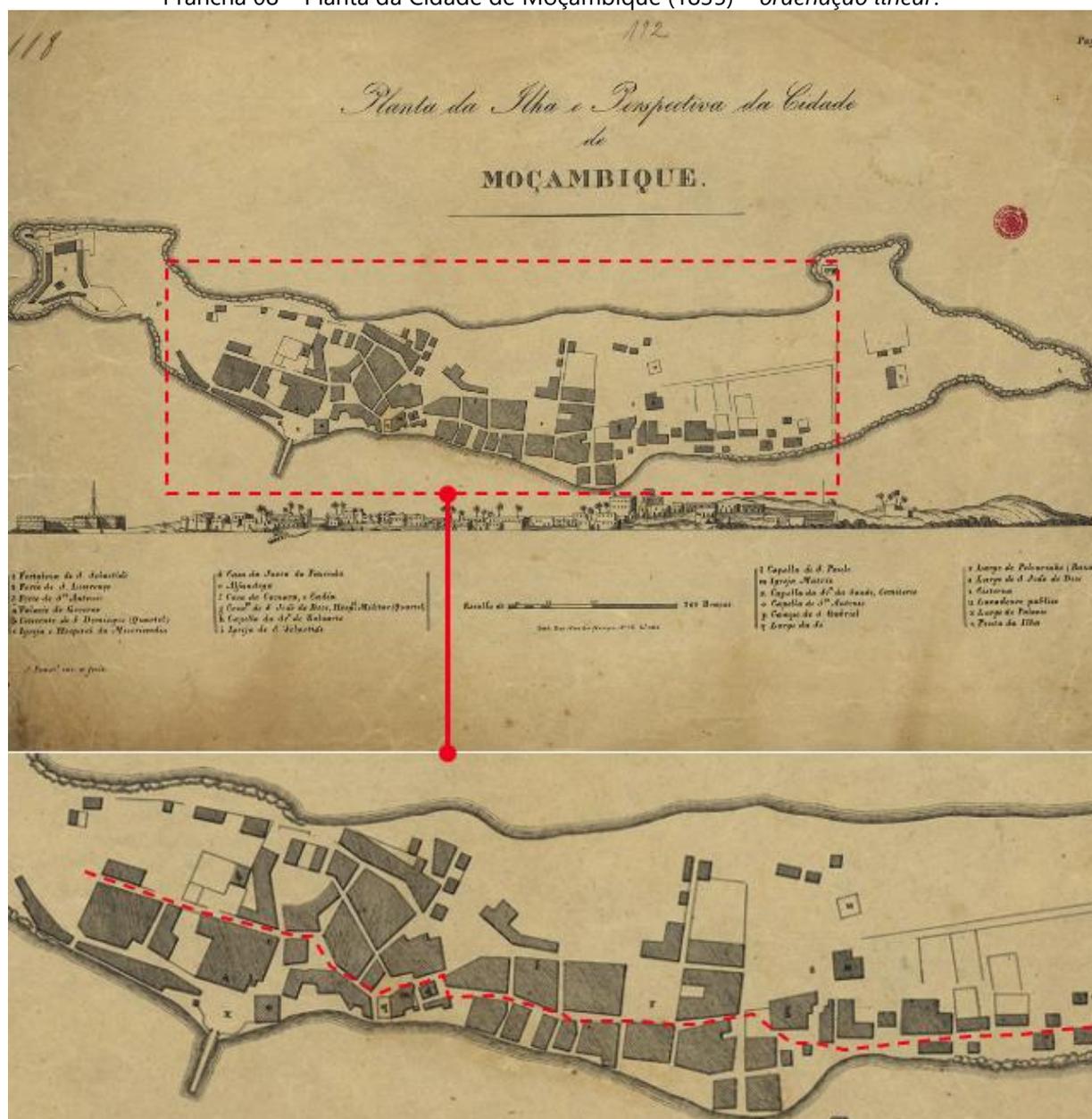
Prancha 07 – Povoações portuguesas constituídas com *ordenação cruzada* – Destaque em cor preta para o núcleo de formação medieval.



Fonte: Trindade (2013 – Adaptado).

Nota: Os eixos principais das vias nas povoações com *ordenação cruzada* eram, em geral, dois, com interceptação central e perpendicular, remontando ao urbanismo romano. Em alguns casos, como o demonstrado pelo traçado de Cedovim, poderiam ocorrer mais ruas transversais com essas características.

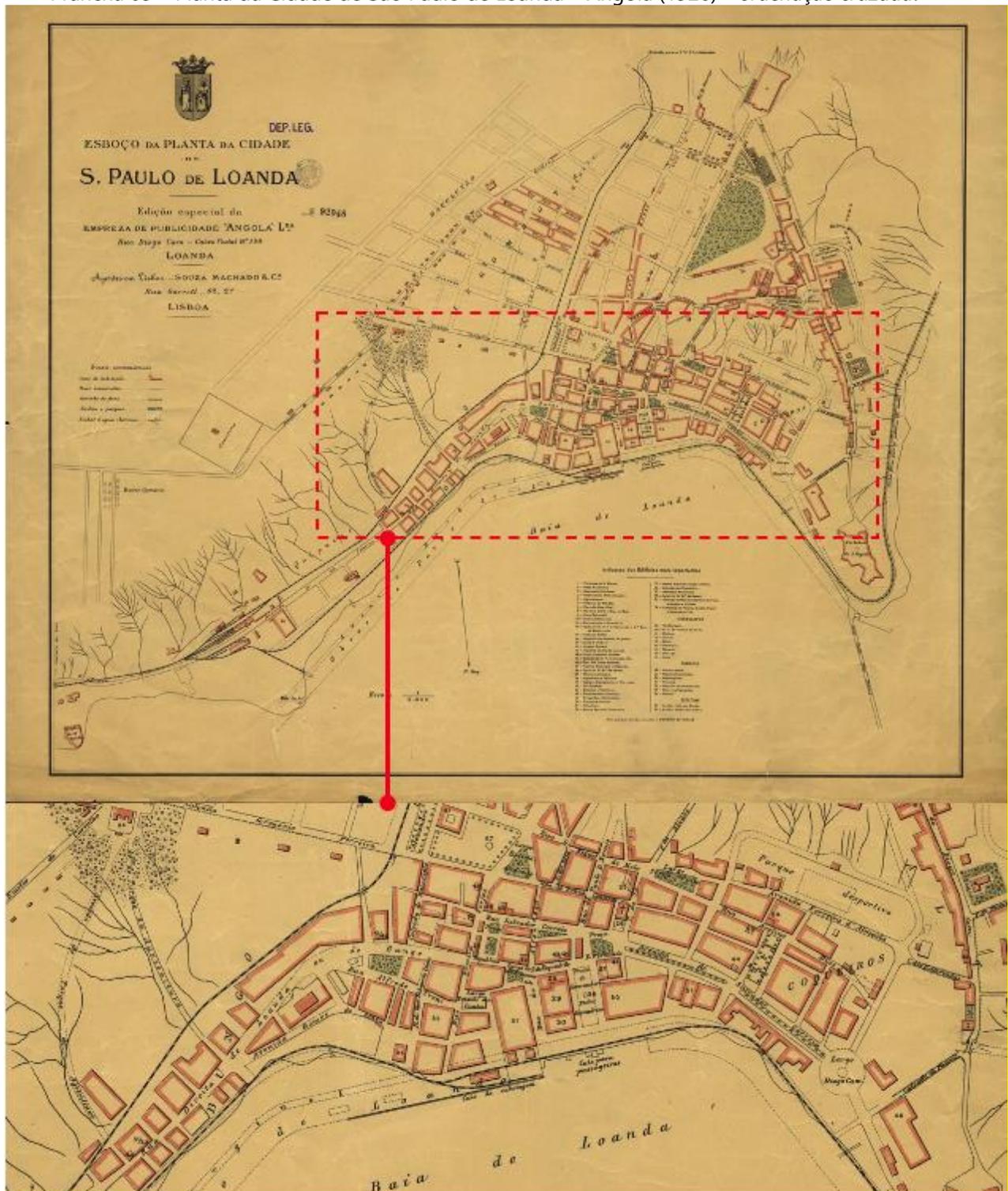
Prancha 08 – Planta da Cidade de Moçambique (1835) – ordenação linear.



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, 2021 – Adaptado.

Nota: A planta da Cidade de Luanda demonstra a implantação da povoação a partir de um eixo longitudinal dominante, paralelo ao perfil da costa. Ao longo da via principal surgem diversas travessas, que dão ao traçado a articulação necessário aos percursos entre as partes da ilha.

De forma similar, esta solução em *ordenação linear* foi também empregada nas Ilhas Atlânticas, no séc. XVI, e, mais tarde, em diversas povoações no interior do Brasil; sendo, neste caso, o eixo principal determinado pelo caminho que cortava o traçado urbano ou pela topografia do lugar.

Prancha 09 – Planta da Cidade de São Paulo de Loanda – Angola (1926) – *ordenação cruzada*.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, 2021 – Adaptado.

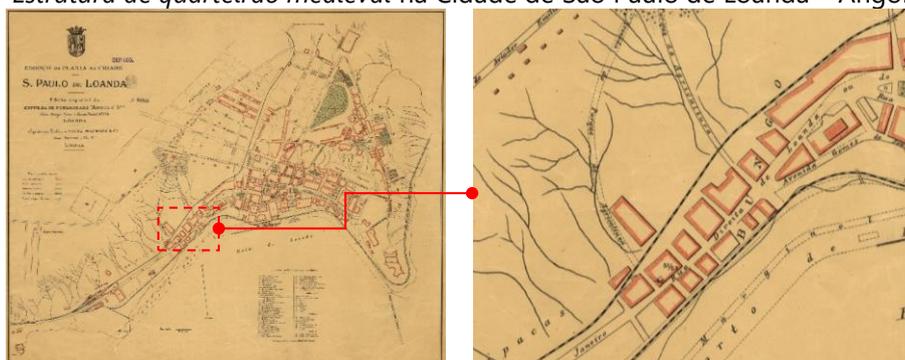
Nota: O caso da Cidade de Luanda demonstra a imposição do sítio natural, a partir da zona da baía, na forma de organização do traçado urbano; dando-se origem a uma disposição da *ordenação cruzada* convenientemente ajustada ao contorno da zona praiana e à topografia do terreno.

Para a adequada compreensão dos aspectos morfológicos presentes no *fazer cidade* empreendido nas povoações brasileiras, ainda precisamos recorrer à classificação feita por Manuel C. Teixeira para a tipologia das estruturas dos quarteirões, as quais foram especificadas por critérios de época de aparecimento. De acordo com os tipos anunciados pelo autor:

O primeiro corresponde ao quarteirão das cidades medievais planejadas dos séculos XIII e XIV, estreito e comprido, em que os lotes urbanos, dispostos paralelamente uns aos outros, iam de lado a lado do quarteirão. A frente do lote, onde se construía a casa, dava para uma rua principal, enquanto a de trás, onde se situava o quintal e alguma construção acessória, dava para uma rua de serviço, secundária. Definia-se dessa forma uma hierarquia de ruas dianteiras, mais largas, e ruas de trás, mais estreitas, que se alternavam. (TEIXEIRA, 2012, p. 88-89)

A *estrutura de quarteirão medieval* foi o principal recurso de organização do espaço urbano utilizado nas povoações configuradas com *ordenação linear*. Em função das características da topografia e da situação de *surgimento*, tal estrutura se vulgarizaria nas vilas e nos arraiais mineiros do Setecentos.

Fig. 15 – *Estrutura de quarteirão medieval* na Cidade de São Paulo de Loanda – Angola (África).



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, 1926 – Adaptado.

Outro tipo relacionado por Manuel C. Teixeira correspondeu às estruturas criadas nos primórdios da Idade Moderna, a partir das intervenções manuelinas na expansão do pensamento urbanístico introduzido pelo Regimento da Ribeira das Naus para outras áreas de Lisboa. A autor definiu tal solução da seguinte forma:

O segundo tipo de quarteirão é menos alongado, mais proporcional em suas duas dimensões. Nesse caso, o quarteirão é segmentado longitudinalmente, e existem duas fileiras de lotes, dispostas costas com costas, com as frentes

viradas para os dois lados maiores do quarteirão e encostando suas partes de trás. A hierarquia de ruas era aqui traduzida em ruas de frente, para onde davam as frentes dos lotes, e ruas transversais, para as quais davam os muros laterais dos quintais ou logradouros dos lotes situados nos extremos do quarteirão. (TEIXEIRA, 2012, p. 89)

No caso da *estrutura de quarteirão seiscentista* percebemos um avanço da compreensão do parcelamento como uma abstração geométrica, na qual o desenho ortogonal substituiria o corriqueiro urbanismo prático, ajustado às conveniências dos lugares, e aplicaria sobre o terreno as formas desejadas pelos projetistas.

Fig. 16 – *Estrutura de quarteirão seiscentista* na Cidade de São Thomé – São Tomé e Príncipe (África).

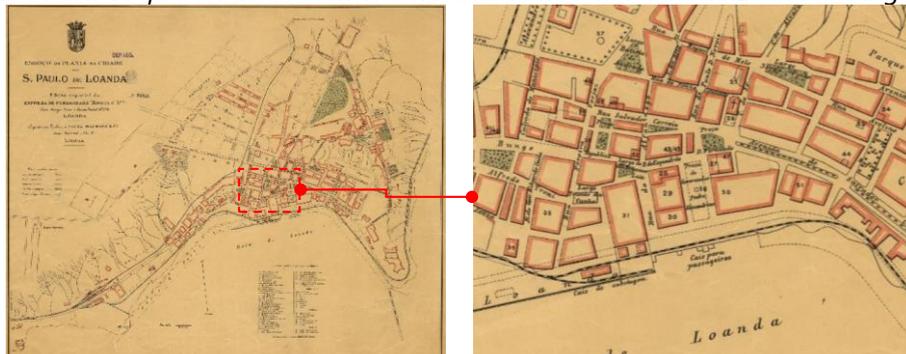


Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, 1889 – Adaptado.

Por último, Manuel C. Teixeira classificou um terceiro tipo de estrutura de quarteirão denominada de “setecentista”, que corresponde àquela que tem:

[...] uma forma idêntica ao anterior, ou é quadrado, mas no qual existem lotes virados para as suas quatro faces. Esse tipo de quarteirão foi desenvolvido no fim do século XVI, correspondendo também a um aumento da densidade de ocupação e a uma afirmação de seu caráter exclusivamente urbano. O conceito de interior de quarteirão se consolida. (TEIXEIRA, 2012, p. 89)

Fig. 17 – *Estrutura de quarteirão setecentista* na Cidade de São Paulo de Loanda – Angola (África).



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, 1926 – Adaptado.

#### 4.1.2. Aspectos da incorporação de novos elementos à *Tradição Urbanística Portuguesa* durante a Idade Moderna

A matriz urbanística medieval se consolidou ao longo dos séculos XII e XV, de modo a dar origem aos principais modelos urbanos a serem empregados, mais tarde, na expansão ultramarina do território português. Como observou Carita (1999) e Teixeira (2012), as experiências urbanísticas anteriores serviram à criação de povoações nos Açores, na Ilha da Madeira e na costa no Norte de África, no início dos quinhentos, tendo-se, inclusive, a implementação de traçados convenientes como regra geral, conforme a lógica de imposição de regularidade que se estava a aprimorar. Para que isso fosse possível, alguns aspectos importantes tiveram de ser introduzidos no processo do *fazer cidade* em Portugal no início da Idade Moderna, como o estabelecimento de novas hierarquias para as ruas<sup>99</sup> e o advento das praças públicas no espaço urbano das povoações portuguesas, situações não previstas em períodos mais remotos.

Nesta perspectiva, a redefinição das funções das “ruas direitas” e a introdução das “ruas novas” tiveram fundamental importância para o processo de evolução da matriz urbanística portuguesa medieval, pois dariam origem a uma forma aprimorada de organização dos núcleos urbanos, definida em função dos novos operadores introduzidos na época moderna e do estabelecimento de novos arranjos hierárquicos das vias, organizados a partir de então em ruas principais e travessas. Desde a Idade Média, as *ruas direitas* sempre tiveram um papel estruturante na organização dos traçados das povoações<sup>100</sup>, o que veio a se ampliar ao longo do séc. XV, de modo que

---

<sup>99</sup> De acordo com Helder Carita, “os termos *via* e *rua pública* que encontramos na documentação medieval, em paralelo com outros termos – como *azinhagoa* ou *beco* – ou ainda referências espaciais de carácter abstracto – caso dos pontos cardeais – evoluem consideravelmente ao longo dos séculos XIV e XV, transparecendo, das suas alterações semânticas, estruturas mentais em evolução para uma maior capacidade de abstracção”. (CARITA, 1999, p. 20 – Grifo do autor)

<sup>100</sup> Luisa Trindade definiu as ruas direitas como vias que faziam “[...] a ligação entre dois espaços” (TRINDADE, 2013, p. 657). Para Helder Carita, “[...] o termo rua direita não evocava na época [no início da época moderna] o sentido rectilíneo, mas de *direcção para*. [...] Desta rua principal, nascem perpendicularmente ruas secundárias que se definem através de uma clara estrutura tipológica ‘... *travessa pública q vais ter á rua direita...*’”. O autor ainda destaca que “duma forma embrionária é nítida

a localização desta, quando única, definiria a existência de um eixo central e de onde se ramificava as demais vias, no caso de o núcleo possuir *ordenação linear*. Por outro lado, quando duas ou mais ruas direitas existiriam, poder-se-ia tê-las em posição perpendicular, gerando o “enxadrezamento conveniente” comum à *ordenação cruzada*.

A mudança de estatuto das *ruas direitas* as definiu como componente essencial para a organização de novos arruamentos, quando da aplicação em sítios urbanos pré-existentes (*ex novo*). No contexto da Lisboa do fim do período medieval, por exemplo, Helder Carita demonstrou a ocorrência desta situação na região “*junto das portas de Ferro*”, onde viria a surgir:

[...] uma segunda rua direita, dum série que irá se desenvolver ao longo dos séculos XV e XVI, e cuja nomenclatura nos conforma a consolidação dum modelo conceptual de carácter urbanístico e a difusão no tecido da cidade desta tipologia urbana. (CARITA, 1999, p. 38)

Se, ao longo da Idade Média, a adoção das *ruas direitas* ocorreu por consequência de uma formação empírica dos traçados urbanos, na qual a hierarquia se estabeleceria pela função da ligação entre pontos importantes do núcleo, com o passar do tempo, tais ruas se tornariam um ente planejado, de clara função estruturante para as povoações novas (*ex nihilo*). Além da questão ligada ao urbanismo, o estatuto destacado das *ruas direitas* serviu para o estabelecimento de hierarquia de valores para os aforamentos, pago às câmaras ou instituições donatárias das casas urbanas, de modo que os moradores deveriam desembolsar mais pelo foro devido nestes locais do que em outras ruas.

Surgidas na fase final do Medieval, as *ruas novas* corresponderam a uma variação hierárquica das nobres *ruas direitas*, como destacou Helder Carita. Tal tipologia de rua apresentava algumas diferenciações importantes baseadas na adoção de uma configuração mais regular, com evidente traçado retilíneo e maior largura, para se favorecer melhores condições de deslocamento para veículos e animais montados.

---

a presença dum modelo urbanístico desenvolvendo-se a partir dum eixo central, donde emergem perpendicularmente ruas secundárias denominadas travessas” (CARITA, 1999, p. 37 – Grifo do autor).

Isto também conferiria um caráter de nobreza a estas vias, além dos já atribuídos às suas congêneres mais antigas, já que o estatuto diferenciado das *ruas* novas era uma premissa de criação destas no espaço urbano. Segundo o autor citado:

Como tipologia a 'Rua Nova' revela-se, como primeira 'rua direita' dum modelo de 'rua direita-travessa' que veremos surgir sistematicamente nas cidades medievais portuguesas. Em Lisboa este modelo revela-se mais complexo, mantendo-se a Rua Nova o eixo central e nuclear de toda a cidade, e as ruas direitas e respectivas travessas, zonas de desenvolvimento urbano. (CARITA, 1999, p. 43)

Conforme se deu a aproximação com a Idade Moderna, as *Ruas Novas* adquiriram status privilegiado frente às demais, tendo-se em vista a localização e a centralidade destas vias. O autor ainda destacou que, com a redefinição dos papéis das ruas para além das funções de circulação, "[...] a Rua Nova ocupa um lugar privilegiado, não só pelas suas características de grandes proporções, mas sobretudo pelas suas qualidades de centralidade". (CARITA, 1999, p. 42)

Nesse sentido, as transformações proporcionadas pelas reformas urbanas da região da Ribeira de Lisboa, propostas por D. Manuel I, redefiniram os papéis urbanísticos do modelo tardo-medieval de "Rua Nova – Rua Direita – Travessas", como demonstrou Helder Carita. Esta intervenção na Capital do Reino viria, sobretudo nos séculos seguintes, a ser de grande importância para a incorporação de novos valores à *tradição urbanística portuguesa*, uma vez que os principais elementos utilizados na Ribeira lisboeta acabariam replicados. A partir disto ocorreria a paulatina incorporação dos princípios renascentistas, determinando-se a regularidade para os traçados e a uniformidade arquitetônica para os conjuntos. De tal modo, a documentação coeva passou a registrar estes princípios regularmente nas normas de criação, planejamento ou mesmo de aumento de povoações, de modo que a fruição estética do espaço urbano, permitida pela ordenação racional do espaço urbano, tornou-se então uma das premissas fundamentais.

Ilustra esse processo, a intervenção realizada por ordem de D. Manuel I na "Rua Nova dos Mercadores" ou "Rua Nova d'El Rei", como foi denominada à época das

intervenções, que teve a sua ampliação marcada pela imposição de regularidade, devendo a rua assumir caráter retilíneo e contemplar o alinhamento correto das edificações. De forma inaugural no *fazer cidade* português, um conjunto urbano existente passou a estar sujeito a padrões de uniformização das fachadas, aos moldes do que, pouco antes, o monarca havia estipulado para as frentes das edificações voltadas componentes do conjunto do Terreiro do Paço. Sobre esse fato, Helder Carita chamou a atenção ao fato de:

No caso da Rua Nova e Sapataria, que se desenvolviam num mesmo alinhamento e constituíam a mais importante artéria da cidade, as fachadas eram todas demolidas e refeita, sendo os proprietários obrigados a realizar as obras no prazo dum ano com pesadas multas... *fação e dem feito os frontais das suas casas que estiverem feitos de madeira de tijolo como os que agora são feitos em algumas casas*". (CARITA, 1999, p. 67 – Grifo do autor)

Essas duas experiências, inclusive, repercutiram nas áreas acrescidas à capital portuguesa nos anos seguintes, introduzindo-se a lógica de uma "arquitetura de programa" baseada nas métricas e nos operadores estéticos, utilizados no projeto dos armazéns da Ribeira. A partir da análise de documentos existentes na Câmara de Lisboa, Helder Carita observou que:

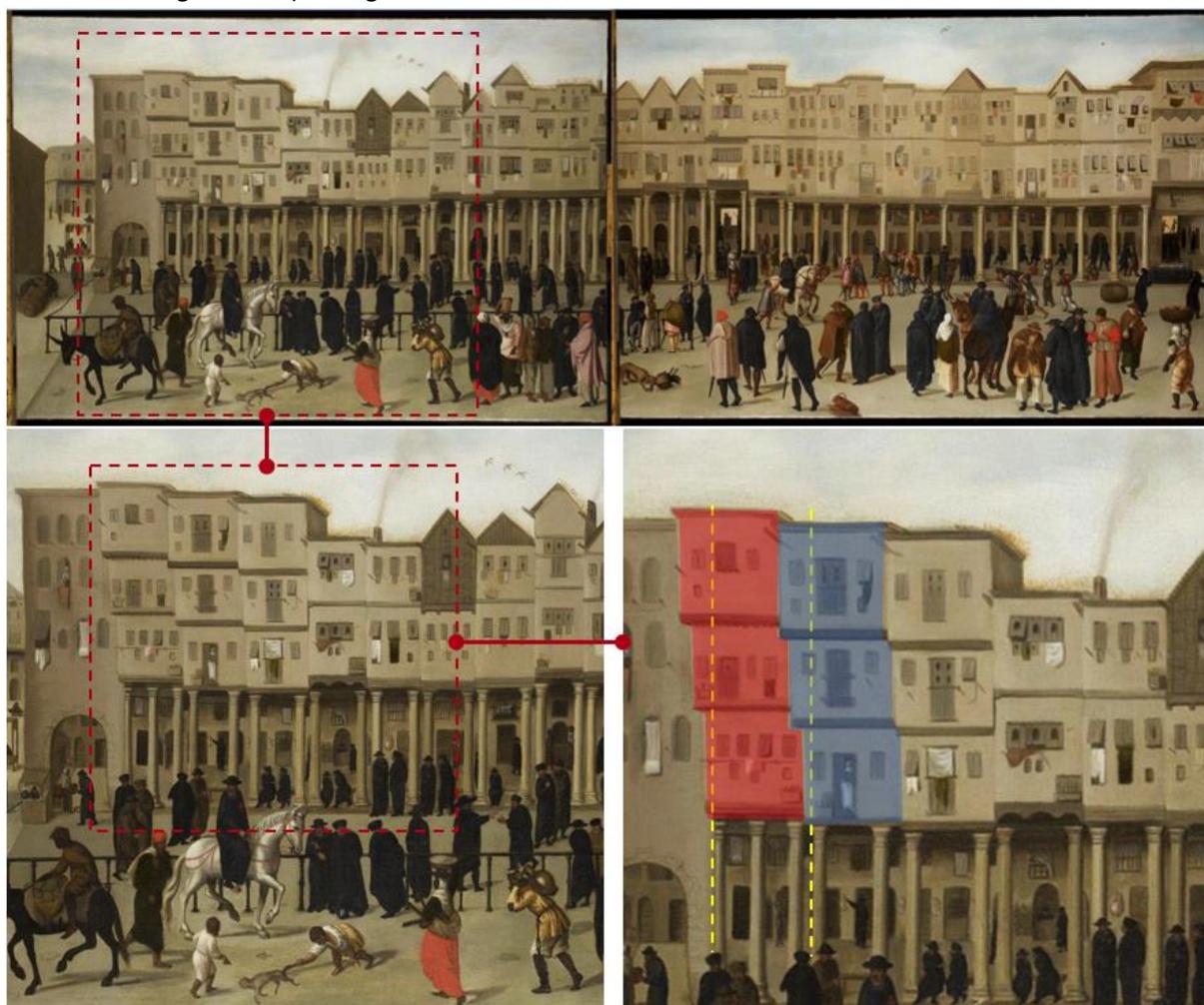
[...] do cruzamento desta documentação com outra em que estas mesmas casas são referidas podemos constatar que estes conjuntos urbanos [ruas Nova dos Mercadores, dos Tanoeiros e dos Ferreiros] eram concebidos segundo uma arquitetura de programa idêntica à proposta para a frente da Ribeira, com métricas rigorosas tanto ao nível das larguras dos lotes [2 ½ braças = 25 palmos] como em termos suas cêrceas. (CARITA, 1999, p. 71)

As transformações ocorridas na Ribeira das Naus e na Rua Nova d'El Rei representaram a implementação de um modelo urbanístico e também arquitetônico a ser seguido nas *ruas novas* e *ruas direitas* criadas nas épocas seguintes em todo o Reino e no Império Ultramarino português.

Além de Helder Carita, na historiografia do urbanismo desenvolvida em Portugal, Manuel C. Teixeira e Luisa Trindade também reconheceram a importância das ações realizadas no Reinado Manuelino, nos primórdios do séc. XVI, para o futuro da

*tradição urbanística portuguesa* durante a Idade Moderna, principalmente, nos períodos posteriores à Restauração do Trono. Seria a partir das medidas de reordenação das fachadas principais, em casas existentes no trecho mais antigo da Rua Nova de Lisboa, sobretudo, que se tornaria comum as diretrizes para combater os recorrentes acréscimos de sacadas, balcões e andares, projetados às vias de circulação – conforme se pode identificar em normativas diversas produzidas em Portugal e, também, no Brasil<sup>101</sup>, até a chegada da Corte em 1808.

Fig. 18 – Aspecto geral de sobrados lisboetas antes das reformas manuelinas.



Fonte: Autoria anônima – 1570/1590 / Publicado em Trindade (2016, p. 7 – Adaptado).

<sup>101</sup> Diversos autores na historiografia da arquitetura e do urbanismo no Brasil mencionaram trechos das normativas para o correto alinhamento das fachadas às ruas, o que incluía também o regramento sobre os pavimentos superiores. Identificamos essa situação nas obras de José Marianno Filho, Gilberto Freyre, Robert Smith, Sylvio de Vasconcellos, Roberta M. Delson, Rodrigo Bastos, entre outros.

Fig. 19 – Ruas de Lisboa em condições diferentes de implantação da *regularidade* e da *uniformidade*.



Fonte: Trindade (2016, p. 7-16 – Adaptado).

Como demonstrado pelos autores consultados, os traçados regulares não podem sozinhos ser considerados como prefiguradores destes novos arranjos, dada a reprodução contínua dos arruamentos ortogonais – ou, pelo menos, tendendo à ortogonalidade – desde o ocaso do Império Romano, mantidos em maior ou menor grau no decurso da Idade Média. Contudo, a maneira como se passou a organizar os espaços urbanos após os primórdios do séc. XVI – estando-se mais sujeitos a princípios de ordem e de composição geométrica, conforme o pensamento renascentista –, deu novo sentido à expansão planejada das povoações. Os padrões regulares que então foram estipulados, primeiramente, nos eixos de crescimento das povoações existentes no Reino – utilizando, sobretudo, das estruturas urbanas originais, para se determinar as lógicas de desenvolvimento –, acabariam por se tornar pontos-chave na ocupação

das terras conquistadas pelos portugueses nas possessões ultramarinas. Nesse sentido, as ruas *novas* ou *direitas* consistiram em recursos essenciais para estipular a regularidade nas novas áreas ocupadas e, por consequência, da integração a equipamentos urbanos de criação mais recentes (praças e adros), contribuíram para oferecer contornos definitivos à *tradição urbanística portuguesa*.

De acordo com Luisa Trindade e Manuel C. Teixeira, as praças públicas consistiram em espaços urbanos de inclusão tardia no urbanismo português, com consolidação destas no tecido das povoações já quase às portas da Idade Moderna. Originadas a partir de terrenos destinados aos mercados e aos açougues, as *praças* representaram uma inovação fundamental e, com o tempo, assumiram o posto de “coração da urbanidade”, como apontou Trindade (2013). De acordo com a autora, na Idade Média:

A fundação de uma cidade não contemplava, *ab initio*, uma praça, no sentido em que hoje a entendemos: um espaço público, aberto e de limites configurados, polarizador, por definição, das principais funções urbanas. E, contudo, ela encontra-se em qualquer cidade portuguesa da Época Moderna, concentrando em seu torno as atividades sociais, o mais importante trato comercial e, sobretudo, as sedes e os símbolos do poder político, administrativo e judicial. A praça assume-se verdadeiramente como o coração da urbanidade. (TRINDADE, 2013, p. 571)

Em conjunto com as *ruas direitas* e *ruas novas*, estes locais passariam a concentrar ações de imposição da regularidade e da uniformidade, baseadas nas métricas, proporções e lógicas de repetição das formas, apresentadas nas intervenções na região da Ribeira das Naus em Lisboa. Dada a disposição periférica de implantação no sítio e o surgimento associado aos arranjos extramuros, as *praças públicas* tiveram um papel hierárquico menos relevante, o que veio a se inverter no período moderno, quando estas passaram a receber a casa de câmara e o pelourinho ou ter associada ao seu perímetro as igrejas principais, como as sés, catedrais ou templos paroquiais, por exemplo. Nesse sentido, Luisa Trindade chamou a atenção para o fato de:

[...] a praça enquanto elemento físico surgirá, apenas e quando, fruto de uma complexidade crescente, a vida urbana já não puder prescindir de um conjunto de equipamentos especificamente destinados a determinadas

funções. Sendo um processo lento mas ininterrupto, a sua evolução é claramente marcada por um efeito centrípeto em que a presença de uns atrai, inevitavelmente, a aproximação de [outras instituições municipais etc.]. (TRINDADE, 2013, p. 595)

De acordo com Teixeira (2012, p. 61), entre as intervenções necessárias à organização das povoações, ocorreu “[...] a valorização do espaço público, em especial das praças, que passam a assumir um papel estruturante e gerador da lógica urbana”. Desse modo, nas povoações fundadas pela administração portuguesa em todo o império a partir do séc. XVI, as *praças* revelariam cada vez mais um papel estruturante na organização dos espaços urbanos, inclusive, com a necessidade de as ajustarem às demandas específicas de engenharia militar nos séculos seguintes.

Nesse percurso, as transformações gerais que descrevemos, vinculadas a operadores presentes na formação de uma *tradição urbanística* originada em Portugal, tiveram caráter decisivo para o estabelecimento de aspectos com “ar de família” para os núcleos urbanos criados pelos portugueses. Os arranjos *orgânicos* dos traçados, a adaptação das vias à topografia, a inclusão tardia das praças e outros equipamentos junto ao conjunto edificado colmatou, durante a Idade Média, um modelo muito particular de povoação, que serviu de base para todo o urbanismo realizado nas expansões ultramarinas do Império.

Coube ao período moderno consolidar os principais aspectos herdados das experiências urbanísticas anteriores e anexar ao processo a implementação de novos princípios de composição do espaço, como a regularidade dos traçados e a uniformidade arquitetônica. Os estatutos introduzidos pelas intervenções manuelinas repercutiriam decisivamente nas povoações criadas no Brasil, tanto quanto os procedimentos tradicionais, baseados no empirismo, na justa medida das coisas e na conveniência. Contudo, na colônia, seria preciso esperar o Setecentos para se sentir de modo mais evidente os mecanismos modernizantes, haja vista o fato da difusão destes não ter sido tão eficaz nos primeiros tempos, diante da perda de autonomia de Portugal, no final do século XVI, o que interferiu na reprodução ampla das soluções inovadoras realizadas na Ribeira lisboeta.

#### **4.1.3. A predominância de um tipo de urbanismo de origem europeia em Portugal frente às matrizes islâmicas e as implicações para a casa corrente**

Na historiografia do urbanismo, produzida no Brasil, os arruamentos *orgânicos* foram, em diversas situações, explicados como resquício da presença muçulmana em Portugal, haja vista, a falta de uma rígida ordem geométrica nos traçados de parte das povoações criadas entre os séculos XVI e XVIII. Tal hipótese foi amplamente difundida entre os estudos ligado ao “paradigma SPHAN” e moldaram grande parte da representação realizada no estudo das cidades herdadas do período colonial. Entre os pesquisadores portugueses esse tema suscita abordagens mais cautelosas e os traços de uma cultura arquitetônica e urbanística berbere-árabe são relativizados, diante da imposição cristã, inclusive, sobre os núcleos urbanos e as tipologias de casas existentes.

Luisa Trindade, principalmente, defendeu a ausência de influências islâmicas nos modelos urbanos implantados após a reconquista do território e, por consequência, na casa corrente portuguesa. De acordo com a autora:

[...] ao contrário do que ainda hoje acontece na vizinha Espanha, sobretudo nas regiões meridionais, em Portugal o cadastro islâmico à superfície desapareceu, pese embora as frequentes associações algo simplistas entre malhas orgânicas em topografias acidentadas e cidade muçulmana. (TRINDADE, 2013, p. 44)

Nesta forma de interpretação, com o avanço cristão na Península Ibérica durante a Idade Média, as antigas povoações berbere-árabes do *Garb al-Andaluz* acabariam por ser reconfiguradas, apagando-se os principais arranjos da cidade muçulmana. Nas áreas reconquistadas fundaram-se novos núcleos urbanos com arruamento e parcelamento do solo idênticos aos existentes no Norte do país, ou seja, reproduzindo-se os lotes de matriz godo-medieval e o casario com fachadas principais abertas às ruas. A forma resultante desse modelo urbanístico nas povoações do Centro-Sul de Portugal, conseqüentemente, constituiu-se por operadores próprios ao contexto europeu, tendo, inclusive, sido conformada entre aspectos comuns de uma cultura

urbanística que circulava à época, em meio aos contatos realizados com as demais regiões cristianizadas no continente.

Helder Carita, Manuel C. Teixeira e Luisa Trindade apresentaram em seus trabalhos as principais diferenças entre os núcleos urbanos medievais de origem cristã e os desenvolvidos pelos berbere-árabes em Portugal. De uma forma geral, a organização urbana das povoações islâmicas apresentava características específicas capazes de as diferenciar das soluções das comuns aos modelos europeus. Neste sentido, Teixeira (2012), por exemplo, chamou a atenção para o fato de que:

[...] excluindo os grandes eixos estruturantes da cidade [islâmica], a estrutura urbana não era controlada centralmente e os espaços privados eram em grande medida responsáveis pela forma da cidade. Os edifícios impunham-se ao sistema viário em vez de dependerem de uma estrutura predeterminada. (TEIXEIRA, 2012, p. 26)

De forma complementar a esses fatos, Luisa Trindade destacou que o arranjo viário nas povoações de origem islâmica se estabeleceria por meio das ruas de destinação coletiva (artérias centrais) e das de caráter privativo (adarves). Deste modo:

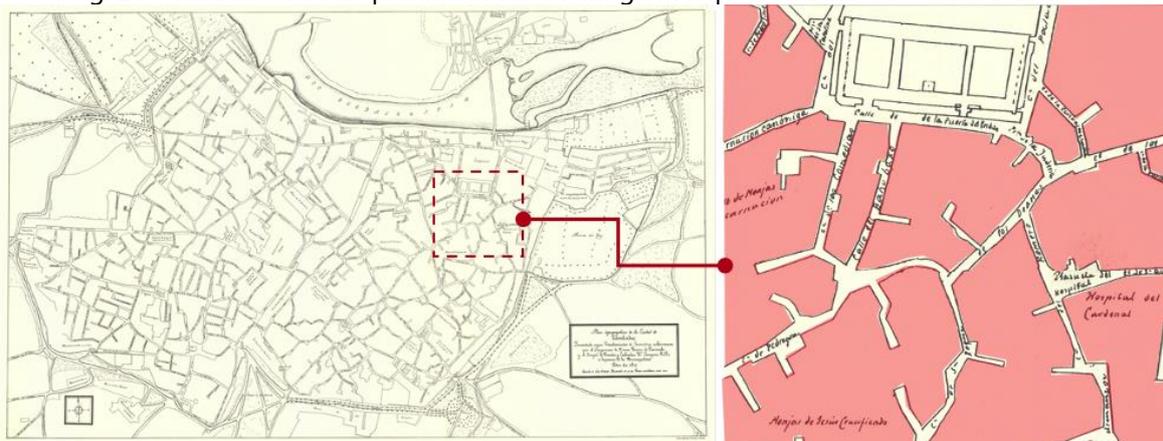
[...] efetivamente, do conjunto de vias de comunicação da cidade muçulmana só as artérias centrais – as únicas inteiramente públicas, substancialmente mais largas e que de forma tão direta quanto possível atravessavam toda a cidade, ligando duas das principais portas da muralha – são suscetíveis de desenho prévio. (TRINDADE, 2013, p. 56)

Os adarves tratavam-se, por outro lado, de acessos “em forma de corredor estreito, pelo menos parcialmente entre muros” (TRINDADE, 2013, p. 56). Estes últimos, constituíram ramificações que partiam das vias principais e prolongavam às portas das casas, privatizando o espaço urbano da povoação. Nesta perspectiva de interpretação, Manuel C. Teixeira afirmou que:

A formação e o desenvolvimento das cidades islâmicas resultavam, assim, de dois processos: por um lado, da decisão dos poderes públicos de criar uma estrutura global ordenada e hierarquizada; por outro, da ação continuada de múltiplos decisores privados que cumulativamente iam construindo as zonas urbanas mais privadas. (TEIXEIRA, 2012, p. 26)

Tal situação deu origem a uma separação pragmática das funções das ruas, baseada em locais destinados a receber usos coletivos e outros de caráter mais restrito, nos quais as ramificações do traçado, exclusivamente, estariam associadas ao acesso às habitações.

Fig. 20 – Arruamento nas proximidades da antiga Mesquita – Plano de Córdoba de 1811.



Fonte: Red Municipal de Bibliotecas / Ayuntamiento de Córdoba, 2011 – Adaptado.

De acordo com Trindade (2013, p. 58), os *shari*, “eixos principais e estruturantes”, concentravam os elementos urbanos de maior complexidade e reservados quase exclusivamente às atividades externas realizadas pelos homens, como as trocas comerciais no mercado ou a oração cotidiana nas mesquitas, por exemplo. Em outra face, os *adarves* limitavam a circulação pública em geral, sendo destinados aos moradores daquela zona da povoação e só acessíveis a grupos familiares de mesma linhagem de sangue, que se estabeleciam ao longo dos “tentáculos” formados por estas vias.

Helder Carita igualmente comentou em seu trabalho alguns aspectos sobre as características das povoações erguidas pelos povos de origem muçulmana. Segundo o autor, a organização do espaço urbano seria um diferenciador da cidade europeia cristã, pois:

Na lógica de descontinuidade o urbanismo islâmico cada bairro funciona como uma unidade independente fechada sobre si e apenas com uma via principal de acesso ao seu interior. O percurso entre dois bairros obriga,

normalmente, à passagem por um centro ou nó, não existindo ligações directas entre bairros. (CARITA, 1999, P. 29)

De um modo geral, a forma das ruas manteve uma organização descrita, na maioria das vezes, como caótica e ausente de planeamento, o que não corresponde à verdade necessariamente. Com relação a este fato, Luisa Trindade destacou que:

Quase sempre identificada como confusa e labiríntica, a rede viária muçulmana comporta, por detrás dessa aparente anarquia, uma clara noção hierárquica assente sobre uma lógica interna: as vias subdividem-se em três categorias de funções diferentes que vão do domínio público ao privado, numa progressão lenta e sem ruturas bruscas. Progressão, de resto, bem evidente na diferença de largura e no traçado: à medida que se avança do centro público para os espaços residenciais privados, o tráfego diminui e o acesso torna-se mais difícil, praticamente reservado aos que aí residem. (TRINDADE, 2013, p. 58)

Os *adarves*, principalmente, comportariam o resultado caótico da progressão citada pela autora, de modo que as mudanças de direção do traçado ou a inexistência de planeamento prévio mais regular eram situações comuns. Consequentemente, isto ocorreu na subdivisão de parcelas menores em terrenos grandes, sempre que um novo membro da família desejasse erguer sua morada, fato a demandar a abertura novas passagens de acesso. Provocada por esse movimento autônomo de organização espacial, "a feição da cidade muçulmana encontra parte fundamental da sua explicação na estrutura social arábico-islâmica a que se convencionou chamar modelo oriental e que se caracteriza por ter como célula a família extensa". (TRINDADE, 2013, p. 54)

Em virtude destas relações de segregação das funções urbanas, as residências nas povoações muçulmanas foram concebidas a partir de recursos suficientes para assegurar a privacidade das famílias. Para tanto, o tipo de morada foi da casa-pátio, organizada aos moldes usuais da tradição mediterrânica. Tal solução determinou a produção da habitação com um arranjo espacial voltado para o centro do lote, com a disposição dos cômodos direcionadas para a abertura proporcionada pelo pátio. Fonte essencial de iluminação natural e ventilação, o vazio central também serviu de abrigo

para as atividades domésticas e o isolamento das famílias, no intuito de manter as mulheres protegidas do contato com estranhos. De acordo com Luisa Trindade:

O caráter clânico, a par do papel passivo, secreto e sagrado reservado à mulher, fizeram da casa-pátio de tradição mediterrânica a resposta mais adequada à sociedade islâmica. Se, por um lado, o espaço vago central responde às necessidades de cooperação na organização do trabalho ou na gestão de bens, permitindo e reforçando a coesão da linhagem, por outro, os princípios corânicos relativos à custódia da mulher e as decorrentes limitações impostas à sua livre circulação, encontraram neste tipo de estrutura habitacional centrada em torno do pátio, local aberto mas recatado, o espaço necessário ao quotidiano feminino. (TRINDADE, 2013, p. 54)

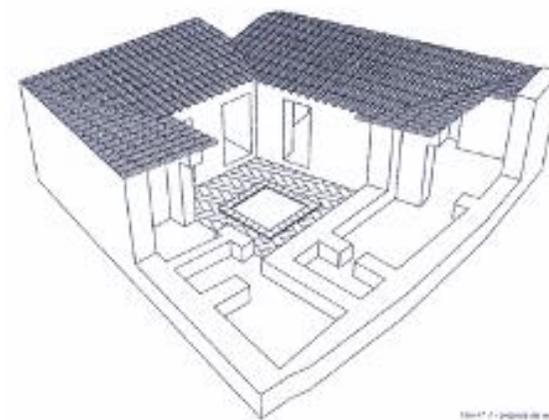
Sem dúvida, o tipo da casa-pátio (mediterrânea ou muçulmana) correspondeu a uma solução muito deferente da casa corrente de origem portuguesa, na qual a “casa corredor” tornou-se a regra. Entre as tipologias recorrentes de casa urbana muçulmana ocorreu o encerramento dos cômodos internos em relação à rua, garantidos por muros cegos voltados aos *adarves* e pelos acessos limitados à porta de entrada. Entre as casas correntes, ao contrário, houve o direcionamento de pelo menos uma das fachadas da edificação para as vias de circulação, com portas e/ou janelas comunicantes com o espaço externo, haja vista que a comunicação com a rua era uma condição as exíguas áreas disponíveis aos cômodos.

Com o avanço cristão, a casa-pátio muçulmana foi substituída pela casa corrente medieval após a Reconquista Cristã nessas regiões, como demonstrou Trindade (2013). Pelas características morfológicas, a casa corrente luso-brasileira, sendo derivada do modelo original do Medieval, não haveria de receber influências diretas da cultura arquitetônica berbere-árabe. A reprodução de parcelamentos exigidos pelo lote godo-medieval desfez a estrutura de organização urbana típica das povoações muçulmanas existentes em Portugal – a base fundamental para a manifestação da casa-pátio, dada as condições proporcionadas pelos *adarves* e pela subjugação do interesse público em relação ao privado.

## Prancha 10 – Reconstituição da planta de uma casa-pátio mediterrânea / muçulmana – Mértola – Portugal.

Casa nº 2 – Bairro islâmico  
da Alcáçova de Mértola.

- I. átrio
- II. pequeno compartimento
- III. alcova
- IV. zona de fogo (cozinha)
- IVa. espaço de armazenamento (cozinha)
- V. salão com alcova
- VI. compartimento de funções múltiplas
- VII. pátio
- VIII. oficina de trabalho
- IX. átrio
- X. latrina



Fonte: Macias (1998, p. 112-115 – Adaptado).

Nota: As reconstituições arqueológicas de algumas casas-pátio da região de Mértola, realizadas por Santiago Macias, coincidem com as descrições realizadas por Trindade (2013) e, conseqüentemente, contrastam com as características gerais da casa corrente portuguesa do período medieval.

Além da organização em torno do pátio, impossível à casa corrente implantada no lote godo-medieval, a principal diferença entre os dois tipos de habitação se dava pela presença ou não de comunicação dos interiores com a rua. A casa urbana islâmica dispensa esse recurso para assegurar a privacidade familiar, enquanto a solução da casa corredor dependia da rua e dos quintais para oferecer melhores condições de uso aos moradores, fazendo do espaço externo, tanto público quanto privado, uma continuação natural dos cômodos posicionados nas extremidades.

#### **4.2. Lógicas de implantação da *regularidade* e da *uniformidade arquitetônica* no *fazer e compor cidade* em povoações de origem portuguesa**

Helder Carita, Miguel S. M. Bandeira, Manuel C. Teixeira e Luisa Trindade destacaram o fato de a *regularidade* ter se tornado um princípio urbanístico efetivamente aplicado nas povoações, criadas ou ampliadas, em todo o Império Ultramarino Português ao longo da Idade Moderna. Ainda que circunstanciados pelas conveniências do lugar e de seus habitantes, os padrões regulares foram adotados no ato *fazer cidade*, quase sempre, como recurso fundamental à ordenação das ações a serem empregadas na fundação, aumento e conservação dos núcleos urbanos. Normalmente, tais ações foram instituídas de modo a garantir a aplicação de certos operadores fundamentais, como:

- a preferência pela adoção de traçados ortogonais, em quadrícula, implantados sempre que convenientes;
- a manutenção do alinhamento das testadas dos lotes, para se evitar a irregularidade das vias de circulação, e, por conseguinte, das edificações erguidas nestes;
- além das imposições para o ordenamento e a repetição das fachadas (arquitetura de programa), de modo a se conseguir condições adequadas para a nobreza e beleza das povoações.

Tais operadores impactaram decisivamente a formação da casa corrente luso-brasileira, elementos essenciais do *compor cidade* nas povoações locais, como eram também em Portugal, e sujeitos às medidas destinadas à *uniformidade arquitetônica*. Consequentemente, as habitações comuns geradas no processo de imposição da *regularidade* tornaram-se uma manifestação controlada por fatores externos e, de certo modo, marcado por maior grau de erudição do que por um caráter vernacular ou mesmo popular em sua reprodução. Os mecanismos externos, presentes no *fazer*

*cidade* do período moderno, condicionaram a difusão de modelos para regular a *dimensão estética* das fachadas, que serviram como referências para uma *arquitetura de programa* a ser implementada pelos agentes da Coroa sobre os conjuntos existentes no espaço urbano.

Assim como no caso da difusão dos traçados reticulados, a imposição da *uniformidade arquitetônica* tornou-se ajustável à realidade de cada lugar e por inúmeras condições limitantes, grande parte das vezes, resumiu-se a trechos de bairros ou de ruas com maior hierarquia ou mesmo nas praças públicas. Todavia, este percurso, ora ditado pela imposição de se uniformizar os exteriores ora organicamente difundido pelos arranjos de circulação de uma *cultura arquitetônica* de matriz moderna, conferiu um “ar de família” aos exteriores das casas urbanas, conectando-as em torno das balizas determinadas pela *regularidade* e pelo *decoro*, como observaram Delson (1979), Fonseca (2011) e Bastos (2015) no cenário colonial brasileiro.

#### **4.2.1. O papel das medidas urbanísticas para dotar as povoações de *regularidade* e as principais implicações entre a reprodução da casa corrente**

A noção de *regularidade*, na *tradição urbanística portuguesa*, como discutimos, foi gestada lentamente ao longo da Idade Média, conforme se aplicavam os arranjos urbanos racionais e se buscava a criação de conjuntos arquitetônicos uniformes nas povoações *ex nihilo* ou quando se intervinha na ampliação dos tecidos nas povoações *ex novo* (TRINDADE, 2013). Esse processo serviu mormente à fundamentação de uma prática comum de urbanismo de cunho empírico, ajustados às diversas realidades dos lugares a serem ocupados, que, com o ingresso no período moderno, incorporou novos conceitos baseados na tratadística em circulação na Europa moderna. No contexto luso, isto se manifestou:

- pela introdução das praças públicas, transformadas assim em elementos centralizadores das funções coletivas;

- pela incorporação das igrejas à malha, em conjunto com os costumeiros usos dos adros e largos fronteiros;
- na formalização do papel da gestão do espaço urbano por meio da criação das casas de câmara e, porventura, dos pelourinhos projetados à frente destes entes administrativos;
- e, inclusive, na instituição da noção moderna de quarteirão entre o modelo medieval de parcelamento baseado na rua-travessa <sup>102</sup>, relacionada principalmente às malhas em *ordenação cruzada*.

Para Helder Carita, a introdução das medidas urbanísticas inovadoras por D. Manuel I, além de criar um novo centro de poder para a capital, buscou estabelecer na prática os princípios a reger o urbanismo português dali em diante. Os edifícios, criados no futuro Terreiro do Paço, tinham um papel estratégico para os anseios mercantilistas de Portugal, de modo a apresentar ao mundo um Reino capaz de concorrer com as demais potências europeias do período. Nesse sentido, um espaço urbano de base regular e a introdução de um conjunto edificado uniforme voltado para o Tejo, porta de entrada para os viajantes desembarcados à Capital Real, serviriam como propaganda de Estado e demonstração de ingresso entre as nações civilizadas da época. A iniciativa, então, como o autor evidenciou, tinha o objetivo de evidenciar os novos cenários oportunizados pelas recentes conquistas no litoral africano e pela divisão do Novo Mundo entre conquistadores espanhóis e portugueses.

Sem dúvida, as ações, introduzidas por D. Manuel I no contexto de Lisboa, indicam para a existência de um recém-formado pensamento de base renascentista em Portugal, sustentado no anseio por expressar um tipo de "cidade estruturada segundo princípios racionais e planejada de uma forma regular" (TEIXEIRA, 2012, p.

---

<sup>102</sup> De acordo com Helder Carita, "através dum discurso estruturado por um conjunto de noções abstractas, como... *hordenança, confrontação, compasso, ygualdade, proporçam*, e que implicavam uma formação teórica fundamentada sobretudo na aritmética e no cálculo com base nos algarismos árabes, o modelo de rua-travessa evoluiu, dando origem a um modelo urbano fundamentado numa forma abstracta e geométrica: o quarteirão de base rectangular." (CARITA, 1999, p. 190)

30). Com a expansão das conquistas e o aporte financeiro proporcionado pela comercialização de especiarias e escravizados, as medidas destinadas à *regularidade* foram levadas inicialmente a outras regiões do Reino e às Ilhas Atlânticas, estimulando-se, inclusive, o destacamento de oficiais nas Casas de Câmara para organizar o processo de abertura de ruas e a divisão dos lotes, os “arruadores”<sup>103</sup>. Estes personagens do urbanismo português viriam a ser mencionados em diversos documentos camarários, ora nas posturas públicas criadas para normatizar o *aumento das povoações* ora nos *livros de cordeamento*<sup>104</sup>, que nas instituições camarárias mais importantes, como as lisboeta ou portuense, registrariam regularmente as atividades deste oficial.

A presença de oficiais especializados para a translação de um pensamento urbanístico abstrato e teórico, expresso nas Posturas Municipais e nas Cartas Régias de fundação, para a prática, como observou Luisa Trindade e Manuel C. Teixeira, pode ser considerada uma importante ação para a implementação conveniente da *regularidade* entre as povoações portuguesas e uma das consequências de uma “cultura urbana europeia” partilhada entre os países do continente, como destacou Manuel C. Teixeira. Segundo o autor, as ações urbanísticas implementadas apontaram para a ocorrência de fatores “civilizacionais” ou “culturais” agindo no aspecto de um determinado núcleo urbano e manifestando-se na forma de plantas espontâneas ou reticuladas, respectivamente.

A base de explicação usada por Manuel C. Teixeira permite compreender como a formação dos traçados muitas vezes comportou uma lógica adaptativa ao terreno natural às demais condições do sítio (plantas espontâneas / fatores civilizacionais).

---

<sup>103</sup> Luisa Trindade chamou a atenção para o fato de “já nos inícios do século XVI, surge-nos a figura do arruador: o livro das vereações da Ribeira Grande (S. Miguel, Açores) regista, em fevereiro de 1555, e sob o título ‘*arruador dos chãos desta villa e seu termo*’, a eleição de Joham Rodriguez da Lomba, por ter ‘*fallecido Pero Teixeira que era arruador do pryncypio desta vyla*’”. (TRINDADE, 2013, p. 203 – Grifo da autora)

<sup>104</sup> Tais documentos são de extrema importância para a compreensão do papel dos *arruadores* e outros oficiais camarários, que fiscalizavam o *aumento das povoações*. A existência destes livros reforça a percepção de Luisa Trindade, na qual “são vários os exemplos que atestam a prática do cordeamento, utilizada, quer para medir grandes extensões, quer para calcular lotes urbanos”. (TRINDADE, 2013, p. 209)

Neste cenário ocorreu, por exemplo, a utilização de “antigos caminhos rurais [que] se incorporavam ao plano” e situações nas quais “as ruas ajustavam-se à curvatura da baía ou à topografia do terreno para facilitar os percursos” (TEIXEIRA, 2012, p. 128), na qual as formas urbanas foram menos suscetíveis ao pragmatismo geométrico. No entanto, como esse mesmo autor chamou a atenção, a ausência das grelhas rasgando os chãos das povoações não implicaria em uma relação de irregularidade formal, ao contrário, na observação *in loco*, “o traçado transmite grande sentido de ordem e de regularidade, valorizado ainda pela exploração formal de particularidades do sítio e das preexistências construídas” (TEIXEIRA, 2012, p. 181). Neste sentido, os fatores civilizacionais são de grande importância para a compreensão do contexto de reprodução da casa corrente luso-brasileira, uma vez que a prevalência dos traçados espontâneos sobre os regulares no Brasil, não significou que a construção de habitações tenha sido um processo sem regramento, ou seja, sem que a atuação reguladora das casas de câmaras locais e outros agentes.

As plantas reticuladas geralmente manifestaram-se como o resultado de um processo cultural, muitas vezes, externo ao contexto comum de aumento e conservação da própria povoação. A interferência administrativa da Coroa Portuguesa nas Casas de Câmaras locais teve grande repercussão para que o desenvolvimento espontâneo se tornasse controlado e, sobretudo, atendesse aos anseios de imposição de *regularidade* às ruas e demais locais. Em Portugal na Época Moderna, a *regulação urbana* tornou-se o principal recurso capaz de assegurar a produção de espaços urbanos regulares, que, ao mesmo tempo, representariam a nobreza e a beleza da povoação.

Para se chegar a tal finalidade, a *regulação urbana* empreendida nas povoações de origem portuguesa do início da era moderna, grande parte das vezes, buscou extinguir inúmeros “diretos adquiridos” pelos moradores das casas, principalmente, aqueles relacionados com a submissão do espaço público aos interesses próprios, como a permissão de se apropriar de até um terço da rua com os andares salientes e balcões. Este processo foi ilustrado por Helder Carita ao citar trechos de uma provisão

emanada em Lisboa, em 17 de junho de 1499, que “começa a proibir a antiga lei medieval afirmando ‘...que se não use o foral e Capitulo que fala nas sacadas que se fazem nas cazas q posão tomar a terça parte da rua...’” (CARITA, 1999, p. 82 – Grifo do autor). Fatos como este representaram grandes avanços para a transição da *tradição urbanística portuguesa*, adotando-se cada vez mais uma base de pensamento moderna, que viria substituir os processos empíricos de formação das povoações lusas. Outra importante ação realizada à época correspondeu a necessidade se erguer construções de modo a se respeitar o alinhamento determinado pelas vias de circulação. No Regimento de Ceuta de 1509, Helder Carita identificou o trecho que exigia “a construção de casas ‘... que concordem com as paredes dalguas casas... se faram paredes novas que cordem com as velhas...’” (CARITA, 1999, p. 181 – Grifo do autor). A imposição do “cordeamento” (*cordem*) das frentes das casas demonstra a presença de uma evidente preocupação com a *regularidade urbana*, evitando-se as formas desordenadas de se construir comuns ao passado medieval.

As exigências citadas seriam cada vez mais recorrentes nos séculos seguintes, de forma que ocorreria a criação de outras diretrizes específicas desde a regulamentação manuelina (BANDEIRA, 2000; CARITA, 2012; TRINDADE, 2013; CASTILHO, 2015).<sup>105</sup> Tais obrigações impostas pelos agentes camarários ou da Coroa, se não cumpridas, poderiam, até mesmo, conduzir à aplicação de multas e à exigência de demolições parciais para as casas erguidas em desacordo. (CARITA, 1999, p. 89).

Apesar de já existente no final da Idade Média<sup>106</sup>, o êxito percebido nesse tipo de processo de *regulação urbana* se deu na época moderna, em função do regime disciplinar introduzido na legislação portuguesa após o reinado de D. Manuel I. As

---

<sup>105</sup> Tal cenário repercutiria decisivamente no contexto colonial brasileiro do Setecentos e Oitocentos (SMITH, 1945; MARIANO FILHO, 1945; VASCONCELLOS, 1956; DELSON, 1979; BORREGO, 2004). Em relação à necessidade de manutenção dos alinhamentos, do mesmo modo, tanto em Portugal quanto no Brasil, não se ausentaria das normativas trechos destinados à imperiosa obrigação de se “cordear” os alicerces e as frentes das construções ou de se ir “endireitando as ruas” (BORREGO, 2004, p. 115).

<sup>106</sup> As Ordenações Afonsinas, de 1446, foram o primeiro instrumento legal, em escala nacional, de organização dos códigos de direito civil existentes desde a fundação do Reino de Portugal. Destinada a versar sobre diversos assuntos, alguns títulos destas ordenações instruíam diretamente a gestão urbana das povoações e das casas.

“Ordenações Manuelinas”, nesse sentido, representaram um dos principais instrumentos legais em Portugal, que, entre outras coisas, contemplaram os fundamentos operativos para a regulamentação do espaço urbano. O monarca buscou em seu reinado reorganizar a administração do Reino por meio de um novo dispositivo de direito civil, similar em essência ao realizado sob às ordens de D. Afonso V, mas amplo o suficiente para fazer o poder da Coroa reverberar nos territórios do Reino e, também, nos conquistados durante os descobrimentos marítimos.

A atividade construtiva e as questões relacionadas ao espaço urbano viriam a ser reguladas nas *Ordenações Manuelinas*, grosso modo, no título destinado aos almotacés e as atribuições de seu ofício<sup>107</sup>. Para regulamentar as funções desses oficiais camarários vinte itens foram incluídos, destinados às diversas atribuições na alçada da almotaçaria, entre estas às relativas ao pelouro das construções<sup>108</sup>. Consequentemente, as disposições tinham como finalidade estipular os instrumentos normativos cabíveis aos almotacés, de modo a orientar as inúmeras ações a serem realizadas nas ruas das povoações<sup>109</sup>. Em função da ampla aplicabilidade, mais tarde, em 1603, os itens relativos à almotaçaria seriam transferidos quase integralmente para o “Codigo Philippino” ou “Ordenações e Leis do Reino de Portugal”, como também ficou conhecido o código de direito civil, organizado sob a égide do Rei Philippe I.

Desenvolvido na época da anexação do Reino de Portugal ao da Espanha, este novo código civil perdurou por todo o Seiscentos e Setecentos, em Portugal, e, no Brasil, chegou até o início do séc. XX, oferecendo, assim, grande unidade para as medidas de *regulação urbana* empreendidas durante a sua vigência. A manutenção das diretrizes manuelinas, com poucas alterações nas *Ordenações e Leis do Reino de*

---

<sup>107</sup> O conteúdo consultado, respectivo à regulação da atividade construtiva, está contido no Livro I, “Título XLIX – *Dos almotaces, e cousas que seu Officio pertencem*”, veiculado entre as páginas 339 e 356, na edição de 1797 das *Ordenações do Senhor Rey D. Manuel*”.

<sup>108</sup> O controle da atividade construtiva e das questões relativas ao espaço urbano estiveram contempladas nos itens 24 a 44, do Título XLIX.

<sup>109</sup> Diferentemente de outros oficiais camarários, os almotacés realizavam suas funções diretamente nas ruas das povoações, dirimindo diretamente as situações a serem corrigidas *in loco*. Isso deu origem a um cenário de poucos registros oficiais, pois muitas das questões sequer foram transcritas para livros ou formalizada por meio de autuações por escrito.

*Portugal*, reforça nossa interpretação de que a gestão urbana das povoações, no contexto português do Antigo Regime, correspondeu a uma *estrutura*<sup>110</sup> estável no cerne da *tradição urbanística portuguesa* – ou seja, um evento reproduzido na longa duração do tempo, originado na Idade Média e amadurecido o suficiente para oferecer estabilidade às práticas coordenadas no período moderno. Consequentemente, a permanência de conceitos e práticas ofereceu, à normatização em vigor, diretrizes suficientes para dar sustentação às ações desenvolvidas pelas Casas de Câmaras, quando da transposição dos itens à prática. Nesse sentido, o subtítulo, “Edifícios e servidões”<sup>111</sup>, foi de significativa aplicação, uma vez que veio a receber o conteúdo específico às atribuições aos respectivos almotacés, eleitos para atuar com o pelouro construção, e permitiu a implementação, efetiva e constante, da *regulação* nos espaços urbanos geridos pelas instituições camarárias.

Uma das atribuições mantidas pelo documento de 1603 assegurou aos almotacés a autonomia para embargar as construções em desacordo com a *regulação urbana*, determinando à fiscalização da atividade construtiva o papel fundamental na sustentação do regime de controle do aumento e conservação ou mesmo para o embelezamento das povoações. De acordo com o Item 23, do *Código Philippino*:

E aos Almotacés pertence embargar a requerimento de parte qualquer obra de edificio, que se fizer dentro da villa, ou seus arrabaldes, pondo a pena, que lhes bem parecer, até se determinar a causa per Direito. E a pessoa, que depois do dito embargo fizer obra sem mandado de Justiça, que para ello tenha poder, incorrerá na dita pena, e desfar-se-ha toda a obra, que assi depois fez, postoque mostre, que de direito a podia fazer. (PORTUGAL, 1870, p. 160)

---

<sup>110</sup> De acordo com Fernand Braudel, a estrutura “domina os problemas de longa duração. Por *estrutura*, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para [os] historiadores, uma estrutura é sem dúvida, articulação, arquitetura, porém mais ainda, uma realidade que o tempo utiliza mal e veicula muito longamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravança a história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento”. (BRAUDEL, 1978, p. 49)

<sup>111</sup> A edição consultada, intitulada “*Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal – Recopiladas por mandado D’el-Rey D. Philippe I*”, veiculada em 1870, contemplou o “Título LXVIII – Dos Almotacés”, que reuniu o respectivo conteúdo entre as páginas 157 e 162. Os itens mencionados estiveram compreendidos entre os números 22 e 42, repetindo-se os vinte totais, existentes no código anterior

Este item revelou dois aspectos importantes do exercício dos almotacés no controle da atividade construtiva: a autonomia das decisões tomadas por estes e a imposição do imediato cumprimento das penas impostas. A possibilidade de aplicação de uma “pena, que lhes bem parecer”, como indicou o trecho citado, apontou para a existência de um instrumento de imposição sumária e independente a outras esferas das casas de câmara. Devido a isso, quando identificado o não cumprimento das normas urbanísticas ou arquitetônicas, era ao indivíduo imputada a sentença, no próprio momento da autuação, que, caso desejado, poder-se-ia conduzir a uma apelação formal e ter o réu direito a recorrer. De acordo com Sandra M. G. Pinto, no final da Idade Média:

Os almotacés trabalhavam, então, na resolução de conflitos, os quais eram compelidos a intervir sempre que alguém os chamasse por se sentir prejudicado devido às obras de outrem e atuavam em qualquer dia ou lugar ouvindo as partes interessadas. [...] O processo era sumário e bastante breve, sendo inclusivamente a sentença imposta de modo oral, e todo o ato era gratuito não podendo haver custas além do correspondente às escrituras, sempre que alguém as solicitasse. Quando não havia concordância com o estipulado, qualquer das partes, fosse ela autora ou ré, podia recorrer da decisão apelando para os juízes dos concelhos, tal como se encontra definido, desde logo, nos costumes e foros de Évora, de Santarém, de Torres Novas, ou nas confirmações régias para Lisboa. Se ninguém apelasse, a parte condenada estava obrigada a acatar a sentença, sujeitando-se a mais penas pecuniárias por cada dia de incumprimento. Se apelasse, o caso era novamente julgado saindo nova sentença, a qual podia manter ou denegar a decisão anterior, passando a ser definitiva, pois dela não havia possibilidade de recurso. Ao escrivão da câmara competia registar por escrito as sentenças das apelações que acabavam por funcionar como jurisprudência, sendo invocadas em pleitos de natureza semelhante, mesmo depois de passados muitos anos. (PINTO, 2016a, p. 296-297)

Durante à época moderna, esses procedimentos não viriam a se alterar significativamente, constituindo-se como uma espécie de código de atuação para os oficiais almotacés. Consequentemente, ordenados pelos almotacés, procedimentos desta natureza ofereceriam garantias a uma célere coordenação das ações de *regulação urbana*, de forma a se fazer aplicar as correções necessárias e de se fazer agir de acordo com uma dinâmica conveniente aos interesses municipais.

Outro aspecto importante da atuação dos almotacés da construção, previsto nas *Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, dizia respeito ao controle da abertura de janelas nas paredes frontais e laterais dos sobrados, para que não se causassem danos aos vizinhos. O instrumento normativo estabelecia severas restrições à produção de vãos voltados para os confrontantes, que possuíssem casas térreas ou sobrados mais baixos, e para os becos ou travessas, quando a edificação fosse situada em esquinas, caso não autorizadas pela almotaçaria. Com relação a esta restrição, o item 24 estabelecia que:

Qualquer pessoa, que tiver casas, póde nellas fazer eirado com peitoril, janellas, frestas e portaes, quando lhe aprouver, e alçar-se quanto quizér, e tolher o lume a qualquer outro visinho dante de si. Porém não poderá fazer fresta, nem janellas, nem eirado com peitoril, sobre casas, ou quintal alheio, per que o descubra, que stê junto á parede, onde quer fazer a janela, fresta, ou eirado, sem cousa alguma metter em meio. Mas bem poderá fazer eirado com parede tão alta que se não possa encontrar sobre ella, para ver a casa, ou quintal de outrem. E assi poderá fazer na sua parede, sobre o telhado, ou quintal de outrem, sétera, pela qual sómente possa ter claridade. E quando o outro, sobre cujo quintal, ou telhado se faz tapar, postoque seja passado anno e dia, ou outro qualquer mais tempo, que stiver feita. (PORTUGAL, 1870, p. 160)

Interessantemente, apesar da proibição, a legislação permitiria legitimar aberturas já existentes na direção das propriedades vizinhas, desde que decorrido o prazo de um ano e um dia da construção sem reclamações dos afetados pela ação. Neste sentido, o texto do item 25 estipulava que: “E tendo alguém feito janella, fresta, ou eirado com peitoril, em caso, que a não poderia fazer, depois de passado anno e dia, se a parte era presente ao lugar onde se fez, já o não poderá obrigar a desfazer-a, postoque se queira alevantar”. (PORTUGAL, 1870, p. 160). Isto, inclusive, implicaria impor ao afetado outro prejuízo ao exercício do direito de usufruto de sua propriedade, o impedimento de elevar sua edificação o suficiente para bloquear o vão criado. Tais disposições permite-nos compreender a presença de normativas destinadas ao bem comum, ou seja, fazendo-se imperar o caráter público sobre o privado; todavia, assegurando, por outro lado, certos direitos adquiridos indevidamente no usufruto do bem, mesmo que isso viesse determinar dano a outrem.

Além das determinações previstas nos itens 24 e 25, a criação de vãos viria a ser regulada em mais uma situação, no item 29, o suficiente para implicar em regras que iriam recair sobre a composição da uniformidade da casa corrente, como demonstrado no trecho a seguir:

Se alguma pessoa tiver casa de huma parte da rua, e outro seu visinho quizer fazer casa da outra parte, ou se já dantes a casa era feita, e quer nella abrir portal de novo, ou quer ahi fazer janella, ou fresta, não a poderá abrir, nem fazer direito do portal, ou da janella, ou da fresta de outro seu visinho, que móra da outra parte da rua: salvo se dantes ahi houve já o dito portal, janellam ou fresta, onde a ora quer abrir, porque então a poderão fazer no proprio modo e maneira, que dantes stava. Porém desviado no outro o poderá fazer. (PORTUGAL, 1870, p. 161)

O impedimento de abrir portas ou janelas alinhadas em ambos os lados da rua, fundamentalmente, se destinava à manutenção da privacidade dos moradores no recolhimento de seus lares.

As *Ordenações* de 1603 também mantiveram a intenção de eliminar os elementos salientes construídos nas fachadas, replicando as imposições existentes desde o final da Idade Média. Conforme o item 31, “E não se poderá fazer na rua escada, nem ramada <sup>112</sup>, nem alpendre, nem outra cousa alguma, que faça impedimento á servintia da dita rua. E se o fizerem, não lhes será consentido: e os Almotacés lho mandarão derribar” (PORTUGAL, 1870, p. 161). A presença de normas contra estes elementos construtivos, na atualização do código proposto na gestão de D. Philippe I, revela-nos indícios de ser o lançamento de balcões, alpendres e sacadas sobre as ruas algo ainda comum à época, mais de século depois das proibições deferidas por D. Manuel I. A determinação *“e se o fizerem, não lhe consentido: e os*

---

<sup>112</sup> Na redação do item, se acrescentou a nota: “Ramada, i. e., coberta á moda de ramada, ainda que feita de taboas”. De acordo com o dicionário Michaelis, “Ramada” poderia significar “Cobertura de ramos para abrigo ou para fazer sombra”; “Molho de ramos que se coloca no rio para juntar peixe” ou “Cerca feita de ramos secos” (Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 8 out. 2021). Buscamos o significado do termo, também, no “Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram”, de Joaquim S. R. Viterbo, e não identificamos associações à arquitetura da descrição, mas somente à pesca: “Pescaria, que se fazia com ramos, lançando grande copia d’elles nos mais profundos poços [...]” (VITERBO, 1865, p. 176). Pelas características das fontes consultadas, presumimos que as “ramadas” corresponderiam às sacadas ou aos balcões com fechamentos em treliças de madeira, acrescentados às fachadas.

*Almotacés lho mandarão derribar*” demonstra a busca por uma postura firme de *regulação urbana*, limitando o direito de propriedade irrestrito e as apropriações do espaço comum, como era de costume desde o Medieval. Em relação a outras faces deste controle destinadas aos exteriores das casas, Helder Carita identificou definições, provenientes do reinado manuelino, que estipulavam a normatização de avanços de no máximo *palmo* e meio, para varandas (CARITA, 2012, p. 85), o que também seria estendido aos demais recursos de ampliação dos pavimentos superiores das edificações na direção das vias de circulação.

Helder Carita encontrou posturas promulgadas pela Casa de Câmara de Salvador, na Bahia, de 1696 e 1747, quase um século após a promulgação das *Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, destinadas à regulamentação das fachadas para eliminar as balcoadas e evitar projeções além de dois *palmos* e meio, respectivamente. O autor destacou a:

[...] circulação para o Brasil das prescrições quanto à saliência das varandas de sacada, [entre as quais] confirmamos uma postura da Câmara da Baía, assinada, em 1696, determinando que ninguém ‘...bote sacada para a rua e desta não tome parte alguma fazendo escadas balcão ou poyal’. Sobre este processo que acabou por determinar toda uma tipologia de desenho de fachada, encontramos outra postura de 1747, ainda sobre esta norma, mas permitindo um aumento das sacadas de palmo e meio para ‘dous palmos e meyo.’” (CARITA, 2012, p. 85 – Grifo do autor)

Outro ponto de destaque, no que competia à apropriação do espaço das ruas pelas casas, se referia a imposição de limitações aos passadiços executados entre edificações de mesma propriedade, quando dispostas em lados opostos das ruas. Apesar da legislação não autorizar a construção de novos elementos destes, como no caso das janelas abertas para o lado dos confrontantes, em determinadas situações houve a legitimação do direito individual frente ao coletivo, de se fazer uso de balcões instalados na lanços das estruturas comunicantes entre as habitações, ainda que estas já não fossem de mesmo dono. Sobre este aspecto o item 32 estabelecia que:

Outrosi, se alguma pessoa tiver duas casas, que sejam huma de huma parte, e outra de outra parte da rua, e hi tiver lançadas traves per cima da dita rua de huma parte para a outra, e tiver hi feito balcão com sobrado, ou abobada, e

depois acontecer, que huma casa da parte da rua venha a ser de outro senhorio, com o balcão, ou abobada, ou ametade dela, e ambos, ou cada hum deles se quiser alçar, podel-o-hão fazer. E hum ou outro, e cada hum per si poderão fazer janellas e frestas sobre aquelle balcão; porquanto postoque tal balcão, ou abobada stê nas paredes, sempre assi o debaixo do balcão como o ar de cima, fica do Concelho. E portanto cada vez que o Concelho quiser (sobrevindo causa para isso), o póde fazer derribar; porque per tempo algum nunca poderá adquirir posse em o dito balcão o senhoria da dita casa, ou balcão." (PORTUGAL, 1870, p. 161)

Percebemos nas permissividades previstas pelas *Ordenações e Leis do Reino de Portugal* uma forma de administrar de forma conveniente a *regulação urbana* do lugar, para se evitar conflitos em situações no qual o direito adquirido estaria, porventura, em contradição com as normas vigentes. Isto ofereceria flexibilidade às ações cotidianas de fiscalização dos almotacés, de modo a permitir dialogar com situações de conflitos de interesse, e definiria a participação das casas de câmaras na resolução de causas mais complexas – como a obrigação de o proprietário demolir edificações existentes ou parte delas, em estado de desacordo com a legislação, quando se desejasse aplicar uma imposição Régia ou fosse de interesse do Concelho local, por exemplo.

As demais atribuições dos almotacés, contidas nas *Ordenações*, foram elaboradas na intenção de apontar soluções para dirimir conflitos entre proprietários ou a problemas de ordem pública, oferecendo aos oficiais das câmaras definições claras como proceder em situações de uso indevido de estruturas construtivas, lançamento de águas dos telhados sobre as ruas ou propriedades vizinhas, e, até mesmo, na divisão de habitações comuns entre proprietários e determinar as obrigações comuns para reparar ou ampliar casas geminadas. Certamente, todas as atribuições destinadas aos almotacés foram essenciais para a implementação da *arquitetura de programa*, ansiada pela Coroa portuguesa em todo o Império Ultramarino, e, por consequência, tiveram amparo em um largo lastro de legislações criadas para assegurar a capacidade de aplicar os interesses dos concelhos.

A herança da tradição medieval de atuação destes oficiais camarários, baseada na ação prática realizada diretamente nas ruas, contribuiu para reduzir o impacto da

enorme burocracia estatal e facilitar a gestão de um organismo vivo, como as povoações sempre foram. Todavia, invariavelmente, toda essa praticidade poderia dar espaço para incoerências e definições arbitrárias, que beneficiariam alguns e prejudicariam outros. A construção ou permanência de elementos considerados inadequados – como os balcões, passadiços, varandas etc. – durante os séculos seguintes às normativas manuelinas, mesmo diante de diversas Cartas Régias ou posturas urbanas proibitivas criadas posteriormente, indicam para outro lado da questão da *regulação urbana*, feita pelos almotacés e demais agentes públicos ligados ao *fazer cidade*, quando a conveniência do lugar e seus habitantes ou não cumprimento das leis ocorreram<sup>113</sup>.

Percebemos, neste breve caminho percorrido em meio à *tradição urbanística lusa*, que a implementação da *regularidade*, desde a Idade Média em Portugal, deu origem a situações em que a casa corrente deixou de ser um fenômeno de reprodução meramente vernacular, para incorporar um modelo pré-determinado de composição, conforme as estratégias criadas pelo Estado Português no Antigo Regime. Entre os séculos XVI e XVIII, a intensificação do controle no aumento ou criação de povoações e, conseqüentemente, sobre os edifícios, conseguida a duras penas na imposição da *regulação urbana*, solidificou o pensamento introduzido no Reinado Manuelino, destinado à imposição da *uniformidade arquitetônica*. Resultado da arquitetura e do urbanismo renascentistas, a expressão uniforme das fachadas das habitações serviria como uma espécie de “propaganda estatal” necessária para representar a pertença às nações civilizadas da Europa. A despeito de todas as limitações inerentes à condição de colônia, as povoações brasileiras, como parte do império, não ficaram inertes aos efeitos dos movimentos estratégicos da regulamentação do espaço urbano e perceberam, à sua medida, a aplicação de uma vasta legislação derivada das experiências reinóis dos séculos anteriores.

Contanto, no nosso caso, o rigor em relação à criação de novos núcleos urbanos não seria fruto da fase inicial da ocupação das terras americanas, ainda que a fundação

de Salvador na Bahia, em meados dos quinhentos, já abarcasse diretrizes claras de uma urbanização influenciada pela *tradição urbanística portuguesa*. Com a Restauração do Trono, Portugal voltou-se para a exploração do Brasil e, somente então, medidas mais eficazes de *regulação urbana* tornar-se-iam mais recorrentes nas vilas e cidades locais. Os autos de criação de povoações, sobretudo, receberam determinações específicas para a *regularidade* dos traçados urbanos, utilizando-se as praças, ruas direitas e ruas novas como instrumentos ordenadores do espaço. Para as casas urbanas, a diretriz de adoção de “mesma figura pela fachada”, nada mais significou que a imposição de uma *arquitetura de programa*, em contextos mais específicos, até mesmo, determinada por regimentos e projetos. Tudo isto, apesar da diversidade de ações, sustentou-se por intermédio das *Ordenações*, que representaram o estatuto legal para a atuação de almotacés, engenheiros militares, governadores, ouvidores e outros tantos personagens ligados às Casas de Câmara ou a própria Coroa Portuguesa.

#### **4.2.2. O papel do modelo arquitetônico manuelino para a imposição de uniformidade sobre a casa corrente de origem portuguesa**

A lógica de “valorização do papel da fachada” e “a adoção de modelos arquitetônicos uniformes” (TEIXEIRA, 2012, p. 78), foram dispositivos estratégicos para o contexto de formação e consolidação do Império Ultramarino, ao aliar uma política de governança dos povos com a reprodução de um tipo de *arquitetura de programa*, replicável o suficiente para se fazer sentir o poder da Coroa em qualquer parte do território ocupado pelos portugueses. Estes propósitos, incomuns a um processo vernáculo de reprodução da casa corrente medieval, passaram a servir paulatinamente como um dos instrumentos urbanísticos disciplinadores para as povoações e seus habitantes, conforme os interesses imperiais de levar o papel de liderança do Rei a todos os lugares.

As medidas reguladoras realizadas na Ribeira lisboeta por D. Manuel I, que, apesar de não ter inaugurado essa prática na *tradição urbanística portuguesa*,

determinaram um marco importante para a criação da primeira versão de uma *arquitetura de programa* que pudesse ser levada a todo o Reino e ao nascente Império Ultramarino. A implementação destas intervenções urbanas, geradas a partir do modelo arquitetônico manuelino, tornou-se referência para as construções novas, que passaram a adotar convenientemente as relações métricas previstas para a altura dos pavimentos, os trechos de paredes e a distribuição das aberturas introduzidas nas fachadas, entre outras coisas. Como representou Helder Carita, tal modelo deu origem a prescrições que indicavam a normatização de uma arquitetura em que estivesse “... *tudo numa mesma grandura e medida...*” (CARITA, 1999, p. 62 – Grifo do autor). Ainda, de acordo com as premissas adotadas, “o traçado não é só gerador do desenho da fachada, mas igualmente, e ao mesmo tempo, gerador da estrutura espacial do edifício”. (CARITA, 2013, p. 78)

As intervenções na Ribeira de Lisboa adquiriram alguns séculos depois um papel estratégico para o futuro da casa corrente luso-brasileira, servindo em particular para a composição da *dimensão plástica* nos partidos arquitetônicos adotados nas construções seiscentistas. Isto se deu sobretudo pela manutenção conveniente dos padrões (métricas, ritmo, repetição, ordem etc.) determinados pelo *modelo arquitetônico manuelino*, como normas a serem repetidas quando as edificações existentes seriam submetidas à renovação e, principalmente, para se erguer novas edificações. Como demonstrou Roberta M. Delson para o caso das vilas fundadas no interior do Brasil, as novas povoações criadas, principalmente após a segunda metade do séc. XVII, assumiriam tais procedimentos, de modo que as casas tivessem “a mesma figura uniforme” em seus exteriores. Isto revela um cenário importante e essencial formulado na intenção de expressar o alinhamento do pensamento português com as formas de expressão cultural das “nações civilizadas”. Em outro contexto, apesar de similar em função das condições de manifestação, Miguel S. M. Bandeira também identificou esse anseio na análise das posturas públicas promulgadas na cidade de Braga, que estava a se renovar arquitetonicamente no período.

Em linhas gerais, o projeto de 1498 desenvolvido para a Ribeira de Lisboa, contemplou a utilização de parâmetros fixos para as dimensões das edificações e determinou a manutenção dos alinhamentos das frentes, bem como, também interferiu sobre o uso dos materiais de construção. Helder Carita identificou, no regimento do projeto<sup>114</sup>, a imposição de um traçado regulador para o projeto das “boticas” baseado no uso da geometria, com a imposição das relações métricas do triângulo retângulo, proporcional as medidas de 9x12x15 *palmas* (CARITA, 1999, p. 64). Estes operadores condicionaram a composição das plantas e dos alçados externos conforme uma arquitetura modulada, o que revelou “[...] uma exigência académica e erudita que nos remetem para pressupostos estéticos próprios da Idade Moderna” (CARITA, 1999, p. 66).

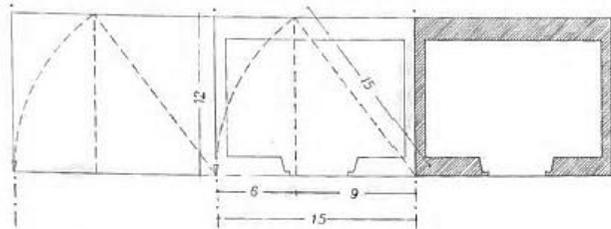
Segundo a lógica destacada por Helder Carita, os principais padrões formais contidos nas intervenções manuelinas, a constituir uma base para a difusão de uma *arquitetura de programa* em Portugal, foram sustentados:

- na adoção de um arranjo vertical comum para os vãos nos sobrados, composto pela sobreposição de portas e janelas;
- na repetição dos tipos de aberturas em sequência horizontal, que ofereceria ritmo às frentes do respectivo conjunto arquitetônico;
- na utilização da simetria de reflexão, conforme o gosto clássico;
- na adoção de proporções harmônicas, estipuladas pelas medidas antropométricas em uso no Reino;
- na composição de fachadas com maior grau de eruditização, frente aos partidos medievais de organização vernácula e formas irregulares.

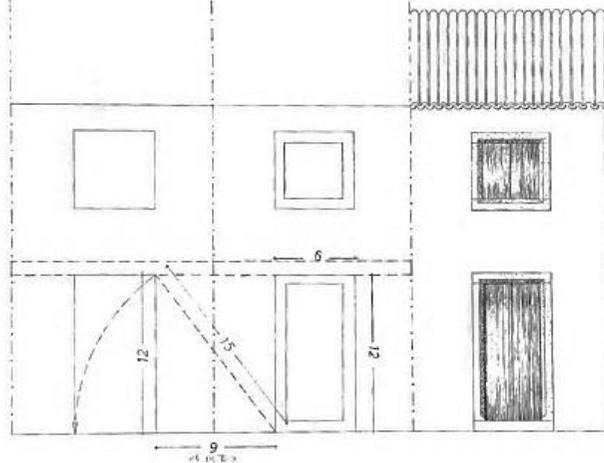
---

<sup>114</sup> Para Carita (1999, p. 177), “a concepção e teoria do projecto arquitectónico e urbano estrutura-se sobretudo, não numa forma idealizada fixa, um desenho rigoroso, mas no modelo metodológico, ‘o regimento’, capaz de fazer face às situações mais diversas sem perder as lógicas teóricas que o fundamentavam” (Grifo do autor). Os regimentos, na concepção do autor, eram elementos fundamentais para o projeto, pois eram onde se fundamentavam a execução da construção e se definiam as dimensões, os materiais e as características principais da obra. Por intermédio desse instrumento, igualmente, se elaborava o cálculo dos custos dos serviços e quais os ofícios estariam envolvidos.

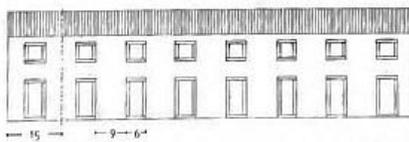
Prancha 11 – Padrões estabelecidos pelo regimento do projeto da Ribeira das Naus, determinantes para *arquitetura de programa* implementada em Lisboa.



1 - Traçado regulador do projecto a partir dum triângulo proporcional de 9x12x15.



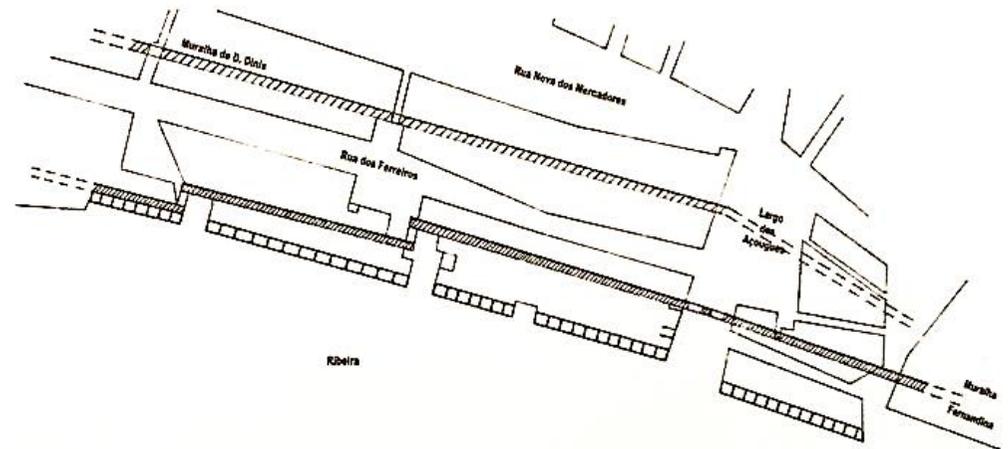
2 - Traçado regulador do alçado.



3 - Reconstituição do conjunto arquitectónico das boticas da fonte da Frol.



1 - Alçado com reconstituição das portas da antiga cerca fernandina com o fundo das ameias como era requerido "... de altura que deixe as ameias do muro em salvo em cima do telhado ...".



2 - Planta de localização do conjunto da Ribeira no Terreiro do Paço, com base na planta de João Nunes Tinoco de 1650.



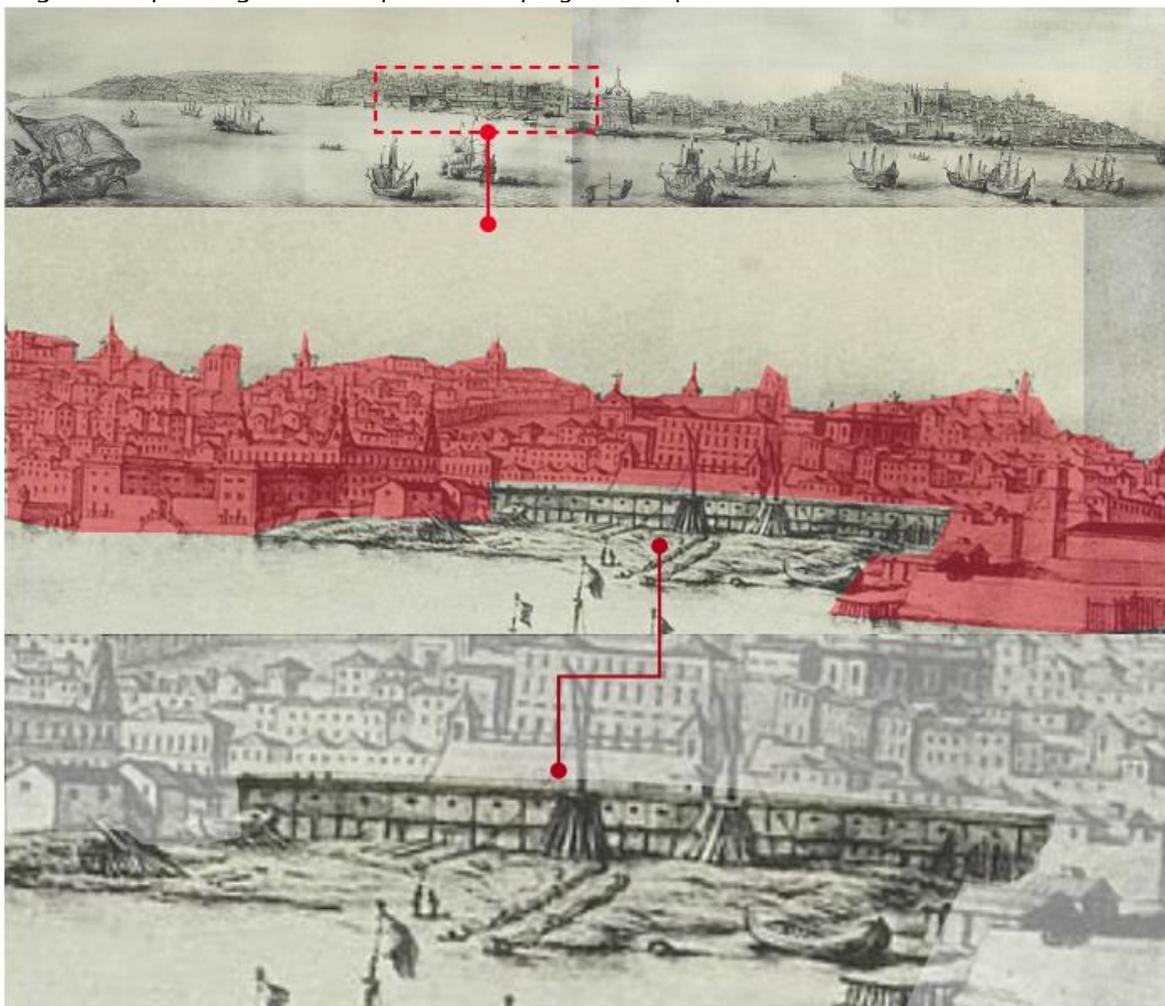
3 - Planta das boticas da Ribeira segundo as medidas fornecidas pelo regimento de 1498.



Fonte: Carita (1999, p. 64-65 – Adaptado).

Nota: A reconstituição realizada na investigação de Helder Carita, para as intervenções na Ribeira das Naus, demonstrou uma rígida composição arquitetónica, marcada de modo decisivo por um forte rigor geométrico na organização do partido arquitetónico.

Fig. 21 – Aspectos gerais da *arquitetura de programa* implementada na Ribeira das Naus – Lisboa.



Fonte: Pier Maria Baldi (1668-1669) / RIVEIRO, Angel; RIVEIRO, Angela (1933, s/p. – Adaptado).

Não obstante às futuras transformações dos padrões originais, coube ao *Regimento* do projeto da Ribeira o papel de configurar um *modelo arquitetônico* fundamental, no qual os princípios básicos de uma *arquitetura de programa* puderam ser implementados ao longo do período moderno no Império Ultramarino. Este “modelo metodológico”, como designou Helder Carita, serviu de início às edificações oficiais erguidas ao longo dos quinhentos, que recebiam por meio dos regimentos a obrigação de seguir o regramento compositivo do projeto inaugural. Com o passar do tempo, sobretudo após a Restauração do Trono, o respectivo modelo foi utilizado para a composição de fachadas uniformes entre as casas correntes de origem portuguesa. De acordo com Carita (1999), Teixeira (2012) e Trindade (2013), para se chegar a um resultado mais amplo na imposição de *uniformidade* às habitações comuns, foi

necessário a transposição das normas impostas pelos regimentos para a *regulação urbana* na forma de posturas urbanas, com intenção de se fazer cumprir os parâmetros eruditos no lugar da repetição da cultura arquitetônica de natureza vernacular dominante no meio do povo. De acordo com Helder Carita:

A preocupação dessa legislação em definir uma arquitetura de fachadas iguais com volumetrias simples, vãos normalizados, sacadas de dois palmos reduzindo ao mínimo qualquer saliência, conformará um modelo morfológico de arquitectura urbana que se estabelece como um dos elementos essenciais ao urbanismo da cidade do período moderno. (CARITA, 1999, p. 198)

Nesse percurso, até a transição desse "modelo morfológico da arquitetura urbana" ao Brasil, as experiências anteriores nas primeiras possessões ultramarinas tornaram-se elementos-chaves para a ampliação do repertório de ações voltadas ao estabelecimento dos padrões arquitetônicos modernos. Nesse aspecto, Helder Carita identificou *regimentos* desenvolvidos para as cidades do Norte da África – Ceuta (1509), Arzila (1510), Safim (1517) e Azamor (1517) – a exigir ações como o cordeamento dos alicerces, a execução de paredes "dereitas", o respeito a uma altura comum nas fachadas, a reprodução das janelas e portas – em quadrado ou duplo quadrado, respectivamente – , entre outras regras a se observar. (CARITA, 1999, p. 181-186)

Outro indício do processo de assimilação do *modelo arquitetônico manuelino* foi a incorporação das normativas introduzidas pelas intervenções na Ribeira das Naus no "*Regimento dos carpinteiros pedreiros E aprendizes e braceiros E call telha Tijolo e tojo E madeira e pregadura...*", assinado pelo Casa de Câmara da Capital portuguesa em 1499, (CARITA, 1999, p. 183). O desenvolvimento deste documento, voltado aos oficiais da construção, incluiu-se no processo de modernização administrativa implementado por D. Manuel I e, por conseguinte, também revelou o intuito de levar a *uniformidade arquitetônica* proposta no projeto de 1498 para além das ações oficiais; uma vez que a universalização dos conceitos entre os construtores seria uma etapa essencial para a disseminação de uma nova cultura arquitetônica.

Partindo-se do cálculo das testadas em função de dimensões compatíveis com a capacidade estrutural das vigas de madeira, as diretrizes estabelecidas pelo projeto

da Ribeira, ao serem incorporadas no *Regimento dos carpinteiros pedreiros E aprendizes e braceiros E call telha Tijolo e tojo E madeira e pregadura...*, fariam se popularizar métricas de “uma série numérica de 10-12-15-20-25-30” entre as novas edificações ou mesmo na renovação das fachadas das existentes (CARITA, 1999, p. 184). A série numérica descrita corresponde as seguintes dimensões, em *palmas*:

- 10 = fração das medidas 20 e 30 da série;
- 12 = pé-direito dos andares;
- 15 = largura das “boticas” ou fração da medida 30 da série;
- 20 = medida da testada de lotes ou altura da edificação; 25 = medida da testada de lotes ou altura da edificação;
- 30 = medida da testada de lotes ou altura da edificação.

Segundo Helder Carita, alguns destes padrões ainda estariam associados entre si, de modo a se produzir aspectos de proporcionalidade nas composições, exemplificada em Lisboa nas soluções destinadas à Rua da Misericórdia (testada = 30 *palmas* / altura da fachada = 25 *palmas*) ou à Rua dos Ferreiros (testada = 25 *palmas* / altura da fachada = 20 *palmas*). Tal condição também foi identificada por Carita para as casas do alcaide-mor de 1517, em Safim (CARITA, 1999, p. 186). Quando implementadas em edificações existentes, dada as limitações no ato de se renovar a composição das fachadas, as relações métricas seriam empregadas com alguma restrição, recaindo as alterações aos elementos construtivos não convenientes – como os balcões, sacadas e andares salientes, elementos oficialmente proibidos na Capital portuguesa pela Provisão de 17 de Junho de 1499 e com demolição prevista a partir do Alvará de 3 de Abril de 1502. (CARITA, 1999, p. 82-86)

A promoção da tão ansiada *uniformidade arquitetônica* não foi um processo simples e nem, tampouco, rápido, como demonstrou Helder Carita e o sucesso de tal empreitada, quando possível, somente pode ser obtido por meio da constante promulgação de normas, alvarás, posturas municipais e Cartas Régias, destinadas a

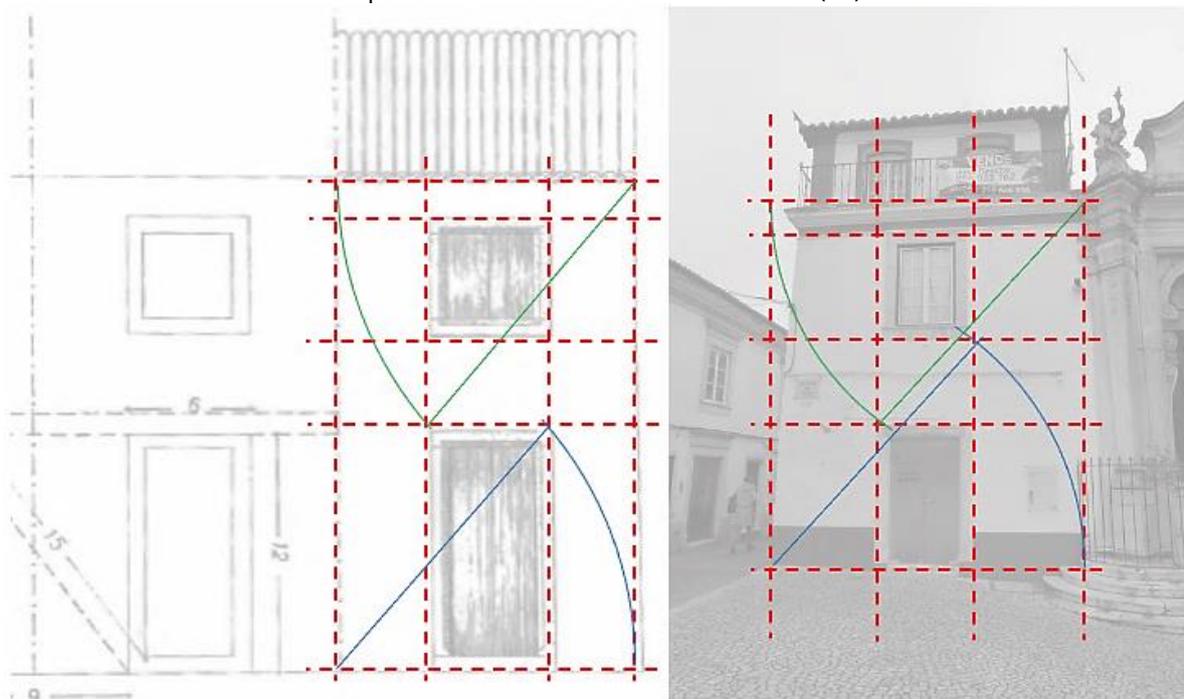
impor um caráter regular sobre as fachadas das casas urbanas. As autoridades Reais e camarárias concorreram para a implantação de ordem ao *compor cidade*, interferindo assim também no *fazer cidade*, com a vinculação da prática construtiva ao conjunto de regras para a imposição da *regularidade* e da *regulação urbana* nas povoações. Deste modo, a prática de composições uniformes para as fachadas, na interpretação de Helder Carita, foi alcançada por meio:

Dum cruzamento entre legislação e praxis arquitectónica e urbana são lançadas as bases para um urbanismo de métricas proporcionais que, ao interligar, no seu desenvolvimento, traçado, morfologias e elementos arquitectónicos, asseguram uma rara coerência teórica e formal ao urbanismo português produzido na época moderna. (CARITA, 1999, p. 199)

Em um contexto urbanístico regrado a partir das intervenções manuelinas em Lisboa, a imposição da *regularidade* em povoações *ex novo* foi acompanhada de recorrentes tentativas de também se atingir maior *uniformidade arquitetônica* nos conjuntos urbanos existentes. Como resultado de uma “política sistemática, determinada e consequente” implementada por D. Manuel I (TRINDADE, 2013, p. 146), este processo adquiriu rápidas representações em edificações nobres e oficiais, mormente criadas por arquitetos ou engenheiros militares. Sem dúvida, a adoção dos padrões uniformes, entre as construções de maior hierarquia, teria servido como uma linha inaugural para uma arquitetura de base moderna, com anseios de servir ao “engrandecimento” ou “enobrecimento” do lugar.

No cenário de reprodução da casa corrente de origem portuguesa, ao contrário, se permaneceria ainda por longo tempo a reproduzir os aspectos constituídos no Medievo. Além de Helder Carita, Miguel S. M. Bandeira, Manuel C. Teixeira, Luisa Trindade e Liliana A. M. Castilho identificaram diversas determinações contidas em posturas públicas, exigindo-se o alinhamento das construções, a remoção de balcões e sacadas, a demolição ou a reconstrução de residências arruinadas e além de outras determinações similares. Isto foi sustentado pela formação de um amplo sistema de controle urbanístico para as povoações, com procedimentos assegurados pela atuação das Casas de Câmara, de gestores locais ou de administradores enviado pela Coroa.

Fig. 22 – Análise da reprodução dos padrões do *modelo arquitetônico manuelino* em uma edificação do período moderno existente em Borba (PT).



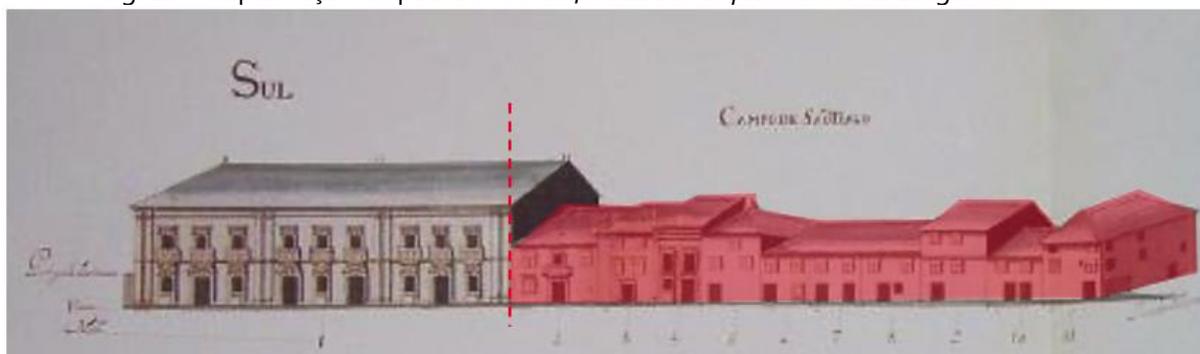
Fonte: Carita (1999, p. 64 – Adaptado) / Acervo pessoal, 2020.

Demonstradas pela investigação de Miguel S. M. Bandeira, durante o séc. XVIII, mais de duzentos anos após a realização das intervenções manuelinas, ocorreram inúmeras ações na cidade de Braga, criadas para o “embelezamento” da povoação, até então marcada pela ausência de *uniformidade* condicionada pela casa corrente do período medieval. Entre as medidas impostas exigiu-se a realização de reformas nas frentes das edificações para o “endireitamento” das ruas e a reconfiguração das fachadas principais. Segundo o autor, no contexto bracarense, muitas destas intervenções se deveu à “necessidade imperiosa dos governantes atenderem à vigilância e cumprimento das regulamentações urbanas estabelecidas, de forma a que as cidades possam apresentar ‘*galhardia e Formuzura*’ como é próprio das nações civilizadas” (BANDEIRA, 2000, p. 150 – Grifo do autor). Para tanto, um “plano geral de obras” foi desenvolvido pela Casa de Câmara de Braga e implementado pelo Juiz de Fora, Bernardo António Soares. Em vias de estabelecer tal procedimento, este requente advertiu ao arcebispo local que:

[...] "os maiores" quando esquecidos: "*da indispeçavel vigilancia e perciza circunspeção que devião ter sobre a regularidade dos edificios, não obstarão a que os particulares pouco cultos e bem nutridos na sua barbaridade edeficassem habitações sem as necessárias regras de architettura, formassem ruas torpes e informes, sem ordem na cituação e pozitura, e assim amontoando cazas e cazas, afearão com huas a simitria das outras, deturbando deste modo a beleza e o aspecto das cidades*", mais adianta que mesmo "*sendo o seu plano tam formozo pelo belo terreno e acento que occupa, não he bem se ache por causa de alguns irregulares edeficios e imperfeitas obras tam feas e deformes*". (CAPELA, 1999 *apud* BANDEIRA, 2000, p. 150 – Grifo do autor)<sup>115</sup>

Algumas das expressões utilizadas – como a "*galhardia e fermozura*", própria das nações civilizadas, "*sem as necessárias regras de architettura*", "*sem ordem na cituação e pozitura*" ou "*amontoando cazas e cazas, afearão com huas a simitria das outras*" – revelam os anseios em adornar a povoação com padrões compositivos contemporâneos e alinhados com a arquitetura europeia, de matriz renascentista, desenvolvida no período moderno; bem como de se seguirem as bases estipuladas pelos *modelos arquitetônicos* disponíveis ao cenário oitocentista português.

Fig. 23 – Implantação de padrões de *uniformidade arquitetônica* na Braga setecentista.



Fonte: Mapa das Ruas de Braga, 1750 (online) / Arquivo Distrital de Braga, 1989 – Adaptado.

Com alguma recorrência entre a documentação pesquisada pelos autores consultados, esta perspectiva de "embelezamento" da povoação, como ocorrida em Braga, pode ser observada "em expressões como '*orgulho e nobreza*'" (TRINDADE, 2013, p. 596 – Grifo da autora) ou no fato de "a hierarquização dos espaços urbanos

<sup>115</sup> O trecho foi originalmente publicado em "CAPELA, José V. O Município de Braga de 1750 a 1834: O Governo e a Administração Económica e Financeira. *Bracara Augusta*, Braga, Vol. XLI, n. 91/92 - Ano 1988/89, 1991, p. 390. (Câmara Municipal de Braga)".

[ter sido] uma condição essencial para a beleza da cidade” (TEIXEIRA, 2012, p. 72). Nesta finalidade, segundo Miguel S. M. Bandeira, outras ações seriam necessárias para dotar de ordem o cenário urbano bracarense, como a exigência camarária de nas principais ruas se obter licenças, para as novas construções ou reformas das existentes. Em parte, tais posturas municipais repetiram as normas urbanísticas do Reinado Manuelino, exigindo-se a manutenção do alinhamento das ruas e a demolição de alpendres, balcões e andares salientes nas fachadas, condições estas de urbanidade e decoro no período moderno (BANDEIRA, 2000, p. 151).

Como podemos perceber, neste contexto de acontecimentos, a busca pela *uniformidade* em Braga – mas, também, em outras povoações do mundo português – quase sempre esteve associada com a implementação progressiva da *regularidade* aos espaços urbanos de núcleos *ex novo*, que conservaram aspectos de uma *cultura arquitetônica* vernácula de base medieval. Para se corrigirem tais permanências, as casas de câmaras locais realizaram inúmeras medidas de fiscalização para a correção do espaço público. Contudo, de um modo geral, imposições mais rígidas foram aplicadas quando as casas estivessem por ser reconstruídas ou se localizassem em áreas mais nobres do núcleo urbano, como as praças públicas ou ruas direitas. Em logradouros de menor importância foi recorrente a permanência de um caráter pouco regular nas fachadas, como atestam as edificações em algumas localidades tanto em Portugal quando no Brasil.

#### **4.2.3. Aspectos da difusão do *modelo arquitetônico pombalino* entre a casa corrente luso-brasileira**

Estamos considerando como *modelo arquitetônico pombalino* uma série de procedimentos criados para a *arquitetura de programa* implementada na gestão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que foi Secretário de Estado português durante os anos 1750 e 1777, período coincidente ao reinado de D. José I. A administração de Pombal ficou marcada pelos esforços empreendidos para a

reconstrução de Lisboa após o arrasamento da cidade pelo terremoto de 1755, fato que concentrou boa parte das ações urbanísticas, arquitetônicas e artísticas realizadas à época no contexto do Império Luso. Foi justamente nesse cenário de reerguimento da Capital o momento propício para o desenvolvimento do referido modelo, haja vista a instituição de parâmetros gerais a serem difundidos fosse no Reino fosse em outras regiões colonizadas pelos portugueses.

Nesse percurso acabou se adotando as soluções formuladas pelo arquiteto Manuel da Maia para a reconstrução da Baixa Pombalina, que se baseavam, sobretudo, em um processo de replicação de padrões básicos a se utilizar em todas as edificações construídas nas áreas arrasadas pelo terremoto. Os princípios adotados para a resolução do problema foram o de modulação e de standardização dos elementos construtivos, de modo a se garantir a existência de um cenário de pré-fabricação eficaz o suficiente para se erguerem as novas construções com rapidez e uniformidade formal. Em relação a este fato, o pesquisador, José M. Teixeira, observou que:

Os módulos, em que a arquitectura da Baixa se multiplicava, exigiam normalização nos vãos, portas, Janelas, vergas, ombreiras, parapeitos, sacadas, cunhais, lintéis, escadas e cimalkas. Assim como no interior e sobretudo nas coberturas (menos perceptíveis), como sejam vigas, frechais, vergas pendurais, que determinaram também fabrico standardizado, aplicado em qualquer dos edifícios aí em obra. [...] Se atentarmos nos alçados do Cartulário pombalino verificaremos a padronização seriada que importava ao canteiro a execução de segmentos métricos rígidos, tipificados nos alçados, que se repetiam *ad infinitum*. (TEIXEIRA, 2012, p. 117)

Sem dúvidas, as soluções formuladas para a reconstrução de Lisboa foram fundamentais para a renovação da *cultura arquitetônica* difundida no Império Português, ainda bastante influenciada pelos padrões introduzidos nas intervenções manuelinas do início séc. XVI, haja vista a consolidação destes nas *Ordenações e Leis do Reino de Portugal*. Os novos parâmetros urbanísticos e arquitetônicos reunidos na *arquitetura de programa* pombalina repercutiram nas décadas seguintes entre as Casas de Câmara brasileiras, com a introdução dos preceitos de *uniformidade e regularidade* mais recentes, entre os quais a reprodução de edificações feitas com a "mesma figura

pelo exterior” e “perfeitamente” alinhadas pela disposição das fachadas passaria a interferir diretamente sobre a casa corrente luso-brasileira.

Do ponto de vista morfológico, o *modelo arquitetônico pombalino* haveria de incluir as noções de salubridade e beleza em voga na segunda metade do séc. XVIII, fazendo com que os pés-direitos de 12 *palmas* fossem aumentados em 3 *palmas* e os sobrados, por consequência, passassem dos usuais 24 para 30 *palmas* de altura, quando de dois pavimentos. Caso contivessem três andares, a variação haveria de ser de 36 para 44 *palmas*, considerando-se que dever-se-ia reduzir a altimetria em 1 *palma* a cada novo andar, pelo o que foi estipulado no projeto de Manuel da Maia. Além disto, na normatização proposta na antiga Capital do Vice-Reino, se estabeleceria uma hierarquização para as aberturas destinadas ao primeiro ou ao segundo sobrado, de acordo com o papel da rua na povoação. De acordo com as investigações de José-Augusto França isto foi materializado nas normas da seguinte forma:

As instruções do decreto de 12 de Junho de 1758 classificam as ‘ruas principais’ e atribuem-lhes a largura máxima de sessenta palmas [...]. A altura das casas era ali regulamentada, aferindo-a pela dos edifícios do Terreiro do Paço e já não com dois andares mas com o número deles que coubessem em tal pé-direito; o desenho das fachadas, ainda não fixado, determinava, porém, sacadas nos primeiros andares e janelas de peito nos outros, nas ruas principais, e só janelas de peito nas outras vias [...]. As ‘ruas principais’ seriam aquelas que corriam no sentido S.-N., ligando as duas praças, e que receberiam os nomes de ‘Augusta’, a do meio, ‘Áurea’, a sua paralela a poente, e (mais tarde) ‘Bela da Rainha’, a nascente (hoje da Prata), embora só as duas primeiras fossem mencionadas como ‘ruas nobres’; mas também seria considerada principal uma outra rua correndo transversalmente e que receberia o nome de Nova d’El-Rei. (FRANÇA, 1989, p. 31)

No caso brasileiro, estas regras seriam aplicadas em sua totalidade em poucas localidades – como em Salvador (BA), no Rio de Janeiro (RJ) ou em São Luís (MA) –, haja vista que a prática comum de construção de casas com 2 sobrados não se difundiu de modo generalizado na Colônia. Sobretudo, foi a manutenção dos padrões de dimensionamento dos lotes comuns à *tradição urbanística portuguesa*, na sua configuração como um evento de longa duração, de um modo geral, o ponto de partida para a reprodução do *modelo arquitetônico pombalino*. Em regra, na Colônia,

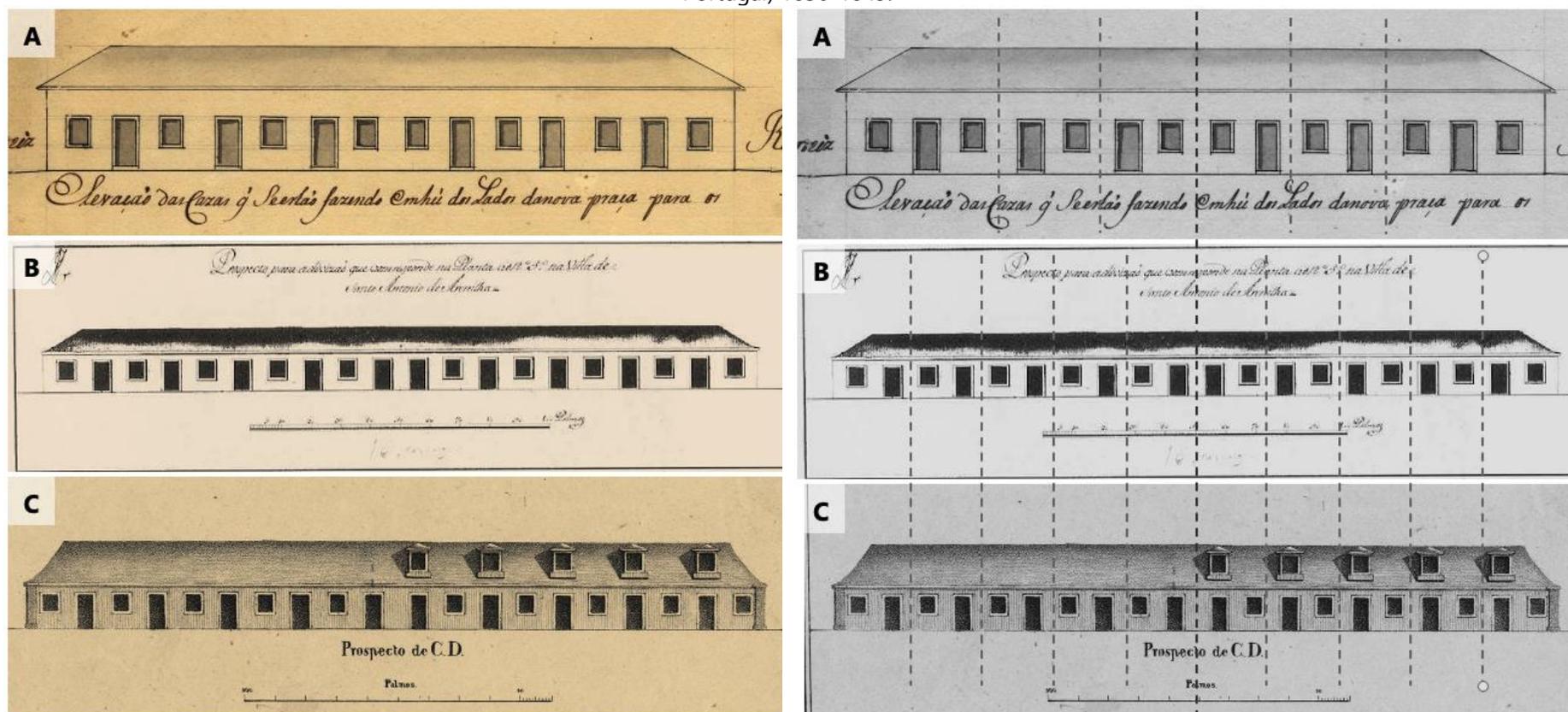
se obedeceu, primeiramente e de forma conveniente, os princípios de imposição de *regularidade*, para depois se aplicarem os parâmetros construtivos baseados no projeto de Manuel da Maia sobre a casa corrente luso-brasileira. Neste sentido, as determinações gerais possuíam uma “ênfase [que] recaía na ordem e na simetria: as ruas deveriam ser desenhadas com uma largura uniforme e em linhas retas [...]”, enquanto, “[...] as casas tinham de ser construídas com uma fachada uniforme, e todos os esforços deveriam ser enviados para ‘*preservar a formosura da terra*’” (DELSON, 1979, p. 36 – Grifo da autora). Estes aspectos também foram evidenciados por Manuel C. Teixeira, na análise das Cartas Régias e nos Autos de Fundação das vilas e cidades no Brasil. De acordo com o autor:

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, observamos nas Cartas Régias e nos Autos de Fundação das vilas e cidades do Brasil uma insistência cada vez maior na regularidade, e na associação da formosura da cidade onde a regularidade do plano e arquitetura me informe aqui as várias construções deveria obedecer. (TEIXEIRA, 2012, p. 78)

Seria em torno da imposição de fachadas com a mesma figura uniforme fundamentalmente que se reproduziria localmente os padrões contido nas regras criadas para a reconstrução de Lisboa, quando tal modelo passou a ser implementado como base para a *arquitetura de programa* ansiada pela Coroa na Colônia.

Na segunda metade do séc. XVIII, a *fundação* de povoações no Norte do Brasil passaria a contar com instruções específicas baseadas sobretudo no *modelo arquitetônico pombalino*, o que levou, inclusive, a inclusão de plantas detalhadas entre os documentos recebidos pelos agentes povoadores designados pela Coroa. A circulação de tal modelo pode ser evidenciada nos prospectos elaborados para as casas das vilas de Barcelos, no interior do Amazonas (BR), quando postos em comparação para os desenvolvidos para a Vila Real de Santo Antônio, no Algarve (PT). Com efeito, a *fundação* de ambas povoações, baseou-se na replicação de uma *arquitetura de programa* de base iluminista implantada por Pombal. Princípios similares regeram a *fundação* de Vila Boa de Goyas, embora se tenha utilizado nesta uma organização das unidades em torno de casas com maiores testadas.

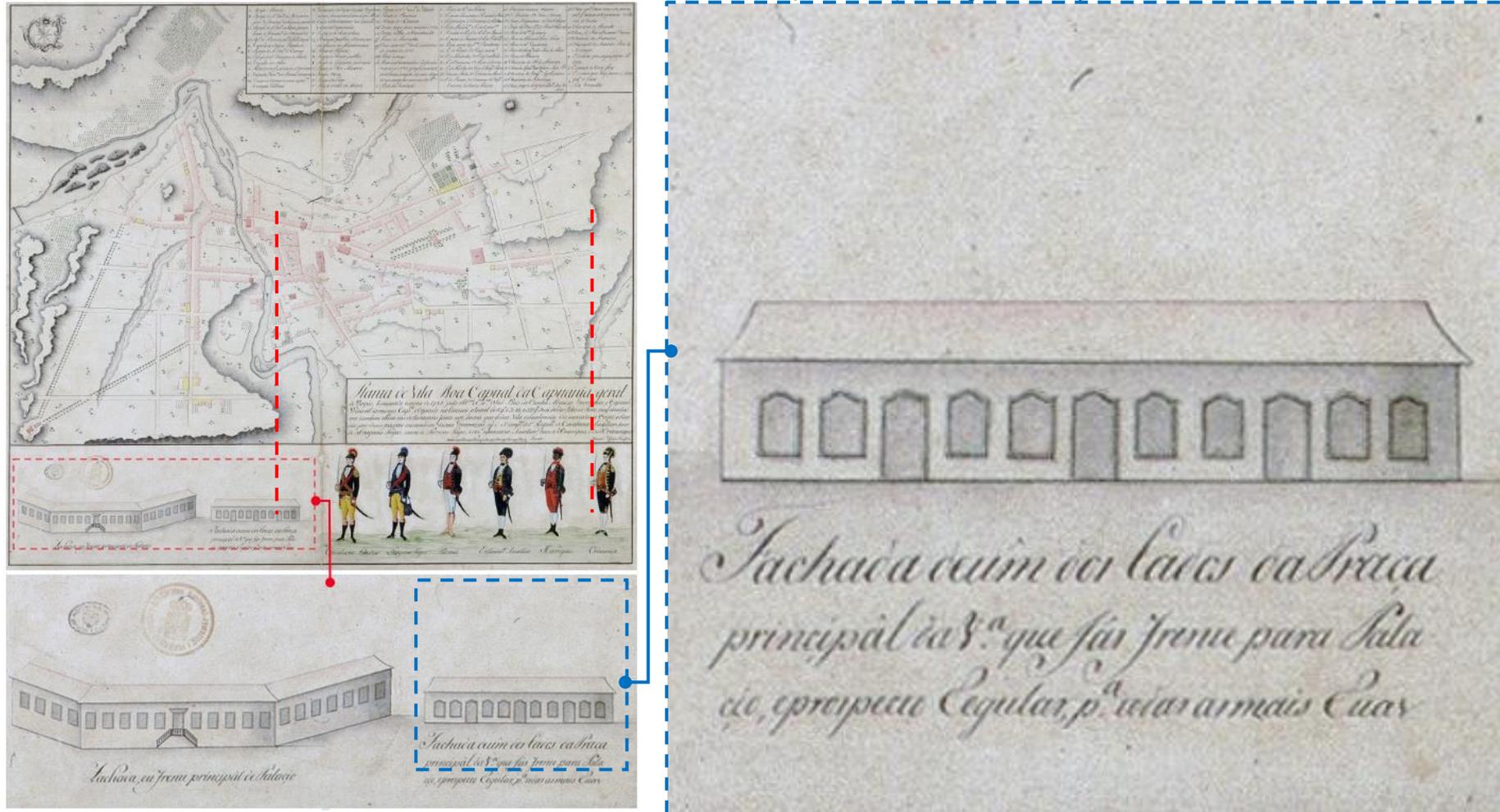
Prancha 12 – Prospectos de casas térreas em Barcelos (AM) e Vila de S. Antônio do Algarve (Portugal) – (A – Brasil) 1760 / (B – Portugal) 1774 / (C – Portugal) 1836-1849.



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, 2021; Câmara (2010, p. 133) – Adaptado.

Nota: Os conjuntos de casas urbanas das duas localidades correspondem à repetição de módulos definidos em torno das formas comuns à “casa térrea de porta e janela”, dispostas de modo contínuo e com simetria de reflexão.

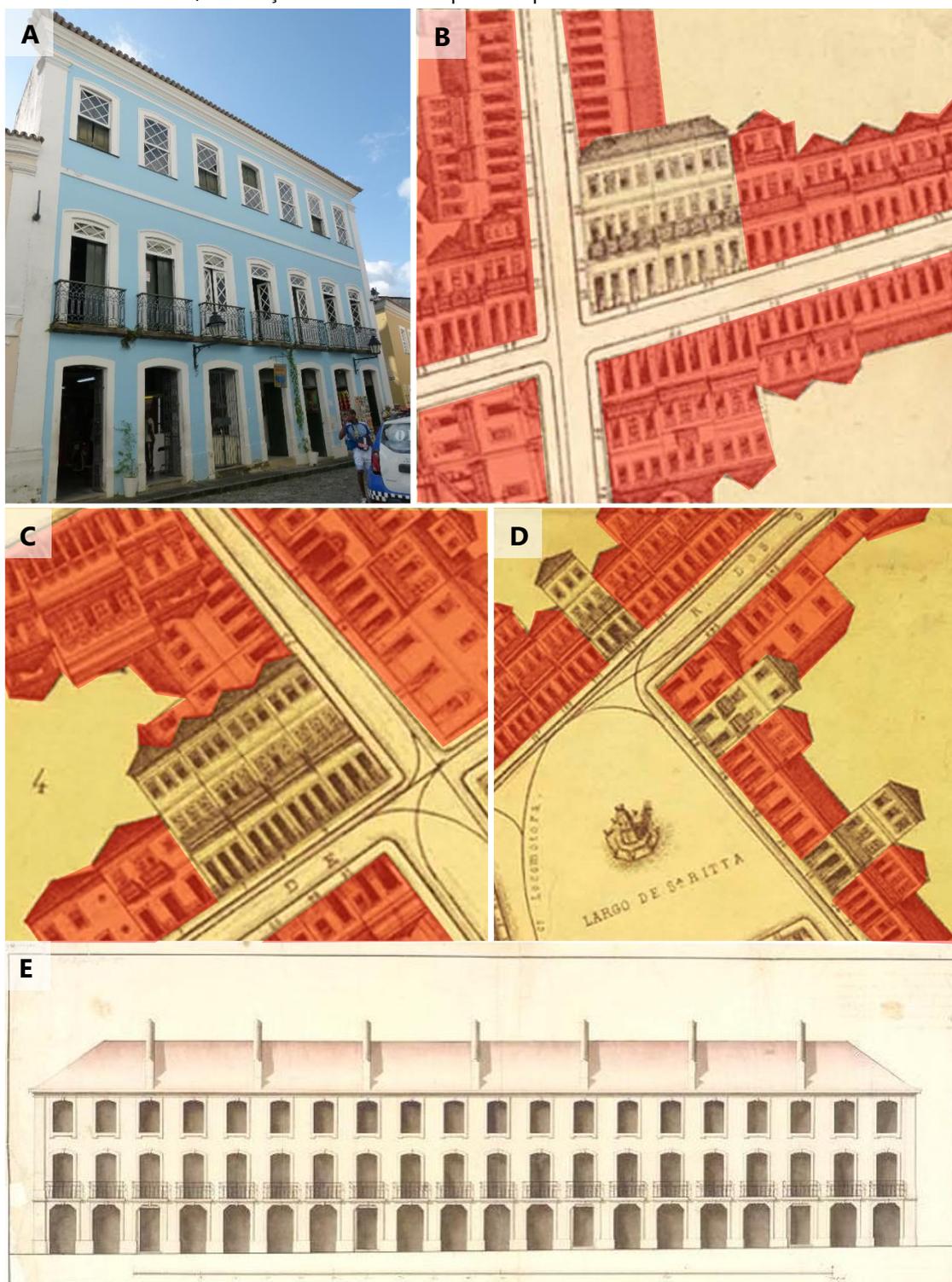
Prancha 13 – Pormenor da Planta de Vila Boa, Capital da Capitania geral de Goyas – 1782.



Fonte: Rede Memória / Biblioteca Nacional, 2021 – Adaptado.

Nota: O prospecto desenvolvido para o Auto de Criação da Vila Boa de Goiás contemplou premissas similares às adotadas para as habitações comuns da Vila de Barcelos, porém estruturadas entre as formas das "casas térreas de meia morada" e de "morada inteira".

Prancha 14 – Reprodução do *modelo arquitetônico pombalino* em Salvador (BA) e no Rio de Janeiro (RJ) | A – Sobrado urbano soteropolitano; B / C / D – Mappa Architectural da Cidade do Rio de Janeiro / E – Alçados elaborados pelo Arquiteto Manuel da Maia.



Fonte: Acervo pessoal, 2019 / Biblioteca Nacional do Chile, 2017 / Figueiredo (2014, p. 175) – Adaptado.

Nota: O *modelo arquitetônico pombalino*, grande parte das vezes, acabou difundido no Brasil com alguma diferenciação em relação às formas originais, mas conservou as hierarquias das aberturas e os padrões volumétricos gerais da arquitetura prevista por Manuel da Maia.

Como demonstra a figura anterior, a reprodução de soluções-padrão do *modelo arquitetônico pombalino* pode ser identificada em alguns sobrados soteropolitanos e no Mappa Architectural da Cidade do Rio de Janeiro, elaborado pelo engenheiro J. Rocha Fragoso em 1874. Apesar da *dimensão plástica* expressa nas fachadas da casa corrente luso-brasileira não reproduzir exatamente o aspecto exterior dos conjuntos desenhados por Manuel da Maia, podemos perceber a manutenção do arranjo formal estipulado na *arquitetura de programa* de Lisboa, baseado no dimensionamento dos pés-direitos ou na sobreposição de módulos com portas, janelas de púlpito e janelas de peitoril. Não obstante a estas similaridades, identificáveis nas imagens, a grande maioria das habitações comuns cariocas apresentariam uma natureza híbrida, entre os padrões de altimetria pombalino e o introduzido pela Postura de 15 de novembro de 1785 em Salvador, ao qual iremos discutir com maior reflexão no tópico seguinte – pois a tendência geral seria de aumento dos pés-direitos dos últimos pavimentos, no lugar de reduzi-lo como recomendava o projeto pombalino.

#### **4.2.4. Indícios da criação de *modelos arquitetônicos locais* entre a casa corrente luso-brasileira**

Os *modelos arquitetônicos manuelino e pombalino*, sem dúvidas, estiveram entre as principais influências que moldaram a expressão formal da casa corrente luso-brasileira, oferecendo assim um panorama sólido para as ações empreendidas pelas Casas de Câmaras para a imposição da *regularidade urbana* e da *uniformidade*. Com o tempo, entre as habitações comuns locais seria natural tanto a incorporação destes modelos no meio popular, por consequência de um cenário de reprodução da *cultura arquitetônica* portuguesa emanada em todo o Império, quanto sua própria transformação, conforme ocorressem atualizações nos modos de se construir ou se incorporassem novos valores artísticos ao contexto de manifestação da arquitetura no Brasil do período colonial.

Baseada neste percurso de transformação, Robert C. Smith identificou uma importante postura pública imposta pela Casa de Câmara de Salvador em 15 de novembro de 1785, destinada à construção de casas com métricas e formas padronizadas<sup>116</sup>. Tal fato se constituiu em um contexto subsequente ao das primeiras imposições de *uniformidade arquitetônica* implementadas no período da administração pombalina em Portugal, presente na *fundação* de diversos núcleos urbanos no Brasil ao longo da segunda do Setecentos, assunto explorado por Roberta M. Delson em sua investigação. A determinação de 1785 pode ser considerada um marco entre os documentos oficiais estipulados para o controle das povoações, pois contém indícios claros da existência de um processo de regramento para a casa corrente luso-brasileira soteropolitana. Tal documento, intitulado “Cazas”, estabeleceu um *modelo arquitetônico* a ser seguido para a imposição de uma *arquitetura de programa* de caráter local, no qual se determinou:

Qualquer pessoa, que quizer mandar edificar / nesta cidade, e fora das suas / portas, qualquer edificio, / o fará nas formas seguinte: do plano da rua athe / o envigamento do primeiro sobrado terá / de altura quinze palmos e meio e para a / cornija dous palmos e meio, e querendo / fazer segundo andar ou sobrado, será / com altura proporcionada conforme / delinear o mestre de obras deste Senado. / No primeiro andar não foraõ sacadas, / mas sim janellas divididas de pulpitos, / estas não sahiraõ fora mais / de palmo, e quando muito palmo e me/io com grades de ferro, ou de pau pintadas, ou de janolozias (gelosias?), não exceden/do a altura destas de quatro palmos, / e sem postigos para cima; jane/llas do segundo andar seraõ de para/peito, não excedendo altura destas de quatro pal/mos; as portas teraõ largura sinco / palmos e meio, e de altura na hombreira, / ou pé direito des palmos, / e seraõ de volta, ou sem ella, fazendo aque/lla figura no ornato que for da vontade, / e melhor gosto dos donos, de sorte que na / largura poderaõ exceder mais, ou menos / meio palmo, porem nada na altura, e / nas loges poderaõ fazer janellas de para/peito, não excedendo sete ou quatro palmos / seguindo porem as vergas o mesmo ali/nhamento das portas: nas ladeiras quan/do o terreno declinar sinco palmos, se re/saltarã o prospecto, fazendo a sua fa/chada em forma de rendentes: Esta mes/ma formalidade se observará quando / houverem de reedificar quaesquer propri/edades, e necessitando alguma sacada das / antigas de concerto considerável, se não / poderá fazer na forma que existia, mas / sim se reduzirá a sacada, as janellas di/vididas com grades, ou rotulas

---

<sup>116</sup> A transcrição da determinação do Senado da Câmara de Salvador, de 15 de novembro de 1785, foi apresentada no artigo *Documentos Baianos*, elaborado por Robert C. Smith e veiculado na edição nº 9 das Revistas do Patrimônio de 1945. À época da escrita do artigo, o autor anunciou que tal “documento notavelmente minucioso no que toca a proporções de andares, portas, janelas e sacadas, é da maior importância para a história da arquitetura colonial no Brasil”. (SMITH, 1945, p. 94)

na forma / determinada. Declarasse, que no plano / da rua the o vigamento the digo o vigamen/to do primeiro sobrado lado, terá altura de quin/ze palmos, e hum para um vigamento, e o/ soalhado que fazem desasseis, e deste at/he o cornijamento, quinze palmos e meio, e para a cornija douspalmos e meio, co/mo ja se declarou a principio: e para / todas as obras dará a forma expres/sada o mestre de obras do senado remetendo-selhe esta diligencia para o delineamento. (SMITH, 1945, p. 95-96)

Tal postura configurou um *modelo arquitetônico* baseado no dimensionamento de pés diretos de casas térreas com 18 *palmos* (15 *palmos* e meio para a parede + 2 *palmos* e meio para a cornija) e de 34 *palmos* para os sobrados (15 *palmos* para a parede do andar térreo + 1 *palmo* para o assentamento da madre, que divide os pavimentos, e 15 *palmos* e meio para a parede do andar sobrado + 2 *palmos* e meio para a cornija). Por se tratar de parâmetros em voga no último quartel do Setecentos, estes valores contrastam com os identificados por Helder Carita, no Regimento da Ribeira de Lisboa, e por Rui M. Cunha, na análise de um exemplar preservado no conjunto da Ribeira de Santarém. Carita (1999) observou no caso lisboeta, de 1499, a imposição de alturas de 25 *palmos* (5 *varas*) para as boticas; enquanto, Cunha (2006) demonstrou medidas de 36 *palmos* para uma casa quinhentista de dois sobrados. Em ambos os cenários, o pé-direito interno da edificação, em média, correspondeu a 12 *palmos*, conforme “a prática dos princípios [construtivos] do século XVI”. (CUNHA, 2006, p. 23)

Os padrões contidos na postura soteropolitana contrastam também com os determinados pelas reformas pombalinas, na Baixa de Lisboa, onde as métricas de pés-direitos internos acima de 15 *palmos* foram registradas no Decreto de 12 de junho de 1758, que normalizava os parâmetros a serem adotados nas reconstruções das habitações. Tal decreto, promulgado pelo futuro Marquês de Pombal, estabeleceu as métricas para as ruas novas que seriam abertas e as casas nelas a serem erguidas, onde se determinou os seguintes parâmetros:

O prospecto desta rua que seja da mesma elevação dos edifícios do Terreiro do Paço, mas com diferente simetria: compondo-se do número de andares, que couberem na sua altura, sendo as lojas de dezasseis palmos de pé direito; da mesma proporção os primeiros andares; e repartindo-se o que resta para encher a altura, com proporções pelos outros andares, que couberem; com

tanto, que as portas das lojas sejam iguaes nas medidas ponte, as janellas de primeiro andar de sacada, as do segundo de peitoril hum pouco mais pequenas; e as dos mais andares da mesma sorte; mas diminuindo sempre com proporção nos andares mais altos. (PORTUGAL, 1830, p. 618-619)

Ainda que o teor da postura de 15 de novembro de 1785 não reproduza as métricas da arquitetura pombalina de Manuel da Maia, os padrões adotados podem ser considerados parte de uma série de procedimentos urbanísticos inaugurada em Portugal, no início do séc. XVI, pelo modelo arquitetônico estabelecido no Regimento da Ribeira das Naus e no qual a reconstrução da Baixa lisboeta introduz uma importante atualização por meio das escalas adotadas. Estas diferenças, possivelmente, se devem a introdução de novos princípios de salubridade e a adoção de princípios de composição das fachadas já, um certo tanto, impregnada das inovações introduzidas pelo advento do neoclassicismo na Europa.

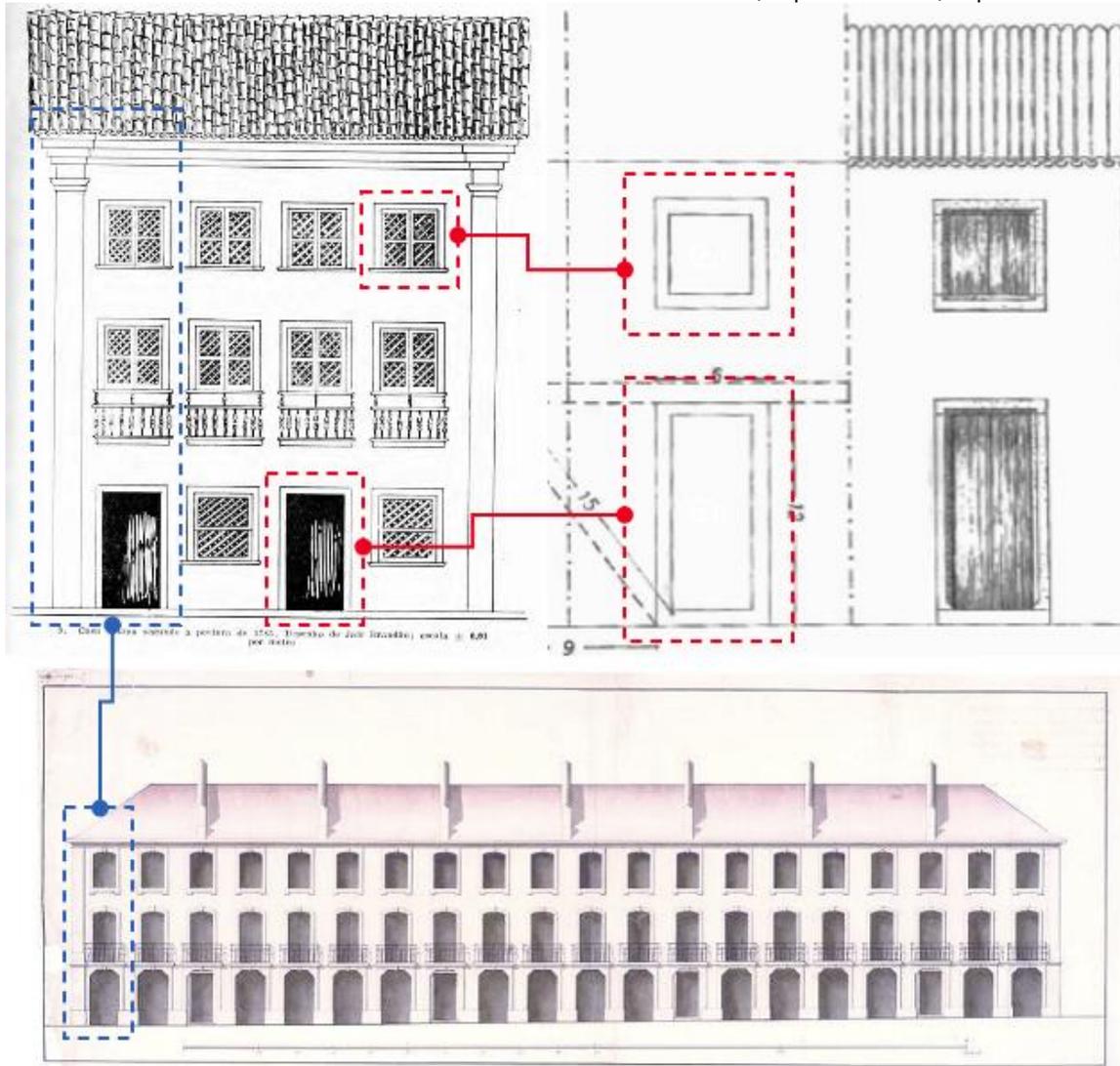
A Postura de 1785, apesar das inovações quanto à altura dos pés-direitos, reproduziu em parte as diretrizes do Regimento da Ribeira das Naus quanto aos dimensionamentos das alturas janelas de peitoril (4 *palmas*) e das portas (10 *palmas*), mas estabeleceu uma largura de 5 ½ *palmas* para as últimas, em contraposição aos 4 *palmas* previstos no modelo seiscentista. A métrica adotada no Regimento mencionou que os portais devem possuir 12 *palmas* de altura por 6 de largura, considerando as extremidades das ombreiras de pedra, feitas com 1 *palmo* de face cada uma. Abaixo, dever-se-ia incluir uma soleira de altura idêntica. Com isso, tanto para as portas quanto as janelas, o vão teria um total 4 *palmas*, para a instalação das esquadrias. Apesar da falta de indicação do parâmetro na Postura, acreditamos, todavia, que haveria de se ter vãos mais estreitos nas janelas do que nas portas, de modo a manterem-se as lógicas do quadrado ou duplo quadrado, mencionadas por Helder Carita no caso lisboeta. Haja vista, as formas de aberturas mais largas do que baixas seriam algo pouco comum de ser observado entre a casa corrente de origem portuguesa. Por outro lado, um fato interesse recai sobre a métrica das janelas das “loges” (janelas de botica), a qual se indicou alturas de 7 ou 4 *palmas*, permitindo-se variações nesse sentido que não nos parecem muito claras na atualidade.

Para conformação das “janellas de pulpito” nos sobrados a Postura de 1785 utilizou das recomendações contidas nas *Ordenações do Reino*, possibilitando-se avanços de até 1 ½ *palmo*, frente a posturas mais permissivas das décadas anteriores. As sacadas e varandas foram proibidas no documento soteropolitano, de modo a se reproduzir as normas do dispositivo reinol, mandando-se, nas reformas, substituí-las por muxarabis ou balcões com grades, em concordância com a “*forma determinada*”. Outra regra importante, destinada a impor atributos estéticos das fachadas, estabeleceu soluções para forma das vergas, que “[...] *serão de volta, ou sem ella, fazendo aquella figura no ornato que for da vontade, e melhor gosto dos donos [...]*”. Imposições como esta, para a sofisticação decorativa externa.

Resumindo-se as principais características presentes no *modelo arquitetônico soteropolitano*, os padrões formais foram marcados pela:

- adoção de parâmetros similares ao do *modelo manuelino* para o dimensionamento das aberturas;
- adoção de um arranjo vertical comum para os vãos nos sobrados, baseado no *modelo pombalino*, estabelecido pelo projeto de Manuel da Maia para a reconstrução de Lisboa;
- utilização das cornijas no coroamento das fachadas principais;
- difusão do arco “de volta” (abatido) como recurso para as vergas de portas e janelas;
- organização das altimetrias das construções conforme se estabelecesse a inclinação dos terrenos, para se ajustar harmonicamente às fachadas à variação de nível;
- variação da altimetria dos pés-direitos conforme a quantidade de pavimentos, sendo o último o mais elevado em relação aos demais;
- busca de uma *arquitetura de programa* aplicável ao contexto soteropolitano do final do Setecentos.

Prancha 15 – Representação da casa baiana normalizada pela postura de 1785 (feita por Jair Brandão em 1945), e alçados de casas manuelinas (estudos de Helder Carita) e pombalinas (Arq. Manuel da Maia).



Nota:

O *modelo arquitetônico soteropolitano*, estipulado pela Postura de 1785, lançou mão de aspectos presentes tanto nos padrões manuelinos quanto nos pombalinos, utilizando destes a lógica de definição das métricas e da organização das aberturas nas fachadas.

Como observamos, há sensíveis diferenças entre as métricas estipuladas para os pés-direitos dos pavimentos, fazendo com ocorresse uma evolução marcante na altimetria das edificações.

No *modelo manuelino* cada pavimento deveria ter 12 *palmas* de altura, sendo o resultado do acréscimo de sobrados ser múltiplos desse valor – 12>24>36.

Já no *modelo pombalino* o pavimento térreo e o primeiro sobrado ter 15 *palmas* cada um, enquanto cada pavimento acrescentado deveria diminuir em 1 *palm* de pé-direito sucessivamente – 15>15>14>13>12.

Por último, o *modelo arquitetônico soteropolitano* previa padrões em parte flexíveis conforme a quantidade de andares a se construir. Se térrea, a casa deveria contar com 15 ½ *palmas* para as paredes e mais 2 ½ para receber as cornijas, com um total de 18 *palmas*. Se de um sobrado, 16 *palmas* para o térreo e 18 para o andar superior. Caso fosse de 2 sobrados, 16 *palmas* para o térreo e segundo pavimento e 18 para o terceiro.

Fonte: Smith (1945, p. 129); Carita (1999, p. 64) e Figueiredo (2014, p. 175) – Adaptado.

Prancha 15 – Casas erguidas em Salvador conforme o *modelo arquitetônico soteropolitano* (A/B/C).



Fonte: Smith (1945, p. 129); Acervo pessoal – Adaptado.

Nota: A comparação entre a ilustração contida no artigo de Robert C. Smith e a casa corrente luso-brasileira erguida em Salvador indica uma pequena discrepância quanto às altimetrias representada e executada. Podemos perceber que as fotografias revelam pés-direitos são um pouco mais altos do que as proporções usadas no desenho de Jair Brandão.

Outro importante indício de fatos que contribuíram para a formação de *modelos arquitetônicos* no contexto brasileiro foi expresso no “Codigo de Posturas da Illustrissima Camara Municipal” do Rio de Janeiro de 1854. Assim como a postura soteropolitana, apesar de não estar relacionado diretamente ao contexto mineiro, esse documento merece destaque pelos indícios da difusão dos parâmetros construtivos entre a casa corrente luso-brasileira das vilas estudadas. A Sessão Segunda, do *Código de Posturas*, em seu Título Primeiro, denominado “Sobre o alinhamento de ruas e edificação”, reproduziu em parte das normas estipuladas o roteiro contido nas *Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, como era o costume. Os §1º e §4º deste título reforçou as comuns obrigações presentes na legislação urbanística lusa, de se obter licenças para construir e de se seguir os alinhamentos das ruas; enquanto o §16º versou sobre as proibições destinadas aos elementos treliçados e salientes nas fachadas construídos sem anuência das câmaras.

Apesar da repetição da normativa portuguesa para a mesma finalidade, tais premissas foram acompanhadas de instruções mais específicas, como, a previsão do dimensionamento mínimo das vias de circulação em 60 *palmas* de largura – independentemente do tipo de traçado, fosse rua, travessa ou estrada (CÂMARA DO RIO DE JANEIRO, 1854, p. 29). Tal diretriz buscava, sobretudo, assegurar melhores condições de conforto e salubridade à cidade, que já contava com o maior número de habitantes no país e apresentava à época índice elevado de doenças, causadas pela falta de higiene geral dos logradouros públicos. (EDMUNDO, 2000)

Outra importante especificidade do código de posturas municipal estava contida no §8º e determinava que a obrigação de se erguerem somente sobrados, “ao menos na frente”, nas faces dos quarteirões da cidade. Mesmo se houvesse uma casa térrea no local ao reedifica-la a referida obrigação se mantinha, sob duras penas a aplicar aos proprietários e construtores que não a cumprisse. Em sua integridade, o parágrafo oitavo estabeleceu que:

Todo o que fizer casas da valla para a cidade, levantará ura sobrado, ao menos na frente: as casas, sendo térreas, se não poderão reedificar sem se levantar ao menos o dito-sobrado á frente; e ninguém poderá assentar portadas,

vergas, ou soleiras que não sejam de cantaria. O infractor dono da obra, será multado em 30\$000 rs., c 8 dias de prisão, e obrigado á demolição della, e os mestres, e, na sua falta os operários em 8 dias de cadêa. Nas reincidencias serão condemnados em 60\$000 rs. de multa, e 30 dias de prisão. (CÂMARA DO RIO DE JANEIRO, 1854, p. 31)

Esta determinação à época tendeu a interferir diretamente no conjunto edificado da Capital Imperial, conduzindo pela normativa a que os proprietários assegurassem um grau de *uniformidade*, pelo menos, no que correspondesse a forma volumétrica das edificações. Além desse importante fator de interferência camarária na povoação, especialmente, interessa-nos o conteúdo do parágrafo seguinte, que definiu normas edilícias para as casas da seguinte maneira:

§9.º Toda a casa até 4 braças de frente, que d'ora em diante se edificar, ou reedificar, terá 20 palmos de vivo de pé direito no 1.º pavimento, 19 palmos de vivo no 2.º pavimento, 18 palmos no 3.º, o assim por diante, diminuindo sempre um palmo em cada andar, e seguindo-se om tudo o mais o prospecto, que se acha patente no paço da Câmara Municipal. As portas que se abrirem, bem como as janellas de saccada, terão 13 palmos de vivo em altura, e 5 e meio de vivo em largura. As janellas de peitoril terão 8 palmos e meio de vivo em altura, e 5 e meio de vivo em largura. As portas de cocheira terão 11 palmos do vivo cm largura, 14 palmos do vivo em altura até a bandeira, e 16 palmos o meio até o vivo da verga. Os contraventores donos das obras serão multados em 30\$000 rs., o soffrerão 8 dias de cadêa, e os mestres que as dirigirem, e, na falta destes, os operários que nella se acharem, em 8 dias de prisão; sondo os donos condenados a demolirem a obra. (CÂMARA DO RIO DE JANEIRO, 1854, p. 31-32)

Percebemos nesse trecho a indicação de parâmetros dimensionais para a casa corrente luso-brasileira do Rio de Janeiro que possuíssem até 4 *braças* (8 *varas* = 8,8m) de frente, ou seja, normas a recair sobre edificações em geral correspondentes ao objeto que estamos categorizando no cenário das vilas mineiras. Nesse sentido, chamou-nos a atenção a determinação de se ter os pés-direitos com 20 *palmos* (4,4m) de altura no térreo, um padrão até então bastante pouco comum para edificações residenciais. No contexto da habitação comum de origem lusa do período moderno os pavimentos, no rés-do-chão, possuíam dimensões entre 12 e 15 *palmos* (2,42 e 3,3m). Certamente, a questão da higiene pública – assunto tão caro ao contexto da cidade do Rio de Janeiro, no alvorecer do séc. XIX, como demonstrou Luís Edmundo – teve

fundamental importância para a utilização de tais padrões, de modo a assegurar maior arejamento e iluminação dos interiores, haja vista o também o aumento significativo do tamanho das aberturas voltadas para a rua. No *Código de Posturas* da Câmara carioca, inclusive, se inclui artigos específicos para as medidas higienistas a serem cumpridas, demonstrando-nos os possíveis elos entre as regras estabelecidas para as construções e as demandas sanitárias da cidade.

O conteúdo do *Código de Posturas da Illustríssima Câmara Municipal* oferece-nos indícios do estabelecimento de regras para uma *arquitetura de programa* aplicável ao contexto carioca da metade do Oitocentos, baseada nos novos conceitos de conforto, higiene e *decoro urbano*. Tal cenário ocorreu em um momento em que o Neoclassicismo ecoava entre as obras oficiais e solares dos nobres locais, mas ainda sem imposição direta sobre a casa corrente carioca, como demonstrou o *Mappa Architectural da Cidade do Rio de Janeiro* de 1874. De acordo com os padrões formais presentes no *modelo arquitetônico carioca*, foram previstos:

- a adoção de dimensões volumétricas mais avantajadas do que o padrão usual entre a casa corrente luso-brasileira dos séculos anteriores;
- o cumprimento dos parâmetros para casas com até 4 *braças* de frente;
- a variação da altimetria dos pés-direitos conforme a quantidade de pavimentos, sendo o último o mais elevado em relação aos demais – 20 *palmas* para o térreo, 19 para o segundo pavimento, 18 para o terceiro e assim reduzindo-se 1 *palmo* sucessivamente a cada andar acrescentado;
- a obrigação de se erguerem sobrados em todas as faces das ruas ocupadas;
- a obrigação de se fazer as portadas, vergas e soleiras com cantaria;
- o aumento no dimensionamento das aberturas – portas e janelas de sacada (13 x 5 ½ *palmas*) e janelas de peitoril (8 x 5 ½ *palmas*);
- a obrigação de se seguir o “prospecto [...] que se acha patente no paço da Câmara Municipal”.

Prancha 16 – Comparação entre os *modelos arquitetônicos* constituídos a partir da Postura Soteropolitana e do Código de Posturas do Rio de Janeiro.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Nota: A comparação dos dois modelos sugeridos pelas normativas urbanas de Salvador e do Rio de Janeiro nos demonstra como ocorreu a variação entre as formas adotadas no final do séc. XVIII e na metade do séc. XIX, indicando um significativo acréscimo à volumetria da casa corrente luso-brasileira.

### **4.3. Aspectos do processo de implementação de *regularidade e uniformidade arquitetônica* entre as povoações brasileiras do período colonial**

Todo esse cenário de transformação, todavia, teve por base um processo anterior de amadurecimento das ações urbanísticas, decorrentes da busca pela implementação da *regularidade* na colônia desde a segunda metade dos Seiscentos. *Grosso modo*, a experimentação inicial de um controle mais efetivo, na *fundação e aumento* das povoações brasileiras, segundo Roberta M. Delson, ocorreu no sertão do Nordeste brasileiro, nas terras que se tornariam os Estados do Piauí e Ceará. A exploração do território exigiria novas dinâmicas econômicas, capazes de amplificar a produção de riquezas para um Reino debilitado pelos anos de submissão à Espanha e, para isso, a formação de “redes urbanas integradas, localizadas em pontos estratégicos no interior”, seriam fundamentais para dar maior sustentabilidade à nova fase de colonização (DELSON, 1979, p. 10). Neste percurso, a ocupação interiorana e a urbanização de áreas remotas, capazes de se integrarem às regiões litorâneas já povoadas, tornaram-se peças estratégicas para os anseios da Coroa em assegurar a posse do Brasil, parcialmente afetada pelo sucesso das investidas holandesas e francesas nas décadas anteriores ou pelas constantes revoltas indígenas próximo às áreas habitadas, e para, mais à frente, durante o séc. XVIII, expandir as suas fronteiras coloniais na América.

As primeiras décadas do Setecentos formaram verdadeiros laboratórios de urbanização no território brasileiro, a partir da criação de vilas nas regiões dos atuais Estados do Piauí, Ceará e, por conseguinte, em Minas Gerais, que, porventura da mineração, seguiria um percurso um tanto distinto dos demais. Em 1716, na Coroa portuguesa determinou a fundação de duas novas vilas em solo piauiense, de modo a se reunir a população dispersas pelos sertões no entorno do Rio Parnaíba e, assim, estabelecer a ordem e a justiça para os leais súditos; mas, sobretudo, promover atividades rentáveis aos cofres Reais. O efetivo controle deveria ser efetivado pelo estabelecimento de povoações dotadas de *regularidade* dos traçados e com casas de

“mesmo estilo de fachada”, ainda que a imposição de tais recomendações estivesse condicionada às conveniências do lugar e de seus habitantes. De acordo com a autora:

As instruções insistiam em que os lotes destinados a residências nos âmbitos das vilas fossem marcados em linha reta, ou a régua, garantindo assim uma disposição ordenada e em alinhamento das moradias. Finalmente, dever-se-ia procurar exigir que todas as casas tivessem o mesmo estilo de fachada, obtendo-se assim uma impressão de uniformidade e uma vista de conjunto harmoniosa. (DELSON, 1979, p. 19)

Contudo, Roberta M. Delson observou que nem todos os casos – na empreitada de colonização do interior nordestino, à época – foram condicionados à condição de *uniformidade arquitetônica* exigida para as povoações piauienses. Por exemplo, “o fato de não ter se conseguido uma regulamentação completa dos elementos arquitetônicos em Fortaleza decorreu do desenvolvimento a esmo da comunidade nos seus primeiros anos” (DELSON, 1979, p. 23). Isso revela a existência de um percurso de implementação conveniente da *regulação urbana*, em função da existência de uma povoação anterior à ereção de Fortaleza como vila e haver a necessidade de não sobrecarregar os moradores com a reconstrução imediata de suas moradas.

Em outras situações, como em Icó, “as autoridades estavam mais interessadas na configuração geral do que na uniformidade dos elementos arquitetônicos” e, deste modo, “[...] cada habitante foi instruído a decorar a fachada de seu imóvel como bem quisesse, sem a preocupação de manter um estilo homogêneo” (DELSON, 1979, p. 23). Nesse contexto, quando a imposição da *uniformidade arquitetônica* não teria ocorrida na fase inicial de povoação, com o passar do tempo, as câmaras instruiriam a realização de reformas ou reconstruções das fachadas, a fim de oferecer “um contorno e aparência equivalente aos das casas novas” (DELSON, 1979, p. 23)<sup>117</sup>, em condições de estabelecer um conjunto mais harmônico e similar à feição dos núcleos urbanos sob seus comandos.

---

<sup>117</sup> O trecho citado foi registrado nas ordens de 1747 para a criação da Vila de Santa Cruz do Aracaty, no Ceará. Quando o auto de criação chegou às mãos do Ouvidor-Geral, José de Faria, a povoação já estava estabelecida em sítio próximo ao das instruções, como narrou Roberta M. Delson.

Guiados por este contexto, no caso brasileiro, o controle – sobre os processos de *surgimento, fundação, aumento e conservação* das povoações – tornou-se uma ferramenta estratégica nas mãos da Coroa Portuguesa, que não mediu esforços para estabelecer, mesmo que tardiamente, um controle conveniente para a implementação de *regularidade e uniformidade arquitetônica* na Colônia. Utilizando do lastro proporcionado pela *tradição urbanística* reproduzida em território reinol, a fundação de núcleos urbanos no Brasil e nas demais possessões ultramarinas seguiu com a replicação das recorrentes estratégias de decoro urbano existentes, de organização dos tecidos em ordenação linear ou cruzada e do parcelamento baseado no lote godomedieval. Tal situação teve papel decisivo para moldar o aspecto de vilas e cidades produzidas nas novas terras, uma vez que os cenários de ocupação, quase sempre, se moldaram em meio à utilização de traçados urbanos adaptativos aos sítios naturais encontrados e modulados pelas parcelas de testadas estreitas e com grande profundidade; mas que, sobretudo, respondessem bem à noção de *regularidade* a ser implementada, ainda que isto estivesse condicionado às conveniências do lugar e dos seus habitantes, como era de costume.

Robert C. Smith, nos anos 1940, Nestor Goulart dos Reis Filho, na década de 1960<sup>118</sup>, e Roberta M. Delson, em 1979, identificaram importantes rastros deste processo na análise entre documentos oficiais produzidos no período colonial e apontaram para a existência de um amplo controle da atividade urbanizadora nas principais povoações locais. As investigações empreendidas por estes autores demonstraram que a *regularidade urbana* esteve presente desde os primórdios da ocupação da colônia, ainda que condicionada pelas conveniências do lugar, como indicou a situação em torno da fundação da cidade de Salvador, o exemplo primaz desse processo, que se estruturou por meio de uma malha de *ordenação cruzada* adaptada às condições do terreno da “cidade alta” e de *ordenação linear* na “cidade

---

<sup>118</sup> Em 1964, Nestor Goulart defendeu a tese “Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500-1720”, que em 1968 foi divulgada na forma de livro. Esse trabalho foi de fundamental importância para o estudo do urbanismo no período colonial, por discutir a presença de aspectos de regularidade nas povoações brasileiras e recusar a perspectiva defendida por Sérgio Buarque de Holanda.

baixa” na parte povoada da orla, situada junto à Baía de Todos os Santos. Por outro lado, a *uniformidade arquitetônica* não foi uma exigência executada desde os primeiros tempos de colonização, pelo menos, no que correspondeu à casa corrente luso-brasileira, como pode ser verificado em algumas das gravuras produzidas nos dois primeiros séculos, que seguiu uma expressão com menor unidade formal.

Em função disto, os mecanismos de implantação de uma *arquitetura de programa* no Brasil, aos moldes dos interesses imperiais da Coroa, somente foram viabilizados a partir da segunda metade do séc. XVII com a Restauração do Trono português e, por consequência, viabilizaram-se com o redirecionamento da exploração da colônia, sustentada a partir daí no avanço ao interior do país e na busca por minerais preciosos. Roberta M. Delson demonstrou em seu trabalho diversos aspectos dessa nova lógica de buscar riquezas no território brasileiro, que conjugou uma política de avanço sobre as áreas não ocupadas pelos portugueses no sertão do Brasil e de implantação de povoações para efetivar a posse das terras conquistadas. Neste contexto, os núcleos urbanos surgidos ao longo do Seiscentos e Setecentos nos atuais Nordeste, Norte e Centro-Oeste foram dotados de *autos de fundação* com expressas ordens para a manutenção de unidade na expressão formal das fachadas, fazendo com que as casas correntes locais assumissem contornos baseados em premissas regulares. Em outra linha de acontecimentos, de acordo com os fatos destacados por Helder Carita, a reprodução desses dispositivos urbanísticos ocorreu em alinhamento com as ações desenvolvidas pelas Provedoria de Obras Reais. Esta instituição, criada em Lisboa no período manuelino, se tornou a responsável pelas principais definições para a implantação da *regularidade* e da *uniformidade* no Reino e, por conseguinte, refletiu suas decisões por todo o mundo português da época.

No cenário brasileiro, a atuação da Provedoria de Obras Reais pode ser verificada em meio a algumas posturas camarárias oitocentistas promulgadas na cidade de Salvador, que, como destacaram Smith (1945) e Carita (2012), reproduziram determinações voltadas ao controle das altimetrias dos pavimentos, dos avanços possíveis para os balcões ou sacadas e da forma de se organizar a *uniformidade* das

fachadas em ruas em desnível. As investigações conduzidas por estes autores demonstraram a presença de um status regulador estipulado sobre a casa corrente soteropolitana, possivelmente, existente nos contextos de *aumento* e *conservação* das povoações brasileiras de outras localidades, quando dotadas de Casas de Câmara. Este nível de controle se constituiu sobretudo em fases amadurecidas do processo de implementação da *regularidade* e, por consequência, incorporaram padrões eruditos derivados tanto das normativas incluídas no *Regimento* do projeto da Ribeira das Naus quanto dos projetos de Manuel da Maia para a reconstrução da Lisboa Pombalina.

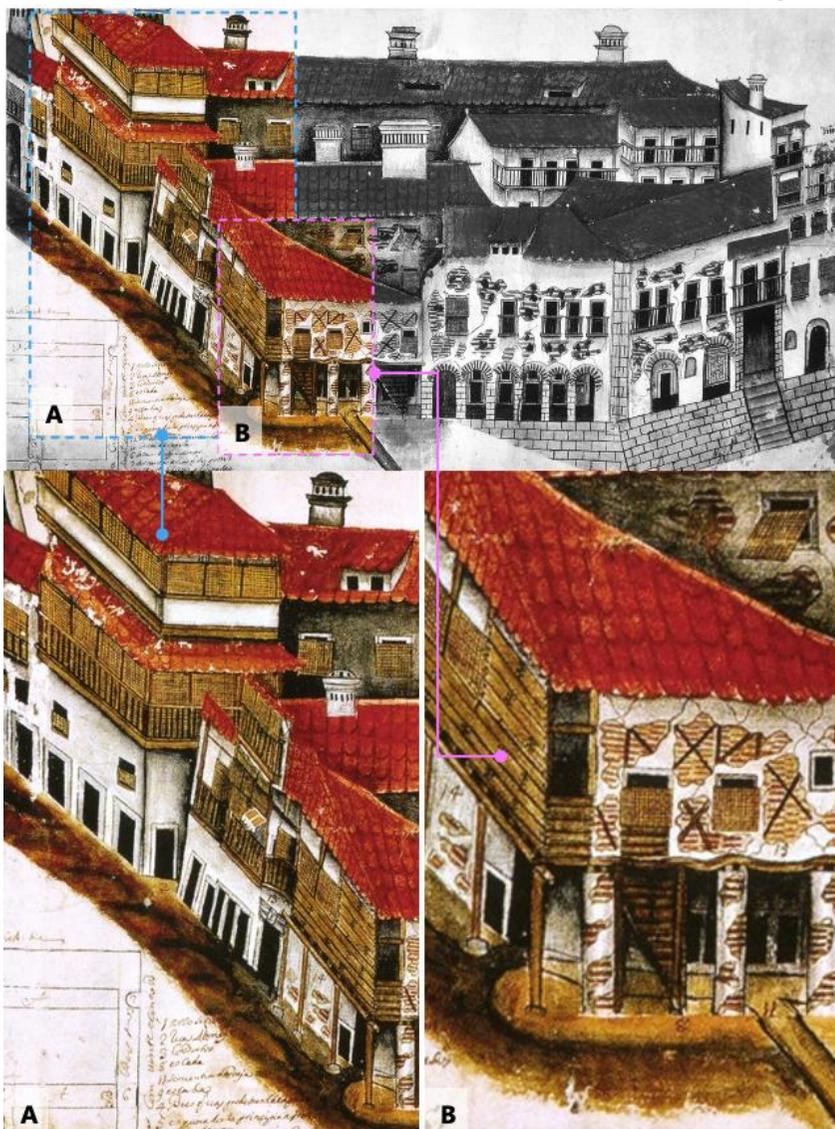
Contudo, como anunciamos, percebemos que a *dimensão plástica* da casa corrente no Brasil, em primeiro momento, tendeu a expressão formal das habitações medievais, marcada pela profusão de balcões, varandas, sacadas e andares salientes, aos moldes do que Trindade (2002), Gonçalves (2004), Ferreira (2004; 2006), Silva (2011) e Conde (2011) descreveram para as habitações comuns portuguesas, no capítulo anterior. Em função disto, grande parte das ações realizadas pelas Casas de Câmara se deu em caráter corretivo, de modo a interferir em conjuntos urbanos, na maioria das vezes, já consolidados e de significativa irregularidade, como demonstrou a gravura setecentista que reproduziu as características das fachadas das casas na região do Mercado de Santa Bárbara<sup>119</sup>, na cidade-baixa de Salvador. Além deste cenário, situações similares foram retratadas por viajantes estrangeiros que percorreram o litoral brasileiro em diferentes momentos, no qual a falta de *uniformidade* pode ser percebida, inclusive, em cenas urbanas registradas nos séculos XVIII ou XIX, quando o processo de povoamento em geral já contava com amplo aparato regularizador.

Para ilustrar estes fatos, lançamos mão da referida gravura do Mercado de Santa Bárbara, contida no artigo "Documentos Baianos" de Robert C. Smith, e de outras imagens que registraram a casa corrente luso-brasileira em diferentes momentos e localidades.

---

<sup>119</sup> Esta gravura foi utilizada nos artigos de Robert C. Smith, publicados nas Revistas do Patrimônio, nas edições de número 9 e 17, de 1945 e 1969, nas páginas 128 e 126, respectivamente.

Prancha 17 – Mercado (Morgado) de Santa Bárbara, séc. XVIII – Salvador – Bahia.



Nota:

Na gravura do Mercado de Santa Bárbara se pode se observar, no primeiro trecho ampliado (A), a falta de alinhamento das edificações em relação à rua, estando a construção ao centro parcialmente deslocada para o fundo. A edificação seguinte, à direita, foi erguida avançada no andar sobrado, tendo a circulação da via alterada por causa dos “poyais”, que sustentam o balcão vedado com tabuado de madeira (B). Esta edificação, situada na esquina, inclusive, contém escadas instaladas na galeria formada pelo avanço das paredes – elementos estes expressamente proibidos pela legislação urbanística portuguesa, desde o período manuelino.

Outro destaque a ser feito, tem a ver com a significativa difusão de varandas vedadas com fechamentos treliçados de madeira ou mesmo abertas, com projeção nas fachadas principais e de fundos. Não faltariam, igualmente, os andares salientes, repetindo-se as formas verticais escalonadas das casas correntes medievais em Portugal, descritas pelos pesquisadores consultados no capítulo anterior. Os materiais e as técnicas de construção também seriam muito similares às utilizadas nesta tipologia de casa urbana, com o amplo emprego das estruturas e vedações de madeira, bem como das taipas e da alvenaria de pedra, além, é claro, das coberturas de telhas cerâmicas.

Fonte: Museu do Estado da Bahia, s/d – Adaptado.

Prancha 18 – Balcões (A/C/D), sacadas (B) e varandas (E/F) representadas em gravuras do período colonial.



Nota:

Nestas gravuras podem ser observadas situações em que ocorrem a ausência de *regularidade* e *uniformidade* entre as edificações.

As imagens A e B – elaboradas no séc. XVII, no governo de Maurício de Nassau – permitem-nos observar a incidência de elementos projetados às ruas entre as casas urbanas luso-brasileiras existentes em Recife, Pernambuco, na época do domínio holandês.

Em diversos contextos na colônia, registros realizados nos séculos seguintes apontam para a disseminação das varandas junto às fachadas, fossem estas abertas, vedadas com treliças de madeira ou com taipa, como demonstram as imagens feitas pelos viajantes oitocentistas (C / D / E).

Fonte: Zacharias-Wagener (1640); Post (1657); Earle (124); Bauch (1852); Ender (1835) – Adaptado.

Prancha 19 – Sobrados com balcões avançados sobre as ruas – Sergipe, Pernambuco, São Paulo e Bahia.



Nota:

No Nordeste brasileiro, as varandas e os balcões corridos em sobrados, certamente, foram bastante comuns nos séculos anteriores, como se pode observar nos exemplares registrados nas cidades de São Cristóvão-PE (A), Recife (B / E), Salvador-BA (D) e Santo Amaro-BA (F).

Além destas soluções, os balcões com gelosias ou rótulas (E), na forma de muxarabi, também seriam objeto de fácil identificação nos núcleos urbanos herdados do período coloniais.

Estes elementos foram muito vulgares entre a casa corrente luso-brasileira até o séc. XVIII, dada a significativa menção a tais recursos nos textos dos cronistas que percorreram o país após a abertura do país às nações amigas, no séc. XIX.

Em alguns casos, como os revelados pelas imagens "C" e "E", teria ocorrido a associação dos balcões vedados com treliças às fachadas regulares estipuladas pelos modelos arquitetônicos reinóis difundidos no país; indicando um quadro de adaptação entre a cultura arquitetônica de base popular e a de fundo erudito, estimulada pelas Casas de Câmara.

Fonte: iPatrimonio.org; IPHAN; IMS; FBN (Online), Vauthier (1943) e Smith (1969) – Adaptado.

As situações reveladas pelas gravuras e imagens contidas nas pranchas demonstram a existência de uma *dimensão plástica* ainda significativamente contaminada pelos recursos adotados na casa corrente medieval portuguesa, no qual os elementos mais evidentes seriam as varandas e os balcões projetados para além das fachadas. A ocorrência das varandas junto às janelas, por exemplo, foi citada por Gilberto Freyre em alguns trechos de *Sobrados e Mucambos*, onde o sociólogo se dedicou especialmente à representação das casas urbanas recifenses, mas corriqueiramente mencionou outras localidades no Nordeste ou no Sudeste do país. Em um destes trechos, o autor descreveu que

Spix e Martius viram na Bahia sobrados de três e até cinco andares, 'as mais das vezes construídos de pedra'. Conservou-se nesses sobradões dos princípios do século XIX a tradição, o velho gosto da vista para o mar: "do lado do mar, compridas varandas de madeira...", repararam os alemães. (FREYRE, 2013, s/p.)

Em outros trechos, Gilberto Freyre destacou que "quase todos os moradores de chácaras saíam decerto de casa para ver das varandas dos sobrados de conhecidos ou dos parentes as procissões que Mawe observou atraírem tanta gente" ou citando o Conde Assumar, que afirmou:

E eu conheço neste paiz hum homẽ honrado, o qual com outros nam entre nesta universal dos mineyros que (desde hũa varanda das suas cazas, que ficam onde o ribeyro dos Raposos entra no rio das Velhas) gracejando ao passar das carregações do Rio de Janeyro [...]. (FREYRE, 2013, s/p.)

Em consonância com a percepção narrada pelo sociólogo pernambucano, o viajante inglês Richard Burton, quando alojado em uma hospedaria de Mariana (MG) em 1868, descreveu que: "[...] minha mulher conseguiu pendurar sua rede num quarto interior. Nós passamos a noite toda debaixo de cobertas, na varanda" (BURTON, 1941, p. 182). Na povoação de Morro Velho (MG), o capitão ainda destacou que "Em regra as casas são confortáveis, com largas varandas e dependências tropicais semelhantes" (BURTON, 1941, p. 355). Também em Minas Gerais, na povoação de Registro Velho, em 1824, outro viajante, o naturalista Georg Heinrich von Langsdorff, escreveu em seu

diário de viagem: “Conseguimos um alojamento relativamente bom, pelo menos era um quarto assoalhado, seco e coberto e com varanda” (SILVA, 1997, p. 23).

Pelos contextos demonstrados nas narrativas e nas imagens, sobretudo, a presença dos elementos avançados no piso sobrado se deu mesmo com a manutenção do alinhamento no andar térreo, o que, inclusive, evidenciaria as ações para a imposição de *regularidade* aos traçados pelas Casas de Câmara locais – já dotadas de validade o suficiente para conter construções erguidas em desacordo, seja por meio de cordeamentos corretivos, exigindo a adequação de construções existentes, seja aqueles destinados à abertura de novas ruas. Ainda, nas áreas mais adensadas, como demonstrou as gravuras, as edificações estavam conformadas ao “lote corredor”, comum na *tradição urbanística portuguesa*, o que, de certa forma, contribuiu para a reprodução dos recorrentes avanços sobre as vias de circulação.

As medidas de correção para estas condições podem ser ilustradas por meio de algumas posturas urbanas estabelecidas na cidade de Salvador durante o Setecentos pela Casa de Câmara local, o que permitiu a Robert C. Smith reunir informações relevantes sobre o assunto. Em *Documentos Baianos*, o autor identificou duas posturas camarárias, de 1696 e 1716 respectivamente, promulgadas na intenção de proibir a construção de sacadas e balcões sem licença camarária. Baseadas nas *Ordenações do Reino*, estas normas visaram, sobretudo, limitar a projeção máxima a 2 ½ *palmas* além do alinhamento das paredes, de modo a evitar a proliferação de avanços desordenados, haja vista, a permanência do costume, entre os moradores, de se tomar até um terço da rua com a expansão da edificação.

Segundo o autor, no Livro de Posturas da Câmara soteropolitana de 1696 constava a seguinte advertência: “Que nenhuma pessoa fabrique caza alguma que bote sacada sobre a rua, e desta não tome parte alguma, fazendo escadas, balcão ou poyal, sem licença da camera, pena de seis mil reis”. No de 1716, outra postura reafirmou a obrigação de se ter a autorização camarária, porém, estendendo-se a liberação oficial para a construções em geral: “Que tôda pessoa que fabricar obra tenha licença do Senado, inda que seja coberta de telha, além de mais penas que tem, demolirá a sua

custa” (SMITH, 1945, p. 94). Possivelmente, em meio à resistência dos proprietários em abandonar as práticas irregulares, Robert C. Smith (1945) identificou determinações emanadas nos anos de 1747 e 1749, estas, porém, estabelecidas para limitar os avanços das sacadas e não as proibir. O autor destacou que:

Nos livros de alinhamento e vistoria, aludem os medidores, repetidamente, às dimensões das sacadas. Uma resolução de 8 de novembro de 1747 ordena ‘sacada de dous palmos e meyo’. Tais proporções constituem, em 1749, fórmula oficial nos termos de vistoria, ‘... e a sacada não terá mais de largo de dous palmos, e meyo’. Na década seguinte, permitem os medidores ‘botar sacadas que não excederão a ley’. (SMITH, 1945, p. 94)

Com o aumento do rigor das ações de *regulação urbana* ao longo dos séculos XVIII e XIX, paulatinamente, os elementos salientes viriam a ser removidos das fachadas, de modo a retirar das edificações o aspecto “gótico” que lhes eram atribuídas. Nas primeiras décadas do Oitocentos, após a chegada da Corte ao Brasil, diversas posturas foram criadas em toda a Colônia para a remoção forçada dos muxarabis, usados como recurso para se construir balcões e sacadas com algum avanço além do alinhamento<sup>120</sup>. Robert C. Smith identificou normas municipais da Câmara da cidade de Salvador, promulgadas em 1809, destinadas ao endurecimento do controle urbanístico contra os referidos muxarabis, além das gelosias e adufas existentes nos sobrados, exigindo “hum total arrancamento de Rotulas, em panadas ou outros quaesquer tapumes anexos” para “o melhoramento e a elegância” das edificações locais, como estava a se fazer na atual Capital do Reino, o Rio de Janeiro (SMITH, 1945, p. 100). Interessantemente, como era de costume, a aplicação destas medidas reguladoras se deu se forma a observar as conveniências do lugar, fazendo-se mais duras nas ruas de maior hierarquia e de maior brandura nos locais menos importantes ou sendo-se negligente quando se tratava das casas térreas, normalmente, possuída pelos mais pobres.

---

<sup>120</sup> Estas eram algumas das situações permitidas para o avanço de elementos além da fachada, desde que se observassem o afastamento máximo da parede em 1 ½ palmos, como previsto pela postura de 15 de novembro de 1785 emanada pela Casa de Câmara de Salvador.

Alguns anos mais tarde, em 26 de janeiro de 1811, em função de uma solicitação do presidente da Câmara soteropolitana ao Conde dos Arcos, a instituição lançou mão do poder de polícia concedido aos oficiais camarários para obrigar os moradores à substituição dos treliçados por vidraças, sob pena de os consertos necessários ocorrerem em prazo “que nunca deve ter menos de quinze dias, conservandose as dos Peitoriz daquelas, que não tem Grades de Ferro” e concedendo o prazo de:

[...] nove meses para se pôem as Grades de Ferro ou Balaustres, que as limitem, e para desaparecêrem inteiramente todas as Geloziás, menos nas Cazas térreas, que nada influem na beleza do Prospecto, sendo recolhidas ao nível das Paredes dos Edifícios [...]. (SMITH, 1945, p. 100-101)

No ano seguinte, em 1812, a mesma Câmara receberia pedidos de proprietários que desejavam reconstruir ou edificar novas casas com o emprego de vidros nas janelas, demonstrando os efeitos das normativas anteriores. Segundo Robert C. Smith:

Em fevereiro de 1812, certo Sebastião de Bla recebeu ‘licença para fazer de novo duas moradas de cazas terreas no lugar de outras muito velhas... pondo-lhes em lugar de gelosias, vidraças nas janelas’. No dia 15 do mesmo mês e ano, a José Joaquim Antônio Bastos era concedida licença ‘para construir casas terreas, pondo-lhes vidraças em lugar de gelosias’”. (SMITH, 1945, p. 102)

Estendidas ao longo do séc. XIX, as medidas para a remoção dos fechamentos treliçados, somadas às inovações arquitetônicas introduzidas pela abertura da antiga Colônia ao restante do mundo, fizeram com que os tão vulgares fechamentos treliçados quase desaparecessem da casa corrente luso-brasileira em todo o país; fazendo com que, na atualidade, pudéssemos observar esparsos fragmentos de uma solução originada no longínquo período de ocupação romana em Portugal.

Certo foi, em todo esse sistema complexo disciplinador para as povoações na colônia se baseou na utilização do urbanismo e da arquitetura como um meio de controle social, aplicado para ajustar os interesses da Coroa, seja na exploração das riquezas seja para a imposição conveniente de regras suficientemente aceitas por todos os súditos e se evitar perdas na arrecadação dos impostos. As normas urbanísticas juntamente com a imposição da *regularidade* e da *uniformidade*

*arquitetônica* serviram como elementos ordenadores nas povoações, reflexos de civilidade em meio ao bárbaro espaço de colonização, que, em um mesmo ambiente, exigia conciliar ânimos, às vezes, explosivos. Em concordância como o pensamento de Roberta M. Delson, criar uma vila ou uma cidade, ou mesmo elevar uma povoação existente a tal status, foi como um movimento civilizatório, no qual se ofereceu honrarias a determinados locais, enobrecendo moradores e os lugares habitados por eles. A transcrição a seguir, de um trecho da carta escrita em 1766 pelo Governador de São Paulo, Antônio de Souza, ao Juiz de Fora de Santos, feita pela autora, revelou alguns aspectos do pensamento disciplinador para o controle das povoações:

Uma das coisas que os países mais adiantados se costumam cuidar atualmente é da simetria e harmonia das edificações que estão surgindo em cidades grandes e pequenas, de modo que, da sua aparência (disposição), resulte não só o conforto público, mas também o prazer, com os quais as aglomerações se tornam mais atraentes e apropriadas, sabendo-se da boa ordem com que essas edificações são dispostas, da disciplina [polícia] e cultura de seus habitantes. (SOUZA, 1766 apud DELSON, 1979, p. 73)

Nesse percurso de transformação imposta pelos movimentos estratégicos da Coroa portuguesa ao longo do período moderno, não podemos considerar a casa corrente luso-brasileira como mero resultado da reprodução de *cultura arquitetônica* de base vernácula. Tendo-se em vista as contínuas interferências realizadas pelas Casas de Câmara, governadores-mores, ouvidores, engenheiros militares, entre outros responsáveis pela administração colonial, a habitação comum se manifestou marcada pela utilização dos *modelos arquitetônicos* mais adequados ao período, de modo a ter seu aspecto formal ajustado entre o erudito e o popular. A imposição da *uniformidade arquitetônica*, desde o Reinado Manuelino, determinou alterações profundas naquilo que seria a transposição dos padrões originais de Portugal para o Brasil, destituindo-se, com o tempo, a edificação das soluções gestadas no seio da população menos abastada. Desse modo, podemos falar de uma casa, pelo menos em sua dimensão estética exterior, moldada por uma *arquitetura de programa*, conseqüente dos processos de imposição de *regularidade* às povoações, conforme os anseios Reais de embelezamento dos sítios urbanos e de conferir uma unidade às vilas e cidades do

Império, como era conveniente às nações civilizadas. Tudo isso, não foi, senão, fruto de um constante trabalho de *regulação urbana*, estabelecido pelas Casas de Câmaras locais e seus agentes, na figura dos almotacés, como era de costume na *tradição urbanística portuguesa*.

Nesse ponto de vista, entendemos a casa corrente luso-brasileira como um objeto decorrente destes pressupostos, com aspecto uniforme pelo exterior, o que, por consequência, conferiu um “ar de família” aos conjuntos urbanos criados na colônia. Todavia, isto não excluiria a possibilidade de desdobramentos regionais, dos quais as habitações construídas em Minas Gerais tornar-se-ia distinta como classificação, assim como, as do Maranhão, Piauí, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo e tantas outras localidades. Pensada desta forma, a casa corrente luso-brasileira poderia ser investigada sob outras frentes, nos quais as expressões formais – desde as herdadas do Medievo até as moldadas pelo decorativismo oitocentista – poderiam ser classificadas, exploradas e comparadas; compreendendo-se sempre, é claro, os exemplares como consequência de uma arquitetura de origem portuguesa, ajustada ao cenário colonial do Brasil. Para tanto, não seria possível dissociar a *tradição urbanística* trazida com os colonizadores ibéricos, da qual a casa é um componente fundamental.

## 5. A CASA CORRENTE LUSO-BRASILEIRA EM MINAS GERAIS

O edificar, ou edificio não he outra couza, senão formar no pensamento hum corpo material, como qualquer dos nossos corpos humanos, e depois de formado na idea, e pensamento faze-llo dar execução; e este corpo de que tratamos, ou edificio hé composto de membros, e os que forem dos mais bem proporcionados, e galantes, melhores serão; Contem em sy forma, distribuição, e materiais, ou achegas. Forma chamamos a figura de todo elle. Distribuição chamamos á composição dos membros, e officinas que em sy conthem; materiaes, ou achegas chamamos á pedra, cal, madeira, e mais couzas de que he composto. Este edificio he habitação em que gastamos a mayor parte de nossa vida, e elle no-la ajuda a passar bem, e com menos inquietação; [...]. (*Tratado de Architectura que leu o Mestre e Architecto Mateus do Couto, o velho, 1631 – Capítulo 4º*)

Este capítulo, o último no quadro de produção da tese, se destina a discutir o fenômeno da casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais, mas especificamente nas regiões da antiga Vila Rica e do Rio das Mortes. Estarão, por consequência, compreendidas as atuais cidades de Ouro Preto e Mariana, na primeira delimitação, e São João del Rei e Tiradentes, na segunda; destinando-se o direcionamento do estudo às sedes destas povoações, excepcionalmente. Nosso intuito, ao adotar esta proposta, foi de apresentar dois contextos de mesma época de ocupação, mas que, ao mesmo tempo, estivessem demarcados por processos de constituição distintos para os núcleos urbanos, para estabelecermos dispositivos de comparação entre as edificações erguidas em cada local.

Organizada desta forma, a pesquisa nos permitiu compreender os principais aspectos relacionados à particularidade dos conjuntos, ao regionalismo conformado em torno da casa corrente erguida nas vilas estudadas e das influências de outros lugares ou estilos arquitetônicos. Tivemos, deste modo, contato com pelo menos três importantes cenários. O primeiro destes esteve associado a uma arquitetura marcada pelos locais de manifestação dos poderes reais e religiosos (a antiga capital da Capitania e a primeira sede de episcopado) e pela intensa circulação de riquezas provenientes da exploração aurífera. Já o segundo esteve ligado às questões territoriais em função da posição geográfica de São João del Rei se situar mais próxima ao Rio de Janeiro, antiga Capital colonial e imperial, e do Vale do Paraíba, dos quais se percebeu

significativa influência da arquitetura desenvolvida no séc. XIX, dada o maior intercâmbio com *cultura arquitetônica erudita*. Por fim, identificamos um terceiro cenário, este vinculado à perda de hierarquia política da antiga Vila de São José del Rei, que promoveu a estagnação econômica desta povoação a partir do fim do Setecentos.

Nos três cenários percebemos a interferência dos seguintes operadores sobre a casa corrente luso-brasileira: a imposição de *regularidade* e da *regulação urbana*, componentes intrínsecos para a ocorrência das transformações plásticas e construtivas nas antigas habitações; o *lote godo-medieval*, mantido como um elemento estável na produção de povoações com origem lusa e responsável por estabelecer a forma geral dos partidos; a *uniformidade arquitetônica*, instituída para que a “aparência do espaço urbano” atendesse a um propósito civilizatório (BORREGO, 2004, p. 158); e, por fim, uma *cultura arquitetônica* marcada a cada tempo por influências dos períodos medieval, manuelino, pombalino ou oitocentista.

### **5.1. Aspectos incidentes sobre a casa corrente luso-brasileira erguida nas Minas Setecentistas**

Os operadores citados, a serem melhor explorados nos itens seguintes, se manifestaram em meio aos processos de *fazer cidade* e de *compor cidade* presente povoações mineiras durante o período chamado de colonial e, singularmente, estenderam-se até a década final do séc. XIX, em Minas Gerais<sup>121</sup>. Os atos de *surgimento*, *fundação*, *aumento* e *conservação* das vilas setecentistas conseqüentemente estiveram compreendidos nestas fases, conformando-se por meio da adaptação da *tradição urbanística portuguesa* às regiões mineradoras e da replicação de procedimentos sustentados nas *Ordenações e Leis do Reino de Portugal*.

---

<sup>121</sup> Para efeitos metodológicos, consideraremos a fundação da cidade de Belo Horizonte como um marco estável para indicarmos o rompimento entre o *fazer cidade* em Minas Gerais e a *tradição urbanística portuguesa*. Em outros lugares, como na cidade do Rio de Janeiro, esse fenômeno ocorreu algumas décadas antes, dado o contínuo prolongamento do tecido urbano local, que absorveu novos paradigmas a seguir, conforme demonstrou Tadeu Starling Perdigão em sua tese.

Somou-se a isso a circulação da *cultura arquitetônica* tanto erudita quanto popular, que, porventura, serviu para a atualização das soluções utilizadas na constituição das povoações e da casa corrente luso-brasileira local.

### **5.1.1. A regularidade e a regulação urbana nas vilas setecentistas**

Os quatro núcleos urbanos pesquisados, com exceção da fase de “surgimento”, tiveram acompanhamento efetivo da administração colonial e receberam intervenções urbanas destinadas à imposição de *regularidade* aos traçados e às edificações, ainda que de forma conveniente como era de praxe em todo o mundo português. No contexto mineiro, tal condição de controle urbanístico foi bastante documentada nas investigações de Vasconcellos (1977), Borrego (2004), Fonseca (2011) e Bastos (2014; 2016), confirmando-nos localmente a existência destes dispositivos, similares aos identificados por Smith (1945), Delson (1979) e Teixeira (2012) à nível da colônia.

Em parte, resultado do surgimento espontâneo dessas povoações, a suposta falta de *regularidade* dos traçados urbanos locais foi considerada por Sérgio Buarque de Holanda, na década de 1930, fruto de um cenário geral de desleixo dos colonizadores portugueses com o urbanismo na colônia, sendo este então um aspecto negativo e de caráter inferior em relação à ocupação das cidades espanholas na América. Por outro lado, Cláudia D. Fonseca observou a formação de uma corrente de pensamento, entre os anos 1950 e 1970, que colocou em xeque o ponto de vista depreciativo de Holanda, questionando assim a “[...] superioridade intrínseca da cidade de padrão rigorosamente geométrico sobre a cidade de formação espontânea ou semi-espontânea [...]” (FONSECA, 2011, p. 504). De acordo com Paulo F. Santos, um dos pensadores que defendia tal perspectiva:

É naquela aparente desordem, que leva a admitir, como fez o eminente historiador patricio [Buarque de Holanda], a inexistência de um traçado prévio ou uma ideia diretriz, existem uma coerência orgânica, uma correlação formal e uma unidade de espírito que lhe dão genuinidade. Genuinidade como expressão espontânea e sincera de todo um sistema de vida, e que tantas vezes falta a cidade regular, traçada em rígido tabuleiro de xadrez. [...] Em

[Camilo] Sitte é particularmente eloquente abundante reprodução das praças irregulares das cidades da Idade Média, de que gaba os méritos, e que podem servir de paralelo, guardadas as proporções, com as de várias das cidades do Brasil. Nelas a irregularidade da traça cria situações curiosas, perspectivas que a irregularidade favorece, e quiçá resultados imprevistos pela valorização que confere a determinados ângulos dos edifícios, que não se teria em mira exaltar. [...] Nas cidades mineiras, à irregularidade da planta soma-se o acidentado do terreno para valorização dos aspectos, como, por exemplo, no caso da Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto, duplamente favorecida, para quem vem de cima como para quem vem de baixo. (SANTOS, 2015, p. 20-21)

Na mesma medida, Vasconcellos (1959) defendeu a qualidade adquirida na dinamicidade dos traçados que:

[...] frequentemente, permite arranjos plásticos que funcionam como cenários, em perfeita harmonia com a paisagem circundante. O povoado cresce como lhe convém, espicha e encolhe conforme seu estágio de desenvolvimento, ameniza os aclives com traçados coleantes, absorve os terrenos mais favoráveis e rejeita os impróprios, participando da vida de seus habitantes como uma entidade também viva e livre das contenções determinadas por regras fixas ou tentativas de racionalização divorciadas da realidade. (VASCONCELLOS, 1959 *apud* FONSECA, 2011, p. 505)

Estas interpretações – seja baseada no “desleixo e informalidade”, como defendeu Sérgio Buarque de Holanda, seja anunciada como uma qualidade, vista na perspectiva de Santos e Vasconcellos – não podem ser consideradas uma realidade factível e absoluta em Minas Gerais, pelo menos, não a partir da efetivação do poder das Casas de Câmaras. Estabelecida a *fundação* das vilas haveria a presença constante de oficiais ligados à Coroa e a designação de oficiais camarários para fiscalizar e administrar a ocupação dos lugares, de modo a assegurar que o processo de *fazer cidade* não decorresse sem a *regularidade* necessária ao decoro da povoação.

#### **5.1.1.1. Aspectos sobre as ações reguladoras realizadas no séc. XVIII**

Nos primeiros arraiais mineradores por consequência do contexto inicial precário e sazonalidade das ocupações, a organização primitiva das povoações foi marcada pela ainda instável exploração do ouro, realizada no leito dos cursos d’água,

e pela falta de perenidade das habitações, normalmente ranchos de madeira cobertos de palha, como identificou Vasconcellos. Este cenário, todavia, ainda não seria propício para abrigar a complexa lógica de *regularidade* estipulada pelo Estado. Com a criação da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, em 1709, abriu-se o caminho para a imposição de ordem aos núcleos originais de povoamento, formados a esmo, e aos seus habitantes “facinorosos”, indispostos às cobranças de impostos e quaisquer tipos de controle exterior. O estabelecimento do Poder Real na região abriu caminhos para espaços urbanos e população estivessem reunidos em torno de uma estrutura administrativa dotada de leis e da religião, para se garantir o bem comum. Esses movimentos estratégicos foram essenciais para acomodar os ânimos mais exaltados, como revelaram os insistentes conflitos pela posse das riquezas minerais entre reinóis e paulistas, e permitir a tão desejada cobrança dos quintos do ouro e de toda a circulação de bens ou pessoas na nova capitania.

De um modo geral, mesmo que os traçados resultantes não tenham sido determinados pelos padrões geométricos correspondentes à racionalidade do período moderno – fundada em meio à evolução da artilharia militar, à busca pela beleza, harmonia e repetição das formas – , não podemos deixar de considerar a existência de *regularidade* nas povoações mineiras, que, segundo Manuel C. Teixeira, correspondeu, como em todo o mundo português, a outros fatores além dos planos baseados na “traça” de linhas retas sobre o terreno. Nesta perspectiva, Rodrigo Bastos salientou:

[A] tão aventada ‘regularidade geométrica’ das povoações estava condicionada (pode-se dizer subordinada) a uma regularidade primordial de adequação, acomodação e conveniência. As ‘novas povoações mineiras’ resultaram, pois, dentre vários outros aspectos aqui não contemplados, de regularidades que caracterizam e evidenciam a orientação de preceitos regulares que primavam pela adequação conveniência às várias circunstâncias éticas e retóricas envolvidas na implantação, aumento e conservação das povoações. (BASTOS, 2014, p. 30-31)

A produção de espaços regulares e regulados, sobretudo, esteve presente na atuação de diversos personagens designados ao mesmo fim: oficiais camarários, ouvidores, juízes, administradores reinóis, governadores e demais agentes povoadores.

O resultado disto foi condicionado por um processo de intensa *circularidade cultural*, que condicionou interferências sobre a reprodução espontânea das formas da casa corrente luso-brasileira local, ainda marcada pelos aspectos formais dos locais de origem dos colonizadores, trazidos na lembrança quando da migração. Esta transferência de conhecimentos populares e eruditos entre metrópole e colônia ou mesmo provinda de outras regiões ocupadas do Brasil, sem dúvida, delineou decisivamente o desenvolvimento das recentes explorações minerais em Minas Gerais. Com a chegada do Poder Real deu-se o início de um processo de *regulação*, eficaz o suficiente para estabelecer um efetivo controle do desenvolvimento urbano nos antigos arraiais após a sua ereção à vila. (FONSECA, 2011; BASTOS, 2014; DELSON, 1979)

Outros elementos, presentes na imposição da *regularidade* nas povoações mineiras, manifestaram-se na reprodução da *tradição urbanística portuguesa* por intermédio de padrões comuns adotados para o dimensionamento dos lotes e as casas; da criação de ruas direitas ou novas; da escolha dos locais de abertura de praças, largos e implantação dos templos religiosos; no controle sobre a atividade construtiva e em um sem número de ações efetivadas cotidianamente pelos almotacés, no regramento dos interesses privados que desejavam sobreporem-se aos públicos. Nesse sentido, a *regularidade*, além de interferir nas formas dos espaços de circulação e dos alinhamentos das casas, funcionou como tanto como um "dispositivo de manutenção da ordem" quanto um atributo para se conferir "ornamento" e "decoro" à povoação (BASTOS, 2014). Estes valores tornaram-se perenes à época e acabaram promovidos pelos diversos agentes envolvidos na defesa dos interesses Reais, na época colonial, e Imperiais, após a Independência.

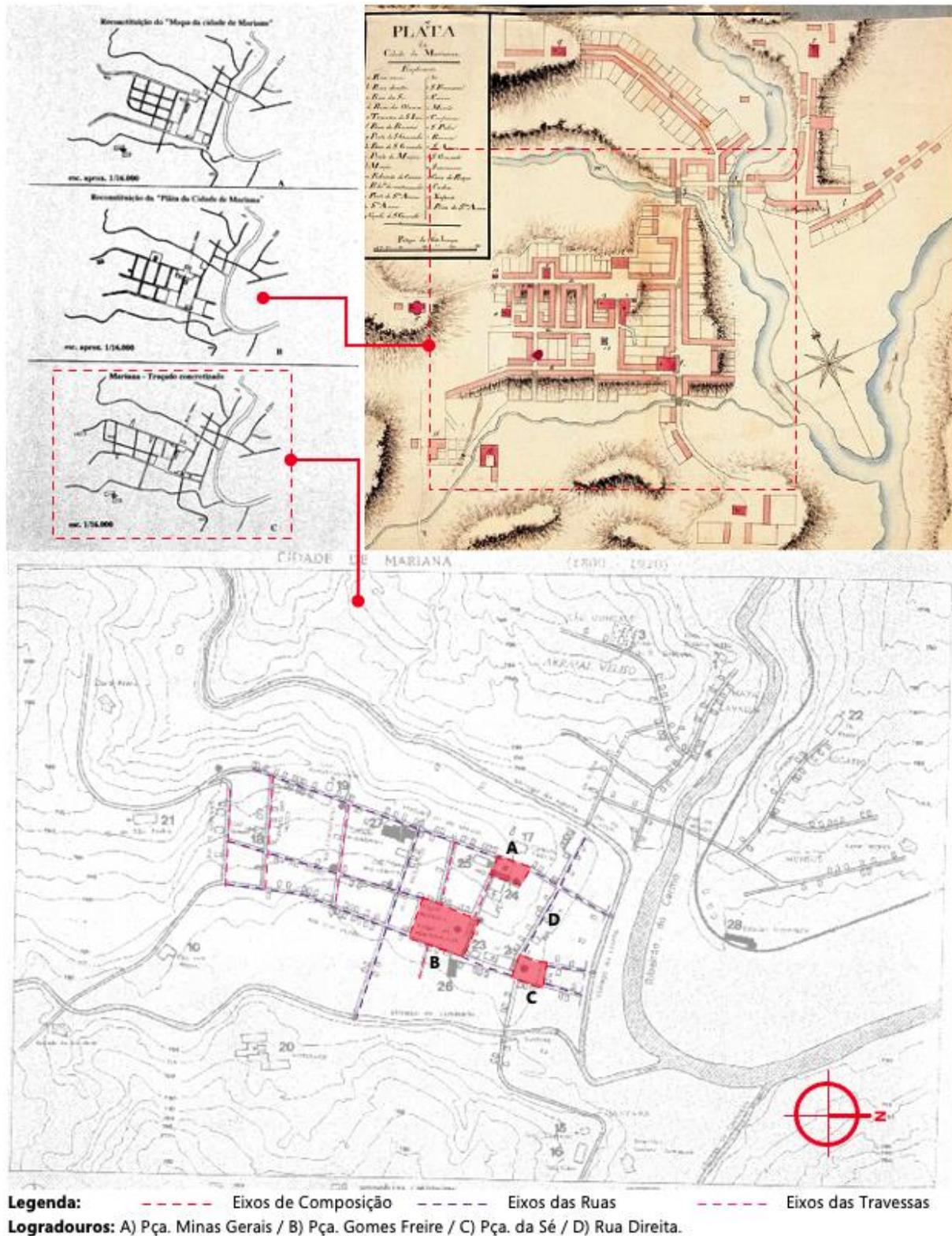
Após a *fundação* das vilas, quando o sítio e as conveniências do lugar permitiram, os traçados urbanos geometrizados se manifestariam com maior clareza na Capitania de Minas Gerais. Pode ser considerada exemplo disto, a elevação da Vila de Nossa Senhora do Carmo à Cidade de Mariana, com ordens expressas enviadas pelo próprio Rei, D. João V, em 1745, para a imposição de *regularidade* ao sítio destinado a

receber a nova povoação, tendo-se em vista a destruição de boa parte da anterior pelas enchentes do Ribeirão do Carmo e o decoro necessário à Sede do Bispado local. No prosseguimento das determinações iniciais, em 1746, o monarca determinou:

[...] mas fiquem entendendo que neste Citio Sedevem edificar as cazas que de novo se fizerem; e para ésse efeito se lhe ordena q' façam Logo planta da nova povoação, elegendo citio para praça espaçosa, e demarcando as Ruas, que fiquem direitas, e com bastante Largura Sem atenção a Conveniencias particulares, ou edificios q' contra esta ordem Seacham feitos no Refferido Citio dos pastos, porque Sedeve antepór a formozura das Ruas, E cordeadas estas Se demarquem citios em que Seedifiquem os edificios publicos, E depois se aforem as braças de terra, q' os moradores pedirem, preferindo Sempre os q' já tiverem aforados no Cazo em que seja necessario demolircelhe parte de algum edeficio p.<sup>a</sup> Seobservar a boa ordem que fica estabelecida na Citação da Cidade, e Sendo justo Satisfazercelhe o prejuizo, Será pelos Rendimentos da Camera; e primeiro que Seentre na demarcação da praça, Ruás e edificios públicos Se vos fará a planta presente para a com a vossa aprovação Se praticar o Referido; ficando entendendo elles officiais da Camera, e Seus Sucessores q' em nenhum tempo poderão dar Licença para Se tomar parte da praça, ou das Ruas demarcadas, eque todos os edificios sehaõ de fazer a face das Ruas cordeadas, as paredes em Linha Recta, e havendo commodidade para quintaes das casas devem estes ficar pela parte detras dellas, enaõ pela parte das Ruas, em q' as Cazas tiverem as Suas entradas [...] El Rey nosso Snr [...] Lx<sup>a</sup> [Lisboa] a 2 de Mayo de 1746. (BASTOS, 2014, p. 212).

A implementação da *regularidade* foi uma exigência expressa no teor do texto redigido pelo monarca, como podemos observar no trecho da Ordem Régia de 02 de maio de 1746, transcrita por Rodrigo Bastos. Neste sentido, a ordem para a escolha do local de uma “praça espaçosa” remete aos princípios urbanísticos elencados por Carita (1999), Teixeira (2012) e Trindade (2013), nos quais as praças públicas passaram a exercer o papel de elemento organizador do espaço urbano e dela se derivariam as principais ruas, “*direitas, e com bastante Largura*”, como designou o Rei. Tal ordem dada revela-nos o domínio da pauta por D. João V, exigindo a anteposição deste equipamento urbano aos demais, na lógica de um ordenador da planta a ser criada para implantar a nova povoação. Desta forma, como destacou Fonseca (2011), o próprio rei viria a constituir-se como um dos agentes povoadores na Cidade de Mariana, em sintonia com a ampla circulação de conhecimentos existente à época.

Prancha 20 – Análise do traçado urbano de Mariana – Comparativo entre o estudo de morfologia realizado por Cláudia D. Fonseca e Plãta da Cidade de Mariana do séc. XVIII.



Fonte: Fonseca (1999, p. 64-65 – Adaptado); Arquivo Histórico do Exército (RJ), s/d.

Nota: Podemos perceber que a transposição do projeto para o terreno exigiu diversas adaptações, de forma a se atenderem as conveniências do lugar e de seus habitantes.

As ordens joaninas para Mariana ainda contemplaram exigências bastante específicas, como os fatos de: as ruas deverem ser abertas sem "*atenção a Conveniencias particulares, ou edificios*"; se "*antepór a formozura das Ruas*" a quaisquer interesses pessoais, na execução das construções; ser necessário o cordeamento para se definir a locação dos edifícios públicos e particulares, garantindo-se a primazia dos aforamentos aos que tiveram casas demolidas na abertura das novas ruas; e, principalmente, se estabelecer que "*todos os edificios sehaõ de fazer a face das Ruas cordeadas, as paredes em Linha Recta*". As diretrizes são claras e baseiam-se, fundamentalmente, na preservação do decoro urbano destacada por Rodrigo Bastos. Além destes pressupostos, a busca pela fruição estética e a manutenção dos alinhamentos das edificações teriam sido aspectos essenciais para se assegurar localmente a existência de *regularidade*, conforme a lógica corrente de implementação nos núcleos urbanos de origem lusa.

A elevação da Vila de Nossa Senhora do Carmo à cidade, sem dúvida, correspondeu a um evento singular no contexto urbanístico mineiro, pois significou a realização de uma interferência direta e em larga escala em um sítio previamente constituído. Em graus diferentes de manifestação e efetividade, a promulgação de posturas urbanas e de "*correições*", para a imposição da *regularidade* no *aumento e conservação* das vilas pesquisadas, fizeram parte das ações camarárias desde os primórdios de suas constituições no início do séc. XVIII (BORREGO, 2004), mas sem atingir a extensão do que foi estabelecido por D. João V. Tal evento, inclusive, pode ser posicionado na vanguarda da *tradição urbanística portuguesa* antes das intervenções pombalinas de caráter iluminista em Lisboa, conforme a perspectiva de interpretação defendida por Manuel C. Teixeira.

O caso marianense inclusive teria incorporado a elaboração de uma planta para o traçado urbano da cidade, com disposição ortogonal das vias e organizado em torno das três praças, as organizadoras do sítio segundo a interpretação proposta por Manuel C. Teixeira. Sobre a criação deste projeto há indícios, inclusive, da participação do engenheiro militar, José Fernandes Pinto Alpoim, que foi designado para o

desenvolvimento do risco do Palácio dos Governadores situado em Vila Rica (FONSECA, 1999; 2011). Entretanto, como demonstrou Cláudia D. Fonseca, mesmo com a fundamentação baseada na Carta Régia de 1746 e na produção de um plano inicial para o núcleo urbano de Mariana, o traçado resultante assumiu diversos ajustes, definidos conforme as conveniências do sítio natural, mais íngreme a Sul, o que levou ao reposicionamento na direção dos eixos nas travessas localizadas nesta área, entre outros rearranjos necessários, como a alteração na quantidade de quarteirões.

A transposição da ideia diretriz para o traçado regular da Cidade de Mariana teve a *regulação urbana* como operador fundamental, haja vista a necessidade se dotar os sítios inicialmente ocupados pelos primeiros povoadores de maior *regularidade* e, por consequência, para o estabelecimento de decoro ao *aumento* e à *conservação* do núcleo urbano resultante da nova *urbe*. Neste sentido, Cláudia D. Fonseca observou, sobretudo, a presença de um processo de desenvolvimento conformado a longo prazo, com ininterruptas “intervenções”. Segundo a autora:

[...] a regularidade do traçado urbano de Mariana não se deve apenas a um engenheiro militar, mas é o resultado de um conjunto de intervenções realizadas por diversos atores, em diferentes momentos. Nesse sentido, a gênese deste espaço urbano pode ser vista como um caso-síntese, como um exemplo que reúne diversos contextos e modalidades de intervenção reguladora. (FONSECA, 2011, p. 516)

Apesar de não termos identificado normas tão específicas quanto àquelas da elevação da primeira cidade mineira, nas outras três vilas, diversos indícios indicam para a existência de mecanismos similares de imposição da *regularidade*; tendo-se no horizonte a significativa quantidade de posturas urbanas de caráter disciplinador – conforme o quadro apontado nos estudos de Vasconcellos (1977), Borrego (2004), Fonseca (2011) e Bastos (2014). Com exceção da antiga Vila de São José del-Rey, em Vila Rica, na Vila de São João del-Rey e na ainda Vila de Nossa Senhora do Carmo, tais pesquisadores perceberam um agitado processo de produção de intervenções corretivas, aos sítios urbanos ocupados antes da criação das Câmaras locais, e a

deliberação de normas proibitivas, a fim de se tentar conter a falta de padrões adequados das construções.

Em Vila Rica, a povoação de topografia mais complexa à imposição da regularidade geométrica, as ruas, como anunciou Sylvio de Vasconcellos, ajustaram-se à meia encosta da Serra de Ouro Preto, formando um longo eixo “caseado” e coleante pelo terreno, que foi denominado pelo autor como “Estrada Tronco” (VASCONCELLOS, 1977, p. 76). Alguns trechos do traçado, porventura de intervenções urbanísticas pontuais realizadas no séc. XVIII, acabaram por ser dotados de certo caráter retilíneo, ainda que por distâncias curtas, haja vista, as seções significativamente íngremes formadas por essa forma de imposição de vias ao terreno. Esse fato em Vila Rica, na interpretação de Vasconcellos (1977), seria o resultado de “tecnicismos mal compreendidos” que impuseram a determinadas ruas um percurso “antinatural” aos disseminados na povoação (VASCONCELLOS, 1977, p. 79).

Nesta perspectiva, as tentativas de regularização do traçado urbano de Vila Rica foram se configurando após a sua *fundação* ao passo em que se viabilizaria a utilização do *modus operandi* comum à *tradição urbanística portuguesa*, no qual as ações corretivas passariam a ser realizadas de forma conveniente para se “endireitar” as vias. Tal intenção, inclusive, pode ser percebida em uma postura pública emanada pela Câmara de Vila Rica em 05 de março de 1712. Pelo conteúdo desta, entendemos a determinação estipulada como uma regra geral a ser reproduzida por toda a povoação, como foi contemplado no seguinte trecho:

[...] mtas. pessoas que fabricaõ Ranchos nesta villa o iazem sem lisença deste senado naõ obestante o ter posto edital em que se lhes proíbe o leuamtalos sem lisença deste senado, e oioramt.º dele o que em prejoizo das rendas do conselho ordenaraõ que toda a pessoa que leuantar Rancho sem a dita lisença seja condenado na postura do conselho e se lhe mande botar abaixo a sua custa e o mesmo se emtenderá com os tiuerem prencepiados amtes do d.º edital naõ estando Realmente acabados, e com todos aquelles que quizerem consertar ou redificar alguma caza das que estaõ feitas, p.<sup>a</sup> que desta sorte se uaõ emdireitando as Ruas [...]. (CÂMARA DE VILLA RICA, 1936, p. 230)

Estas medidas foram estabelecidas em Vila Rica para se empreender artifícios convenientes e necessários para conferir a nobreza exigida para a futura Capital da

Capitania, como observou Rodrigo Bastos. De acordo com o autor, este fato pode ser evidenciado na abertura da atual Rua Conde de Bobadela, que cortava o Morro de Santa Quitéria para ligar o antigo Arraial do Ouro Preto à Praça da Vila. Neste sentido:

A própria Rua Direita proveniente do arraial de Pilar (atual [Conde] de Bobadela) subiria o Morro de Santa Quitéria com evidente regularidade, alargando-se o seu vão à medida que se aproximasse da atual Praça Tiradentes. Contemplar essa rua de seu trecho inferior nos dá a impressão de que ela possui largura constante, o que acentua e intensifica a noção visual de linearidade e regularidade geométrica. Porém, é a deformação perspectiva que nos causa essa impressão, de que aparentemente os arruadores se serviram. Quando contemplamos da praça, percebemos nitidamente que os alinhamentos das fachadas se abrem gradativamente ao se aproximarem dela. Se esses alinhamentos laterais se tivessem mantido rigorosamente paralelos – como sugere o olhar –, ao divisarmos a perspectiva da rua direita em direção à praça, teríamos uma abertura visualmente estrangulada e até incômoda, aquém da dignidade de uma Rua 'Direita'. (BASTOS, 2014, p. 147)

Pela análise da morfologia do espaço conformado no entorno da praça, percebemos nas ruas que se comunicam com a atual Pça. Tiradentes uma singular *regularidade*, de modo a ocorrer o estabelecimento de um trecho na porção central da povoação baseado na *ordenação cruzada*, em contraposição à *ordenação linear* predominante. Neste sentido, contribuem para esse entendimento as observações do professor Ivo Porto de Menezes sobre as transformações urbanísticas necessárias para se receber local tão nobre, entre as quais ele afirmou que “para a Praça, aos poucos vão sendo abertas outras ruas que melhor lhe deem acesso – as ruas chamadas novas, também chamadas direitas”. Menezes ainda complementou, mencionando trechos do Códice 38 do Arquivo Público Mineiro: “Assim o ‘Caminho novo que vai para o pelourinho’ ou a ‘Rua nova que vai do Ouro Preto para a casa da Câmara’ ou ainda a ‘Rua nova da praça’ assim como a ‘Rua direita da praça para Antônio Dias’” (MENEZES, 2002, s/p.). Além destes acontecimentos, Sylvio de Vasconcellos e próprio professor mencionaram outro importante fato ligado à realização das medidas urbanísticas direcionadas ao decoro da Praça, como a demolição de um quarteirão existente à frente da nova Casa de Câmara e Cadeia, erguida no final do séc. XVIII, ato determinante para a configuração atual do espaço.

Prancha 21 – Análise morfológica do traçado urbano do entorno da atual Pça. Tiradentes.



**Logradouros:** A) Pça. Reinaldo de A. Brito / B) Rua das Flores / C) Rua Conde de Bobadella (Direita) / D) Rua Brigadeiro Musqueira / E) Pça. Tiradentes (da Vila) / F) Rua Cláudio Manoel / G) Largo do Coimbra / H) Rua Amália Bernhaus / I) Rua de São Francisco de Assis / J) Travessa M. Sales / K) Rua Bernardo Guimarães.

Fonte: Arquivo Público Mineiro (Notação: PP – 006), 1888.

Nota: Para a análise da regularidade do traçado no entorno da antiga Praça da Vila, consideramos, de início, dois "eixos de composição" correspondentes aos limites laterais, no sentido Norte-Sul, adotados na organização espacial do local. A oeste da linha central, no sentido para a Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, ajustada ao relevo, podemos perceber de maneira mais evidente a *ordenação cruzada*, formada pelas atuais ruas Conde de Bobadella, das Flores e Brigadeiro Musqueira com a travessa Cônego Raimundo Veloso e o largo, atualmente denominado de Praça Reinaldo Alves de Brito. A forma resultante do trecho oposto, a leste da praça, não apresenta uma configuração similar em função da topografia mais acidentada do local, mas oferece, em linhas gerais, indícios de continuidade na organização da malha viária estabelecida pelas ruas Conde de Bobadella e Brigadeiro Musqueira.

De acordo com Cláudia D. Fonseca, nos primórdios do séc. XVIII, o Governador Dom Brás Baltazar recomendou medidas urbanísticas para a recém-criada Vila de São João del-Rey, lançando mão da *tradição urbanística portuguesa* para assegurar uma condição mais conveniente para a povoação, que crescia de maneira irregular junto às catas de ouro. Sobre esse fato, a autora destacou:

Em 1713, quando a vila de São João del-Rei foi criada no arraial novo, o governador dom Brás Baltazar decidiu transferir a povoação para outro sítio, separando-a das minas de ouro. Segundo o auto de levantamento, a vila deveria, a partir de então, desenvolver-se em torno do pelourinho que o governador mandara erigir 'no lugar que escolheu para a dita vila, a contento, e com aprovação dos moradores dela, a saber, na chapada do morro que fica da outra parte do córrego, para a parte do nascente do dito arraial, por ser o sítio mais capaz e conveniente para se continuar a dita vila [...]'. (FONSECA, 2011, p. 208)<sup>122</sup>.

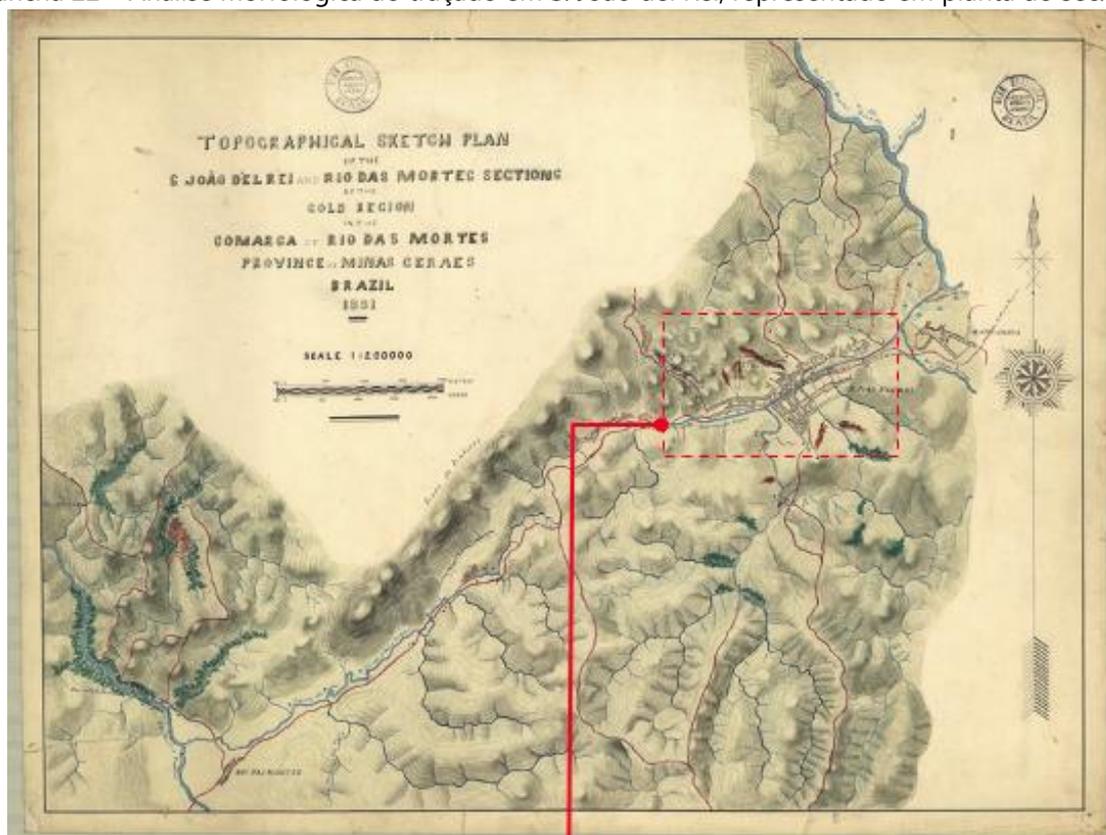
No entanto, a intenção reguladora proposta por Dom Brás Baltazar, somente no século XIX, recebeu a configuração definitiva do traçado das ruas, com a transferência da Casa de Câmara local para a margem direita do Córrego do Lenheiro (da Praia). Ao longo do Setecentos, a povoação se desenvolveu do lado oposto, acompanhando a topografia das margens deste curso d'água, onde o Governador encontrou o primitivo local de *surgimento* da Vila. A consequência desse processo pode ser observada pela análise do mapa de 1881, da então cidade de São João d'El Rei. Esta operação revelou a conformação de dois modos distintos de organização do espaço urbano, baseado nas premissas fundamentais da *tradição urbanística portuguesa* e determinados pela ocupação conveniente do sítio natural, compensando-se as limitações mais severas à implementação da *regularidade* esperada.

As medidas realizadas pelo Governador em São João del Rei fazem parte do rol de ações reguladoras empreendidas pelos administradores reinóis, estabelecidas em complemento ao trabalho realizado pelos almotacés e demais oficiais camarários na intenção de disciplinar o *aumento* e a *conservação* das povoações mineiras.

---

<sup>122</sup> O trecho citado pela autora foi extraído do Auto de Levantamento da Vila de São João d'El Rei (RAPM, II, 1897, p. 88).

Prancha 22 – Análise morfológica do traçado em S. João del Rei, representado em planta do séc. XIX.



**Legenda:** — Córrego do Lenheiro    - - - - - Eixos das Ruas    - - - - - Eixos das Travessas

**Logradouros:** A) Local de crescimento da povoação, próximo às catas minerais (*Organização Linear*) / B) Espaço indicado pelo Governador Dom Brás Baltazar (*Organização Cruzada*).

Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1881 – Adaptado.

Nota: À margem ocupada ao longo do séc. XVIII, a configuração das ruas apresenta *ordenação linear*, ajustando-se às bases dos morros e aos terrenos não alagáveis da parte baixa. Ao contrário, na área indicada por D. Brás Baltazar, o terreno mais plano favoreceu a traça de ruas com maior caráter retilíneo e permitiu a configuração em *ordenação cruzada*.

Componente deste processo, a *regulação urbana*, conseqüentemente, teve papel fundamental na administração da desregrada Minas Gerais dos primórdios do séc. XVIII. Para tal finalidade, as ações reguladoras começaram a ser implementadas desde o alvorecer da administração camarária local com a divulgação de diversos editais e posturas urbanas à população, ou seja, o controle começou a ser efetivado logo após a *fundação* das vilas pelo então governador Antônio de Albuquerque. Grande parte desse movimento disciplinador se destinou à imposição da obrigação de se observar os alinhamentos das ruas, de modo a submeter todas as construções, novas ou em reforma, aos condicionantes estipulados pelas Casas de Câmara locais. Nesse sentido, os primeiros passos do trabalho realizado foram dados para se impor *regularidade* aos traçados e fazer as edificações seguirem o alinhamento das ruas.

Outro fator importante da atuação camarária correspondeu à arrecadação dos foros, necessários ao sustento das atividades realizadas pelos oficiais e a viabilização das obras públicas essenciais, tendo-se em vista que era comum a Coroa não financiar esse tipo de empreendimento. Como de costume na estrutura administrativa portuguesa, o Rei doava algum patrimônio à Câmara na *fundação* da vila ou da cidade na forma de sesmarias de terras, a serem geridas pelos “homens bons” do lugar, eleitos para as funções de vereadores, juizes, almotacés<sup>123</sup>, entre outras. A gestão de tal patrimônio deveria então assegurar as despesas com as benfeitorias urbanas exigidas para o *decoro* e a *nobreza* da povoação.

Amparados pelas *Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, as ações dos oficiais camarários locais pautaram-se na busca por estabelecer ordem aos sítios ocupados, evitando-se transgressões à norma geral (MACEDO, 2014). Se, por um lado, não houve tamanho rigor com o aspecto externo das fachadas, buscando-se a implantação de uma “mesma figura uniforme pelo exterior”, como nas povoações criadas à mesma

---

<sup>123</sup> Segundo Thiago Enes, como em todo o Império Português, tais oficiais camarários tiveram importante participação na ordenação das povoações mineiras; onde “[...] em relação à sua competência em legislar sobre a forma urbana, zelando por construções e disposição das edificações, os almotacés constituíam uma espécie de juizado de mínimas causas, a que recorriam os moradores quando, porventura, surgisse alguma querela relacionada aos usos do espaço”. (ENES, 2010, p. 89)

época em outras partes da colônia; por outro, não faltaram medidas corretivas para o desregrado espaço urbano dos primitivos arraiais que deram origem às quatro vilas estudadas. Contudo, nem todos os habitantes locais estariam dispostos a seguirem as novas regras, estipuladas pela *fundação* das vilas. Exemplo disto, em 3 de julho de 1712, os vereadores da Câmara de Vila Rica realizaram uma audiência com o procurador dos moradores mais antigos da vila, o Pe. Luis Barboza de Arauyo, para solicitar a estes a regalia de “povoadores [...] sem que pudessem ser obrigados, nem constrangidos a forar a poseção do conselho, e de Rezoluesem se fizesse termo neste senado” (CÂMARA DE VILA RICA, 1936, p. 242). A intenção do grupo foi a de evitar a submissão das suas propriedades à postura criada pela instituição quatro meses antes, em 5 de março daquele mesmo ano, que estabelecia a fiscalização das edificações e a cobrança de aforamento a todos os moradores da Vila. Os vereadores, por conseguinte, negaram a solicitação, justificando que a obrigação recairia sobre as construções novas e reformas, situação esta a qual os ditos moradores também estariam sujeitos, para “milhor aRuamt.º desta nova villa”. (CÂMARA DE VILA RICA, 1936, p. 224)

A efetivação do policiamento das construções, decorrente da medida de março de 1712, pode ser observado em uma resolução de 13 de agosto do mesmo ano, destinada a aplicação de “coimas” aos infratores. De acordo com o texto da postura:

Rezolueraõ mais deferir ao Rendeiro Manoel de Almeida que Requero as coimas segres. Requero fosse condenado Manoel Alues por dar prencípio ao conserto das cazas em que uiue sem lisença deste Senado, comtra os editais dele, e que deuia ser condenado na pena imposta nos ditos editais. Requero Mais fose condenado Manoel Marques por alargas a baranda das cazas em que uiue sem lisença deste Senado que deuia ser condenado na forma dele. Requero mais ecima de Ant.º Gomes Crespo por acrescentar as cazas em uiue comtra a forma dos ditos editais sem pedir lisença a este Senado e que na pena delles deuia ser condenado. Requero mais a coima de Manoel Lourenço por fazer huã cozinha sem lisença deste Senado que deuia ser condenado na pena dos editais delle. O que visto pellos officiais da Vamara rezolveraõ uniformte. condenar aos ditos quatro coimados em desaseis outauas cada hu delles por terem quebrantado a postura do Senado [...]. (CÂMARA DE VILLA RICA, 1936, p. 243-244)

Como consta no trecho acima, as coimas aplicadas aos infratores naquele ano foram aplicadas por se construir sem autorização e sem se observar o melhor

alinhamento das ruas, em descumprimento à referida postura de 5 de março. Sobretudo, tal fato demonstra imediata ação da Casa de Câmara de Vila Rica em promover a *regularidade* do espaço urbano da povoação, na qual outras medidas similares se multiplicariam ao longo do tempo. Nos primeiros anos, até 1715, não houve muitos registros nas atas da Câmara sobre infrações ou posturas com obrigações impostas sobre as casas. Possivelmente, o trabalho cotidiano dos oficiais da almotaria, realizado diretamente nas ruas da povoação, absorveram as inúmeras demandas para se fazer cumprir as normas, de modo a se ter registrado em documentos somente os conflitos dirimidos pelo Senado, quando ocorrida alguma possível apelação. Sobre essa situação, Sandra M. G. Pinto observou que:

[...] o silêncio manifestado nas fontes escritas pode, em parte, explicar-se pela circunstância de os magistrados continuarem a estar investidos de autoridade para julgar as questões não discriminadas da documentação oficial. Além do mais, é preciso ter presente que uma grande parte do direito consuetudinário desta época provinha de práticas jurídicas repetidas oralmente quase nunca registadas por escrito. [Isso se deve a estar sujeira] a competência da proteção dos espaços públicos a um oficial concelhio específico, aliás, um dos primeiros a estar referido e regulado nos documentos constitutivos dos concelhos portugueses. Trata-se, concretamente, do almotacé. (PINTO, 2016b, p. 151)

Por outro lado, ao longo desse tempo, três termos de vereações foram criados com a intenção de regular as transformações do espaço urbano local. O primeiro deles, de 7 de abril de 1714, teve como finalidade aprovar uma vistoria em casas incendiadas, no lado esquerdo do atual Largo do Pilar, para que “medindo e aRuando as [casas] que de sorte de Recuacem p.<sup>a</sup> os fundos e ficasse huma praça p.<sup>a</sup> melhor aRuamt.<sup>o</sup> de nova V.<sup>a</sup> e por ficar defronte da matris daquelle baiRo” (PINTO, 2016b, p. 319). Essa determinação, já bastante conhecida, revelou-nos a aplicação de medidas corretivas para o traçado da povoação, de modo a se buscar oferecer maior decoro aos lugares nobres da povoação. Neste caso, a medida foi destinada a enobrecer o largo em frente à Igreja Matriz Nossa Senhora do Pilar, que viria a ser aumentada nas décadas seguintes e precisaria de um espaço mais cômodo em seu adro fronteiro. O segundo termo de vereação identificado teria finalidade mais pontual, promulgado para tornar público em 22 de novembro de 1714 a autorização de retomada da construção da casa

de Andre Ramalho, embargada por “hordem do Juis hordinario o mestre de campo Ventura Fr.<sup>a</sup> Vivas em confirmacam do empidimt.<sup>o</sup> de a d.<sup>a</sup> obra teve pellos officiais d câmara do anno próximo pasado peila desformidade que cauzava ao aRuamt.<sup>o</sup> [...]” (PINTO, 2016b, p. 346). O último, de 14 de setembro e 1715, se destinou a aplicar uma autuação sobre as terras devolutas do Padre frey Hyronimo Pr.<sup>o</sup>, as quais estavam sendo vendidas e recebendo “euteficaçois sem tambem ter lisença deste Senado”. (PINTO, 2016b, p. 381)

Nos anos seguintes, o processo de *regulação urbana* em Vila Rica continuaria a agir firmemente para o controle do *aumento* e *conservação* da povoação, conforme o registrado nos arquivos da Câmara. Neste percurso, posturas urbanas, autos de correção e o registro da atuação dos arruadores, consequentemente, foram fundamentais para a imposição das medidas de *regularidade* necessárias. Em maio de 1718, por exemplo, dois requerimentos foram registrados no Livro dos Arruamentos, no qual ainda constam pedidos à municipalidade de se construir com cobertura de palha, um tipo autorização que nos anos seguintes passaria a ser negado<sup>124</sup>. Neste Livro, Rodrigo Bastos identificou o seguinte trecho, documentados no Primeiro Códice da Câmara Municipal de Vila Rica:

[Em 11 de maio de 1718:] Ant.<sup>o</sup> Nunes Ferr.a: m.<sup>o</sup>r [morador] na Rua dir.t<sup>a</sup> q. vai p.<sup>o</sup> a Igr.e de N. Sr.a da Conceipçaõ pedio Lic.<sup>a</sup> ao Senado da Cam.r<sup>a</sup> p.<sup>a</sup> Levantar Seu Rancho depalha, de telha; foi lhe concedida, pelo aRuador do Cons.<sup>o</sup> aRuado, e medido e ficou de frente a frente vinte palmos de Largura á Rua; parte Com Joseph Gomes eda outra banda Com João de Souza, que para Constar fiz Termo de aRuação q.' aSignou oaRuador; e fica empoder do d.<sup>o</sup> Ant.<sup>o</sup> Nunes Ferr.<sup>a</sup>, vereação da Cam.r<sup>a</sup> [...]”. [Em 12 de maio de 1718:] “Rodrigo da Costa, digo, da Rocha pedio Licença o Senado da Cam.r<sup>a</sup> para Levantar hú rancho de palha com telha. foi lhe Concedida, e pello aRuador doCons.<sup>o</sup> lhe foi medido eaRuado dandolhe defrente tres braças aparte com Manoel Bap.<sup>a</sup> [...] eda outra com Calçada q vem p.<sup>a</sup> a freg.<sup>a</sup> de N. Sr.<sup>a</sup> da Conceipçaõ, e ficou á Rua de Largo quatro braças, de que fiz termo [de arruação], q.' entreguei ao d.<sup>o</sup> Rodrigo da Rocha. Vereação de Cam.r.<sup>a</sup> [...]. (BASTOS, 2014, p. 145)<sup>125</sup>

<sup>124</sup> De acordo com Sylvio de Vasconcellos, no ano seguinte, em 1719, a Câmara de Vila Rica passaria a exigir que todas as casas fossem cobertas de telha cerâmica. Situação similar foi identificada por Cláudia D. Fonseca na Vila de São João del-Rey, destinada à, na mesma época, exigir a extinção das coberturas de palha.

<sup>125</sup> Trecho extraído do código do Arquivo Público Mineiro, de código APM, CMOP, 01, fot. 275-277.

O estabelecimento da obrigação de se fazer telhados mais duráveis, a fim de conter os recorrentes incêndios, era algo comum nas povoações de origem portuguesa desde a Idade Média e, possivelmente, acabou contida nas deliberações camarárias, nas primeiras décadas do Setecentos, em função de uma conveniente permissividade inicial herdado do tempo anterior à *fundação* da Vila. A precariedade reinante no *surgimento* dos arraiais, na fase primária de descoberta das áreas mineráveis exigiu a adaptação das casas ao que se havia disponível, madeira e palha, como demonstrou Sylvio de Vasconcellos. O *decoro* e o *ornamento* da então vila não poderiam, com o avanço da consolidação do poder das instituições, permitir a existência de casas de morada com tal recurso de acabamento.

Segundo Bastos (2014), para as melhorias necessárias ao *decoro* de Vila Rica, engenheiros de formação, designados na função arruadores, seriam os responsáveis pela determinação dos parcelamentos do solo urbano e a divisão dos lotes, além dos referidos cordeamentos<sup>126</sup> realizados para o alinhamento das ruas. Este método de medição derivado do período medieval manteve-se em reprodução durante toda a Era Moderna no mundo português e, no caso de Vila Rica e das demais vilas, esteve essencialmente ligado às aberturas de novas ruas e à estipulação dos aforamentos.

Os procedimentos realizados pelos arruadores da antiga Capital mineira, necessariamente, deveriam considerar as conveniências locais, dado o complexo cenário proporcionado pelo relevo acidentado da povoação, incapaz de comportar métricas regulares e alinhamentos retilíneos para as ruas por longos trechos. Em função disto, ocorreram variações significativas no dimensionamento das terras aforadas, que poderiam ser de duas *braças* e meia (5 *varas*) até seis *braças* (12 *varas*) por lote urbano, conforme os dados identificados por Rodrigo Bastos nos Livro dos Arruamentos em 1718 e 1719. Exemplo desse fato, o autor mencionou um termo de arruamento, de 21 de maio de 1718, no qual “Antonio Peneda m.ºr nesta Villa, pediu

---

<sup>126</sup> Este processo de aferição de dimensionamento do espaço acabou assim denominado pelo emprego cordas específicas, preparadas a partir de escalas à base do *palmo*. À época em Minas Gerais, a unidade de medida mais utilizada foi a *braça*, que equivaleria a duas varas e, por conseguinte, a dez *palmos* – atualmente, a conversão resultaria em um padrão baseado em 2,2m.

Lic.<sup>a</sup> o Senado da Cam.<sup>a</sup> para Levantar cazaz nos fundos doSeu quintal, foi lhe Concedida epello aRuador do Cons.<sup>o</sup> aRuado e medido com trez braças de fronta [...]”. (BASTOS, 2014, p. 146). No Livro de Arruamento do ano seguinte, Bastos (2014) identificou:

Naqueles concedidos a: João Domingues Veiga – ‘quatro braças de terra citas na Rua fermoza que vay p.<sup>a</sup> o morro, junto as bicas de augoa’; a Agostinho Guido – ‘tres braças de terra citas na Rua fermoza que vay da CazadaCamara para o morro’; a Domingos Franco – ‘seis braças de terra cittas na rua que vay da Rua fermoza para a Rua dos Paulistas, no bairro de Ant.<sup>o</sup> Dias’; a Gregorio de Macedo Cruz ‘duas braças e meya de terra cittas na Rua Nova ou fermoza q' vay da Praça p.<sup>a</sup> o morro’, a Sebastião Pires ‘coatro braças de terra citas na Rua fermoza’. (BASTOS, 2014, p. 153)<sup>127</sup>

Os valores aforados em Vila Rica não são coincidentes com os comumente adotados na casa corrente portuguesa do Medievo e mesmo a da Época Moderna. Na *tradição urbanística portuguesa*, como demonstraram Helder Carita, Manuel C. Teixeira e Luisa Trindade, a dimensão das testadas situava-se entre 4 e 6 *varas*, respeitando-se a capacidade estrutural das vigas de madeira. Acreditamos, todavia, que os aforamentos maiores do que 3 *braças* (6 *varas*) possam corresponder a cessões de terra para a construção de mais de uma habitação, ou seja, em locais cedidos a construtores que arrendariam as unidades depois de prontas, como era habitual na vila durante o séc. XVIII (FONSECA, 2011). Em outro documento, Maria Aparecida M. Borrego relatou uma solicitação feita por Antônio da Costa Pontes, no ano de 1742, para a regularização do foro devido à Câmara, diante da necessidade aumentar uma propriedade de esquina, com 3 *braças* e meia (7 *varas*) para a rua e 3 *braças* (6 *varas*) na lateral, voltada para um beco. De acordo com a transcrição do termo, constante no Livro dos Aforamentos, citado pela autora:

Fizemos saber aos que apresente nossa carta de título com foro virem que a nós nos enviou por sua petição Antônio da Costa Pontes morador no fundo da [Rua] Padre Faria, que ele era senhor e possuidor de uma morada de casas sitas na dita paragem que partem de uma parte com casas de Gaspar Lourenço e da outra partem com beco, que fica entre os dos Suplicante e as casas do

---

<sup>127</sup> Trecho extraído do códice do Arquivo Público Mineiro, de código APM, CMOP 01, fot. 167; 183; 239; 261; 263.

defunto Vitorino de Araújo Lanhoco, as quais dele o dito Pontes queria puxar a rua a cordear por direito com os do dito defunto, pedindo-nos por fim remate de sua petição lhe concedêssemos a dita licença, na qual petição proferimos o nosso despacho em vereação de quinze de abril de mil Setecentos e quarenta e um anos que o escrivão e arruador iriam à paragem medir e arruar na forma do estilo sem prejuízo de terceiro, o que com efeito fez o dito escrivão e arruador e medindo-lhe este a dita casa do suplicante dito Pontes achou que saídas a rua terem de frente três braças e meia, e medido o dito pedaço pela parte do beco, achou três braças digo achou ver três braças, e da parte de baixo donde partem as de Gaspar Lourenço, achou ...duas braças por dar que dá a rua neste sítio, de que feita esta medição na forma declarada e por requerimento do procurador deste Senado mandamos que eu dito Pontes assinasse o termo de reconhecimento do foro por meia pataca de ouro por braça de frente em cada um ano das ditas casas do pedaço que lhe acrescentaram para a rua. (BORREGO, 2004, p. 117)<sup>128</sup>

Rodrigo Bastos também identificou, em documentos da Câmara de Vila Rica de 1745, correções urbanas destinadas à regularização dos alinhamentos das casas em relação às ruas. De um modo geral, como destacamos, tais medidas foram corriqueiras desde os primórdios da *fundação* da vila, apesar de muitas vezes não terem sido registradas. Todavia, quando não cumpridas pelos proprietários após a notificação dos almotacés, como era de praxe, os oficiais camarários agiam de forma mais enérgica, com a inclusão da situação dos envolvidos no Livro de Correições e o estabelecimento de prazos finais para o cumprimento das ações corretivas. De acordo com o conteúdo relacionado pelo autor, nos referidos livro e ano:

Acordaraõ em auto de correyaõ geral no Xafariz de Saõ Josê, que Antonio Pereyra Latoeiro Recolhesse os esteyos para dentro, por ficar a Rua may's Larga, e com melhor aria, por donde Sefes mediçaõ e Semetteraõ ballizas para melhor averiguaçaõ. [...] Acordaraõ nomes no auto de correyaõ geral, que os moradores do largo do Caquende para diante athê alto de Cabeças todos Sahissem com as Suas testadas a Rua e alçando-as athê continuarem com acaçada nova [...] para fazerem nos termos de quinze dias [...]. (BASTOS, 2014, p. 174)<sup>129</sup>

Nos arquivos municipais de Vila Rica do mesmo ano, Sylvio de Vasconcellos identificou algumas autuações que podemos considerar estarem baseadas na

<sup>128</sup> Trecho extraído do códice do Arquivo Público Mineiro, de código APM, CMOP, cód. 43, fls. 62v-3.

<sup>129</sup> Trecho extraído do códice do Arquivo Público Mineiro, de código APM, CMOP 52, fot. 12-16. "Auto de Correyçaõ geral". Vila Rica, 16 de novembro de 1745.

aplicação local das normas estabelecidas pelas *Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, quanto à proibição de se fazer portas e janelas direcionadas às vias públicas sem autorização dos oficiais camarários. Segundo o autor:

Em 1745 proíbe-se a Manuel Rodrigues de Oliveira, que ponha portais em determinada parede onde 'só sim deixará porta para a sua serventia do quintal', devendo o mesmo retirar os referidos portais já colocados junto ao paredão do chafariz da fonte nova e só continuar com a parede, de barro como era a antiga, depois de acabada a fonte. A Francisco de Sousa notificasse no mesmo ano para que 'em termo de três dias com pena de prisão e de trinta oitavas, tape uma porta que tem para um beco em uma venda'". (VASCONCELLOS, 1977, p. 90)<sup>130</sup>

De um modo geral, a preservação da privacidade alheia e das serventias públicas foi um tópico de especial necessidade de mediação externa, haja vista, os constantes problemas de sobreposição dos interesses individuais em relação aos públicos. Na mesma época da ocorrência relatada por Bastos, em 1744, na ainda Vila de Nossa Senhora do Carmo, Thiago Enes relatou situação similar; porém, condicionada pela abertura de janelas a devassar o quintal dos vizinhos, algo vetado pelas Ordenações desde à época da D. Manuel I. O autor relatou que:

[...] em 1744, dois vizinhos, moradores na cidade [de Mariana], iniciaram uma batalha judicial sob a alegação de que 'as obras de abertura de portas e janelas na casa do vizinho', provavelmente tratando-se de uma construção irregular e sem o aval da Câmara municipal, por seus almotacés, devassava o quintal de um deles. (ENES, 2010, p. 90)<sup>131</sup>

Em Mariana, a *regulação urbana* realizada pela Câmara da vila seguiu propósitos similares aos de Vila Rica, com boa parte das ações direcionadas à imposição de *regularidade* ao sítio urbano. Antes da elevação à nobre condição de cidade, em 1735, os vereadores divulgaram um edital para estabelecer controle à atividade construtiva particular. No referido edital, de 2 de março daquele, constou que:

<sup>130</sup> Trecho extraído do código do Arquivo Público Mineiro, de código APM, CMOP 120, p. 11; 59.

<sup>131</sup> Trecho extraído do código do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, de código 169 – 2º ofício, auto 4079. AUTO de Notificação de 06 de setembro de 1756.

Porquanto nos consta que muitas pessoas e moradores desta vila costumam reedificar casas metendo-lhe esteios e baldrames novos, fazer valos, cercas e paredes sem para isso serem primeiro arruadas, e sem faculdade deste senado, como também levantarem casas sem darem parte, mandamos que daqui em diante nenhuma das sobreditas pessoas possa reedificar as ditas casas nem também levantá-las, nem cercar nem valar, estando dentro da demarcação da sesmaria deste senado, sem que se faça saber ao mesmo senado para se lhe aforar, com pena de se lhe demolir a dita obra [...]. (FONSECA, 2011, p. 517)<sup>132</sup>

O fato relatado por Cláudia D. Fonseca apresentou situações em que os proprietários das casas estavam a descumprir os alinhamentos estipulados pelos arruadores para as ruas e, conseqüentemente, se aproveitando das terras públicas destinadas à circulação para aumentar suas posses. Segundo Sandra M. G. Pinto, estes fatos eram situações recorrentes nas povoações portuguesas em geral. Para a autora:

[...] mais lesivas à circulação pública foram as usurpações do espaço comum promovidas pelos privados. Tal acontecia quando, na construção ou reconstrução dos edifícios, a fachada avançava sub-repticiamente para fora dos limites ou dos alicerces antigos. Neste caso, os órgãos de poder tinham que investigar e proceder ativamente contra esta forma ilegal de privatização do espaço público, pois se esta não fosse descoberta e punida a tempo podia criar incertezas quanto aos limites das propriedades invalidando a posterior recuperação. (PINTO, 2016b, p. 155)

Tal situação, sem dúvida, foi um dos recorrentes problemas a ser dirimido pelas instituições camarárias locais, haja vista, os privilégios concedidos aos primeiros povoadores e a condição acelerada com que as vilas mineiras cresceram nas décadas iniciais do séc. XVIII. No ano de 1749, já no período citadino, um morador de Mariana, chamado Paulo de Souza, abriu um processo contra um de seus vizinhos, conhecido por Felipe da Costa, com a finalidade de conseguir receber deste a metade do custeio para uma obra, destinada a reconstruir uma “parede velha de pau a pique, podre e prestes a cair ao chão, escorada por cinco paus em vista das chuvas”<sup>133</sup> (ENES, 2010, p. 89). A solicitação do suplicante, possivelmente, tentava utilizar do artigo 35 das

---

<sup>132</sup> Trecho extraído do código do Arquivo Público Mineiro, de código APM, CMM 3, fl. 125v.

<sup>133</sup> Trecho extraído do código do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, de código 167 – 2º ofício, auto 3992. AUTO de Notificação de 14 de novembro de 1749.

*Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, que determinava: “E ninguém poderá metter trave em parede que não tenha parte: porém se quizer para ametade do que a dita parede custou ao senhor dela, poderá nella madeirar, sendo a parede para isso”. (PORTUGAL, 1870, p. 161). Amparado neste dispositivo, o requerente buscava fazer cumprir seu direito amparado pelo aparato jurídico disponível à época em Minas Gerais, demonstrando-nos a circulação na Capitania das ferramentas legais associadas à *tradição urbanística portuguesa*.

A nobreza esperada para a única cidade da Capitania de Minas Gerais levou os vereadores a legislarem para conter os desarranjos dos moradores, que insistiam em agir contrariamente aos interesses da Coroa e da Casa de Câmara. Com a elevação da vila à tão importante título, a conseqüente exploração imobiliária, surgida nas áreas mais cobiçadas, acarretou grande quantidade de lotes vazios no correr das ruas, de modo a não se conseguir de imediato a ansiada formosura e *uniformidade arquitetônica* na povoação. Para evitar a expansão do núcleo urbano para além do plano urbano original, os vereadores determinaram, em 6 de agosto de 1750, um edital para se evitar o “grave prejuízo do público”, ocasionado pelos “chãos que se acham em poder de certos foreiros que não cuidam nem têm possibilidade para tal edificação”, situação que estava a incorrer na “falta de aumento dessa povoação” (FONSECA, 2011, p. 519). Segundo Cláudia D, Fonseca, o referido edital ainda contemplava a seguinte diretriz:

Mandamos, conforme ordem de sua Majestade, que para maior formosura das ruas, todas as casas que se fizerem nesta cidade para dentro das três pontes públicas não terão paredes de quintais correspondentes às ruas e travessas, e quando pela sua situação não possam deixar de as ter, as mesmas se fabricarão de sorte ornadas de janelas, portas e beiradas, que pareçam frontarias de casas, pena de se demolirem à custa dos senhores das mesmas, e de ser obrigados da Cadeia a edificá-las da forma do sobredito, e isto mesmo se observara no termo de dois meses a respeito de todas as mais casas que se acham já feitas com a sobredita desordem, sitas no mesmo distrito, debaixo da cominação das referidas penas [...]. (FONSECA, 2011, p. 520)<sup>134</sup>

---

<sup>134</sup> Trecho extraído do códice do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, de 462, fl. 65v.

Algumas décadas mais tarde, no ano de 1796, a abertura de novas ruas seria acompanhada de maior rigor, na intenção de não se repetir as situações ocorridas quatro décadas antes e, assim, os moradores locais não aforassem terrenos sem de imediato começarem a construir. Neste sentido, Thiago Enes identificou uma autuação dos almotacés da Câmara de Mariana dirigida aos proprietários de lotes na “rua que vai para o Palácio”, para que “em tempo de quinze dias façam as suas testadas, da rua que se levantou, pena de que não fazendo se mandem fazer as suas custas”<sup>135</sup>. (ENES, 2010, p. 85)

#### **5.1.1.2. A manutenção da base de *regulação urbana* de origem portuguesa e a inclusão de novos parâmetros urbanísticos no séc. XIX**

Os fatos relacionados anteriormente ilustram a intensa atividade das Câmaras, destinada a dotar as os sítios urbanos mineiros de maior *regularidade*, o que, porventura, se estendeu aos anos finais do Setecentos<sup>136</sup> e avançou à centúria seguinte. Com a consolidação das povoações as novas medidas a serem empreendidas buscariam assegurar, o *decoro a formosura* e o *ornamento* das povoações, em torno das ações de *aumento e conservação* necessárias ao longo do séc. XIX.

Neste sentido, um importante instrumento orientador foi criado para direcionar o trabalho dos oficiais camarários, o “Regimento das Camaras Municipaes” ou também chamada de “Lei de 1º de outubro de 1828”. Este documento tratou especificamente no artigo de nº. 66 do “Decoro e ornamento das povoações”, no qual se listou uma série de ações a serem empreendidas por estas instituições no cumprimento dos principais preceitos da gestão das municipalidades locais. O teor do “Título III –

---

<sup>135</sup> Trecho extraído do códice do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, de código 209, fl. 156. TERMO de Acórdão e Vereação de 22 de janeiro de 1796.

<sup>136</sup> Cláudia D. Fonseca relatou ações destinadas à imposição da regularidade ao espaço urbano de Vila Rica nos anos finais do séc. XVIII. Prova disso, a autora descreveu que “em 1797, o morador João Pereira solicitava uma redução dos seus foros, pois a câmara acabara de demolir mais da metade da sua casa para poder regularizar e ‘cordear a praça desta vila’” (FONSECA, 2011, p. 514). Possivelmente, este fato estava associado à construção da nova Casa de Câmara local, erguida pouco antes dessa época.

Posturas Policiaes” estabeleceu os seguintes pontos sob responsabilidade das Casas de Câmara oitocentistas:

§1º Alinhamento, limpeza, iluminação e despachamento das ruas, cáes e praças; conservação e reparos de muralhas feitas para segurança dos edificios e prisões publicas, calçadas, pontes, fontes, aqueductos, chafarizes, poços, tanques e quaesquer outras construcções em beneficio commum dos habitantes, ou para decóro e ornamento das povoações. (SOARES, 1885, p. 165)

No trecho, acrescentado na forma de nota complementar, ainda, se acrescentou:

[...] A legislação provincial, com relação a este paragrapho, dispõe o seguinte: Alinhamento. 1.º As camaras municipaes das cidades e villas mandarão proceder á demarcação dos limites que devem formar o seu contorno, e ao levantamento e plano do arruamento e nivelamento mento geral das praças e ruas das mesmas cidades, villas e seus arrebaldes ; e bem assim de todos os povoados e logares notaveis dos seus municipios, que offererem esperança de augmento de edificação. [...] Art. 2.º Nos logares onde se não tiver principiado a edificar, a direcção da ruas se aproximará o mais que fôr possivel aos rumos cardeaes, sem prejuizo dos mais longos desenvolvimentos rectilineo. [...] 3.º Nas villas e cidades que as camaras municipaes julgarem conveniente, as ruas não terão menos de sessenta palmos [de largura] tanto as que de novo fôrem abertas, como aquellas em que as edificações não abrangerem um terço de sua extensão; e nestas ultimas, os predios existentes não poderão ser reedificado [Reedificados, está visto, quando e lhe toque no frontispicio, isto é, se fação obras na frente; e assim tem sido sem excepção entendido por todas as camaras nas suas posturas] sem que entrem no devido alinhamento. (SOARES, 1885, p. 166-167)

Às definições do artigo 66º se acrescentaria ainda o de número de nº 71, que foi incorporado para instruir o estabelecimento de *“elegancia e regularidade externa dos edificios e ruas das povoações”*. Estes princípios, inclusive, podem ser considerados uma premissa da urbanística desenvolvida ao longo do séc. XIX e foi registrada em posturas urbanas de algumas câmaras municipais no país. Tais perspectivas foram mantidas, pelo menos, até os primeiros anos da centúria seguinte. O artigo 71º previa as seguintes definições:

As Camaras deliberarão em geral [sobre] os meios de promover e manter a, tranquillidade, segurança [...], saúde [...] e commodidade dos habitantes; o aceio, segurança. elegancia e regularidade externa dos edificios e ruas das povoações; e sobre estes objectos formaraõ as suas posturas, que seraõ pulicadas por editaes, antes e depois de confirmadas. (SOARES, 1885, p. 201)

A exigência de se fiscalizar a "*elegancia e regularidade externa dos edifícios e ruas das povoações*", demonstrou-nos a permanência nos Oitocentos desses operadores, herdados da *tradição urbanística portuguesa*. Isto se deve à manutenção dos principais referenciais de origem lusa no *fazer cidade* brasileira, bem como, a manutenção das *Ordenações e Leis do Reino de Portugal* como base legal para o urbanismo desenvolvido no Império e primórdios da República. Somente na segunda década do séc. XX estes operadores seriam substituídos por normativas locais e ajustadas à realidade de cada região. Segundo Danilo M. Macedo, à colônia portuguesa na América:

[...] estendeu-se a vigência do corpus legislativo em uso na própria metrópole, cuja principal peça eram as *Ordenações do Reino – Manuelinas* e logo *Filipinas* – correntes no Brasil desde 1512 até a criação do Código Civil de 1916. Dentre as diversas matérias de que aqueles códigos tratavam, encontra-se a regulação urbana, ou o que hoje compõe os códigos de obras – ou de edificações – e os Códigos de Posturas Municipais. (MACEDO, 2014, p. 18 – Grifo do autor)

Elaboradas já no contexto de influência do *Regimento das Camaras Municipaes*, o conjunto de "Posturas da Câmara Municipal de Mariana", promulgadas em 2 de setembro de 1829, reforça a necessidade de prover o espaço urbano local do devido *decoro e ornamento*. No Art. 1º do Capítulo 1º, as *Posturas* reforçaram a exigência de manutenção dos alinhamentos, assim como de se realizar construções ou reformas somente com licença da câmara. Interessantemente, o dispositivo incluiu a proibição à construção de poiais e alpendres sem autorização, em caráter similar a tantas outras normas anteriormente divulgadas para este fim desde o fim da Idade Média. De acordo com a redação do referido artigo:

Nenhuma Pessoa dentro desta Cidade poderá construir nas Ruas, e Suburbios, e Sesmaria do Conselho Cazas novas, nem alienar as que se achão feitas sem licença da Camara, não só para que esta possa regular o alinhamento, como o Direito do Foro, assim como não se poderá fazer nas Ruas Poiaes, e Alpendres, sem licença da mesma Camara, com a comminação de serem multados em quatro mil reis, os contraventores destas determinaçoens, para as Obras Publicas, cujas licenças serão dadas gratuitamente, e somente pelo Senhor Presidente assignadas. E quando aconteça cahir alguma propriedade de sugeita ao Foro, sera seu dono obrigado á levatala dentro de hum anno,

com a pena de se julgar divoluto o terreno, e arrematarse, ou a forar-se a quem por elle mais der. (CMM, 1829, p. 1-2)

A preocupação com a manutenção dos alinhamentos e as proibições aos poiais ou alpendres avançados às ruas em pleno séc. XIX, revelam-nos a permanência de hábitos ancestrais arraigados na população não erradicados completamente do cenário mineiro no século anterior. Em geral, os proprietários ainda continuavam a insistir na *usurpação* e *apropriação*<sup>137</sup> do espaço público, interferindo negativamente na circulação viária e no respeito à coletividade. Do mesmo modo, a repetição de princípios contidos nas *Ordenações e Leis do Reino de Portugal* em 1829, mesmo após a independência administrativa do Brasil, confirma a manutenção de dispositivos ligados a um *corpus legislativo* criado séculos antes. Isto, em parte, se justificaria também pela reprodução da base normativa lusa no *Regimento das Camaras Municipaes*, que viria determinar a estrutura funcional das instituições camarárias nas cidades brasileiras até o ano de 1926, como relatou Macedo (2014). A própria introdução das Posturas marianenses de 1829 mencionaram sua redação em conformidade com o *Regimento*, demonstrando-nos a rápida difusão deste instrumento em uma das principais povoações de Minas Gerais.

Também o *Codigo de Posturas da Illustrissima Camara Municipal* do Rio de Janeiro de 1854 esteve relacionado a esse contexto e, como observado no capítulo anterior, consideramos uma das influências externas generalizadas no cenário das povoações mineiras estudadas. Todavia, no nosso caso, a representatividade das citadas normas contidas do nesse instrumento conformou como um importante indício para as mudanças dos padrões arquitetônicos no séc. XIX, já que não identificamos diretrizes similares entre as povoações mineiras estudadas – assim como, de um modo geral, as dimensões usuais da forma volumétrica adotada no Período Moderno não constaram nas posturas emanadas pelas Casas de Câmara locais. Entretanto,

---

<sup>137</sup> De acordo com Sandra M. G. Pinto, entre as ações de apropriação “encontram-se os elementos construídos justapostos às fachadas, caso das sacadas, balcões, alpendres e escadas. Através deles, os particulares aumentavam a superfície habitável dos edifícios, tornando, por sua vez, os espaços destinados à circulação pública apertados, atravancados e escuros”. (PINTO, 2016b, p. 153)

verificamos a repetição das métricas adotadas na casa corrente luso-brasileira do Rio de Janeiro nas erguidas em Minas Gerais, por meio da análise de exemplares situados em Ouro Preto e São João del Rei – o que nos apontou fatos da circulação da *cultura arquitetônica* carioca no território mineiro, como anunciou André G. D. Dangelo em suas investigações.

As posturas locais, as quais tivemos contato, quase sempre, apresentaram normativas generalistas, sem especificarem-se as métricas a serem adotadas ou lançarem mão de princípios específicos para o controle da produção arquitetônica, como ocorrido em Salvador ou no Rio de Janeiro. De um modo geral, as Câmaras das vilas setecentistas de Minas Gerais basearam-se nas *Ordenações e Leis do Reino de Portugal* e utilizaram das lógicas de *decoro* para efetivarem a gestão dos espaços urbanos, dirimindo os conflitos de interesse de maneira conveniente aos interessados, como demonstrou Rodrigo Bastos. No complexo ambiente setecentista da exploração mineral nas terras auríferas, muitas vezes, localizadas em meio as áreas povoadas, exigiu dos administradores municipais e reinóis mais parcimônia do que medidas enérgicas no campo urbanístico, para não se interpor condições que interferissem na tão desejada arrecadação dos quintos – por si só, uma relação já conflituosa o bastante (FONSECA, 2011). Ao longo do séc. XIX, com a ocaso da exploração mineral, as transformações urbanas desaceleraram e exigiram menor rigor na atuação dos oficiais camarários, fato que, no entanto, ainda é um campo para ser melhor explorado em nossa historiografia.

### **5.1.2. A uniformidade arquitetônica na casa corrente luso-brasileira das regiões de Vila Rica e do Rio das Mortes**

Como Rodrigo Bastos discutiu em seu trabalho, a constituição de povoações convenientes em Minas Gerais confirmam-nos a “existência de uma intenção reguladora” (BASTOS, 2014, p. 233), suficiente para ajustar o caráter espontâneo e desregrado das primeiras ocupações, realizadas pelos primeiros povoadores, com as

medidas emanadas das Casas de Câmaras ou mesmo proferida pelos diversos administradores reinóis, que percorreram as vilas setecentistas para regulá-las de acordo com os princípios desejados pela metrópole. (BASTOS, 2014, p. 166)

Tal cenário de controle favoreceu o desenvolvimento de outra premissa fundamental para a casa corrente luso-brasileira local: a busca por se alcançar um grau de *uniformidade arquitetônica* conveniente ao *decoro* das vilas mineiras estudadas. A repetição dos padrões construtivos, o dimensionamento de lotes baseado em medidas antropométricas e os valores fundamentais da *tradição urbanística portuguesa* corresponderam a um singular processo de *circularidade cultural*, que conjugou a base erudita do *fazer cidade* e dos *modelos arquitetônicos* oficiais com o saber-fazer construtivo popular, conservado nas técnicas reproduzidas há vários séculos. Muitos aspectos do caráter uniforme presente nas formas da habitação comum erguida nas quatro localidades se deveram também à manutenção do lote godo-medieval, com sua frente estreita e grande profundidade, que conferiu ao *compor cidade* em Minas Gerais o “ar de família” tão característico do mundo português. Tais condicionantes, segundo Manuel C. Teixeira:

No início do século XVI já estavam estabelecidos os princípios que iriam enformar o planejamento das cidades portuguesas nos séculos seguintes: um sistema estruturado que integrava as métricas dos elementos de construção, da arquitetura, do loteamento, do quarteirão e do traçado urbano, estabelecendo uma relação íntima entre os sistemas construtivos, as tipologias arquitetônicas e o plano urbano. Essa estrutura de loteamento deu origem a uma tipologia de fachada que se repetir em cada lote, fachadas estreitas compostas por três vãos em cada piso, portas no primeiro piso e janela nos restantes, com proporções e dimensões idênticas. Tal tipologia, aplicada quer se tratasse de térreos ou de sobrados, independentemente do número de pisos contribuiu para uma grande uniformidade arquitetônica e era um dos elementos caracterizados das cidades de origem portuguesa. (TEIXEIRA, 2012, p. 93)

As vilas mineiras beberam dessa fonte, repetindo largamente os padrões mencionados pelo autor. Os estreitos terrenos setecentistas pouco permitiram variar o formato das fachadas, pois a área exígua das testadas reduziria de maneira significativa outros tipos de arranjos formais para os elementos construtivos – formato este que,

em geral, seria determinado por um retângulo alongado de perfil horizontal, para as casas térreas, ou vertical, nos sobrados. Soma-se a isto, uma *cultura arquitetônica* associada à arquitetura chã em Portugal e reservada à manifestação de grandes arroubos estéticos nos exteriores, igualmente, distante das condições da grande maioria da população. Internamente, por consequência da estreiteza das parcelas de terreno e das limitações impostas às construções pelos materiais pouco perenes, os agenciamentos internos pouco variaram, diferenciados, na maioria das vezes, pela existência de corredores e pela posição destes em relação aos demais cômodos.

A tão anunciada *uniformidade arquitetônica*, desde a divulgação do teor das cartas de Louis L. Vauthier, no caso mineiro, teve suas importantes variações, ora atendendo às imposições da *regulação urbana* local, ora ajustando-se aos *modelos arquitetônicos* difundidos nos cenários colonial e imperial brasileiro. Por outro lado, houve também alguns contextos de permanência, como na difusão de balcões, varandas ou andares salientes, as principais formas de *apropriação* do espaço urbano nas vilas estudadas.

#### **5.1.2.1. A disseminação dos balcões, andares salientes e sacadas nos sobrados nas povoações mineiras**

Ao longo dos séculos, as posturas públicas demonstraram aspectos do pensamento circulante entre os administradores reinóis, no respectivo sentido urbanístico que se desejava determinar às ações de *fundação*, *aumento* ou *conservação* das povoações mineiras. Relacionados a tais processos, como discutimos no tópico anterior, a implantação paulatina da *regulação urbana* teve fundamental importância para se fazer cumprir, mesmo que de forma conveniente, as principais normas edilícias sobre a casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais. Neste contexto, a constante luta contra os elementos projetados às fachadas, presente inclusive entre os documentos camarários mineiros, nos permite entender que muitas das medidas urbanísticas, destinadas à *regularidade* e à *uniformidade*, não eram comungadas pela população em

geral. Com o tempo, a insistência da legislação em coibir a *apropriação* do espaço público com os balcões, varandas e salientes, determinou às fachadas também a manutenção do alinhamento em relação às projeções dos elementos construtivos às vias de circulação, ou seja, as determinações não se limitavam somente a estabelecer ordem à composição do plano horizontal das ruas.

Correspondente à reprodução de uma *cultura arquitetônica* herdada do Medievo, apesar de constantemente combatida pelas posturas públicas, a construção de balcões e varandas projetadas às ruas deixou importantes reflexos na casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais. Praticamente inexistentes na atualidade, tais elementos construtivos ainda podem ser verificados em uma ou outra edificação erguida nas povoações setecentistas mineiras preservadas até a atualidade. Mesmo diante da escassez de fontes visuais, alguns indícios importantes – proporcionados por algumas figuras, fotografias antigas e casas parcialmente preservadas – nos dão subsídios consistentes da existência destes elementos em algum grau de vulgarização nas antigas Vila Rica e Vila de São João del-Rei<sup>138</sup>, apesar do insistente movimento das câmaras para eliminá-los de vez.

No nosso entendimento, acreditamos que a reprodução da expressão formal da casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais comportou a introdução de soluções presentes nas antigas moradas dos colonizadores em sua terra de origem. Essa condição teria permitido preservar entre construtores e habitantes locais, costumes e técnicas construtivas comuns às cidades portuguesas do Medievo, do Norte e da região central do Reino, de onde provinha a massa dominante de imigrados nos Setecentos e entre as quais os balcões, varandas e andares salientes ainda persistiam nas habitações. Desse modo, as casas atarracadas com pés-direitos baixos, pouca iluminação ou ventilação naturais e recorrente *apropriação* do espaço comum, acabaram reproduzidos, em certa medida, repetidas na colônia até o séc. XVIII – como

---

<sup>138</sup> Apesar da não identificação de situações similares em Mariana – certamente, pela elevação à cidade alcançada ainda no séc. XVIII – e na Vila de São José del-Rei – pela pouca presença de sobrados no sítio urbano local –, acreditamos na ocorrência em algum momento dos avanços das fachadas nos pavimentos superiores como nas outras povoações pesquisadas.

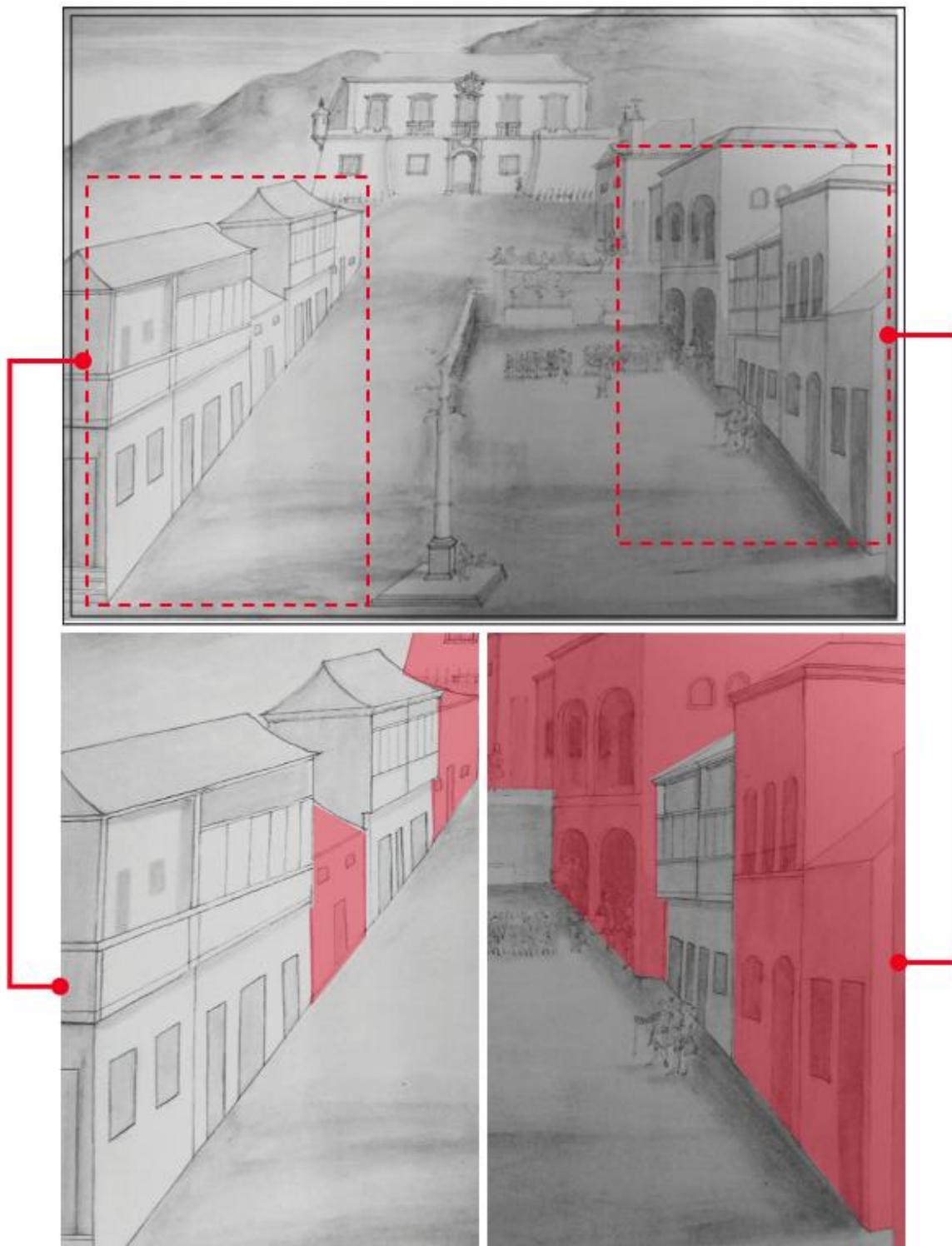
nos demonstraram alguns registros realizados no passado, em gravuras e narrativas. Por consequência, tal situação acabou sendo transferida para as vilas mineiras.

Somente com grande esforço da administração colonial e das Casas de Câmaras, seguiu-se para o abandono definitivo das soluções medievais nas novas construções, o que foi concretizado no decorrer do séc. XIX, quando, inclusive, estava a ocorrer grande campanha para a eliminação dos fechamentos treliçados existentes nos sobrados. Todavia, diversos indícios, observáveis nas atuais cidades de Ouro Preto e São João del Rei, revelam-nos a permanência dos elementos avançadas além das fachadas em edificações de período de construção mais remoto e localização em áreas menos nobres destas povoações. Resultado de um momento em que os processos de imposição de *regularidade* e *uniformidade* ainda não haviam se consolidado, as casas que conservaram tais recursos configuram-se como um importante registro da permanência de uma *cultura arquitetônica* ancestral e ainda bastante viva no Setecentos em toda a colônia.

As imagens a seguir apresentam-nos duas destas soluções, os andares salientes e as varandas, que foram registrados em Minas Gerais, possivelmente, pela primeira vez em uma gravura datada de 1760, destinada à representação da então Praça da Vila na antiga Capital da Capitania. Em ambos os lados da praça, podem ser percebidos sobrados com avanços nos segundos pavimentos, demonstrando esta prática em um dos lugares de maior *decoro* e *nobreza* da povoação. Apesar de se tratar de uma gravura, com pouca fidelidade na reprodução da realidade, os detalhes mostrados pelo desenhista demonstram-nos tais situações nas edificações erguidas naquele espaço.

Sylvio de Vasconcellos chegou a classificar estas soluções em sua célebre obra, denominando-as como "sobrados com balcão". Exemplares desta natureza ainda podem ser identificados em Ouro Preto, nas atuais ruas Antônio de Albuquerque, Alvarenga e Donato da Fonseca. Alguns destes, hoje em dia já demolidos ou descaracterizados, foram inclusive fotografados por Luiz Fontana e Eric Hess nas primeiras décadas do século XX.

Prancha 23 – Gravura da Praça da Vila (atual Pça. Tiradentes) em 1760 – Destaque para as varandas e andares salientes nos sobrados.



Fonte: Boletim Informativo do Museu da Inconfidência, 2011 – Adaptado.

Nota: Elaborada com ponto de vista, possivelmente, tomado de uma das janelas da primitiva Casa de Câmara de Vila Rica, a gravura demonstra o espaço urbano da praça já configurado em sua forma quase definitiva. Em plena segunda metade do séc. XVIII, chama a atenção a falta de *uniformidade* do conjunto e a existência dos quatro sobrados com projeções dos andares superiores em localidade tão nobre da povoação.

Prancha 24 – Balcões e varandas preservados em edificações setecentistas de Ouro Preto – ruas Antônio de Albuquerque (A/B), Alvarenga (C) e Donato Quintiliano (D).



Fonte: Acervo Luiz Fontana – IFAC/UFOP, década de 1940 / Queiroz (2008, p. 14) - Adaptado

Nota: Os elementos projetados às ruas, nos exemplares demonstrados pela figura acima, podem ser classificados da seguinte forma: balcões (A/B) e varandas (C/D)

Manifestação similar aos *sobrados com balcão*, classificados por Sylvio de Vasconcellos em Ouro Preto, foi registrada por André G. D. Dangelo, Vanessa B. Brasileiro e Jota Dangelo na publicação sobre São João del Rei feita em 2014. Na casa sobradada da Rua Santa Tereza, podemos observar um evidente caráter de irregularidade na composição da fachada, apesar da tentativa de dotar de simetria as aberturas dos vãos, na parede ao fundo. O aspecto irregular, igualmente, acabou ressaltado pelo baixo pé-direito, adotado no térreo, frente ao mais elevado utilizado no singular balcão, projetado à rua maciçamente no segundo andar. Os beirais avantajados e a continuidade da parede lateral, à direita, na altura da edificação reforçam essa interpretação.

Fig. 24 – Sobrado com balcão na Rua Santa Tereza, em São João del Rei.



Fonte: Dangelo, A.; Brasileiro; Dangelo, J. (2014, p. 52 – Adaptado).

A ausência de maior quantidade de exemplares dessa natureza justifica-se pelo fato de o aspecto exterior da casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais, em grande medida, ter sido moldado ao longo dos Oitocentos, com modificações geradas nas reformas e adequações aos quais as edificações acabaram submetidas. Em alguns casos, as transformações estéticas estender-se-iam às décadas iniciais do séc. XX e

foram registradas por meio de fotografias tiradas à época, como atestam os estudos elaborados pelo prof. Ivo Porto de Menezes<sup>139</sup>, em 2002, e pelo prof. André G. D Dangelo nos últimos anos. Em parte, esse fato se deveu à regulamentação restritiva aplicada às fachadas, para conter a proliferação das situações reveladas nas figuras anteriores, e a um conjunto de fatores existentes no contexto do séc. XIX, como: a introdução de novas regras estilísticas, associadas ao Neoclassicismo e ao Ecletismo; o enriquecimento de parte da população local, que, em certo grau, ansiou por reproduzir os costumes europeus; as novas dinâmicas econômicas favorecidas pela produção agropecuária, no lugar da mineração; e, igualmente importante, a limitada, mas relevante melhoria da comunicação com as outras regiões do país, a partir das rotas comerciais criadas na exploração áurea.

Do mesmo modo, as fachadas vedadas com os treliçados, que desde 1809 passaram na corte carioca a ser sinônimo de "góticos costumes", acabaram consideradas inadequadas e retrógradas ao melhor ornamento das povoações. Ainda no séc. XVIII, a substituição destes elementos constituiu um processo contínuo, apesar de lento, e perpassou à centúria seguinte sem, entretanto, causar grandes efeitos nas antigas vilas mineiras. Localmente, a demolição das rótulas, muxarabis, varandas e balcões treliçados somente iria avançar significativamente com a chegada dos ramais da ferrovia, após a década de 1890, e, assim, dar fim ao problema logístico associado ao transporte dos frágeis vidros, a serem aplicados nas janelas.

#### **5.1.2.2. A imposição de *uniformidade arquitetônica* à casa corrente luso-brasileiras em Minas Gerais**

Tão propagada nos autos de criação das vilas emanados pelos administradores reinóis ao longo do Setecentos, a *uniformidade arquitetônica*, nas povoações mineiras,

---

<sup>139</sup> No caso da Praça Tiradentes, segundo Ivo Porto de Menezes, alguns sobrados do conjunto somente adquiriram a composição atual nas duas primeiras décadas do século XX, com a conclusão das construções inacabadas até à época e reformas que regularizaram as fachadas. (MENEZES, 2002).

não alcançou um patamar de difusão em grande escala e esteve muito distante de alcançar o status de *arquitetura de programa*, como se aspirava para os espaços urbanos da Idade Moderna. O controle da cena urbana, realizado pelas Casas de Câmaras locais a duras penas, conseguiu dotar de alguma *regularidade* as vilas das regiões analisadas, sendo esta ação muito mais uma intenção reguladora, como identificaram Cláudia D. Fonseca (2011; 2012) e Rodrigo Bastos (2014), do que a imposição de planos ortogonais, inexequíveis nas condições coloniais e em sítios de topografia tão complexa. Os agentes camarários responsáveis por fiscalizar as construções – almotacés, normalmente, como descreveu Thiago Enes (2010) – realizaram no cotidiano dessas povoações a aplicação da *regulação urbana*, emanada por seus pares nos termos de vereação, buscando-se, sobretudo, evitar os excessos realizados pelos moradores e, quando muito, como expediente, fazer cumprir suficientemente as *Ordenações e Leis do Reino de Portugal*.

O resultado dessas ações foi a imposição de uma uniformidade de pouca extensão alcançada a longo prazo, corrigindo-se em momentos oportunos as inadequações das edificações, geralmente, nas necessárias reformas ou reconstruções, exigidas pelo emprego de materiais pouco duráveis nas primeiras habitações. As substituições de paredes, coberturas e outros elementos, quando regulamentadas pela ação dos oficiais camarários, acrescentaram lentamente algum atributo de *uniformidade* às casas correntes locais, de modo a se tentar corrigir falta de “formosura” da povoação. Esta condição, inclusive foi registrada em descrições de Vila Rica contidas em documentos da época, como a de José de Souza Azevedo Pizarro, em 1820, citada por Marco A. Silveira, na qual o cronista afirmou: “[...] as casas formadas aí sem arquitetura regular, concorrem a privá-la da vista aprazível que a aformoseasse” (SILVEIRA, 1997, p.60). Outro a reclamar do aspecto das habitações erguidas na vila, entre 1820 e 1822, foi o Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, que produziu o seguinte relato: “os edifícios, desiguais, sobem ou descem à proporção do terreno” (SILVEIRA, 1997, p.60). Além das impressões anteriores, Silveira (1997) ainda apresentou a assertiva de José João Teixeira Coelho, de 1780, que destacou: “[...] as

ruas são irregulares; os Edifícios não têm nobreza; os Templos das Matrizes, o das Ordens Terceiras do Carmo e de São Francisco são majestosos e ricos”. (SILVEIRA, 1997, p. 61)

Mesmo que esses cronistas coloniais não tenham descrito as composições das casas em detalhes, mas com adjetivos e expressões – “sem arquitetura regular”, “desiguais” ou “os edifícios não têm nobreza” –, muito possivelmente se referiram as manifestações arquitetônicas tardo-medievais presentes entre a casa corrente de Vila Rica, certamente, possivelmente ainda abundantes à época. Permite-nos inferir esta condição, as várias imposições feitas para proprietários de edificações na vila, registradas no “Auto de Correyção Geral” de 16 de novembro de 1745, conforme as investigações apresentadas por Rodrigo Bastos em 2014 e 2016. Por outro lado, as personalidades citadas, ilustradas pessoas do período, com certeza, tinham conhecimento das transformações ocorridas na reconstrução de Lisboa e da boa ordem da arquitetura utilizada em outros lugares do Reino, entre as quais os caracteres de *nobreza*, *uniformidade* e *simetria* estariam expressos nas fachadas das habitações comuns, como convinha ao *decoro* das povoações. A antiga Capital mineira tinha a seu desfavor a topografia acidentada, de difícil condição para o *aumento* e a *conservação* de espaço urbanos convenientes – situação, inclusive, já destacada em sua fundação, no ano de 1711, pelo governador-mor Antônio de Albuquerque, a ponto de se ter registrado tal preocupação no Termo de Ereção de Vila Rica. De acordo com o teor de tal documento, reproduzido por Rodrigo Bastos, pode-se destacar:

[...] como S. Mag.de manda, e dezeja se conservem todos os Seus Vassallos nesta nova Conq.ta porq'. supondo não achava o sitio m.tº acomodado, atendendo ás riquezas q. promettiao as minas, q. ha tantos annos se lavra nestes morros e Ribr.ºs [Ribeiros] e ser a parte principal destas minas, aonde acode o Comercio, e fazendas, q. delle, mana p.<sup>a</sup> as mais e outras m.tas mais, q'. o tempo mostraria [...]” ou “[...] todos deviaõ neste [?] dar o seu parecer, os quaes uniformem.te todos convieraõ em q. neste d.º Arrayal junto com o de An.tº dias se fundasse a Villa pelas razões referidas; pois era o Sitio de mayores conveniencias, q'. os Povos tinhaõ achado p.<sup>a</sup> o Comercio; e q'. nesta forma se sogeitavaõ aviver todos comoLeaes Vassallos de Mag. de Sogetos ás suas Reaes Leys, e ás da Just.<sup>a</sup> com toda aobediencia, sem q'. selhes offereça duvida alguã ao proposto pello d.º S.ºr Gov.ºr [...]. (BASTOS, 2014, p. 97-98)

Na investigação feita sobre Mariana, Cláudia D. Fonseca (2011) identificou situações envolvendo os interesses da Câmara na imposição de *uniformidade arquitetônica* ao conjunto, a qual era, porventura, facilitada pela melhor localização do sítio escolhido para a elevação da antiga vila à condição de cidade – mais conveniente, inclusive, frente às dificuldades impostas pela topografia acidentada dos terrenos ocupados na fase inicial da exploração mineral. Ainda assim, como relatou a autora, o aspecto uniforme, em continuidade, desejado para as fachadas limitou-se a poucos trechos da povoação; como no caso da Rua Direita que conduzia à Catedral, obtido por meio de um acórdão firmado entre a instituição camarária e os moradores daquele local. Conseguiu-se, dessa forma, pelo menos, se não à toda a cidade, oferecer ao menos à tal rua condição de nobreza condizente com sua denominação. A autora ainda destacou que:

[...] a desobediência dos moradores (atestada pela repetição dos editais ao longo dos anos) e o relevo do sítio – que, apesar de bem menos acidentado que o de Vila Rica, possui trechos bastante inclinados – fizeram com que a almejada continuidade das fachadas ocorresse em raros trechos da cidade. O exemplo mais significativo é o da Rua Direita: além de se tratar de uma via bastante plana, em 1753 ela foi objeto de um acórdão específico da câmara, determinando que as edificações situadas do lado esquerdo da rua (do lado da catedral) se fizessem 'de maior nobreza'. (FONSECA, 2011, p. 520-521)

Thiago Enes descreveu acontecimentos similares aos apresentados por Fonseca (2011), haja vista, a permanência do costume da população local em não seguir os preceitos de *regularidade* estipulados por D. João V em 1745, o que levou a Câmara marianense emitir novas normativas nesse sentido em 1753. Os esforços demonstrados por Enes (2010) para se alcançar uma *uniformidade* mínima para o conjunto, ainda levaram à publicação de uma postura pública em 28 de outubro de 1762, na qual se estipulava regras específicas para as novas construções, estabelecendo-se a obrigação de se erguer sobrados, iguais uns aos outros e com a utilização de janelas de sacada nas fachadas. Segundo o autor:

No ensejo de regularizar as construções e casas de particulares, tornando-as minimamente uniformes, algumas determinações nos informam sobre o tipo de construção que a Câmara esperava ver erguidas sob seus terrenos

aforados, e que seriam devidamente avaliadas pelos almotacés. A 28 de outubro de 1762 determinava-se que as casas a serem construídas em dada região da cidade 'serão de sobrado e iguais umas com as outras com janelas e sacadas'. No mesmo documento ainda é manifestada a preocupação com as possíveis reformas que os imóveis possam vir a sofrer, pelo que se determina 'que nas últimas casas da parte da ponte se abrir [logea] de canto e janelas para o Largo será com obrigação de tapar tudo no caso de que os moradores queiram puxar as frentes'. (ENES, 2010, p. 83)<sup>140</sup>

A postura de 28 de outubro de 1762 foi uma das poucas a contar com a determinação de parâmetros edilícios específicos para a casa corrente luso-brasileira em Mariana, ainda que não se tenha nesta estabelecido padrões métricos como os contidos no *Código de Posturas* do Rio de Janeiro do século seguinte. Todavia, pelas características da normativa marianense, podemos perceber indícios da influência do *modelo arquitetônico pombalino* sobre a arquitetura local, no qual se estabelecia o uso das "janelas e sacadas" nas fachadas das edificações situadas nas ruas principais.

Em geral, nos espaços urbanos marianenses e, também, das outras vilas pesquisadas, sobressaiu na imposição de *regularidade* uma *uniformidade fragmentada*, composta por uma intenção ordenadora levada a cabo em curtos trechos destas povoações. Sobretudo, o alcance do aspecto formal uniforme foi alcançado por intermédio de acórdãos ou teria ocorrido em casas geminadas, onde a construção se deveu ao mesmo proprietário e sem grande lapso de tempo na execução. Outra situação capaz de gerar tal resultado emanou da ação dos almotacés na gestão das questões urbanísticas, quando houve a ampliação de alguma unidade, com a reforma ou reconstrução da fachada, contexto no qual estes oficiais camarários poderiam exigir a reprodução de soluções uniformes para os exteriores.

A *uniformidade fragmentada* também pode ser observada nas povoações estudadas por meio da manutenção do ritmo dos vãos e da altimetria do conjunto, ainda que a *dimensão plástica* individual das edificações apresente diferenças entre si, gerada pela alteração das formas das vergas, beirais, guarda-corpos, distribuição das aberturas por pavimento etc.

---

<sup>140</sup> Trecho extraído do códice do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, de código 135. fl. 86. TERMO de Acórdão e Vereação de 28 de outubro de 1762.

Prancha 25 – *Uniformidade fragmentada* em trechos de ruas de Ouro Preto e Mariana.

Fonte: Acervo pessoal, 2019-2020.

Nota: As imagens demonstraram como a *uniformidade fragmentada* poderia ocorrer em faces de ruas e praças de modo a se favorecer o aspecto de unidade do conjunto e aproximar-se da ideia de reprodução local de uma *arquitetura de programa*. Todavia, deve-se sempre considerar que, assim como nas ações de imposição de *regularidade* nas quatro povoações estudadas, as ações para dotar as fachadas das casas de caráter uniforme foi conduzida em meio às conveniências do lugar e de seus habitantes, aos moldes costumeiros aplicados na *tradição urbanística portuguesa*. Desse modo, a condição íngreme da maioria das vias de circulação haveria de limitar significativamente as condições de se reproduzirem fachadas com composições similares. Ao contrário, quando a imposição de *uniformidade* ocorreu em ruas mais planas, onde a replicação das soluções acabou favorecida, é possível verificar a tentativa em dotar os conjuntos de um aspecto formal similar. Ainda assim, o descompasso na execução das intervenções sobre as fachadas levou à diferenciação das soluções em alguns casos, mantendo-se a estrutura de arranjo das formas sem, no entanto, a repetição fiel dos padrões adotados.

Prancha 26 – Ocorrência das diferentes formas de *uniformidade fragmentada* entre o conjunto arquitetônico das quatro povoações estudadas, conforme os registros do início do séc. XX.

**Casa Corrente Luso-Brasileira – Recursos de *uniformidade* nas edificações**

Ouro Preto



Mariana



São João del Rei



Tiradentes



Fonte: Queiroz; Machado (2008a; 2008b); Queiroz (2010a; 2010b) – Adaptado.

Nota: A *uniformidade fragmentada* foi manifestada de diferentes formas em cada contexto, indicando-nos a versatilidade de soluções e a reprodutibilidade das formas gerais.

Nas antigas vilas mineiras, outro importante fator a contribuir com a sensação de *uniformidade* dos conjuntos arquitetônicos foi a reprodução do *lote godo-medieval*; operador fundamental para o estabelecimento de uma unidade formal regular às povoações estudadas. A adoção de métricas similares às recorrentemente utilizadas na *tradição urbanística portuguesa*, baseadas no padrão de testadas com 30 *palmas* (1 ½ *braça* = 6,6m), ofereceram significativo caráter similar ao arranjo das fachadas, mesmo quando os aforamentos demandaram o oferecimento de parcelas maiores de terreno para acomodar convenientemente os moradores de algumas ruas<sup>141</sup>. Em função disto, as formas volumétricas, quando alinhadas em sequência, se conformavam horizontalizadas, nas áreas de predominância de casas térreas, e verticalizadas, nos espaços de maior incidência de sobrados.

A arquitetura desenvolvida no séc. XIX concorreria para quebrar a harmonia das linhas harmônicas formadas pela justaposição das casa nas ruas, pela introdução de métricas mais avantajadas para as volumetrias, que destoam dos até 15 *palmas* por pé-direito vulgarizados no Setecentos, e pela preferência em se construir edificações isoladas do conjunto, em uma clara tentativa de se aproximar a casa corrente da senhorial. Esse rompimento com a lógica da antropométrica, utilizada desde a Idade Média, correspondeu a importantes mudanças nos modos de morar e se *compor cidade*, ao qual atribuímos significativa influência à difusão do Neoclassicismo e, depois, das fases iniciais do Ecletismo entre a casa corrente luso-brasileira.

Estas “construções aperfeiçoadas”, mas de “implantação tradicional”, segundo Nestor Goulart dos Reis Filho, acabaram disseminando a inovação trazida pela Arquitetura Oitocentista da antiga Capital Imperial do Brasil no território mineiro. Mantendo a base cadastral da povoação setecentista, este novo perfil de casa corrente foi produzido, normalmente, sobre duas, três ou quatro parcelas originais, para a maior

---

<sup>141</sup> Percebemos nas atuais cidades de Ouro Preto, São João del Rei e Mariana uma tendência para o dimensionamento dos lotes com 3 *braças* de testada, o que equivale a 2 unidades do valor recorrente dos parcelamentos nas povoações de origem portuguesa. Esta condição pode ser evidenciada, principalmente, nas ruas de menor hierarquia. Nas ruas direitas, novas e de grande fluxo comercial as parcelas em média possuíam 4 *braças* de frente.

imposição da edificação ao conjunto, na qual ainda se lançou mão de recursos como erguer a habitação acima de um porão alto, a fim de se conseguir pelo menos alguma condição de monumentalidade. Ainda, como veremos, alguns proprietários buscaram acrescentar alguns palmos às fachadas para aproximar as velhas habitações dos padrões mais recentes, o que nem sempre foi acompanhado da correção das demais proporções. Todo esse movimento renovador, de acordo com o autor citado, se deveu ao fato de que:

O século XIX, herdeiro direto das tradições arquitetônicas e urbanísticas do período colonial, assistiria à elaboração de novos esquemas de implantação da arquitetura urbana, que representariam um verdadeiro esforço de adaptação às condições de ingresso do Brasil no mundo contemporâneo e que podem ser vistas como etapas de transição entre aquelas tradições e a situação presente. (REIS FILHO, 2006, p. 34)

Todavia, precisamos considerar que no cenário de lenta transformação das vilas mineiras transformadas em cidade no séc. XIX, estas “construções aperfeiçoadas”, inclusive, mantiveram-se atreladas às formas arquitetônicas largamente reproduzidas nos séculos de pertencimento a Portugal, sem que as inovações configurassem necessariamente a adoção dos novos estilos introduzidos no país.

### **5.1.3. O lote godo-medieval no *compór cidade* das povoações mineiras**

No caso de Minas Gerais, como em todo o cenário colonial, a longa duração da *tradição urbanística portuguesa* conferiu o caráter de permanência de conceitos e modos de organizar os espaços urbanos em torno de um *fazer cidade* baseado no *decoro*. Nesse percurso, o lote godo-medieval, sobretudo, pode ser considerado um elemento estável para a composição dos parcelamentos nas povoações mineiras e ofereceu, à organização dos sítios habitados, o “ar de família” característico dos locais criados pelos colonizadores portugueses. As quatro vilas, escolhidas para o desenvolvimento de nossa investigação, apesar do *surgimento* espontâneo, receberam dos administradores coloniais, a partir de suas *fundações*, todo o aparato normativo

destinado a reproduzir os padrões de aforamentos utilizados em todo o mundo português da época. De Lisboa a Nova Gôa, da Cidade de Moçambique às povoações criadas no interior da Amazônia, o "lote corredor" esteve na base do urbanismo luso e conferiu às casas correntes aspectos formais baseados em métricas similares.

### **5.1.3.1. Os padrões de dimensionamento de testadas do lote godo-medieval em Ouro Preto e São João del Rei**

Como discutimos nos capítulos anteriores, a partir das inovações introduzidas pelo Regimento da Ribeira das Naus, veríamos ocorrer uma variação importante nas dimensões das frentes das parcelas, que passariam dos recorrentes 20 *palmas* (4 *varas* ou 2 *braças*), comuns à casa corrente da Idade Média, para os 30 *palmas* (6 *varas* ou 3 *braças*) vulgarizados no período moderno. Esses valores-padrão foram disseminados nas vilas mineiras a partir da *fundação* e, conseqüentemente, acabariam reproduzidos em larga escala nas ações de *aumento* das povoações. A investigação realizada por Maria Aparecida M. Borrego, para a Vila Rica dos anos 1712 a 1721, arrolou 255 aforamentos, entre os quais predominaram lotes de 2 e 3 *braças* (4 e 6 *varas*) de testada. Em sua pesquisa, a autora identificou que:

De um total de 255 petições de foro, entre os anos de 1712 a 1721, encontramos a variação do tamanho dos lotes de uma a 35 braças, sendo predominantes os chãos de três braças (83), duas braças (46), quatro braças (33), duas braças e meia (22) e seis braças (15), obtidas mediante o pagamento anual de meia oitava a braça. [...] com o passar dos anos a documentos mais minuciosos, como é o caso de Gaspar Teixeira de Magalhães que, em 10 de maio de 1715, solicita quatro braças de terra no fim da rua da cadeia, junto ao córrego do arraial de Antônio Dias. (BORREGO, 2004, p. 79)

Estes dados coincidem com a prática de aforamentos repetida no mundo português durante as idades Média e Moderna, baseados na concessão de parcelas adequadas ao uso da madeira como material para as estruturas. Outro fator de significativa importância para nossa abordagem, correspondeu à significativa

quantidade de foros cedidos com 4 *braças* de testada, 33 no total, conforme as informações colhidas por Borrego (2004) no Livro dos Aforamentos.

Dimensões de frente similares a estas foram identificadas pelo pesquisador, Miguel S. M. Bandeira nos anos 2000, quando da análise do espaço urbano da Braga Setecentista. Segundo o autor em lotes urbanos no Extramuros, na região denominada "Anel de Campos", criada na expansão da cidade em meados do séc. XVI pelo arcebispo D. Diogo de Souza, diversos aforamentos de 4 ou 4  $\frac{1}{2}$  *braças* foram concedidos nestas áreas. Isto se deveu, sobretudo, em virtude da maior concentração de casas senhoriais em tal região da cidade. Para o restante da povoação, Bandeira (1993; 2000) encontrou valores médios de lotes com 3 *braças* (6 *varas*) para os sobrados e casas térreas com meio sobrado (*camarinha*). Entre as casas térreas comuns foram mais recorrentes as testadas de 2 *braças* (4 *varas*) e nas habitações de esquina, 5 *braças* (2  $\frac{1}{2}$  *varas*). Outra tendência, revelada pelos estudos do autor, teve a ver com a concentração de parcelas maiores em espaços intramuros (3  $\frac{1}{2}$  *braças*) do que naqueles localizados nos extramuros (3 *braças*). Interessantemente, na cidade de Braga, houve a concessão de testadas maiores em sítios estabelecidos no interior das muralhas, o que poderia ser explicado: pela menor profundidade dos lotes e, logo, também dos necessários quintais ou da pela maior concentração comercial e de tendas de ofícios, como era recorrente nas áreas mais protegidas das *urbes* medievais.

Embora tais dados não possuam ligações diretas com as realidades das vilas mineiras do mesmo período, Miguel S. M. Bandeira demonstrou indícios de duas situações em particular que nos chamaram a atenção: a disponibilização de aforamentos mais generosos aos moradores abastados do lugar e de maiores testadas para os foros localizados nas áreas centrais, onde naturalmente se concentrariam as atividades econômicas vitais ao cotidiano das povoações. Esta condição também era estabelecida para se oferecer comodidade aos almotacés fiscalizarem seus pelouros<sup>142</sup>,

---

<sup>142</sup> Maria Aparecida M. Borrego narrou algumas das ações destes oficiais camarários presentes nas posturas e nos livros da Câmara de Vila Rica, onde, inclusive, em 1713 se estabeleceu proibição para que não houvesse "loja de fazenda seca ou molhada" na distância de uma *légua* e meia do distrito da vila. De acordo com a autora, "[...] seria a partir dessas regulamentações que a Câmara faria um esboço de

assegurando condições mais eficazes para o recolhimento dos necessários impostos para os rendimentos da Câmara.

Ao analisarmos as métricas das testadas em alguns logradouros de Ouro Preto e São João del Rei, por intermédio dos levantamentos cadastrais, encontramos uma interessante recorrência de relações entre as parcelas – de 2, 3, 3 ½ e 4 *braças* – e os locais de reprodução destes padrões nas duas povoações. As parcelas de 2 *braças* (4 *varas*) e 3 *braças* (6 *varas*) predominaram nas ruas de menor hierarquia destas povoações, onde o uso residencial foi mais vulgar; podendo-se nestas encontrar casas térreas ou sobrados, conforme as posses dos proprietários e também das características gerais dos espaços urbanos que os receberiam. Em outra lógica, as testadas médias de 4 e 4½ *braças* (8 e 9 *varas*) tiveram maior reprodução em praças ou nas ruas de maior importância, nas quais a vocação comercial era mais evidente e, provavelmente, estariam concentradas de moradores mais abastados.

Estes dados gerais nos revelaram indícios da utilização de princípios similares nas duas povoações fundadas em Minas Gerais e os aforamentos realizados em Braga. Em ambas se expressou a predominância de dimensões médias para as testadas conforme as funções mais recorrentes nas ruas ou a hierarquia do lugar. Por outro lado, o quadro ocorrido em Minas Gerais contrastou, em termos de configuração geral, com as lógicas relatadas na historiografia do urbanismo português, principalmente, pela pesquisadora Luisa Trindade (2013), em virtude da concentração de lotes com menores testadas nos Intramuros e maiores além das muralhas. A autora identificou em Portugal uma tendência de se terem lotes de testada mais avantajada nos limites das áreas mais adensadas, geralmente, junto aos caminhos que conduziam aos centros das povoações, onde prevaleceriam métricas mais restritivas. Este quadro, conformado no período medieval, possivelmente passou por transformação na transladação da *tradição urbanística lusa* para as colônias e justificaria a alteração nas lógicas de composição do tecido. Entretanto, em Ouro Preto – pelo menos, nos bairros de

---

zoneamento urbano, promovendo a concentração comercial e profissional, denotada na toponímia: Ladeira dos Caldeireiros, Beco da Ferraria, Rua dos Mercadores”. (BORREGO, 2004, p. 131)

Cabeças e Pe. Faria – é possível perceber o aumento das testadas e casas mais largas que profundas ou de planta mais próxima do quadrado.

Para a análise realizada, escolhemos lotes localizados nas principais Ruas Direitas das duas povoações e, por amostragem, optamos por outros logradouros de menor hierarquia, considerando-se, fundamentalmente, a predominância de casas térreas e sobrados ou residências e usos mistos. Com isso, optamos por 6 logradouros em Ouro Preto e 3 em São João del Rei, em consonância com as morfologias dos arruamentos indicadas nos mapas do final do século XIX, utilizados nos estudos dos traçados urbanos. A amostragem, então, compreendeu as referidas vias, as mais nobres destas povoações, e áreas destinadas ao uso misto e uso residencial; além da Praça de Vila Rica, monumentalizada por ser o espaço de maior nobreza da antiga Capital mineira. Não realizamos os mesmos estudos em Mariana e Tiradentes em virtude da falta de acesso a arquivos editáveis do levantamento cadastral destas cidades.

Por fim, selecionamos 315 lotes, 160 em Ouro Preto e 155 em São João del Rei, de modo a realizarmos a confrontação dos dados quantitativos locais com os oportunizados pela consulta à historiografia do urbanismo português – realizada, sobretudo, a partir das obras de Carita (1999), Teixeira (2010; 2012) e Trindade (2013) – e ao citado estudo de Miguel S. M. Bandeira sobre a Braga setecentista.

Quadro 4 – Métricas comuns às fachadas da casa corrente luso-brasileira.

<b>Métrica das Testadas de Lotes</b>				
<b>Cidade / Logradouro</b>	<b>Quantidade de lotes</b>	<b>Medidas Predominantes</b>		
		<b>Palmos*</b>	<b>Varas*</b>	<b>Braças*</b>
OP – Largo do Rosário	15	31	6	3
OP – Rua São José	28	43	9	4 ½
OP – Rua C. de Bobadela (D)	43	35	7	3 ½
OP – Pça. Tiradentes	15	44	9	4 ½
OP – R. Bernardo Vasconcelos	31	29	6	3
OP – Ruas Santa Efigênia e Barão do Ouro Branco	28	30	6	3
SJR – R. Getúlio Vargas (D)	84	33	7	3 ½
SJR – Rua do Carmo	33	24	5	2 ½
SJR – Ruas Ribeiro Bastos e Dr. Balbino da Cunha	38	40	8	4
*1 braça = 2 varas / 1 vara = 5 palmos = 110cm / 1 palmo = 22cm				
** Abreviações = OP – Ouro Preto / SJR – São João del Rei / D = Rua Direita				

Fonte: Elaboração Própria, 2021.

Com este procedimento, chegamos à identificação de predominâncias na amostragem oferecida pelos dois cadastros, que nos comprovaram em linhas gerais os respectivos cenários reproduzidos pela *tradição urbanística portuguesa*. No caso de São João del Rei, a análise das Ruas Ribeiro Bastos e Dr. Balbino da Cunha, localizadas no espaço determinado por D. Brás Baltazar para a *fundação* da Vila, apresentou-nos uma discrepância em relação às demais análises, por apresentar muitas situações em que o cadastro atual não corresponde possivelmente ao final do séc. XIX, determinado por casas térreas de fachada estreita. Desse modo, a dimensão da testada das edificações setecentistas ainda existentes variou entre 1 ½ e 3 *braças* (3 e 6 *varas*, respectivamente), como era de costume para a região e as funções disseminadas nestes locais, enquanto o valor médio total indicou 4 *braças* de predominância. Outra situação similar, no entorno da Igreja Matriz são-joanense e no largo da Igreja São Francisco de Assis, foi a presença de alguns sobrados de fachada larga nos padrões do séc. XIX, o que concorreu para o aumento das dimensões encontradas nestes respectivos lugares.

#### **5.1.3.2. Características morfológicas do *compor cidade* das quatro vilas estudadas**

A complexa topografia das quatro vilas setecentistas, em certos casos, deu origem a parcelas do lote godo-medieval, apesar da manutenção do formato típico, com dimensionamento de profundidade fora dos padrões usuais adotados na *tradição urbanística portuguesa*. Com isso, as parcelas criadas nas povoações mineiras quase sempre extrapolaram as relações de frente e extensão marcadas por proporções entre 1:2 e 1:3, comum entre os lotes associados à casa corrente portuguesa dos períodos medieval e moderno.

Em Ouro Preto, principalmente, onde as medidas destinadas à *regularidade* não promoveram alterações extensivas como em Mariana, verificamos configurações estranhas ao contexto da norma geral, ocorrentes, em prevalência, nos locais em que

os fundos dos lotes ficavam em aclive ou nas curvaturas do caminho-tronco<sup>143</sup>. Esses lotes de perfil extravagantes definiram alguns tipos de configuração com certa recorrência no cenário ouro-pretano. O primeiro destes correspondeu às testadas aumentadas pela mudança de direção da via de circulação, o que exigia o facetamento das frentes das edificações para ajustá-las à condição imposta. O segundo tipo se conformou a partir de situações em que ocorriam larguras estreitas nas frentes, que aumentaram gradativamente conforme se avançou aos fundos da parcela, tanto para se ajustar a curvatura das ruas quanto para se adaptar aos declives ou aclives das encostas. Ainda haveria uma terceira configuração, que tenderia a manter a lógica do formato do lote godo-medieval, mas com maior profundidade. Isto acabou se vulgarizando em Ouro Preto por causa da recorrente falta de limites posteriores, diante da ausência de confrontantes na face posterior dos lotes ou também pela topografia do lugar, que contribuiu do mesmo modo para essa ocorrência.

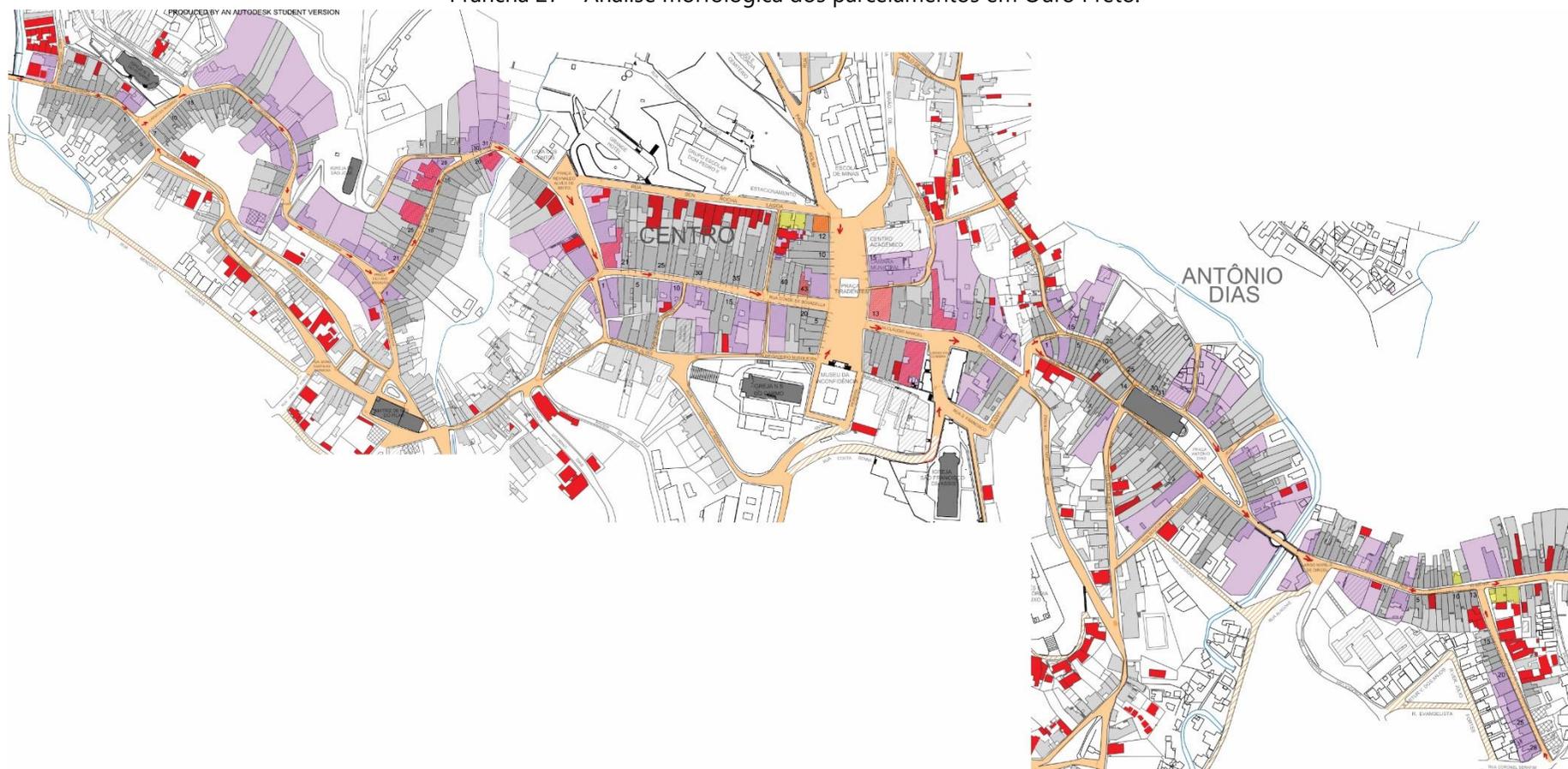
A *ordenação linear* do traçado da antiga Vila Rica se trata de um componente morfológico de fundamental importância para compreendermos a casa corrente ouro-pretana. Basicamente, na ocupação das áreas povoáveis, em quase todo o sítio local, se adotaram a *estrutura de quarteirão medieval*, com frentes voltadas para uma só rua e lotes dispostos lado a lado, de forma contínua. Por consequência disso, as ruas seguiam com comprimentos indefinidos e se formavam longas fileiras de casas, que somente seriam interrompidas por alguma mudança de direção, onde, em geral, surgiriam novas vias com direções diferentes.

No traçado registrado na *Planta de Cidade de Ouro Preto* de 1888, percebemos raros trechos e, possivelmente, em mesmo lote que sugerem a utilização *estrutura de quarteirão seiscentista*, com disposição de testadas em cada uma das duas ruas na mesma quadra, mas, ainda assim, não podemos considerar tal ocorrência.

---

<sup>143</sup> O conceito de "caminho-tronco" ou "estrada-troco" esteve na base da compreensão urbanísticas das vilas mineiras nos estudos de Sylvio de Vasconcellos. A extensa rua formada pela justaposição das vias de circulação serviu para a estruturação da forma longitudinal de Vila Rica e tal compreensão pode ser estendida a outros contextos, como no caso do perfil urbano do Arraial Velho na Vila de São João del-Rei e muitas outras povoações mineiras, surgidas a partir da *ordenação linear*.

Prancha 27 – Análise morfológica dos parcelamentos em Ouro Preto.

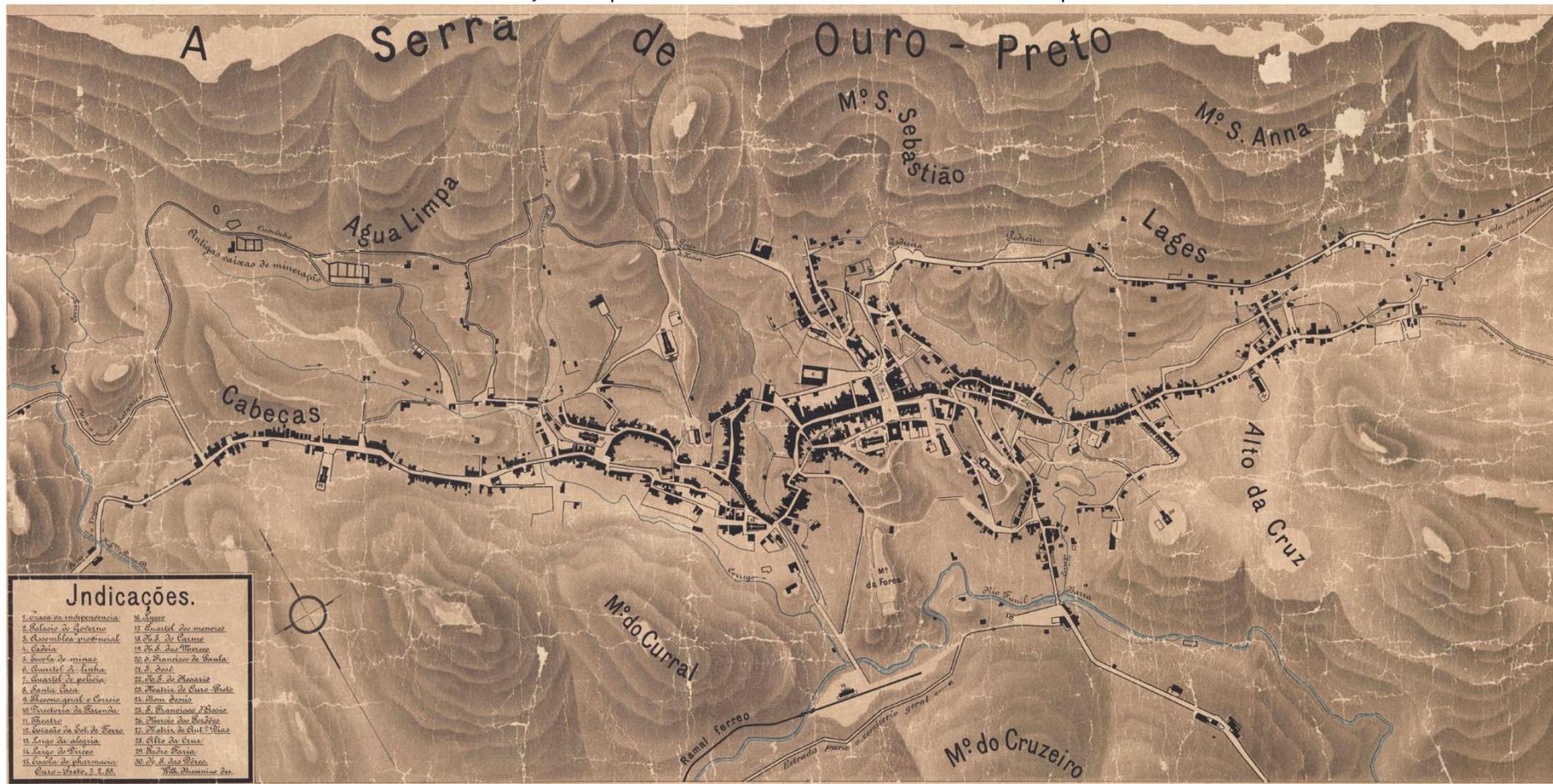


Legenda:  Tipo *godo-medieval*  Tipo quadrangular  Padrões incomuns ao lote *godo-medieval*  Edificações construídas após 1950.

Fonte: Prefeitura Municipal de Ouro Preto, IPHAN, 2002 – Adaptado.

Nota: Nos arranjos resultantes do ajuste do parcelamento à topografia, os lotes tenderiam a ter a forma de polígonos irregulares, o que acabava por se refletir também na organização do agenciamento interno da habitação. As casas, construídas nos limites dos trechos de ruas, ajustavam-se as estranhas esquinas formadas, ora estreitando-se ora alargando-se para o interior do terreno. O mesmo acontecia onde as vias se adaptavam ao contorno dos morros.

Prancha 28 – Distribuição dos parcelamentos em Ouro Preto – Estrutura de quarteirão medieval.



Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1888 – Adaptado.

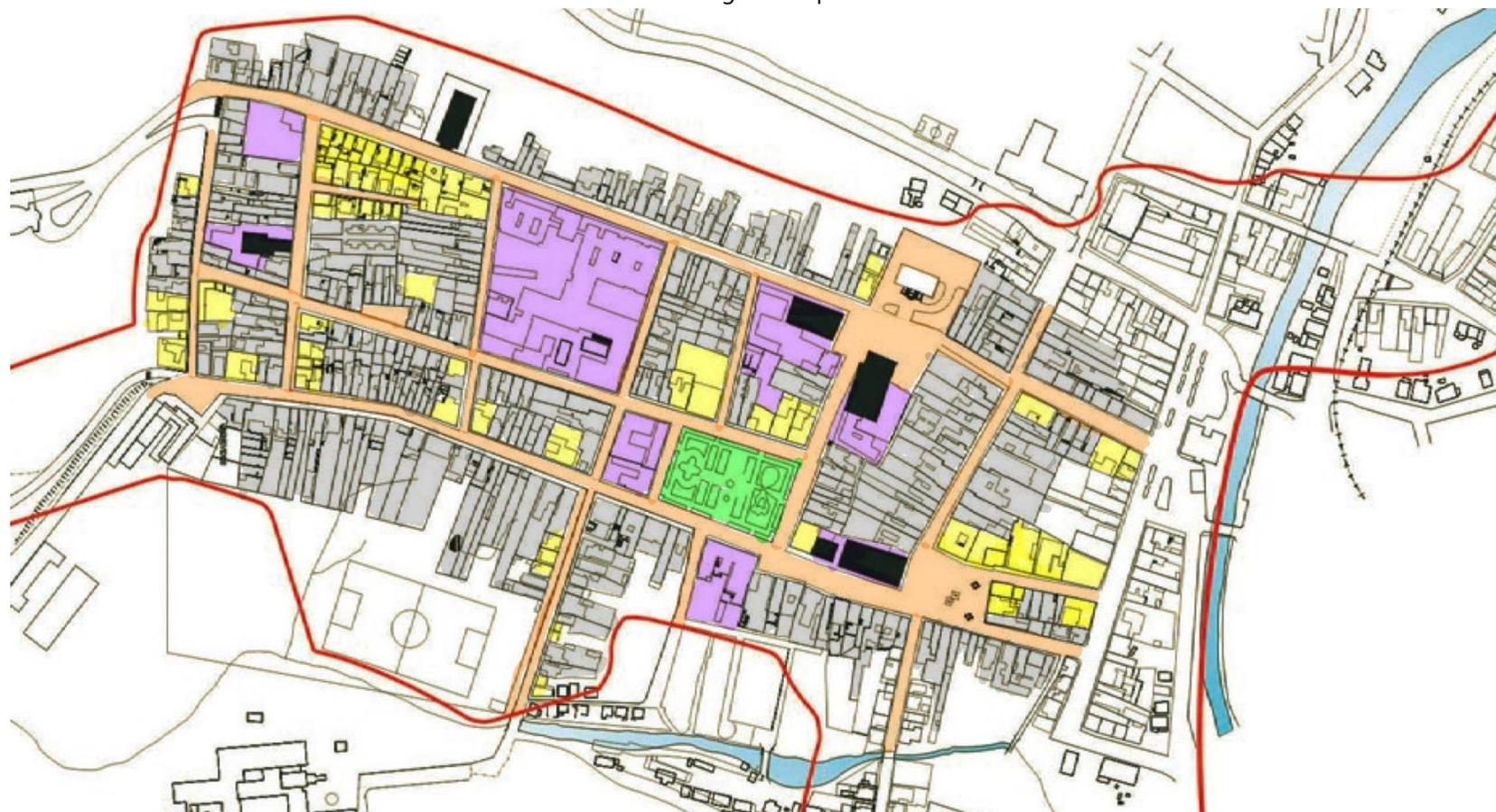
Nota: Mesmo nas antigas Rua Direita, que ia da Matriz do Pilar para a Praça, e na Rua Nova do Palácio, elementos correspondentes ao urbanismo português do período moderno, repetiram-se a *estrutura de quarteirão medieval*, e, na existência de vias paralelas, estas funcionaram como “ruas de trás”, aos moldes da descrição de Manuel C. Teixeira para tal tipo.

Na antiga Rua Direita de Vila Rica, vários lotes de frente estreita apresentaram uma taxa de proporção elevada, de 1:12 (2 ½ *braças* de testada por 30 *braças* de profundidade). Proporções dessa natureza ocorreram também em outras partes da povoação, como nas atuais rua Getúlio Vargas, no Bairro do Rosário, Bernardo de Vasconcelos, no Antônio Dias, Alvarenga, no Cabeças e Pe. Faria, no bairro homônimo. Embora não sejam predominantes em toda a cidade, estas relações tiveram certa recorrência. Na Rua São José, no Centro, assim como em outras localidades – ruas: Bernardo Guimarães (Bairro do Rosário), Cláudio Manoel (Centro), do Pilar e Santa Efigênia (Bairro Antônio Dias) –, podem ser observadas parcelas de até 3 *braças* de frente, com médias dominantes de 1:7 e 1:8, o que se configurou também como tendência para as áreas centrais. Por outro lado, na mesma Bernardo de Vasconcelos, porém, no quarteirão que tem a Rua do Aleijadinho de fundos, identificamos uma das menores taxas, de 1:5; somente superada pelas proporções existentes na Rua Antônio de Albuquerque, paralela à Conselheiro Santana, com 1:3.

Na nobre cidade mineira de Mariana, em decorrência da maior imposição da *regularidade* e do sítio natural mais conveniente, existe poucas áreas com *estrutura de quarteirão seiscentista*, as quais foram subjugadas às do tipo *setecentista*. Conformada por lotes dispostas nas quatro faces, esta solução somente foi possível no contexto marianense pela disposição conveniente do traçado ortogonal existente e da condição topográfica menos acidentada desta do que a existente nas demais vilas analisadas. O arranjo urbano local, neste contexto, incluiu-se em um ambiente significativamente inovador à época, no qual se lançou mão de conceitos avançados da *tradição urbanística portuguesa*, como a referida *estrutura de quarteirões setecentista* e as três praças exercendo um fundamental papel articulador para o traçado das ruas, ainda que a da Sé tenha sido um espaço residual da antiga Vila de Nossa Senhora do Carmo.

Mesmo com a ampla campanha de *fundação* de povoações regulares e uniformes em toda a colônia (DELSON, 1979), desde os primórdios do séc. XVIII, Mariana pode ser considerada um feito urbanístico pioneiro entre as povoações de origem portuguesa em todo o mundo.

Prancha 29 – Análise morfológica dos parcelamentos em Mariana.



Legenda:  Tipo *godo-medieval*  Tipo quadrangular  Padrões incomuns ao lote *godo-medieval*  Edificações religiosas.

Fonte: IPHAN (2007, p. 91 – Adaptado).

Nota: Em função do traçado regular, lotes unitários com padrões incomuns foram menos recorrentes em Mariana e, quando existentes, em boa parte dos casos, corresponderam a locais destinados às instituições civis e religiosas instaladas na cidade.

Por consequência da conveniente ortogonalidade do traçado local, em Mariana as parcelas de maiores dimensões adquiriram, quase sempre, um formato próximo do quadrado e estiveram localizados em esquinas, ou seja, em trechos que a própria *estrutura de quarteirão setecentista* favoreceria essa forma de acomodação. As áreas residuais da antiga Vila de Nossa Senhora do Carmo, quando adequadas à *regularidade* necessária, acabaram por dar origem a lotes faceados pelos fundos, como era recorrente nos quarteirões de tipo *seiscentista*. Já nas atuais ruas D. Silvério (antiga Rua Nova) e D. Viçoso, as parcelas não possuíam confrontantes aos fundos – devido a imposições naturais, como o abrupto declive na direção dos córregos do Catete (hoje canalizado) e as áreas alagáveis que separavam as terras da povoação e do Seminário – e repetiram, em parte, as características das demais vilas mineiras.

A antiga Vila de São João del-Rei, como discutimos anteriormente, apresentou uma configuração urbana mista, entre a *ordenação linear* – predominante no Arraial Velho, onde a povoação se organizou junto às catas minerais – e a *ordenação cruzada* – favorecida pela topografia e correspondente ao sítio escolhido por D. Brás Baltazar para a *fundação* da vila. Conforme as investigações de André G. D. Dangelo, Vanessa B. Brasileiro e Jota Dangelo (2014), até o início do séc. XIX, o traçado urbano se restringia ao caminho-tronco, em grande parte determinado pela extensa Rua Direita criada na povoação, suas adjacentes e algumas travessas. Em meio a esta peculiar configuração, as estruturas de quarteirões utilizadas foram a *medieval* e a *seiscentista*. Mesmo nas proximidades da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis, que foi erguida nas áreas propensas a uma maior *regularidade* geométrica, as parcelas originais foram dispostas com os fundos faceados, sem a construção de casas em todos os lados das quadras.

Como nas demais vilas, o lote godo-medieval se demonstrou majoritário em São João del Rei e os de demais formatos bem menos abundantes do que em Vila Rica. Pelas características observáveis, do sítio e das edificações existentes, a ocorrência de parcelas com testadas maiores na atualidade, certamente, se deve à reunião de duas ou mais unidades para comporem o espaço necessário às edificações de padrão

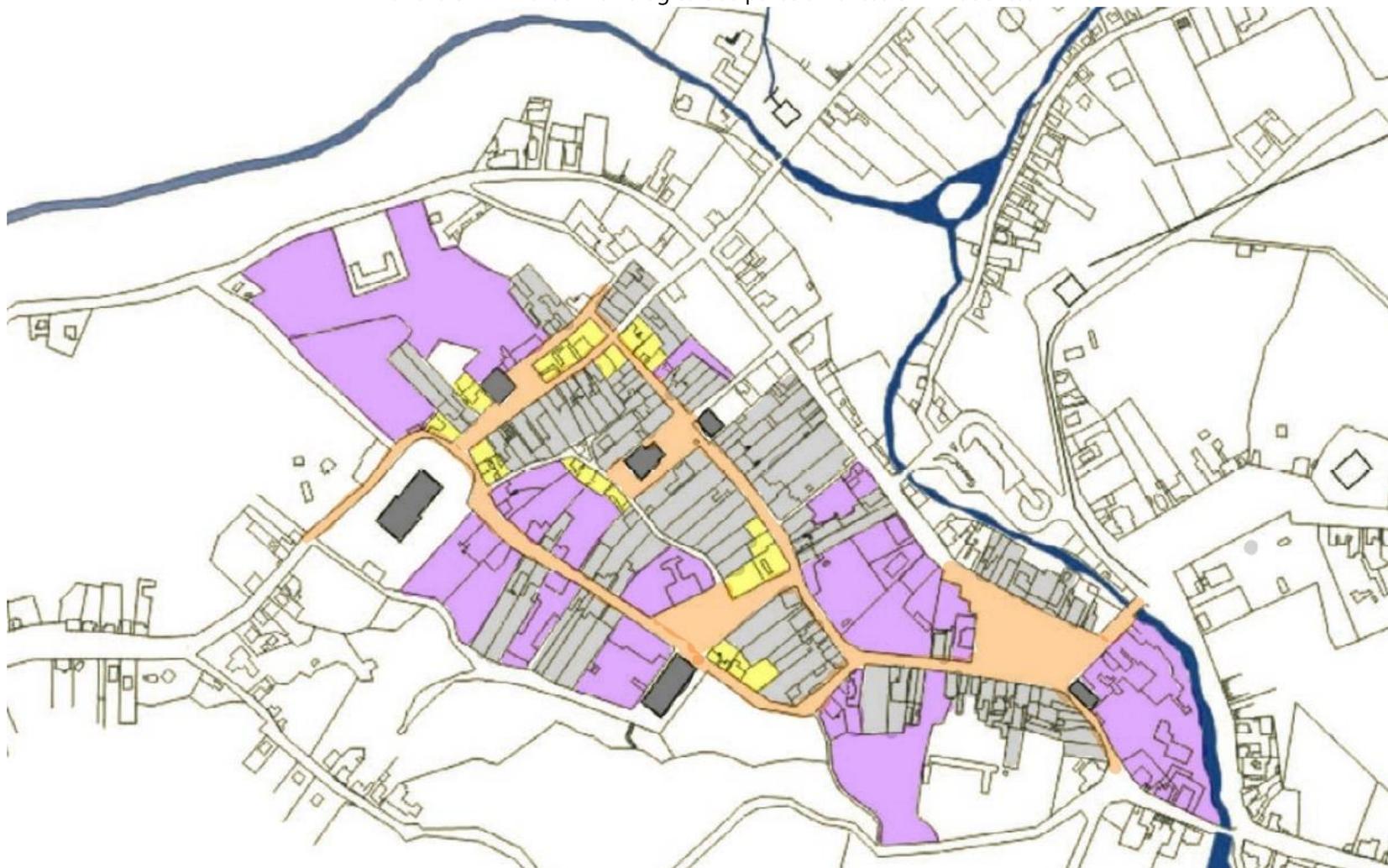
oitocentista. No caso são-joanense a taxa de proporção dos lotes com até 3 *braças* de frente apresentou dados mais próximos dos empregados na *tradição urbanística portuguesa*, mas, ainda assim, com proporções maiores do que a média geral. Nas análises realizadas, em geral, obtivemos valores entre 1:4 e 1:5 para a Rua Getúlio Vargas (antiga Direita); entre 1:3 e 1:4, na Rua do Carmo; enquanto, Rua Ribeiro Bastos, a predominância foi de 1:4. O terreno com topografia mais favorável nas margens do Córrego do Lenheiro, sem dúvida, favoreceu a constituição de tal situação, uma vez que esta condição permitiu a abertura de ruas de fundo e direcionou a redistribuição das dimensões conforme ocorreria o *aumento* da povoação original.

A antiga Vila de São José del-Rei, a menor das quatro vilas e que contava somente com 158 fogos nos levantamentos realizados em 1830 (FONSECA, 2011), apresentou uma configuração de traçados mais simples, basicamente, definida por três vias estruturantes: as ruas Direita e a atual Pe. Toledo, no eixo longitudinal, e a da Câmara, posicionada no eixo transversal. A forma resultante, baseada em uma interessante composição baseada na *ordenação linear*, acabou organizada em três partes distintas e se assemelhou bastante com a de algumas povoações medievais, condicionadas pelos caminhos derivados das portas das muralhas, em arranjo de baixa complexidade, mas convenientemente funcional.

Como a povoação até meados do Oitocentos contava com poucas casas, percebemos a ocorrência de diversas parcelas não ocupadas inicialmente, de modo a estabelecerem na análise atual a percepção de estarem alinhadas aos padrões incomuns ao lote godo-medieval. Em função disto, pela proporção corresponderam à área quase idêntica à das ocupadas com a casa corrente tiradentina. A disposição do traçado urbano, com formação associada à *ordenação linear*, levou à predominância da *estrutura de quarteirão medieval*, tendo-se, inclusive, o Beco do Padre Lourival na função de "rua de trás" para parte das habitações localizadas nas duas ruas longitudinais, a Rua Direita e a do Pe. Toledo. A mesma finalidade tinha a atual Rua Ministro Gabriel Passos, que somente recebeu o *ornamento* com edificações durante o séc. XX.



Prancha 31 – Análise morfológica dos parcelamentos em Tiradentes.



Legenda: Tipo *godo-medieval* Tipo quadrangular Padrões incomuns ao lote *godo-medieval* Edificações religiosas.

Fonte: IPHAN (2007, p. 101 – Adaptado).

Em linhas gerais, estas análises nos demonstraram a ocorrência da *ordenação linear* como um elemento recorrente na organização dos traçados das antigas vilas setecentistas mineiras estudadas, principalmente, nos locais de topografia acidentada ou nas ocupações formadas em torno dos caminhos-tronco que cortavam estes núcleos urbanos. Neste quadro podem ser incluídas as antigas Vila Rica e Vila de São José del-Rei e, ainda, a região do Arraial Velho, no qual se verificou o *aumento* da Vila de São João del-Rei ao longo do séc. XVIII. A imposição de *regularidade* a essas povoações, uma condição de essencial interesse para a administração colonial, por outro lado, oportunizou à nobre cidade de Mariana dispor de avançados recursos urbanísticos e na *ordenação cruzada* de vanguarda. Isto foi possibilitado pela reordenação do sítio urbano em sítio natural mais propício à disposição ortogonal das vias e pela constante fiscalização camarária, imbuída em dotar o local da dignidade aspirada por D. João V, em 1745. Situação similar, mas em escala diminuta, formou-se na região designada por D. Brás Baltazar para a *fundação* da vila são-joanense, propícia ao *aumento* e à *conservação* da povoação, mas somente ocupada em caráter definitivo durante a expansão da então cidade, em meados do séc. XIX.

O aspecto resultante dos traçados – além de manifestar o quão efetiva foi a imposição de *regularidade* às quatro povoações e da *regulação urbana* emanada das câmaras – nos demonstrou, sobretudo, os condicionantes sob os quais a casa corrente luso-brasileira das quatro vilas iria ser reproduzida. Nesse sentido, os parcelamentos realizados em estruturas de quarteirões *medievais*, *seiscentistas* ou *setecentistas*, por consequência, determinariam o uso dos quintais, que, em pleno séc. XIX, ainda eram tão necessários à subsistência familiar como foram no Medievo. A ausência de *ruas de trás*, por exemplo, poderia exigir aos corredores internos da residência comportarem o trânsito de animais de sela ou mesmo dos destinados ao consumo alimentar – como os porcos e galinhas criados soltos entre as vias de circulação e a vizinhança, que tanto incomodavam o Senado da Câmara das vilas “‘pelo prejuízo que causam nas casas e edifícios’, assim como ‘nas calçadas e outras obras públicas [...]’” (FONSECA, 2011, p. 531).

Se o aforamento concedido tivesse testada estreita, limitada a duas *braças*, inevitavelmente, os agenciamentos internos exigiriam cômodos em sequência, aos moldes das casas bi ou tricelulares da Idade Média. Por outro lado, se fossem de sete *braças* fosse, um vestíbulo enobrecido para a escada do andar sobrado poderia ser alocado ao centro do andar térreo. Estas observações iniciais nos revelam, minimamente, o quanto a habitação comum dependeu das soluções urbanísticas estabelecidas a duras penas em cada uma destas povoações – asseguradas diante de tantas medidas empreendidas pelos agentes povoadores locais, os almotacés, ou enviados pela Coroa.

Para completar esse complexo quadro ainda precisamos fazer menção à circulação de uma *cultura arquitetônica* estabelecida entre o limiar do erudito com o popular, que, de certa forma, se conformou em meio às soluções urbanísticas proporcionadas pelas Casas de Câmara. Deste modo, percebemos de modo absoluto a existência de conexões de diversas naturezas, que interligam as manifestações ocorridas nas vilas setecentistas analisadas com o *fazer e compor cidade* presente em todo o mundo português, demonstrando que a casa corrente mineira foi resultado das variáveis estabelecidas por este contexto.

#### **5.1.4. A cultura arquitetônica de origem portuguesa nas vilas setecentistas mineiras**

As formas arquitetônicas adotadas na casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais resultaram de um evento de *longa duração*, depurado desde o Medievo em Portugal com suas sucessivas transformações ou adaptações aos modelos criados a partir do séc. XVI. Como em toda a colônia, os tipos de habitação adotados fizeram parte de processos de desenvolvimento diversos, ora gestados no próprio Reino, ora moldados em alguma das diversas possessões lusas pelo mundo e até mesmo no cenário colonial brasileiro, haja vista as condições naturais existentes no Continente Americano. Neste percurso, acreditamos, sobretudo, que as soluções formais presentes

nas residências mineiras dos séculos XVIII e XIX corresponderam a objetos convenientemente moldados por experiências construtivas diversas o suficiente para ajustarem-se ao agitado cenário do ciclo do ouro.

Igualmente, entendemos que a casa corrente de origem portuguesa, antes de aportar na Colônia, assimilou em Portugal um caráter vernacular baseadas na utilização dos materiais existentes em seu território de manifestação e incorporou as técnicas construtivas mais propícias ao melhor usos dos recursos locais. Demonstram este vasto e secular repertório, os ilustrados trabalhos de Sylvio de Vasconcellos (1979) – no âmbito brasileiro, onde as soluções disponíveis já não podem ser consideradas como vernaculares – ou o de Jorge Mascarenhas (2015), no contexto luso. Outro processo marcante de incorporação de valores proveio da arquitetura popular portuguesa, na qual a produção da casa absorveu condicionantes mantidos em meio a cultura geral difundida em meio à população, que poderiam estar entre os hábitos domésticos, os modos de se definir o agenciamento das habitações ou entre alguns recursos estéticos incorporados às fachadas, interiores etc. Isto pode ser verificado, com propriedade, no conteúdo publicado dos Inquéritos elaborados pela Ordem dos Arquitectos (2004; 2006) ou em obras mais recentes como as de Günter Weimer (2005), Miguel R. Costa (2014) e José Baganha (2016), que exploraram muito bem a produção arquitetônica lusa dentro deste recorte.

No nosso entendimento, no entanto, com a efetivação do controle urbanístico realizado no âmbito da administração colonial por seus diversos entes e instituições, como objeto de estudo, a casa corrente luso-brasileira deixa de ser pautada pelos principais atributos que poderiam permitir as classificações “vernacular” ou “popular” – a reprodução de soluções construtivas geradas no próprio meio ou a reprodução em meio a população conservando genuinamente a cultura de seu grupo detentor. Com a interferência das ações de imposição de *regularidade* e de *uniformidade* no cenário urbano, observamos uma condição baseada na utilização de *modelos arquitetônicos* para a tentativa de se alcançar uma *arquitetura de programa* que, sobretudo, pudesse representar a presença do Rei e de seu aparato administrativo em todos os locais. Em

função disto, na Colônia, a manifestação vernácula ou popular da habitação comum deu lugar a arranjos formais pré-determinados, definidos por princípios de *beleza, decoro, conveniência, uniformidade*, entre outros, em função dos interesses do Estado Absolutista Português. Por consequência, a produção da edificação em suas formas “volumétrica” e “mural”, ou mesmo “espacial” não pertenceria à livre escolha do indivíduo ou à simples repetição de soluções contidas nos domínios de conhecimento repassados de geração em geração.

Esses preceitos, contidos no interior de uma singular *cultura arquitetônica* com intrínseco caráter urbanístico, foram sendo moldadas nas centúrias anteriores à descoberta do ouro e, ao fim, concorreu para determinar contorno marcante às vilas mineiras. Tal condição afirmou-se por meio de recorrentes intervenções baseadas na *regulação urbana* emanada pelas Câmaras e exercida em campo pelos almotacés ou outros administradores reinóis. Nesse cenário de controle urbanístico, uma possível repetição das formas vernaculares ou populares entre a casa corrente luso-brasileira local haveria encontrar limitadíssimas situações para se manifestar autenticamente; tendo-se em vista a dissipação dos traços originais entre a prática de uma ansiada *arquitetura de programa* com finalidade estatal – ainda que não possamos observar a manifestação desse conceito em sua plenitude, em função das difíceis condições de replicação de casas com “mesmo estilo de fachadas” no diverso e desigual território colonial brasileiro. Soma-se a isso, as regras a serem seguidas para a construção das habitações segundo a *regularidade* necessária, estipuladas em Cartas Régias, alvarás, editais, posturas públicas e outros inúmeros recursos empregados.

Tal anseio por implantar uma *arquitetura de programa* na Minas Gerais Setecentista acabou incorrendo em algo que denominamos de “uniformidade fragmentada”, na qual a impossibilidade de manifestar a repetição integral das formas estabelecidas pelos *modelos arquitetônicos*, ao menos, permitiu alcançar parcialmente a replicação destes em alguns trechos das povoações. Por consequência, esse mecanismo conveniente de implantação da *uniformidade* levou ao afastamento da prática construtiva geral dos padrões pouco regulares e espontâneos, presentes na

arquitetura vernacular ou popular. Tal processo manifestou-se no seio da *cultura arquitetônica* marcada por processos de *circularidade cultural*, estabelecidos pelo conflito entre o fazer cumprir, mesmo que externamente, os aspectos eruditos de uma arquitetura planejada pela Administração Real e a replicação de um lastro de conhecimentos adquiridos de geração em geração sobre o manejo dos materiais e das técnicas de construção, a organização dos interiores, a maneira de se relacionar com a rua e utilizar o quintal para a subsistência da família ou tantas outras situações.

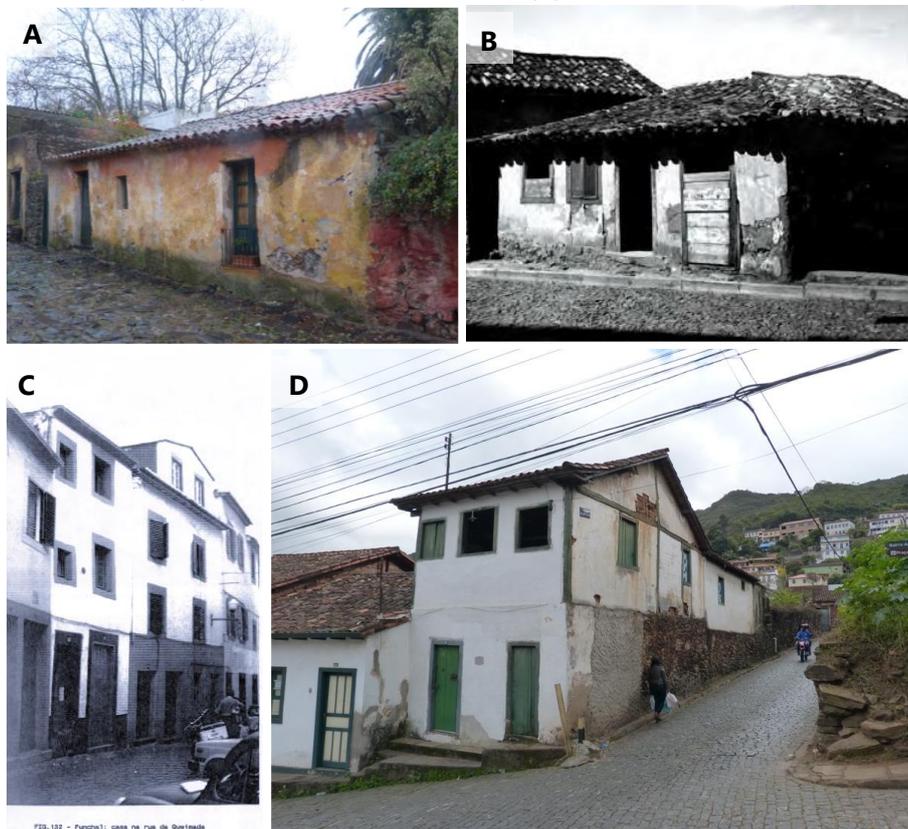
Para a compreensão dos modos de reprodução dessa singular *cultura arquitetônica* no cenário mineiro do Setecentos, metodologicamente, exploramos alguns fatos importantes relacionados a tal contexto, organizando-os pela estrutura tripartite de análise da arquitetura, a qual estamos denominando por dimensões *plástica* (*venustas*), *funcional* (*utilitas*) e *construtiva* (*firmitas*).

#### **5.1.4.1. Aspectos complementares sobre a *dimensão plástica* da casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais**

No cenário mineiro dos séculos XVIII e XIX, a *dimensão plástica* da casa corrente luso-brasileira, à exceção das manifestações tardo-medievais, foi reproduzida a partir de um consistente repertório de formas geradas pelos *modelos arquitetônicos*, que ofereceram aos construtores os respectivos padrões estéticos para serem empregados. Neste percurso de transformação da expressão formal da casa, percebemos desde a permanência de soluções herdadas do Medievo até a incorporação de elementos decorativos neoclássicos e ecléticos, ou mesmo, a mescla destes novos recursos com os já existentes, quando ocorreu as reconstruções e as reformas das edificações. O catalizador destes acontecimentos, a *circularidade cultural*, contribuiu de modo suficiente para fazer transitar os componentes estéticos presentes nos *modelos* conferindo um "ar de família" à arquitetura local, que poderiam ser observados no Reino, nas Ilhas Atlânticas, na África e no restante do Brasil.

Este “ar de família” acabou substituindo a lógica implementada inicialmente nas povoações brasileiras, na qual imperava uma arquitetura de base popular e expressão formal tardo-medieval, marcada pela irregularidade dominante na organização das fachadas, pelo aspecto massivo das construções e pela apropriação do espaço público. A imposição de *regularidade* a estas edificações nos moldes criados pelos portugueses, durante a segunda metade do séc. XVIII e quase todo o XIX, quase sempre determinaria uma condição de adaptação externa das casas, o suficiente para se manifestarem alguns arranjos formais de transição, híbridos, com formas divididas entre as soluções *tardo-medieval* e *modelo arquitetônico* do período moderno. Normalmente, essa ocorrência, pelo o que observamos, foi característica pela tentativa de reorganização das aberturas de portas e janelas aos novos padrões, sem, contudo, alterar a modenatura das composições baseadas nos recursos disponíveis no Medievo.

Fig. 25 – Casas com arranjos formais híbridos, entre as soluções *tardo-medievais* e os *modelos arquitetônicos* do período moderno – (A) Colônia do Sacramento, Uruguai / (B) São João del Rei-BR / (C) Funchal, Ilha da Madeira / (D) Ouro Preto-BR.

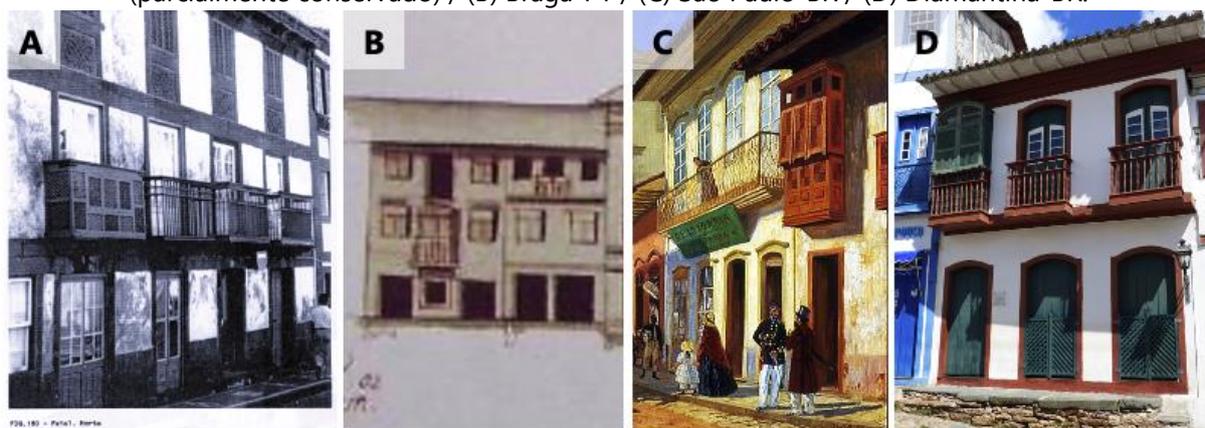


Fonte: Acervo pessoal, 2018-2020; Fernandes (1992, s/p. – Adaptado); Queiroz (2010a, p. 20).

Esses arranjos formais híbridos foram significativamente observáveis na casa corrente de origem portuguesa e algumas situações podem ser consideradas mais recorrentes, como: as soluções de fachada com distribuição irregular das aberturas, a produção de vãos com tamanhos diferentes ou desproporcionais entre si e a adoção de pés-direitos com altura variável.

Solução vulgar entre as habitações comuns erguidas no Medievo, a própria utilização dos fechamentos treliçados de madeira, no nosso entender, pode ser considerada um destes hibridismos, neste caso, condicionados pelas imposições destinadas à *regularidade* no contexto urbano. Na impossibilidade de se executar os largos balcões e varandas sobre as ruas e na falta de vidros para as janelas, os muxarabis, rótulas, gelosias e adufas encontraram no cenário colonial brasileiro um largo espaço de reprodução nos sobrados, como envoltório das janelas de sacada ou fechamento nas de peitoril. Limitados em projeção por causa da *regulação urbana* no período moderno, mas ainda assim suficientes para as finalidades de aeração e iluminação dos interiores, os muxarabis, principalmente, acabaram disseminados em grande parte das povoações do Império Português.

Fig. 26 – Uso de muxarabis entre a casa corrente de origem portuguesa – (A) Faial, Açores-PT (parcialmente conservado) / (B) Braga-PT / (C) São Paulo-BR / (D) Diamantina-BR.



Fonte: Fernandes (1992, s/p.); Mapa das Ruas de Braga, Arquivo Distrital de Braga, 1989; José Wash Rodrigues (1920); Acervo pessoal, 2021.

Para a paulatina difusão dos *modelos arquitetônicos* entre a casa corrente luso-brasileira e o abandono das formas tardo-medievais, além do papel correspondente à

*regulação urbana* promovida pelas instituições camarárias neste sentido, a ação dos engenheiros militares nas colônias teve fundamental participação na difusão da *uniformidade*, primeiramente conduzida pelos princípios estéticos manuelinos e, posteriormente, pombalinos. No Brasil, em especial que contou com o ensino regular de engenharia desde 1696<sup>144</sup>, a estes engenheiros coube a elaboração de projetos para fortalezas e edifícios públicos em geral, edificações que possivelmente tinham a função de ser as divulgadoras das novas tendências, haja vista, a ausência de registro de exigências para a submissão de alçados para a aprovação nas Câmaras – fato que ocorreria somente em meados do séc. XIX. Da mesma forma, as edificações concebidas por construtores de obras oficiais e religiosas ou eruditos da época<sup>145</sup> serviram diretamente para vulgarizar as regras da arte construtiva tão úteis ao embelezamento e à melhor *conservação* das povoações.

No contexto das povoações estudadas, esse processo de incorporação dos novos valores arquitetônicos ocorreu de modo desigual e em escalas de tempo diferentes. A consolidação dos conjuntos arquitetônicos nos núcleos urbanos mineiros, após oficializada a *fundação*, conformou-se em meio a um lento processo de evolução como descreveu Cláudia D. Fonseca. Segundo a autora, no início do Oitocentos, “a maior parte das casas urbanas das vilas e dos arraiais da capitania era pequena e térrea” (FONSECA, 2011, p. 378). Sendo assim, o *aumento* de tais povoações – capaz de oferecer o aspecto encontrado à época dos tombamentos, nas décadas de 1930 e 1940 – ocorreu na fase derradeira do Ciclo do Ouro, quando já se havia a formação de sociedades estáveis e outras atividades econômicas concorriam para substituir a mineração. De acordo Fonseca (2011), a substituição da mineração pela produção agropecuária já estava significativamente configurada nas primeiras décadas do séc.

---

<sup>144</sup> Segundo Beatriz P. S. Bueno, as “Aulas de Arquitetura Militar” foram criadas em locais, como: “Salvador (1696), Rio de Janeiro (1698-1699), Goa (1699), Angola (1699), São Luiz do Maranhão (1699), Recife (1701) e Belém (1758)”. (BUENO, 2012b, p. 138)

<sup>145</sup> Ilustram esses aspectos da circulação da *cultura arquitetônica luso-brasileira*, algumas situações demonstradas por André G. D. Dangelo, como nos casos da atuação do Dr. Antônio Pereira de Souza Calheiros, em projetos de capelas no Rio de Janeiro e Ouro Preto, e do construtor José Pereira Arouca em Mariana e outras povoações do entorno. (DANGELO, 2006)

XIX e permitia o desenvolvimento dessas localidades. Essas novas dinâmicas teriam sido determinantes para a substituição das casas térreas pelos sobrados que predominam na maior parte das ruas de Ouro Preto, São João del Rei e Mariana.

Haveria de ser a partir das décadas finais do séc. XVIII em diante que se concretizaria a assimilação dos *modelos arquitetônicos* do período moderno e o avanço para a incorporação de padrões da arquitetura oitocentista. Nesse processo, as casas correntes locais passariam a incorporar recursos decorativos um pouco mais rebuscados, com a introdução de ornamentos (pilastras, cornijas, frisos, cimalkas, sobrevergas, elementos em ferro fundido ou batido etc.) que serviriam para dotar as fachadas de maior refinamento. As zonas frontais passaram a ser mais bem trabalhadas além das lógicas de equilíbrio e simetria, com a adoção de elementos até então reservados à arquitetura de caráter erudito e pouco usuais entre as habitações comuns nas povoações mineiras, mas em uso já no Reino pela repercussão do decorativismo Barroco e Rococó financiado pelo ouro nas épocas de D. João V e D. José I.

Um pouco mais tarde, os arranjos formais da casa corrente luso-brasileira de Minas Gerais passaram também a conviver com as manifestações arquitetônicas do estilo Neoclássico e do Ecletismo, baseadas dos princípios de ordem, hierarquia e composição, dos quais se deve em parte o aumento da ornamentação aplicada às fachadas. Na impossibilidade de incorporação integral desses estilos nas regiões estudadas, as inovações acabariam utilizando a base compositiva da arquitetura luso-brasileira, sem alterar significativamente a modenatura introduzida pelos *modelos manuelino e pombalino*.

Em função da proximidade territorial, as trocas culturais e econômicas com a corte e a região cafeeira do Vale do Paraíba, durante o séc. XIX, proporcionaram a reprodução das soluções influenciadas pelo Neoclassicismo e Ecletismo, em maior proporção, na então cidade de São João del Rei. A casa corrente local passou a contar com sobrados de grandes pés-direitos, formas rebuscadas e significativa ornamentação aplicadas às fachadas. Nas demais povoações estudadas os efeitos desse evento foram bem menos evidentes.

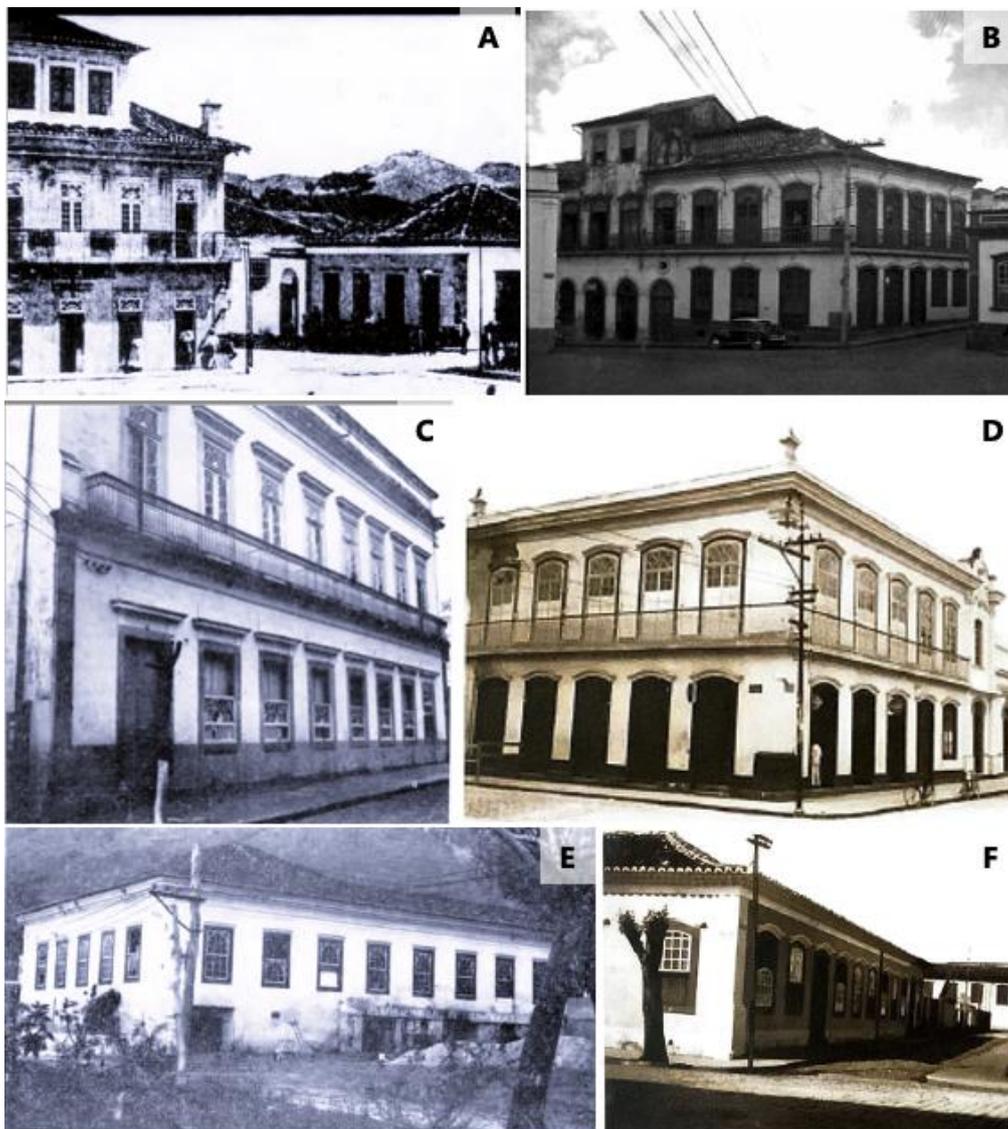
Prancha 32 – Reprodução de recursos decorativos entre a casa corrente de origem portuguesa.



Fonte: (1-14 / 16 / 18) Acervo Pessoal, 2015-2021; (15 / 17) Dangelo, A.; Brasileiro; Dangelo, J. (2014, p. 75-78) – Adaptado.

Nota: Elementos relacionados = *Mísulas*: 1 – Chaves (PT) / 2 – Ouro Preto (MG) / 3 – Ouro Preto (MG) | *Cachorros de perfil recortado*: 4 – Chaves (PT) / 5 – Mariana (MG) / 6 – Mariana (MG) | *Beirais em beira-seveira*: 7 – Lisboa (PT) / 8 – Borba (PT) / 9 – São João del Rei (MG) | *Beirais corridos com cachorrada aparente*: 10 – Lisboa (PT) / 11 – Mariana (MG) / 12 – Ouro Preto (MG) | *Frisos decorativos abaixo das cornijas*: 13 – Vila Viçosa (PT) / 14 – Évora (PT) / 15 – São João del Rei (MG) | *Estuária aplicada em pilastras e cunhais*: 16 – Vila Viçosa (PT) / 17 – São João del Rei (MG) / 18 – Ouro Preto (MG).

Fig. 27 – Aspectos da circulação da *cultura arquitetônica* oitocentista entre a região cafeeira do Vale do Paraíba – Vassouras (RJ) [A/C/E] – e São João del Rei (MG) [B/D/F].



Fonte: Telles (1968, p. 104-122); Queiroz (2010a, p. 32); Dangelo, A.; Brasileiro; Dangelo, J. (2014, p. 67-77) – Adaptado.

A circulação da *cultura arquitetônica* de origem portuguesa proporcionou igualmente à casa corrente das vilas estudadas uma verdadeira conexão entre as formas reproduzidas no mundo português e o cenário mineiro do séc. XVIII. Em parte, esse processo de trocas culturais foi favorecido pela intensa movimentação de pessoas, administradores reinóis e, sobretudo, de mão de obra especializada migrada para participar da construção das ricas igrejas e capelas locais. Com isso, podemos perceber como os *modelos arquitetônicos* se impuseram na organização dos arranjos formais expressos pelas fachadas, pela volumetria das edificações ou mesmo no *compor cidade*.

Prancha 33 – Exemplos da circulação da *cultura arquitetônica* de origem portuguesa entre a casa corrente luso-brasileira de Ouro Preto e Mariana e outras povoações no mundo português.



Fonte: Fernandes (1992, s/p. – Adaptado); Acervo pessoal, 2021.

Nota: Imagem "A" – Ilha de São Jorge, Açores; Imagens "B" e "H" – Ouro Preto (MG); Imagens "C" e "E" – Angra, Açores; Imagens "D" e "F" – Mariana (MG); Imagem "G" – Chaves (PT).

#### 5.1.4.2. Aspectos sobre a *dimensão funcional* da casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais

No contexto da casa corrente luso-brasileira na Colônia, em geral, a *dimensão funcional* correspondeu às condições impostas pela reprodução do *lote godo-medieval*, determinando aos agenciamentos internos a disposição dos cômodos em sequência, sem a inclusão de aberturas nas laterais e, em grande parte das vezes, associados a um corredor longitudinal que conectava os acessos principal (junto à rua) e posterior (proveniente do contato com o quintal). Este tipo de arranjo para os ambientes, que denominaremos de “organização policelular sequencial”, já era vulgar no contexto do mundo português desde a Idade Média, mas precisou de ser adaptada em função dos condicionantes climáticos locais, haja vista, a relativa impossibilidade de se posicionar os fogões ao centro do lar, como era de costume no Reino, dado o excessivo calor proporcionado pelo clima tropical na maioria das regiões do país.

Tal cenário condicionou à repetição de programas de necessidades baseados na estrutura “sala + alcova + cozinha” – receber / dormir / trabalho doméstico –, que pode ser encontrada em quase todas as localidades povoadas pelos portugueses no Brasil desde o séc. XVI. Como no restante da Colônia, a casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais esteve ligada à circulação de uma *cultura arquitetônica*, na qual alguns tipos de plantas acabaram se tornando convenientes para serem reprodução do *lote godo-medieval*. Desse modo, a disposição dos cômodos de forma sequência tornou-se praticamente o único recurso possível, já que a produção de casas geminadas em parcelas de testada estreita e sem afastamento limitaria bastante, para a época, outras soluções. Por outro lado, a replicação de edificação paralelamente permitiria a conveniência do compartilhamento de alguns elementos estruturais importantes – como as peças de madeira utilizada nos frechais, terças e cumeeiras –, limitando as possibilidades de outros arranjos ou alguma intenção de iluminar e arejar o centro da habitação.

Fator igualmente importante para a *organização policelular sequencial* da casa corrente luso-brasileira esteve ligado à na *tradição urbanística portuguesa*, que, de certa forma, também condicionou a ocorrência de cômodos dispostos em sequência. Os espaços urbanos das povoações de origem portuguesa alternavam um aspecto fortemente adensado à nível das ruas e com grandes áreas desocupadas no interior dos quarteirões, principalmente nas localidades onde prevaleceram as estruturas de quarteirão *medieval* e *seiscentistas*. A costumeira dependência dos quintais para a subsistência familiar, relatada pelos pesquisadores da casa corrente do Medievo, igualmente, se manteve nas vilas mineiras, em especial pelo relativo isolamento em relação às povoações litorâneas e as dificuldades constantes de abastecimentos enfrentadas nas Minas, durante a primeira década do séc. XVIII, reveladas pelos documentos camarários. (BORREGO, 2004)

A presença de quintais aos fundos, essencial diante do quadro geral de carestia das povoações brasileiras, e os fatores climáticos contribuíram decisivamente para o agenciamento interno dos cômodos com o posicionamento das cozinhas na parte posterior da casa. O calor excessivo, percebido sobretudo no Nordeste brasileiro, não tornou conveniente a manutenção de fogos acesos de modo constante no centro da habitação, fator que tornaria desconfortável a permanência de longa duração nos demais locais da habitação. Com isso, para as rotineiras atividades domésticas do entorno do fogão à lenha, a alocação das cozinhas conectada a telheiros construídos nos quintais tornou-se um recurso fundamental para as dinâmicas do lar e a manutenção dos interiores mais frescos. Além destes aspectos, outra conveniência estava ligada ao preparo de alimentos, que exigia uma série de recursos em específico: o uso adequado da água; o processamento da carne dos animais abatidos *in loco*; o depósito de madeira para manter os fogos acessos; a articulação com as despensas, paióis e outros cômodos de apoio alocados nos quintais; entre outras coisas. A presença de escravizados realizando as atividades domésticas igualmente assegurou este regime de funcionamento da casa corrente luso-brasileiro, o que levou a locação das senzalas nos quintais em alguns casos.

Apesar de menos comum no Reino e nas Ilhas Atlânticas, a composição do programa de necessidades com “sala + câmara/alcova + cozinha” foi disseminada, ainda que outra realidade climática e sem a presença de escravizados fazendo os trabalhos domésticos. Então, a costumeira centralidade do fogão e do forno deu lugar a cozinhas às traseiras das habitações, conectadas diretamente aos quintais e áreas adjacentes quando construída em casas térreas ou indiretamente por escadas nos sobrados. Todavia, a regra geral disseminou-se fortemente nas aldeias e povoações interioranas, nas quais os lares comportavam a conservação dos cereais, geralmente, ocorrida sob a cobertura, para os quais se aproveitavam os generosos sótãos proporcionados pelo desvão do telhado, e não em cômodos externos, como ocorreu na Colônia. (MOUTINHO, 1979; OLIVEIRA; GALHANO, 1992; ORDEM, 2004)

Essa questão funcional, igualmente, levou ao posicionamento dos dormitórios na posição intermediária do lar e, na grande maioria das vezes, sem janelas para a aeração e iluminação natural. Por serem os cômodos de menor permanência da casa durante o dia, esses espaços para dormir, conhecidos como “alcovas”, acabaram encofrados pelas cozinhas e salas, sem muitas variações de localização, além da possibilitada pelos quartos de receber hóspedes, vinculados às áreas fronteiriças da habitação para preservar o isolamento familiar – principalmente, o feminino – tão relatado pelos cronistas que percorreram o país no séc. XIX<sup>146</sup>. A disposição das alcovas ao centro, todavia, não pode ser considerada uma exclusividade do cenário colonial brasileiro, mas, como destacamos, uma consequência funcional de alguns tipos de agenciamento interno presentes no cenário do Império Português, quando as áreas de serviço doméstico estiveram associadas aos quintais.

Cômodos de utilização mais restrita e geralmente destinados aos contatos sociais mantidos pelos moradores, as salas foram dispostas na parte frontal das casas correntes luso-brasileira devido a algumas questões funcionais, importantes para os

---

<sup>146</sup> Auguste de Saint-Hilaire e Langsdorff, em especial, narraram inúmeras situações, em Minas Gerais, que o contato com as mulheres das famílias lhes foi impedido, pela manutenção dos costumes dos séculos anteriores de reclusão feminina.

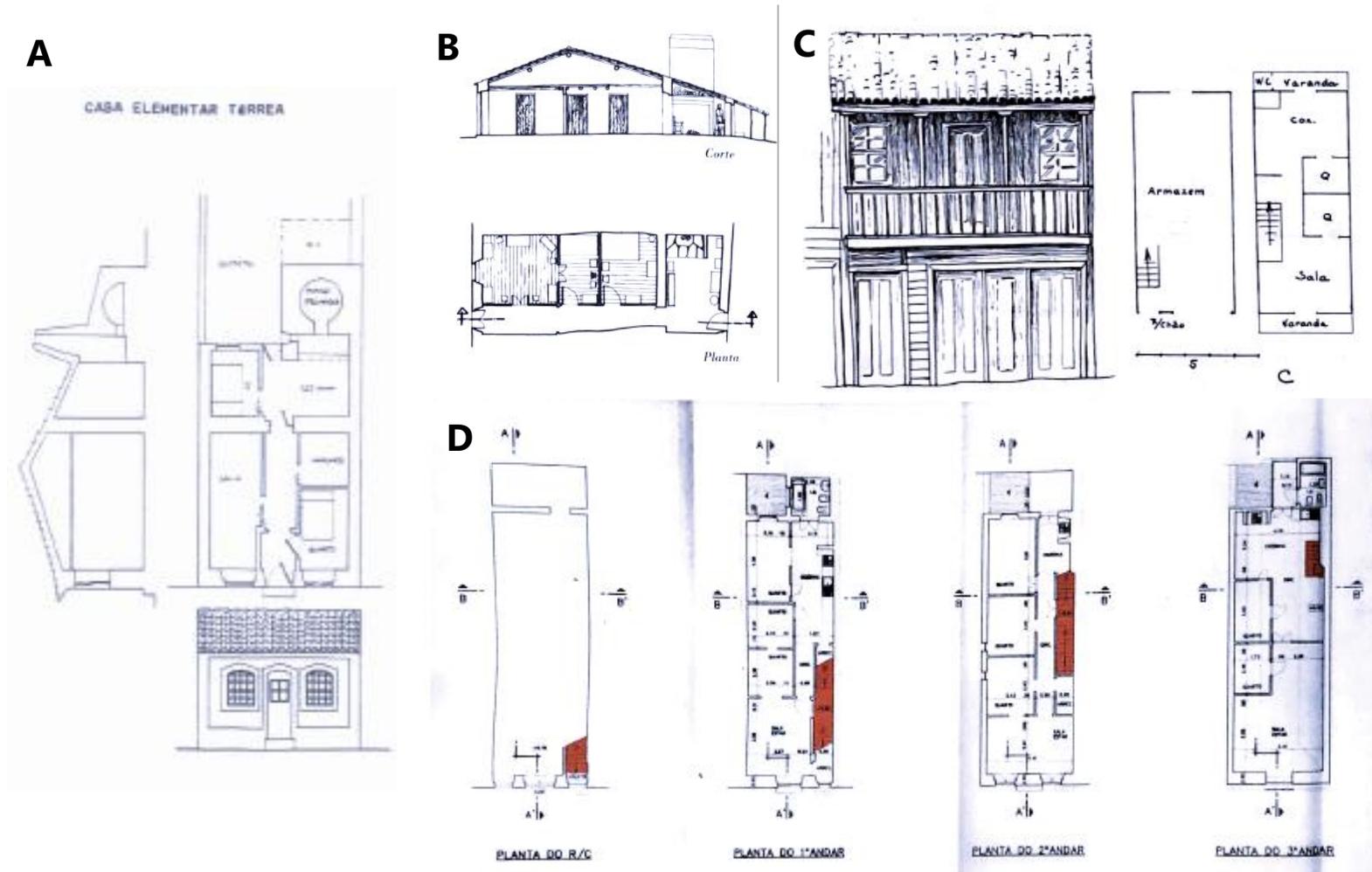
hábitos domésticos da época. Nas casas térreas, este tipo de agenciamento favorecia a acomodação conveniente das dinâmicas associadas à religião, como a reza dos terços em família e os velórios, que reuniam significativa quantidade de pessoas a depender da importância do falecido e do tamanho do grupo parental envolvido. Nos sobrados, apesar de estarem no pavimento superior, as salas mantiveram a posição frontal, conservando-se, desse modo, as principais características funcionais das instaladas no rés-do-chão, mas comportando o contato dos moradores com as pessoas envolvidas nas dinâmicas religiosas das procissões e eventos sociais ou mesmo na observação cotidiana dos acontecimentos ocorridos nas ruas, muitas vezes, vedada as mulheres da casa. Ao longo do século XIX, com a mudança dos hábitos sociais e a maior abertura dos lares à sociedade, as salas passaram a ser locais de recepções e festas<sup>147</sup>, onde, além do aumento da área disponível para tais acontecimentos, ocorreu, também, a gradativa melhoria da decoração dos interiores, com pinturas decorativas nos tetos e a incorporação de mobiliário mais refinado.

Por fim, destacamos que, em nossa interpretação, a *dimensão funcional* da casa de *organização policelular sequencial* foi, sobretudo, gestada por meio da acumulação de experiências construtivas no secular contexto luso, entre as quais o agenciamento dos programas de necessidade esteve condicionado ao lote do tipo *godo-medieval* e aos essenciais quintais. Como discutimos anteriormente, já ao fim do Medievo, a casa corrente portuguesa havia incorporado maior complexidade de arranjo dos ambientes internos e, por consequência, a transladação desta ao cenário do mundo português comportou suas principais características. Nesse sentido, as soluções identificadas no Brasil do período colonial, também podem ser observadas nos Açores, em Setúbal, Viseu ou entre as casas de pescadores do litoral português (FERNANDES, 1992; TOMÉ, 2017; MOUTINHO, 1979; OLIVEIRA; GALHANO, 1992; ORDEM, 2004; CASTILHO, 2015); revelando-nos a aspectos da circulação de uma singular *cultura arquitetônica* existente à época.

---

<sup>147</sup> No caso mineiro, na primeira metade do séc. XIX, Saint-Hilaire e Langsdorff relataram ter participado de eventos em casas de famílias do Arraial do Tejuco, nas quais as recepções ocorriam nas salas.

Prancha 34 – Agenciamento interno em casas térreas e sobrados com *organização policelular sequencial*.



Fonte: Fernandes (1992, s/p.); Ordem (2004, p. 182 – vol. 2); Oliveira; Galhano (1992, p. 269); Tomé (2017, p. 181) – Adaptado.

Nota: Imagem "A" – Açores (PT); "B" – Sub-região de Areias, Alentejo (PT); Imagem "C" – Furadouro (PT); Imagens "D" – Setúbal (PT).

Prancha 35 – Agenciamento interno em sobrados com *organização policelular sequencial* – Açores (PT).

FIG. 239 - Angra, casa na rua de Miragala. In FERNANDES [153] Angra...pág.78  
Esc. 1/200

## CASA ESQUIVA



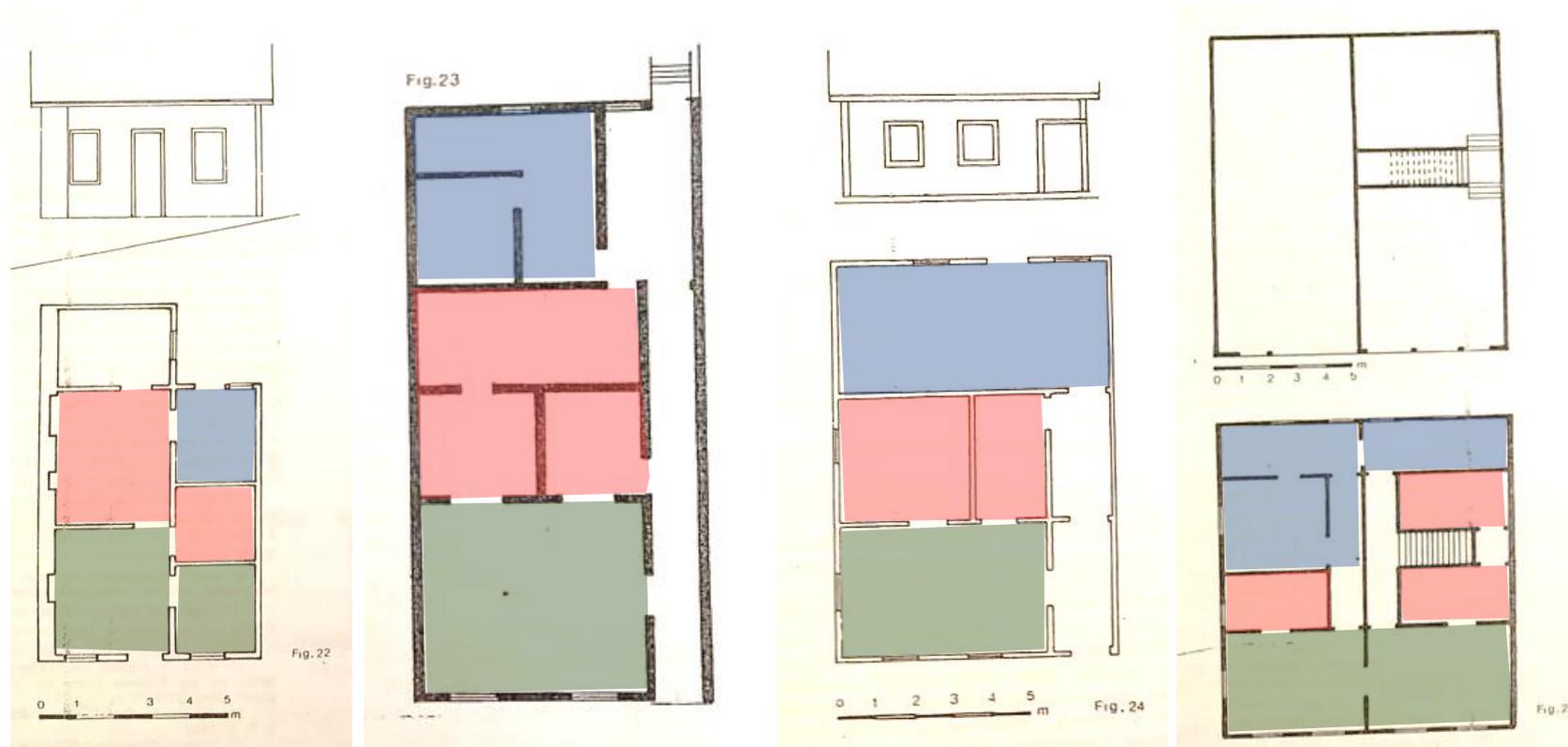
FIG. 238 - Angra, casa na rua do Galo. In FERNANDES [153] Angra...pág.78  
Esc. 1/200

**Legenda:** ■ Alcovas ■ Cozinhas ■ Salas

Fonte: Fernandes (1992, s/p. – Adaptado).

Nota: A organização dos programas de necessidades em três zonas funcionais se tornou uma condição essencial para a acomodação dos cômodos internos e a distribuição dos usos internos, conforme as dinâmicas dos moradores. Os corredores tiveram importante papel para assegurar a funcionalidade nesse tipo de arranjo da casa corrente.

Prancha 36 – Agenciamento interno em casas térreas e sobrados com *organização policelular sequencial* em Ouro Preto (MG).



**Legenda:** ■ Alcovas ■ Cozinhas ■ Salas

Fonte: Vasconcellos (1977, 134-143 – Adaptado).

Nota: A casa corrente ouro-pretana conservou um agenciamento para os programas de necessidades com características similares às encontradas em Portugal ou nos Açores entre os exemplos selecionados, onde tanto habitações térreas quanto sobrados reproduzem a disposição de cômodos em “sala + alcova + cozinha”. Os arranjos poderiam variar entre a presença ou não dos corredores e as formas de comunicação das alcovas com os outros ambientes.

### 5.1.4.3. Aspectos sobre a *dimensão construtiva* da casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais

A *dimensão construtiva* da casa corrente luso-brasileira foi bastante abordada ao longo do tempo pela historiografia da arquitetura local e contou com o célebre trabalho de Sylvio de Vasconcellos, intitulado "Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos". Neste, o autor descreveu em detalhes as técnicas empregadas na antiga Vila Rica e, de uma forma geral, a este rico conteúdo pouco se tem a acrescentar, uma vez que, para o cenário mineiro dos séculos XVIII e XIX, a abordagem feita explicou suficientemente bem os modos de se erguer as edificações. Cabe-nos, entretanto, apresentar alguns fatos associados à circulação da *cultura arquitetônica* de origem portuguesa, para tentarmos acrescentar alguns elementos ao tratamento da questão.

Entendemos que a reprodução da *dimensão construtiva* da casa corrente local se deu por meio da replicação de técnicas construtivas empregadas em Portugal desde a Idade Média. Os estudos realizados sobre a casa corrente portuguesa – Trindade (2002), Gonçalves (2004), Ferreira (2006), Silva (2011), Conde (2011) e Castilho (2015) – nos demonstraram a ocorrência de soluções diversas, baseadas, sobretudo, no uso da madeira, da pedra e da terra, crua ou vitrificada. Nos primórdios do período moderno, tais materiais já se apresentavam em ampla difusão por todo o território português e ofereceriam significativo repertório de técnicas construtivas para os colonizadores aplicar às Ilhas Atlânticas, colônias e demais possessões ultramarinas.

Do repertório construtivo existente, em Minas Gerais, se popularizaria as estruturas de madeira preenchidas por alguma técnica na vedação das paredes, que poderiam ser a alvenaria de adobe ou alguma das taipas leves, como a "taipa de rodízio" vimaranense ou a "taipa chapada" da região do Ribatejo Norte – soluções demonstradas por Mascarenhas (2015) no cenário português e muito similares às produzidas nas vilas mineiras. De acordo com Günter Weimer, as taipas de preenchimento existentes em Portugal, ao serem transladadas para a Colônia,

receberam no Brasil alguma contribuição da arquitetura vernacular africana, onde se produziam casas com recursos semelhantes aos utilizados nas edificações brasileiras.

As taipas *de rodízio* ou *chapada* foram aqui chamadas de “pau-a-pique” ou “taipa de mão ou de sopapo”, tendo sua execução incrementada pelo saber-fazer trazido pelos escravizados trazidos da África e, certamente, isso contribuiu para a ampliação do conhecimento construtivo do colonizador luso de diversas maneiras. Contudo, não podemos incorrer no ato de desconsiderar que estas técnicas construtivas, executadas entre a casa corrente luso-brasileira, possuem matriz portuguesa, haja vista a larga utilização no contexto ibérico muito antes da colonização na Ásia, América e na Costa Africana. Sendo assim, julgamos que a difusão do pau-a-pique em Minas Gerais se deve principalmente à aplicação vulgarizada das taipas de preenchimento na casa corrente medieval da região de Guimarães e Norte do país, de onde muitos construtores imigraram, que, posteriormente, veio a receber outras contribuições.

As alvenarias de “pedra aparelhada” (cantaria) ou “pedra irregular” (: “pedra-seca”, “pedra e barro” ou “pedra e cal”) tiveram significativo emprego em Vila Rica e Mariana em função de dois condicionantes importantes: a abundância de matéria-prima – com qualidades, durezas e resistências diversas – e o excepcional fausto construtivo proporcionado pelo ouro à arquitetura religiosa local. Tal fato, sem dúvida, permitiu que as nobres cantarias chegassem à casa corrente luso brasileira, na forma de portais e enquadramentos de janelas, pilastras ou mesmo usada de forma aparente – como no caso do sobrado nº. 85 (prancha nº. 37 – Imagem 2) da Rua Conde Bobadela (antiga Direita) em Ouro Preto. Acreditamos que a vulgarização da pedra aparelhada tenha ocorrido ao longo do século XIX, quando ocorreu a maioria das reconstruções das edificações localizadas nas ruas mais importantes destas povoações. Nas vilas de São João e São José del-Rei, apesar das boas jazidas de rochas na região, o uso da pedra ocorreu de forma pontual entre a casa corrente.

Nas povoações da região do Rio das Mortes, a taipa de pilão seria mais recorrente pela maior facilidade de execução frente ao uso da pedra e pelo dispêndio

de mão de obra menos qualificada, haja vista a possibilidade de se encontrarem oficiais que dominassem a técnica tanto provindos de Portugal – onde, nas regiões central e Sul do país, se construía corriqueiramente com terra compactada desde a Idade Média – quanto de São Paulo – donde se deve a introdução desse modo de erguer paredes em Minas Gerais. De acordo com estudos realizados em São João del Rei, a taipa de pilão foi gradativamente substituída pela alvenaria de adobes durante o Oitocentos e se ajustaria às construções em geral, inclusive, no processo de alteamento das paredes das casas térreas, para se oferecer a atualização do estilo e proporcionar maior salubridade aos interiores (DANGELO, A.; BRASILEIRO; DANGELO, J., 2014).

Entre as povoações estudadas a argila vitrificada teve larga utilização na produção de telhas cerâmicas do tipo “capa e canal” e, eventualmente, serviu para a pavimentação de pisos na forma de lajotas quadradas ou retangulares. Em função da imposição das Casas de Câmaras de Vila Rica e de Mariana, as coberturas de telha desde muito cedo foram empregadas, reproduzindo a tendência geral observada entre a casa corrente de origem portuguesa existente desde a Idade Média. Em São João del Rei e Tiradentes, além do uso vulgar na proteção dos telhados, por outro lado, as telhas seriam amplamente difundidas na execução dos beirais, conforme a solução das beiras-seveiras oriundas das regiões Centro e Sul de Portugal.

De um modo geral, as soluções construtivas executadas nas vilas mineiras contempladas em nossos estudos estiveram alinhadas ao que foi representado na historiografia da casa corrente portuguesa do Medieval e da Idade Moderna. Os aspectos gerais da reprodução das técnicas e materiais utilizados indicam, como já havia sido anunciado por Vasconcellos (1977; 1979) e outros pesquisadores associados aos Estudos Fundadores, para uma significativa influência da região Norte de Portugal, dada a grande quantidade de gente migrada das povoações nortenhas. A maneira como os térreos foram erguidos com alvenaria e os pavimentos superiores utilizaram as estruturas de madeira vedadas com taipas de preenchimento assinalam fortemente essa interpretação. Em outra instância, o uso do adobe e da taipa de pilão, mais comuns ao Centro e Sul do Reino, também deixaram registros marcantes nas povoações

mineiras, sendo aplicado aos contextos mais convenientes e situações topográficas favoráveis.

#### **5.1.4.4. À guisa de uma interpretação sobre as *dimensões* presentes na casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais**

A *cultura arquitetônica* difundida em Minas Gerais ao longo dos séculos XVIII e XIX ofereceu contornos singulares às diferentes dimensões manifestadas na casa corrente luso-brasileira das quatro povoações pesquisadas. Por um lado, podemos destacar a *dimensão plástica* empregada nas edificações, entre as quais as ações destinadas à *regularidade* e à *uniformidade* permitiram até meados no Oitocentos a reprodução de padrões compartilhados no contexto do Império Português, com importante papel para a difusão dos *modelos arquitetônicos* no período moderno. Em algum momento, as fachadas das edificações locais viriam a incorporar os detalhes ornamentais presentes nos exteriores da casa corrente portuguesa influenciada pelo Barroco e Rococó, que logo foram sucedidos pelas influências do decorativismo Neoclássico e Eclético. Por outro lado, as dimensões *funcional* e *construtiva* se confirmaria uma significativa presença de soluções replicadas desde o Medievo, quando se manifestou a *organização policelular sequencial* no agenciamento dos interiores ou na utilização das técnicas e materiais construtivos. As dinâmicas socioeconômicas também tiveram papel decisivo na escolha das soluções destinadas a conformação das dimensões *plástica*, *funcional* e *construtiva*, considerando as limitações experimentadas pelas povoações brasileiras em geral.

Por fim, os aspectos gerais, abordados até aqui, por fim, nos permitirá organizar uma breve categorização para a casa corrente encontrada nas localidades em estudo, para uma demonstração inicial da variedade de formas utilizadas em casas térreas e sobrados.

Prancha 37 – Emprego das técnicas construtivas de origem portuguesa nas povoações investigadas.



Fonte: (1-4/6-7) Acervo Pessoal – Régis Martins, 2021; (5) Acervo Pessoal – André G. D. Dangelo, s/d.

Nota – localidades x soluções: *Ouro Preto*: 1 – Pau-a-pique / 2 – Cantaria | *Mariana*: 3 – Cantaria / 4 – Alvenaria de abobe | *São João del Rei*: 5 – Taipa de pilão / 6 – Revestimento de paredes com telhas cerâmicas | *Tiradentes*: 7 – Alvenaria de abobe / 7 – Beirais em beira-seveira feitos com telhas cerâmicas e argamassa.

## 5.2. Proposta de classificação para a Casa Corrente Luso-Brasileira em Minas Gerais

Como recurso à investigação operacionalizada neste trabalho, desenvolvemos uma proposta de classificação para a casa corrente luso-brasileira das quatro povoações investigadas, que de modo análogo poderia ser estendida à ocorrida em Minas Gerais, em função dois condicionantes fundamentais adotados.

O primeiro destes condicionantes foi a própria estruturação em torno do objeto de estudo “casa”, que julgamos ser a categoria fundante das análises a serem realizadas. Como elemento de hierarquia mais elevada, a *casa*, desse modo, comportou algumas considerações metodológicas, sobre as quais estabelecemos a composição de subcategorias, formas ou famílias e a vinculação destas com os *modelos* em circulação na *cultura arquitetônica* ocorrente na Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. Entendemos como necessária esta proposição, mesmo diante de um lastro considerável de conhecimento oferecido pela historiografia da arquitetura brasileira, principalmente, por estarmos lidando com um problema de pesquisa explorado em outra perspectiva no Brasil – considerando-se a concepção “casa corrente” adotada por nós como chave de interpretação.

O segundo condicionante se conforma em torno desta questão especialmente, haja vista a inexistência de uma classificação consolidada para o estudo da *casa* e sobre a qual percebemos uma dificuldade operacional para o alinhamento de nossa pesquisa com os trabalhos produzidos anteriormente. A miscelânea de designações utilizadas desde 1920 – “casa”, “casa tradicional”, “casa de morada”, “casa de residência”, “casa colonial”, “residências”, “arquitetura tradicional”, “arquitetura civil luso-brasileira”, “arquitetura civil”, “arquitetura colonial”, “arquitetura vernacular” e “arquitetura popular” – serviu para fragmentar o campo de pesquisa em classificações que utilizaram lógicas diversas de interpretação e metodologias diferentes. Apesar destas formas de operacionalizar o objeto estarem ajustadas ao contexto e aos métodos empregados na produção das investigações por seus respectivos pesquisadores,

interpretamos como um fator preponderante colocar a denominação “casa” como o centro do processo de análise e, em função da designação “corrente”, realizar nossa representação sobre o tema escolhido utilizando as bases gerais desse campo desenvolvido na historiografia da arquitetura portuguesa e não na brasileira.

Na lógica adotada em nosso estudo, a categoria *casa* foi dividida em duas subcategorias, as casas “urbana” e “rural”. Conseqüentemente, exploramos a subcategoria *casa urbana*, que nos serviu, inclusive, como chave de leitura para a reunião de conteúdos sobre o objeto, classificados de modo tão variável. Este recurso, ainda, nos permitiu estruturar a análise de trabalhos abarcados no interior da própria historiografia da arquitetura brasileira e no contexto da produção científica portuguesa.

Em torno da subcategoria *casa urbana*, identificamos a formação de dois tipos de casas: a “corrente” e a “senhorial”. Tal desdobramento, por consequência, nos oportunizou isolar os objetos por forma de manifestação, considerando-se a produção em larga escala da arquitetura realizada pelo grosso da população e as excepcionalidades, observadas em alguns poucos exemplares dotados de nobreza nas povoações mineiras dos séculos anteriores – como a Casa dos Contos, solar urbano setecentista, construído por João Rodrigues de Macedo, e algumas moradas de “barões”, criadas no séc. XIX. Ao tipo *casa corrente* agregamos o designativo “lusobrasileiro” como forma de indicar a existência de um objeto associado à casa corrente portuguesa, dos períodos medieval e moderno e, assim, estabelecer indicadores de pertencimento a um evento de longa duração, entremeado pela circulação de uma *cultura arquitetônica* de base compartilhada, que permitiu a reprodução de soluções nas dimensões *plástica, funcional e construtiva* da habitação.

Nesta linha de organização, a análise tipológica da casa corrente lusobrasileira local foi organizada em função de dois partidos arquitetônicos básicos, as “casas térreas” e os “sobrados”, que, por conseguinte, acabaram desmembradas em cinco soluções formais para a primeira e oito para a segunda. Desse modo, alcançamos condições para agruparmos os exemplares identificados nas antigas vilas setecentistas

mineiras e, assim, compreendermos as formas de reprodução das formas, as prevalências estéticas regionais, os impactos da imposição da *regularidade* e da *uniformidade*, a circulação dos *modelos arquitetônicos*, entre outros aspectos possíveis.

Consideramos a *casa térrea* o *partido arquitetônico* elementar para a casa corrente luso-brasileira, como foi para as suas congêneres portuguesas, por se tratar da forma de expressão mais básica do objeto de estudo e a mais recorrente nos cenários analisados até o final dos Setecentos em Minas Gerais, independentemente do grau de desenvolvimento do núcleo urbano. Como destacou Cláudia D. Fonseca (2011), somente no séc. XIX, o *aumento* das povoações acrescentaria a difusão generalizada dos sobrados, fossem estes de criação espontânea para o aumento da área da construção ou até mesmo determinados nas convenções urbanísticas da época, como observamos no conteúdo registrado nas *Código de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal* do Rio de Janeiro de 1854.

Os *sobrados* sobretudo seriam uma consequência da ampliação das *casas térreas*, ocorrido no *aumento* das povoações, criada para se abrigar as atividades comerciais ou produtivas que se disseminariam nas principais ruas, em conformidade com a ocorrência da casa corrente em Portugal, no Medievo e na Idade Moderna. O atendimento adequado da *dimensão funcional* para o novo programa de necessidades da habitação determinou o acréscimo de um pavimento a mais, de forma a separar as atividades domésticas e o trabalho externo, repetindo-se as lógicas de ocorrência demonstradas pelas investigações realizadas sobre a casa corrente portuguesa. Sendo assim, de um modo geral, os *sobrados* surgiram para ampliar a funcionalidade das habitações e organizar usos de maior diversidade, entre os quais a existência de um piso a mais permitiria um arranjo mais apropriado à acomodação dos habitantes (senhores e escravizados) e suas atividades cotidianas.

O quadro a seguir apresenta a estrutura de classificação adotada, considerando as características principais da casa corrente luso-brasileira erguidas nas quatro vilas estudadas.

Quadro 3 – Classificação do objeto de pesquisa

CATEGORIA	
Casa	
SUBCATEGORIAS	
Casa Urbana	Casa Rural
TIPOS - CASAS URBANAS	
Casa Corrente	Casa Senhorial
PARTIDOS ARQUITETÔNICOS – CASA CORRENTE LUSO-BRASILEIRA	
Casas Térreas	Sobrados
VARIAÇÕES FORMAIS DOS PARTIDOS ARQUITETÔNICOS	
CASAS TÉRREAS	SOBRADOS
Casa de porta e janela	Sobrado de frente estreita
Casa de meia morada	Sobrado de frente larga
Casa de $\frac{3}{4}$ de morada	Sobrado de três ou mais pavimentos
Casa de morada inteira	Sobrado com camarinha
Casa térrea com camarinha	Sobrados com características senhoriais
-	Sobrados oitocentistas
-	Sobrado com Balcão
-	Casa com andar sobrado no subsolo

Fonte: Elaboração própria.

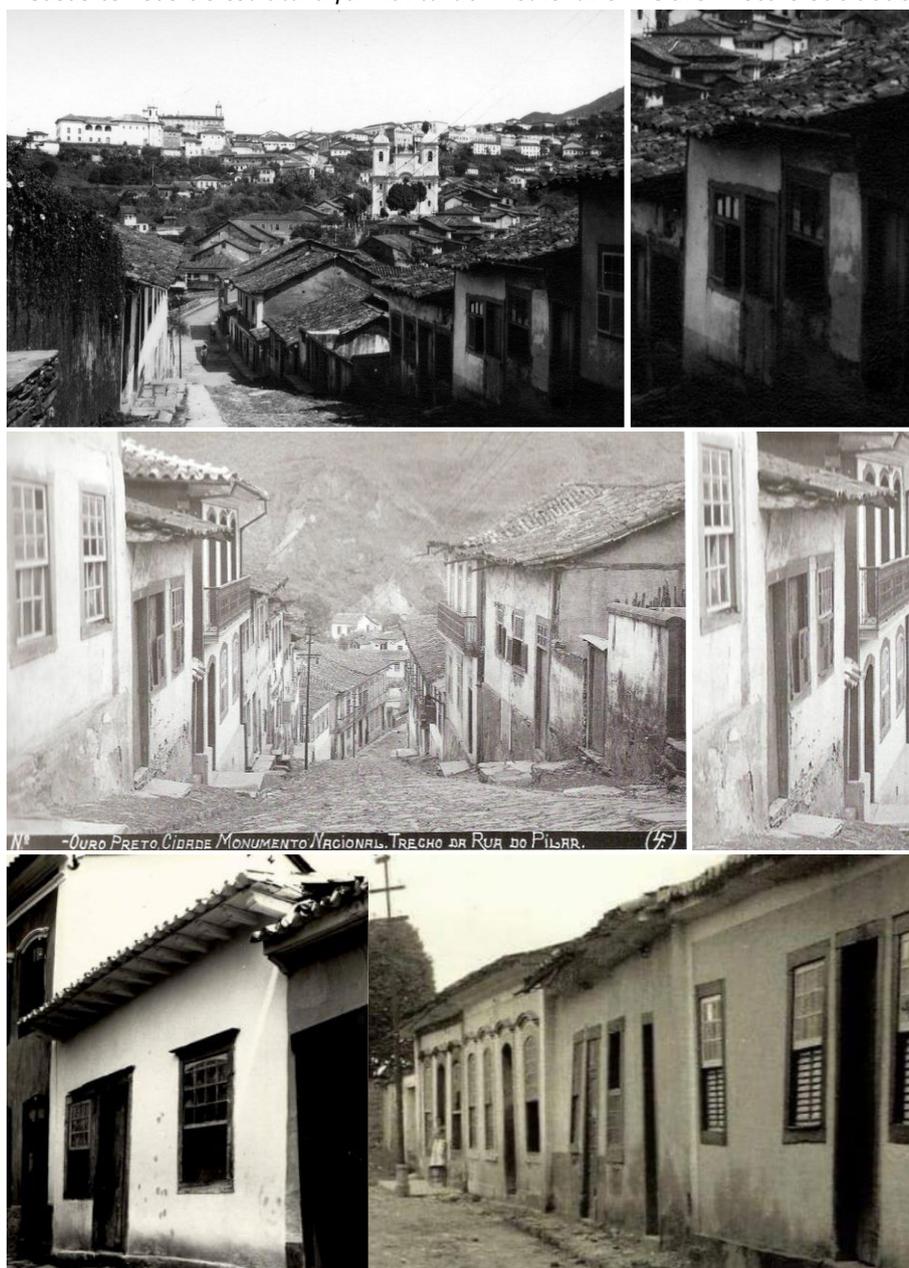
### 5.2.1. As relações entre a casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais e os modelos arquitetônicos

A análise tipológica da casa corrente luso-brasileira, presente nas quatro povoações estudadas, indicou-nos a existência de significativa influência dos *modelos arquitetônicos* que circularam entre a *cultura arquitetônica* difundida em Minas Gerais. Os padrões empregados nas edificações podem ser reunidos em quatro estruturas formais básicas, as quais estamos denominando como "tardo-medieval", "moderno-manuelina", "moderno-pombalina" e "oitocentista".

A *estrutura formal tardo-medieval* não foi baseada em *modelos arquitetônicos* e correspondeu à reprodução de partidos existentes na Alta Idade Média, que foram trazidos pelos colonizadores na primeira fase da ocupação litoral da colônia. Resultado da ausência ou pouca efetividade da *regulação urbana* nas povoações, entre as casas correntes essa estrutura foi marcada pela larga utilização da *apropriação* ou *usurpação* do espaço público. Como resultado pode-se verificar ainda a ausência de alinhamento das frentes em relação às ruas e na constante presença de andares salientes, varandas

ou balcões avançados sobre as vias de circulação. Sendo assim, a *dimensão plástica* das casas incorporou fachadas de organização bastante irregular, sem o efetivo emprego de simetria, ritmo, repetição e equilíbrio.

Fig. 28 – Casas térreas de *estrutura formal tardo-medieval* em Ouro Preto e São João del Rei.



Fonte: Acervo Luiz Fontana – IFAC/UFOP, s/d.; Acervo pessoal – André G. D. Dangelo, s/d.

Nas vilas mineiras, a *estrutura formal tardo-medieval* esteve presente entre as habitações erguidas nas primeiras décadas do séc. XVIII, quando a imposição de *uniformidade* pelas Casas de Câmara ainda não havia sido exercida com maior rigor.

Os elementos característicos desta solução ainda podem ser observados em alguns sobrados preservados nas cidades de Ouro Preto e São João del Rei, como demonstrado nos itens anteriores. Entre as casas térreas, os exemplos contidos na figura anterior indicam algumas das condições comumente replicadas nos exteriores, como a ausência de simetria e equilíbrio nas fachadas, a falta alinhamento das vergas, o dimensionamento irregular das aberturas, a união de portas e janelas pelas peças estruturais sem a presença do nembro, entre outras. Os pés-direitos originais eram relativamente baixos, correspondendo em média a 10 *palmas* (2,2m), e, algumas vezes, os frechais também foram utilizados como vergas para as aberturas.

A *estrutura formal moderno-manuelina* começou a ser utilizada em Minas Gerais nos anos que seguiram a *fundação* das vilas, com respectiva influência da imposição de regularidade por meio da *regulação urbana*. Ao contrário da anterior que não era regida por padrões, esta solução se definiu pelas formas introduzidas pelo *modelo arquitetônico manuelino*, a partir do Regimento da Ribeira das Naus, de 1498. Em Minas Gerais, no caso dos sobrados, as soluções utilizadas na *estrutura formal moderno-manuelinas* basearam-se na reprodução dos módulos "porta + janela de peitoril" ou sua atualização "porta + janela de sacada", com a disposição sobreposta dos vãos. As casas térreas tiveram as fachadas produzidas conforme os conceitos de *uniformidade* e passaram a ter uma organização baseada no recurso de equilíbrio – nas casas de *porta e janela e três quartos de morada* ou nas demais variações quando o corredor estava em posição lateral – e no uso da simetria – nas casas de *meia morada* ou *morada inteira* de corredor central. Outro aspecto importante presente nesta estrutura correspondeu à adoção de nembos mais largos entre as aberturas, que serviam para estabelecer uma distância ritmada entre cada vão, de modo a impor uma alternância proporcional entre cheios e vazios nas fachadas.

Em relação à *estrutura formal tardo-medieval*, a *moderno-manuelina* baseou-se na adoção de pés-direitos de 12 *palmas*, contrastando com os 10 *palmas* comuns à casa corrente portuguesa do Medievo. Os vãos que anteriormente eram produzidos sem padronização também seriam regrados com a utilização de espaços de 4 *palmas*

de altura e largura das janelas de peitoril ou 5 *palmas* de distância entre os marcos e altura de 10 *palmas* para as portas. Contudo, em virtude das alterações sofridas ao longo do tempo pelas reformas ou atualização da construção, essas regras não correspondem fielmente às propostas em 1498.

Fig. 29 – Casas térreas e sobrados de *estrutura formal moderno-manuelina* em Tiradentes e Mariana.



Fonte: Acervo pessoal, 2015-2021.

A *estrutura formal moderno-pombalina* foi difundida no contexto mineiro da segunda metade do séc. XVIII, conforme se efetivou a circulação dos *modelos arquitetônicos pombalino e soteropolitano*. Não estamos considerando a ocorrência de soluções em separado neste caso, pelo fato de os padrões indicados pela Postura de 15 de novembro de 1785 serem, em parte, baseados na arquitetura desenvolvida por Manuel da Maia para a reconstrução de Lisboa. A principal diferença entre os modelos esteve na proposta de dimensionamento dos pés-direitos, que variariam para mais ou para menos conforme se aumentava a volumetria da edificação.

Percebemos estas duas variações da *estrutura formal moderno-pombalina* ocorrendo nas povoações estudadas, porém, com algumas limitações na *dimensão plástica* dos sobrados tiradentinos, que apresentou expressão mais limitada pela menor difusão destes no conjunto urbano da antiga vila. Nesse sentido, a utilização dos padrões esteve ligada mais ao dimensionamento dos pés-direitos do que na utilização dos módulos “porta + janela de sacada” e das cornijas de 2 ½ *palmas*. Em linhas gerais, o que as diferenciou em termos de solução foi a utilização de altimetrias idênticas para os pavimentos, com cerca de 15 *palmas* cada um, ou a adoção de pés-direitos variáveis segundo as regras do *modelo arquitetônico soteropolitano*, 16 *palmas* no térreo e 18 no andar sobrado. Proporcionalmente, as aberturas foram ampliadas como constavam nas respectivas normas criadoras dos modelos.

Fig. 30 – Casas térreas e sobrados de *estrutura formal moderno-pombalino* em Ouro Preto (A / B), Mariana (C) e São João del Rei (D).



Fonte: Acervo pessoal, 2015-2021.

Ainda, a *estrutura formal moderno-pombalina* pode ser considerada, em parte, um refinamento das formas manuelinas, com a introdução de elementos de ordem,

emprestados pela então nascente arquitetura neoclássica europeia, Conforme o apuro das formas foi aumentado, as fachadas passaram a ser emolduradas por pilastras com capiteis e cornijas, além de uma tentativa de monumentalização da casa com a elevação dos pés-direitos de 12 para 15 *palmas* – solução que passou a conferir maior equilíbrio a predominante composição mais horizontalizada dos conjuntos. Os *nembos* continuaram a ser bastante valorizados, como recurso para conferir o ritmo de cheios e vazios nas paredes frontais. Nesta solução, ainda, a casa corrente foi marcada pelo contínuo esforço em se alcançar a *arquitetura de programa* desejada em toda a Idade Moderna em Portugal.

Já a *estrutura formal oitocentista* correspondeu à produção arquitetônica do séc. XIX exemplificada pelas normas constantes no *Código de Posturas da Illustríssima Camara Municipal* do Rio de Janeiro de 1854, que se manifestou na construção de novas edificações, em especial os marcantes sobrados de grande porte ou casas térreas de várias moradas. Os padrões de altimetria empregados nesta *estrutura* também acabaram sendo utilizados nas reformas empreendidas para a atualização das residências, o que provocou certa distorção entre as proporções originais dos vãos e os acréscimos de paredes realizados além dos antigos frechais existentes.

O aumento da volumetria da edificação – baseado em pés-direitos de 20 *palmas* para os térreos, 19 para o primeiro sobrado e 18 para o segundo – foi acompanhado do aumento de ornamentação nas fachadas, que foram dotadas de pilastras com embasamento e capitel, frisos, cimalkhas de perfil recortado ou beiras-seveiras, alguns tipos de estuque ou detalhes neoclássicos ou ecléticos. Ainda podem ser enquadradas na *estrutura formal oitocentista* as casas com aberturas com “vergas excêntricas” de formato movimentado, ogival, triangular ou com sobrevergas apoiada em mísulas, entre outras.

Constituída na última fase de evolução dos *modelos arquitetônicos* empregados entre a casa corrente luso-brasileira, a *estrutura formal oitocentista* manteve em parte as bases anteriores da *dimensão plástica* desenvolvida no período moderno, mas incorporou elementos funcionais formados na Idade Contemporânea, como: a maior

preocupação com a adequação às normas higienistas e a preparação dos interiores, para os novos hábitos sociais difundidos no tempo do Império.

Nesse sentido, a referida *estrutura* tornou-se um recurso contra a falta de condições à incorporação integral dos estilos arquitetônicos introduzidos no séc. XIX, baseados no emprego de ornamentos importados e grande erudição dos projetos, até então soluções incapazes de serem reproduzidos em larga escala no país. As formas presentes na *estrutura formal oitocentista* foram marcadas pelo uso de grandes aberturas e o abandono paulatino do nembro, ao qual as estruturas feitas com madeira e vedação com alvenaria, poderia permitir significativa redução. Nesse percurso, os vazios passaram a predominar sobre os cheios, o que foi acentuado pelo aumento dos pés-direitos e das alturas de portas e janelas. As fachadas receberiam rico enquadramento com pilastras, cornijas, frisos e detalhes em ferro fundido, enquanto as regras de simetria, ordem, ritmo, repetição e equilíbrio passaram a ser utilizadas com maior precisão.

Gestada em meio a uma elite burguesa que se formava no país, a *estrutura formal oitocentista* utilizou largamente de edificações isoladas do conjunto, de forma a permitir maiores recursos fachadas externas, já significativamente aumentadas em relação à largura, e busca por maior monumentalização para a construção. Ainda que ancorada em princípios da casa senhorial, essa variação tipológica de habitação ainda pode ser considerada como integrante à casa corrente luso-brasileira, dada a sua manifestação integrada às ruas e, muitas vezes, ao próprio conjunto urbano que lhe contornava.

A transição para a *estrutura formal oitocentista* em relação à *moderno-manuelina* nas povoações mineiras, mas também no Brasil, ocorreu em pouco mais de cem anos e correspondeu a uma significativa, ainda que restrita, aproximação da casa corrente luso-brasileira com o contexto arquitetônico europeu, algo limitado até 1808, quando se deu a abertura dos portos às "nações amigas". Neste percurso de acontecimentos, podemos destacar alguns fatores importantes. Em primeiro lugar, a própria evolução dos *modelos arquitetônicos* modernos, dada na incorporação das

métricas dos projetos de Manuel da Maia à *cultura arquitetônica* de base portuguesa, levada ao Brasil algumas décadas depois de sua introdução na reconstrução de Lisboa. Exemplo disso foi a difusão de casas no chamado “estilo pombalino” na cidade-baixa em Salvador, na Bahia, e em São Luís do Maranhão<sup>148</sup>.

Outro fator correspondeu ao advento da arquitetura neoclássica no Brasil de fundamental participação na difusão de composições das fachadas com maior rigor, nas quais passou a se prezar por regras consagradas, comuns nas obras notáveis, mas pouco explorada entre a casa corrente luso-brasileira. Além desses fatores, ao longo do séc. XIX, os novos princípios de *uniformidade* para as edificações e aos lugares seriam introduzidos; com o intento de se estabelecerem parâmetros condizentes com a evolução dos conceitos de salubridade e beleza – já um tanto impregnadas do espírito reformista translado pelos intelectuais de maior contato com a Europa.

Os dados encontrados ainda nos oferecem indícios importantes para compreendermos a manifestação da *estrutura formal oitocentista* nas povoações analisadas. As casas térreas e os *sobrados* erguidos no séc. XIX exigiram parcelas de testada generosa, com variação entre 6 ½ e 8 ½ *braças* (13 e 17 *varas*, consecutivamente). A maior imponência destas edificações em muito se deve ao uso desse expediente, no qual as frentes largas ofereceriam alguma monumentalidade às construções e os recuos laterais, quando possíveis, contribuiriam para uma composição mais ajustada. Pelas características dos aforamentos identificados na legislação setecentista de Vila Rica por BORREGO (2004), normalmente, inferiores a 6 *braças*, acreditamos que as parcelas necessárias para as largas frentes, tenha sido conseguida com a união de dois ou três lotes anteriores, preferencialmente em esquinas, o que permitiria alcançar as dimensões encontradas e oferecer o destaque desejado.

---

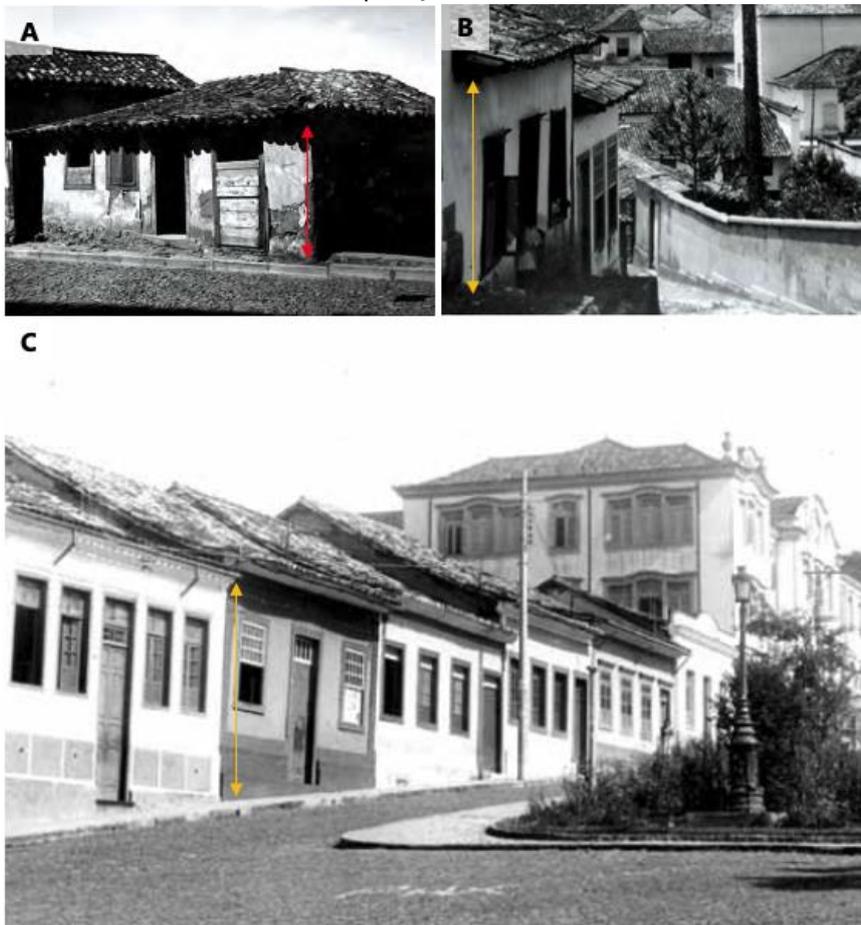
<sup>148</sup> As características da casa corrente de São Luís e Alcântara, ainda que não categorizada dessa forma pelo pesquisador, foram ricamente investigadas por Olavo P. da Silva Filho, na obra “Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão” de 1986. Consideramos esse um trabalho de pesquisa inaugural no contexto maranhense, equivalente ao desenvolvido para Vila Rica por Sylvio de Vasconcellos. Silva Filho publicaria obra ainda mais extensa e detalhada no estudo da casa piauiense, publicado em 2007 com 3 volumes.

Fig. 31 – Casas térreas e sobrados de *estrutura formal oitocentista* em Ouro Preto.



Fonte: Acervo pessoal, 2019-2021.

Fig. 32 – Adaptações de casas térreas em São João del Rei para os padrões de pés-direitos contidos na *estrutura formal oitocentista* (B/C) em comparação com as de *estrutura formal tar-do-medieval* (A).



Fonte: Queiroz (2010a) – Adaptado.

De forma complementar, o quadro a seguir sintetiza os dados recolhidos entre os estudos da casa corrente lusa do Medievo e os respectivos *modelos arquitetônicos* difundidos desde à Idade Moderna, para estabelecermos uma comparação dos padrões utilizados em cada *estrutura formal* e compreendermos a manifestação destes entre a casa corrente luso-brasileira das povoações estudadas. Interessantemente, observamos o desenvolvimento de soluções que fizeram a volumetria das edificações atingir o dobro da utilizada nas configurações mais primitivas.

Quadro 4 – Métricas comuns às fachadas da casa corrente luso-brasileira.

<b>Medidas prevaletentes (em palmos)</b>				
<b>Estrutura Formal</b>	<b>Pés-direitos**</b>	<b>Vãos</b>		
		<b>Porta</b>	<b>Janela de Peitoril</b>	<b>Janela de Sacada</b>
Tardo-medieval	10 (média)	n/id.	n/id.	n/id.
Moderno-Manuelina	12	5 (largura) / 10 (altura)	4 (largura e altura)	duplo quadrado quando existente
Moderno-Pombalina (Lisboeta)	15 (CT) / 16 (AT) + 15 (SB) / 16 (AT) + 15 (1SB) + 14 (2SB) / reduzindo-se 1 <i>palm</i> a cada pav. acrescentado	n/id.	n/id.	n/id.
Moderno-Pombalina (Soteropolitana)	18 (CT) / 16 (AT) + 18 (SB) / 16 (AT) + 16 (1SB) + 18 (2SB)	5 ½ (largura) / 10 (altura)	4 (largura) / 4 ou 7 (altura)	5 ½ (largura) / 10 (altura)
Oitocentista	20 (AT) / 19 (1SB) / 18 (2SB) / reduzindo-se 1 <i>palm</i> a cada pav. acrescentado	5 ½ (largura) / 13 (altura)	5 ½ (largura) / 8 ½ (altura)	5 ½ (largura) / 13 (altura)

\*1 vara = 5 palmos = 110cm / 1 palm = 22cm  
 \*\* Abreviações = CT – Casa térrea / AT – Andar térreo / SB – Sobrado / 1SB – Primeiro Sobrado / 2SB – Segundo Sobrado / n/id. – não identificado.

Fonte: Elaboração Própria, 2021.

Neste movimentado percurso, conseguimos oferecer um panorama geral deste processo de evolução das quatro *estruturas formais* por meio de imagens feitas, no início do séc. XX, nas duas principais matrizes arquitetônicas, a ouro-pretana e a são-

joanense<sup>149</sup>. A casa corrente luso-brasileira manifestada nas duas povoações, quando agrupados e comparados, nos permitem também perceber os resultados práticos da imposição da *regularidade*, aos traçados e às edificações, e do controle das povoações por meio da *regulação urbana*. A consulta à legislação local – e por consequência, os indícios proporcionados pelas normativas produzidas em outras localidades – e ao estado da arte do tema em Portugal, nos demonstrou que não é possível interpretar as casas correntes locais como um objeto isolado da *tradição urbanística portuguesa*, ou seja, conformada somente em torno de características morfológicas próprias – insuficientes para as unirem entre si, somente, pelo compartilhamento do uso de materiais, do agenciamento interno e de um mesmo “ar de família” presente nas fachadas.

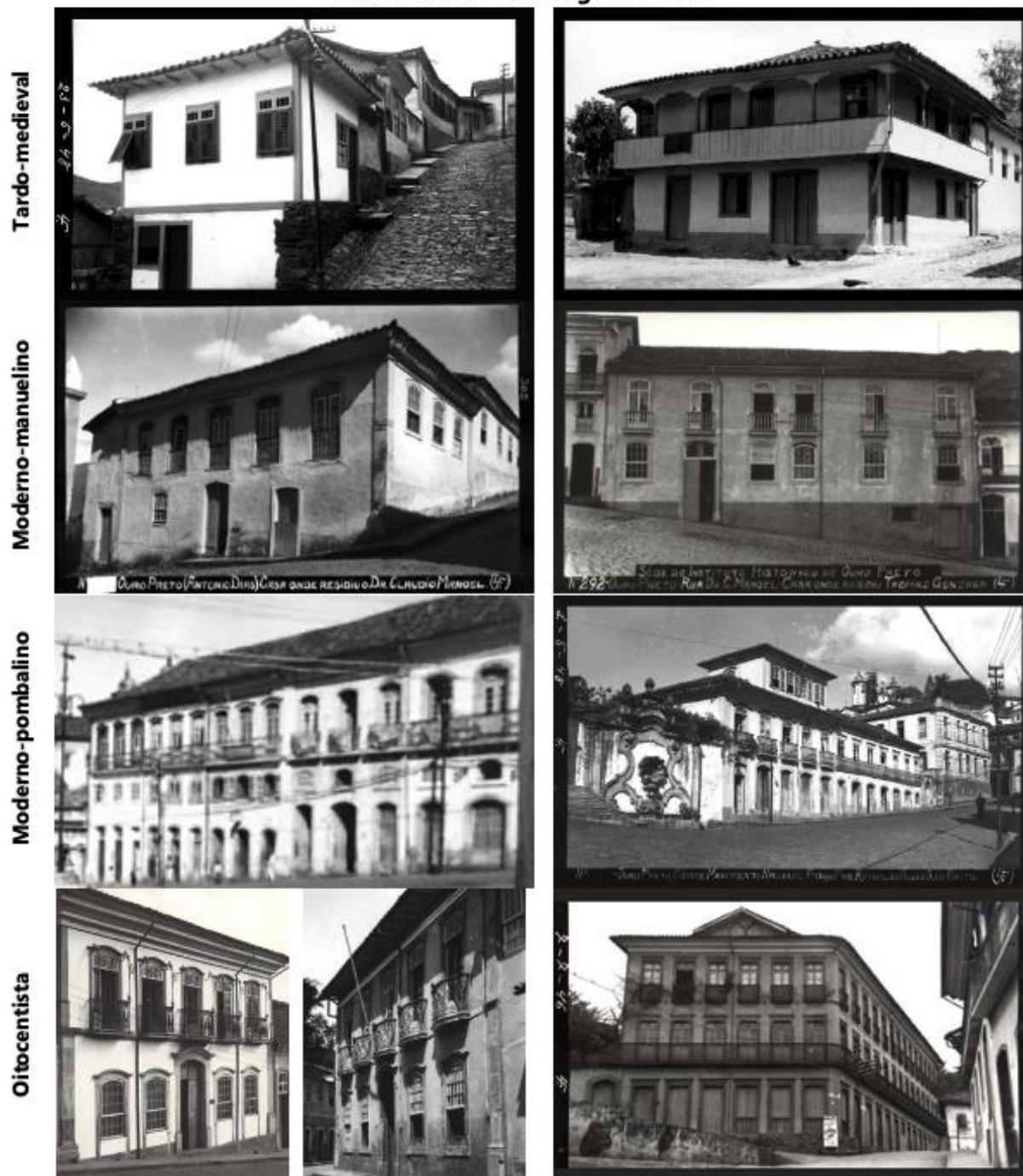
A asserção de Vauthier, “quem viu uma casa brasileira, viu quase todas”, não pode ser tomada como legítima no caso das antigas vilas mineiras, uma vez que os processos de imposição de *regularidade* não foram idênticos do mesmo modo que a vulgarização dos *modelos arquitetônicos* geraram resultados diferentes para as *dimensões plástica, funcional e construtiva*. No percurso de ordenação das povoações locais, a *regulação urbana* considerou, na maioria das vezes, em primeiro lugar, as conveniências dos lugares e seus habitantes. Do mesmo modo, a *uniformidade arquitetônica* se manifestou, muito mais, pela possibilidade de associação das edificações aos *modelos* do que pela reprodução de uma *arquitetura de programa*, ansiada pela Coroa, mas pouco efetivada na Colônia, como também foi no Reino. O resultado, como abordamos anteriormente, foi uma *uniformidade fragmentada* marcada por continuidades aplicadas em curtos trechos dos conjuntos. Consequentemente, o que verificamos na casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais uma expressão formal diversa, ainda que unida por padrões e soluções similares.

---

<sup>149</sup> Por consequência da dimensão dos conjuntos arquitetônicos de Mariana e Tiradentes, significativamente menor do que a de seus pares analisados, não foi possível criar um quadro de modelos similar para duas povoações. De acordo com os levantamentos realizados por Cláudia D. Fonseca, em 1830, Vila Rica possuía 1206 fogos em sua sede, a Vila de São João del-Rei, 891, a Cidade de Mariana, 515, e, por conseguinte, a menor das quatro povoações, Vila de São José del-Rei, 158 fogos (FONSECA, 2011, p. 384).

Prancha 38 – Variação das *estruturas formais* difundidas entre a casa corrente ouro-pretana.

### Casa Corrente na Antiga Vila Rica



Fonte: Acervo Luiz Fontana – IFAC/UFOP, décadas de 1920 a 1940 – Adaptado.

Nota: Em Ouro Preto, a *dimensão plástica* da casa corrente associadas à *estrutura formal oitocentista* manteve uma expressão de maior proximidade com a utilizada nas *estruturas* de base moderna. Por outro lado, podemos observar em São João del Rei a incorporação de padrões arquitetônicos mais alinhados com a arquitetura do séc. XIX, desenvolvida à luz do decorativismo neoclássico ou eclético. Em função disto, conseguimos perceber importantes diferenças entre as soluções empregadas em cada localidade.

Prancha 38 – Variação das *estruturas formais* difundidas entre a casa corrente são-joanense.

**Casa Corrente na Antiga Vila de São João del-Rei**

Tardo-medieval



Moderno-manuelino



Moderno-pombalino



Oitocentista



Fonte: Dangelo, A.; Brasileiro; Dangelo, J. (2014 – Adaptado).

## 5.2.2. Casas Térreas

Pela análise das características gerais da casa corrente luso-brasileira existente nas localidades estudadas, chegamos à classificação de cinco *variações formais* entre o partido arquitetônico das casas térreas<sup>150</sup>, denominadas como: “casa de porta e janela”; “casa de meia morada”; “casa de  $\frac{3}{4}$  de morada”; “casa de morada inteira” e “casa térrea com camarinha”.

### 5.2.2.1. Casas de porta e janela

A primeira das *variações formais*, a *casa de porta e janela*, como em outras localidades no mundo português, consistiu na expressão mais básica das habitações comuns das quatro povoações estudadas e foi composta por fachadas que se expressavam em formato quadrado ou de um retângulo de discreta tendência horizontal. A modulação dos vãos utilizada era bastante simples, com duas unidades, e demarcada, na maioria das vezes, por uma porta e uma janela separadas por um nembo de tamanho variável. Esta *variação* da casa térrea ocorreu geralmente em lotes com largura média de  $1\frac{1}{2}$  e 2 *braças* (15 a 20 *palmas* = 3,3 a 4,4 m), ou seja, naqueles de testada mais estreita, mas, em alguns casos, a adoção de paredes mais espessas, como as feitas taipa de pilão ou alvenaria de adobe, pudesse elevar em alguns palmos a largura da testada.

Observando a forma de distribuição no espaço urbano, no contexto setecentista das vilas mineiras estudadas, as *casas de porta e janela* foram mais recorrentes em ruas de menor hierarquia, definidas conforme se avançava o processo de *aumento* e *conservação* dessas povoações. Na amostragem permitida pelos dados levantados na etapa do INBI-SU realizada em Ouro Preto, identificamos edificações com área média

---

<sup>150</sup> Para adequada distribuição das informações, apresentaremos as pranchas, que conterão as ilustrações das *variações formais* dos partidos arquitetônicos, em conjunto, ao final dos subitens principais.

de 7 ½ *braças quadradas* (pouco mais de 36 m<sup>2</sup>) e dimensões predominantes de 1 ½ *braças* de frente e 5 *braças* de profundidade (15 e 50 *palmos* = 3,3 e 11 m, respectivamente). Os pés-direitos corresponderam a valores similares aos adotados nas *estruturas formais* do Período Moderno, com variação entre 12 e 15 *palmos* (2,6 e 3,3 m) de altura. Porventura, a utilização de um ou outro destes parâmetros nos oferece indícios sobre a possível época de construção das edificações, uma vez que a segundo padrão de altimetria foi disseminado pelo *modelo arquitetônico pombalino*, o que nos aponta para uma possível datação relacionada às últimas décadas do séc. XVIII e início do Oitocentos.

Fig. 33 – *Casas de porta e janela* em Ouro Preto (1), Mariana (2), São João del Rei (3) e Tiradentes (4).



Fonte: Acervo pessoal, 2011-2021.

Pela limitação imposta pela pequena largura dos lotes, os cômodos internos das *casas de porta e janela*, invariavelmente, foram dispostos em sequência de acordo com os agenciamentos de configuração pluricelular utilizados desde a Idade Média, com

sala na posição frontal seguida por alcova(s) e a cozinha disposta junto ao quintal. Entre as edificações analisadas predominou a solução marcada pela inclusão de corredores junto à lateral que recebeu a porta de entrada, indicando a predominância de plantas de base moderna, similares as contidas nas observações de Liliana A. M. Castilho para a casa corrente de Viseu dos séculos XVII e XVIII. Em menor proporção, também podem ser encontradas alguns casos nos quais os cômodos foram dispostos de modo interligado, sem que a circulação interna fosse especialidade em condição isolada.

#### **5.2.2.2. Casas de meia morada**

*A casa de meia morada* pode ser considerada um desdobramento das *casas de porta e janela*, a partir do incremento de mais uma janela à modulação das fachadas, que passaram então a ter predominância horizontalizada. De um modo geral em Ouro Preto, esta *variação formal* ocorreu em lotes com frentes de 2 e 2 ½ *braças* (20 e 25 *palmas* = 4,4 a 5,5 m), fato que proporcional condição mais cômoda para receber as aberturas, três no total, e os respectivos nembos necessários para a distribuição dos elementos construtivos. Este arranjo, com vãos em número ímpar, proporcionou duas possibilidades de configuração, tendo-se o posicionamento da porta de entrada em algum dos lados ou ao centro das paredes frontais. Isto, porventura, determinou aos agenciamentos a necessidade de se adequar à disposição do corredor junto às paredes laterais ou na posição intermediária da planta, o que, por consequência, impactaria na presença de sala única, na primeira solução, ou dupla, como opção à segunda conformação possível.

Na *casa de meia morada*, além das disposições dos corredores, ora ao centro ora posicionados em alguma das laterais, a maior testada proporcionou melhor acomodação ao agenciamento das alcovas, que poderiam ser dispostas em posição simétrica, em cada lado na planta, e serem repetidas em sequência conforme a edificação adquirisse maior profundidade. Do mesmo modo, a centralidade da

circulação poderia proporcionar a construção de duas salas à frente, indicando para uma funcionalidade mais complexa nos interiores.

Com relação às métricas utilizadas nas *casas de meia morada*, observamos no caso ouro-pretano um importante acréscimo às áreas das edificações, que quase dobraram em relação às predominantes entre as *casas de porta e janela*, passando da média de 7 ½ para cerca de 12 ½ *braças quadradas* (aproximadamente 66 m<sup>2</sup>). Este espaço adicional foi proporcionado sobretudo pelo alargamento da testada dos lotes, uma vez que a profundidade da edificação continuou próxima de 5 *braças* (50 *palmas* = 11 m). Os pés-direitos reproduziram as tendências observadas entre os padrões utilizados nos *modelos arquitetônicos* da época moderna, com a adoção de alturas com 12 ou 15 *palmas*, conforme à época de construção. A utilização de tais padrões gerou fachadas compostas sem a adição de maiores rebuscamento e grande austeridade nas formas. Contudo, a partir do final do séc. XVIII, o aumento dos pés-direitos levou às paredes frontais receberem pilastras com capiteis e embasamento, frisos decorativos, cimalkhas ou beirais mais detalhados, para se ajustar a configuração externa aos novos gostos estéticos.

Algumas particularidades podem ser destacadas nesta *variação formal* nas localidades investigadas. Em determinadas situações entre as casas correntes ouro-pretana e marianense, portas ou janelas das extremidades foram instaladas tendo os cunhais como ombreiras, possivelmente, para se garantir a distribuição equidistante dos vãos ou mesmo como uma tentativa de economia no uso dos esteios. No caso das casas correntes tiradentina e são-joanense, pode-se observar uma tendência de afastamento de uma das janelas laterais, gerando um nembro de maiores proporções em relação à abertura central. Pelas características destas ocorrências, seria possível considerar a existência de indícios da existência de portas no local, o que aponta para alterações na configuração das fachadas e, por consequência, do agenciamento interno, pois pela largura média dos vãos haveria de terem sido em algum momento os acessos de serviços ou animais. Contudo, não tivemos acesso a uma quantidade

adequada de plantas destes exemplares para chegarmos a uma conclusão mais assertiva nesse sentido.

Ao longo do séc. XIX ocorreu também entre as *casas de meia morada* das cidades de São João del Rei e Tiradentes a tendência de aumento nas dimensões verticais das construções, possivelmente, adotada nas adequações aos novos gostos estéticos ou as noções de salubridade mais recentes. Neste caso, os acréscimos aos pés-direitos apontaram para a adoção de de padrões similares aos propostos pela Postura soteropolitana de 1785 ou pelo *Código de Posturas* da Câmara do Rio de Janeiro, com a elevação da cota das paredes para 18 ou 20 *palmas* (3,96 ou 4,4 m, respectivamente). Em Ouro Preto e Mariana, casos similares a estes chegaram a ocorrer, mas em proporção bem menor do que na Região do Rio das Mortes.

Fig. 34 – *Casas de meia morada* em Ouro Preto (1), Mariana (2), Tiradentes (3) e São João del Rei (4).



Fonte: (1-3) Acervo pessoal – Régis Martins, 2011-2020; (4) Acervo pessoal – André Dangelo, 2021.

### 5.2.2.3. Casas de $\frac{3}{4}$ de morada

A *casa de  $\frac{3}{4}$  de morada*, terceira *variação formal* do partido arquitetônico das casas térreas, foi conformada ainda como uma solução derivada das lógicas de modularidade inseridas a partir da *casa de porta e janela*, com a evolução determinada pela presença de quatro aberturas, proporcionadas por lotes de testada mais larga. De um modo geral, as edificações desta *variação* foram marcadas pela disposição de uma porta junto à alguma das laterais da fachada e de três janelas em sequência. Em condição menos comum, a porta não seria instalada na extremidade e ocuparia o segundo ou o terceiro módulo da configuração, tendo assim janelas em ambos os lados e uma organização formal menos equilibrada.

Em caráter similar ao dos exemplares analisados na *variação* anterior, as métricas horizontais das edificações se estabeleceram por meio do aumento da testada do lote, que em geral apresentaram 3 a 3  $\frac{1}{2}$  *braças* (30 e 35 *palmas* = 6,6 e 7,7 m). Apesar da incorporação de mais alguns *palmas* às frentes, a profundidade das casas permaneceu próximas de 5 *braças* (50 *palmas* = 11 m). Em função disto, as áreas médias variaram pouco em relação às *casas de meia morada*, tendo sido identificado o valor aproximado de 14 *braças quadradas* (cerca de 68 m<sup>2</sup>) em comparação com às 12  $\frac{1}{2}$  *braças quadradas* encontradas anteriormente. Entre as *casas de  $\frac{3}{4}$  de morada*, os pés-direitos internos tenderam a seguir as dimensões da *estrutura formal moderno-pombalina*, com 15 *palmas* de altura. Como nas situações relatadas nas outras *variações formais*, nas reformas ou nas construções erguidas no séc. XIX, a altura das fachadas de algumas casas acabou reconfigurada com 18 ou 20 *palmas*, para serem adaptadas aos novos gostos vigentes.

O agenciamento da *casa de  $\frac{3}{4}$  de morada* foi organizado, conseqüentemente, pela posição do corredor, que, acompanhando a posição da porta de entrada, poderia ser disposto junto a uma das laterais ou mais próximo ao centro da edificação. Isso determinaria uma *variação* na distribuição das salas, em única ou dupla quantidade, e das alcovas, que viriam a ser dispostas unidas entre si ou separadas pela circulação

principal. Em alguns contextos, de maior permissividade aos contatos sociais da família, os dormitórios, localizados juntos aos cômodos de receber, serviriam à acomodação de visitantes, resguardando-se assim a privacidade familiar.

Em comparação com as *variações formais* anteriores, nos quatro sítios investigados, as *casas de 3/4 de morada* são menos abundantes, em virtude de exigirem testadas mais generosa; porventura, mais propícias à construção de sobrados, quando o *aumento* conveniente da povoação proporcionou maior predominância destes. Resultado deste fato, tais casas podem, de um modo geral, ser verificadas em lotes de  $3\frac{1}{2}$  e 4 *braças* de frente, existentes sobretudo nas ruas de maior hierarquia, entre as quais foram mais comuns edificações de quatro aberturas frontais nos pavimentos em ambos os partidos arquitetônicos.

Fig. 35 – Casas de  $3\frac{1}{4}$  de morada em Ouro Preto (1-2) e Tiradentes (3-4).



Fonte: Acervo pessoal, 2011-2021.

#### 5.2.2.4. Casas de morada inteira

As *casas de morada inteira* se trataram de uma solução pouco comum nas povoações analisadas, sendo esta, certamente, uma *variação formal* dos partidos conformada ao longo do séc. XIX, quando se deu a produção de moradas com requintes estéticos mais elaborados e baseadas na reprodução de aspectos distintivos dos proprietários em relação à maioria das casas existentes.

Nesta condição, proporcionada por parcelas de testada de largura avantajada, lotes de 5 *braças* de frente (50 *palmas* = 11 m) ou maiores, as fachadas passaram a contar com cinco aberturas organizadas em torno de um eixo de simetria – recurso de maior erudição no qual a porta de entrada esteve posicionada ao centro, para se determinar o equilíbrio do arranjo, e as janelas (duas de cada lados) foram dispostas em sequência a cada lado. Excepcionalmente, a construção poderia ter a porta instalada em alguma das laterais, invertendo-se o arranjo simétrico pela equilibrado. Interessantemente, entre a casa corrente ouro-pretana, as profundidades das *casas de morada inteira* demonstraram-se inferiores às anteriores, estabelecendo-se por volta de 4 *braças* (40 *palmas* = 8,8 m). Apesar disto, as áreas médias corresponderam a cerca de 18 ½ *braças quadradas* (pouco mais de 87 m<sup>2</sup>), significativamente maiores do que as observadas nas outras *variações*.

Conseqüentemente, o aumento do espaço interno permitiu condições mais cômodas para o agenciamento interno, em relação ao das subdivisões vinculadas às *casas de porta e janela*. Com isso, os programas de necessidade passaram a contar com maior complexidade e cômodos especializados para as novas funções, como as recepções festivas narradas pelos viajantes e naturalistas oitocentistas. Outra consequência observável na análise desta *variação* manifestou-se na inversão da lógica de implantação da casa permitida pelo *lote godo-medieval*, onde a edificação era mais profunda do que larga. Consideramos este fato ter sido possibilitado por construções erguidas em locais em que houve a adição de duas ou mais parcelas para a configuração de novos lotes ou em espaços não ocupados nas décadas anteriores, que serviram assim para o *aumento* da povoação ao longo do séc. XIX.

Os pés-direitos das *casas de morada inteira* tenderam em geral a ser mais elevados, em consonância com os padrões utilizados na *estrutura formal oitocentista*, com a utilização de 20 *palmas* para a altura da fachada principal. Entre a casa corrente ouro-pretana e marianense, nas manifestações ocorridas no séc. XIX, nesta *variação formal* foi recorrente o uso de pilastras produzidas em argamassa ou cantaria, quando a edificação fosse erguida com alvenaria de pedra. Na casa corrente são-joanense e tiradentina, a adoção de cornijas, beirais em beira-seveira e frisos decorativos, em estuque ou pintados, igualmente, integraram-se aos coroamentos das paredes frontais e nos cantos das fachadas, caso a edificação não fosse geminada ou as construções contíguas tivessem menores proporções. Em alguns casos, também se produziu uma ligeira elevação dos pisos internos, para ajustar-se o equilíbrio da modulação nas fachadas, fazendo com que as medidas externas superassem as internas.

Fig. 36 – Casas de morada inteira em Ouro Preto (1), Tiradentes (2) e Mariana (3-4).



Fonte: Acervo pessoal, 2011-2021.

### 5.2.2.5. Casas térreas com camarinha

Por último, a *casa térrea com camarinha* correspondeu a uma solução intermediária entre as habitações de um e dois pisos, na qual o andar sobrado não ocupou totalmente a largura das frentes ou foi construído com um ligeiro recuo em relação à fachada principal. Esta manifestação teve alguma recorrência em São João del Rei, mas foi rara nas demais povoações estudadas<sup>151</sup>. Em função da impossibilidade de reunir suficientemente os dados quantitativos, não conseguimos informações sobre os padrões métricos empregados nestas edificações e, conseqüentemente, utilizaremos somente representações esquemáticas para ilustrar esta *variação*.

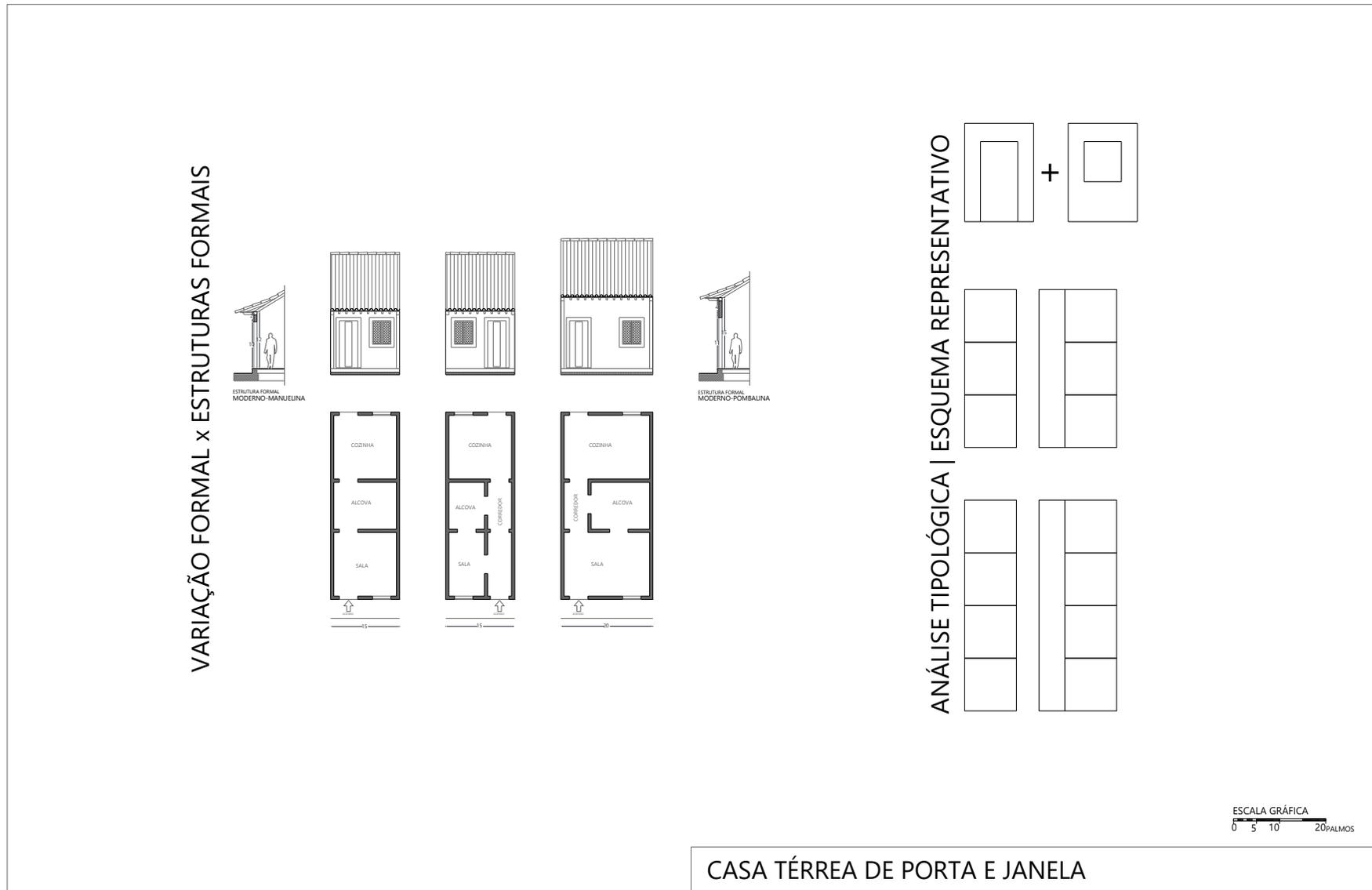
Fig. 37 – Casa térrea com camarinha em São João del Rei – Imagens do início do séc. XX.



Fonte: Dangelo, A.; Brasileiro; Dangelo, J. (2014, p. 68-78 – Adaptado).

<sup>151</sup> Acreditamos que esta *variação formal* deva ter existido em algum momento entre as casas correntes de Ouro Preto e Mariana, mas os respectivos exemplares não estão disponíveis na atualidade ou não estão contidos nos registros imagéticos a que tivemos acesso na investigação.

Prancha 39 – Casa térrea de porta e janela | Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo.



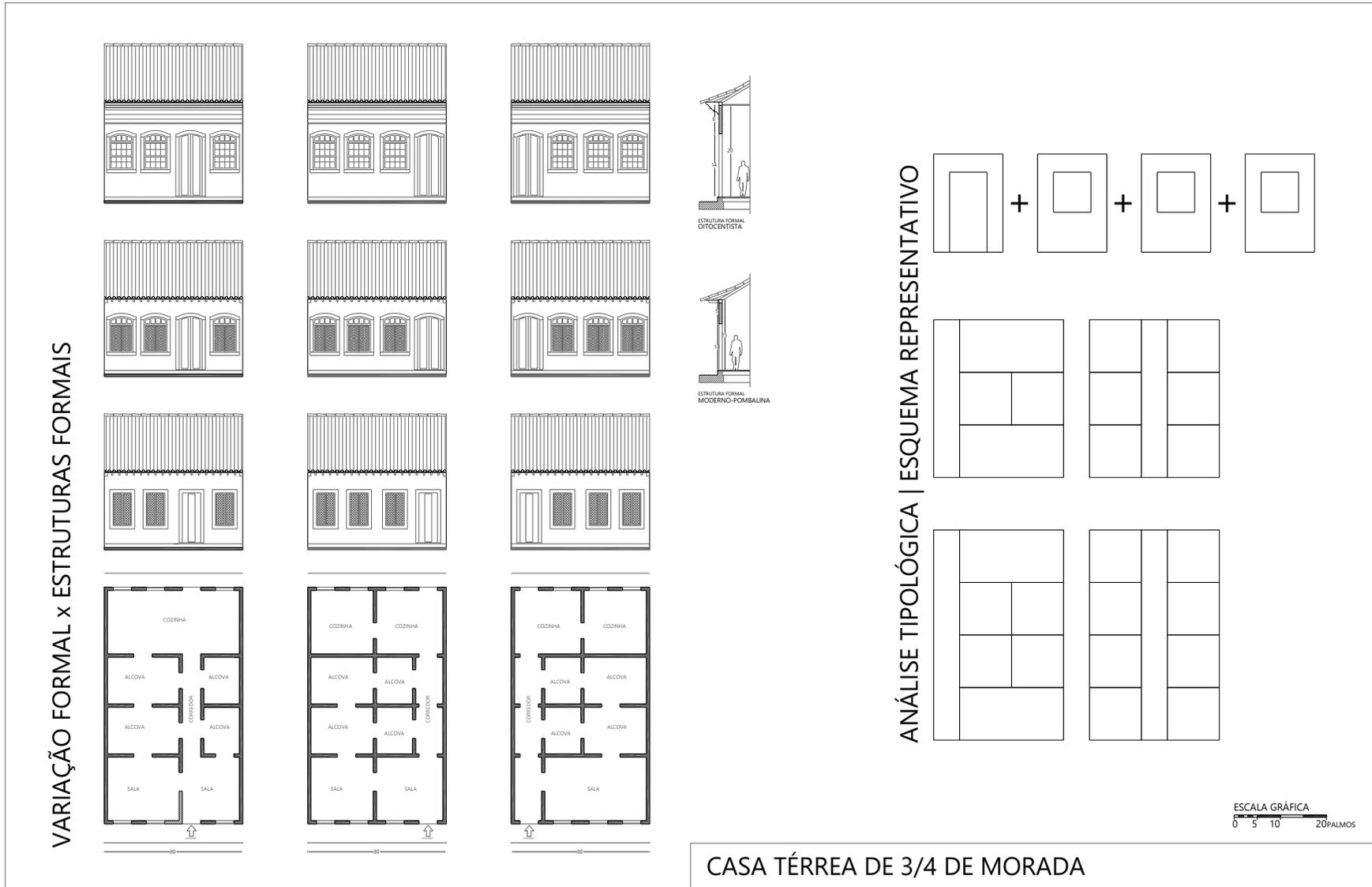
Fonte: Elaboração própria, 2021.

Prancha 40 – Casa meia morada | Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo.



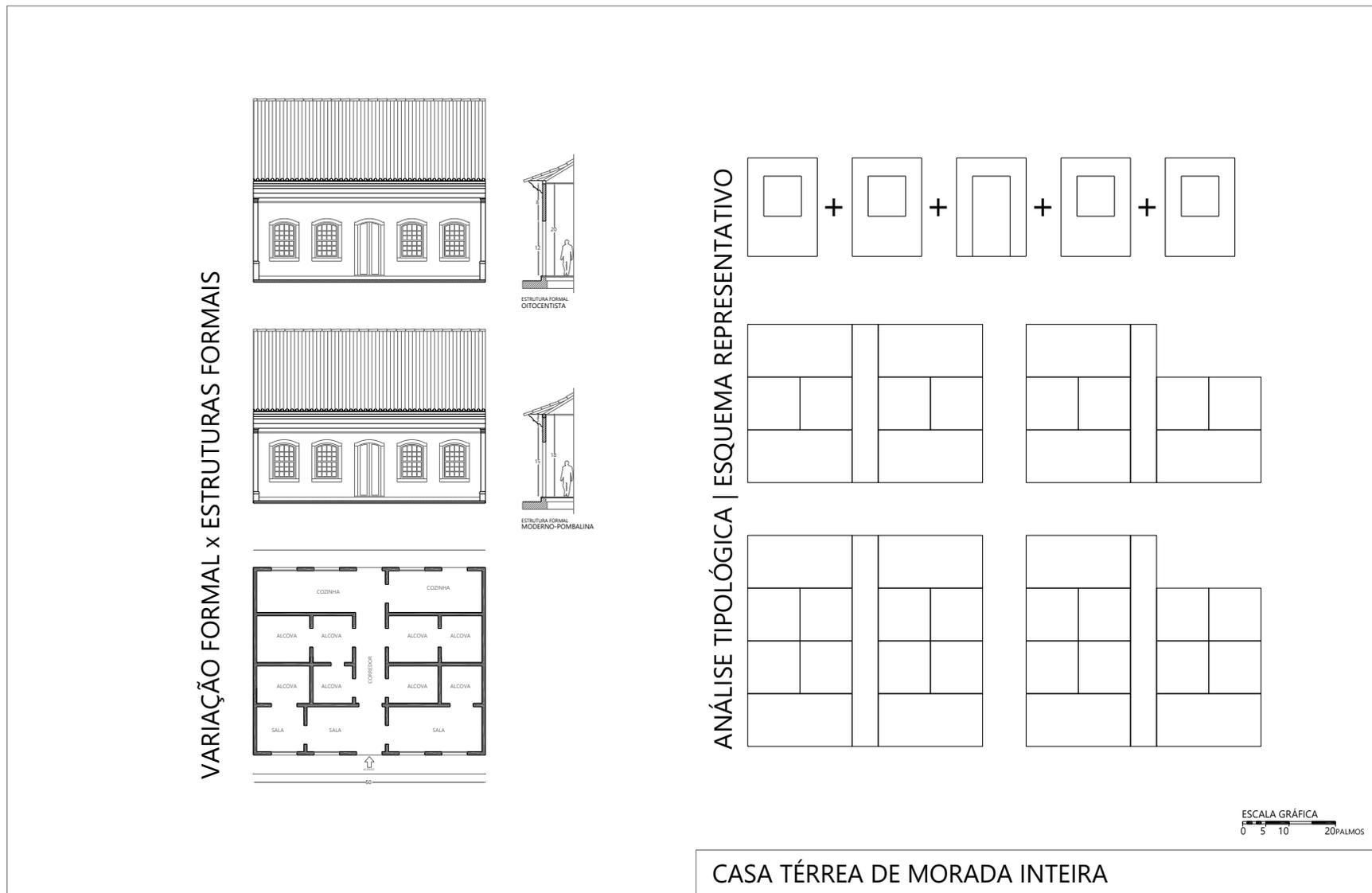
Fonte: Elaboração própria, 2021.

Prancha 41 – Casa de ¾ de morada | Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo.



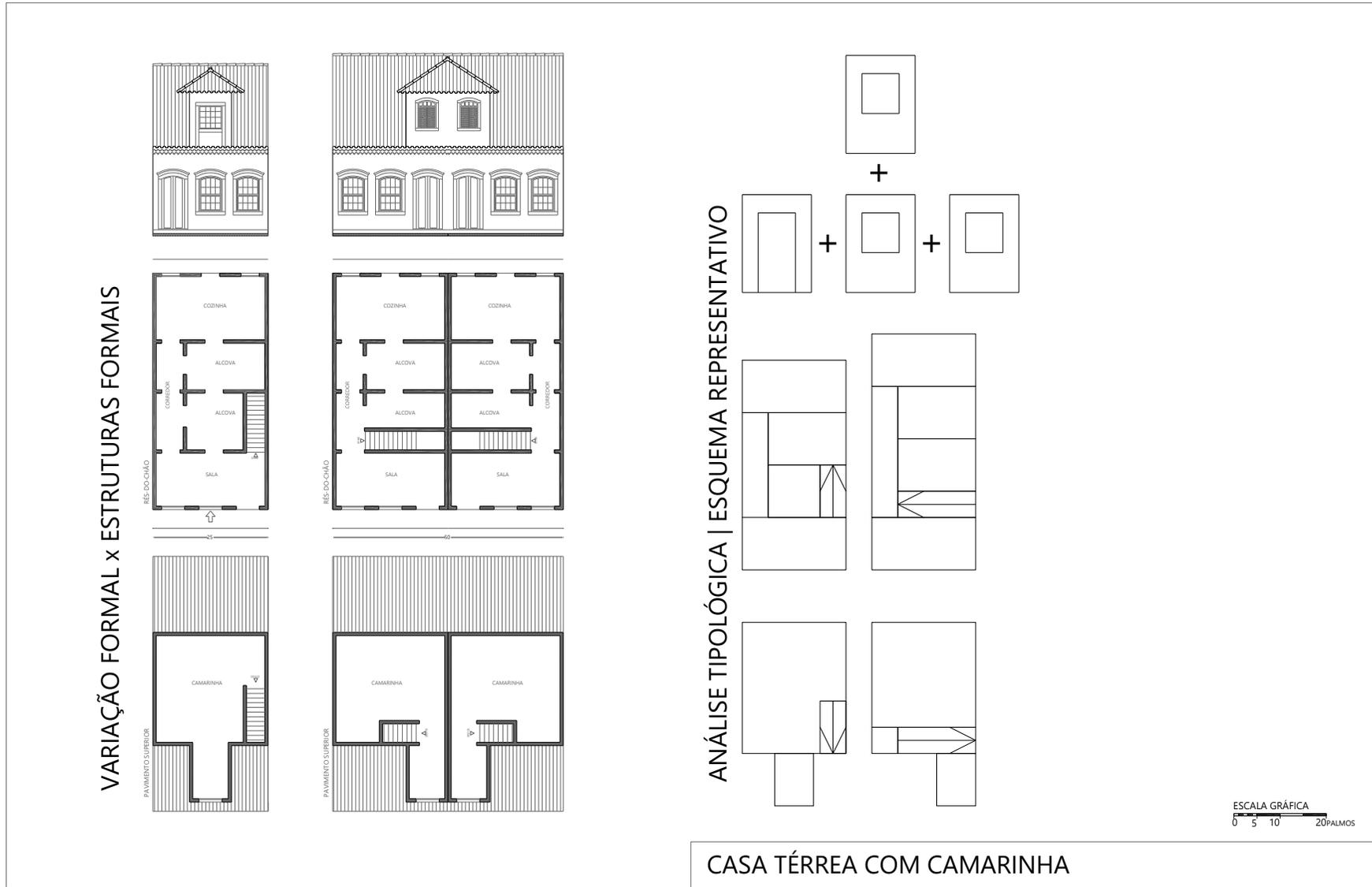
Fonte: Elaboração própria, 2021.

Prancha 42 – Casa de morada inteira | Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Prancha 43 – Casa térrea com camarinha | Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

### 5.2.3. Sobrados

Na análise tipológica da casa corrente, para os sobrados existentes nas povoações estudadas, identificamos oito *variações formais* deste partido arquitetônico, que foram denominados: “sobrados de frente estreita”; “sobrados de frente larga”; “sobrados de três ou mais pavimentos”; “sobrados com camarinha”; “sobrados com características senhoriais”; “sobrados oitocentistas”; “sobrados com balcão” e a “casas com andar sobrado no subsolo”.

#### 5.2.3.1. Sobrados de frente estreita

A primeira *variação formal* dos sobrados, denominada como *sobrado de frente estreita* trata-se, *grosso modo*, da solução mais abundante entre a casa corrente luso-brasileira erguida nas ruas de maior hierarquia das antigas Vila Rica, Vila de São João del-Rei e cidade de Mariana. Na Vila de São José del-Rei, em função da menor extensão do conjunto urbano e do *aumento* da povoação em menor escala ao longo do séc. XIX, as edificações de mais de um pavimento correspondem a poucos exemplares, que pertenceriam a outras variações pelas características encontradas.

Como o número de aberturas não se demonstrou a forma mais adequada para se determinar a classificação das *variações formais* nesse tipo de partido arquitetônico, consideramos como *sobrado de frente estreita*, edificações de dois pavimentos acima do nível médio da via pública e construídas em lotes com testadas entre 1 ½ e 3 *braças* de frente (15 e 30 *palmas* = 3,3 e 6,6 m). Resultante dessa configuração, as fachadas poderiam incorporar poucas aberturas e o agenciamento interno, em ambos os pisos, contemplar espaço suficiente para as escadas – que poderiam ter formato longitudinal nas parcelas mais estreitas e em “L” nas mais generosas.

Os *sobrados de frente estreita* podem ser interpretados como uma consequência do aumento das casas térreas de *porta e janela* e de *meia morada*. A análise das plantas de edificações desta *variação formal*, existentes entre a casa corrente ouro-pretana,

indicou para uma utilização de métricas para a profundidade bastante similares às das casas de pavimento único citadas, com cerca de 6 *braças* (60 *palmas* = 13,2 m), e áreas aproximadas de implantação de 13 ½ *braças quadradas* (64 m<sup>2</sup>), valor ligeiramente inferior às suas congêneres de rés-do-chão. Com a sobreposição do pavimento sobrado, a área total alcançou uma média de 27 *braças quadradas* (128 m<sup>2</sup>). Os pés-direitos foram definidos em função das métricas manuelinas ou pombalinas, com 12 *palmas* em cada andar ou 16 e 15 *palmas* (térreo e sobrado, respectivamente) de altura.

Em função estreiteza das testadas, as fachadas incorporaram entre duas e três aberturas por pavimento, que poderiam, quase sempre, ser distribuídas por portas<sup>152</sup> no pavimento térreo e janelas de peitoril ou de sacada no andar sobrado. No rés do chão, uma das portas junto aos limites laterais seria destinada à entrada da habitação, tendo o patamar da escada na sequência; enquanto as outras poderiam servir de acesso para uma loja, oficina ou uso qualquer definido pelo proprietário. A forma das janelas seria estipulada conforme a lógica de aproximação com as soluções dos modelos *moderno-manuelino* ou *moderno-pombalino*, de peitoril – com rótulas ou gelsias – ou de sacada com muxarabi, no primeiro, e de sacada aberta – com guarda-corpo de madeira ou ferro batido – para o segundo. Este recurso, ainda, poderia ocorrer com a simples remoção dos treliçados de madeira, envoltório da parte superior do vão, ou com o desmonte integral dos elementos e a substituição da proteção por outra mais recente. A distribuição das aberturas por pavimento nem sempre seguiu a lógica de igualdade, podendo ocorrer em maior ou menor número em cada andar conforme a forma de adaptação da construção nas reformas ou ampliações executadas ao longo do tempo.

Os agenciamentos internos destes sobrados se difeririam conforme o pavimento. No rés-do-chão, quando erguidos em ruas de maior hierarquia, haveria, normalmente, a utilização para alguma atividade econômica – comercial (vendas) ou produtiva (oficinas) – enquanto no andar superior estariam abrigados os espaços da

---

<sup>152</sup> *Grosso modo*, as janelas de botica no rés-do-chão, nas ruas de maior hierarquia nas povoações estudadas, não foram muito comuns.

moradia<sup>153</sup>. Para acomodar tais usos, o rés-do-chão poderia ser configurado de forma livre, nas edificações mais estreitas, ou compartimentado, conforme a necessidade de apoio das peças estruturais de madeira, que serviriam para a sustentação das paredes internas acima instaladas. No andar sobrado, o programa de necessidades era um pouco mais complexo, para se abrigarem adequadamente as funções de receber, dormir e de trabalho doméstico. Contudo, em geral, o agenciamento do programa de necessidades repetiu a disposição em sequência dos cômodos, comum às casas pluricelulares, com as salas seguidas de alcova(s) e a cozinha na parte posterior – porém, sem acesso direto ao quintal em mesmo nível, que, em alguns casos, para a resolução dessa limitação, poderia vir a receber uma escada externa aos fundos, para conectar esses espaços.

Em virtude limitação imposta pela pouca largura das fachadas, a atualização de alguns arranjos de fachada nos *sobrados de frente estreita* abarcou uma disposição com aberturas em sequência e significativa aproximação das vergas e ombreiras, que poderiam, inclusive, vir a compartilhar a mesma peça de madeira ou pedra. Situação também observável em algumas povoações portuguesas, como nas cidades do Porto e Guimarães e na Vila de Chaves, ambas no Norte de Portugal, este fato contribuiu para a substancial redução dos nembos e, por conseguinte, a produção de um efeito de continuidade e leveza à construção, em virtude da diminuição da percepção da massa da edificação nas paredes frontais. Acreditamos que tal efeito compositivo pode ser atribuído a dois contextos ocorrentes na Época Moderna: o aumento da largura das aberturas, de 4 ou 4 ½ *palmas* (0,88 ou 0,99 m) das relações métricas manuelinas para 5 ou 6 *palmas* (1,1 ou 1,34 m), presentes no *modelo pombalino* e dos padrões oitocentistas. A circulação da *cultura arquitetônica* de origem portuguesa na Minas Gerais do final do séc. XVIII permitiu uma possível reprodução dessas tendências já

---

<sup>153</sup> Conforme as situações relatadas por Borrego (2004), houveram severas restrições impostas pela Câmara de Vila Rica para se impedir a expansão das atividades comerciais para as regiões próximas às minas. Em função disto, acreditamos que, dificilmente, os andares térreos dos sobrados, erguidos em ruas das áreas centrais da povoação, tenham ficados ociosos, sem a utilização para a geração de renda ao proprietário.

existente em Portugal, as quais seriam reafirmadas na centúria seguinte nas reformas ou atualizações das edificações. A utilização de aberturas comunicantes em Ouro Preto e Mariana pode ser, sobretudo, observada em alguns sobrados localizados nas ruas de maior hierarquia, onde as atividades econômicas apresentaram maior vitalidade.

Fig. 38 – *Sobrados de frente estreita* em Ouro Preto (1-3) e Mariana (4-6).



Fonte: Acervo pessoal, 2020-2021.

Fig. 39 – *Sobrados de frente estreita* com aberturas comunicantes – Portugal: Porto (1-2), Chaves (3) e Guimarães (4) / Minas Gerais: Mariana – Rua Direita (5) e Ouro Preto – Rua São José (6).



Fonte: Acervo pessoal, 2020-2021.

### 5.2.3.2. Sobrados de frente larga

Os *sobrados de frente larga* podem ser considerados uma solução configurada a partir das décadas finais do séc. XVIII e se diferem da primeira *variação formal* do partido por alguns aspectos presentes nas dimensões plástica e construtiva, principalmente, pelas construções terem sido erguidas em lotes de frente mais larga, com o uso de sistemas construtivos mais robustos nos térreos e por comportarem mais aberturas na parede frontal – em quantidade de quatro a seis, como soluções mais recorrentes. Em decorrência das maiores testadas, em geral, superiores a  $4\frac{1}{2}$  *braças* (45 *palmas* = 9,9 m), houve um acréscimo significativo às áreas internas da habitação, haja vista, também, o maior prolongamento da construção aos fundos, próximo de  $7\frac{1}{2}$  *braças* (75 *palmas* = 16,5 m). Com isso, as áreas de implantação no térreo e do andar sobrado corresponderam a valores em torno de 36 *braças quadradas* (174 m<sup>2</sup>) para cada pavimento, ou seja, 72 *braças quadradas* (348 m<sup>2</sup>) no total. Os pés-direitos adotados poderiam variar entre 16 *palmas* no térreo e 15 ou 18 *palmas* no sobrado, conforme os padrões adotados no *modelo arquitetônico pombalino*.

O acréscimo em área aos pavimentos determinou agenciamentos de programas de necessidades mais complexos, com maior quantidade de repartições internas em ambos os níveis, permanecendo a distinção de usos conforme o pavimento. No térreo, a comodidade proporcionada pela largura mais avantajada poderia proporcionar a existência de duas repartições para as lojas ou oficinas. Como nas demais soluções, o andar sobrado foi configurado de acordo com a disposição convencional das funções, tendo-se a disposição de duas salas frontais, que poderiam variar em relação à composição das formas decorativas e incorporar alguma alcova para os visitantes no Oitocentos.

Como nos demais casos, no rés-do-chão predominou o uso ligado às atividades econômicas que pudessem gerar renda ao proprietário e o espaço destinado à habitação, consecutivamente, foi alocado no andar sobrado com um arranjo de planta tendendo à disposição em simetria, quando ocorreu a organização da fachada com

cinco vãos frontais. A distribuição das funções manteve a mesma lógica de agenciamento interno; porém, com salas duplas à frente e alcovas dos dois lados do corredor, enquanto as cozinhas, ao fundo, poderiam contar com um ou dois ambientes integrados à configuração original ou com prolongamentos a partir da introdução de anexos ao corpo principal da edificação. O acesso ao andar sobrado se dava por meio de uma escada localizada junto à porta de entrada da habitação, que poderia se localizar ao centro ou em uma das extremidades da planta, com formato geralmente em "L" e patamar intermediário para vencer alturas entre pavimentos, que exigiam cerca de 15 a 16 degraus para vencer as alturas<sup>154</sup>. Como no caso anterior, eventualmente, incluir-se-ia uma escada externa para o acesso ao quintal ou a abertura de uma porta aos fundos, quando a edificação fosse erguida em terrenos com acive.

Fig. 40 – *Sobrados de frente larga* em Ouro Preto (1-2), Mariana (3) e Tiradentes (4).



Fonte: Acervo pessoal, 2020-2021.

<sup>154</sup> Seguindo a prática construtiva de origem portuguesa, os espelhos dos degraus, em geral, eram produzidos com 1 *palmo* de altura, enquanto, os pisos eram estabelecidos entre 1 e 1 ½. Quando o espaço disponível à escada era reduzido, normalmente, em situações em que o andar sobrado surgiria na adaptação de uma casa térrea, estas proporções poderiam ser alteradas para melhor se ajustar a circulação vertical ao local.

### 5.2.3.3. Sobrados de três ou mais pavimentos

A *variação formal* denominada como *sobrado de três ou mais pavimentos* ocorreu comumente vinculada às soluções anteriores, sendo, por consequência, um desdobramento dos sobrados de *frente estreita* ou *larga*, porém, com a inclusão de mais andares. Bastante recorrente em Portugal, este tipo de sobrado acabou pouco difundido nas povoações locais, onde, apesar de existir, a pressão sobre os terrenos centrais ocorreu de forma mais branda e não impulsionou maior verticalização. Desse modo, identificamos poucos exemplares dessa *variação* em Ouro Preto, cinco no total, sendo dois deles localizados na Rua Conde de Bobadela (antiga Direita), especificamente. Em São João del Rei e Tiradentes também existem alguns sobrados de três pavimentos, os quais pelas características das construções foram incluídos em outra categoria, relacionada com a evolução do partido arquitetônico no séc. XIX. Na cidade de Mariana não foram encontradas ocorrências relacionadas a nenhum destes contextos.

Os exemplares identificados em Ouro Preto nos conduziram a algumas relações métricas, que não, necessariamente, poderiam ser consideradas como uma tendência geral para a casa corrente luso-brasileira de outras localidades, mas se conforma como informação complementar a ser usada comparativamente. Nesse sentido, os dois *sobrados com três ou mais pavimentos* localizados na Rua Conde de Bobadela, com números 21 e 75, foram erguidos com dimensões entre 3 e 3 ½ *braças* (30 e 35 *palmos* = 6,6 e 7,7 m) para as frentes e 2 ½ e 4 ½ *braças* (25 e 45 *palmos* = 5,5 e 9,9 m) de profundidade, respectivamente. Dessa maneira, o sobrado menor (nº 21) possui área implantação de 7 *braças quadradas* (34 m<sup>2</sup>) e 21 *braças quadradas* (102 m<sup>2</sup>) de área dos pavimentos; enquanto no maior (nº 75), identificamos uma área implantação aproximada de 15 ½ *braças quadradas* (83 m<sup>2</sup>) e 46 ½ *braças quadradas* (249 m<sup>2</sup>) para a área dos pavimentos.

Em função de terem sido configurados a partir do acréscimo de andares às *variações formais* listadas anteriormente, não foi possível estabelecer uma classificação

determinada pelo número de aberturas nas fachadas principais. Tampouco, haveria uma configuração ajustável compativelmente à alguma das *estruturas formais* que identificamos. Contudo, presumimos que o aparecimento destas soluções tenha ocorrido ao longo do séc. XIX, determinadas pelo *aumento* das povoações nessa época.

Fig. 41 – *Sobrados três ou mais pavimentos* em Ouro Preto – Ruas Conde de Bobadela (1-2) e Brigadeiro Musqueira (3).



Fonte: Acervo pessoal, 2020-2021.

#### 5.2.3.4. Sobrados com camarinha

Em nossa análise tipológica, entendemos que a principal diferenciação, entre as formas adotadas nos *sobrados com camarinha* em relação aos *sobrados de três ou mais pavimentos*, esteve no modo como seria erguido o acréscimo aos pavimentos, se recuados alguns palmos dos beirais dos telhados ou se feito em continuidade com o alinhamento vertical das paredes. Identificamos em Ouro Preto três *sobrados com camarinha* (Largo do Rosário nº. 17, Rua Conde de Bobadela nº. 95 e Praça Tiradentes nº. 140) e um em Mariana (Rua Direita nº. 93). Nas cidades de São João del Rei e Tiradentes, excepcionalmente, existem alguns sobrados com o acréscimo das camarinhas; porém, entendemos que o surgimento deste está relacionado a outra categoria, em nossa classificação.

Para os três *sobrados com camarinha* localizados em Ouro Preto, o dimensionamento adotado nas construções foi mais uniforme, permitindo-nos

apresentar uma média para estes exemplares em específico. Neste cenário, encontramos frentes configuradas por testadas de 3 *braças* e profundidade das casas de 6 ½ *braças* (30 e 65 *palmas* = 6,6 e 14,3 m, respectivamente). Tal relação proporcionou 19 ½ *braças quadradas* (89 m<sup>2</sup>) de implantação e 45 ½ *braças quadradas* (201 m<sup>2</sup>) para a área dos pavimentos mais a camarinha. Somente esse acréscimo possuiu, em média, 8 ½ *braças quadradas* (40 m<sup>2</sup>, aproximadamente). Contudo, pelas variações individuais, verificáveis em cada situação, e o caráter de excepcionalidade desta *variação* frente as demais, estes dados devem ser considerados uma referência, que, para ser tomada como um padrão, exigiria uma confrontação com maior quantidade de objetos.

Fig. 42 – *Sobrados com camarinha* em Ouro Preto (1-3) e em Mariana (4).



Fonte: Acervo pessoal, 2020-2021.

### 5.2.3.5. Sobrados com características senhoriais

Os *sobrados com características senhoriais* podem ser considerados um aspecto de excepcionalidade à regra geral da casa corrente luso-brasileira nas antigas vilas compreendidas em nosso recorte, na qual a implantação da edificação se mantinha definida pelo *lote godo-medieval*, sem alterações significativas de sua reprodutibilidade nas povoações de origem portuguesa. Ao longo do séc. XIX, as novas configurações de parcelamento que permitiram o surgimento de casas térreas com mais de uma morada, também contribuíram para o aparecimento de sobrados similares às casas senhoriais portuguesas; porém, com dimensões mais contidas e soluções estéticas de menor erudição e sem o privilégio de serem erguidas em terrenos isolados e destacadas dos conjuntos.

Dotados de frentes singularmente generosas, entre 6 e 7 *braças* (60 e 70 *palmos* = 15,4 e 23,2m)<sup>155</sup>, esta *variação formal* da casa corrente luso-brasileira se destacaram dos demais sobrados por possuírem largas fachadas principais e geralmente estarem localizados em esquinas, ainda que nem todos os exemplares fossem geminados nas duas faces laterais. Apesar da inspiração senhorial, a *dimensão plástica* destas edificações correspondia à lógica de continuidade das fachadas corriqueira, conforme as condições de imposição de *uniformidade* comumente empregadas nas povoações. O impacto das formas utilizadas nos *sobrados com características senhoriais* de conformava pelo volume elevado da construção, quando comparadas às habitações comuns erguidas com os padrões dos modelos arquitetônicos do Período Moderno, *manuelino* ou *pombalino*.

Nos exemplares ouro-pretanos, identificamos uma relação média de dimensões para as frentes e as profundidades da construção conformadas entre 6 e 13 ½ *braças* (60 e 135 *palmos* = 15,4 e 29,7 m, respectivamente), séries incomuns às características morfológicas do *lote godo-medieval* replicado nos séculos anteriores. Internamente, as

---

<sup>155</sup> Valores identificados na análise de três sobrados desta natureza, localizados em Ouro Preto nas ruas Getúlio Vargas, 185; Conde de Bobadela, 59 e Praça Tiradentes, 33.

métricas mais elevadas proporcionaram agenciamentos mais complexos, com o surgimento de várias salas – utilizadas desde os velórios até para receberem encontros sociais festivos – , quartos, alcovas e vários cômodos destinados às atividades domésticas. Essa variedade de usos no interior da casa dificilmente haveria de ser conseguida no séc. XVIII – temporalidade recortada por maior precariedade na situação geral das habitações, marcada pela pequena difusão de mobiliário e por hábitos familiares mais reclusos.

Fig. 43 – Sobrados com características senhoriais – São João del Rei (1), Mariana (2) e Ouro Preto (3-4).



Fonte: Acervo pessoal, 2015-2021.

As métricas utilizadas para os pés-direitos poderiam utilizar tanto dos padrões baseados na *postura pública soteropolitana* de 1785, quanto nos indicados pelo *Código de Posturas* da Câmara do Rio de Janeiro – conforme o contexto de circulação da *cultura arquitetônica* no séc. XIX, que contribuíram para evolução dos partidos da casa corrente luso-brasileira. Além destes aspectos, as aberturas também apresentaram dimensionamento com valores mais elevados, inclusive, com a demarcação de

hierarquias decorativas e volumétricas para os vãos. Os exteriores foram igualmente marcados com o rigor compositivo para o equilíbrio das formas, a demarcação da simetria, o uso das ordens nas pilastras e cunhais e a adoção de cimalthas de perfil recortado com frisos inferiores para se assemelharem aos entablamentos clássicos.

#### **5.2.3.6. Sobrados oitocentistas**

Na segunda metade do séc. XIX, na Região do Rio das Mortes surgiu uma *variação formal* similar, a que estamos denominando como *sobrados oitocentistas*, que se diferem dos *Sobrados com características senhoriais* pela maior imponência da volumetria, geralmente marcada pela presença de três pavimentos corridos ou um terceiro andar na forma de torreão ou mirante, e pela incorporação de ornamentos neoclássicos ou ecléticos, como: o arco pleno, os estuques ornamentais, as sobrevergas de várias camadas, os balcões em ferro batido ou fundido com brasões e armas de família, entre outras características.

Esta *variação formal* ocorreu especialmente em São João del Rei, por causa do significativo *aumento* experimentado pela então cidade durante o séc. XIX e pelos laços econômicos estabelecidos com a corte imperial e com as regiões cafeeiras do Vale do Paraíba. Estes fatos permitiram a circulação da *cultura arquitetônica* oitocentista carioca, à época já bastante influenciada pelos novos estilos importados e suas adaptações à arquitetura luso-brasileira.

A volumetria determinada por uma massa marcante, condicionada pelas largas fachadas e forte presença dos nembos separando as aberturas, ofereceu aos *sobrados oitocentistas* características peculiares e que chamaram a atenção dos pesquisadores portugueses Ernesto V. de Oliveira e Fernando Galhano. Estes "sobradões", forma como os autores denominaram tal manifestação arquitetônica, também se vulgarizaram em Portugal, junto aos portugueses ou filhos seus que retornaram enriquecidos do Brasil à época. Oliveira e Galhano (1992) ainda destacaram o surgimento destes sobrados

como uma cena favorável diante da simplificação (“empobrecimento”) das fachadas das casas tripeiras no final do séc. XIX. Segundo os pesquisadores:

Este empobrecimento, de resto, [foi] compensado pelo aparecimento de novos tipos residenciais mais luxuosos, nomeadamente o característico ‘palacete’ tripeiro, misto de casa larga e casa burguesa, que é costume considerar, entre nós, próprio do ‘brasileiro’ de retorno. (OLIVEIRA; GALHANO, 1992, p. 302)

Como no Porto, no cenário das vilas mineiras da Região do Rio das Mortes e de muitas cidades brasileiras do período, estes sobrados podem ser considerados o capítulo final da reprodução da casa corrente de origem portuguesa.

Fig. 44 – *Sobrados oitocentistas* nas cidades de São João del Rei (1-3) e Tiradentes (4).



Fonte: Queiroz (2010a, p. 35-40; 2010b, p. 19 – Adaptado).

### 5.2.3.7. Sobrados com balcão

Na atualidade, os *sobrados com balcão* correspondem a escassos indícios de uma solução derivada da casa corrente medieval, que, possivelmente, haveria de ter

significativa recorrência nas vilas mineiras durante o século XVIII, haja vista, as recorrentes posturas públicas destinadas à *regularidade* e à *uniformidade* implementadas pelas Casas de Câmara locais. No contexto de Minas Gerais, os principais aspectos da permanência desse tipo de sobrado podem ser identificados em representações, imagéticas e textuais do passado, e na preservação de alguns exemplares em São João del Rei, Ouro Preto e Diamantina.

Para efeito de análise, selecionamos os levantamentos de dois *sobrados com balcão* existentes em Ouro Preto, localizados à Rua Antônio de Albuquerque, números 131 e 134, e isto nos permitiu compreender alguns os recursos utilizados. Os exemplares avaliados possuem frente de  $2 \frac{1}{2}$  *braças* (25 *palmas* = 5,5 m) e profundidades, no térreo, com valores próximos de  $3 \frac{1}{2}$  e  $4 \frac{1}{2}$  *braças* (34 e 44 *palmas* = 7,5 e 9,7 m), e, no andar sobrado, aproximadamente 4 e 5 *braças* (37 e 48 *palmas* = 8,1 e 10,6 m). Observamos, respectivamente, um acréscimo de 3 e 4 *palmas* relativos à projeção do balcão, o que indica um avanço maior do que nas projeções das sacadas utilizadas nas demais edificações, de até  $2 \frac{1}{2}$  *palmas*.

Fig. 45 – *Sobrados com balcão* localizados à Rua Antônio de Albuquerque em Ouro Preto.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

As áreas dos pavimentos também sofreram variações em função dos incrementos dos balcões, correspondendo a aproximadamente 8 ½ e 11 *braças quadradas* (cerca de 41,3 e 53,4 m<sup>2</sup>), para o rés-do-chão, e 9 e 11 ½ *braças quadradas* (cerca de 44,6 e 58,3 m<sup>2</sup>), no andar sobrado. Os balcões, portanto, adicionaram, em média, pouco mais de ½ *braça quadradas* no sobrado menor e cerca de 1 *braça*, no maior – 3,3 e 4,9 m<sup>2</sup>, respectivamente – à área da edificação. Nesse sentido, os balcões ofereceram um aumento importante, em torno de 7 e 9 *por cento*, ao espaço interno do andar sobrado, como foi comum nas edificações relatadas nos estudos sobre a casa corrente portuguesa do período medieval. Os pés-direitos encontrados nos *sobrados com balcão* ouro-pretanos corresponderam a 12 *palmas*, padrão referente à *estrutura formal moderno-manuelina*.

#### **5.2.3.8. Casas com andar sobrado no subsolo**

Excepcionalmente conformada entre a casa corrente ouro-pretana, a última *variação formal* correspondeu a uma solução híbrida entre o partido arquitetônico da *casa térrea* e do *sobrado*, que denominamos como *casa com andar sobrado no subsolo*. Sylvio de Vasconcellos (1979) descreveu esta ocorrência na antiga Vila Rica, como um recurso utilizado pelos construtores quando o lote estivesse em declive, de modo a permitir o aproveitamento dos espaços abaixo do piso principal, no rés-do-chão.

Na casa corrente luso-brasileira ouro-pretana, essa forma de utilização da área do terreno disponível à edificação apresentou alguma recorrência em ruas abertas a meia encosta, como as atuais São José, Bernardo de Vasconcellos e Getúlio Vargas. Em função da grande descaracterização dos exemplares, não conseguimos aferir dados confiáveis para apontar parâmetros dimensionais para as *casas com andar sobrado no subsolo* e, desse modo, a incluiremos na classificação como registro desta ocorrência e, conseqüentemente, permitir explorar tal *variação formal* em estudos futuros.

Ainda que as demais povoações tivessem o assentamento em terrenos acidentados, essa solução não encontrou recorrência senão de forma episódica.

Fig. 46 – Casas com andar sobrado no subsolo em Ouro Preto.

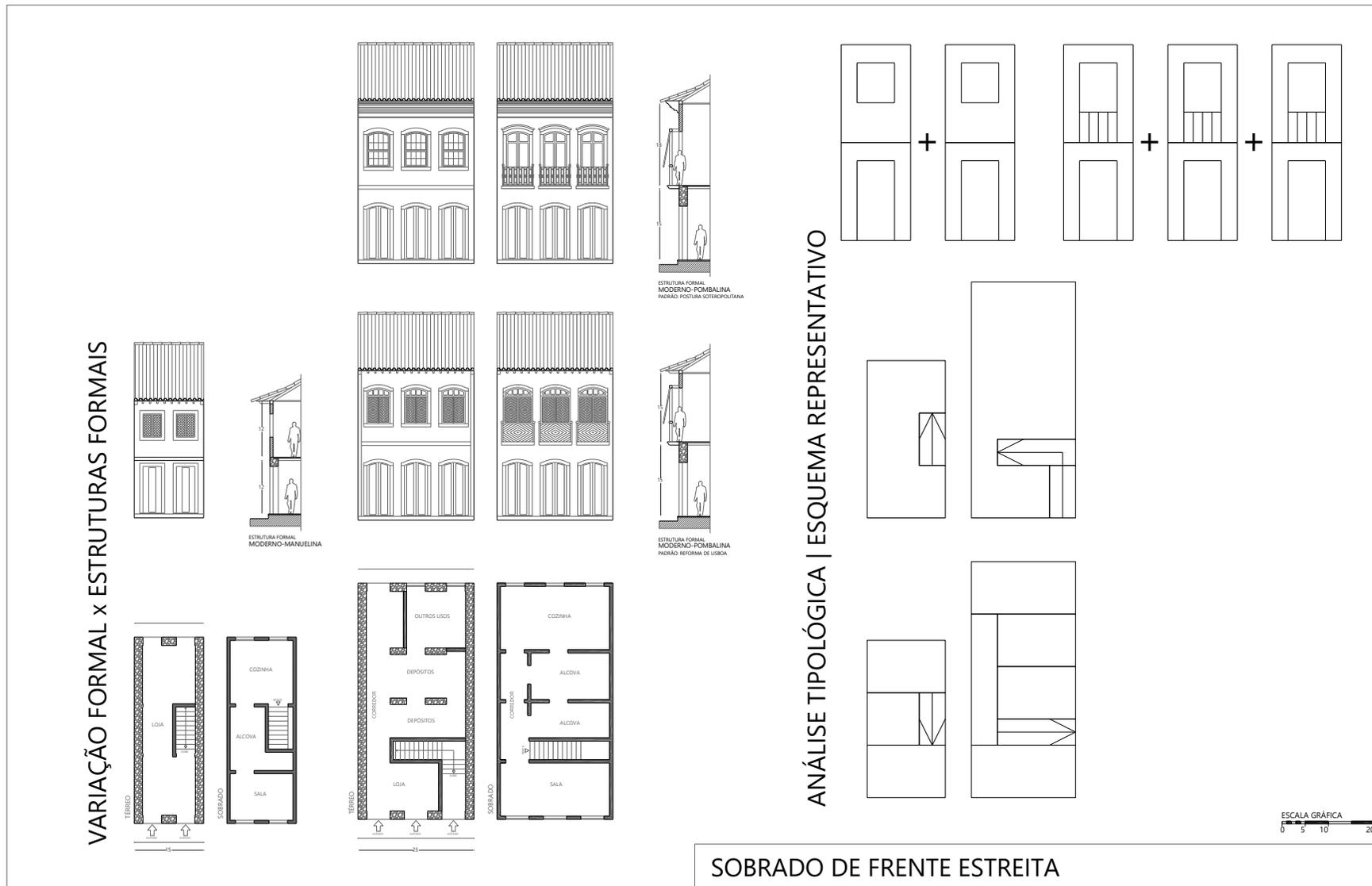


Fonte: Acervo pessoal, 2020-2021.

Acreditamos que a utilização do andar sobrado no subsolo como parte da habitação não tenha sido uma solução comum ao séc. XVIII, mas acrescentada ao longo dos séculos seguintes como forma de ampliar a área, geralmente diminuta, disponível à casa implantada nessa condição. Em função disto, o agenciamento interno não apresenta alguma recorrência a ser considerada como tendência para o uso dos cômodos nos andares inferiores. Possivelmente, como observamos na atualidade, a destinação destes locais teria compreendido a instalação das cozinhas e áreas de serviço doméstico – aspecto favorecido pela maior proximidade com os quintais e pela existência de cursos d'água, abundantes nos vales das encostas em Ouro Preto.

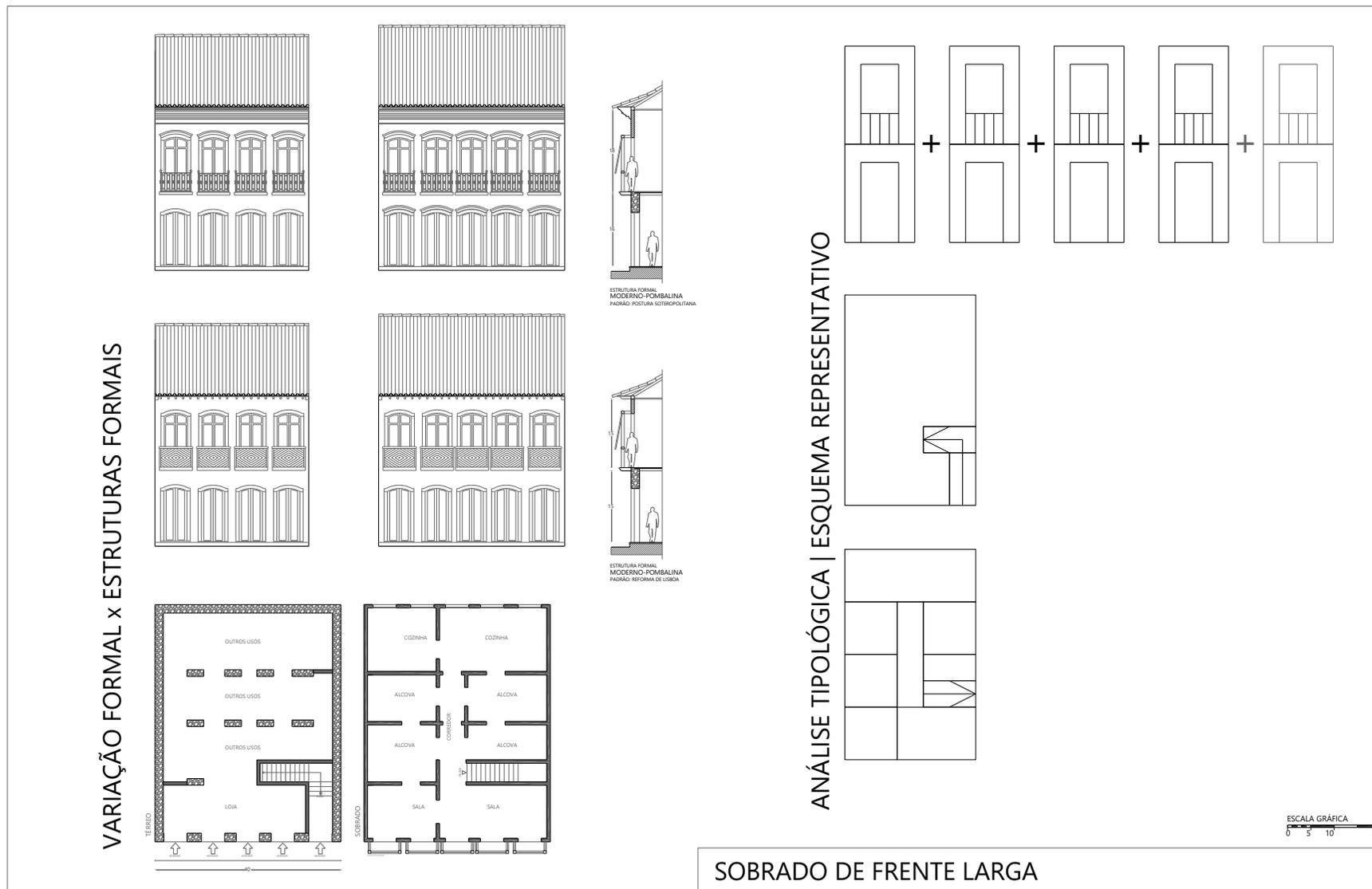
Alguns exemplares em Ouro Preto, como a casa situada no Largo do Rosário nº 91, abrigaram nos porões utilizáveis espaços para o castigo dos escravizados. Contudo, pela falta de evidências não podemos considerar esta ocorrência uma situação generalizável.

Prancha 44 – Sobrado de frente estreita | Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo.



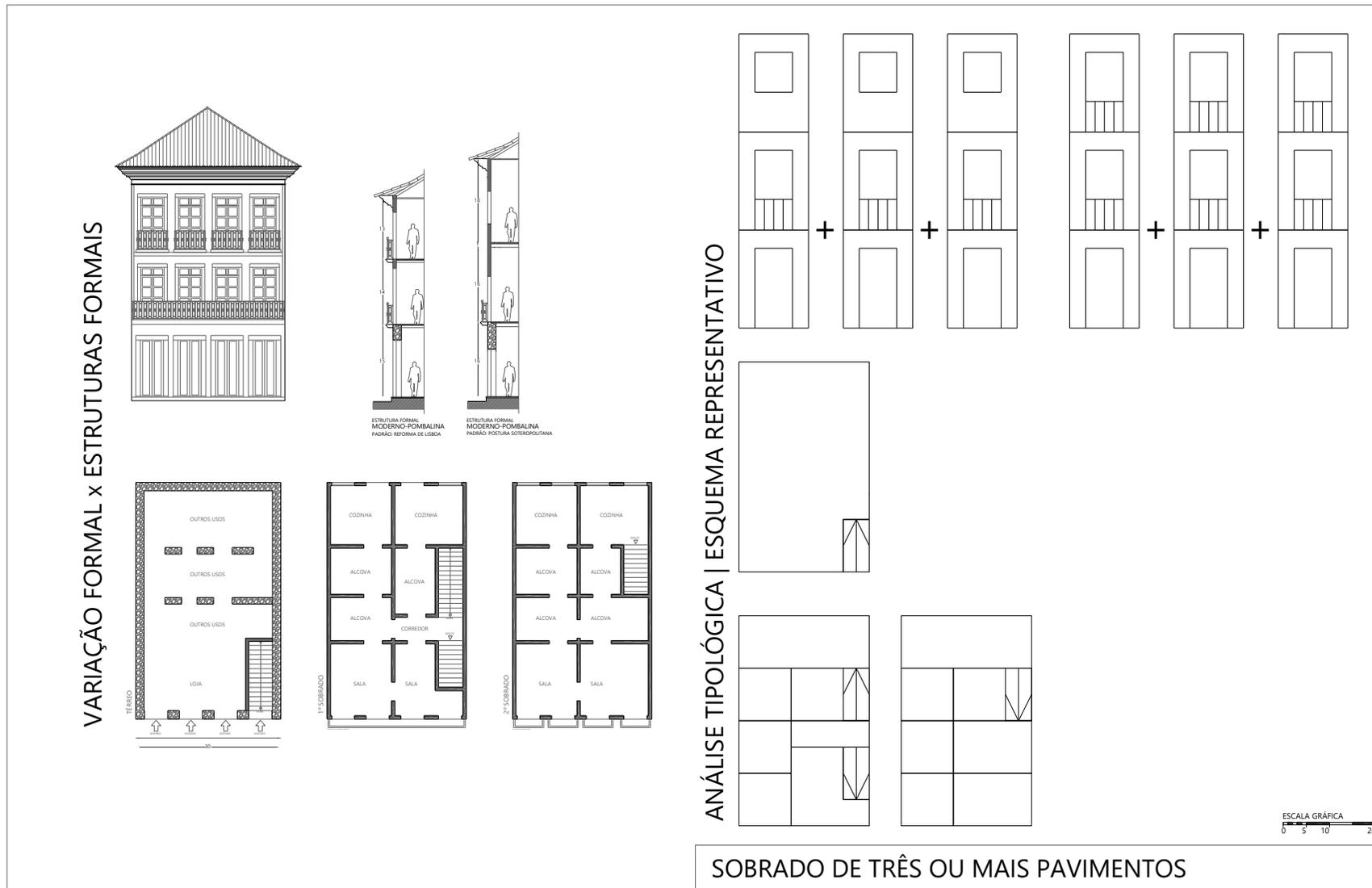
Fonte: Elaboração própria, 2021.

Prancha 45 – Sobrado de frente larga | Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo.



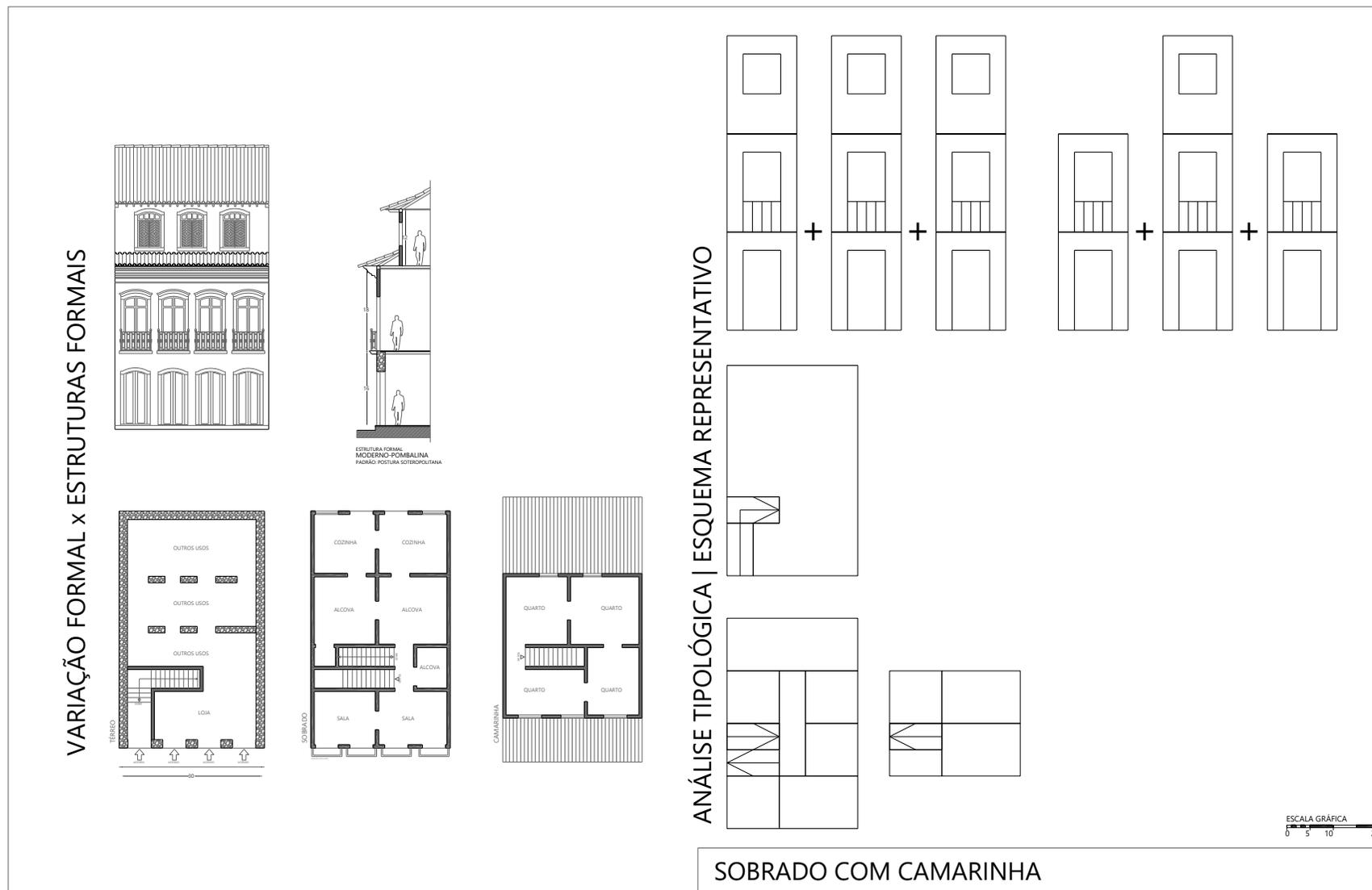
Fonte: Elaboração própria, 2021.

Prancha 46 – Sobrados de três ou mais pavimentos | Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo.



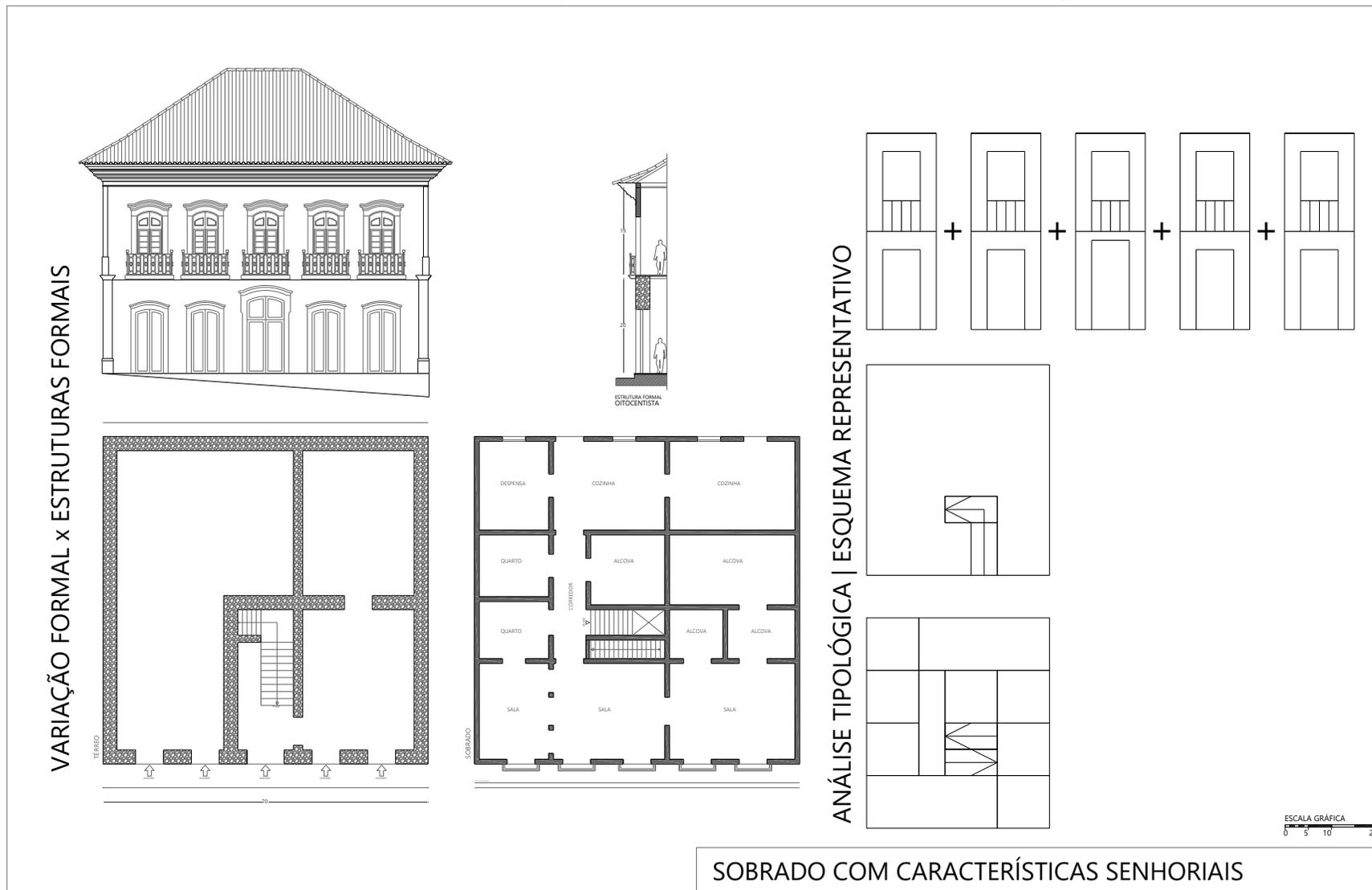
Fonte: Elaboração própria, 2021.

Prancha 47 – Sobrados com camarinha | Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Prancha 48 – Sobrados com características senhoriais | Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo.



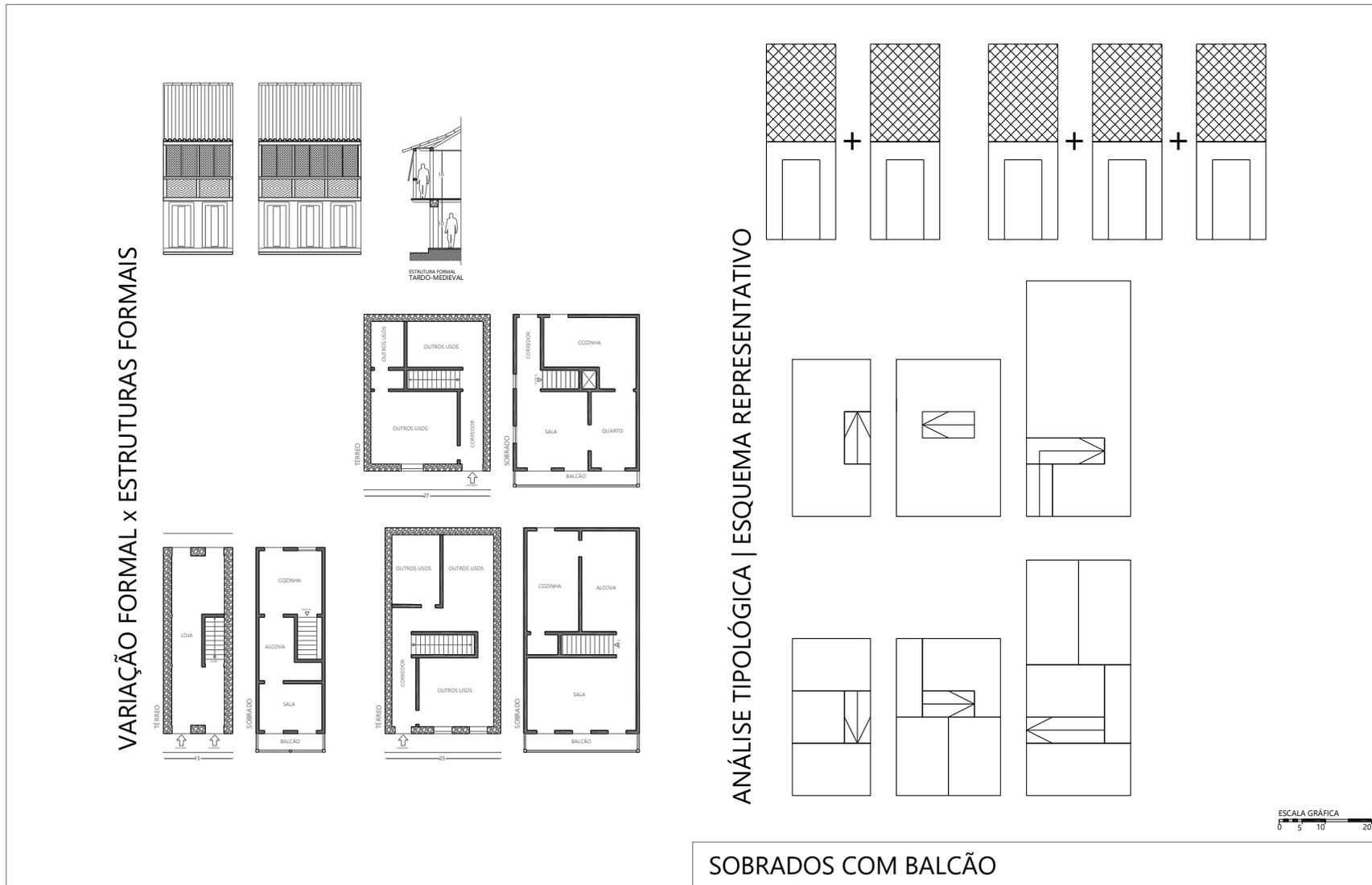
Fonte: Elaboração própria, 2021.

Prancha 49 – Sobrados oitocentistas | Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo.



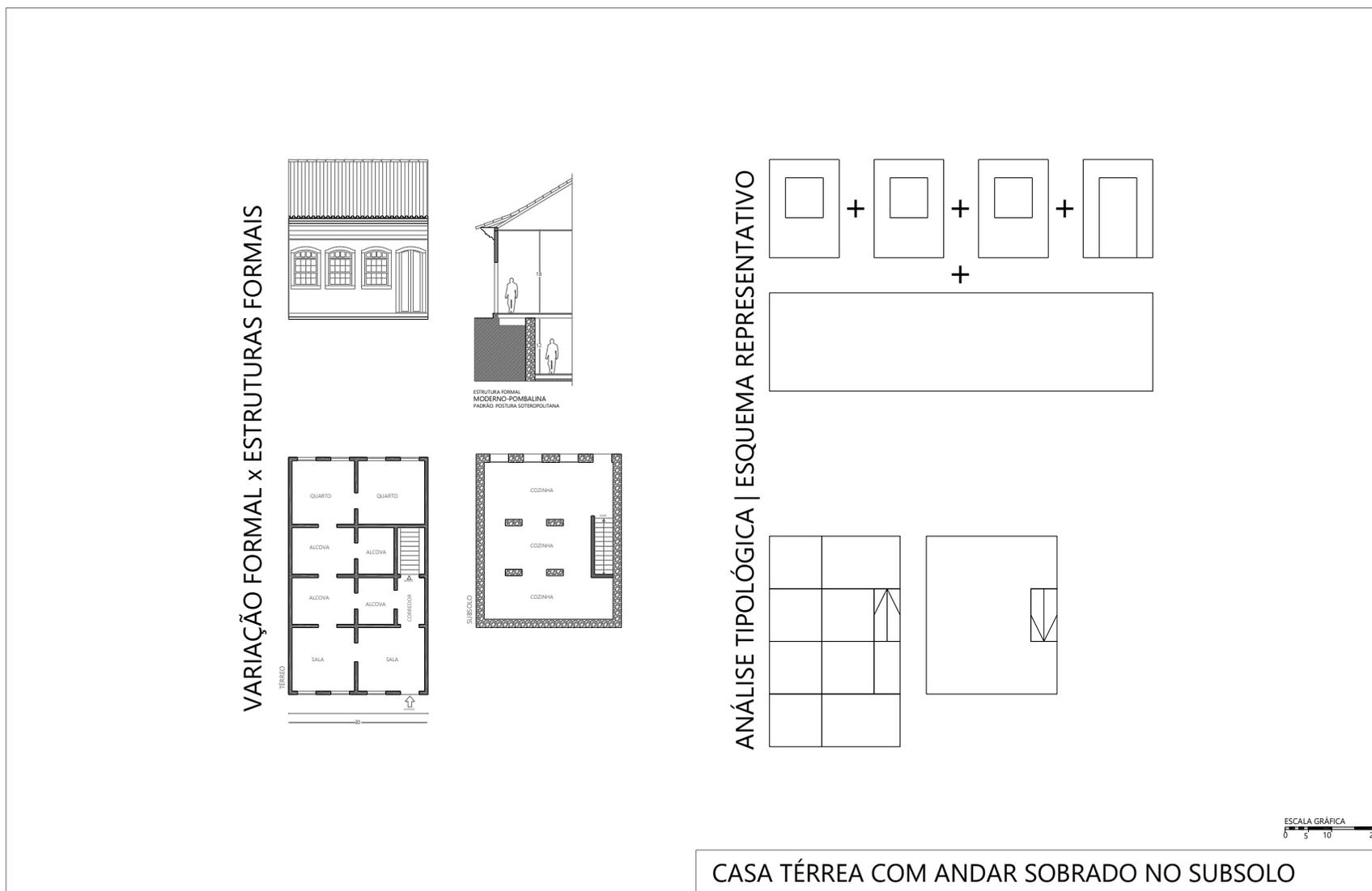
Fonte: Elaboração própria, 2021.

Prancha 50 – Sobrados com balcão | Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Prancha 51 – Casas com andar sobrado no subsolo | Variação formal x estruturas formais / Análise tipológica: Esquema representativo.



Fonte: Elaboração própria, 2021

### **5.3. À guisa de uma conclusão sobre a casa corrente luso-brasileiro nas quatro Vilas Mineiras investigadas**

Apesar deste ser um estudo generalizante e, como tal, apresente limitações quanto à especificidade de cada uma das localidades estudadas, apresentaremos algumas questões importantes para a interpretação da manifestação da casa corrente luso-brasileira no contexto mineiro dos séculos XVIII e XIX.

#### **5.3.1. Aspectos importantes para a compreensão da evolução dos partidos arquitetônicos da casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais**

A confrontação entre os levantamentos realizados por intermédio do INBI-SU em Ouro Preto e a literatura consultada, conseqüentemente, nos permitiu desenvolver um quadro de interpretação sobre a evolução dos partidos arquitetônicos ligados à casa corrente luso-brasileira das povoações investigadas. Ainda que cada uma das antigas vilas tenha seguido caminhos próprios de reprodução e transformação das soluções arquitetônicas herdadas de Portugal, achamos válido explorar alguns aspectos desse fenômeno, como uma análise tipológica que poderia ser replicada a outros cenários quando conveniente.

Para tal finalidade, exploramos neste capítulo alguns indicadores morfológicos contidos nos levantamentos cadastrais do sítio urbano e das edificações, como: as testadas predominantes em lotes das principais ruas da povoação; as métricas das casas e seus elementos construtivos; e a comparação entre as soluções de agenciamento interno recorrente em cada *variação formal*. Em outra via, a verificação de dados registrados nas fontes consultadas nos proporcionou identificar a existência de padrões para as alturas de pés-direitos, o dimensionamento as aberturas e as outros operadores presentes nas posturas urbanas. Sendo assim, a comparação destes indícios nos proporcionou, sobretudo, observar um interessante percurso de circulação de uma *cultura arquitetônica* baseada na replicação de *modelos* e nas tentativas de

implantação de *regularidade* e *uniformidade*, da qual Minas Gerais não deixou se integrar o quadro geral observável em todo o mundo português.

Se inicialmente, pela ausência de *regulação urbana*, seria favorável a reprodução de *variações formais* originadas no Medievo, com o tempo o êxito do controle efetivado pelas Casas de Câmara levou a assimilação de novas regras de salubridade e beleza vigentes no séc. XIX, impostas, sobretudo, sobre a base da arquitetura luso-brasileira. Nesta percepção, a primeira conclusão a ser proposta se baseia no fato de que as manifestações locais, apesar de sua originalidade e adaptação às conveniências dos sítios e seus habitantes, somente podem ser compreendidas se observadas à luz da produção arquitetônica do Império Ultramarino Português. Isto se conformou sobretudo a partir de contextos arquitetônicos integrados, capazes de se fazerem repercutir em escala suficiente para serem transmitidos da metrópole para os territórios sob seus domínios, mas, também, entre as próprias colônias e as Ilhas atlânticas – como observamos na questão dos agenciamentos dos programas de necessidade comuns no Brasil e ocorrentes em algumas regiões dos Açores.

Nesse sentido, no cenário ouro-pretano exemplificado pelos dados presentes no INBI-SU, identificamos variações que envolveram as diferentes dimensões da casa – *plástica, funcional e construtiva* – em diferentes escalas e relações temporais.

A *dimensão plástica*, sem dúvida, foi a que implicou alterações de modo mais evidente e a que mais recebi atualizações ao longo dos séculos XVIII e XIX. Nesse sentido, as transformações ocorreram, em linhas gerais, em função da assimilação das tendências percebidas na própria evolução dos partidos arquitetônicos da casa corrente luso-brasileira e, fundamentalmente, pelos novos conceitos estéticos e de salubridade, associados às moradias erguidas após o período pombalino. No caso ouro-pretano, a análise tipológica da casa corrente local nos permitiu identificar tanto as reminiscências das soluções tardo-medievais quanto a circulação dos *modelos arquitetônicos* criados em Portugal durante a Idade Moderna. Tal condição nos aponta indícios importantes para interpretar o quadro das demais povoações vinculadas ao nosso estudo, que também esboçam aspectos similares entre as habitações comuns.

No tocante à *dimensão funcional*, de maneira semelhante, podemos interpretar a incorporação de diversos aspectos desse contexto de transformações, como se pode observar no gradativo aumento na complexidade dos agenciamentos dos programas de necessidades, que partiram da base tardo-medieval da casa pluricelular – com cômodos em sequência, sem corredores – para uma espacialização em condição de absorver uma rotina social de acolhimento de visitantes, incomum durante os séculos XVI e XVIII na colônia. O cenário determinado pelo séc. XIX em Ouro Preto – delineado pelas exigências da *conservação* da povoação, então cidade e capital provincial – compreendeu em grande parte reconstruções e reformas das precárias habitações herdadas da centúria anterior. Este fato em particular viria a repercutir sobre a *dimensão construtiva* a partir do aumento dos pés-direitos e dos elementos incorporados às fachadas, já um tanto influenciada por regras edilícias, como as registradas nas *Postura Pública Soteropolitana* e no *Código de Posturas* da Câmara do Rio de Janeiro.

Consequentemente, os novos agenciamentos e as métricas mais avantajadas exigiram na *dimensão construtiva* alguma transformação na lógica de se empregar os materiais, sem que, no entanto, houvesse alterações significativas nos modos de construir. As técnicas construtivas em geral corresponderam às reproduzidas desde a Idade Média em Portugal, aos moldes da descrição realizada de modo excepcional por Sylvio de Vasconcellos (1977) para o cenário mineiro. Contudo, a utilização de alvenaria de pedra nos andares térreos, em espaços urbanos de maior hierarquia, alterou o contexto de reprodução das gaiolas estruturais de madeira, que passaram a ser instaladas sobre os paredões criados no térreo. Nesse processo, a cantaria acabou incorporada em escala significativa pela casa corrente luso-brasileira local, assim como na de Mariana, servindo de ornato para portais, janelas, pilastras, cornijas e outros detalhes decorativos vulgarizados no Oitocentos. A madeira também foi utilizada neste propósito, decorando as vergas, retas e curvas, com sobrevergas de perfil recortado, aos moldes das fachadas do Reino. Com o tempo, os fechamentos treliçados de

madeira (gelosias, rótulas e muxarabis) deram lugar ao vidro nas janelas e ao ferro batido ou fundido nos refinados guarda-corpos do séc. XIX.

As fachadas principais com as alterações na volumetria das casas passaram das acanhadas proporções presentes na *estrutura formal tardo-medieval*, com cerca de 10 *palmas* por pavimento, para os avantajados padrões recorrentes na *oitocentista*, com quase 40 *palmas* de altura. Com os maiores pés-direitos, para se aliviar as cargas nas estruturas, vulgarizaram-se vedações de empenas em tabuado e divisórias internas em tabique, mais leve e eficientes nestes casos. Acreditamos que estas soluções tenham se originado como uma solução provisória realizada à espera de que as edificações geminadas fossem construídas até o gabarito da mais altas. Nas *Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, algumas diretrizes serviam às obrigações compartilhadas pelos proprietários, como a responsabilidade dividida nas alterações ocorridas nas casas com paredes comuns. Pelas normas, na ausência de condições da divisão dos custos, o que tivesse mais recursos tornar-se-ia dono da parede e suas estruturas, até que o outro pudesse lhe ressarcir. Diante das dinâmicas construtivas do séc. XIX em Ouro Preto, estas empenas, então, poderiam ter sido parte deste contexto de compartilhamento de responsabilidades, que permaneceram em consequência de uma ampliação nunca ocorrida.

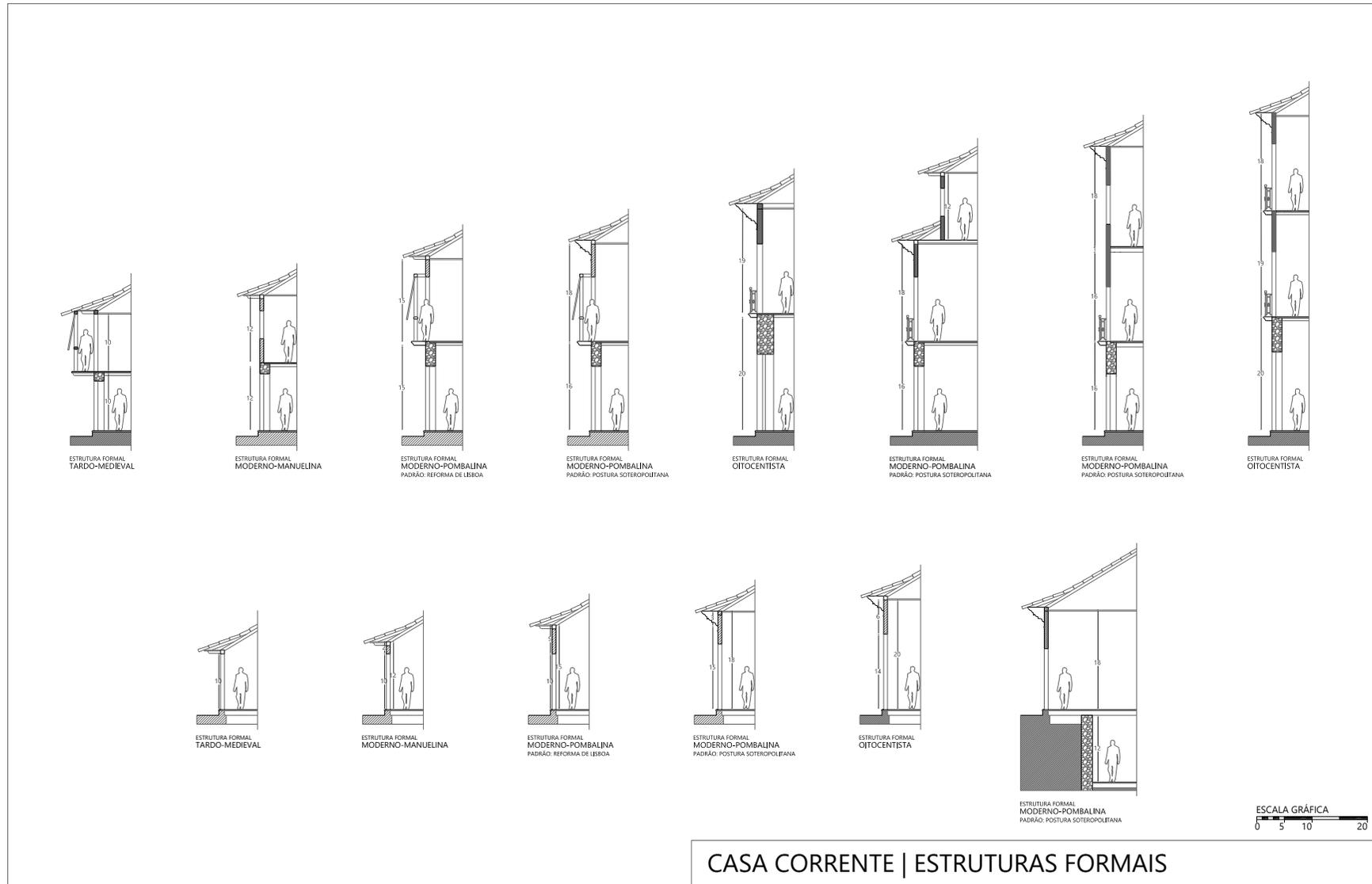
Consequentemente, ao comparar a variação das *estruturas formais* entre a casa corrente local podemos compreender a existência de um importante processo de evolução baseado em condicionantes que impactaram todas as *dimensões* da edificação. As transformações alteraram a aparência das fachadas, talvez o aspecto mais evidente, mas igualmente interferiram nos agenciamentos internos, que se tornaram mais complexos e diversificados, e nas formas de construir diante da demanda de elevar mais alguns palmos as paredes. Ainda que as técnicas não tenham variado tanto, haveria de executá-las com maior apuro. Por último, as regras de composição introduzidas pelos novos estilos arquitetônicos acabaram por dotar de maior rigor os arranjos formais da casa corrente luso-brasileira, mesmo sem retirar o "ar de família" tão típico desse tipo de arquitetura.

Prancha 52 – Casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais: Estruturas formais | Evolução das fachadas.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Prancha 53 – Casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais: Estruturas formais | Evolução da volumetria.



CASA CORRENTE | ESTRUTURAS FORMAIS

Fonte: Elaboração própria, 2021.

### **5.3.2. Quadro geral da casa corrente luso-brasileira das regiões de Vila Rica e do Rio das Mortes**

Neste tópico de encerramento, discutiremos um quadro geral para a casa corrente luso-brasileira nas povoações investigadas. Para tanto, abordaremos as principais lógicas de manifestação do objeto nas duas matrizes arquitetônicas constituídas nas regiões de Vila Rica e do Rio das Mortes.

#### **5.3.2.1. Características da casa corrente luso-brasileira na região de Vila Rica**

A casa corrente luso brasileira ouro-pretana manifestou-se de maneira bastante diversificada e, como discutimos anteriormente, contemplou praticamente todas as *variações formais* relacionadas aos partidos arquitetônicos. Nas áreas centrais da povoação ocorre uma clara predominância dos *sobrados de frente estreita* e de *frente larga*, que se alternam em recorrência conforme a hierarquia das ruas. Essa condição reforça-nos a interpretação proporcionada pela historiografia de origem portuguesa, para a manutenção em Minas Gerais das relações entre a vocação comercial de determinados espaços urbanos e o aumento da volumetria da edificação, com a construção de andares além do térreo. É importante reforçar essa perspectiva de compreensão para nos afastarmos de observações descontextualizadas da *tradição urbanística portuguesa*, que conferiram ao fato de se erguerem sobrados o caráter de ostentação e não de atendimento à *dimensão funcional* da casa, baseada na separação das funções de trabalho externo e as destinadas às atividades domésticas.

Seria justamente essa condição que direcionaria o aparecimento das *variações formais* ligadas ao partido arquitetônico das casas térreas, mais abundantes das ruas de acesso à área central de Vila Rica e nos trechos de menor hierarquia, conseqüentemente, sujeitos à menor pressão gerada pelo *aumento* da povoação. Certo foi que a menor presença de habitações de pavimento único esteve relacionada com o conseqüente desenvolvimento ocorrido a partir da primeira metade do séc. XIX

nas vilas mineiras, como destacou Cláudia D. Fonseca (2011). Neste cenário, em Ouro Preto se percebe a maior abundância de *casas térreas de meia morada*, com corredor lateral, solução mais ajustada aos *lotes godo-medievais* de 3 *braças* (30 *palmas*) predominantes nas vias comuns. Interessantemente, muitas destas edificações repetiram um arranjo para as aberturas das extremidades no qual se aproveitou os cunhais como ombreira para portas ou janelas. Isto se tornou uma característica marcante da casa corrente local, que, porventura, influenciou alguns exemplares marianenses.

A *dimensão plástica* da casa corrente ouro-pretana ajustou-se, principalmente, às *estruturas formais moderno-manuelina* e *moderno-pombalina*, que conferem ao conjunto grande unidade de conjunto. A manifestação episódica de exemplares das demais *estruturas formais* contribuem significativamente para essa percepção. Com isso, apesar da falta de conveniência do sítio, a arquitetura local adquiriu ao longo do séc. XIX grande *uniformidade*, ainda que esta tenha se manifestada de forma *fragmentada*, como discutimos anteriormente.

A casa corrente luso-brasileira marianense compartilhou de boa parte das características gerais das *variações formais* presentes nos partidos arquitetônicos encontrados em Ouro Preto, tendo, inclusive, sido formado alguns trechos de manifestações muito similares nas duas povoações – como a *dimensão plástica* dos *sobrados de frente larga* da Rua Direita, marianense, e a São José, ouro-pretana, marcadas por “ar de família” muito marcante. Em virtude do conjunto urbano de menor proporção e ainda pouco adensado no final do Setecentos, as variações tipológicas em Mariana são de menor monta se comparado com a povoação vizinha, com a concentração de *sobrados de frente larga* junto às praças Gomes Freire e da Sé ou nas ruas Direita e Frei Durão, as de maior hierarquia da *urbe* atual. Nos demais trechos, de menor hierarquia no espaço urbano local, difundiram-se em significativa quantidade as *casas de meia morada*, ora intercaladas por exemplares de *porta e janela* ou de  $\frac{3}{4}$  *de morada*.

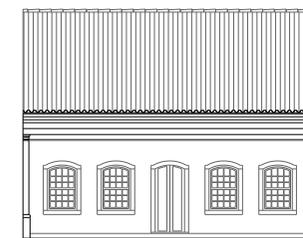
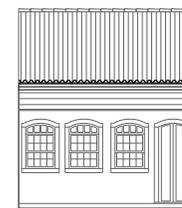
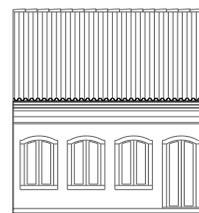
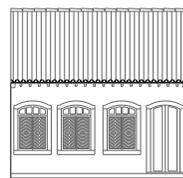
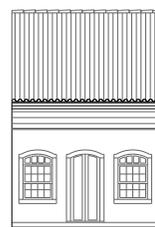
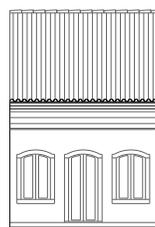
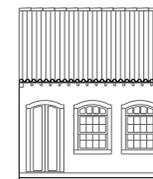
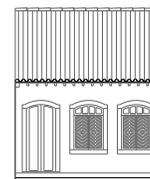
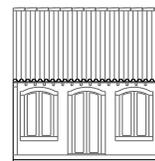
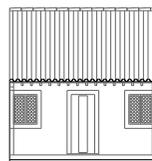
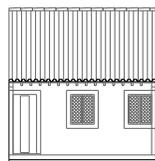
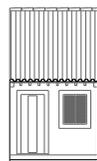
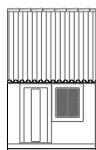
Como em Ouro Preto, entre a casa corrente marianense predominou as *estruturas formais moderno-manuelino e moderno-pombalino*, que demarcaram um conjunto arquitetônico com proporções similares em quase todo o sítio. A maior conveniência deste permitiu o surgimento de um maior contexto de *uniformidade*, no qual foi possibilitada a construção de vários sobrados de frente padronizada no lado leste da atual Praça Gomes Freire. Enredo similar foi possibilitado pela tentativa de uniformização das fachadas dos sobrados existentes na Rua Direita, que reforça esta percepção em diversos trechos da área central da cidade.

Nos aspectos relacionados à *dimensão construtiva*, as técnicas construtivas difundidas nas duas povoações aproveitaram largamente as madeiras existentes na região, empregadas nas gaiolas estruturais, telhados, forros, assoalhos e esquadrias. Neste sistema, para a vedação das paredes predominaram o pau-a-pique, em Ouro Preto, e o adobe, em Mariana, favorecidos pelos materiais mais fáceis de serem obtidos em cada sítio. Do mesmo modo, a cantaria e as alvenarias de pedra estiveram presentes nos andares térreos das construções mais bem produzidas, distribuídas entre as áreas mais importantes.

De um modo geral, nas diferentes *dimensões*, podemos considerar a existência de significativa similaridade entre as soluções empregadas nas casas correntes ouro-pretana e marianense, revelando-nos indícios importantes sobre a circulação de uma *cultura arquitetônica* de mesma base. Com isso, ambas as povoações acabaram marcadas por uma arquitetura convenientemente moldada pela ação das Casas de Câmaras locais, na imposição de *regularidade e uniformidade* aos conjuntos, algo desejado, mas menos comum nas vilas setecentistas mineiras. Contribuiu para tal fato, as duas cidades terem sido no passado as sedes dos poderes administrativo e religioso da Capitania, o que favoreceu o aparecimento de um cenário de controle urbano mais efetivo - haja vista, o decoro exigido a tal conferência de nobreza.

Por fim, apesar das similaridades, se deve considerar a existência de variações locais que se conformaram nos detalhes construtivos, na forma de se organizar os vãos no pavimento térreo dos sobrados e na maior ou menor influências oitocentistas.

## Prancha 54 – Casa corrente ouro-pretana | Casas térreas.

ESCALA GRÁFICA  
0 5 10 20

CASA CORRENTE OURO-PRETANA

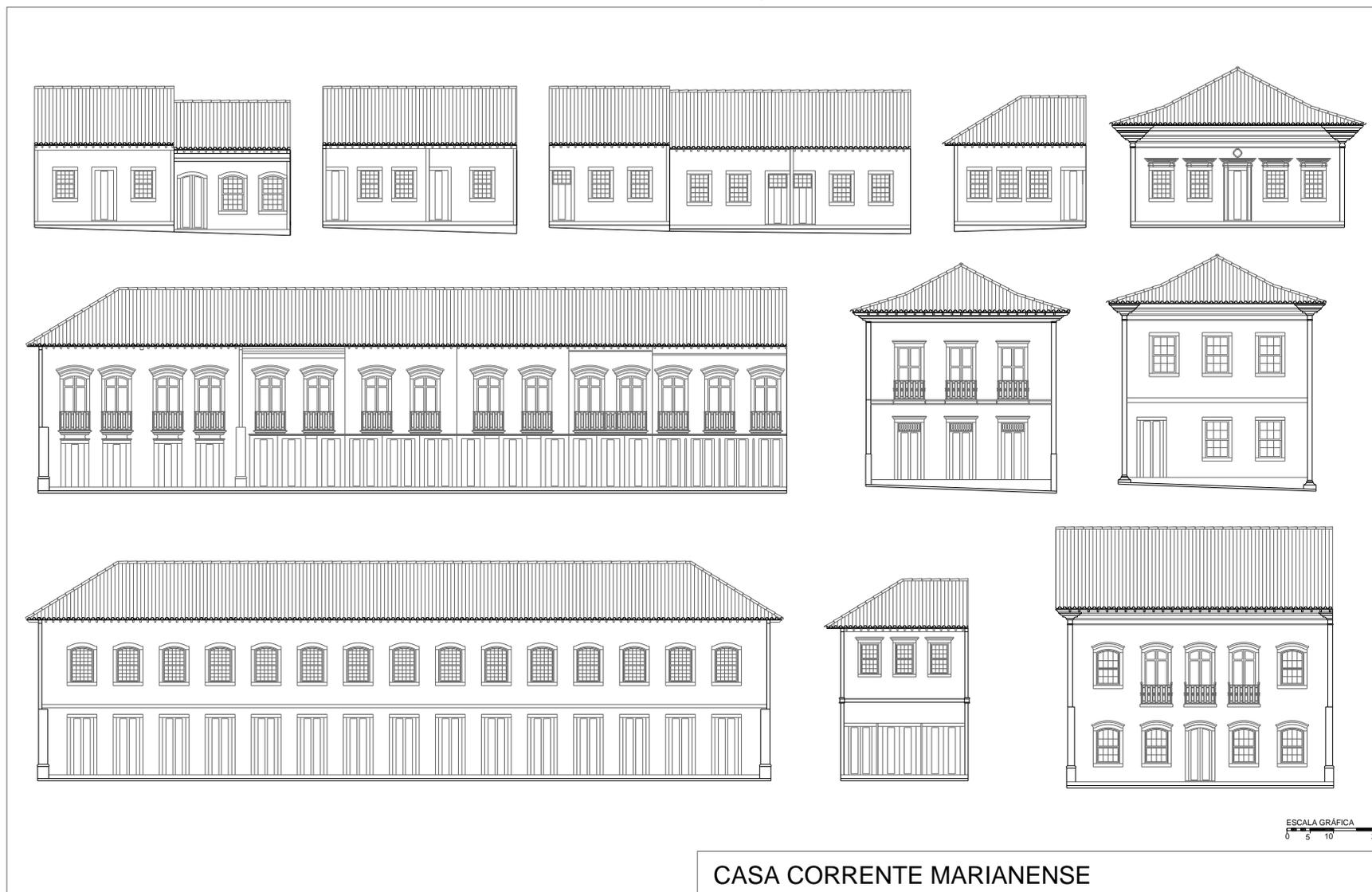
Fonte: Elaboração própria, 2021.

## Prancha 55 – Casa corrente ouro-pretana | Sobrados.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

## Prancha 56 – Casa corrente marianense | Casas térreas e sobrados.



CASA CORRENTE MARIANENSE

Fonte: Elaboração própria, 2021.

### 5.3.2.2. Características da casa corrente luso-brasileira na região do Rio das Mortes

A região do Rio das Mortes compreendeu as casas correntes são-joanense e tiradentina. Em função das conveniências locais, os conjuntos arquitetônicos acabaram marcados por menor *uniformidade*, o que conseqüentemente levou às *variações formais* dos partidos arquitetônicos a não conformarem grupos amplos de recorrência. Ao longo do séc. XIX, o desenvolvimento econômico experimentado pelas duas povoações ocorreu de forma assimétrica, levando a um significativo *aumento* da então cidade de São João del Rei, enquanto Tiradentes manteve-se próxima da condição alcançada no final do Setecentos.

Pela maior extensão do sítio urbano, a casa corrente são-joanense apresentou maior expressividade entre as *variações formais* dos partidos arquitetônicos, com a predominância das *casas de meia morada e de ¾ de morada* entre as edificações térreas e dos *sobrados de frente larga*, nas com mais pavimentos. Excepcionalmente, após a elevação ao título de cidade, São João del Rei contou com um significativo *aumento* e ofereceu uma dinâmica arquitetônica incomum ao cenário provincial local durante o séc. XIX, o que levou ao surgimento dos *sobrados oitocentistas* e, por conseguinte, expressou um novo capítulo para a arquitetura luso-brasileira em Minas Gerais. Isto se explica, como demonstrou André G. D. Dangelo (2014), ao desenvolvimento econômico de São João del Rei e a circulação da *cultura arquitetônica* existente na Corte Imperial e da região cafeeira do Vale do Paraíba – de onde se deve o aumento da volumetria das habitações, o uso dos ornamentos nas fachadas, a adoção dos estuques em argamassa nos cunhais ou entablamentos e o emprego de maior erudição no arranjo das fachadas.

O maior contato de São João del Rei com o Rio de Janeiro na fase do Império do Brasil favoreceu um contexto de produção arquitetônica diferente do existente na região da antiga Vila Rica, mais centrado na replicação das *estruturas formais moderno-manuelina* ou *moderno-pombalina*. Com isso, os exemplares da casa corrente são-

joanense, erguidos ou reformados ao longo do séc. XIX, se aproximaram das formas de expressão presente na *estrutura formal oitocentista*, com clara manifestação no aumento da volumetria das edificações. Em muitos casos, como indicou Dangelo (2014), as casas mantiveram em parte a *dimensão plástica* expressa na permanência dos fundamentos das composições luso-brasileiras das centúrias anteriores – o ritmo, a repetição e a sobriedade –, mas contaram com a inclusão de parâmetros novos, para as métricas de pés-direitos, tamanho das aberturas e ornamentação, formando um coeso percurso de evolução.

Ao contrário da situação observada na povoação vizinha, a casa corrente tiradentina manteve-se atrelada à *estrutura formal moderno-manuelino*, com arranjos de fachada mais severos e grande predominância dos nembos, determinando um ritmo menos dinâmico para a alternância entre cheios e vazios das paredes frontais. Os percursos de desenvolvimento dessa antiga vila, mais lento que os demais, determinaram ao conjunto a predominância de casas térreas, em geral, de *meia morada*, que conectadas umas às outras oferecem uma marcante *uniformidade* na extensa rua direita local. Na ausência de processos que levassem ao *aumento* da povoação, as casas térreas não evoluíram para os sobrados, restringindo-os a poucos exemplares. Em geral, as construções locais compartilharam das métricas do período moderno, com uma tendência geral para pés-direitos de 12 *palmas*, mas em alguns casos, as casas tiveram as paredes alteadas, reproduzindo-se os padrões em voga nas épocas mais recentes. Quanto à *dimensão construtiva*, nas casas correntes luso-brasileiras de São João del Rei e Tiradentes, as gaiolas estruturais de madeira com vedação de alvenaria de adobes tornaram-se bastante recorrentes, principalmente, durante o séc. XIX, em substituição à taipa de pilão, empregada nas edificações dos primórdios do Setecentos. Este fato, porventura, permitiu uma ligeira reconfiguração na *dimensão plástica* da casa corrente local, reduzindo-se o aspecto massivo e atarracado das edificações mais antigas, que se manifestava pelos largos nembos necessários para estabilizar os maciços de terra compactada usados nas construções e ainda presentes em alguns exemplares tiradentinos.

Prancha 57 – Casa corrente são-joanense | Casas térreas.



CASA CORRENTE SÃO-JOANENSE

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Prancha 58 – Casa corrente são-joanense | Sobrados.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

## Prancha 59 – Casa corrente tiradentina | Casas térreas.



Fonte: Elaboração própria, 2021.

## Prancha 60 – Casa corrente tiradentina | Sobrados.



## CASA CORRENTE TIRADENTINA

Fonte: Elaboração própria, 2021.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da hipótese central deste trabalho, estabelecida na condição de que a “casa corrente luso-brasileira poder ser entendida como o resultado de uma arquitetura de programa”, percebemos que as ações promovidas pela Coroa Portuguesa, desde o reinado de Dom Manuel I, foram determinantes para moldar as características da casa urbana produzida no Brasil, fosse pela imposição de modelos arquitetônicos, fosse pelo estabelecimento de proibições e medidas para a redução da falta de *regularidade*.

A documentação produzida pelas Câmaras atesta diversas faces desse processo que, apesar de existente desde a *fundação* de Salvador (BA), intensificou-se a partir da metade do século XVII, quando Portugal se debruçou sobre o Brasil para explorar a colônia extensivamente. Tal condição além de buscar retorno econômico aos colonizadores, teve como princípio intervir sobre a condição urbanística das povoações de modo a se fazer implantar, ainda que cercada por inúmeras limitações existentes no cenário colonial, uma desejada *arquitetura de programa* capaz de representar a grandiosidade do Império Ultramarino Português. O resultado foi a criação de um processo de constituição de uma *uniformidade* de caráter limitada, ou uma *uniformidade fragmentada* como sugerimos, que só foi efetivada ao se observar o atendimento às conveniências locais e seus habitantes.

Como demonstrou Roberta M. Delson, este processo, intensificado pela política imperialista empreendida no período pombalino, moldou as formas da casa corrente luso-brasileira a partir de condicionantes de duas naturezas. O primeiro se baseou na expansão dos ideais estéticos da Idade Moderna e manifestou-se principalmente pela reprodução de soluções derivadas dos modelos arquitetônicos, de modo a constituir uma *cultura arquitetônica* definida por padrões dimensionais normatizados, pela *uniformidade* do conjunto de fachadas e pela imposição de *regularidade urbana*. Consecutivamente, a segunda natureza desses condicionantes esteve ligada aos aspectos de permanência de valores, por um lado constituídos em meio a uma *tradição*

*urbanística portuguesa*, sustentada na reprodução do *lote godo-medieval* como lógica para o parcelamento e na criação de povoações convenientes, por outro demonstrado na ação contínua para a eliminação dos elementos construtivos desregrados, como os balcões e andares salientes que recorrentemente se insinuaram sobre as ruas.

As localidades estudadas em Minas Gerais não fugiram à regra e comportaram os principais efeitos destes condicionantes, como demonstraram as constantes intervenções urbanísticas para imposição da *regularidade* após as *fundações* das vilas, quando o poder camarário começou a reger o *aumento* das povoações. Desse modo, não podemos interpretar as transformações dos partidos arquitetônicos em *variações formais*, sem considerar o controle realizado pelas Câmaras, concretizado na determinação das testadas dos lotes, exigindo os alinhamentos das frentes, coibindo as *apropriações* e *usurpações* dos espaços públicos, concedendo os aforamentos etc. Entre os núcleos contidos no recorte territorial explorado, a imposição de *regularidade* especialmente teve um resultado mais efetivo na cidade de Mariana, onde as condições possibilitadas pelas conveniências locais permitiram erguer um conjunto regrado de início e, por consequência, ajustado aos alinhamentos das ruas como estipulavam todas as normativas. Contudo, não foi sem esforço que se alcançou o traçado regular e as casas “direitas” às vias, haja vista, os constantes termos de correição e acórdãos necessários para moldar o aspecto das casas correntes luso-brasileiras locais, de modo a evitar abusos que interfeririam negativamente ao *aumento* e à *conservação* das povoações.

Podemos considerar que a *uniformidade arquitetônica* e a *regularidade* integraram-se à casa corrente luso-brasileira em Minas Gerais, de forma objetiva, nos anos derradeiros do séc. XVIII, quando as povoações locais consolidaram suas formas definitivas e a corrida pelos minerais preciosos havia arrefecido. Para tanto, a fixação dos habitantes à terra seria fundamental, afastando-se, aos poucos, do caráter de transitoriedade comum às primeiras décadas de exploração. No caso mineiro, sobretudo, a implementação dos princípios citados se estendeu aos fins do séc. XIX, já no capítulo derradeiro do Período Imperial, dado o significativo fortalecimento das

Câmaras Municipais e a manutenção dos preceitos das *Ordenações e Leis do Reino de Portugal*. Por avançar a esse tempo, seria natural que as características herdadas da casa corrente do período moderno luso incorporassem elementos estilísticos do Neoclassicismo e Ecletismo, de forma a atualizarem aos gostos de época.

Os diversos estudos sobre a casa corrente em Portugal revelaram-nos aspectos fundamentais para compreender o contexto de reprodução da *cultura arquitetônica* lusa em meio às povoações brasileiras do período colonial. Resultado da adaptação da moradia aos *lotes godo-medieval*, como destacado por Luisa Trindade, a casa corrente foi também a norma no Brasil e, porventura, reproduziu as características de suas congêneres da metrópole, com algum atraso de atualização, como haveria de se tornar comum a transferência das novidades para a colônia. A ausência de elites urbanas nas primeiras épocas, como existente nas principais cidades e vilas portuguesas dos séculos anteriores, conduziu a uma arquitetura mais pobre e com uma apropriação precária dos recursos disponíveis, muitas vezes, pelas imposições metropolitanas de impedimentos para a exploração de matérias-primas locais.

Em função disso, não perceberíamos tão cedo, entre nossas urbes, grandes solares ou construções civis nobres, capazes de fazer frente às arquiteturas oficial ou religiosa. Seria necessário, como nos demonstram as fontes, esperar o final dos setecentos para verificarmos o surgimento de alguns edifícios notáveis destinados à moradia – como o Solar Saldanha e outros poucos, na cidade de Salvador, ou a casa de João Rodrigues de Macedo, alcunhada mais tarde como “Casa dos Contos”, na antiga Vila Rica. Ainda assim, esses casos, apesar de serem classificados como “casas urbanas”, não poderiam ser considerados vulgares no cenário local, pois eram exceções à regra. O comum mesmo, ou seja, a norma, seria a casa corrente luso-brasileira, de tal forma sendo – como indica a própria designação, reveladora de sua natureza híbrida – morfologicamente portuguesa, mas com algumas partes ajustadas ao contexto colonial existente no Brasil.

Por último, cabe destacar que a casa corrente luso-brasileira experimentou as diversas *estruturas formais* conformadas tanto pela circulação da *cultura arquitetônica*

quanto pelos modelos arquitetônicos, em processos que envolveram uma temporalidade aberta nas décadas finais do final do Período Medieval português e encerrada nas inovações estilísticas introduzidas no último quartel do Oitocentos. Esta lógica de manifestação ajustou-se aos partidos arquitetônicos existentes, gerando exemplares de expressão diversa, ora baseados na adaptação harmoniosa à *estrutura* ora distorcendo as formas por meio de uma adaptação parcial da construção.

Neste sentido, as *variações formais* dos partidos arquitetônicos corresponderam a elementos essenciais para a compreensão das formas de expressão da casa corrente luso-brasileira nas quatro povoações. Ainda que prevalecessem os arranjos mais básicos como as *casas de meia morada* e os *sobrados de frente estreita*, a análise tipológica revelou-nos resultados diversos, que orientam a percepção para a ocorrência de uma dinâmica interna baseada no decoro e a conveniência, aplicados aos processos de *aumento* e *conservação* dos núcleos urbanos. Se nas povoações portuguesas do medievo prevaleceram as parcelas com testada de 30 *palmas* (3 *braças*) e isto foi estendido às Ilhas Atlânticas e à colonização da África ou do próprio Brasil, certamente, o contexto de Minas Gerais ajustar-se-ia a esta condicionante presente na *tradição urbanística portuguesa*. Contudo, como observamos, tal regra permaneceu entre as ruas de menor hierarquia, enquanto nas mais importantes as frentes haveriam de ser mais generosas. Nesta condição, as demais *variações*, à exceção das casas térreas e sobrados de *estrutura formal tardo-medieval*, teriam aproveitadas as maiores testadas para organização dos elementos, recombinações a partir dos módulos básicos (porta e janela de peitoril nas construções de rés-do-chão; porta + janela de peitoril ou porta + janela de sacada, nas de dois ou mais andares).

Entre as quatro classificações utilizadas, a *estrutura formal oitocentista* teve uma conformação de importante destaque para o entendimento da manifestação da casa corrente são-joanense em especial, onde os *sobrados oitocentistas* foram mais abundantes. Em geral, na historiografia da arquitetura brasileira, o séc. XIX foi assunto esporádico e associado à difusão do Neoclassicismo e do Ecletismo. Isto provocou uma lacuna para a interpretação da evolução das casas urbanas luso-brasileiras, pois parte

significativas dos conjuntos arquitetônicos das atuais “cidades históricas” foi definido neste período e mantiveram a base de expressão dos partidos existentes nas centúrias anteriores. Alguns documentos, sobretudo o *Código de Posturas da Illustríssima Câmara Municipal* (1854) e o *Mappa Architectural do Rio de Janeiro* (1874), nos apresentaram indícios sobre a continuidade da produção da arquitetura luso-brasileira na principal cidade do país até as décadas finais do Oitocentos. Neste sentido, os padrões registrados no *Código de Posturas* ajudaram-nos a esclarecer os motivos para o significativo aumento dos pés-direitos nas casas térreas e sobrados construídas após o séc. XVIII. Ao mesmo passo, as fachadas passaram a demonstrar os valores arquitetônicos dos novos tempos, com maior refinamento e riqueza de detalhes nos elementos principais.

Em muitas cidades oitocentistas, como o quadro de São João del Rei também apresentou, surgiria uma tipologia de edifícios oficiais baseada em formas híbridas, estabelecida entre a arquitetura luso-brasileira e a eclética – uso de platibanda no lugar dos beirais, frontões associados ao centro da fachada sugerindo pórticos, ornamentos em profusão, entre outras coisas. Ainda que isto tenha ocorrido entre as casas correntes luso-brasileiras, não observamos tal ocorrência nas quatro vilas investigadas, mas, sem dúvidas, poderíamos aí encontrar mais uma *estrutura formal* a classificar. Importa, neste sentido, destacar que a evolução da casa corrente não se encerrou na transição do período colonial para o imperial, como muitos trabalhos entre os *Estudos Fundadores* deixaram a entender. Temos aí uma longa carreira ainda a cumprir para elucidar tais problemas em nossa historiografia da arquitetura.

## REFERÊNCIAS

A NOITE. O debate aberto em torno do nosso padrão architectural. **A Noite**, Rio de Janeiro, n. 5.196, ano XVI, p.1, 10 mai. 1926. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1926\\_05196.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1926_05196.pdf). Acesso em: 28 out. 2018.

ALMEIDA, Aluizio de. Casas dos séculos 18 e 19 em Sorocaba. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, SPHAN, Rio de Janeiro, n.9, p. 347-368, 1945.

ALMEIDA, Carlos de. **Portugal** – Arquitectura e sociedade. Lisboa: Terra Livre, 1978.

ANDRADE, Rodrigo M. F. Programa. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, SPHAN, Rio de Janeiro, n.1, p. 3-4, 1937.

ANDRADE, Rodrigo M. F. Prefácio à 1ª Edição. *In*: FRANCO, Afonso A. M. **Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. p. 19-20.

ANDRADE, Adriano B. **O outro lado da baía** – a gênese de uma rede urbana colonial. Salvador: Edufba, 2013.

ARGAN, Giulio C. Sobre a tipologia em arquitetura. NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: Antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006. p. 267-273.

CMM. **Posturas da Câmara Municipal de Mariana**. (Manuscrito). Mariana: Câmara Municipal de Mariana, 1829. Fonte: APM – Códice CMM-44. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cmm/brtacervo.php?cid=45> . Acesso em: 18 nov. 2021.

ARQUIVO Municipal de Lisboa (Org.). **Bairro Alto**: Mutações e Convivências Pacíficas. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2012.

ÁVILA, Afonso; GONTIJO, João M. M.; MACHADO, Reinaldo G. **Barroco Mineiro** – Glossário de Arquitetura e Ornamentação. Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro; Fundação Roberto Marinho, 1979.

AZEVEDO, Lindolpho. Bello Horizonte. *In*: **Kósmos – Revista Artística, Científica e Litteraria**, Rio de Janeiro, nº 3, p. 10-12, mar. 1904. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/146420/per146420\\_1904\\_00003.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/146420/per146420_1904_00003.pdf)>. Acesso em: 31 jul. 2019.

AZEVEDO, Paulo. O. D. Raízes do SPHAN: de Mário de Andrade a Gilberto Freyre. *In: ArquiMemória*, 4., 2013. Salvador. **Comunicações** [...]. Salvador: UFBA-IAB/BA, 2013. Disponível em: <https://pauloormindoblog.files.wordpress.com/2016/03/raizes-do-sphan-entre-mario-e-gilberto-ii.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

AZEVEDO, Paulo. O. D. A preservação do patrimônio cultural natural brasileiro. *In: Seminário Política Urbana e Ambiental do CAU/BR*, 2016. Brasília. **Comunicações** [...]. Brasília: online, abr. 2016. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2016/04/Seminario-Paulo.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BAETA, Rodrigo E. **A Cidade Barrocas na Europa e na América Ibérica**. Salvador: Eufba, PPGAU, 2017.

BAGANHA, José. **A Arquitectura Popular dos Povoados do Alentejo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BANDEIRA, Miguel S. M. O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII – A cidade *reconstituída* a partir do *Mappa das Ruas de Braga* e dos *índices dos Prazos das Casas* do Cabido. **Geografia**: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, I Série, Vol. IX, p. 101-223, 1993. Disponível em: <http://aleph.letras.up.pt/index.php/geografia/article/view/7787>. Acesso em: 26 mai. 2020.

BANDEIRA, Miguel S. M. **O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII**. Porto: Edições Aforamento, 2000.

BARRETO, Paulo T. O Piauí e Sua Arquitetura. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, SPHAN, Rio de Janeiro, n.2, p. 187-224, 1938.

BARRETO, Paulo T. Análise de alguns documentos relativos à Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, DPHAN, Rio de Janeiro, n.16, p. 219-252, 1968.

BASTOS, Rodrigo A. **A arte do urbanismo conveniente**: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

BASTOS, Rodrigo A. A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. **Caiana – Revista de Historia del Arte y Cultura Visual del Centro Argentino de Investigadores de Arte (CAIA)**, n. 8, p. 97-104, jan-jun. 2016. Disponível em:

[http://caiana.caia.org.ar/template/caiana.php?pag=articles/article\\_2.php&obj=232&vol=8](http://caiana.caia.org.ar/template/caiana.php?pag=articles/article_2.php&obj=232&vol=8). Acesso em: 01 mai. 2018.

BILAC, Olavo. Chronica. *In: Kósmos – Revista Artística, Científica e Litteraria*, Rio de Janeiro, nº 3, p. 1-3, mar. 1904. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/146420/per146420\\_1904\\_00003.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/146420/per146420_1904_00003.pdf)>. Acesso em: 31 jul. 2019

BISPO, Raphael. Selecionar, disputar e conservar: práticas de comunicação social e constituição da memória nacional pelo IPHAN. *Revista CPC*, São Paulo, n.11, p. 33-59, nov. 2010/abr. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15671>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BORREGO, Maria Aparecida M. **Códigos e práticas: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702-1746)**. São Paulo: Annablume, 2004.

BOSCHI, Caio. Os códices coloniais do Arquivo Público Mineiro. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, nº. 9, p.21-30, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL Lda.; São Paulo: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção** – crítica social do julgamento. 2ª ed. rev. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BRANDÃO, Carlos A. L. **Arquitetura, Humanismo e República** – da atualidade do *De Re Aedificatoria*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.

BRASIL. **Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1830**. 1ª Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

BRASIL. **Decreto 22.928**, de 12 de julho de 1933. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>. Acesso em: 05 out. 2021.

BRASILEIRO, Vanessa B. **Sylvio de Vasconcellos: Um arquiteto para além da forma**. 2007. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Editorial Presença Lda., 1990.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo Perspectiva, 1978.

BROOS, Hans. **Construções Antigas em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

BUENO, Beatriz P. S. Sistema de produção da arquitetura na cidade colonial brasileira – Mestres de ofício, “riscos” e “traças”. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, nº. Sér. v.20, n.1, p. 321-361, jan.- jun. 2012a.

BUENO, Beatriz P. S. **Desenho e Desígnio: o Brasil dos Engenheiros militares (1500-1822)**. São Paulo: Edusp, 2012b.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BURTON, Richard F. **Viagens aos Planaltos do Brasil (1868)**. Tomo I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

CALDAS, José V. **A Casa Rural dos Arredores de Lisboa no Século XVIII**. Porto: FAUP, 1999.

CÂMARA DE VILLA RICA. Actas da Camara de Villa Rica (1711-1715). *In*: BIBLIOTECA Nacional. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**. Vol. 49. Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, 1936. p. 199-392.

CARDOSO, Joaquim. Observações em torno da História da cidade do Recife no período holandez. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, SPHAN, Rio de Janeiro, n.4, p. 383-406, 1940.

CARITA, Helder. **Lisboa Manuelina** e a formação de modelos urbanísticos da época moderna. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

CARITA, Helder. Sistemas métricos e normas construtivas em argamassa de cal implementadas pela Provedoria de Obras Reais / Casa das Obras: séculos XVI e XVIII. *In*: RIBEIRO, Nelson Pôrto. (Org.). **Subsídios para uma história da construção luso-brasileira**. Rio de Janeiro: Pod Editora, 2013. p.71-90.

CARITA, Helder. Paço, Solar, Sobrado, Palácio e Palacete: nomenclaturas da casa senhorial da Idade Média ao século XIX. *In*: SANTOS, Amanda B.; AIRES, Anderson P.; SANTOS, Carlos A. Á. (Orgs.). **Anais do IV Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores**. 1ª ed. Pelotas: CLAEC, 2017. p.243-259.

CARVALHO, José M. Prefácio à 3ª Edição. *In*: FRANCO, Afonso A. M. **Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. p. 9-16.

CASTILHO, Liliana A. M. **A cidade de Viseu nos Séculos XVII e XVIII** - Arquitetura e Urbanismo. Vol. 1. 2012. Tese (Doutorado em História da Arte) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2012. 280f.

CASTILHO, Liliana A. M. **A cidade de Viseu nos Séculos XVII e XVIII** - Arquitetura e Urbanismo. Vol. 2. 2012. Tese (Doutorado em História da Arte) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2012. 276f.

CASTILHO, Liliana A. M. Onde Moravam os Outros? – A Casa Corrente na Época Moderna (A Cidade de Viseu como Estudo de Caso). **Revista do CITCEM**, Porto, CEM, n. 6, p. 61-72, nov. 2015. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/view/4744/4430>. Acesso em: 07 jan. 2020.

CASTILHO, Liliana A. M. **Construindo a cidade: Viseu nos Séculos XVII e XVIII**. Porto: CITCEM, 2017.

CASTRIOTA, Leonardo B. (Org.). **Casa de Câmara e Cadeia de Mariana: a recuperação de um patrimônio nacional**. Belo Horizonte: IEDS, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural** – entre práticas e representações. Algés: DIFEL Difusão Editorial, S.A., 2002.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.5, n.11, p. 173-191, jan./abr. 1991. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 30 jul. 2019.

CHUVA, Márcia R. R. Sobre a Invenção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Brasil – Alguns aspectos metodológicos para a pesquisa. In: CORREA, Maria R. (Org). **Oficina de Estudos da Preservação** – Coletânea I. Rio de Janeiro: IPHAN-Rio, 2008. P. 113-120.

CHUVA, Márcia R. R. **Os Arquitetos da Memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (Anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COIMBRA, Oswaldo. **A Saga dos Primeiros Construtores de Belém**. Belém: Academia Paraense de Letras, 2002.

CONDE, Manuel S. A. **Construir, Habitar: A Casa Medieval**. Braga: CITEM, 2011. 240p.

CORREIA, José E. H. **Arquitetura Portuguesa** – Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão. 2ª ed. Barcarena-PT: Editorial Presença, 2002.

COSTA, Lúcio. Documentação Necessária. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, SPHAN, Rio de Janeiro, n.1, p. 31-40, 1937.

COSTA, Lúcio. **Arquitetura Brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952.

COSTA, Lúcio. O Aleijadinho e a Arquitetura Tradicional. *In*: SUSSMANN, Roberto (Org.). **Lúcio Costa: Obras Completas**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura; Universidade de Minas Gerais, 1961. p. 11-20.

COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência**. Rio de Janeiro: Empresa das Artes, 1997.

COSTA, Lucio. **Arquitetura**. 5ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

COSTA, Maria E. Os “Bloquinhos de Portugal”. *In*: COSTA, Maria E.; PESSÔA, José. **Arquitetura Portuguesa no Traço de Lucio Costa** – Bloquinhos de Portugal. Rio de Janeiro: Caixa Cultural, 2012. p. 3-4.

COSTA, Maria E.; PESSÔA, José. **Arquitetura Portuguesa no Traço de Lucio Costa** – Bloquinhos de Portugal. Rio de Janeiro: Caixa Cultural, 2012.

COSTA, Miguel Reimião. **Casas e Montes da Serra Entre as Estremas do Alentejo e Algarve**: Forma, processo e escala do estudo da arquitetura vernacular. Porto: Edições Afrontamentos Lda., 2014.

COUTO, Matheus do. **Tratado de Arquitectura que leu o Mestre e Arquitecto Mateus do Couto, o velho, 1631**. [Manuscrito]. Secção de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal. Catalogado em: Catálogo da Colecção de Códices: COD. 851-1500. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.

DANGELO, André G. D. **A Cultura Arquitetônica em Minas Gerais e seus Antecedentes Em Portugal e Na Europa**: Arquitetos, Mestres-De- Obras e Construtores e o Trânsito de Cultura na Produção da Arquitetura Religiosa nas Minas Gerais Setecentistas. Vol. I/IV. 2006. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

DANGELO, André G. D.; BRASILEIRO, Vanessa; DANGELO, Jota. **Memória Arquitetônica da Cidade de São João del-Rei** – 300 anos. Belo Horizonte: e.43, 2014.

DELSON, Roberta M. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia: Planejamento Espacial e Social no Século XVIII**. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1979.

DIAS, Diego N. Paradoxos da “identidade nacional” nos discursos arquitetônicos de Lucio Costa e Sylvio de Vasconcellos. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, vol. 28, p. 1-26, 2020.

EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis – 1763-1808**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ENES, Thiago. **De Como Administrar Cidades e Governar Impérios: almotaçaria portuguesa, os mineiros e o poder (1745-1808)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

FAUSTINO, Rosângela C.; GASPARIN, João L. A influência do positivismo e do historicismo na educação e no ensino de história. **Acta Scientiarum**, Maringá, n. 23(1), p. 157-166, 2001. Disponível em: <http://ojs.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/2765/1896>. Acesso em: 31 jul. 2019.

FERNANDES, José M. **Cidades e Casas da Macaronésia: Evolução do território e da arquitectura doméstica nas Ilhas Atlântidas sob influência portuguesa – Quadro histórico, do séc. XV ao séc. XVIII**. 2v. 1992. Tese (Doutorado em História da Arquitectura) – Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1992.

FERNANDES, José M. **Arquitectura Portuguesa – uma síntese**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

FERNANDES, José M.; JANEIRO, Maria de Lourdes; MILHEIRO, Ana V. **Cabo Verde – Cidades, Território e Arquitecturas**. Lisboa: CiAUD; FCT, 2014.

FERREIRA, Maria da Conceição F. Construção corrente em Santarém no século XV: alguns exemplos. *In*: ALVES, Luis A. O.; RIBEIRO, Jorge M.; POLÓNIA, Amélia. **Estudos em homenagem a João Francisco Marques**. Vol. 1. Porto: Universidade do Porto, 2001. p. 457-474.

FERREIRA, Maria da Conceição F. A Casa comum em Guimarães, entre o público e o privado (finais do século XV). *In*: DCTP-DH. **Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques**. Vol. 3. Porto: Universidade do Porto, 2006. p. 279-296.

FERREZ, Gilberto. A Fotografia no Brasil e um de seus mais dedicados servidores: Marc Ferrez (1843-1923). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, DPHAN, Rio de Janeiro, n.10, p. 169-304, 1946.

FIGUEIREDO, Margareth. Influência pombalina na morfologia urbana de São Luís do Maranhão. **Revista Convergência Lusíada**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 168-180, jul./dez. 2014.

FONSECA, Cláudia D. **Arraiais e Vilas D'el Rei** – Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FONTES, João L. I.; OLIVEIRA, Luís F.; TENTE, Catarina; FARELO, Mário; MARTINS, Miguel G. (coord.). **Lisboa Medieval: gentes, espaços e poderes**. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2016. (Coleção Estudos 15)

FRANÇA, José-Augusto. **A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina**. 3ª ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Ministério da Educação, 1989.

FRANCO, Afonso A. M. **Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

FREYRE, Gilberto. Sugestão para o estudo da arte brasileira em relação com a de Portugal e das colônias. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, SPHAN, Rio de Janeiro, n.1, p. 41-44, 1937.

FREYRE, Gilberto. Casas de Residência no Brasil – Introdução. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, SPHAN, Rio de Janeiro, n.7, p. 99-127, 1943.

FREYRE, Gilberto. Um estudo de Gilberto Freyre sobre o sobrado na paisagem do Recife. In: JUREMA, Aderbal. **O sobrado na paisagem recifense**. 2ª ed. Recife: UFPE, 1971. p. 110-127.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 1ª ed. dig. São Paulo: Global, 2013.

FUNDAÇÃO João Pinheiro. **Circuito do Ouro – Campo das Vertentes**: Atlas dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais. Belo Horizonte: FJP. 1981.

GALVÃO, Marco A. P. **Casas do Patrimônio**. Brasília: Iphan, 2010. (Coleção: Imagens – Vol. 7)

GOMES, Luís M. M. Geometria no traçado de praças, teoria *versus* prática, no tempo de Pombal. *In*: TEIXEIRA, Manuel C. (Org.). **A Praça na Cidade Portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. p. 199-224.

GOMES, Luís M. M. **Geometria dos traçados urbanos de fundação portuguesa: o Tratado da Ruação de José Figueiredo Seixas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenho Urbano) - Escola de Ciências Sociais e Humanas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2007. 540 f. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/298>. Acesso em: 06 set. 2021.

GOMES JÚNIOR, Guilherme S. Arte da Paisagem e Viagem Pitoresca: Romantismos entre academia e mercado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, Vol. 27, n. 79, p. 107-123, jun. 2012

GONÇALVES, Iria. A construção corrente na Beira Interior nos finais da Idade Média. *In*: Congresso Histórico de Guimarães - D. Manuel e a sua época, 3., 2004. **Anais [...]**. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2004. p. 101-123.

GINZBURG, Carlo. **A Micro-História e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, S.A., 1991.

GUERRA, José W. (Org.). **Equipamentos, usos e costumes da Casa Brasileira**. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001.

HEGEL, Georg W. F. **A Arquitetura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

HAROUEL, Jean-Louis. **História do Urbanismo**. 4ª ed. Campinas: Papirus, 2004.

IPHAN. **Inventário Nacional de Bens Imóveis Sítios Urbanos Tombados** – INBI-SU: manual de preenchimento. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007. (Edições do Senado Federal – Vol. 82)

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUREMA, Aderbal. **O Sobrado na Paisagem Recifense**. 2ª ed. Recife: Imprensa Universitária / Universidade Federal de Pernambuco, 1971.

KESSEL, Carlos. **Arquitetura neocolonial no Brasil: Entre o pastiche e a modernidade**. Rio de Janeiro: Jauá, 2008.

KRUFFT, Hanno-Walter. **História da Teoria da Arquitetura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

LACOMBE, Lourenço L. A Mais Velha Casa de Correias. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, SPHAN, Rio de Janeiro, n.2, p. 93-100, 1938.

LANARI, Raul A. O. Sociabilidades intelectuais no processo de composição da política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-1945). *In: Simpósio Nacional de História*, 26, 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, julho 2011. p. 01-15. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300878473\\_ARQUIVO\\_ArtigoAnpuh2011RaulAmarodeOliveiraLanari.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300878473_ARQUIVO_ArtigoAnpuh2011RaulAmarodeOliveiraLanari.pdf). Acesso em: 23 jul. 2019.

LEAL, Fernando M. A Antiga Comercial Vila dos Lençóis. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, IPHAN, Rio de Janeiro, n.18, p. 115-160, 1978.

LEFÈVRE, Renée; VASCONCELLOS, Sylvio de. **Minas: cidades barrocas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LEFÈVRE, Renée; LEMOS, Carlos A. C. **São Paulo: sua arquitetura, colônia e império**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

LEMOS, Carlos A. C. **Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. 158p.

LEMOS, Carlos A. C. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1996. 83p. (Repensando a História)

LEMOS, Carlos A. C. **O que é Arquitetura**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LEMOS, Carlos A. C. **Casa Paulista**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

LOBÃO, Manuel A. S. **Casas: Tratado Histórico, Enciclopédico, Crítico, Prático sobre Todos os Direitos Relativos a Casas – Quanto os materiais civis e criminaes**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

MACIAS, Santiago. Casas urbanas e cotidiano no Gharb al-Ândalus. *In: SIDARUS*, Adel. **Portugal Islâmico: Os últimos sinais do Mediterrâneo**. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1998. p. 109-120.

MACIEL, Carlos A. Modernidade ainda que tardia. **MDC. Revista de Arquitetura e Urbanismo**, n.1, s/p., 31 jan. 2006. Disponível em: <https://mdc.arq.br/2006/01/31/modernidade-ainda-que-tardia/>. Acesso 07 jul. 2021.

MAIA, Tom; MACHADO FILHO, Aires M.; MAIA, Thereza R. C. **Tijuco & Diamantina**. São Paulo: Ed. Nacional; Rio de Janeiro: Embratur, 1979.

MACEDO, Danilo. A urbanização das “Ordenações do Reino”. **Paranoá**: cadernos de arquitetura e urbanismo, Brasília, n. 13, p. 17-26, 2014. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/315590244\\_A\\_urbanizacao\\_das\\_Ordenacoes\\_do\\_Reino](https://www.researchgate.net/publication/315590244_A_urbanizacao_das_Ordenacoes_do_Reino). Acesso em: 27 set. 2021.

MACHADO FILHO, Aires M. **Arraial do Tijuco Cidade Diamantina**. 3ª ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MAHFUZ, Edson C. **Ensaio sobre a Razão Compositiva**: a investigação sobre a natureza das relações entre as partes e o todo na composição arquitetônica. Viçosa: UFV Impr.; Belo Horizonte: AP Cultural, 1995.

MARIANNO FILHO, José. A Nossa Architectura. **Revista Ilustração Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 3, p. 161, 20 mar. 1922.

MARIANNO FILHO, José. Os Dez Mandamentos do Estylo Neo-Colonial. **Revista Architectura no Brasil** – Engenharia e Construção, Rio de Janeiro, ano 2, vol. 4, nº. 24, p. 161, set. 1923.

MARIANNO FILHO, José. O debate aberto em torno do nosso padrão architectural. **A Noite**, Rio de Janeiro, ano 16, nº. 5.196, s/p., 10 mai. 1923.

MARIANNO FILHO, José. Arquitetura brasileira pré-jesuítica. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1928.

MARIANNO FILHO, José. Acerca do estylo architectonico nacional do Brasil. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 3ª sessão, s/p., 04 abr. 1936.

MARIANNO FILHO, José. A Formação das Cidades Brasileiras. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, ed. A02935, p. 4, 14 jul. 1936.

MARIANNO FILHO, José. Influências muçulmanas na arquitetura tradicional brasileira. MINISTÉRIO da Educação e Saúde. **Anais do Museu Histórico Nacional**. V. 4 - 1937. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. p. 537-540.

MARINS, Paulo C. G. Através da Rótula: sobre mediações entre casas e ruas. **Cadernos CERU**, São Paulo, Série 2, nº 8, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/74974/0>. Acesso em 08 nov. 2019.

MASCARENHAS, Jorge. **Sistemas de Construção: Arquitetura Popular Portuguesa**. Vol. XV. Lisboa: Livros Horizonte, 2015.

MELO, Alfredo César. Saudosismo e crítica social em Casa grande & senzala: a articulação de uma política da memória e de uma utopia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 279-296, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142009000300031&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000300031&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 30 jul. 2019.

MENEZES, Ivo. P. Praça Tiradentes – Ouro Preto. **Revista Aqui: Arquitetura + Cultura**, Belo Horizonte, n.3, p. 71-79, abr. 2002.

MENDES, Francisco; VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR, Willian. **Arquitetura no Brasil** - de Cabral a D. João VI. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011a.

MENDES, Francisco; VERÍSSIMO, Francisco; BITTAR, Willian. **Arquitetura no Brasil** – de Dom João VI a Deodoro. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011b.

MESTRE, Víctor. **Arquitetura Popular da Madeira**. Lisboa: Argumentum – Edições Estudos e Realizações, 2002.

MORAES, Fernanda B. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas Coloniais. In: RESENDE, Maria E. L.; VILLALTA, Luiz C.. **As Minas Setecentistas**. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Campanha do Tempo, 2007. p. 55-87.

MOUTINHO, Mário. **A Arquitetura Popular Portuguesa**. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1979. 187p.

NATAL, Caion M. **Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933**. 2007. 239 f. Dissertação (Departamento de História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279438/1/Natal\\_CaionMeneguello\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/279438/1/Natal_CaionMeneguello_M.pdf). Acesso em: 02 ago. 2019.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando. **Arquitetura Tradicional Portuguesa**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, Marta. O desenho da cidade: contribuição para seu estudo. In: ROSSA, Walter; ARAÚJO, Renata; CARITA, Helder. **Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 79-98.

OLIVEIRA, Valerio M. **Advertencias aos modernos**, que aprendem o officio de pedreiro e carpinteiro. Lisboa: Regia Offinina Sylviana; Academia Real, 1757.

ORDEM dos Architectos. **Arquitectura Popular em Portugal**. 4ª ed. 2v. Lisboa: Ordem dos Architectos, 2004.

ORDEM dos Architectos. **Arquitectura Popular dos Açores**. 2ª ed. Lisboa: Ordem dos Architectos, 2007.

PEDONE, Jaqueline. O espírito eclético na arquitetura. **Arqtexto**, n. 6, p. 126-137, 2005. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs\\_revista\\_6/11\\_Jaqueline%20Viel%20Caberlon%20Pedone.pdf](https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_6/11_Jaqueline%20Viel%20Caberlon%20Pedone.pdf). Acesso em: 31 jul. 2019.

PERDIGÃO, Tadeu S. **Tradição urbanística monumental**: repercussões da experiência francesa do século XVII até a Era Napoleônica na atuação de Grandjean de Montigny no Rio de Janeiro no século XIX. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. 261f.

PEREIRA, Carlos A.; TEDESCHI, Denise M. R.; PEREIRA, Fabrício L.; ALFAGALI, Crislayne G. M. (Orgs.). **O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)**. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2015. 332p.

PEREIRA, José R. A. **Introdução à História da Arquitetura** – das origens ao século XXI. Porto Alegre: Bookman, 2010.

PESAVENTO, Sandra J. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESSÔA, José. À Descoberta do Brasil em Portugal. In: COSTA, Maria E.; PESSÔA, José. **Arquitetura Portuguesa no Traço de Lucio Costa** – Bloquinhos de Portugal. Rio de Janeiro: Caixa Cultural, 2012. p. 9-17.

PINHEIRO, Maria Lucia B. Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Risco**: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo – EESC-USP, São Paulo, n.3, p. 04-14, 2006. Disponível em: [http://iau.usp.br/revista\\_risco/Risco3-pdf/art1\\_risco3.pdf](http://iau.usp.br/revista_risco/Risco3-pdf/art1_risco3.pdf). Acesso em: 13 fev. 2014.

PINHEIRO, Maria Lucia B. Ricardo Severo e o Neocolonial: Tradição e Modernidade no debate cultural dos anos 1920 no Brasil. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2011, p. 01-27.

PINTO, Estevão. Muxarabis e Balcões. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, SPHAN, Rio de Janeiro, n.7, p. 309-340, 1943.

PINTO, Estevão. Muxarabis e Balcões. *In*: FAAUSP e MEC-IPHAN. (Org.). **Arquitetura Civil II: Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975. p. 49-88.

PINTO, Sandra M. G. A instituição da almotaçaria, o controlo da atividade construtiva e as singularidades de Lisboa em Finais da Idade Média. *In*: FONTES, João L. I. *et al.* **Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes**. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2016a. p. 287-312. (Coleção: Estudos 15)

PINTO, Sandra M. G. A Regulação Jurídica das Fachadas em Portugal (Séc. XIV-XIX). **Revista de Estudios Histórico-Jurídicos** [Sección historia del derecho europeo], Valparaíso, n. XXXVIII, p. 149-177, 2016b.

PONCIONI, Cláudia. O Brasil visto por Louis Léger Vauthier (Pernambuco, 1840-1846) – Diário e cartas. **Navegações**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 121-129, jul./dez. 2010.

PORTUGAL. **Ordenações do Senhor Rey D. Manuel**. Livro I. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1797.

PORTUGAL. Decreto de 12 de junho de 1758. *In*: SILVA, Antonio D. **Collecção da Legislação Portuguesa: Desde a ultima compilação das ordenações – Legislação de 1750 a 1762**. Lisboa: Typografia Maignense, 1830.

PORTUGAL. **Codigo Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal** – Recopiladas por mandado D’el-Rey D. Philippe I. 14<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Typografia do Instituto Philomathico, 1870.

QUEIROZ, Maria da Graça S. **Serro/MG**. Brasília: Iphan, 2010a. (Coleção: Imagens – Vol. 4)

QUEIROZ, Maria da Graça S. **São João del Rei/MG**. Brasília: Iphan, 2010b. (Coleção: Imagens – Vol. 5)

QUEIROZ, Maria da Graça S. **Tiradentes/MG**. Brasília: Iphan, 2010c. (Coleção: Imagens – Vol. 6)

QUEIROZ, Maria da Graça S. **Diamantina/MG**. Brasília: Iphan, 2011. (Coleção: Imagens – Vol. 3)

QUEIROZ, Maria da Graça S.; MACHADO, Érika P. **Ouro Preto/MG**. Brasília: Iphan, 2008a. (Coleção: Imagens – Vol. 1)

QUEIROZ, Maria da Graça S.; MACHADO, Érika P. **Mariana/MG**. Brasília: Iphan, 2008b. (Coleção: Imagens – Vol. 2)

RAPOPORT, Amos. Origens Culturais da Arquitetura. SNYDER, James c.; CATANESE, Anthony (org.). **Introdução à Arquitetura**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1984.

REIS FILHO, Nestor G.; BUENO, Beatriz P. S.; BRUNA, Paulo J. V. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

REIS FILHO, Nestor G. **Quadro da Arquitetura no Brasil**, 11ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2006. 211p.

REIS FILHO, Nestor G. (Org.). **Robert Smith e o Brasil: arquitetura e urbanismo**. Brasília: Iphan, 2012a.

REIS FILHO, Nestor G. (Org.). **Robert Smith e o Brasil: cartografia e iconografia**. Brasília: Iphan, 2012b.

RIBEIRO, Orlando. **Portugal – o Mediterrâneo e o Atlântico**. 7ª ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1998. 190p.

RIBEIRO, Robson O. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Textos de História da Arte engajados na política de preservação no Brasil**. 2013. (Departamento de História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. 261 f.

RIO DE JANEIRO. **Código de Posturas da Illustrissima Camara Municipal**. Rio de Janeiro: Emp. Typ. De P. Brito – Impressor da Casa imperial, 1854.

RIVEIRO, Angel S.; RIVEIRO, Angela M. S. **Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669)**. Madrid: Junta para Ampliacion de Estudios e Investigaciones Cientificas; Centro de Estudios Historicos, 1933.

RODRIGUES, José Wash. A Casa de Moradia no Brasil Antigo. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, SPHAN, Rio de Janeiro, n.9, p. 159-198, 1945.

RODRIGUES, José Wash. A Casa de Moradia no Brasil Antigo. *In*: FAAUSP e MEC-IPHAN. (Org.). **Arquitetura Civil I: Textos escolhidos da Revista do Instituto do**

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975. p. 283-318.

RODRIGUES, José Wash. **Documentário Arquitetônico**: relativo à antiga construção civil no Brasil. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

ROSSA, Walter; ARAÚJO, Renata; CARITA, Helder. **Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

RUBINO, Silvana B. Entre o CIAM e o SPHAN: Diálogos entre Lúcio Costa e Gilberto Freyre. In: KOSMINSKY, Ethel V.; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda A. (orgs.). **Gilberto Freyre em Quatro Tempos**. São Paulo: EDUSC; UNESP, 2003. p. 267-285.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado a limpo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 24, 1996.

SAIA, Luís. O Alpendre nas Capelas Brasileiras. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, SPHAN, Rio de Janeiro, n.3, p. 235-250, 1939.

SAIA, Luís. **Morada Paulista**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1941.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda., 2000.

SANTOS, Paulo F. **Subsídios para o estudo da Arquitetura Religiosa em Ouro Preto**, 1º Tomo. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Erich Eichner & Cia. Ltda, 1951. 174p.

SANTOS, Paulo F. Urbanismo e Arquitetura. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 75, n.288, p. 289-302, 09 dez. 1965. (Cadernos JB do IV Centenário)

SANTOS, Paulo F. **Quatro Séculos de Arquitetura**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto dos Arquitetos Brasileiros, 1981.

SANTOS, Paulo F. **Formação de Cidades no Brasil Colonial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2015.

SANTOS, Fabiano T. **A Casa do Planalto Catarinense**: Arquitetura rural e urbana nos campos de Lages, séculos XVIII e XIX. Lages (SC): Super Nova, 2015.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil**: 1900-1990. São Paulo: Edusp, 2002.

SEVERO, Ricardo. A arte tradicional do Brasil – a casa e o templo. *In*: SOCIEDADE de Cultura Artística. **Conferências 1914-1915**. São Paulo: Typographia Levi, 1916. p.37-82.

SEVERO, Ricardo. Architectura Velha. **A Cigarra**, São Paulo, ano 3, nº. 39, s/p., 31 mar. 1916.

SEVERO, Ricardo. A arte tradicional do Brasil – da architectura. **Revista do Brasil**, São Paulo, ano 2, vol. 4, nº. 16, p. 394-424, abr. 1917.

SEVERO, Ricardo. A missão dos portugueses. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 44, nº. 14.586, p.3, 05 dez. 1918.

SEVERO, Ricardo. Da Architectura Colonial no Brasil – Archeologia e Arte. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 48, nº. 15.935, p.17, 07 set. 1922.

SILVA, Ângela C. A. **Entre Propriedades e Casas Perfeitas**: Um estudo da casa corrente na Guimarães dos finais da Idade Média. Vol. I. Dissertação (Mestrado em História da Arte Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2011. 148f.

SILVA, Danuzio G. B (Org.). **Os Diários de Langsdorff**. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

SILVA, Joana M. C. Raça, meio e tradição: a escrita da história da arquitetura brasileira por Ricardo Severo. *In*: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 1, 2010, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ENANPARQ, dezembro 2010. p. 01-17. Disponível em: <<http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/138/138-790-1-SP.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

SILVA, Joana M. C. **Ricardo Severo**: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; São Paulo: Annablume, 2012. 252p.

SILVA, Joana M. C.; CASTRO, Ana C. V. Inventar o passado, construir o futuro: São Paulo entre nacionalismos e cosmopolitismos nas primeiras décadas do século 20. **Pós**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, São Paulo, v.2, n.36, p. 24-53, dez. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/posfau/article/download/90242/92938>>. Acesso em: 31 jul. 2019.

SILVA, Joana M. C. A construção do nacional: Ricardo Severo e a Campanha de Arte Tradicional no Brasil (1910-1930). **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 35, n. 68, p. 597-629, mai/ago 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752019000200597](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752019000200597). Acesso em: 05 nov. 2019.

SILVA FILHO, Olavo P. **Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão**. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora Lord S/A., 1986.

SILVA FILHO, Olavo P. **Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí** – Volume II: Arquitetura Urbana. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007.

SILVA FILHO, Olavo P. **Carnaúba, Pedra e Barro na Capitania de São José do Piauí** – Volume III: Urbanismo. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007.

SILVEIRA, Marco A. **O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SPHAN. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.1 ao n.9, 1937-1945.

SPHAN. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n.10 ao n.18. 1946-1978.

SMITH, Robert C. Alguns desenhos de arquitetura existentes no Arquivo Histórico Colonial Português. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, SPHAN, Rio de Janeiro, n.4, p. 209-250, 1940.

SMITH, Robert C. Documentos Baianos. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, SPHAN, Rio de Janeiro, n.9, p. 85-134, 1945.

SMITH, Robert C. **Arquitetura Colonial**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

SMITH, Robert C. Arquitetura civil do período colonial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, DPHAN, Rio de Janeiro, n.17, p. 27-124, 1969.

SMITH, Robert C. Arquitetura Civil no Brasil Colonial. In: FAAUSP e MEC-IPHAN. (Org.). **Arquitetura Civil I: Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975. p. 95-190.

SMITH, Robert C. **Arquitetura Colonial Baiana** – Alguns aspectos de sua história. Salvador: Edufba, 2010.

SOARES, Antonio J. M. **Regimento das Camaras Municipaes ou Lei de 1º de Outubro de 1828**. 2ª ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1885.

SUMMERSON, John. **A Linguagem Clássica da Arquitetura**. 5ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. (Coleção Mundo da Arte)

SUSSMANN, Roberto (Org.). **Lúcio Costa: Obras Completas**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura; Universidade de Minas Gerais, 1961.

TÁVORA, Fernando; PIMENTEL, Rui; MENÉRES, António. Zona 1 – Minho. *In: ORDEM dos Arquitectos. **Arquitetura Popular em Portugal***. Vol. 1. 4ª. Ed. Lisboa, 2004, p. 3-111.

TEIXEIRA, José M. A prestação reconstrutivo pombalina: métodos e dispositivos de disseminação. *In: RIBEIRO, Nelson Pôrto. (Org.). **Subsídios para uma história da construção luso-brasileira***. Rio de Janeiro: Pod Editora, 2013. p. 107-124.

TEIXEIRA, Luciano S. Civilização Material, História e Preservação em Afonso Arinos. *In: Simpósio Nacional de História, 15., 2009. **Anais** [...]*. Fortaleza: ANPUH, 2009. p. 1-9.

TEIXEIRA, Manuel C. Introdução. *In: TEIXEIRA, Manuel C. (Org.). **A Praça na Cidade Portuguesa***. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. p. 9-16.

TEIXEIRA, Manuel C. As praças urbanas portuguesas quinhentistas. *In: TEIXEIRA, Manuel C. (Org.). **A Praça na Cidade Portuguesa***. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. p. 69-90.

TEIXEIRA, Manuel C. **A Forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

TELLES, Augusto C. S. Vassouras (Estudo da Construção Residencial Urbana). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, DPHAN, Rio de Janeiro, n.16, p. 9-136, 1968.

TOLEDO, Benedito L. Espaços públicos: Mariana e Ouro Preto. *In: TEIXEIRA, Manuel C. (Org.). **A Praça na Cidade Portuguesa***. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. p. 175-184.

TOMÉ, Manuela M. J. **Setúbal: Tipologia e Tipologia Arquitetônica Séculos XIV-XIX – Memória e futuro da imagem urbana**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2017.

TRINDADE, Cônego Raimundo. A Casa Capitular de Mariana. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, SPHAN, Rio de Janeiro, n.9, p. 217-250, 1945.

TRINDADE, Luisa. **A Casa Corrente em Coimbra**: Dos finais da Idade Média aos Inícios da Época Moderna. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2002.

TRINDADE, Luisa. **O Urbanismo na Composição de Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

UNWIN, Simon. **A análise da arquitetura**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

VASCONCELLOS, Salomão de. Um Velho Solar de Mariana. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, SPHAN, Rio de Janeiro, n.3, p. 227-234, 1939.

VASCONCELLOS, Salomão de. Ofícios mecânicos em Vila-Rica durante o século XVIII. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, SPHAN, Rio de Janeiro, n.4, p. 331-360, 1940

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica**: Formação e desenvolvimento – Residências. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura**: Dois Estudos. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1960.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Vila Rica**: Formação e desenvolvimento – Residências. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1977. (Coleção Debates: Arquitetura).

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil**: sistemas construtivos. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1979.

VAUTHIER, Louis L. Casas de Residência no Brasil. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, SPHAN, Rio de Janeiro, n.7, p. 128-208, 1943.

VAUTHIER, Louis L. Casas de Residência no Brasil. Introdução: Gilberto Freire. In: FAAUSP e MEC-IPHAN. (Org.). **Arquitetura Civil I**: Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975. p. 01-94.

VILLALTA, Luiz C. O Cenário Urbano em Minas Gerais Setecentista: Outeiros do Sagrado e do Profano. In: DEPARTAMENTO de História - ICHS/UFOP (Org.). **Termo de Mariana**: História e Documentação. Mariana: Editora da UFOP, 1998. p. 67-86.

VITERBO, Joaquim S. R. **Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram**: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam. 2ª ed. rev. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865. 2 v.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 333p.

WEIMER, Günter. **Arquitetura**. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. (Síntese Rio-Grandense)

WEIMER, Günter. A origem da arquitetura popular dos Açores. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, PUCRS, v. XXVI, nº. 2, p. 57-90, dez. 2000.

## APÊNDICE A – DADOS DOS LEVANTAMENTOS CADASTRAIS CONSULTADOS NO INBI-SU (OURO PRETO-MG)

Quadro 5 – Dimensões encontradas em casas térreas de Ouro Preto.

ANÁLISE MORFOLÓGICA - CASAS TÉRREAS																		
LOCAL: OURO PRETO																		
TIPO	LOGRADOURO	NÚMERO	DIMENSÕES EM METROS				DIMENSÕES EM PALMOS				DIMENSÕES EM VARAS				DIMENSÕES EM BRAÇAS			
			PÉ-DIREITO	FRENTE	PROFUNDIDADE	ÁREA (M2)	PD	F	P	ÁREA (p2)	PD	F	P	ÁREA (v2)	F	P	ÁREA (b2)	
1	ALVARENGA	213	2,4	3,3	12,8	42,2	11	15	58	873	2,1	3,0	11,6	34,9	1,5	5,8	8,7	
1	ALVARENGA	209	2,5	3,1	11,8	36,6	11	14	54	757	2,3	2,8	10,7	30,3	1,4	5,4	7,6	
2	ALVARENGA	203	3,2	6,2	12,0	73,9	14	28	55	1527	2,9	5,6	10,9	61,1	2,8	5,5	15,3	
1	ALVARENGA	199	2,5	3,2	11,5	36,6	11	14	52	756	2,2	2,9	10,5	30,2	1,4	5,2	7,6	
2	ALVARENGA	179	2,8	5,3	12,5	66,3	13	24	57	1369	2,5	4,8	11,4	54,8	2,4	5,7	13,7	
2	ALVARENGA	169	3,4	4,7	9,3	43,9	15	21	42	907	3,0	4,3	8,5	36,3	2,1	4,2	9,1	
2	ALVARENGA	243	4,2	6,4	10,8	69,1	19	29	49	1428	3,8	5,8	9,8	57,1	2,9	4,9	14,3	
3	BER. GUIMARÃES	55	3,3	6,1	11,0	67,1	15	28	50	1386	3,0	5,5	10,0	55,5	2,8	5,0	13,9	
3	ANT. ALBUQUERQUE	203	3,2	6,1	6,5	39,7	15	28	30	819	2,9	5,5	5,9	32,8	2,8	3,0	8,2	
1	CONS. SANTANA	187	2,7	2,5	10,0	25,0	12	11	45	517	2,5	2,3	9,1	20,7	1,1	4,5	5,2	
1	CONS. SANTANA	189	2,7	2,5	8,7	21,8	12	11	40	449	2,5	2,3	7,9	18,0	1,1	4,0	4,5	
4	PARANÁ	142	3,0	9,3	8,4	84,7	14	42	38	1614	2,7	8,5	7,6	64,6	4,2	3,8	16,1	
3	PÇA. ANTÔNIO DIAS	63	3,0	5,7	12,2	69,5	14	26	55	1437	2,7	5,2	11,1	57,5	2,6	5,5	14,4	
4	PAULISTAS	28	2,8	11,2	8,9	89,4	13	51	40	2060	2,5	10,2	8,1	82,4	5,1	4,0	20,6	
2	PÇA. ANTÔNIO DIAS	8	3,2	6,2	14,6	90,5	14	28	66	1870	2,9	5,6	13,3	74,8	2,8	6,6	18,7	
1	ALEIJADINHO	84	3,4	3,8	14,4	54,7	15	17	65	1131	3,1	3,5	13,1	45,2	1,7	6,5	11,3	
2	ALEIJADINHO	70	2,9	5,5	9,9	54,5	13	25	45	1125	2,6	5,0	9,0	45,0	2,5	4,5	11,3	
3	PADRE VIEGAS	19	2,9	7,2	13,5	97,2	13	33	61	2008	2,6	6,5	12,3	80,3	3,3	6,1	20,1	
1	Casa de porta e janela		2,7	3,1	11,5	36,2	12,2	13,9	52,4	747,0	2,4	2,8	10,5	29,9	1,4	5,2	7,5	
2	Casa de meia morada		3,3	5,7	11,5	66,4	14,8	26,0	52,3	1371,1	3,0	5,2	10,5	54,8	2,6	5,2	13,7	
3	Casa de ¼ de morada		3,1	6,3	10,8	68,4	14,1	28,5	49,1	1412,7	2,8	5,7	9,8	56,5	2,9	4,9	14,1	
4	Casa de morada inteira		2,9	10,3	8,7	87,1	13,1	46,6	39,3	1836,8	2,6	9,3	7,9	73,5	4,7	3,9	18,4	
5	Casa térrea com camarinha																	
			<b>PÉ-DIREITO</b>	<b>FRENTE</b>	<b>PROFUNDIDADE</b>	<b>ÁREA (M2)</b>												

Fonte: INBI-SU – Adaptado; Elaboração própria, 2021.

Quadro 6 – Dimensões encontradas em sobrados de Ouro Preto.

LOCAL: OURO PRETO		ANÁLISE MORFOLÓGICA - SOBRADOS																				
TIP	LOGRADOURA	NÚMERO	DIMENSÕES EM METROS				DIMENSÕES EM PALMOS				DIMENSÕES EM VARAS				DIMENSÕES EM BRAÇAS							
			PAV.	PÉ-DIREITO	FRENTE	PROFUNDIDADE	ÁREA (M2)	PD	F	P	ÁREA (p2)	PD	F	P	ÁREA (v2)	F	P	ÁREA (b2)				
1	BER. GUIMARÃES	40	T	2,1	5,5	8,8	48,4	10	25	40	220	1,9	5,0	8,0	44,0	2,5	4,0	10,0				
			S	3,0	5,5	9,5	52,3	14	25	43	238	2,7	5,0	8,6	47,5	2,5	4,3	10,8				
			2S		0,0	0,0	0,0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0				
				MÉDIA				100,7	MÉDIA				457,5	MÉDIA				91,5	MÉDIA			20,8
2	BER. GUIMARÃES	29	T	3,2	13,6	12,7	247,0	15	62	58	1123	2,9	12,4	11,5	224,5	6,2	5,8	35,7				
			S	3,5	12,3	12,3	139,5	16	56	56	634	3,1	11,2	11,2	126,8	5,6	5,6	31,3				
			2S				0,0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0				
				MÉDIA				386,5	MÉDIA				1756,8	MÉDIA				351,4	MÉDIA			66,9
1	BER. GUIMARÃES	21	T	2,7	4,6	13,3	61,2	12	21	60	278	2,4	4,2	12,1	55,6	2,1	6,0	12,6				
			S	3,2	4,6	13,3	61,2	14	21	60	278	2,9	4,2	12,1	55,6	2,1	6,0	12,6				
			2S				0,0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0				
				MÉDIA				122,4	MÉDIA				556,2	MÉDIA				111,2	MÉDIA			25,3
1	BER. GUIMARÃES	25	T	2,7	5,7	13,5	77,0	12	26	61	350	2,5	5,2	12,3	70,0	2,6	6,1	15,9				
			S	3,2	5,6	14,0	78,4	15	25	64	356	2,9	5,1	12,7	71,3	2,5	6,4	16,2				
			2S				0,0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0				
				MÉDIA				155,4	MÉDIA				706,1	MÉDIA				141,2	MÉDIA			32,1
2	BER. GUIMARÃES	11	T	2,8	8,2	7,3	59,6	13	37	33	271	2,5	7,4	6,6	54,2	3,7	3,3	12,3				
			S	3,2	8,2	7,3	59,6	14	37	33	271	2,9	7,4	6,6	54,2	3,7	3,3	12,3				
			2S				0,0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0				
				MÉDIA				119,1	MÉDIA				541,5	MÉDIA				108,3	MÉDIA			24,6
7	ANT. DE ALBUQUERQUE	130	T	2,4	5,4	9,6	51,8	11	25	44	236	2,1	4,9	8,7	47,1	2,5	4,4	10,7				
			S	2,6	5,4	9,4	50,8	12	25	43	231	2,3	4,9	8,5	46,1	2,5	4,3	10,5				
			B	2,6	5,4	0,6	3,0	12	25	3	14	2,3	4,9	0,5	2,7	2,5	0,3	0,6				
				MÉDIA				105,6	MÉDIA				466,4	MÉDIA				93,3	MÉDIA			21,2
7	ANT. DE ALBUQUERQUE	134	T	2,6	6,1	7,1	43,3	12	28	32	197	2,4	5,5	6,5	39,4	2,8	3,2	8,9				
			S	2,8	6,1	7,4	45,1	13	28	34	205	2,5	5,5	6,7	41,0	2,8	3,4	9,3				
			B	2,8	6,0	0,7	4,0	13	27	3	18	2,5	5,5	0,6	3,6	2,7	0,3	0,8				
				MÉDIA				92,4	MÉDIA				402,0	MÉDIA				80,4	MÉDIA			18,3
4	LG. DO ROSÁRIO	17	T	2,8	6,5	12,4	66,0	13	30	56	300	2,6	5,9	11,3	60,0	3,0	5,6	16,7				
			S	2,8	6,2	12,4	66,0	13	28	56	300	2,5	5,6	11,3	60,0	2,8	5,6	15,9				
			CM	1,9	6,2	5,1	29,0	9	28	23	132	1,7	5,6	4,6	26,4	2,8	2,3	6,5				
				MÉDIA				161,0	MÉDIA				600,0	MÉDIA				120,0	MÉDIA			32,5
5	GETÚLIO VARGAS	185	T	3,9	15,7	12,0	185,0	18	71	55	841	3,5	14,3	10,9	168,2	7,1	5,5	38,9				
			S	4,5	15,7	12,0	185,0	20	71	55	841	4,1	14,3	10,9	168,2	7,1	5,5	38,9				
			2S				0,0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0				
				MÉDIA				370,0	MÉDIA				1681,8	MÉDIA				336,4	MÉDIA			77,9
6	GETÚLIO VARGAS	121	T	3,1	9,6	11,0	105,6	14	44	50	480	2,8	8,7	10,0	96,0	4,4	5,0	21,8				
			SUB	3,0	11,0	9,9	108,9	14	50	45	495	2,8	10,0	9,0	99,0	5,0	4,5	22,5				
			2S				0,0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0				
				MÉDIA				214,5	MÉDIA				975,0	MÉDIA				195,0	MÉDIA			44,3
2	GETÚLIO VARGAS	90	T	4,0	8,9	19,7	175,3	18	40	90	797	3,6	8,1	17,9	159,4	4,0	9,0	36,2				
			S	4,5	8,9	19,7	175,3	20	40	90	797	4,1	8,1	17,9	159,4	4,0	9,0	36,2				
			2S				0,0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0				
				MÉDIA				350,7	MÉDIA				1593,9	MÉDIA				318,8	MÉDIA			72,5
2	CONDE DE BOBADELA	150	T	3,6	11,7	20,5	239,9	16	53	93	1090	3,2	10,6	18,6	218,0	5,3	9,3	49,6				
			S	4,0	11,7	20,5	239,9	18	53	93	1090	3,6	10,6	18,6	218,0	5,3	9,3	49,6				
			2S				0,0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0				
				MÉDIA				479,7	MÉDIA				2180,5	MÉDIA				436,1	MÉDIA			99,1
1	CONDE DE BOBADELA	138	T	2,5	3,9	16,4	64,0	11	18	75	291	2,3	3,5	14,9	58,1	1,8	7,5	13,2				
			S	3,3	3,9	16,4	64,0	15	18	75	291	3,0	3,5	14,9	58,1	1,8	7,5	13,2				
			2S				0,0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0				
				MÉDIA				127,9	MÉDIA				581,5	MÉDIA				116,3	MÉDIA			26,4
3	CONDE DE BOBADELA	75	T	2,1	8,0	10,4	82,9	10	36	47	1713	1,9	7,2	9,5	68,5	3,6	4,7	17,1				
			S	3,2	8,0	15,3	121,9	14	36	70	554	2,9	7,2	13,9	110,9	3,6	7,0	25,2				
			2S	3,0	8,0	17,6	140,3	14	36	80	638	2,7	7,2	16,0	127,5	3,6	8,0	29,0				
				MÉDIA				345,1	MÉDIA				2266,8	MÉDIA				179,4	MÉDIA			42,3
5	CONDE DE BOBADELA	59	T	4,5	15,0	15,4	231,0	20	68	70	1050	4,1	13,6	14,0	210,0	6,8	7,0	47,7				
			S	4,5	15,0	15,4	231,0	20	68	70	1050	4,1	13,6	14,0	210,0	6,8	7,0	47,7				
			2S				0,0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0				
				MÉDIA				462,0	MÉDIA				2100,0	MÉDIA				420,0	MÉDIA			95,5
2	CONDE DE BOBADELA	42	T	3,6	10,2	26,7	272,3	16	46	121	1238	3,3	9,3	24,3	247,6	4,6	12,1	56,3				
			S	3,6	10,2	26,7	272,3	17	46	121	1238	3,3	9,3	24,3	247,6	4,6	12,1	56,3				
			2S				0,0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0				
				MÉDIA				544,7	MÉDIA				2475,8	MÉDIA				495,2	MÉDIA			112,5
4	CONDE DE BOBADELA	95	T	2,4	7,1	11,6	74,0	11	32	53	336	2,2	6,5	10,5	67,3	3,2	5,3	17,0				
			S	3,1	7,1	11,6	79,0	14	32	53	359	2,8	6,5	10,5	71,8	3,2	5,3	17,0				
			2S	2,9	6,9	9,3	59,8	13	31	42	272	2,6	6,3	8,5	54,4	3,1	4,2	13,3				
				MÉDIA				212,8	MÉDIA				695,5	MÉDIA				139,1	MÉDIA			34,0
3	CONDE DE BOBADELA	21	T	2,6	6,1	5,6	34,2	12	28	25	706	2,4	5,5	5,1	28,2	2,8	2,5	7,1				
			S	2,7	5,5	9,3	51,2	12	25	42	233	2,5	5,0	8,5	46,5	2,5	4,2	10,6				
			2S	2,7	6,1	9,3	56,7	12	28	42	258	2,5	5,5	8,5	51,6	2,8	4,2	11,7				
				MÉDIA				142,0	MÉDIA				938,3	MÉDIA				74,7	MÉDIA			17,6
5	PRAÇA TIRADENTES	33	T	3,2	13,4	29,8	340,8	15	61	135	1549	2,9	12,2	27,1	309,8	6,1	13,5	82,5				
			S	3,3	13,4	29,8	340,8	15	61	135	1549	3,0	12,2	27,1	309,8	6,1	13,5	82,5				
			2S				0,0	0	0	0	0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0				
				MÉDIA				681,6	MÉDIA				3098,2	MÉDIA				619,6	MÉDIA			165,0
4	PRAÇA TIRADENTES	140	T	2,8	6,2	16,6	99,4	13	28	75	452	2,5	5,6	15,1	90,4	2,8	7,5	21,3				
			S	3,6																		